UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

... E do Caminho Novo das Minas dos Matos Gerais emerge a 'Manchester Mineira' que se transformou num "baú de ossos".

História de Juiz de Fora: da vanguarda de Minas Gerais à "industrialização periférica".

Tese de Doutoramento apresentada no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação do Prof. Dr. ***José Jobson de Andrade Arruda****. Co-orientação do* ***Prof. Dr. Eduardo Barros Mariutti****. Por*

Ricardo Zimbrão Affonso de Paula*.*

CAMPINAS
2006

À Ilana e Heitor.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho só foi possível graças a contribuição e incentivo de algumas pessoas e instituições. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a minha esposa, Ilana, que no ano de 2005 me presenteou com um filho saudável e "sapeca". Heitor chegou num momento em que me preparo para entrar em um novo ciclo da vida. Mais maduro, deixo as utopias da juventude e encaro os fatos. Agora é hora de cuidar da família e fincar raízes em algum lugar.

Em segundo lugar, agradeço aos meus pais, Elio e Zileida, que sempre me incentivaram a estudar, não importando os custos materiais, sacrificando suas vidas em defesa da saúde e educação de seus filhos.

Gostaria de agradecer também ao meu orientador Prof. Dr. Jobson Arruda pela grande ajuda na feitura da tese e pelos puxões de orelha a respeito de como tratar as teorias e seu lugar no escrever a história.

Não menos importante, ou melhor, de grande importância foi o Prof. Dr. Eduardo Mariutti que leu exaustivamente os capítulos e me auxiliou nos diálogos teóricos que travo no estudo. Eduardo ao longo de minha estadia na Unicamp mostrou-se um grande amigo e para onde for e estiver nunca me esquecerei de sua pessoa.

Ao Prof. Dr. Anderson Pires de muita importância na minha formação como historiador econômico e sempre presente nos momentos de dúvida. Suas palestras ao longo da feitura da tese foram decisivas para o entendimento do tema.

Agradeço também ao casal de amigos Joely e Lúcio, vizinhos por alguns anos e desde que cheguei à Campinas para cursar o Mestrado, ainda no século passado, nos tornamos amicíssimos, dividindo alegrias e tristezas. Joely e Lúcio foram amigos de segurarem a "barra" nos momentos mais difíceis que passamos. A eles meus sinceros agradecimentos e votos de amizade.

À Marcelo Santos Batista, irmão e camarada de longa data, desde os tempos da adolescência em Juiz de Fora, das exposições agropecuárias, do futebol e da cervejada com a moçada lá da rua Chico Vale, n. 80 (Jaiminho, Luciano, Gilvan...) e que foi de fundamental importância quando cheguei nesse imenso interior paulista.

À Wolfgang Lenk, amigo, companheiro e fiel depositário das desventuras do ofício e das infindáveis discussões ideológicas, na certeza que se não encontrarmos uma via para o socialismo, haverá sempre um bar para pensarmos noutras.

Não poderia de me esquecer de Alberto, Cida, Lourdes e a imensa equipe que trabalha na secretaria e na biblioteca. Incansáveis batalhadores para o bom funcionamento do Instituto. A todos, meus sinceros agradecimentos, estima e carinho.

Aos meus companheiros de militância político-partidária Luis Durante, Jessé, Marcelo, Euclides e Serginho. Militar em Campinas com vocês foi um imenso privilégio.

À Luciano Tavares Torres, grande amigo de Juiz de Fora, na certeza que irá encontrar o seu caminho. Lembre-se sempre haverá um tema a ser estudado...

Por fim, *last but not least*, um agradecimento especial à CAPES que financiou a pesquisa. Sem tal ajuda nunca conseguiria viver este momento.

A todos, meus sinceros agradecimentos e votos de carinho.

Índice

Agradecimentos.....V

Índice de Gráficos.....IX

Índice de Mapas.....X

Índice de Tabelas.....XI

Resumo.....XIX

Introdução.....1

Capítulo 1: Industrialização brasileira: revisão bibliográfica. Novas perspectivas e Periodização.....5

1.1 – Revisão bibliográfica.....5
1.2 – Novas perspectivas e periodização.....31

Capítulo 2: A indústria em Minas Gerais.....39

2.1 – A indústria mineira no período colonial.....47
2.1.1 – A origem da indústria em Minas Gerais.....53
2.1.2 – A indústria da mineração.....97
2.1.3 – A indústria têxtil.....112
2.1.4 – A indústria metalúrgica.....120
2.1.5 – A indústria açucareira.....132
2.1.6 – Produtos transformados no quadro das exportações brasileiras no Período Colonial.....144

2.2 – A indústria mineira no século XIX.....147

Capítulo 3: Indústria e industrialização em Juiz de Fora: um debate.....169

3.1 – O papel da economia cafeeira.....180
3.1.1 – A formação do complexo cafeeiro da Zona da Mata.....185
3.1.2 – A estrutura agrária.....205
3.1.3 – A dinâmica agroexportadora.....213
3.1.4 – As relações de produção: transição da escravidão para o trabalho livre.....225

3.2 – Industrialização de Juiz de Fora.....232
3.2.1 – Origens do empresariado industrial juiz-forano.....251

Capítulo 4: Juiz de Fora no contexto da industrialização brasileira pós-1930.....255

4.1 – Linhas gerais do processo de industrialização brasileiro pós-1930.....264
4.1.1 – A crise da economia primário-exportadora e a emergência capitalismo industrial.....266
4.1.2 – O papel do Estado.....275
4.1.3 – O capital estrangeiro.....283
4.1.4 – O capital privado nacional.....288
4.1.5 – Industrialização e integração do mercado nacional.....291

4.2 – Estrutura da indústria mineira no contexto da industrialização brasileira pós-1930.....298
4.2.1 – O papel do setor público na dinâmica industrial de Minas Gerais pós-1930.....299
4.2.2 – O papel do capital estrangeiro.....316
4.2.3 – O empresariado industrial mineiro no pós-1930.....323
4.2.4 – Análise da estrutura industrial mineira – 1940/1985.....330

4.3 – Estrutura da indústria de Juiz de Fora no contexto da industrialização Brasileira pós-1930.....350
4.3.1 – Estrutura industrial de Juiz de Fora – 1940/1985....352
4.3.2 – A indústria de Juiz de Fora no contexto da estrutura industrial mineira 1940/1985.....371

Considerações Finais.....387

Fontes.....391

Fontes impressas.....392

Sites.....393

Bibliografia geral.....394

Índice de Gráficos

GRÁFICO 1: PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS PRINCIPAIS PORTOS NO COMÉRCIO DE EXPORTAÇÃO DO BRASIL COLONIAL – 1796/1807.

GRÁFICO 2: COMPANHIAS ESTRANGEIRAS DE MINERAÇÃO INSTALADAS NA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS COM SUAS RESPECTIVAS MINAS – 1825/1893.

GRÁFICO 3: EXPORTAÇÕES MINEIRA DE PANOS DE ALGODÃO – 1827/28 A 1890.

GRÁFICO 4: ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS DE JUIZ DE FORA – 1947/1985.

GRÁFICO 5: CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO DE JUIZ DE FORA – 1920/1991.

GRÁFICO 6: OCUPADOS NA INDÚSTRIA DE JUIZ DE FORA – 1920/1991.

GRÁFICO 7: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL POR SETOR DO VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL DE JUIZ DE FORA – 1935/1941.

GRÁFICO 8: VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL DE JUIZ DE FORA – 1970/1980.

GRÁFICO 9: RELAÇÃO PROPORCIONAL DA ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL DE JUIZ DE FORA E BELO HORIZONTE NO CONJUNTO DE MINAS GERAIS – 1947.

GRÁFICO 10: RELAÇÃO PERCENTUAL DA PARTICIPAÇÃO DE JUIZ DE FORA E DE BELO HORIOZNTE NA INDÚSTRIA MINEIRA – 1950/1959.

GRÁFICO 11: RELAÇÃO DOS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS INDUSTRIAIS DE MINAS GERAIS SEGUNDO O VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL – 1985.

Índice de Mapas

MAPA 1: CAPITANIA DO RIO DE JANEIRO, SÃO PAULO E MINAS GERAIS.

MAPA 2: CAPITANIA DE SÃO PAULO E MINAS GERAIS.

MAPA 3: CAPITANIAS DE FINS DO SÉCULO XVI.

MAPA 4: ESTADO DE MINAS GERAIS – HIDROGRAFIA – 1996.

MAPA 5: ESTADO DE MINAS GERAIS – ZONEAMENTO AGROCLIMÁTICO – 1996.

MAPA 6: ESTADO DE MINAS GERAIS – ZONEAMENTO AGROCLIMÁTICO – VEGETAÇÃO NATURAL – 1996.

MAPA 7: MAPA DE SOLOS DE MINAS GERAIS – 1996.

MAPA 8: CAMINHOS DE MINAS GERAIS NO SÉCULO XVIII.

MAPA 9: FUNDIÇÕES DE FERRO EM MINAS GERAIS – 1854/1858.

MAPA 10: FUNDIÇÕES DE FERRO EM MINAS GERAIS – 1863/1866.

MAPA 11: MULHERES EMPREGADAS NA INDÚSTRIA TÊXTIL DOMÉSTICA, LIVRES E ESCRAVAS POR REGIÕES – 1831/1840.

MAPA 12: MULHERES EMPREGADAS NA INDÚSTRIA TÊXTIL DOMÉSTICA, LIVRES E ESCRAVAS POR REGIÕES – 1872.

MAPA 13: FÁBRICAS TÊXTEIS FUNDADAS EM MINAS GERAIS – 1872/1887.

MAPA 14: REGIONALIZAÇÃO DA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX, ADAPATADA POR CLOTILDE ANDRADE PAIVA.

MAPA 15: MACRORREGIÕES DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

MAPA 16: MINAS GERAIS: MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS.

MAPA 17:MINAS GERAIS: MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS.

Índice de Tabelas

TABELA 1 - CONTABILIDADE DO MOINHO DE SERGIPE – 1635.

TABELA 2 - CLASSIFICAÇÃO DOS SOLOS DE ACORDO COM A FERTILIDADE PARA O USO AGRÍCOLA EM MINAS GERAIS.

TABELA 3 - POPULAÇÃO DO BRASIL COLONIAL, SEGUNDO SUA DISTRIBUIÇÃO REGIONAL – 1772/1782.

TABELA 4 - QUADRO DOS HABITANTES DE MINAS GERAIS, SEGUNDO GÊNERO E RAÇA – 1776/1821.

TABELA 5 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ESCRAVA EM MINAS GERAIS – 1719/1821.

TABELA 6 - POPULAÇÃO DE MINAS GERAIS DISTRIBUÍDA POR COMARCAS 1776/1821.

TABELA 7 - QUADRO QUE APONTA A DISTINÇÃO ENTRE A ECONOMIA ESCRAVISTA MINEIRA E A ECONOMIA ESCRAVISTA AÇUCAREIRA.

TABELA 8 - ESTRUTURA OCUPACIONAL DE OURO PRETO – 1804.

TABELA 9 - PROPRIETÁRIOS: DISTRIBUIÇÃO QUANTO AOS ESCRAVOS POSSUÍDOS.

TABELA 10 - PROPRIETÁRIOS: POR CONDIÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS E NÚMERO DE ESCRAVOS POSSUÍDOS.

TABELA 11 - CÁLCULO DA PRODUÇÃO DE OURO DO BRASIL NO SÉCULO XVIII. EM Kg.

TABELA 12 - DIAMANTES: EXTRAÇÃO E VENDA POR CONTRATOS – 1740/1771.

TABELA 13 - DIAMANTES: VENDA POR CONTRATOS NA EUROPA – 1753/1771.

TABELA 14 - DIAMANTES: EXTRAÇÃO PELA COROA E VENDA POR CONTRATOS – 1772/1790.

TABELA 15 - DIAMANTES EXTRAÍDOS NO BRASIL – 1791/1828.

TABELA 16 - MINAS GERAIS: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES – 1818/1819.

TABELA 17 - PRODUÇÃO E CONSUMO DOS TRÊS PRINCIPAIS MÉTODOS ADOTADOS EM MINAS GERAIS.

TABELA 18 - NÚMERO ESTIMADO DE FUNDIÇÕES DE FERRO E PRODUÇÃO ANUAL EM DIVERSOS ANOS.

TABELA 19 - FUNDIÇÕES DE FERRO EM MINAS GERAIS – 1854/1858.

TABELA 20 - FUNDIÇÕES DE FERRO EM MINAS GERAIS – 1863/1866.

TABELA 21 - MINAS GERAIS: NÚMERO MÉDIO DE ENGENHOS POR 1.000 HABITANTES, RELAÇÃO ENTRE O PERCENTUAL DE ENGENHOS E O PRECENTUAL DA POPULAÇÃO REGIONAL – 1831/1832 -1836.

TABELA 22 - MINAS GERAIS E REGIÕES: MÉDIAS DE LIVRES, ESCRAVOS E TOTAL DE FOGOS COM ENGENHO – 1831/1832.

TABELA 23 - MINAS GERAIS: ESTRUTURA DA POSSE DE ESCRAVOS DOS FOGOS COM ENGENHO – 1831/1832.

TABELA 24 - MINAS GERAIS: ESTRUTURA OCUPACIONAL DOS CHEFES DOS FOGOS COM ENGENHO – 1831/1832.

TABELA 25 - MINAS GERAIS: DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS ENGENHOS DE CANA SEGUNDO A FORÇA MOTRIZ – 1836.

TABELA 26 - EXPORTAÇÕES: PRODUTOS TRANSFORMADOS E EXTRAÍDOS – ALIMENTOS, DROGAS, METAIS, MADEIRAS, COURAMAS E OUTROS GÊNEROS – 1796/1811.

TABELA 27 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL MÉDIA DOS PRINCIPAIS PORTOS NO COMÉRCIO DE EXORTAÇÕES BRASILEIRAS NO PERÍODO COLONIAL – 1796/1807.

TABELA 28 - LOCALIZAÇÃO DAS PRINCIPAIS MINAS DE EMPRESAS ESTRANGEIRAS NA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS – 1825/1888.

TABELA 29 - PARTICIPAÇÃO DE VÁRIOS EMPREENDIMENTOS NA PRODUÇÃO AURÍFERA DA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS – 1820/1860.

TABELA 30 - PARTICIPAÇÃO DE VÁRIOS EMPREENDIMENTOS NA PRODUÇÃO AURÍFERA DA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS – 1860/1893.

TABELA 31 - FÁBRICAS TÊXTEIS FUNDADAS EM MINAS GERAIS – 1872/1887.

TABELA 32 - COMPARAÇÃO DE FÁBRICAS TÊXTEIS MINEIRAS E DE OUTRAS PROVÍNCIAS EM VÁRIOS ANOS – 1881/1887.

TABELA 33: QUADRO COMPARATIVO DA PRODUÇÃO DE CAFÉ NAS MÉDIAS E GRANDES PROPRIEDADES DA REGIÃO DE JUIZ DE FORA – 1854/1888.

TABELA 34: PARTICIPAÇÃO DOS GRANDES PROPRIETÁRIOS NO CONJUNTO DA ÁREA PARA VILA DE SANTO ANTÔNIO DO PARAÍBUNA – 1855/1856.

TABELA 35: QUADRO COMPARATIVO DAS FAZENDAS DE CAFÉ EM ALGUNS DOS MUNICÍPIOS CAFEEIROS – 1883/1887.

TABELA 36: ESTRUTURA DA CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA NOS INVENTÁRIOS POST-MORTEM DO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA – 1870/1888.

TABELA 37: MÉDIA QUINQUENAL DA PRODUÇÃO DE CAFÉ EM MINAS GERAIS – 1850/1924.

TABELA 38: EXPORTAÇÃO MINEIRA DE CAFÉ – 1888/1927.

TABELA 39: PERCENTUAL DAS MÉDIAS QUINQUENAIS DO VALOR DA PRODUÇÃO DE CAFÉ E DAS EXPORTAÇÕES EM MINAS GERAIS – 1850/1924.

TABELA 40: PARTICIPAÇÃO PROPORCIONAL DA PRODUÇÃO CAFEEIRA DA ZONA DA MATA NA PRODUÇÃO DE MINAS GERAIS. PERÍODOS SELECIONADOS.

TABELA 41: MÉDIAS DECIMAIS DOS IMPOSTOS PROVENIENTES DA EXPORTAÇÃO DE CAFÉ E DA EXPORTAÇÃO GERAL DE MINAS GERAIS – 1850/1929.

TABELA 42: PRODUÇÃO EXPORTÁVEL DE CAFÉ MINEIRO COM RELAÇÃO AS PRINCIPAIS REGIÕES PRODUTORAS.

TABELA 43: VARIAÇÃO PROPORCIONAL DA PRODUÇÃO DO RIO DE JANEIRO E MINAS GERAIS - 1876/1930.

TABELA 44: PRINCIPAIS MUNICÍPIOS PRODUTORES DE CAFÉ DA ZONA DA MATA.

TABELA 45: PARTICIPAÇÃO DO CAPITAL CAFEEIRO EM AÇÕES NAS PRINCIPAIS EMPRESAS DE JUIZ DE FORA – 1870/1929.

TABELA 46: MINAS GERAIS: POPULAÇÃO ESCRAVA POR REGIÕES – 1873/1886.

TABELA 47: RELAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS – JUIZ DE FORA – 1870/1877.

TABELA 48: INDÚSTRIAS CRIADAS POR RAMOS DE ATIVIDADE – JUIZ DE FORA – 1889/1930.

TABELA 49: NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E DE SERVIÇOS EM JUIZ DE FORA – 1870/1877.

TABELA 50: INDÚSTRIAS EXISTENTES EM JUIZ DE FORA – 1907/1908.

TABELA 51: ATIVIDADE INDUSTRIAL EM JUIZ DE FORA SEGUNDO SETOR, PROPRIETÁRIOS, CAPITAL, FORÇA MOTRIZ, VALOR DA PRODUÇÃO E OPERÁRIOS – 1907.

TABELA 52: ATIVIDADE INDUSTRIAL EM JUIZ DE FORA SEGUNDO SETOR, PROPRIETÁRIOS, CAPITAL, FORÇA MOTRIZ, VALOR DA PRODUÇÃO E OPERÁRIOS – 1914.

TABELA 53: NÍVEL DE CONCENTRAÇÃO DOS SETORES DE ALIMENTAÇÃO E TÊXTEIS NA INDÚSTRIA DE JUIZ DE FORA – 1907 E 1920.

TABELA 54: PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA DE JUIZ DE FORA EM RELAÇÃO AO ESTADO E À ZONA DA MATA – 1907.

TABELA 55: RELAÇÃO DOS 10 MAIORES MUNICÍPIOS INDUSTRIAIS DE MINAS GERAIS, SEGUNDO O VALOR DA PRODUÇÃO – 1907.

TABELA 56: RELAÇÃO DOS 10 MAIORES MUNICÍPIOS INDUSTRIAIS DE MINAS GERAIS, SEGUNDO O VALOR DA PRODUÇÃO E PESSOAL OCUPADO – 1920.

TABELA 57: PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA DE JUIZ DE FORA EM COMPARAÇÃO COM OS PRINCIPAIS CENTROS INDUSTRIAIS DO PAÍS EM 1907.

TABELA 58: MERCADO CONSUMIDOR DE ALGUNS PRODUTOS INDUSTRIAIS DE JUIZ DE FORA – 1914.

TABELA 59: RELAÇÃO DE EMPRESAS ESTRANGEIRAS INSTALADAS EM MINAS GERAIS ENTRE 1970 E 1977.

TABELA 60: VALOR DO INVESTIMENTO DAS EMPRESAS INSTALADAS EM MINAS GERAIS, SEGUNDO A ORIGEM, RAMOS E SETORES INDUSTRIAIS – 1970/1977.

TABELA 61: PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL REGIONAL DA PRODUÇÃO ECONÔMICA NACIONAL – 1939/1985.

TABELA 62: PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL REGIONAL DA INDÚSTRIA NO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) – 1939/1985.

TABELA 63: PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL RELATIVA DE MINAS GERAIS NO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS EM RELAÇÃO AO CONJUNTO NACIONAL, POR RAMOS DE INDÚSTRIA – 1940/1985.

TABELA 64: PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL RELATIVA DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS POR SETORES INDUSTRIAIS DE MINAS GERAIS NO CONJUNTO NACIONAL E DENTRO DA PRÓPRIA ESTRUTURA INDUSTRIAL DO ESTADO – 1950/1985.

TABELA 65: MINAS GERAIS: TOTAL DE ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS, POR RAMOS DE INDÚSTRIA E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL RELATIVA DESTES RAMOS NA ESTRUTURA INDUSTRIAL DO ESTADO – 1940/1985

TABELA 66: MINAS GERAIS: TOTAL DE ESTABELECIMENTOS NO CONJUNTO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO, POR SETORES DE INDÚSTRIA – 1940/1985.

TABELA 67: MINAS GERAIS: PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO NÚMERO DE OCUPADOS NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO EM RELAÇÃO AO TOTAL DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA) E A POPULAÇÃO TOTAL DO ESTADO – 1940/1991.

TABELA 68: PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL RELATIVA DE MINAS GERAIS NO NÚMERO DE OCUPADOS DO CONJUNTO NACIONAL, POR RAMOS DE INDÚSTRIA – 1940/1985.

TABELA 69: PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL RELATIVA DO NÚMERO DE OCUPADOS POR SETORES INDUSTRIAIS DE MINAS GERAIS NO CONJUNTO NACIONAL E DENTRO DA PRÓPRIA ESTRUTURA INDUSTRIAL DO ESTADO – 1950/1985.

TABELA 70: MINAS GERAIS: TOTAL DE OCUPADOS NA INDÚSTRIA, POR RAMOS DE INDÚSTRIA E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL RELATIVA DESTES RAMOS NA ESTRUTURA OCUPACIONAL INDUSTRIAL DO ESTADO – 1940/1985.

TABELA 71: MINAS GERAIS: TOTAL DE OCUPADOS NO CONJUNTO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO, POR SETORES DE INDÚSTRIA – 1940/1985.

TABELA 72: PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL RELATIVA DE MINAS GERAIS NO VALOR DA PRODUÇÃO DO CONJUNTO NACIONAL, POR RAMOS DE INDÚSTRIA – 1940/1985.

TABELA 73: PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL RELATIVA DO VALOR DA PRODUÇÃO POR SETORES INDUSTRIAIS DE MINAS GERAIS NO CONJUNTO NACIONAL E DENTRO DA PRÓPRIA ESTRUTURA INDUSTRIAL DO ESTADO – 1950/1985.

TABELA 74: MINAS GERAIS: TOTAL DO VALOR DA PRODUÇÃO, POR RAMOS DE INDÚSTRIA E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL RELATIVA DO VALOR DA PRODUÇÃO DESTES RAMOS NA ESTRUTURA INDUSTRIAL DO ESTADO – 1940/1985.

TABELA 75: PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL RELATIVA DE MINAS GERAIS NO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL (VTI) DO CONJUNTO NACIONAL, POR RAMOS DE INDÚSTRIA – 1950/1985.

TABELA 76: PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL RELATIVA DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL POR SETORES INDUSTRIAIS DE MINAS GERAIS NO CONJUNTO NACIONAL E DENTRO DA PRÓPRIA ESTRUTURA INDUSTRIAL DO ESTADO – 1940/1985.

TABELA 77: MINAS GERAIS: TOTAL DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL, POR RAMOS DE INDÚSTRIA E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL RELATIVA DO VTI DESTES RAMOS NA ESTRUTURA INDUSTRIAL DO ESTADO – 1950/1985.

TABELA 78: ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS DE JUIZ DE FORA – 1947/1985.

TABELA 79: TOTAL DA POPULAÇÃO DA CIDADE E O NÚMERO DE OCUPADOS NA ATIVIDADE INDUSTRIAL – 1920/1985.

TABELA 80: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL POR SETOR DO VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL DE JUIZ DE FORA – 1935/1941.

TABELA 81: RELAÇÃO PROPORCIONAL DA ESTRUTURA INDUSTRIAL DE JUIZ DE FORA POR RAMOS PRODUTORES DE BENS – 1970/1980.

TABELA 82: DISTRBUIÇÃO PERCENTUAL DO NÚMERO DE OCUPADOS NA INDÚSTRIA JUIZ-FORANA POR SETORES – 1960/1985.

TABELA 83: EVOLUÇÃO DO VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL SETORIAL DE JUIZ DE FORA – 1941/1985.

TABELA 84: JUIZ DE FORA: NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E SEU PERCENTUAL DISTRIBUÍDOS POR SETORES DA INDÚSTRIA – 1970/1980.

TABELA 85: JUIZ DE FORA: NÚMERO DE OCUPADOS E SEU PERCENTUAL DISTRIBUÍDOS POR SETORES DA INDÚSTRIA – 1970/1980.

TABELA 86: JUIZ DE FORA: VALOR DA PRODUÇÃO E SEU PERCENTUAL DISTRIBUÍDO POR SETORES DA INDÚSTRIA – 1970/1980.

TABELA 87: JUIZ DE FORA: VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL E SEU PERCENTUAL DISTRIBUÍDO POR SETORES DA INDÚSTRIA – 1970/1980.

TABELA 88: CONCENTRAÇÃO SETORIAL DA INDÚSTRIA DE JUIZ DE FORA – 1985.

TABELA 89: RELAÇÃO PROPORCIONAL DAS INDÚSTRIAS DE JUIZ DE FORA E BELO HORIZONTE – 1935/1941.

TABELA 90: RELAÇÃO PROPORCIONAL DA MÉDIA DE CAPITAL POR EMPRESA E VALOR DA PRODUÇÃO POR OPERÁRIO NA INDÚSTRIA DE JUIZ DE FORA E BELO HORIZONTE – 1936/1941.

TABELA 91: RELAÇÃO PROPORCIONAL DA ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL DE JUIZ DE FORA E BELO HORIZONTE NO CONJUNTO DE MINAS GERAIS – 1947.

TABELA 92: RELAÇÃO PERCENTUAL DA PARTICIPAÇÃO DA ZONA DA MATA, DE JUIZ DE FORA E DE BELO HORIOZNTE NA INDÚSTRIA MINEIRA – 1950/1959.

TABELA 93: CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE – 1960/1980.

TABELA 94: ANÁLISE COMPARATIVA DO PERCENTUAL DE ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS DE JUIZ DE FORA NO CONJUNTO MINEIRO, POR SETORES – 1970/1980.

TABELA 95: ANÁLISE COMPARATIVA DO PERCENTUAL DOS OCUPADOS NA INDÚSTRIA DE JUIZ DE FORA NO CONJUNTO MINEIRO, POR SETORES – 1970/1980.

TABELA 96: ANÁLISE COMPARATIVA DO PERCENTUAL DA MASSA SALARIAL PAGA NA INDÚSTRIA DE JUIZ DE FORA NO CONJUNTO MINEIRO, POR SETORES – 1970/1980.

TABELA 97: ANÁLISE COMPARATIVA DO PERCENTUAL DO VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL DE JUIZ DE FORA NO CONJUNTO MINEIRO, POR SETORES – 1970/1980.

TABELA 98: ANÁLISE COMPARATIVA DO PERCENTUAL DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL DE JUIZ DE FORA NO CONJUNTO MINEIRO, POR SETORES – 1970/1980.

TABELA 99: PRINCIPAIS MUNICÍPIOS INDUSTRIAIS DE MINAS GERAIS – 1985.

RESUMO

Este trabalho investiga a industrialização da cidade de Juiz de Fora. Cidade situada na Zona da Mata de Minas Gerais, importante região produtora de café entre a segunda metade do século XIX e 1930. Juiz de Fora entre as décadas de 1880 e 1930 se transformou numa das principais cidades industriais do país e a primeira de Minas. A partir daquela década perde tal primazia para a nova capital Belo Horizonte, passando os formadores de opinião e toda sociedade a definirem-na como uma cidade estagnada e decadente. Isto posto, queremos provar que, no momento em que o país parte para uma economia política deliberadamente industrializante, com forte presença do Estado com o objetivo de integrar a nação sob as regras do sistema capitalista de produção, modelo este que vigorou entre as décadas de 1930 e 1980, Juiz de Fora não poderia ter ficado de fora. Mesmo não participando dos grandes projetos nacionais, a cidade apresentou crescimento e diversificação de sua atividade industrial ao longo de todo o período.

Eu sou um pobre
homem do Caminho Novo das
Minas dos Matos Gerais.

Pedro Nava. Baú de ossos.

Introdução.

O tema de nosso trabalho é o desenvolvimento industrial de Juiz de Fora. Por que estudar tal cidade? Em primeiro lugar, pois Juiz de Fora foi a primeira cidade a se industrializar em Minas Gerais, recebendo carinhosamente, já naquele período o apelido de **A Manchester Mineira**; e, junto com Rio de Janeiro e São Paulo, constituíram as principais cidades industrializadas do país entre as duas últimas décadas do século XIX e as três primeiras décadas do século XX.

Em segundo lugar, pois há muito que no inconsciente coletivo daquela cidade existe um sentimento de estagnação econômica e de desindustrialização, que traz na memória popular, nas análises dos formadores de opinião e na literatura que versa sobre o tema, a visão de que Juiz de Fora a partir da década de 1930, quando perde a condição de principal cidade industrializada de Minas Gerais para a capital Belo Horizonte, se transformou no que nós vamos denominar aqui de **mito do baú de ossos**. Ou seja, a cidade entrou em declínio econômico, passando a viver das "glórias do passado".

Ora, a nosso ver, a industrialização de Juiz de Fora tem que ser vista no contexto do processo de industrialização brasileiro que se inicia justamente nas duas últimas décadas do século XIX, quando se implanta no país a **Grande Indústria Fabril**, e que, a partir daí vai passando por fases qualitativas. Contudo, a implantação desta indústria, de modo a gerar efeitos multiplicadores se deu num contexto regionalizado, onde se sobressaíam as principais regiões cafeeiras (SP, RJ e a Zona da Mata mineira). É através da articulação entre produção agroexportadora do café e indústria que se dá o impulso industrializante do Brasil. Assim, entre as décadas de 1880 e 1930, ocorre a primeira fase dessa industrialização, que não obstante subordinada à economia agroexportadora, foi de grande importância para as transformações qualitativas não só dentro dessa mesma economia, como na economia do país como um todo. Neste sentido, Juiz de Fora, por ser capital regional da principal região agroexportadora de Minas Gerais e das principais regiões produtoras de café do país, recebeu os estímulos da acumulação de capital daquela economia, possibilitando inversões nas atividades urbano-industriais. Daí que, entre 1880 e 1930, a condição de cidade mais industrializada de Minas Gerais.

Acontece que, com as transformações econômicas, políticas e sociais no Brasil na década de 1930, o país se engaja de vez numa economia política industrializante; agora sob o comando do próprio capital industrial. A partir desta década, o Brasil inicia um movimento de integração do seu mercado nacional, consolidando assim, um novo modo de produção – o capitalismo – em que o Estado e posteriormente, na década de 1950, o capital internacional, conduzirão os rumos da industrialização e da economia do país.

Em Minas Gerais esta nova etapa da industrialização pós-1930 deslocará o centro dinâmico da economia do estado, da Zona da Mata cafeeira para Belo Horizonte e seu em torno, região esta provida de jazidas minerais e prontas para abastecer de insumos o conjunto da indústria nacional. É dentro desse contexto que Juiz de Fora perde a condição primaz da indústria mineira. Contudo, ao perder tal primazia, a indústria de Juiz de Fora não entrou em declínio ou estagnação, como quer os formadores de opinião e estudos que versam sobre esse tema. Este é o objetivo deste trabalho, discutir a inserção de Juiz de Fora na industrialização nacional pós-1930.

Para tanto, há que se abordar a formação econômica de Minas Gerais, desde o século XVIII, como que a indústria se desenvolveu por lá, bem como surgiu as relações de produção capitalistas naquele espaço e sua inserção no desenvolvimento capitalista brasileiro.

Nosso trabalho se divide em quatro capítulos. No primeiro, abordaremos a bibliografia que versa sobre o tema da industrialização brasileira, em que, a partir desta, propomos a discussão sobre Minas e Juiz de Fora. No segundo, discorremos sobre a origem da indústria mineira. Destacamos neste capítulo a trajetória da atividade industrial desde o período colonial até o final do século XIX, distinguindo a indústria que se originou fora da dinâmica agroexportadora cafeeira e a que surgiu dentro desse contexto. No terceiro capítulo analisamos a industrialização de Juiz de Fora. Destaca-se neste, uma revisão bibliográfica do tema; o papel da economia cafeeira; sua estrutura agrária; a transição do regime de trabalho escravo para o livre; além da dinâmica da atividade industrial de sua origem à década de 1930 e a formação do empresariado industrial juiz-forano. Por fim, no quarto capítulo analisamos a atividade industrial de Juiz de Fora no contexto da industrialização brasileira a partir da década de 1930. Destaca-se neste, uma abordagem das linhas gerais do processo de industrialização nacional entre 1930/1980, período este em que

o modelo de industrialização conduzido pelo Estado foi preponderante; a dinâmica da atividade industrial em Minas Gerais no período; e, o lugar da atividade industrial juiz-forana neste processo. Mais uma vez, queremos ressaltar, ao contrário do que diz os formadores de opinião e a literatura, que a atividade industrial de Juiz de Fora no período não pode ser caracterizada como estagnada e/ou decadente.

Capítulo 1: Industrialização brasileira: revisão bibliográfica. Novas perspectivas e Periodização.

1.1 – Revisão Bibliográfica

A literatura que aborda o tema **industrialização brasileira** pode ser identificada a partir de quatro interpretações, quais sejam, a *teoria dos choques adversos*; *a ótica da industrialização liderada pela expansão das exportações*; *a interpretação baseada no capitalismo tardio*; e, *a ótica da industrialização intencionalmente promovida por políticas do governo*[1].

A primeira, a *teoria dos choques adversos*, argumenta que a industrialização brasileira se originou como resposta às dificuldades impostas às importações pelos choques da Primeira Guerra Mundial (1914/1918), da Grande Depressão da década de 1930 e da Segunda Guerra Mundial (1939/1945). Partindo do pressuposto de que a economia brasileira tinha no setor agroexportador seu principal determinador da renda interna, a ocorrência de um choque adverso, ou seja, crise no setor principal, guerras e crises internacionais, afetariam o conjunto da economia nacional, impondo queda dos preços do produto básico no mercado internacional e aumento dos preços relativos às importações. Isto posto, em conseqüência destes choques, a procura interna, sustentada por políticas econômicas expansionistas, desloca-se para as atividades internas substituidoras de importação.

Suzigan aponta para duas versões desse argumento. A primeira pode ser denominada de "versão extrema" da *teoria dos choques adversos*. A outra, os estudos que se referem especificamente o choque da crise do café e da Grande Depressão da década de 1930, como indutores do processo de industrialização brasileiro[2].

No que toca à "versão extrema", pode ser identificada nos trabalhos de Simonsen (1939)[3] e na Doutrina da CEPAL. A rigor, particularmente a segunda vertente, pretende ser

---

[1] Um resumo das respectivas interpretações, consultar: WILSON SUZIGAN. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento.* São Paulo/Campinas: Hucitec/UNICAMP, 2000. Capítulo 1, pp., 23-47.
[2] Ibid., pp., 25-30.
[3] ROBERTO C. SIMONSEN. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos.* São Paulo: Cia. Editora Nacional/USP, 1973. Primeira versão é de 1939.

uma “teoria geral” do processo de industrialização latino-americano, o qual toma corpo a partir da Primeira Guerra Mundial e se consolida com os episódios adversos da década de 1930 e a Segunda Guerra Mundial.

Primeiramente, a “versão extrema” dos *choques adversos*, surge no trabalho de Simonsen (1939), quando este afirma que a indústria interna de transformação reagiu positivamente às dificuldades impostas às importações pela Primeira Guerra Mundial. De acordo com Simonsen, *não procede, pois, a afirmação de que a indústria brasileira originou-se apenas da guerra européia. Teve esta, de fato, uma pronunciada influência no seu desenvolvimento posterior, por ter provocado uma notável diversificação na fabricação de novos produtos. As necessidades do consumo, impossibilitado de se abastecer nos únicos mercados fornecedores de então, estimularam o nascimento de uma multiplicidade de pequenas indústrias, que se desenvolveram principalmente em São Paulo*[4]. Assim, o autor conclui que a maior evolução industrial que o Brasil teve desde a origem de sua indústria foi a partir da Primeira Guerra Mundial[5].

Todavia, a proeminência de tal enfoque está na *teoria cepalina*. Isto é, a base desta teoria, elaborada pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) consiste num padrão de relações de comércio exterior entre os países do centro do capitalismo (industrializados) e os demais países do mundo (denominados de periferia)[6].

De acordo com este argumento, esse padrão criou uma divisão internacional do trabalho que impôs aos países da periferia a especialização na produção agroexportadora, com o fito de suprir as demandas dos países industrializados. Por sua vez, os países centrais supriam àqueles de produtos manufaturados. Nessa divisão internacional do trabalho, o padrão de crescimento das economias periféricas era “voltado para fora”, ou seja, o setor exportador era o principal determinante da renda interna. Isto posto, o “centro de decisão” destas economias ficavam dependentes das flutuações de investimento dos países centrais.

Desta forma, segundo a economia política cepalina, a especialização na produção primário-exportadora era incapaz de estimular o desenvolvimento industrial das nações periféricas. Com efeito, uma mudança no padrão de crescimento “voltado para dentro” seria

[4] Cf., ROBERTO C. SIMONSEN. Op.cit. pg., 20.
[5] Ibid. Ibidem.

somente possível por meio da industrialização. De fato, esta ocorreu à medida que as economias periféricas ajustaram-se aos sucessivos desequilíbrios externos causados pelos choques adversos da Primeira Guerra Mundial, da Grande Depressão dos anos de 1930 e da Segunda Guerra Mundial.

Neste novo modelo de desenvolvimento – voltado para dentro – a variável endógena investimento industrial substituiu a variável exógena agroexportadora como principal fonte de dinamismo e crescimento. Mais do que isso, segundo a CEPAL, o "centro de decisão" da economia dos países periféricos foi transferido para dentro das fronteiras nacionais, que por sua vez traria mudanças não apenas econômicas, mas também políticas e sociais[7]. A visão cepalina de que a industrialização induziria tais transformações, foi criticada posteriormente pelos **teóricos da dependência**, cujas conclusões afirmavam que esta não trouxe mudanças significativas nas dinâmicas sócio-econômicas dos países latino-americanos[8].

Portanto, podemos afirmar que a economia política da CEPAL, é a principal corrente da "versão extrema" da *teoria dos choques adversos*.

A respeito da segunda versão desta mesma teoria, também podem ser identificados com o pensamento cepalino. Na verdade, podemos dizer que são dois expoentes da economia política da CEPAL, quais sejam, Furtado e Tavares. Os seus respectivos estudos[9], no entanto, se diferenciam do argumento anterior, pois, aplicam especificamente à década de 1930.

---

[6] Como esta teoria foi elaborada no"final dos anos de 1940 e início da década de 1950, quando maturava-se a Guerra Fria, excluem-se os países socialistas do conceito *periferia*. Periferia, então, era sinônimo de América Latina, Caribe e demais países da área de influência norte-americana.

[7] Sobre o arcabouço teórico da CEPAL, consultar: COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA – CEPAL. *Economics survey of Latin América – 1949.* New York: United Nations Publications, 1951. Também, RAUL PREBISCH. El desarrollo econômico de América Latina y algunos de sus principales problemas. In: *Boletin Econômico para América Latina* : 1961. Um resumo do pensamento cepalino consultar: RAUL PREBISCH. *Capitalismo perferico: crisis y trasnformación.* 1 reimpressão, México D.F.: Fondo de Cultura Econômica, 1984. OCTAVIO RODRIGUEZ. *A teoria do subdesenvolvimento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

[8] Sobre a crítica do pensamento cepalino feito pela **Teoria da Dependência**, consultar principalmente: ANDREW GUNDER FRANK. *Capitalism and underdevelopment in Latin América*. New York/London: Monthly Review Press, 1969. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO & ENZO FALETTO. *Dependência e desenvolvimento na América Latina – ensaio de interpretação sociológica.* Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

[9] Principalmente: CELSO FURTADO. *Formação econômica do Brasil.* 16 ed., São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1979. Primeira edição é de 1959. CELSO FURTADO. *Formação econômica da América Latina.* 2 ed., Rio de Janeiro: Lia Editor, 1970. Primeira versão é de 1969. MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira.* 10 ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1982. Primeira versão é de 1972.

Tanto Furtado como Tavares partem de uma distinção entre o tipo de indústria que se desenvolveu no Brasil antes e depois de 1930. Para eles, o desenvolvimento industrial ocorrido antes da década de 1930 pode ser considerado como um crescimento industrial induzido pelo crescimento da renda interna resultante da expansão do setor exportador, principalmente ligado à produção cafeeira. O desenvolvimento industrial que se verifica a partir da década de 1930, caracteriza-se como *industrialização substitutiva de importações*, estimulada pelo choque da crise do café e da Grande Depressão e pelas políticas econômicas adotadas para combater a crise.

Na afirmação dos autores, antes de 1930 havia clara interdependência entre a expansão do comércio exterior e o desenvolvimento de atividades econômicas internas. O crescimento da renda propiciado pela expansão das exportações criou mercado para produtos manufaturados, ocorrendo então crescimento industrial, principalmente para o ramo de *bens de consumo assalariados*. Com efeito, no princípio, a produção industrial cresceu rapidamente para ocupar os mercados previamente satisfeitos por importações. Subsequentemente, o crescimento industrial tornou-se dependente do crescimento do mercado interno, o qual, por sua vez, dependia do desempenho das exportações. Num estágio posterior, o crescimento da produção industrial também contribuiu para o crescimento da renda interna, ampliando assim, o próprio mercado interno.

Todavia, tal crescimento, tanto para um como para o outro, foi considerado como meramente uma extensão da economia agroexportadora, pois seu desenvolvimento era limitado e dependia, em última instância, do desempenho das exportações. Desta forma, para sobrepujar essa dependência, o setor industrial teria de diversificar sua estrutura a fim de criar sua própria demanda, isto é, estabelecer as indústrias produtoras de *bens intermediários* e de *bens de capital*. No entanto, tal diversificação somente poderia ter ocorrido nesse período por medidas de apoio e proteção do governo, o que não aconteceu.

O enfoque de Furtado e Tavares, portanto, parte da mesma base teórica do pensamento cepalino. Contudo, estabelecem uma diferença, ao analisar o caso brasileiro. A relação entre o setor exportador e as atividades internas, é para estes autores, de interdependência e não, de antagonismo, como argumenta a economia política da CEPAL. Porém, todos concordam que o crescimento industrial brasileiro deste período foi insuficiente para dar autonomia às atividades internas, nas quais ligada ao crescimento da

demanda externa por produtos primários, caracterizava-se por uma economia “reflexa e dependente”.

Quanto o desenvolvimento industrial brasileiro a partir da década de 1930, os autores afirmam que se deu como resposta ao choque adverso da Grande Depressão internacional, que por sua vez, induziu a crise da economia agroexportadora, particularmente o setor cafeeiro. É dentro desse contexto e, segundo os próprios autores, somente neste contexto, que utilizam, como afirmamos anteriormente, a *teoria dos choques adversos.* Assim, tal crise é enfatizada por eles como um ponto de inflexão no desenvolvimento industrial brasileiro, pois esta induziu, sobretudo, mudanças estruturais causada pelo crescimento insuficiente do setor exportador.

De acordo com Furtado e Tavares, a crise da economia internacional e seu reflexo na estrutura produtiva brasileira mudou o papel do setor exportador. Sua importância relativa como principal determinante do crescimento da renda interna diminuiu, mas tornou-se estratégico para criar a capacidade de importar os bens de capital essenciais para o investimento na indústria de transformação. Ao mesmo tempo, o investimento em atividades econômicas ligadas ao mercado interno tornou-se o principal determinante do crescimento da renda. Segundo eles, o fato de que tais investimentos puderam aumentar na década de 1930, quando a capacidade de importar declinou, é explicado pela redução do coeficiente de importações em geral, e também, pelas mudanças na composição das importações, como resultado da industrialização substitutiva de importações, com uma redução na participação das importações de *bens intermediários* e *bens de capital* destinados aos setores ligados ao mercado interno.

Em suma, a partir da década de 1930, nas análises de Furtado e Tavares, o Brasil ingressou num processo de industrialização caracterizado pela *substituição de importações***.**

Uma crítica que fazemos a estes estudos descritos, concordando com Suzigan, é que subestimam o desenvolvimento industrial anterior à década de 1930. Porém, discordamos de Suzigan quando este afirma que a interpretação de Furtado e Tavares está correta conceitualmente no que diz respeito à caracterização da atividade industrial daquele período, isto é, **crescimento industrial induzido pela expansão das exportações**. Como veremos adiante, partimos do pressuposto que, já no final do século XIX e estas décadas iniciais dos novecentos, pode ser caracterizada, do ponto de vista da atividade industrial,

como um **processo de industrialização**, não obstante sua indução pelo setor primário-exportador. Por outro lado, concordando mais uma vez com Suzigan, os autores não perceberam a diversificação da estrutura industrial mesmo antes da década de 1930, enfatizando apenas que a crise daquela década foi um ponto de inflexão importante para a tal diversificação setorial. A nosso ver, bem como para Suzigan, a diversificação e a transição para uma economia industrial começou antes de 1930 e a crise da economia primário-exportadora, escudada na Grande Depressão só aceleraram esta transição.

A respeito da segunda vertente, *a ótica da industrialização liderada pela expansão das exportações*, poderia ser considerada como idêntica à tese de Furtado e Tavares no que toca ao desenvolvimento industrial brasileiro no período anterior à década de 1930. Contudo, existem diferenças importantes entre as duas correntes, ou seja, ao contrário destes últimos, os representantes da *ótica da industrialização liderada pela expansão das exportações*, estabelecem uma relação direta entre o desempenho do setor exportador e o desenvolvimento industrial – significando que a indústria se desenvolveu durante períodos de bom desempenho das exportações e se retraiu durante períodos de crise no setor exportador –, e caracterizam esse desenvolvimento como um processo de industrialização mais abrangente, e não limitado à produção de bens de consumo como extensão do setor exportador[10].

Esta ótica pode ser identificada a partir dos seguintes estudos: Dean (1969)[11], Peláez (1972)[12], Nicol (1974)[13] e Leff (1982)[14].

Segundo Suzigan, apenas os dois primeiros são considerados relevantes. O estudo de Peláez pode ser considerado como uma interpretação de industrialização liderada pelas exportações apenas no sentido em que critica o argumento dos choques adversos. Concentra-se apenas na década de 1930 e, especificamente na interpretação de Furtado sobre o impacto da crise do café e da Grande Depressão sobre a economia brasileira e nas

[10] WILSON SUZIGAN. Op.cit. pp., 30-34.
[11] WARREN DEAN. *The industrialization of São Paulo – 1880/1945.* London/Austin: Institute of Latin American Studies/University Texas Press, 1969. A versão que estamos utilizando é WARREN DEAN. *A industrialização de São Paulo – 1880/1945.* 4 ed., Tradução de Octávio Mendes Cajado. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
[12] CARLOS MANUEL PELÁEZ. *História da industrialização brasileira.* Rio de Janeiro: APEC, 1972.
[13] ROBERT NICOL. *A agricultura e a industrialização no Brasil – 1850/1930.* (Doutorado). São Paulo: FFCH/USP, 1974.
[14] NATHANIEL LEFF. Economic structure and change – 1822/1947. . Vol.1. In: *Underdevelopment and development in Brazil*. 2 vol., London: George Allen & Unwin, 1982.

políticas econômicas adotadas para combater a crise. Desta forma, o objetivo de Peláez foi produzir uma crítica abrangente do argumento dos choques adversos, o que, no entanto, não conseguiu, pois o período que escolheu, isto é, a década de 1930, constitui o único que pode ser satisfatoriamente analisado nos termos dos *choques adversos*.

Fazendo uma leitura atenta do estudo de Peláez podemos concordar com Suzigan que afirma que aquele não oferece explicitamente uma interpretação alternativa do desenvolvimento industrial brasileiro, consistente com a sua crítica ao argumento dos *choques adversos*. Ao contrário, argumentando com base em taxas relativas de retorno entre investimentos no setor exportador e nas atividades internas, Peláez conclui que os programas de valorização do café distorceram essas taxas relativas de retorno em favor do setor exportador, atrasando assim, o desenvolvimento industrial brasileiro[15].

No que toca à contribuição de Leff, concordamos também com Suzigan que ela é contraditória[16]. Leff afirma que a expansão das exportações e o desenvolvimento industrial no Brasil apoiavam-se mutuamente, e que este último não necessitou de "choques adversos" como o rompimento das relações normais de comércio durante a Primeira Guerra Mundial[17].

Para o autor, a expansão do setor exportador estimulou o desenvolvimento industrial, fornecendo os meios para importação de insumos industriais complementares e os recursos para o desenvolvimento da infra-estrutura – particularmente ferrovias – e promovendo o crescimento da renda interna, criando assim mercado interno para produtos manufaturados. Neste sentido, os *choques adversos* não foram fatores determinantes, porque a imposição de tarifas aduaneiras sobre as importações alterou a relação interna de preços relativos em favor da indústria sem um colapso nas condições de comércio internacional[18].

Leff continua sua análise argumentando da seguinte forma: que o Brasil não dependia das condições econômicas externas; que o setor exportador não tinha grande participação na procura e oferta agregadas da economia brasileira; que a Primeira Guerra Mundial estimulou as exportações da indústria de transformação brasileira; e que o menor

[15] Ver CARLOS MANUEL PELÁEZ. Op.cit. Também, WILSON SUZIGAN. Op.cit.
[16] Ibid.
[17] NATHANIEL LEFF. Op.cit. pp., 178/179 e 194.
[18] Ibid. pg., 195.

impacto da Grande Depressão da década de 1930 sobre a economia brasileira e sua rápida recuperação resultaram da adoção de políticas monetárias e fiscal expansionistas, o que, em essência, corresponde exatamente à análise de Furtado para a década de 1930, não obstante Leff mencionar a política de defesa do café[19].

Leff também se contradiz ao afirmar que a experiência do Brasil durante a Primeira Guerra Mundial demonstrou que, muito antes de 1930, o desenvolvimento econômico do país poderia ser mantido apesar de uma forte contração no setor externo[20]. Assim, de acordo com Suzigan, a análise de Leff sobre o desenvolvimento industrial brasileiro é bastante inconsistente[21].

Por outro lado, os estudos de Dean e Nicol oferecem contribuições consistentes e substanciais, pois estabelecem uma relação direta entre a expansão das exportações de café e o desenvolvimento industrial, particularmente para o caso de São Paulo. Afirmam que, em anos de bom desempenho das exportações, o desenvolvimento industrial avançou e que, em anos de fraco desempenho, o mesmo atrasou-se.

Ambos concluem que a Primeira Guerra Mundial interrompeu um processo de desenvolvimento industrial que estava em andamento antes do conflito. Entretanto, acerca do desenvolvimento industrial a partir da década de 1930, apresentam pontos de vista diferentes.

Segundo Nicol, a relação direta entre o desempenho do setor exportador e o desenvolvimento industrial é valida para o período anterior à década de 1930; esta última, em que pese não ser abordada pelo autor, é vista como um período de *industrialização substitutiva de importações*[22].

O enfoque de Dean, por outro lado, estende a relação direta entre o setor exportador e o desenvolvimento industrial à década de 1930. O autor afirma que a crise do setor exportador, representado pelo seu produto principal, o café; bem como, a Grande Depressão da década de 1930, *quase paralisou as indústrias de São Paulo*[23]. Também

[19] Ibid., pp., 195-206.
[20] Ibid., pg., 207.
[21] Cf., WILSON SUZIGAN. Op.cit. pg., 32.
[22] ROBERT NICOL. Op.cit.
[23] Cf., WARREN DEAN. Op.cit. pg., 194.

critica a idéia de que a crise mundial favoreceu o crescimento industrial durante a década de 1930[24].

A forma como o setor exportador – notadamente o café – estimulou o desenvolvimento industrial brasileiro aparece de forma similar tanto na análise de Dean como na de Nicol. Segundo eles, o comércio de café lançou as bases para o desenvolvimento industrial por várias razões: em primeiro lugar, ao promover a monetização da economia e o crescimento da renda interna, o café criou um mercado para produtos manufaturados; em segundo lugar, ao promover o desenvolvimento das ferrovias e o investimento em infra-estrutura, ampliou e integrou esse mercado; em terceiro, ao desenvolver o comércio de exportação e importação, contribuiu para a criação de um sistema de distribuição de produtos manufaturados; e, em quarto, ao promover a imigração, aumentou a oferta de mão-de-obra. Ademais, a exportação de café supria os recursos em moeda estrangeira para a importação de insumos e bens de capital para o setor industrial. Entretanto, há uma diferença no que toca ao papel do Estado nesse processo. Para Nicol o Estado foi fundamental na relação café/indústria; ao passo que Dean minimiza tal papel[25].

No entanto, a contribuição original de Dean está na formação do capital e do empresariado industrial paulista. Salienta que os cafeicultores investiram em bancos, estradas de ferro, promoção da imigração e, em menor escala, na indústria de transformação. Mas, o papel mais importante para o autor, coube aos importadores e aos "burgueses imigrantes", bem como ao grupo social formado pela superposição dessas duas categorias. Neste sentido, segundo o autor, nem o capital estrangeiro e nem o Estado foram importantes para o desenvolvimento do capital industrial paulista[26].

De acordo com Dean, nas décadas de 1920 e 1930, o reinvestimento de lucros industriais foi importante fonte adicional de recursos para a formação do capital industrial. Todavia, afirma que não houve rápida acumulação de capital industrial nessas duas décadas[27].

Nicol, por outro lado, embora não oferece nenhuma evidência convincente sobre as origens do capital e da burguesia industrial, argumenta que a participação do capital

[24] Ver Ibid., pg., 117.
[25] Ver Ibid., Capítulo 1. ROBERT NICOL. Op.cit.
[26] Ver WARREN DEAN. Op.cit. Primeira Parte, pp., 25-91.
[27] Ver Ibid., pg., 124.

estrangeiro e do Estado foram importantes para o desenvolvimento industrial brasileiro, devido, principalmente, suas participações no desenvolvimento de ferrovias e siderurgias[28].

Suzigan analisa que a *ótica da industrialização liderada pela expansão das exportações*, particularmente, o ponto de vista mais radical de Dean, é certamente tão inaceitável quanto à "versão extrema" da *teoria dos choques adversos*. Ao admitir a existência de uma relação linear entre o desempenho do setor exportador e o desenvolvimento industrial, Dean ignora as mudanças estruturais fundamentais causadas pela crise cafeeira e da Grande Depressão da década de 1930. Nicol, por outro lado, aplica esta interpretação, como vimos, apenas no período anterior à década de 1930. Porém, ambos deixam de notar as transformações qualitativas estimuladas pela Primeira Guerra Mundial. Contudo, em favor dos autores está à percepção que tiveram das variadas conexões entre o comércio de café e o desenvolvimento industrial. Também fica a crédito de Dean, a sua discussão a respeito das origens do capital e da burguesia industrial[29]. No entanto, esses pontos de vista foram qualificados pela interpretação da *ótica do capitalismo tardio*, que como veremos mais adiante, visualiza o desenvolvimento industrial brasileiro como parte de um processo de acumulação de capital no setor cafeeiro, e os cafeicultores e os importador-imigrantes como os agentes sociais desse processo.

Acerca da vertente que analisa a *industrialização intencionalmente promovida por políticas do governo,* partem do ponto de vista de que a proteção tarifária e a concessão de incentivos e subsídios governamentais foram fatores importantes na promoção da industrialização brasileira no período anterior à década de 1930.

Tal visão é identificada nos estudos de Villela & Suzigan (1973)[30], Versiani & Versiani (1977)[31], Versiani (1987)[32], e Topik (1987)[33].

---

[28] ROBERT NICOL. Op.cit.
[29] Ver WISON SUZIGAN. Op.cit., pg., 34.
[30] ANNIBAL VILANOVA VILLELA & WILSON SUZIGAN. *Política do governo e crescimento da economia brasileira – 1889/1945*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973.
[31] FLÁVIO RABELO VERSIANI & MARIA TERESA RIBEIRO OLIVEIRA VERSIANI. A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição. In: FLÁVIO RABELO VERSIANI & JOSÉ ROBERTO MENDONÇA DE BARROS (org). *Formação econômica do Brasil: a experiência da industrialização.* São Paulo: Saraiva, 1977.
[32] FLÁVIO RABELO VERSIANI. *A década de 20 na industrialização brasileira.* Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1987.
[33] STEVEN TOPIK. *A presença do Estado na economia política do Brasil: de 1889 a 1930*. Tradução de Gunter Altmann. Rio de Janeiro: Record, 1987.

A rigor, não se trata, segundo os defensores desta ótica, de provar que a industrialização foi promovida por uma abrangente política deliberada de desenvolvimento. Há consenso entre eles que tal política, no sentido em que foi definida por Hirschman[34], não foi implementada no Brasil antes da década de 1950.

Na verdade, o que esta corrente pretende de fato, é contestar a afirmação, dentro do debate que versa sobre o tema, de que o papel do Estado na promoção deste desenvolvimento industrial no período anterior a 1930 foi mínimo ou não significativo. Argumenta-se que, ao contrário, o Estado desempenhou um papel positivo, em primeiro lugar, por meio de uma proteção alfandegária deliberada e, em segundo, por meio da concessão de incentivos e subsídios a indústrias específicas.

Contudo, particularmente, os estudos de Versiani & Versiani (1977) e Versiani (1987) exageram na análise da participação do Estado no desenvolvimento industrial deste período, tanto no que toca à proteção alfandegária, quanto no que diz respeito aos incentivos e subsídios governamentais.

No entanto, é Suzigan que tenta abordar a participação do Estado no desenvolvimento industrial brasileiro no período pré-1930 de maneira satisfatória. Segundo este autor: *(...) no período anterior à Primeira Guerra Mundial praticamente nenhuma assistência direta foi concedida pelo governo à indústria de transformação, com exceção da indústria do açúcar e, é claro, das ocasionais isenções de direitos sobre maquinaria importada e outras formas indiretas de apoio do governo, como por exemplo, o desenvolvimento do sistema de transportes, da infra-estrutura, etc. A partir da Primeira Guerra, o Estado começou a estimular deliberadamente o desenvolvimento de algumas indústrias específicas, mas não o desenvolvimento industrial de modo geral. No entanto, os incentivos e subsídios concedidos não eram sistemáticos e nem sempre eficazes*[35].

A discussão sobre a interpretação de Suzigan a respeito do desenvolvimento industrial brasileiro será feita mais adiante.

---

[34] De acordo com Hirschman: *uma política deliberada de desenvolvimento é aquela levada a efeito não mais apenas por meio de proteção aduaneira, mas através de uma ampla gama de instrumentos de política fiscal e creditícia, através de pressões sobre as firmas importadoras estrangeiras para que estabeleçam operações industriais, bem como através de ação direta: o estabelecimento de empresas industriais estatais ou, crescentemente, de companhia ou bancos de desenvolvimento que são então encarregados de promover empreendimentos específicos.* ALBERT HIRSCHMAN. The political economy of import-substituting industrialization in Latin America. In: *The Quarterly Journal of Economics*. LXXXII (1): 1-32, 1968.

[35] Cf., WILSON SUZIGAN. Op.cit. pg., 47.

Por fim, passamos à análise da quarta vertente apontada anteriormente, isto é, a *ótica do capitalismo tardio*.

Tal visão pode ser identificada nos estudos de Silva (1973)[36], Tavares (1974)[37], Cardoso de Mello (1975)[38], Cano (1977)[39] e Aureliano (1981)[40].

Esta ótica visa interpretar o desenvolvimento industrial a partir da evolução do capitalismo no Brasil. A rigor, é uma revisão do **pensamento cepalino** através da incorporação do postulado teórico da **teoria da dependência**. A *ótica do capitalismo tardio* reconhece a importância do pensamento cepalino para o entendimento da peculiaridade do desenvolvimento econômico latino-americano, aceitando o princípio de que este é específico – ou seja, uma economia periférica – mas refuta o caráter reflexo atribuído a estas economias como defende a economia política da CEPAL. Por outro lado, tais estudos aceitam o conceito de *dependência*, especialmente aquele formulado nos termos de Cardoso & Faletto[41], o qual sugere que o desenvolvimento latino-americano – em particular o brasileiro – é um desenvolvimento capitalista, determinado em primeira instância por fatores internos e, em última instância, por fatores externos.

Desta forma, salientando que a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado na economia agroexportadora marca a emergência de um novo modo de produção – capitalista – os teóricos do *capitalismo tardio* substituem a tradicional dicotomia fatores internos *versus* fatores externos como motores do crescimento, por uma interpretação que visualiza o crescimento industrial como primordialmente um resultado do

---

[36] SÉRGIO SILVA. *Le café et l'industrie au Brésil – 1881/1930.* (Doutorado) Paris: École Pratique des Hautes Êtudes, 1973. A versão que estamos utilizando é SÉRGIO SILVA. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil.* 8 ed., São Paulo: Alfa-Ômega, 1995. op.cit.

[37] MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil.* (Livre-Docência). Rio de Janeiro: FEA/UFRJ, 1974. A versão que estamos utilizando é MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES. *Acumulação de capital e industrialização do Brasil.* 3 ed., Campinas: IE/UNICAMP, 1998. op.cit.

[38] JOÃO MANUEL CARDOSO DE MELLO. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira.* (Doutorado). Campinas: DEPE/IFCH/UNICAMP, 1975. A versão que estamos utilizando é JOÃO MANUEL CARDOSO DE MELLO. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira.* 10 ed., Campinas: IE/UNICAMP, 1998. op.cit

[39] WILSON CANO. *Raízes da concentração industrial em São Paulo.* São Paulo: DIFEL, 1977. A versão que estamos utilizando é WILSON CANO. *Raízes da concentração industrial em São Paulo.* 4 ed., Campinas: IE/UNICAMP, 1998. op.cit.

[40] LIANA AURELIANO. *No limiar da industrialização.* São Paulo: Brasiliense, 1981. A versão que estamos utilizando é LIANA AURELIANO. *No limiar da industrialização.* Campinas: Série Teses, IE/UNICAMP, 1999. op.cit.

[41] FERNANDO HENRIQUE CARDOSO & ENZO FALETTO. Op.cit.

processo de acumulação de capital no setor agrícola exportador, o qual, por sua vez, é dependente da demanda externa.

Mas, mais do que isso, a *ótica do capitalismo tardio* logra uma nova periodização para a histórica econômica brasileira, ao substituir a tradicional periodização cepalina, cuja proposição era um período de crescimento voltado para fora até 1929 e a transição a partir da década de 1930 para um crescimento voltado para dentro em conseqüência da crise da economia agroexportadora. A periodização cepalina busca uma macro-periodização para todos os países latino-americanos. Em contrapartida, a periodização dos teóricos do *capitalismo tardio* fixa exclusivamente ao caso brasileiro, isto é, enfatiza a transição da economia colonial para a mercantil nacional baseada no escravismo e, subsequentemente, para a economia capitalista exportadora. Segundo tais estudos foi nesta última fase, particularmente entre fins da década de 1880 e a década de 1920, que se deu a origem e a consolidação do capital industrial[42].

Portanto, para estes autores, o capital industrial originou-se na década de 1880, na esteira de um rápido processo de acumulação de capital no setor exportador cafeeiro. Segundo esta interpretação, por essa época, a introdução da máquina de beneficiar café e a construção de um sistema de transporte ferroviário já haviam contribuído para melhorar a qualidade do café e reduzir os custos de transporte, estimulando assim a acumulação de capital e aumentando a procura de mão-de-obra. Essas duas novas atividades empregavam trabalho assalariado, e os cafeicultores estavam crescentemente voltando-se para o emprego assalariado nas plantações, uma vez que o trabalho escravo era escasso e oneroso, e já prenunciava a abolição da escravidão. A solução encontrada para a escassez de mão-de-obra foi a promoção da imigração de trabalhadores livres, completando-se assim a transição para uma economia capitalista exportadora de café. Foi nesta economia que criou as condições favoráveis para emergência do capital industrial. Tais condições compreendem a prévia acumulação de capital para investimento no setor industrial, a formação de um

[42] Ver principalmente JOÃO MANUEL CARDOSO DE MELLO. Op.cit. pp., 130-166. Ainda sobre a periodização proposta pela **ótica do capitalismo tardio**, criticam os teóricos da dependência por, embora avançarem na especificidade do desenvolvimento do capitalismo latino-americano, ficaram presos à periodização tradicional cepalina e as explicações desta escola no que diz respeito à passagem econômica de uma etapa para outra. Isto posto, segundo aquela *ótica* passa-se a impressão de que os teóricos da *dependência* apenas introduziram a luta de classes no corpo teórico *cepalino*. Ibid. pg., 27.

mercado de trabalho livre, a criação de um mercado interno para produtos industrializados e a capacidade de importar bens de salário, matérias-primas e maquinaria[43].

Neste sentido, o capital industrial é visto como uma extensão do capital cafeeiro e como parte do **complexo agroexportador de café**, o qual inclui a produção e o processamento do café, o sistema de transportes – ferrovias, portos etc – o comércio de importação e exportação e os serviços bancários[44]. Não é ocioso afirmar que os teóricos do *capitalismo tardio*, principalmente Cardoso de Mello e Cano, compreendem a origem do capital industrial no complexo cafeeiro paulista, devido este, e somente este criar as condições para o surgimento das relações de produção capitalistas. Portanto, é a economia cafeeira de São Paulo, segundo os autores, a principal responsável pelas transformações da economia brasileira em direção ao **modo de produção capitalista**.

Com relação aos agentes sociais do processo de acumulação de capital no setor industrial, existe uma controvérsia entre os autores desta ótica. Cardoso de Mello e Cano enfatizam o papel dos cafeicultores como grupo social de onde se originou o empresariado industrial, ao passo que Silva, concordando com Dean[45], afirma que os "burgueses imigrantes" importadores desempenharam o papel principal.

Afirma-se também que a relação entre capital cafeeiro e o capital industrial é contraditória. As condições derivam da subordinação deste ao capital internacional. O capital industrial depende do capital cafeeiro em dois aspectos cruciais, quais sejam, para gerar a capacidade de importar máquinas e equipamentos industriais, assim como bens de salário para a reprodução da força de trabalho, e para criar um mercado de produtos industrializados. O capital cafeeiro, por sua vez, dependia da demanda externa por café. Embora a rápida acumulação de capital cafeeiro estimulasse a acumulação de capital industrial, esta era contraditória à acumulação de capital cafeeiro – o qual predominantemente mercantil – e à posição subordinada da economia brasileira na economia mundial, posição esta que implicava a especialização da economia brasileira na produção de produtos primários para a exportação, na divisão internacional do trabalho. Isto posto, de acordo com os autores, o desenvolvimento do capitalismo baseado no

[43] Ver principalmente Ibid., pp., 75-92; SÉRGIO SILVA. Op.cit. pp., 43-70. WILSON CANO. Op.cit., pp., 54-98.
[44] O conceito de **Complexo econômico** é uma elaboração de Cano e está implícito nas análises de Cardoso de Mello e Sérgio Silva. Tal conceito será descrito e analisado mais adiante, no capítulo 3.

comércio de café ao mesmo tempo estimulou o desenvolvimento industrial e impôs limites a esse desenvolvimento.

No que toca ao tipo de indústrias que se desenvolveu na esteira da economia cafeeira, existe outra controvérsia. Para Cardoso de Mello e Silva, estas foram notadamente de *bens de consumo assalariado*. A procura de bens de capital era dirigida aos países do centro, e a indústria interna de bens de capital não se desenvolveu, impedindo assim a autonomia da acumulação de capital industrial. Com efeito, é esse crescimento industrial que é caracterizado como "específico" e "retardatário" porque periférico subordinado à acumulação internacional de capital, e não autônomo[46].

Já para Cano, em que pese à concordância com os demais no que toca as características desse desenvolvimento industrial, discorda quando afirmam da exclusividade do ramo de bens de consumo assalariado. Segundo ele, os estímulos ao desenvolvimento industrial originados pela acumulação de capital cafeeiro não se limitaram àquelas indústrias de consumo, mas incluíam também um incipiente setor de bens intermediários e, até mesmo de capital, isto é, fabricação de sacaria de juta para café, máquinas de beneficiar café e implementos agrícolas etc., estabelecendo *linkages* tanto para trás como para frente. Todavia, para o autor, tais ramos intermediários e de capital eram vinculados à dinâmica cafeeira o que impedia o *take off* em direção a autonomia do capital industrial[47].

Ademais, o desenvolvimento industrial é também explicado por outro aspecto da contradição da relação entre o capital cafeeiro e o capital industrial, qual seja, os efeitos da política econômica – particularmente aduaneira e cambial – sobre a indústria. De acordo com a *ótica do capitalismo tardio*, a hegemonia do capital cafeeiro tornava politicamente inviável a imposição pelo governo brasileiro de um imposto direto sobre a exportação do café. Sobretudo, tal imposto contrariava os interesses dominantes do capital internacional, já que parte dele era transferido para os importadores, dada a inelasticidade da procura do café. Assim, a cobrança de direitos aduaneiros sobre as importações foi a solução alternativa. A tarifa aduaneira tornou-se a mais importante fonte de receita para o governo, beneficiando indiretamente a indústria interna pela proteção que oferecia. Da mesma forma,

---

[45] WARREN DEAN. Op.cit.
[46] JOÃO MANUEL CARDOSO DE MELLO. Op.cit. SÉRGIO SILVA. Op.cit.
[47] WILSON CANO. Op.cit.

a depreciação da taxa de câmbio quando caíam os preços do café também favorecia a incipiente indústria interna. Entretanto, afirma-se que essas políticas – aduaneira e cambial – não podiam ser caracterizadas como protecionistas, uma vez que não eram seletivas e variavam de acordo com a conjuntura econômica[48].

Finalmente, a *ótica do capitalismo tardio* salienta que esse padrão de acumulação de capital baseado no comércio de café foi rompido pela crise do café e da Grande Depressão da década de 1930. A acumulação de capital industrial tornou-se mais independente do capital cafeeiro, ao menos pelo lado da procura. Esta não mais seria determinada primordialmente pela expansão do setor exportador, mas sim principalmente pelo crescimento da renda no setor industrial-urbano. As políticas monetária e fiscal expansionistas da década de 1930 e a redução da capacidade de importar estimularam o crescimento da produção nas indústrias de bens de consumo previamente estabelecidas e um concomitante processo de rápida industrialização substitutiva de importações de bens intermediários e de bens de capital. No entanto, essa substituição de importações não foi suficiente para estabelecer as indústrias produtoras de insumos básicos e de bens de capital.

De fato, a acumulação de capital continuou dependente da capacidade de importar criada pelo setor exportador para realizar importações de maquinaria e insumos básicos industriais. De acordo com àquela interpretação, essas importações somente puderam ser aumentadas numa conjuntura de capacidade de importar declinante como a da década de 1930, em razão de mudanças na composição das importações como resultado do processo de industrialização substitutiva de importações. Somente a partir da década de 1950 é que a acumulação de capital industrial tornou-se predominante e endogenamente determinada, como resultado do estabelecimento das indústrias pesadas[49].

Além dessas quatro vertentes analisada anteriormente que discorrem sobre o desenvolvimento industrial brasileiro, podemos incluir mais três interpretações, quais sejam, a *ótica da industrialização descentralizada* de Antônio Barros de Castro, a *teoria do produto principal* ou sua abordagem mais sofisticada, isto é, *os efeitos de encadeamento* de Hirschman e o estudo síntese de Wilson Suzigan sobre a origem e o desenvolvimento da indústria brasileira no período anterior à década de 1930.

---

[48] Ver principalmente SÉRGIO SILVA. Op.cit. pp., 99-104.
[49] Ver principalmente JOÃO MANUEL CARDOSO DE MELLO. Op.cit. MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES. Op.cit.

Quanto ao primeiro, o estudo de Barros de Castro[50], analisa que a visão sobre a industrialização brasileira a partir de 1930, como movimento oriundo da Grande Depressão é equivocada e dificulta a compressão do processo de industrialização das regiões brasileiras, principalmente nos primeiros trinta anos do século XX. Parte de que a indústria surgiu no Brasil de forma amplamente disseminada pelo território nacional. Até meados do século XIX tal dispersão se explicava pelo "gênero" de indústria predominante.

O autor analisa estes "gêneros" da seguinte forma ao longo do século XIX. De um lado, havia as manufaturas de "subsistência", cujo objetivo era suprir as necessidades correntes. Encontrava-se nas fazendas e nos próprios lares urbanos. De outro, a indústria de beneficiamento vinculada aos produtos de exportação.

Todavia, no correr da segunda metade dos oitocentos, as indústrias domésticas foram gradativamente superadas, desaparecendo com o desenvolvimento e a mercantilização da economia. As razões para tal, na explicação do autor, estão no encarecimento do trabalho que tem início com a supressão do tráfico de escravos (1850); na liberação de capitais promovida por este mesmo movimento; e, sobretudo, a formação de mercados urbanos – dando margem ao surgimento de autênticas indústrias – apontando assim para sua morte. Esta seria acelerada ou retardada, na dependência do ritmo a que se processasse o entrelaçamento da região em que estava inserida e o resto da economia nacional[51].

No que toca à indústria de beneficiamento, os fatores apontados acima seriam, ao contrário, poderosos condicionantes de seu processo evolutivo. Na verdade, para Barros de Castro, não obstante a dependência destas indústrias à dinâmica de exportação do produto básico, constituiria a principal matriz industrial para certas regiões do país[52].

O autor afirma que ao longo do século XIX foi-se acumulando condições propícias ao surgimento de um novo gênero de indústrias – notadamente indústrias têxtil, alimentos, bebidas etc, – as quais, ainda que vinculadas à dinâmica da agricultura caracterizavam-se por uma elaboração muito mais intensa dos bens primários.

---

[50] ANTÔNIO BARROS DE CASTRO. A industrialização descentralizada no Brasil. Vol., 2. In: ANTÔNIO BARROS DE CASTRO. *7 ensaios sobre a economia brasileira.* 2 vol., 2 ed., Rio de Janeiro: Forense, 1972.
[51] Ibid., pg., 104.
[52] Ibid., pg., 105.

Estes novos setores, segundo o autor vão contribuir para o desenvolvimento urbano, à medida que necessitam de mercado consumidor previamente estabelecido, o que, por suposto estará vinculado à dinâmica das economias regionais. Ademais, a disponibilidade de capitais, mão-de-obra, infra-estrutura de transporte e energia constituír-se-ão fatores imprescindíveis no processo de maturação destas indústrias. Mais uma vez elas dependerão da dinâmica econômica da região em que está inserida.

Todavia, Barros de Castro afirma que particularmente a indústria têxtil se disseminou pelo território brasileiro ao longo da segunda metade do século XIX. Nas palavras do autor, *onde houvessem centros urbanos, aí tenderiam a despontar os estabelecimentos têxteis, fábricas de produtos alimentares, bebidas etc...*[53]. Portanto, para o autor, este "gênero" de indústrias será a responsável pelo que ele denomina de *primeira fase da industrialização brasileira*.

Não obstante as características apontadas anteriormente, os investimentos realizados na implantação destas indústrias eram de pouca monta o que explica, em certa medida, a sua disseminação pelo território nacional. Mas, para o autor percebe-se um paradoxo, isto é, a presença destas indústrias, em regiões desprovidas de dinâmica econômica. Dentro desse contexto, segundo ele, mostra-nos uma outra característica importante do desenvolvimento industrial brasileiro, qual seja, o *isolamento* regional. Isto é, regiões que tinham pouca ou nenhuma relação com o mercado externo.

Na verdade, Barros de Castro analisa que, em sua maioria, as indústrias de transformação que se desenvolveram no Brasil neste período, buscavam situar-se em faixas de mercado não competitivas, onde fosse desinteressante para o competidor estrangeiro. Este critério definia uma espécie, de acordo com o autor, de "teto" abaixo do qual as indústrias se deparavam com um campo relativamente livre de ação, não obstante as dificuldades a enfrentar, como por exemplo a natureza comercial-financeira e a distribuição dos produtos. Por isso, o caráter *descentralizado e regionalizado* desta primeira fase da *industrialização*.

No entanto, o autor salienta que nesta fase o Rio de Janeiro tornou-se o principal centro industrial do país. As razões para tal, além da disponibilidade de capitais – pois centro comercial e financeiro do Império –, e mão-de-obra, contava com um porto

[53] Cf., Ibid., pg., 106.

relativamente bem aparelhado, que permitia acesso às matérias-primas e combustíveis suficientes para manter um parque industrial. A primazia do Rio de Janeiro como principal centro industrial do país será superado por São Paulo, a partir da década de 1920.

Mas, há que afirmar, segundo Barros de Castro, que a indústria nesta primeira fase constituía-se no "segundo andar" da agricultura. Ou seja, o tipo de indústria que se desenvolveu não era antagônico à agricultura, e sim, complementar.

Entretanto, o autor afirma que a partir da década de 1930 ocorreu uma profunda transformação na composição setorial da indústria brasileira, com a aceleração do desenvolvimento dos ramos de bens intermediários e bens de capital. Desta feita, estes ramos tenderam a concentra-se no eixo Rio-São Paulo, por serem estes os principais centros industriais do país e dotarem de recursos suficientes para a atração destas novas indústrias.

Esta nova fase do que ele chama de *moderna industrialização* brasileira acarretou a subordinação das demais regiões do país à região centro-sul. Em outras palavras, na afirmação de Barros de Castro, a esta região cabia a iniciativa e a escolha dos ramos industriais a serem implantados no país; e, à medida que diversificava sua produção tornava-se o fornecedor obrigatório de um crescente número de produtos, desfavorecendo com isso, as indústrias regionais. Isto posto, a política econômica se incumbiria de reforçar a dependência das demais regiões do país à industrialização do centro-sul[54]. Portanto, para Barros de Castro, a concentração industrial na região centro-sul destruiu os mercados das indústrias regionais, causando com isso efeitos desintegradores.

Mas, mais do que isso, segundo o autor, com a crise externa da década de 1930, a indústria situada na principal região econômica do país – São Paulo e Rio – reagiu de forma a reduzir as importações de produtos primários de outras regiões e compensando o mercado interno de produtos industriais importados com sua produção. Deste modo, a indústria central reorientou sua estrutura setorial, embora ter reforçado sua dependência frente ao mercado externo, devido principalmente à demanda por máquinas e equipamentos. Dentro desse contexto, o autor afirma que dava-se, assim, a conquista do mercado nacional por parte da indústria paulista e carioca.

[54] A denominação da região Centro-sul é ambígua a nosso ver. Que região é esta? Somente os estados do Rio de Janeiro e São Paulo ou a macro-região que engloba as regiões Sudeste e Sul do Brasil? O autor não especifica.

Este movimento a partir da década de 1930 gerou a *desintegração* da economia nacional, segundo os argumentos de Barros de Castro. No entanto, no correr da década de 1950, passou paulatinamente a constituir-se um processo de *reintegração*, através da criação de *zonas de complementação* orientadas para o atendimento das necessidades do parque industrial central. A criação destas zonas vinculou-se principalmente às necessidades de produção de insumos industriais básicos, isto é, minérios, energia e etc, os quais vão redefinir a geografia econômica do país, passando a industrialização a desvincular os interesses regionais em prol da economia nacional. Desta feita, as zonas eleitas, na afirmação do autor, terão papel passivo, nesta nova etapa da industrialização brasileira.

Em suma, o estudo de Barros de Castro pretende ser uma versão radicalizada da *teoria cepalina* transportando as relações centro-periferia entre nações para as relações inter-regionais de um mesmo país. A leitura de seu trabalho quase nos induz a chamar os paulistas e cariocas de "bastardos", pois destruíram as demais indústrias regionais, subordinando a economia nacional aos seus desígnios. Segundo ele, as indústrias gaúchas, catarinenses e nordestinas foram destruídas ou submetidas a esse jogo "macabro" do processo de industrialização concentrador brasileiro. Em contrapartida, a criação das *zonas de complemento*, isto é, Zona Metalúrgica de Minas Gerais, Recôncavo Bahiano e Bacia carbonífera de Santa Catarina, se receberam os efeitos positivos desse processo, não refletiam o passado do desenvolvimento de indústrias em suas respectivas regiões, o que prova para ele, a redefinição do espaço nacional ordenada pelos grandes centros industriais.

Sobre a *teoria do crescimento econômico induzido por produtos básicos* ou sua abordagem mais sofisticada, *os efeitos de encadeamento*, são enfoques que na realidade foram concebidos tendo em vista diferentes contextos econômico-sociais distintos, no caso da *teoria do produto principal*, um "país novo"; no caso da abordagem *dos efeitos linkages*, os países latino-americanos na sua etapa primário-exportadora; os quais descrevem o processo de desenvolvimento econômico a partir da relação de um país com o mercado internacional através de seu principal produto de exportação. Dentro desse contexto, tal

produto principal gera efeitos de encadeamento ou de expansão no qual transfere renda deste para o investimento em outros setores da atividade produtiva do mercado interno[55].

Para estas teorias, a industrialização de países como o Brasil, dependeu em primeira instância do desenvolvimento de uma etapa primário-exportadora, a qual a partir da colocação de seu produto principal no mercado internacional, gerou efeitos de expansão no mercado interno que possibilitou o surgimento de um segmento industrial.

Segundo Hirschman, os efeitos de encadeamento podem ser divididos da seguinte forma: *efeitos de produção, efeitos de consumo* e *efeitos de natureza fiscal*.

No que toca aos *efeitos de produção,* podem ser subdivididos em retrospectivos e prospectivos. Os efeitos retrospectivos são os que levam os investimentos em setores que gravitam em torno do fornecimento de insumos, bens e serviços para o setor exportador, incluindo máquinas, transportes etc. Os efeitos prospectivos gravitam em torno da elaboração e melhoramento do produto principal, utilizado como insumo, secagem, beneficiamento, ensacamento etc. [56].

Os *efeitos de consumo* resultam de setores que vão produzir bens em função de uma demanda gerada no setor exportador, variando de acordo com a renda decorrente de suas exportações[57].

Por fim, os *efeitos fiscais* se originam na capacidade do Estado (em suas diversas instâncias) interferir nos fluxos de recursos decorrentes da produção agroexportadora, ou em outras palavras, na sua capacidade de tributação, que pode incidir diretamente sobre o

---

[55] Sobre a *teoria do produto principal,* consultar: MELVILLE WATKINS. Teoria primária do crescimento econômico In: JACQUES. SHWARTZMAN. *Economia Regional – textos escolhidos.* Belo Horizonte: CEDEPLAR/REDE-MINTER, 1977. DOUGLASS NORTH. Teoria da localização e crescimento econômico regional. In: JACQUES SHWARTZMAN. Op.cit. ROBERT BALDWIN. Padrões de desenvolvimento nas regiões de colonização recente. In: JACQUES SHWARTZMAN. Op.cit. ROBERTO MARTINS. A interpretação do crescimento com liderança das exportações: modelos teóricos e a experiência brasileira. In: CARLOS MANUEL PELAEZ & MIRCEA BUESCU. *A moderna História Econômica.* Rio de Janeiro: APEC, 1976. Entre outros. Sobre a *teoria de "Linkages",* consultar: ALBERT HIRSCMAN. *Estratégia do desenvolvimento econômico.* Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. ALBERT HIRSCMAN. *Essays in trepassing: economics to politics and beyond.* Cambridge: Cambridge University Press, 1981. ALBERT HIRSCMAN. Desenvolvimento por efeitos em cadeia: uma abordagem generalizada. In: BERNARDO SORJ, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E MAURÍCIO FONT. *Economia e movimentos sociais na América Latina.* São Paulo: Brasiliense, 1985. Ver também, ALBERT HIRSCHMAN. "Linkages". In: *JOHN EATWELL, MURRAY MILGATE & PETER NEWMAN. The new palgrave – a Dictionary of Economics.* New York: Macmillan, vol., 3, 1998.

[56] Ibid. pp., 38 ss. Id., Linkages. Op.cit. pp., 206-211. Também, ANDERSON PIRES. *Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais – 1889/1930.* (Doutorado). São Paulo: FFLCH/USP, 2004. pg., 32.

[57] Idem. Ibidem.

próprio produto de exportação, isto é, efeitos fiscais diretos; e/ou sobre fluxos de importações gerados por ele, ou seja, efeitos fiscais indiretos[58].

Contudo, segundo Hirschman, a análise dos **efeitos de encadeamento** não é suficiente para determinar o desenvolvimento de uma referida economia. As experiências históricas de diversos países primário-exportadores em um momento específico de sua articulação com o mercado mundial demonstram a presença de grandes variações, *vis à vis*, a própria natureza do principal produto exportador, além das circunstâncias sociais, econômicas e culturais herdadas, que levam a distintas trajetórias, as quais podem representar ao mesmo tempo estímulo e desestímulo do ponto de vista do desenvolvimento econômico[59].

Desta feita, ao captar esta relação entre as características "naturais" do produto básico com o processo permeado pelo ambiente sócio-econômico herdado e moldado pelo contexto histórico específico, Hirschman propõe uma aproximação entre os princípios fundamentais da **teoria do produto principal** e o **marxismo**.

Assim, o autor elabora o conceito de **micromarxismo**, o qual justifica da seguinte forma: *(...) o pensamento marxista tradicionalmente ocupou-se de um pequeno número de constelações de forças produtivas – tais como os modos de produção feudal ou capitalista – dominantes em grandes áreas geográficas e que persistem por longos períodos de tempo; as configurações políticas e sociais são vistas, então, como derivadas desses macromodos. A abordagem do tipo "repercussões em cadeia" também absorve traços característicos dos processos de tecnologia e produção, tomados como ponto de partida para compreensão de eventos sociais, porém o faz em escala muito menor, em pormenores mais específicos, e por um espaço de tempo mais limitado. Por tal razão "micromarxismo" pode ser um bom modo de descrever esta tentativa de mostrar como a forma que assume o desenvolvimento econômico, incluindo seus componentes sociais e políticos, pode ser referida às atividades econômicas específicas de um país*[60].

---

[58] Ibidem.
[59] Idem. pp., 33/34.
[60] Cf., ALBERT HIRSCHMAN. Desenvolvimento por efeitos em cadeia: uma abordagem generalizada. Op.cit. pg., 70.

A respeito do estudo de Wilson Suzigan[61], mescla as contribuições da interpretação do *capitalismo tardio* com as teorias do *produto principal* e *linkages*, as quais, segundo o autor, há similaridades *óbvias*.

No entanto, o autor aponta que as características do crescimento industrial ocorrido durante o período de crescimento econômico impulsionado pelo desempenho da economia agrícola-exportadora – ou seja, produção industrial não só de bens de consumo, mas também de processamento ulterior do produto básico e fabricação de insumos, inclusive bens de capital, para o setor exportador – bem como o início da diversificação da estrutura industrial ainda antes da Primeira Guerra Mundial – produção de insumos para própria indústria – talvez sejam mais bem explicados pelas *teorias do produto básico* e *linkages* do que pelas relações contraditórias entre o capital cafeeiro e o capital industrial, proposta pelo enfoque do *capitalismo tardio*, as quais implicam certa rigidez estrutural da produção industrial nessa fase. Da mesma forma, a *teoria do produto principal*, é para Suzigan, mais "universal", isto é, não se restringe apenas a economia cafeeira, o que permite entender melhor as especificidades regionais relacionadas a diferentes produtos básicos e, portanto, as causas dos diferentes desempenhos e padrões de desenvolvimento industrial no plano regional[62].

No que toca à *ótica do capitalismo tardio*, Suzigan afirma que seu estudo pretende evidenciar, em termos gerais, as hipóteses daquela interpretação. Ou seja, foi efetivamente nos períodos de expansão das exportações que ocorreu a expansão do capital industrial. Também, o capital industrial originou-se de atividades direta ou indiretamente relacionadas com o setor exportador – porém o autor afirma que não apenas o café –; e a crise do café e da Grande Depressão da década de 1930 constituiu-se, de fato, num ponto de inflexão no desenvolvimento industrial brasileiro. Além disso, a política econômica realmente, salienta o autor, teve, ocasionalmente, efeitos positivos sobre a indústria interna, embora variassem de acordo com a conjuntura econômica[63].

Todavia, Suzigan tece algumas considerações sobre os pontos específicos da *ótica do capitalismo tardio*.

---

[61] WILSON SUZIGAN. Op.cit.
[62] Ibid., pg., 73, nota 32.
[63] Ibid., pg., 39.

Em primeiro lugar, a acumulação de capital industrial, segundo o autor, parece ter-se iniciado antes do fim da década de 1880.

Em segundo lugar, a não-linearidade da relação entre a expansão das exportações de café e a acumulação de capital industrial é, para o autor, esquemática demais. Suzigan afirma que, sem dúvida, essa relação era não-linear, e os efeitos da crise do café e da Grande Depressão da década de 1930 sobre a acumulação de capital industrial constituem-se na melhor prova desse argumento. Porém, para o período anterior à década de 1930, esse argumento é discutível. De acordo com ele, o que parece claro é que havia, quanto ao *investimento*, relação direta entre a expansão do setor agrícola-exportador e o investimento industrial: períodos de crescimento do investimento industrial coincidiram com as fases de expansão das exportações, ao passo que períodos de declínio do investimento industrial coincidiram com crises do setor exportador. Quanto à produção, no entanto, a hipótese de que a produção industrial respondeu positivamente a crises no setor exportador não pode ser verificada para as crises que ocorreram antes da Primeira Guerra Mundial, uma vez que não há dados suficientes sobre a produção industrial para esse período[64]. O que se dispõe, são apenas dados qualitativos, que sugerem que a produção industrial era negativamente afetada pelas crises do setor exportador. Desse modo, Suzigan afirma que a discussão sobre o desempenho da indústria de transformação durante a Primeira Guerra Mundial torna-se crucial para esclarecer a controvérsia. O autor pretende deixar claro que a quebra do comércio exterior, para o período da Primeira Guerra Mundial, não poderia ter sido inteiramente positiva para indústria de transformação interna, pois esta era altamente dependente da importação de matérias-primas e maquinaria. Segundo ele, na verdade, o impacto inicial foi fortemente negativo. Em seguida, a produção industrial recuperou-se rapidamente com base na utilização da capacidade produtiva existente. Entretanto, o crescimento da produção industrial logo perdeu ímpeto em conseqüência da escassez de insumos e maquinaria, e em 1918 a variação da taxa de crescimento foi negativa.

[64] Suzigan afirma que o único índice de produção industrial disponível para o período anterior à Primeira Guerra Mundial é o estimado por Haddad. No entanto, esse índice cobre o período a partir de 1900, apenas. Além disso, para o período 1900-1907, esse índice baseia-se apenas na produção de tecidos de algodão, e no período até 1911 apenas em tecidos de algodão, lã, juta e em produtos de carne. Para maiores informações, consultar: CLÁUDIO HADDAD. *Crescimento do produto real no Brasil – 1900/1947*. Rio de Janeiro: FGV, 1978.

Em terceiro lugar, Suzigan discute a controvérsia da origem da burguesia industrial, sobretudo a paulista. O autor pretende confirmar a hipótese de Warren Dean e Sérgio Silva acerca do papel dos importadores-imigrantes, e sobretudo a superposição desses dois grupos com principais agentes do surgimento do capital industrial brasileiro.

Por fim, o autor refere-se a amplitude da diversificação da produção industrial durante o período no qual o capital industrial estava subordinado à acumulação de capital cafeeiro. Segundo ele, a estrutura setorial da produção não era tão rigidamente concentrada em bens de consumo. Insumos para o setor agrícola-exportador também já eram produzidos numa escala significativa e mesmo antes da Primeira Guerra Mundial já havia ocorrido alguma diversificação para a produção de insumos para o incipiente setor industrial.

Para Suzigan, concordando com a hipótese de Cano, o setor industrial já estava exigindo essa diversificação e a necessidade desta tornou-se ainda mais evidente durante a guerra. Em conseqüência, iniciou-se nos anos 20 ampla diversificação da produção industrial, em parte apoiada e encorajada pelos governos federais e estaduais[65].

Quanto às teorias do *produto principal* e *linkages*, sua aplicação em sentido amplo não é realizada em seu estudo, ficando esses enfoques implicitamente correlacionados às origens das diversas indústrias específicas e das suas ligações com o produto básico das regiões em que estavam inseridas.

Em suma, a hipótese defendida no trabalho de Suzigan, é a de que o desenvolvimento industrial brasileiro no século XIX pode ser explicado como um resultado do crescimento da produção industrial induzido pela expansão do setor exportador. Essa relação continuou no início do século XX, mas foi sendo gradualmente reduzida. Até o início da Primeira Guerra Mundial e, em menor escala, daí até o final da década de 1920, o crescimento industrial ainda foi estimulado pela expansão do setor exportador, mas a partir da década de 1900 o incipiente setor industrial doméstico já estava ele próprio estimulando investimentos em outras atividades através de *linkages* para frente e para trás. A Primeira Guerra Mundial acelerou esse processo de diversificação ao tornar evidente a necessidade de diversificar a estrutura da produção industrial. Essa diversificação intensificou-se a partir da década de 1920, em parte estimulada por incentivos e subsídios governamentais. Com a

[65] Sobre as considerações feitas por Suzigan acerca de pontos específicos analisados pela *ótica do capitalismo tardio*, ver: WILSON SUZIGAN. Op.cit. pp., 39-41.

crise do setor exportador e a Grande Depressão da década de 1930, a ligação entre a expansão do setor de exportação e o crescimento industrial foi rompida, embora o setor industrial permanecesse dependente do setor exportador quanto à geração de capacidade para importar as máquinas e equipamentos necessários aos investimentos industriais e insumos para a produção industrial. Iniciou-se, assim, de acordo com o autor, a partir da década de 1930, um processo de industrialização substitutiva de importações, o qual acelerou a diversificação da estrutura industrial[66].

Como já observamos anteriormente a crítica que fazemos ao estudo de Suzigan diz respeito a sua caracterização da atividade industrial brasileira naquele período, como **crescimento industrial induzido pelo setor exportador**. De outro lado, sua análise sobre a diversificação da estrutura industrial antes da década de 1930, é que nos inspirou a aprofundar tal caracterização.

[66] Ibid., pp., 75/76 e pp., 363-370.

1.2 – Novas perspectivas e periodização.

Podemos perceber ao perpassar pela literatura que esta se insere num debate muito caro à teoria econômica, que toma corpo no pós-Segunda Guerra Mundial: a dicotomia **crescimento X desenvolvimento econômico**[67]**.** Com exceção do estudo de Warren Dean, o qual caracteriza a atividade industrial brasileira no período anterior à década de 1930 como um processo de industrialização mais abrangente, as demais correntes caracterizam-na como um período de crescimento industrial. Além disso, há que se imputar aqui uma outra influência em tal análise: **a teoria econômica marxista**. Esta interface é sentida, particularmente, na vertente do *capitalismo tardio*, especialmente os estudos de Sérgio Silva e Cardoso de Mello. Ou seja, para estes, só se define um processo de industrialização quando este passa a se integrar verticalmente, tendo como liderança o ramo de *bens de capital*, cujo papel é garantir a **autodeterminação do capital**. Isto posto, para estes autores, a industrialização brasileira é impulsionada somente a partir da década de 1930, quando a indústria passa a determinar os outros setores da estrutura produtiva, completando-se tal processo na década de 1950 com a implantação do ramo de *bens de capital* articulado com o capital financeiro.

Assim, há certo consenso na literatura abordada no que toca à periodização desta atividade industrial, isto é, 1930 é um marco divisório para a transição de uma etapa de crescimento industrial para o processo de industrialização propriamente dita.

A nosso ver, é inegável a data de 1930 como marco divisório na transformação no padrão de acumulação de capital no país. Contudo, há se discutir melhor tal caracterização. Partimos do pressuposto de que a partir das duas décadas finais do século XIX em diante, o

[67] Grosso modo, entende-se por **crescimento econômico**, movimento na economia que não implica transformação sócio-estrutural; já **desenvolvimento econômico**, implica modificações na natureza da economia que permitem acréscimos cumulativos da eficiência do sistema, uma tendência crescente de produtividade que faz aumentar o rendimento *per capita*. Isto significa, a longo prazo, mudança estrutural em que todos os aspectos principais da economia e sociedade, incluindo valores culturais e sociais – principalmente se antagônicos àquele desenvolvimento – serão chamados a integrar o processo de desenvolvimento econômico logo que ele esteja estabilizado e cumulativo. Sobre o conceito de **desenvolvimento econômico**, consultar PETER MATHIAS & JOHN A. DAVIS (Org.). *As primeiras revoluções industriais.* Tradução de Hélio Osvaldo Alves. Lisboa: Dom Quixote, 1993. Cap., 1, pp., 21/22. Sobre essa dicotomia consultar principalmente: CELSO FURTADO. *Teoria e política do desenvolvimento econômico.* 10 ed., São Paulo: Paz & Terra, 2000.

Brasil, principalmente através das principais regiões cafeeiras (RJ, SP e MG), se engaja num processo de industrialização dentro dos marcos de um **modo de produção capitalista**. O que queremos dizer com isso? Que se desenvolve a grande indústria fabril de transformação[68], baseada no trabalho livre-assalariado, articulada com a agricultura – notadamente a de exportação – e com o setor de transporte e comunicação, cujas conseqüências serão importantes para o desenvolvimento econômico ulterior do país.

Em primeiro lugar, há que distinguir tal processo em duas grandes fases, definindo assim uma macro-periodização: a industrialização no período anterior à década de 1930 e a industrialização que tem naquela década seu ponto de inflexão.

Na industrialização do primeiro período caracterizamos como uma **industrialização induzida pelo setor agroexportador.**

A nosso ver, tal período enseja, não somente análise da dinâmica industrial, mas sim, uma inter-relação desta dinâmica e o processo de urbanização em curso desde a segunda metade dos oitocentos, particularmente, nas regiões cafeeiras, as quais demandaram um novo tipo de relação social de produção, isto é, regime de trabalho livre e assalariado, em seus principais núcleos urbanos.

O processo de urbanização que o país sofre a partir da década de 1860, está relacionado à interface do setor exportador com a melhoria e modernização da logística – transporte e comércio – ; do aumento da produtividade do cafeeiro, com a introdução de maquinário e novos equipamentos; e, introdução, especialmente, no chamado "Oeste Paulista", do trabalhador livre como principal força de trabalho do setor agroexportador. Tal introdução criou as condições para a produção mercantil de alimentos, que por conseguinte dinamizou as relações mercantis, contribuindo para a criação de uma rede de centros urbanos voltados para o abastecimento regional.

A demanda do setor exportador por maximização dos lucros – elevação do preço do produto mediante o aumento de produtividade – e minimização dos custos – melhoria da rede de transporte e comunicação com o objetivo de aumentar a carga transportada mediante a diminuição das perdas e o barateamento do preço do transporte – criou condições favoráveis para a produção industrial. Soma-se a isto a transferência de capital do setor exportador para os centros urbanos, cujo crescimento deriva do aumento e

[68] As formas de indústrias serão discutidas mais adiante.

melhoria da demanda por bens e serviços – imóveis, comércio, bancos, saneamento, saúde, educação, transporte etc. – os quais também vão constituir um importante fator para a produção industrial.

Assim, podemos reinterpretar a atividade industrial brasileira no período anterior à década de 1930 de dois modos: de um lado, se quisermos dialogar com a teoria econômica que versa sobre a dicotomia **crescimento X desenvolvimento econômico**, nos colocaremos no campo "desenvolvimentista", isto é, a indústria que se desenvolveu ao longo daquele período foi fator importante para a transformação do próprio setor exportador, bem como parte fundamental no processo de urbanização em curso[69].

De outro lado, se quisermos dialogar com a teoria econômica marxista, ao contrário do que afirmam aqueles, nos posicionaremos no âmbito de um **processo de industrialização**. Para a teoria marxista, o termo *transformação* é muito importante para caracterização da economia de uma sociedade. Deste modo, tal termo ilustra mormente uma transição de um modo de produção a outro. No caso brasileiro do período em questão, os teóricos marxistas e, também os teóricos *do capitalismo tardio* alegam que, não obstante a transição das relações de produção escravista para a capitalista, não pode caracterizar-se como um processo de industrialização, pois as condições sociais e econômicas ainda não estão definidas ou seja: no regime de trabalho, a abolição não havia transformado as relações de produção no campo em termos capitalistas, isto é, prevalecia relações pré-capitalistas livres[70] – meeiro, posseiro, colono –; no que toca à estrutura industrial, argumentam que predominava o ramo de *bens de consumo assalariado* e que portanto, constituía-se uma indústria incompleta[71]; em termos jurídicos, não obstante a constituição republicana engendrar um Estado do tipo burguês, este estava ainda em fase de implantação[72]; por fim, não havia, segundo eles, um mercado nacional integrado que pudesse subordinar os demais setores da economia aos desígnios do capital industrial[73]. Em

[69] Os teóricos do **crescimento** alegam que a indústria não assumiu papel transformador, estando esta apenas subordinada aos interesses e reflexos do setor exportador.
[70] Sobre a discussão no campo do marxismo da transição do trabalho escravo para o livre no Brasil, consultar principalmente: JOSÉ DE SOUZA MARTINS. *O cativeiro da terra.* São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1979. JACOB GORENDER. *O escravismo colonial.* 5 ed., São Paulo: Ática, 1988. JACOB GORENDER. *A escravidão reabilitada.* São Paulo: Ática, 1990.
[71] Ver principalmente: SÉRGIO SILVA. Op.cit. JOÃO MANUEL CARDOSO DE MELLO. Op.cit.
[72] Ver principalmente: DÉCIO AZEVEDO MARQUES SAES. *A formação do Estado burguês no Brasil – 1888/1891*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1985.
[73] Ver principalmente WILSON CANO. Op.cit.

verdade, na afirmativa destas teorias, naquele período havia ainda muitas barreiras que dificultavam a integração do mercado em bases capitalistas e, ademais, era a demanda externa que subordinava os demais setores da estrutura produtiva. Todos estes fatores impediam uma transformação da sociedade brasileira rumo a consolidação do modo de produção capitalista, sendo este maturado e consolidado, de acordo com àquelas vertentes, após a década de 1930. Segundo a *ótica do capitalismo tardio*, o período que marca a crise da abolição e constituição da República até 1930, em termos econômicos, limita-se ao nascimento do capital industrial, o qual esteve atrelado ao setor exportador, limitando este a determinar o crescimento da atividade industrial sem impor uma transformação qualitativa. Dentro desse contexto, tais vertentes sinonimizam industrialização e capitalismo, cujo primeiro não pode ser explicado sem o segundo e vice-versa[74].

Ora, a nosso ver, não obstante as características apontadas por aquelas correntes estarem corretas, isto é, as relações de produção pré-capitalista no campo, embora nas cidades a predominância do assalariamento; estrutura industrial puxada pelo ramo de *bens assalariados*; Estado burguês ainda em formação e; o mercado nacional não integrado sob formas capitalistas; a rigidez conceitual impediram-nos de captar, ao longo daquele período, importantes transformações. Um bom exemplo, é a própria diversificação na estrutura industrial que se verifica, como bem apontou Suzigan em seu estudo[75]. Mais do que isso, há que se afirmar que o capitalismo como modo de produção dominante está se maturando nas regiões cafeeiras – não apenas em São Paulo, mas também em Juiz de Fora como veremos adiante.

Para ficar apenas na análise da estrutura industrial que é o nosso objeto de estudo, podemos analisar suas transformações da seguinte forma: em primeiro lugar, é notório que a grande indústria fabril têxtil, se dissemina pelo território brasileiro a partir da década de 1860. Contudo, e principalmente, nas regiões cafeeiras, ocorreu uma articulação entre agricultura e indústria que ultrapassa os limites da simples produção de artigos de consumo leves, como se supunha[76].

---

[74] Sobre o conceito de **processo de industrialização** na teoria marxista, consultar: CARLOS ALONSO BARBOSA DE OLIVEIRA. *Processo de industrialização: do capitalismo originário ao atrasado.* São Paulo/Campinas: UNESP/UNICAMP, 2003.

[75] WILSON SUZIGAN. Op.cit.

[76] É verdade que a indústria fabril têxtil surgiu bem anteriormente à década de 1860. A respeito da análise da indústria têxtil, consultar: STANLEY J. STEIN. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil – 1850/1950.*

Suzigan divide em dois subperíodos o desenvolvimento industrial brasileiro anterior à década de 1930[77]. No primeiro, até a Primeira Guerra Mundial – 1914/1918 – a implantação do setor industrial ligava-se diretamente à demanda agroexportadora, a qual induzia investimentos tanto no setor de consumo, como no de produção vinculado ao aumento de produtividade e logística do produto principal. Neste período os *linkages* de produção se resumia a indústrias de insumos, tais como maquinaria, peças e implementos para o setor exportador; processamento ulterior de produtos de exportação, tais como beneficiamento de café, açúcar, etc.; e, a partir dessa articulação – agricultura de exportação e indústria – a indução para o desenvolvimento e modernização do setor de transporte – ferrovia e navegação – bem como à diversificação e crescimento das atividades urbanas. Além disso, no correr das décadas de 1900 e 1910, o investimento na indústria de transformação passa a também ser induzido pelas necessidades de insumos da própria indústria de transformação. Neste sentido, começam a se desenvolver indústrias "novas" para a fabricação desses insumos, tais como sacos de algodão para ensacar farinha de trigo e açúcar; garrafas de vidro para suprir as necessidades de embalagens de cerveja e demais bebidas; latas para acondicionar fósforos, cigarros e alimentos; maquinaria simples como tornos, equipamento têxtil e peças, pequenos motores, etc..

No segundo período, a partir do final da Primeira Guerra e principalmente, no correr da década de 1920, não obstante a indústria de transformação depender ainda em grande parte da indução do setor exportador, o padrão de desenvolvimento industrial tornou-se mais complexo. Com efeito, isso pode ser explicado pelo fato de que durante a guerra a escassez de matérias-primas e insumos básicos, incluindo maquinaria e equipamento, tornou claro que a produção industrial interna teria de ser diversificada para abranger esses produtos. Desta forma, podemos afirmar que, a guerra estimulou uma maior diversificação da estrutura industrial, mesmo que essa ainda tivesse atrelada à expansão do setor exportador.

Dito isto, os investimentos industriais se expandiram em direção ao ramo de *bens intermediários* – notadamente – cimento, aço, papel e celulose, borracha e derivados, química; além de setores vinculados ao ramo de *bens de capital*, tais como maquinaria e

---

Rio de Janeiro: Campus, 1979. GERALDO DE BEAUCLAIR MENDES DE OLIVEIRA. *Pré-indústria fluminense – 1808/1860.* (Doutorado). São Paulo: FFLCH/USP, 1987.

[77] Abordagem escudada na análise de WILSON SUZIGAN. Op.cit. pp., 363-370.

equipamentos. Soma-se a estes, produtos de seda e raiom. Ademais, investimentos adicionais foram também realizados para ulterior processamento de “novos” produtos de exportação, como por exemplo, óleo de caroço de algodão, carne resfriada e produtos derivados da carne; bem como a expansão da capacidade de produção de algumas das indústrias “tradicionais”, ou seja, têxteis de algodão e de lã, açúcar, calçados, moagem de trigo e cervejarias. Em resumo, a diversificação industrial a partir da Primeira Guerra Mundial e ao longo dos anos de 1920, iniciara ali uma mudança estrutural na economia brasileira.

Assim, através de tal diagnóstico, pensamos ser lícito caracterizar a atividade industrial no período descrito como o início do **processo de industrialização** brasileiro. É industrialização porque as bases da dinâmica da atividade industrial se diversifica, criando e recebendo os efeitos multiplicadores tanto do setor exportador quanto da urbanização em curso. É industrialização porque escudada na divisão social do trabalho e estimuladora da predominância do trabalho assalariado, pelo menos nos núcleos urbanos. É industrialização porque é capitalista.

Todavia, tal processo encontra-se limitado. As razões para este limite são justamente os fatores apontados tanto pela *óptica do capitalismo tardio* como para a teoria marxista, exclusive no que diz respeito à estrutura industrial. Ou seja, reflexa do setor externo; relações de produção no campo pré-capitalista; mercado nacional não integrado; formação incipiente do Estado burguês.

No que toca à industrialização a partir da década de 1930, corroboramos com as vertentes analisadas as quais caracterizam o período como um **processo de industrialização** conduzido pelo Estado, tendo no capital estrangeiro e no capital privado nacional as bases de sustentação daquele desenvolvimento. Trocando em miúdos, tal processo se enquadra num típico caso de uma industrialização retardatária. Ao Estado cabia, de um lado assegurar o aparato jurídico que regulamentava a organização de um mercado capitalista em base nacional e a força de trabalho conforme as exigências do Estado capitalista; de outro intervém na economia, operando os ramos industriais – notadamente de *bens intermediários* – os quais o capital privado nacional não tinha capacidade de se investir. No que toca ao capital estrangeiro, principalmente a partir da segunda metade da década de 1950, seus investimentos predominaram nas indústrias do

ramo de *bens de capital*. Acerca do capital privado nacional, sua atuação predominou nos ramos industriais de *bens de consumo assalariados*. Todavia, não se pode analisar rigidamente a distribuição dos agentes nos investimentos industriais. Por exemplo, havia grupos estrangeiros atuando no mercado de consumo leves e principalmente, após a década de 1950, há a formação de conglomerados privados nacionais atuando nos ramos de *bens de capital* e *intermediários*.

O processo de industrialização pós-1930 se dividiu em duas fases, de acordo com a *teoria do capitalismo tardio*. A primeira, o que eles chamaram de *industrialização restringida*, período que engloba as décadas de 1930, 1940 e primeira metade da de 1950. A outra, denominam de fase da *industrialização pesada*, que vai de 1956 a 1980. A partir da década de 1980, tal modelo de industrialização entra em colapso, devido principalmente a crise dos juros da dívida externa e as transformações tecnológicas nos países desenvolvidos que se maturaram na década de 1970 e que impôs uma reestruturação no mercado mundial e que culminou em termos de economia política na imposição de uma agenda liberal ortodoxa em que os países do capitalismo central ditava as regras de uma nova divisão internacional do trabalho, obrigando as economias periféricas a abrirem seus respectivos mercados. Discutiremos mais apropriadamente processo de industrialização pós-1930 no terceiro capítulo.

Esta periodização proposta pela *ótica do capitalismo tardio*, para os nossos propósitos deve ser reformulada. Ou seja, pensamos que o período 1930/1956 entendido como *industrialização restringida* somar-se-ia ao período pré-1930, pois é a partir da Primeira Guerra que se transforma qualitativamente a estrutura industrial, não sofrendo nenhuma alteração no período seguinte. A partir de 1956, este sim, é que altera profundamente a estrutura industrial brasileira. Isto não quer dizer que 1930 não seja um ponto de inflexão na história econômica do país. Entendemos este como ruptura não somente macro-econômica, com a alteração no padrão de acumulação de capital; bem como em termos sócio-político que consolida o regime burguês no Brasil. O que queremos afirmar é que no tocante a trajetória da atividade industrial não houve ruptura e sim continuidade, pois os ramos e setores industriais implantados anteriormente só fizeram-se maturar no período 1930/56. Desta feita, se se quiser utilizar o termo *restringido* para essa industrialização, então, deve-se tomar o período 1880/1956 como um todo, devido os

argumentos utilizados anteriormente. 1930 seria, então, o marco da consolidação do capitalismo no Brasil, cujo movimento de transformação da atividade industrial que já vinha acontecendo se consubstanciou a partir da consolidação do regime burguês.

Capítulo 2: A indústria em Minas Gerais.

Antes de iniciarmos a discussão proposta no título acima, pensamos que seja necessário conceituarmos o que seja **indústria**.

Entendemos por **indústria** – *conjunto de atividades produtivas que se caracterizam pela transformação de matérias-primas, de modo manual ou com auxílio de máquinas e ferramentas, no sentido de fabricar mercadorias. De uma maneira mais ampla, entende-se como indústria desde o artesanato voltado para o autoconsumo até a moderna produção de computadores e instrumentos eletrônicos*[78]. Dividimos a indústria em **indústria extrativa** e **indústria de transformação**.

A **indústria de transformação**, tal como é designada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)[79], é classificada de acordo com a *produção de bens*, quais sejam, *bens de capital (máquinas e equipamentos) e consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos etc.), bens intermediários (matérias-primas para outras indústrias, como cimento, metalurgia etc.) e bens de consumo não duráveis e/ou assalariados (artigos de utilidade individual ou familiar)*; e de acordo com o *tipo de indústria*, isto é, indústria tradicional ou de trabalho intensivo – caracterizada por grande contingente de mão-de-obra, apoiada em tecnologia atrasada; e indústria moderna ou de capital intensivo – caracterizada por serem portadoras de tecnologia sofisticada, com trabalhadores altamente especializados e elevada taxa de investimento por pessoa empregada[80].

Mas, não podemos nos reter apenas no conceito, faz-se necessário abordar, mesmo que em linhas gerais, as transformações nos métodos industriais. A atividade industrial acompanha a ação humana desde os tempos mais remotos, sendo responsável pelo processo de sedentarização do homem, através da criação de instrumentos de trabalho para a prática

---

[78] Cf., PAULO SANDRONI. *Novíssimo Dicionário de Economia.* 5 ed.,. São Paulo: Best-Seller, 2000. Verbete **Indústria**, pp., 299/300. Uma definição próxima da referida acima encontra-se na *Grand Larousse Encyclopédique*, a saber, *conjunto de atividades, de ofícios que produzem as riquezas pela fabricação de matérias-primas*. Apud., FRÉDÉRIC MAURO. Pode-se falar de uma indústria brasileira na Época Colonial? In: *Revista Estudos Econômicos.* 13:733-744. São Paulo: FEA/USP, pg., 183. Mauro completa tal conceito da seguinte forma: *A "fabricação" esta pode ser a transformação das matérias-primas, em particular, das matérias-primas agrícolas, esta pode ser também sua extração, como é o caso das minas e das explorações florestais*. Ibid. Ibidem.

[79] Ver IBGE. Censos Industriais.

[80] Ver PAULO SANDRONI. Op.cit., pp., 299/300.

agrícola. Mais do que isso, o ato de transformar matérias-primas em valor de uso e/ou de troca culminou na formação de uma civilização, a qual Vasquez de Prada denominou de **civilização metalúrgica** entre 5000 e 4000 a.C. e que abarcou um grande espaço geográfico euro-asiático e da zona norte-africana. Tal civilização inicia-se com a indústria do cobre, evoluindo para o bronze e posteriormente para o ferro, cujas atividades industriais moldaram culturas e civilizações que vão desde o Egito Antigo à Idade Média Européia[81].

Entretanto, o que nos interessa mais de perto são as transformações nas técnicas industriais as quais se deram na Europa entre a Baixa Idade Média e o nascimento da Época Moderna, período este que marca a gestação de um novo modo de produção, o capitalismo, que se consolida com a Revolução Industrial inglesa no final do século XVIII e início do século XIX. As razões para isso, estão, em primeiro lugar, na hegemonia daquele continente na expansão marítimo-comercial na Época Moderna, que culminou na colonização das Américas, bem como, na formação de um mercado em escala mundial; em segundo, foi a partir das mudanças nas técnicas empregadas na atividade industrial na Europa que surgiu a **grande indústria fabril**, que culminou no capitalismo.

Marx analisa as transformações na atividade industrial européia até o advento do sistema fabril em três fases: *cooperação, manufatura* e *grande indústria*[82]. No entanto, tomaremos como base para a análise das transformações nas técnicas industriais do referido período, o modelo Braudel-Bourgin. Braudel, tomando como referência o esquema analítico de Bourgin[83], analisa as mudanças nos métodos industriais em quatro categorias distintas. Segundo ele, *qualquer vida industrial, entre os séculos XV e XVIII, entra forçosamente numa das quatro categorias desenvolvidas por Bourgin*[84].

A primeira categoria os autores analisam como a constituição de inúmeras e minúsculas oficinas, compostas, em sua maioria de um mestre com dois ou três companheiros, um ou dois aprendizes, ou uma família sozinha. Citam como exemplos os casos do pregueiro, do cuteleiro, do ferreiro estabelecidos nas aldeias; bem como, o

---

[81] Ver VALENTIN VASQUEZ DE PRADA. *História Econômica Mundial.* 2 vol., Porto: Livraria Civilização Editora, 1972. Vol., 1, pp., 11-69; pp., 71-223.
[82] KARL MARX. *O capital. Crítica da economia política.* Tradução Régis Barbosa e Flávio Kothe. São Paulo: Nova Cultura, 1988. 5 vol.. Principalmente o Livro Primeiro, Seção IV, Capítulos XI, XII e XIII.
[83] HUBERT BOURGIN. *L´industrie et le marché.* 1924. Apud. FERNAND BRAUDEL. *Civilização material, economia e capitalismo – séculos XV/XVIII.* Tradução de Telma Costa. 3 vol., São Paulo: Martins Fontes, 1997. Principalmente o vol., 02, Capítulo 2, pp., 259-305.

sapateiro (ou tamanqueiro), o ourives, o serralheiro, a rendeira, o padeiro, o açougueiro, o moleiro, o queijeiro, o destilador de aguardente... Em cada uma dessas unidades elementares, o que os autores denominam de "mononucleares", as tarefas são "indiferenciadas e contínuas", a ponto de muitas vezes a divisão do trabalho ser-lhes inatingível. Em suma, esta horda de estabelecimentos de caráter restrito, familiar ou artesanal, quase escapa ao mercado, às normas habituais do lucro.

A segunda categoria caracteriza-se de oficinas dispersas, porém ligadas entre si. São as chamadas *fábricas disseminadas* por Bourgin. Braudel já prefere denomina-las de *manufaturas disseminadas*. São na verdade estabelecimentos que se vinculam à empresários que adiantam a matéria-prima e paga os salários dos artesãos, os quais, por sua vez, executam uma sucessão de trabalhos que dependem uns dos outros até o acabamento do produto fabricado. O empresário cuida da operação comercial, seja no comércio local, seja no comércio a longa distância. De acordo com os autores, tais estabelecimentos constituíram-se a partir da Idade Média, se disseminando por toda a Europa Ocidental. Exemplos desses estabelecimentos estão na fabricação de têxteis, cutelaria, ferragens, pregaria, serralherias e até lojas de armeiros.

A terceira categoria está ligada ao que os autores denominaram de *fábricas aglomeradas*, que nada mais são que *manufaturas* nos termos preconizados por Marx[85]. A principal característica deste tipo de categoria é a concentração da mão-de-obra em construções maiores ou menores, o que permite a vigilância do trabalho, uma divisão avançada das tarefas, aumento de produtividade e uma melhoria da qualidade dos produtos fabricados. Segundo Braudel, as manufaturas se constituíram tardiamente, em datas diferentes conforme o ramo de atividade e as regiões. O autor afirma que as forjas a água do século XIV já se enquadram neste tipo de categoria. Mas, não somente esta, as cervejarias, os curtumes e as vidrarias também. Contudo, ainda de acordo com o autor, a maioria das manufaturas estava ligada à atividade têxtil, as quais se multiplicaram por toda a Europa, sobretudo, na segunda metade do século XVIII.

---

[84] Cf., FERNAND BRAUDEL. Op.cit. pg., 259. Para evitar notas desnecessárias nos basearemos a análise das referidas categorias na obra citada, principalmente as páginas 259-263.

[85] Ver principalmente: KARL MARX. Divisão do trabalho e manufatura. In: *O capital.* op.cit. Seção IV, Capítulo XII, pp., 254-276.

Por fim, a quarta categoria, se constitui em fábricas propriamente ditas. Isto é, a fábrica mecanizada, ou na afirmação de Marx, a *indústria moderna*. São estas que vão trilhar o caminho da **Revolução Industrial**.

Estas quatro categorias, mais ou menos sucessivas, mas que, como alertam Braudel e Bourgin, sucedendo-se, as diferentes estruturas não se substituem bruscamente umas às outras, marcam as mudanças nos métodos de produção industrial na Europa. Posto isto, Braudel também rechaça a afirmação de Marx de que houve uma passagem natural da manufatura à "grande indústria". Na verdade, segundo o autor, isto não ocorreu[86]. As três primeiras categorias expostas aqui, Braudel, denomina-as de **pré-indústria**.

O autor entende por *pré-indústria*, a indústria rural, quer sob domínio restrito do valor de uso que trabalha apenas para a família ou para a aldeia, ou mesmo, àquela destinada ao mercado, que se vê na parte ocidental da Europa. Esta indústria, apesar de sua originalidade não é um setor com fronteiras nítidas, ficando atrelada a vida agrícola[87]. É o artesanato, na afirmação do autor, que quando chega o inverno, constitui uma imensa atividade "industrial" substituindo a agricultura[88]. A pré-indústria como afirmamos anteriormente, dominou as três primeiras fases do esquema Braudel-Bourgin, que vai do século XV ao XVIII. Período este que Marx denominou de *período manufatureiro*[89].

Tal período também foi denominado pela *Escola de Gottingen* de **proto-industrialização**. O conceito de *proto-industrialização* tomou corpo a partir das pesquisas organizadas no Instituto Max Planck de História, em Gottingen, na Alemanha, na década de 1970[90]. Liderados por Peter Kriedte entre outros e reunindo historiadores de diversas nacionalidades, sobretudo de países que não estão normalmente associados ao pioneirismo industrial – tais como italianos, alemães, espanhóis, poloneses etc – ficaram conhecidos com a *escola da proto-industrialização* ou *Escola de Gottingen* e tiveram impactos importantes em programas de pesquisa de diversos países[91].

---

[86] FERNAND BRAUDEL. Op.cit. vol., 2, Capítulo 3, pg., 263.
[87] Ibid. pg., 265.
[88] Ibid. Ibidem.
[89] Ver KARL MARX. Divisão do trabalho e manufatura. Op.cit. pg., 254.
[90] A primeira vez que o termo *proto-industrialização* apareceu foi no estudo de Franklin Mendels sobre a *indústria de linho flamenga*, em 1969. Ver: SHEILAGH C. OLGIVIE & MARKUS CERMAN. *European proto-industrialization.* Cambridge: Cambridge University Press, 1996, pg., 01.
[91] Cf., JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. História e teoria: sobre a proto-industrialização. In: *Revista História Econômica & História de Empresas.* Vol., 2, pp., 97-124. São Paulo: Hucitec/ABPHE, 2003, pg., 111.

Articulando temas como demografia, alimentação, papel de mulheres e crianças no trabalho, a relação rural e urbano na construção da vida material e social da Idade Média e da Época Moderna e, buscando um diálogo com o marxismo, a *Escola de Gottingen* propôs um novo olhar para a Europa antes da revolução industrial: a separação entre industrialização e capitalismo. Dentro desse contexto, propõe uma industrialização antes da industrialização capitalista que toma corpo no final do século XVIII e início do XIX, tendo a Inglaterra como a nação líder[92].

Em verdade, o objetivo destes estudos é lançar luzes, novos termos, à histórica polêmica discussão sobre a transição do feudalismo para o capitalismo. Propõem uma visão de que o capitalismo é um modo de produção que se estava gestando no interior do continente europeu – notadamente na Europa central e ocidental – e não apenas na Inglaterra. Temos que deixar claro que isto não significa excluir a Inglaterra no pioneirismo à via da industrialização capitalista; e sim, que nos séculos XVI e XVII, particularmente, haviam outros países e regiões na Europa em que o capital mercantil avançado criava as condições para a constituição do modo de produção capitalista. Todavia, como bem alertou Maurice Dobb, *quando um país atinge os primeiros degraus na via para o capitalismo, isso não nos garante que venha a concluir a viagem*[93].

Ao contrário de Braudel, segundo aquela escola, esta industrialização, que toma corpo no final da Idade Média e se intensifica nos século XVI, XVII e XVIII, já nasceu voltada para a formação de um mercado supra-regional, e quando o comércio europeu se expande além-mar, passou a produzir para o mercado internacional. Embora os autores desta escola apresentem divergências, há um consenso de que se fundou no continente europeu uma indústria rural, que se constituiu importante passo para a transição ao capitalismo industrial, pois destruiu, a longo prazo, a estrutura agrária feudal e seu caráter de economia natural[94]. Na afirmação de Peter Kriedte, a partir do século XV o capital mercantil passa penetrar nos "poros" da sociedade feudal[95].

---

[92] Ver principalmente o estudo síntese: PETER KRIEDTE, HANS MEDICK & JURGEN SCHLUMBOHM. *Industrialization before industrialization.* Cambridge: Cambridge University Press. 1981.
[93] MAURICE DOBB citado por PETER KRIEDTE. *Camponeses, senhores e mercadores. A Europa e a economia mundial – 1500/1800.* Tradução de Maria Assunção Pinto Correia. Lisboa: Teorema, 1980. pg., 142.
[94] SHEILAGH C. OLGIVIE & MARKUS CERMAN. Op.cit. Capítulo 1, pp., 01-11.
[95] PETER KRIEDTE. *Camponeses, senhores e mercadores. A Europa e a economia mundial – 1500/1800.* Op.cit. pg., 7.

De acordo com Mendels, a proto-industrialização é a primeira fase da industrialização, fase esta que precede e prepara a moderna industrialização. Durante esta fase, a força de trabalho agrícola passou a trabalhar na indústria rural, particularmente nos momentos de entre-safra, marco importante, segundo o autor, para a libertação da população da base dos recursos agrários. Isto posto, a proto-indústria criou um mercado, em que a indústria rural e a agricultura estimulavam a especialização das regiões e o incremento do comércio no interior da Europa[96].

Mendels analisa também que a proto-indústria quebrou os mecanismos de regulação da sociedade agrária tradicional (feudal), a partir da destruição do sistema de herança e outros controles institucionais, os quais regulavam o crescimento populacional de acordo com os recursos econômicos disponíveis. Desta forma, o advento deste tipo de indústria criou condições para o crescimento demográfico na Europa e foi condição importante para a generalização do trabalho, acumulação de capital, surgimento de empreendedores e incremento da agricultura comercial e dos mercados, abrindo as possibilidades para a posterior criação da indústria fabril[97].

Os argumentos de Mendels foram retomados em outros estudos, particularmente, aqueles de viés demográfico, como os estudos de David Levine, que discute a proto-industrialização como um revolucionário comportamento demográfico, cujas conseqüências foram a criação do proletariado como força de trabalho[98].

Já os estudos de Peter Kriedte *et alli* partem do pressuposto que a proto-industrialização entendida como o desenvolvimento de regiões rurais em que uma grande parte da população vive em parte ou totalmente ligada a atividade industrial doméstica voltada para o mercado regional ou internacional, constituiu-se num processo de transformação do qual passou a sociedade agrária feudal européia em direção ao capitalismo industrial[99].

Diferentemente de Mendels, os autores analisam a proto-industrialização como a segunda fase da transição do feudalismo para o capitalismo. A primeira é a fase de bifurcação entre dois tipos de estrutura agrária: a produção agrícola comercial e a produção

[96] Cf., SHEILAGH C. OLGIVIE & MARKUS CERMAN. pp., 01/02.
[97] Ibid. Ibidem.
[98] Ver principalmente: DAVID LEVINE. *Family formation in a age of nascent capitalism.* New York: Academic, 1977.

para a subsistência. Desta forma, tal fase foi o primeiro passo para a desintegração do feudalismo. Com efeito, segundo eles, ao criar as condições para a agricultura comercial, também estimulou a produção doméstica industrial no campo, propiciados pelo crescimento dos mercados regionais e internacional[100].

Dentro desse contexto, uma vez criada a indústria doméstica ou a proto-indústria, esta passou por 3 estágios, no processo da transição do feudalismo ao capitalismo. Os autores enfatizam que estes estágios não podem ser vistos como uma visão rígida: 1 – Kaufsystem (sistema artesanal); 2 – putting-out system; 3 – manufaturas[101].

Entretanto, os autores concordam com Mendels no que toca à relevância das conseqüências demográficas da proto-industrialização. Segundo eles, a proto-indústria gerou crescimento populacional no continente europeu, que por sua vez, contribuiu para a desagregação da estrutura feudal[102].

Em resumo, para *Escola de Gottingen* é uma *industrialization before industrialization*, porque, além de fomentar uma agricultura mercantil, de provocar crescimento demográfico, de criar as condições para o assalariamento; enfim de destruir os laços do Antigo Regime, pautou-se por uma diversificação setorial os quais são causa e efeito da constituição de uma rede mercantil no continente europeu e de uma divisão regional do trabalho que envolveu não somente a especialização agrícola, como também especialização manufatureira. São estas, rede mercantil, crescimento demográfico, divisão social e regional do trabalho, principais conseqüências para a definição da **proto-industrialização**. Além disso, para aqueles autores, se este setor de transformação está predominantemente no campo, não exclui as cidades, já que as manufaturas – estabelecidas nas vilas e pequenos burgos – foram importantes fatores para o crescimento urbano europeu da Época Moderna[103].

Desta forma, devemos distinguir o conceito de **pré-indústria** abordado por Braudel do conceito de **proto-industrialização**. Esta diferença está, pois, Braudel entende por pré-

---

[99] Cf., PETER KRIEDTE, HANS MEDICK & JURGUEN SCHLUMBOHM. Op.cit. Introduction. pg., 06.
[100] Ibid. Ibidem.
[101] Idem. *Putting-out system* ou *Verlagssystem* – sistema de produção no qual os artesãos trabalham em seu domicílio para um mercador-empresário, e com os seus próprio instrumentos de trabalho, mas com matérias-primas e adiantamento de salário fornecidos pelo comerciante. Ver FERNAND BRAUDEL. Op.cit. vol., 2, Capítulo 3, pg., 276. Também: PAULO SANDRONI. Op.cit. **Verbete Putting-out system**, pg., 506.
[102] PETER KRIEDTE, HANS MEDICK & JURGUEN SCHLUMBOHM. Op.cit. pg., 06.
[103] Ibid. Ibidem.

indústria, grosso modo, as indústrias e as técnicas industriais que antecederam a industrialização capitalista, as quais, ao contrário do processo de industrialização, faltavam as "indústrias pilotos" ou "de ponta", responsáveis, através da concentração de capital, lucros e mão-de-obra, de gerarem os efeitos de encadeamento tanto nos setores vizinhos como no conjunto da economia. Ou seja, para o autor, é pré-indústria porque falta coerência, é uma indústria desconjuntada; não faz pender na sua direção toda a economia, e sim, é dominada por aquele conjunto, que pelas suas oscilações dá à pré-indústria aspecto hesitante. Ademais, Braudel afirma que é pré-indústria porque não é um setor de fronteiras distintas; nem predominantemente agrícola, nem predominantemente industrial; não está predominantemente voltada para subsistência, nem predominantemente para o mercado; não está predominantemente voltada para o mercado regional-nacional, nem para o mercado internacional[104].

Ao contrário, a *Escola de Gottingen* está preocupada em articular toda a estrutura produtiva com as categorias sociais e demográficas para concluir que, não obstante a indústria ser o carro-chefe da economia da Época Moderna, e sim, subordinada à agricultura, foi fator importante para transição para uma nova sociedade européia, pois a partir das transformações em suas técnicas criou-se as condições para a gênese de uma economia de mercado. Mais do que isso, a proto-industrialização para aquela escola é antes de tudo um estímulo, as pré-condições para o processo de industrialização capitalista.

Em suma, é a luz das transformações nas técnicas e métodos industriais que se deram na Europa que vamos analisar a origem da indústria no Brasil e, particularmente em Minas Gerais. Mais uma vez, não é ocioso reafirmar que partimos da experiência européia, pois a formação econômica e social brasileira é reflexa da expansão do capitalismo naquele continente. A nosso ver, desde já, a indústria que se desenvolveu no Brasil e em Minas Gerais, tanto no período colonial, como ao longo do século XIX – com exceções que falaremos em momento apropriado – deve ser entendida nos termos da **pré-indústria** definida por Braudel, não se consubstanciando numa **proto-industrialização** nos termos da *Escola de Gottingen*.

---

[104] Sobre o aspecto da diferença entre os conceitos preconizados por Braudel e a *Escola de Gottingen*, consultar: GERALDO BEAUCLAIR MENDES DE OLIVEIRA. *A pré-indústria fluminense: 1808/1860.* op.cit., pp., 05-12.

2.1 – A indústria mineira no período colonial

Pode-se falar de uma indústria instalada no Brasil no período colonial? Tanto Braudel como Mauro afirmam que sim. Segundo os autores, a própria produção açucareira que domina a vida econômica dos séculos XVI e XVII na colônia, pode ser considerada um tipo de indústria[105].

Mauro nos alerta que antes do século XIX, o termo **indústria** era empregado num sentido muito mais geral, envolvendo toda a atividade, mesmo o comércio e a agricultura. Todavia, para uma análise da atividade industrial do período colonial, tomaremos a definição abordada anteriormente, ou seja, a transformação de matérias-primas em bens, seja como valor de uso ou mercantil. Assim, seguindo a direção de Mauro, incluímos então na indústria ***tudo que não é agricultura, nem comércio***[106]. Ademais, não é ocioso lembrar que essa atividade industrial no período colonial e que se espraia no correr do século XIX é diferente da industrialização capitalista que toma impulso no final dos oitocentos, a partir do desenvolvimento da **grande indústria fabril**.

Segundo Braudel, os engenhos de açúcar eram verdadeiras manufaturas, pois concentravam mão-de-obra, dependiam da força hidráulica ou animal e constituíam oficinas que produziam diversos tipos de açúcares, além da cachaça[107]. Assim como a produção açucareira, o autor afirma também que as vastas lavras que vão caracterizar a economia mineradora no século XVIII é um tipo de manufatura[108]. Mas, o autor pondera que, *sobre estas pesa o interdito dos monopólios metropolitanos, bem como tais manufaturas não se desenvolvem harmoniosamente, faltando na base, a profusão, a riqueza do artesanato europeu, com seus êxitos tantas vezes prestigiosos*[109].

---

[105] FERNAND BRAUDEL. Op.cit. vol., 2, Capítulo 3, pg., 263. FRÉDÉRIC MAURO. Pode-se falar de uma indústria na Época Colonial?. In: *Revista Estudos Econômicos.* 13:733-744. São Paulo: FEA/USP, 1983.
[106] Ibid. pg., 733.
[107] FERNAND BRAUDEL. Op.cit. vol., 2, Capítulo 3, pg., 263. O autor, questionando se o esquema de Bourgin seria válido fora da Europa, afirma que, encontram-se, sobretudo, as duas primeiras fases, continuando as manufaturas a serem excepcionais. Contudo, analisa que na América Colonial pode-se falar num setor manufatureiro estabelecido. Isto é, as minas de prata, cobre, ouro, mercúrio, na América Espanhola também podem ser consideradas manufaturas. Ibidem.
[108] Ibid. Ibidem.
[109] Cf., Idem.

Já Mauro, afirma que no sistema tecnológico do século XVII a produção de cana engendrava *uma verdadeira indústria do açúcar*, a qual pode ser considerada nos moldes de uma *indústria pesada*[110]. Nas palavras do autor, *(...) uma vez a cana cortada, ela é transportada até o engenho, onde é moída entre as mós de pedra para dar o caldo; este é submetido a uma série de cozeduras acompanhadas de vários tratamentos (lixívia, fervura). Estas necessitam de um grande gasto de energia calorífica, que se junta à energia hidráulica ou animal arrastando as mós de pedra. Enfim, o caldo é purgado nas "casas de purga" onde se obtém várias categorias de açúcar, indo do mais branco ao mais preto, ao mais mascavo*[111].

Mauro, utilizando-se da contabilidade de um moinho de açúcar do Sergipe, pertencente ao Colégio Jesuíta Santo Antônio, na Bahia, por volta de 1635, explica porque ele denomina a indústria do açúcar nos moldes de uma indústria pesada. Vale a pena reproduzir os dados coletados pelo autor.

TABELA 1

CONTABILIDADE DO MOINHO DE SERGIPE – 1635.

Despesas	% (arredondadas)
Salários	25
Combustíveis	21
Cobres	11
Barcos	10
Trabalhos	8
Escravos	10
Diversos	15
Total	**100**

FONTE: FRÉDÉRIC MAURO. . Pode-se falar de uma indústria na Época Colonial?. In: *Revista Estudos Econômicos.* 13:733-744. São Paulo: FEA/USP, 1983. pg., 736.

A partir dos dados da tabela acima, Mauro afirma o seguinte: *vemos que as despesas de pessoal, se juntarmos o custo de compra e manutenção de escravos, não excedem 35%. Os custos materiais, propriamente ditos, são mais elevados: 50%, mais 15% de "diverso", representando sobretudo os custos materiais. Sabemos, por outro lado, que esse moinho de açúcar tinha exigido investimento de 50.000 cruzados. Se 1 cruzado valia 400 réis, o investimento era de 20.000 réis, ou a cifra dos negócios era de 4.000.000 de réis. Esse (...)*

[110] Cf., FRÉDÉRIC MAURO. Op.cit. pg., 735.
[111] Ibid. Ibidem.

relatório confirma a importância do investimento que se faria realizar numa certa indústria. Não falamos aqui do seu caráter deficitário. Não era o produtor que ganhava nessa operação, mas o negociante, muitas vezes parente ou comanditário do mestre dos moinhos. Às vezes mesmo os dois personagens se confundiam[112].

Deste modo, Mauro analisa que o tipo de investimento num moinho açucareiro era bastante alto, o que mostra que esta "indústria" não poderia ser enquadrada num tipo de indústria leve como as manufaturas têxteis do período anterior à Revolução Industrial. Ademais, o autor afirma que há que se considerar o papel do açúcar no que ele chama de período do *capitalismo comercial*. Tanto o açúcar como o sal, eram insumos básicos para a reprodução econômica daquele período. Por isso, sua característica de *indústria pesada*[113].

Além da chamada "indústria açucareira", o autor afirma que existiu outras indústrias, tais como o tabaco, a madeira, construção naval, couro, pescado e caça da baleia, ferro e o sal.

Acerca do tabaco, sua importância enquanto produto de exportação colonial remonta ao último terço do século XVII, constituindo num dos principais na pauta de exportação da Colônia, ao longo dos setecentos. O viajante Antonil já descrevia a produção do tabaco como um tipo de atividade industrial[114].

---

[112] Ibid. pg., 736. Uma outra contabilidade desse mesmo engenho encontra-se no estudo de: VERA LÚCIA AMARAL FERLINI. *A civilização do açúcar: séculos XVI a XVIII*. 3 ed., São Paulo: Brasiliense, 1986. pg., 44. A autora corrobora as análises de Braudel e Mauro ao afirmar que a produção açucareira colonial brasileira enquadrava-se numa estrutura de uma manufatura moderna. Ou seja, produção em larga escala; organização do trabalho dentro de um rígido espírito de ordem, hierarquia, seqüência e disciplina; além é claro, da evolução das próprias técnicas de produção que decompôs o ofício manual, especializou ferramentas, formou trabalhadores parciais agrupando-os e combinando-os num mecanismo único. Ibid. pp., 46-48. Um outro estudo que parte desse pressuposto é o de De Decca. Para o autor o Engenho de açúcar era uma verdadeira "fábrica" e compara a origem daqueles como o "nascimento das fábricas" no Brasil. Desnecessário dizer que discordamos de tal analogia. EDGAR SALVADORI DE DECCA. *O nascimento das fábricas.* São Paulo: Brasiliense, 1982. Contrapondo-se a visão destes autores está o estudo de Iglesias. Para este autor, não obstante sua denominação de **indústria do açúcar** o modo daquela produção no Brasil Colonial, afirma que o Pacto Colonial aliado a falta de empreendedorismo e tino para as técnica e ciência do português, impediram que àquela produção atingisse um grau de indústria. Não só o açúcar, mas também, qualquer produção agroindustrial, como por exemplo, tabaco, algodão, além da mineração áureo-diamantífera. FRANCISCO IGLÉSIAS. *A industrialização brasileira.* São Paulo: Brasiliense, 1985. pp., 16-19.

[113] FRÉDÉRIC MAURO. Op.cit., pg., 736. Mauro parafraseando Hauser comenta que, na Europa do século XVI, o sal representou o mesmo que o ferro no início do século XX. Daí, acrescenta, *poderíamos dizer que o açúcar foi o urânio da nossa época.* Idem.

[114] ANTONIL (ANDRÉ JOÃO ANDREONI). *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas.* (1711). 2 ed., São Paulo: Melhoramentos, 1976. Capítulos III ao VII.

De acordo com Antonil, *a maneira pela qual se colhem as folhas de tabaco e do cuidado que se lhes dá, a maneira pela qual se faz as cordas e a maneira pela qual são estas condicionadas; (...) Os cuidados que se dá ao tabaco depois de fiado em corda; (...) A maneira pela qual se monta o tabaco em rolos e pela qual se encerra estes nas peles. Que pessoas são empregadas para a fabricação do tabaco, desde o momento em que se planta até o momento em que se montam os rolos; (...) Das diversas qualidades do tabaco. Tabaco para mascar, para cachimbo e tabaco moído; (...) A maneira pela qual se moe o tabaco. Do tabaco granulado e do tabaco em pó. Como se dá seu perfume (...),* tudo isto demonstra segundo o autor uma verdadeira atividade industrial[115].

Mauro afirma que no século XVIII a manufatura do tabaco na Bahia era célebre e o tabaco de má qualidade, juntamente com a cachaça, eram para os traficantes, moedas de câmbio importante nas compras de escravos[116].

Outra atividade que Mauro afirma ser de caráter "industrial" é a madereira. Segundo ele, essa "indústria" toma duas formas. A primeira, é o corte do pau-brasil, madeira da qual se extraia uma essência de tintura forte utilizada na indústria têxtil européia. A segunda forma é a exploração de variadas espécies de madeiras para a fabricação de móveis, construção civil e naval. Mauro afirma que tais atividades se caracterizariam como industrial[117].

Aí, reside outra atividade industrial importante, definida por Mauro, qual seja, a indústria naval. De acordo com ele, desde o fim do século XVI, a coroa portuguesa lançou na Bahia as fundações do "arsenal da marinha" e do estaleiro naval. Mas, na afirmação do autor, foi no século XVII, que esta se desenvolveu de fato no Brasil. As construções navais eram importantes, para Mauro, por dois motivos: de um lado, construir navios para o policiamento das costas do Brasil; de outro, o esgotamento das florestas européias e a dificuldade de transportar os grandes troncos nos navios que atravessavam o Atlântico[118].

Mauro afirma que, o que mais se tornou importante entre as indústrias estabelecidas no período colonial, foi a manufatura do couro. A criação de gado, particularmente, no século XVIII, estava estabelecida em quatro grandes regiões, a saber, no Norte,

[115] Ibid. Ibidem.
[116] FRÉDÉRIC MAURO. Op.cit. pg., 736.
[117] Ibid. pg., 737.
[118] Ibid. Ibidem.

principalmente, em Marajó e no Pará, no interior do Nordeste, em Minas Gerais e nos campos Rio Grande do Sul. Assim como estes, Mauro afirma que a criação em São Paulo e no Paraná não era desprezível[119].

A indústria do couro, para o autor, era importante, pois uma parte significante da produção era consumida localmente, através da fabricação de arreios, parelhas, vestuário, além de outros objetos, tais como sacos, cintos, correias, móveis etc.[120].

Outros tipos de produtos, os quais, segundo Mauro, deram lugar a uma atividade industrial foram os produtos do mar, particularmente, a extração de sal e a pesca à baleia.

No que toca ao sal, este, na afirmação de Ellis, vinha de Portugal, de acordo com a regulamentação estrita da coroa[121]. Contudo, aquela produção não satisfazia as necessidades brasileiras. Portanto, já em 1534, durante o governo de Duarte Coelho, surgem doações de terras ao longo do litoral com o objetivo de se extrair o sal[122].

Mauro descreve *que na primeira metade do século XVII as salinas situadas entre o Rio Grande do Norte e o Ceará, a meio caminho de um e de outro, são exploradas por 10 ou 12 negros, 10 brancos e uns 30 índios. A produção atingia 2.000 toneladas por ano (...). Algumas lagunas arranjadas pelos portugueses parecem ainda ter sido melhoradas pelos holandeses durante sua ocupação na região de Pernambuco. É durante a guerra holandesa que se desenvolvem as salinas de Mossoró e Ceará, no Ceará atual. Ao mesmo tempo descobrem-se, no vale do São Francisco, (...) verdadeiras minas de sal que são os barros salgados. As salinas do Maranhão são talvez as mais importantes (...). Elas renderam 2.000 cruzados por ano na primeira metade do século XVII. Eram, ao menos em parte, exploradas pelos Jesuítas, sob uma direção inteligente, dos quais os índios retiravam cada ano 5.000 alqueires*[123].

O autor nos lembra que um regulamento real de 1619 afirmava que *o barco encarregado de transportar o sal das salinas para os depósitos só devia fazer isso, e que as*

---

[119] Ibid. pg., 739.
[120] Ibidem.
[121] Ver principalmente: MYRIAM ELLIS. *O monopólio do sal no Estado do Brasil – 1631/1801: contribuição ao estudo do monopólio comercial português no Brasil durante o período colonial.* (Doutorado) São Paulo: FFLCH/USP, 1955.
[122] Ibid.
[123] Cf., FRÉDÉRIC MAURO. Op.cit. pg., 742.

salinas, de domínio público, não são suscetíveis à apropriação privada. Elas são livres e comuns a todos aqueles que desejam extrair o sal[124].

A respeito da "indústria" da caça à baleia, esta, segundo Mauro, revelou-se muito mais importante no Brasil do que em Portugal. Havia estações de caça ao longo do litoral, se estendendo da Bahia até Santa Catarina. Na Bahia, a principal *usina de baleia*, como a denominou o viajante Pyrard de Laval, se encontrava na ilha de Itaparica, onde trabalhavam mais de 100 pessoas em 1640[125]. No Rio de Janeiro, havia as estações de Niterói, de Cabo Frio e na ilha de São Sebastião. No Sul, as estações se estabeleceram em frente à ilha de Santa Catarina, montadas por açorianos, numerosos na região e familiarizados com a pesca dos cetáceos nas suas ilhas[126].

Os recursos fornecidos pela baleia, são a carne, o óleo (que servia no período para a iluminação) e certo número de outros produtos entre os quais o âmbar. Segundo Ellis, por volta de 1655 uma baleia representava uma cifra de negócios de 4.000 cruzados[127].

Ás indústrias descritas anteriormente, soma-se a mineração, a produção têxtil e a indústria do ferro. Contudo, abordaremos estas dentro do contexto da origem da atividade industrial em Minas Gerais.

Estas indústrias analisadas anteriormente e as indústrias que serão discutidas mais adiante em Minas Gerais, vamos qualificar como **pré-indústria**? Pré-indústria, no sentido de que é uma "indústria desconjuntada", incoerente nos termos definido por Braudel. Mas, como já dissemos anteriormente não podemos confundir essa indústria com a **proto-industrialização** da *Escola de Gottingen*. A indústria colonial não apresentou elementos que pudessem estimular a industrialização capitalista como a européia; isto é, a indústria colonial estava voltada, de um lado, à acumulação primitiva metropolitana; de outro, à relação de produção escravista no interior da colônia. Tudo isto impedia seu desenvolvimento em direção à Revolução Industrial. Tudo isto, até mesmo, impedia a constituição de um mercado interno que pudesse estimular o desenvolvimento de manufaturas constituindo uma *industrialization before industrialization*.

---

[124] Ibid. Ibidem.
[125] Idem.
[126] Sobre a "indústria" da baleia, consultar: MYRIAM ELLIS. *A baleia no Brasil colonial.* São Paulo: Melhoramentos, 1969.
[127] Ibid.

2.1.1 – A origem da indústria em Minas Gerais.

Minas Gerais é fruto da descoberta do ouro no final do século XVII. A partir desse momento ocorre um processo migratório continuado; trânsito de pessoas e coisas para região mineradora; fluxo este que é tanto de homens livres quanto de escravos, tanto de reinóis quanto de colonos[128].

Tal fluxo migratório gerou em primeiro lugar uma guerra, fruto da disputa entre os bandeirantes paulistas, primeiros desbravadores das minas, e o Estado português, pelo controle da região mineradora[129]. Da **Guerra dos Emboabas**[130], surge uma nova capitania, **Capitania de São Paulo e Minas do Ouro**[131], em 1709, que naquele momento se separa da capitania do Rio de Janeiro. Mais tarde, em 1720, a separação da capitania de São Paulo dará lugar à **Capitania de Minas Gerais**[132]. (Como mostra os mapas abaixo).

[128] Sobre a formação demográfica de Minas Gerais na Época Colonial, consultar: JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. *O Prometeu no sertão: economia e sociedade da Capitania das Minas dos Matos Gerais.* (Doutorado). São Paulo: FFLCH/USP, 1988. pp., 43-55. RAIMUNDO CUNHA MATOS. *Coreografia Histórica da Província de Minas Gerais.* (1837). 2 vol., São Paulo/Belo Horizonte: USP/Itatiaia, 1981.

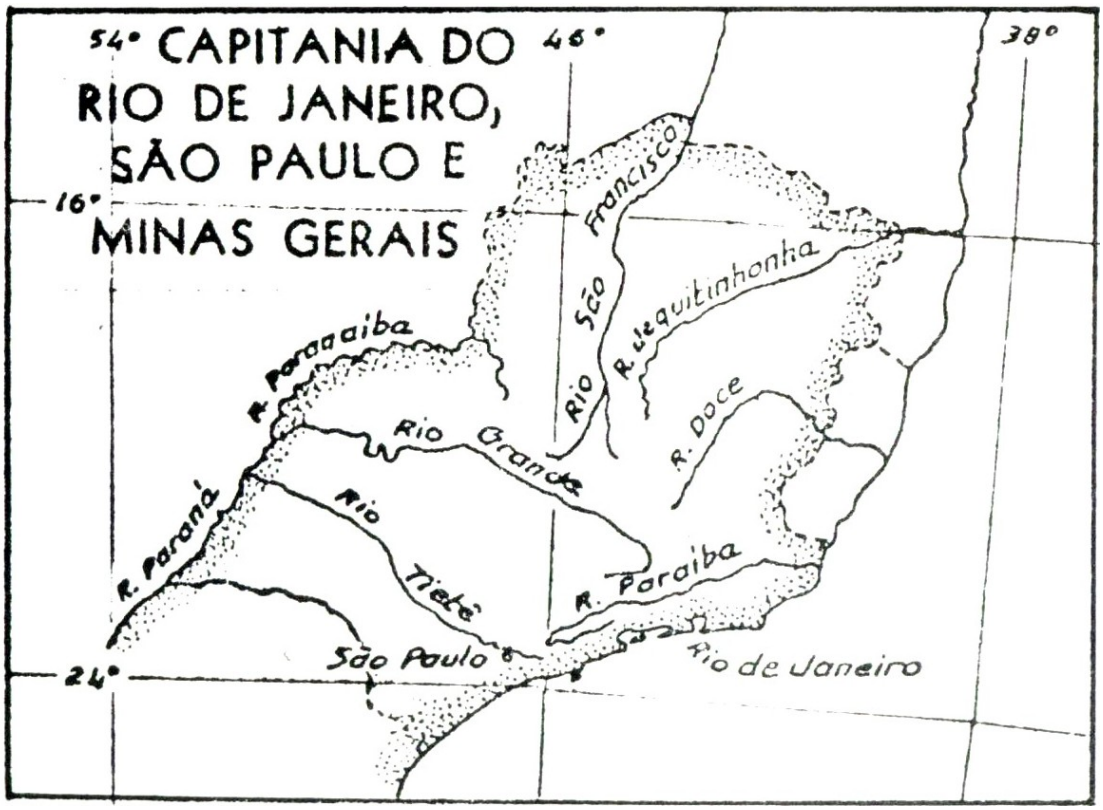
[129] Em seu poema **Noturno de Belo Horizonte** Mário de Andrade evoca Minas Gerais como um fruto paulista. Resultado das *andanças bandeirantes, ocupação do sertão, devassamento, apresamento, conquista.*

[130] Sobre a Guerra dos Emboabas, consultar: EDUARDO CANABRAVA BARREIROS. *Episódios da Guerra dos Emboabas e sua Geografia.* São Paulo/Belo Horizonte: USP/Itatiaia, 1984.

[131] Segundo Nelson de Senna o nome da respectiva capitania era **Capitania Unida de São Paulo e Minas Gerais dos Cataguás**. NELSON DE SENNA. *Anuário Histórico-Geográfico de Minas Gerais.* Apud., EDUARDO CANABRAVA BARREIROS. Op.cit., pg., 38.

[132] A respeito da constituição jurídico-administrativo da capitania de Minas Gerais, consultar: AUGUSTO DE LIMA JÚNIOR. *A Capitania de Minas Gerais.* São Paulo/Belo Horizonte; USP/Itatiaia, 1978.

MAPA 1



FONTE: EDUARDO CANABRAVA BARREIROS. *Episódios da Guerra dos Emboabas e sua Geografia.* Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/USP, 1984. pg., 37.

MAPA 2

FONTE: EDUARDO CANABRAVA BARREIROS. *Episódios da Guerra dos Emboabas e sua Geografia.* Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/USP, 1984. pg., 38.

Todavia, é através da mineração que se formata o território e a população mineira. Território este formado de vários chãos, na afirmação de Barreiros[133]. (como demonstra o mapa abaixo). População esta miscigenada de brancos, negros e índios formando a gente mineira[134], dentro de um contexto em que estes vários conjuntos humanos que se estabeleceram lá, com suas experiências econômicas, sociais e políticas, assim como seus valores culturais e morais; tiveram que se adaptar a uma nova realidade geográfica e social, provocando uma articulação destes mesmos conjuntos humanos entre si e formando uma economia e sociedade peculiar, bem diferente daquela sociedade açucareira do litoral nordestino[135].

[133] De acordo com Barreiros, *o território das Minas Gerais, a princípio informe, acabaria por constituir-se de porções variadas de chãos de cinco capitanias. (...) Da Capitania de Ilhéus receberia as terras de um lado a outro do Rio São Francisco, compreendidas pelas nascentes dos rios Urucuia e Pardo. O primeiro a oeste e o segundo a leste do grande rio. (...) Da Capitania de Porto Seguro, grande parte do Urucuia e Gerais.(...) Da Capitania do Espírito Santo incorporaria grande porção do que são hoje as regiões do Rio Doce, do Oeste de Minas e uma nesga do Triângulo Mineiro. (...) Da Capitania de São Tomé, receberia o que são hoje as regiões da Zona da Mata e do Sul de Minas. (...) Além disso, receberia da Capitania de São Vicente, uma pequena área montanhosa, representada por contrafortes da Serra da Mantiqueira.* Cf., EDUARDO CANABRAVA BARREIROS. Op.cit. pp., 21-23.

[134] E assim o memorialista Pedro Nava define a formação da gente mineira: (...) *E tome coito com índia. E mistura e mais mistura com emboaba, padre, levantino, fidalgo, circuncizado, escravo da Costa, e sequaz de Mafoma – apesar de cada um dos nossos maiores se declarar documentalmente cristão puro – sem liga com negro, mouro, judeu ou quaisquer outras "infectas naçoens".* Cf., PEDRO NAVA. *Baú de ossos.* Memórias/1. 5 ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1978. pg., 104.

[135] Ver JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. Op.cit. pp., 43-55. Um estudo crítico da sociedade mineira e sua psicologia social, consultar: MARIA ARMINDA DO NASCIMENTO ARRUDA. *Mitologia da mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MAPA 3

FONTE: EDUARDO CANABRAVA BARREIROS. *Episódios da Guerra dos Emboabas e sua Geografia.* Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/USP, 1984. pg., 22.

Esta **grande invasão** humana como a denominou Lima Jr.[136], resultou num povoamento itinerante e disperso, fruto da sedenta procura pela riqueza mineral. Assim, o território mineiro é ocupado velozmente, resultando nesta diversidade física da terra que é o atual estado de Minas Gerais.

Território em que as montanhas constituem-se a divisão natural, do que J. A. de Paula chamou de uma Minas tríplice. Isto é, as montanhas da Serra da Mantiqueira[137] que é o limite de uma Minas de mata atlântica; as montanhas da Serra do Espinhaço[138], que corta Minas Gerais de norte a sul e que a oeste revela o sertão mineiro, o cerrado. É também nesta serra, em que se formou o eixo central da atividade mineradora de ouro e diamantes ao longo do século XVIII. A estas duas cadeias principais, acrescentam-se outras formações montanhosas importantes: as montanhas da Serra das Vertentes, que liga a Mantiqueira a Serra da Canastra; e, a Serra da Canastra, lugar do nascedouro do Rio São Francisco e que divide as águas da bacia do Rio Grande da do São Francisco[139].

Montanhas que revelam uma estreita relação com a formação das principais bacias dos rios. Isto é, as arestas e contornos das bacias correspondem , em regra àquelas cadeias de montanhas mais importantes de Minas Gerais[140]. Dito de outra forma, as cadeias de montanhas são as principais divisões das grandes bacias hidrográficas de Minas Gerais.

Principais bacias hidrográficas que totalizam o número de sete. Quais sejam, a do São Francisco, a do Rio Grande, a do Rio Doce, do Rio Jequitinhonha, a do Rio Pardo, a do Rio Mucuri, e a do Rio Paraíba.

---

[136] AUGUSTO DE LIMA JÚNIOR. Op.cit. pp., 35-41.

[137] A **Serra da Mantiqueira** nasce em São Paulo na Serra de Cubatão – perto de Bragança – estendendo-se na direção leste, penetrando em Minas Gerais pelo sul, sendo limite natural de Minas – São Paulo – Rio de Janeiro, desaparecendo na cidade de Conselheiro Lafaiete, já na região mineratória. Ver: ÁLVARO ASTOLPHO SILVEIRA. *Memórias corográficas.* 2 vol., Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1921. Vol., 1, pg., 11.

[138] A **Serra do Espinhaço**, formação geológica do período Algonquiano, mais antiga do Brasil, também conhecida como Serra Geral ou Serra das Minas, nasce em Ouro Preto e estende-se por 1.100 Km de extensão em direção ao norte, penetrando na Bahia até perder-se em Pernambuco. Ver: JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. Op.cit., pg., 101. Também, MAFALDA P. ZEMELLA. *O abastecimento da capitania de Minas Gerais no século XVIII.* 2 ed., São Paulo: Hucitec, 1990. pg., 40.

[139] JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. Op.cit. pp., 100/101. Ainda sobre a formação territorial de Minas Gerais, consultar nosso pequeno ensaio: RICARDO ZIMBRÃO AFFONSO DE PAULA. Ocupação do espaço, formas de produção e território: uma nota sobre a formação territorial de Minas Gerais. In: *Revista Científica da FAMINAS.* Muriaé: vol., 1; n. 02; maio/agosto, 2005.

[140] ÁLVARO ASTOLPHO SILVEIRA. *Geographia do Estado de Minas.* Belo Horizonte: Oliveira Costa, 1929. pg., 16.

A bacia do São Francisco é a única das bacias hidrográficas brasileiras cuja dominância é inteiramente nacional. Nascido na Serra da Canastra, o Rio São Francisco foi o liame de uma embrionária articulação da economia colonial brasileira, ligando o nordeste às minas, e daí, depois, por outros caminhos, ao sul, ao litoral fluminense e capixaba, ao oeste, às minas de Goiás e Mato Grosso. De seu leito surgiram as infindáveis sesmarias que se distribuíram, desde o século XVI às famílias Garcia D'ávilla e Guedes de Brito, sendo o caminho do extraordinário poder daqueles potentados que o dominaram e seus contornos da foz até os sertões mineiros para além da boca do Rio das Velhas[141].

São inúmeros os afluentes do São Francisco. O mais importante deles talvez seja o Rio das Velhas que, nascendo próximo a Ouro Preto corre a leste do "velho Chico" até Guaicuí quando desemboca nele. O Rio das Velhas teve importância crucial na ligação da região mineradora com o nordeste. Foi sobretudo pelo Rio das Velhas que se deu o fluxo de mercadorias e pessoas entre a região mineradora, a partir de Sabará e as capitanias nordestinas[142].

A bacia hidrográfica do Rio Grande nasce na Serra da Mantiqueira, corre em direção oeste, sendo a divisa natural do Triângulo Mineiro de São Paulo; no vértice do Triângulo encontra-se com o Parnaíba inflete-se para o sul vindo a formar o Rio Paraná[143]. De acordo com João Antônio de Paula, a região do Rio Grande foi a que mais cedo buscou diversificar o quadro da hegemonia mineradora[144]. Antiga região mineradora, a então Comarca do Rio das Mortes, já no final dos setecentos, voltou-se para a produção

---

[141] Ver: JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. Op.cit. pg., 103. Também, GERALDO ROCHA. *O Rio São Francisco.* São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1940. pg., 03.

[142] A bacia do Rio São Francisco recebeu cuidadosa atenção de cronistas, memorialistas e viajantes. Consultar, sobretudo, o estudo de: RICHARD BURTON. *Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico.* (1869). Tradução de David Jardim Jr.. São Paulo/Belo Horizonte: USP/Itatiaia, 1977. Tal estudo aborda não só os aspectos físicos do rio, bem como seus aspectos sociais e econômicos, sua navegabilidade, custo de transporte etc.. Outros afluentes do Rio São Francisco são: o Rio São Miguel, o Bambuí, o Rio das Antas, o Rio dos Porcos, o dos Mojolos, o dos Veados, o da Marmelada, o Lambari, o Pará, o Paraopeba, o Indaiá, o Borrachudo, o Espírito Santo, o Abaeté, o Jequitaí, o Paracatu, o Urucuia, o Pardo, o Pandeiro, o Itacarambi, o Verde e o Carinhanha. Ver: RAIMUNDO CUNHA MATOS. Op.cit. vol., 1, pg., 244-254. Também, JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. Op.cit. pg., 103.

[143] Os principais afluentes do Rio Grande são: Ribeirão da Lagoa, Ribeirão da Grapiava, Ribeirão da Ibitipoca, Rio das Mortes, Rio do Peixe, Rio Capivari, Rio Ingaí, Rio Jacaré, Rio do Curral, Rio de Santana (ou Formiga), Rio Ponte Alta, Rio Picu, Rio Sapucaí, Rio Cabo Verde, Rio Jacuí, os Ribeirões da Babilônia, o Ribeirão da Ponte Alta, Rio Pardo, Rio Corumbá e Rio Paranaíba (Parnaíba), que é o limite natural entre Minas Gerais e Goiás no lado superior do Triângulo Mineiro. Ver: RAIMUNDO CUNHA MATOS. Op.cit. pp., 254-274. Também: JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. Op.cit., pp., 104/105.

[144] Ibid. Ibidem.

agropecuária e mesmo manufaturas abastecendo o centro minerador e mesmo exportando produtos para outras capitanias[145].

O Rio Doce tem formação complexa. Nasce na Serra da Mantiqueira, com o nome de Rio Chopotó, recebe o Ribeirão do Carmo pela esquerda, depois os dois Gualaxos – o do norte e o do sul – o Piranga, o Rio do Peixe, o Rio Casca, o Matipó, o Mombaça, o Ribeirão Sacramento e o Piracicaba, onde recebe o nome de Rio Doce. Corre em direção norte, tendo torção para leste para desembocar no Atlântico pelo Espírito Santo. Tem 888 Km de extensão[146].

O Vale do Rio Doce foi uma região interditada pela coroa portuguesa no século XVIII porque possível rota de contrabando de riquezas e fuga do fisco. Por esta razão e pela presença de diversas nações indígenas hostis em seu território, a região teve colonização retardada. Ademais, aquela região, em tentativas que datavam do século XVI se tinha mostrado difícil à navegação. É a partir do início do século XIX, em 1809, que surge iniciativas visando à efetiva ocupação, culminando com o Decreto de outubro de 1832 que abria o Rio Doce à navegação, oferecendo inúmeras concessões e privilégios à Companhia que se organizasse com aquele objetivo. Todavia, somente em 1897 que iniciou-se a navegação e mesmo assim, em pequeno trecho do Rio. A colonização efetiva do Vale do Rio Doce foi sobretudo um fenômeno do século XX[147].

---

[145] Saint-Hilaire, Spix e Martius admiraram-se do clima da região do Rio Grande que achavam ameno. Admiraram também a vegetação natural e a qualidade dos solos, os quais eram dos mais férteis da capitania. Não deixaram de notar o manejo superior que realizavam no trato com a pecuária. AUGUSTE DE SAINT-HILAIRE. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais.* (1817). Tradução de Vivaldi Moreira. São Paulo/Belo Horizonte: USP/Itatiaia, 1975. AUGUSTE DE SAINT-HILAIRE. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo.* (1822). Tradução de Vivaldi Moreira. São Paulo/Belo Horizonte: USP/Itatiaia, 1974. JOHANN BAPTIST VON SPIX & CARL FRIEDRICH PHILIP VON MARTIUS. *Viagem pelo Brasil.* (1823). Tradução de Lúcia Furquim Lahameyer. 3 vol., São Paulo/Belo Horizonte: USP/Itatiaia, 1981. Já João Antônio de Paula estabelece as diferenças características do Rio São Francisco e do Rio Grande. Segundo ele, *o Rio São Francisco é um* ***rio sertanejo****. Rio síntese de culturas, é o caminho geral do sertão dos grandes espaços, dos buritizais e das várzeas, dos barranqueiros e dos vaqueiros, dos currais e das embarcações. Do trânsito do sal, do charque, das boiadas. O Rio Grande tem outro perfil. O manejo da pecuária é intensivo, a pecuária leiteira será expandida. A agricultura tomará o centro da economia rio-grandina.* Cf., JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. Op.cit., pg., 104. Sobre a estrutura econômica da região do Rio Grande consultar também, ALCIR LENHARO. *As tropas da moderação.* São Paulo: Símbolo, 1979.

[146] Seus principais afluentes, além dos citados, são: Rio Santo Antônio, o Corrente, o Suaçaí Pequeno, o Suaçaí Grande, o Cuité, o Manhuaçu e o Gandu. Ver: RAIMUNDO CUNHA MATOS. Op.cit., pp., 241-243. RODOLPHO JACOB. *Minas Geraes no XX Século.* 2 vol., Rio de Janeiro: Gomes & Irmão, 1911. pg., 10. JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. Op.cit., pp., 105/106.

[147] Ver NEY STRAUCH. *Zona Metalúrgica de Minas Gerais e o Vale do Rio Doce.* Rio de Janeiro: CNG, 1958. pp., 103/104. Também: JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. Op.cit., pg., 106.

O Rio Jequitinhonha nasce próximo do Serro do Frio, tem 960 Km de extensão, e segue em direção nordeste penetrando o território bahiano. É uma região cuja história está ligada à exploração do diamante. Região de Minas Novas, do Tejuco – atual Diamantina – e do Serro Frio. Paradoxalmente, a região do Vale do Jequitinhonha é uma das mais pobres regiões do país atual, apresentando contrastes abismais entre o latifúndio pecuarista extensivo e uma massa de gente paupérrima[148].

O Rio Pardo, nasce na Serra das Almas – Espinhaço – em Minas, corre em direção leste, penetra na Bahia onde deságua no Atlântico com o nome de Patipé[149]. Já o Rio Mucuri tem 364 Km de extensão, corre em direção a leste, penetra o Espírito Santo e deságua no Atlântico[150]. Por fim, o Rio Paraíba, que corre entre os limites de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, não nasce em Minas Gerais, mas assume uma importância crucial na história econômica de Minas Gerais e da região Sudeste do Brasil, no correr do século XIX, pois é a partir de seu leito que se deu a expansão cafeeira[151].

À título de ilustração, vejamos um mapa atual da hidrografia de Minas Gerais.

---

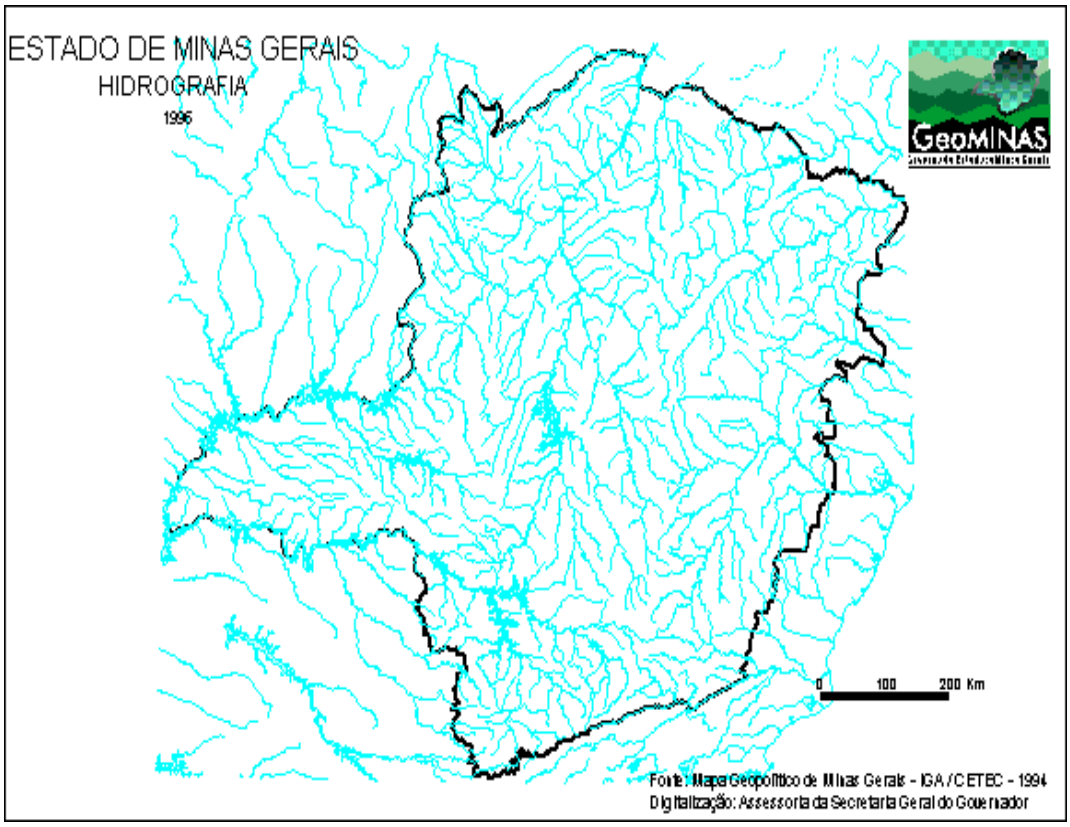
[148] Os principais afluentes do Rio Jequitinhonha são: o Rio Manso, o Caeté-Mirim, o Araçuaí, o Itinga, entre outros. Ver: RAIMUNDO CUNHA MATOS. Op.cit. pp., 274-276. Também: JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. Op.cit. pg., 106.

[149] Os principais afluentes do Rio Pardo em Minas Gerais são: Rio São João do Paraíso, Itaperacaba e o Rio Mosquito. RAIMUNDO CUNHA MATOS. Op.cit. pp., 277/278. Também: JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. Op.cit. pp., 106/107.

[150] Seus principais afluentes em Minas Gerais são: o Rio de Todos os Santos e o Rio Pampa. Ver: VICTOR SILVEIRA. *Minas Gerais em 1925.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926. pg., 470. Também: JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. Op.cit. pp., 107.

[151] Os principais afluentes do Rio Paraíba em Minas Gerais são: o Rio Pomba, o Muriaé e o Paraíbuna. Ver: RODOLPHO JACOB. Op.cit., pg., 10.

MAPA 4



FONTE: Mapa Geopolítico de Minas Gerais. Secretaria Geral do Governador. Estado de Minas Gerais. IGA/CETEC, 1996. Site: www.geominas.gov.mg.br

Território de relevo montanhoso, de grandes bacias hidrográficas que revelam climas diversos, vegetações diversas, solos diversos.

No que diz respeito à estrutura climática mineira, Álvaro Silveira baseado em Von Martius em sua classificação das *províncias da flora brasileira*, divide o clima de Minas Gerais em 4 zonas características: 1 – Zona driádica; 2 – Zona Hamadriádica; 3 – Zona Oreádica; e, 4 – Zona Altíssima[152].

[152] ÁLVARO ASTOLPHO SILVEIRA. Op.cit. pp., 156-158. A tipologia climática estabelecida por Von Martius encontra-se em sua obra **Flora Brasiliense**. J. A. de Paula ressalta que esta classificação tem um nível de abrangência tal que impede a consideração de micro-climas, de variações locais. Contudo, é capaz de

A primeira zona, a *driádica*, corresponde, grosso modo, a região mineira de mata atlântica, à leste da Serra da Mantiqueira. Segundo Silveira, consiste em uma faixa de terra muito acidentada que acompanha paralelamente a costa atlântica e tem como limite deste a cadeia da Mantiqueira, uma parte da Serra Geral, a cadeia do Noroeste até a Serra das Trinta Voltas. É, pois, uma zona inundada de vapor d'água e, por isso, úmida. A temperatura média anual está compreendida nessa zona, entre 19 e 22 graus centígrados. Nas partes vizinhas da Mantiqueira, a temperatura média anual pode ser mais baixa, tudo dependendo da altitude do lugar considerado[153].

A *Zona Hamadriádica* é compreendida pela bacia do Rio São Francisco. É quente e seca. A temperatura média anual fica em torno de 19 e 24 graus centígrados[154].

A terceira zona climática, a *Oreádica*, é a que compreende a parte restante do estado, excetuadas as partes mais altas da Mantiqueira. Sua temperatura média anual varia de 17 a 23 graus centígrados, achando-se no Triângulo Mineiro os lugares em que a temperatura atinge seus mais altos valores. Não há nesta zona a predominância de sequidão nem de umidade. Os ventos úmidos do sul entram pela bacia do Rio Grande, inundando-a de vapor d'água; é assim uma zona temperada e úmida[155].

Por fim, a *Zona Altíssima*, é a que corresponde às partes mais altas da Mantiqueira, Caparão, Treituba, Itacolomi de Ouro Preto e outras serras altas. A temperatura média anual dentro dela varia entre 15 e 17 graus centígrados. É, pois, uma zona fria e úmida[156].

Não obstante esta classificação do clima baseada na tipologia fitogeográfica de Von Martius-Silveira ser antiga; isto é, a tipologia estabelecida por Von Martius é de 1817 e 1820, e o livro de Silveira é de 1929; ainda hoje é possível defendê-la. Ademais, é preciso registrar a competência de Álvaro Silveira que a partir desta tipologia fitogeográfica organizada por Von Martius para o Brasil, construiu uma classificação dos climas mineiros

---

dar contornos mais gerais e características de cada uma das zonas consideradas. Ver: JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. Op.cit. pp., 108/109.

[153] Cf., ÁLVARO ASTOLPHO SILVEIRA. Op.cit. pg., 156/157.

[154] Cf., Ibid. pg., 157.

[155] Cf., Idem. pp., 157/158.

[156] Cf., Idem. pg., 158.

que teria a finalidade de buscar relacionar vegetais e clima, que são dimensões interdependentes da realidade geográfica[157].

Todavia, podemos também analisar a estrutura climática de Minas Gerais a partir de uma classificação mais contemporânea. De acordo com esta, pode-se identificar a presença de 3 tipos básicos de clima em Minas Gerais: 1 – Quente; 2 – Subquente; e, 3 – Mesotérmico Brando[158] .

O clima *Quente*, seria caracterizado pela ocorrência de temperaturas em todos os meses superiores a 18 graus centígrados e seria típico das seguintes áreas: Vale do São Francisco, Noroeste de Minas abaixo de 900-700 metros de altitude; encosta ocidental do Espinhaço abaixo de 900 metros de altitude ao norte e 500 metros ao sul; Zona da Mata abaixo de 300 metros[159].

O clima *Subquente*, compreende as terras situadas imediatamente acima daquelas costas altimétricas. Nele a menor freqüência de temperaturas elevadas no verão e o predomínio de temperaturas amenas no inverno deve-se principalmente à influência da altitude[160].

O clima *mesotérmico brando*, compreende as superfícies mais elevadas do sul de Minas Gerais, da Serra do Espinhaço e da Serra da Mantiqueira[161].

Entretanto, se levarmos em conta o regime pluviométrico ou de umidade aqueles domínios climáticos desdobram-se em 4 tipos básicos, a saber, *clima superúmido; clima úmido; clima semi-úmido e clima semi-árido*[162]. (Ver mapa climático atual de Minas Gerais abaixo).

---

[157] A respeito da atualidade da tipologia fitogeográfica de Von Martius-Silveira, consultar: MÁRIO GUIMARÃES FERRI. *A vegetação brasileira.* São Paulo/Belo Horizonte: USP/Itatiaia, 1980. pg., 49. JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. Op.cit. pp., 110/111.

[158] Ver principalmente: EDMON NIMER. Clima. In: FIBGE. *Geografia do Brasil – Região Sudeste.* Rio de Janeiro: IBGE, 1977.

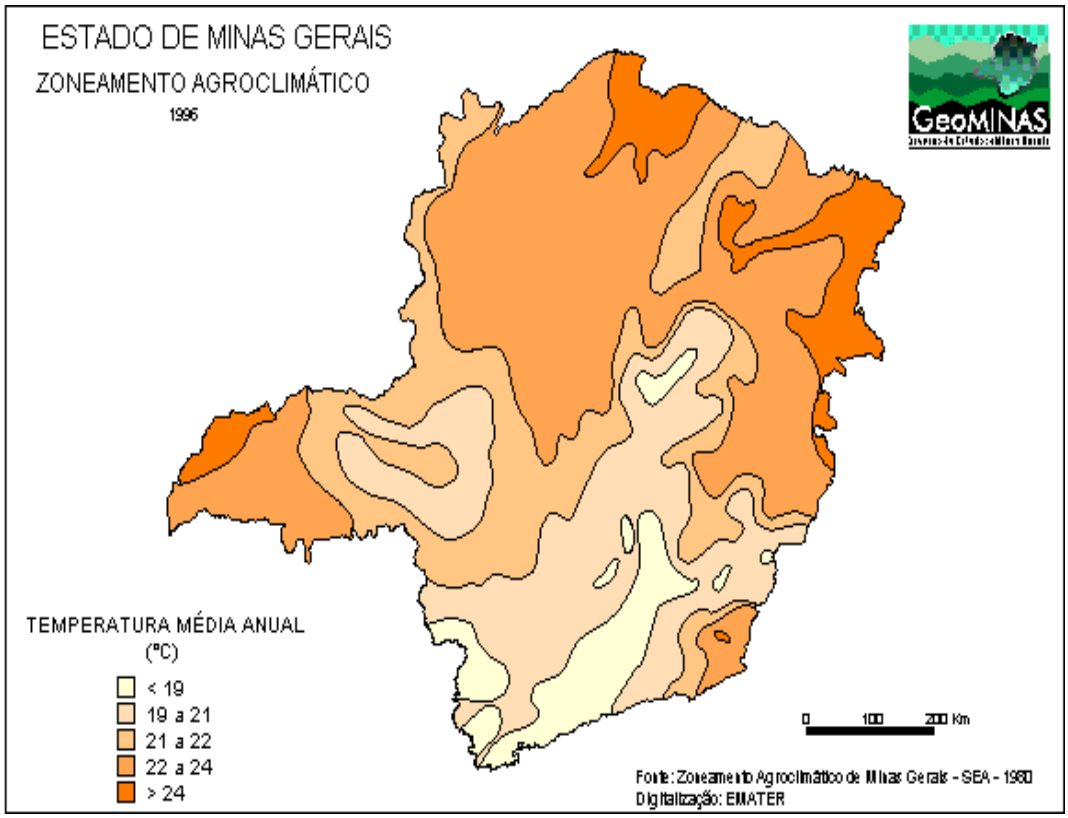
[159] Cf., Ibid., pg., 77.

[160] Cf., Ibid. Ibidem.

[161] Cf., Idem.

[162] Cf., Idem., pg., 80. Estes 4 tipos básicos subdividem-se em outras 6 variedades de acordo com o período da seca que apresentam.

MAPA 5



FONTE: Zoneamento Agro-climático de Minas Gerais. Secretaria Estadual de Agricultura/EMATER-MG. Estado de Minas Gerais, 1996. Site: www.geominas.gov.mg.br

No que toca à vegetação, Minas Gerais possui uma flora riquíssima, não obstante constituir um universo complexo[163]. Podemos dividir sua vegetação, de acordo com Álvaro Silveira, da seguinte forma: mata tropical, campo, cerrado e caatinga. E mais as variações dentro destas macrofloras – o *cerrado fino*, o *cerradão*[164].

[163] De acordo com a afirmação de Álvaro Silveira, *se lhe faltam os vegetais do litoral, em compensação, os que vicejam nas serras altas, formando a riquíssima flora alpestre, talvez a que encerre os mais belos e curiosos indivíduos, quando comparada as de outros ponto da Minas ou de outros Estados do Brasil.* Cf., ÁLVARO ASTOLPHO SILVEIRA. Op.cit., pg., 173.
[164] Ibid. Ibidem.

A *mata* é formada por vegetais arborescentes, em sua maioria dicotiledôneas, tendo, intervalarmente, vegetais de pequeno porte. Segundo Silveira, é a macroflora mais rica das Gerais, onde encontra-se desde a grande e forte madeira para as construções, as pontes, o mobiliário até as plantas frutíferas, as plantas medicinais, as resinas, as essências e as flores. Também, a peroba, o jacarandá, a braúna, a orquídea, a jaboticabeira, a pitangueira, a maniçoba; além das gramíneas lenhosas de grande porte – Taquarassu e Taboca – e as palmáceas[165].

A região em que domina a mata é a que está a leste da Serra da Mantiqueira – sendo extensão de Mata Atlântica – e a região dos vales do Rio Doce e Mucurí. Há também manchas de matas espalhadas por outras regiões das Minas[166].

O *campo* é, ao contrário, formado, principalmente, por vegetais herbáceos, em sua maioria monocotiledôneos, tendo, esparsos arbustos ou árvores. Gramíneas e vegetação de pequeno porte herbáceas ou lenhosas dominam a flora dos campos; gabirobas, araçás, pitangas, cajus, buritis, flores etc.. Domina tanto nas regiões baixas quanto as altas serras mineiras. É a vegetação típica do sul de Minas, do vale do Rio Grande, com marcante presença nas margens do São Francisco desde a nascente até os limites com a Bahia[167].

O *cerrado* domina o Triângulo Mineiro, o Alto Paranaíba, a região de Paracatu. Sua vegetação é rala, as árvores, arbustos retorcidos pelo vento que varre as regiões do planalto mineiro, o solo pobre que pouco alimenta aquela vegetação de poucas árvores[168].

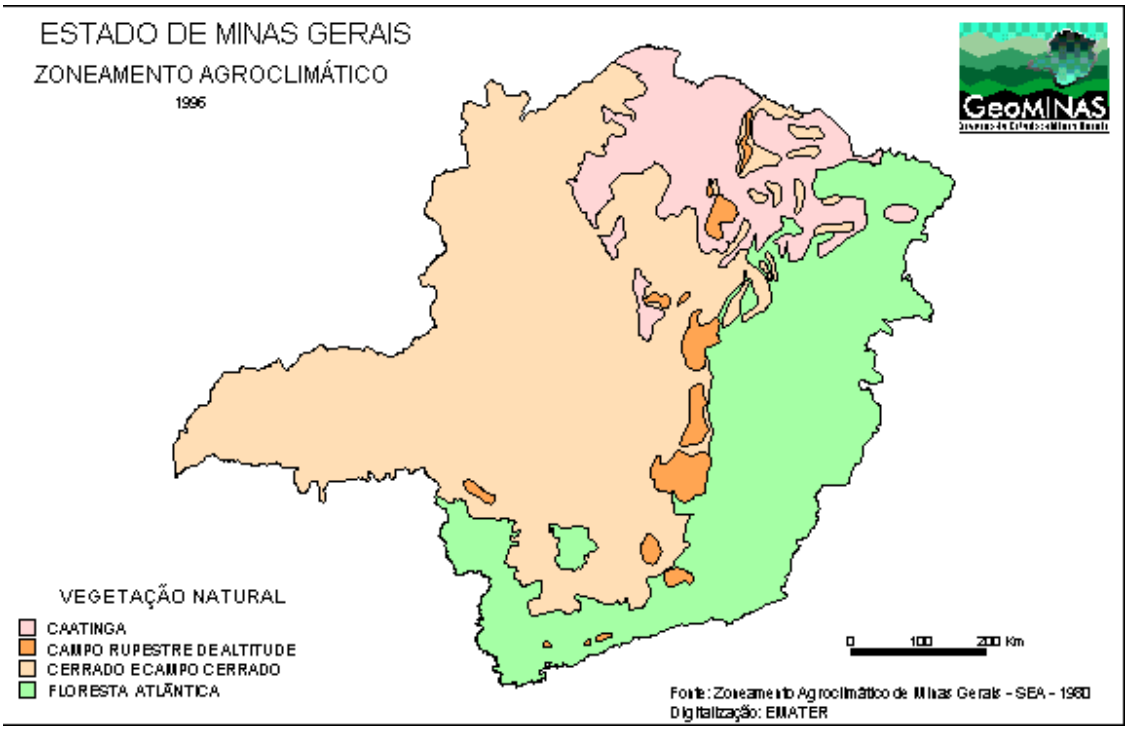
Por fim, a *caatinga*, é formada por vegetais arbustivos em sua maioria dicotiledôneas, entre os quais dominam as cactáceas espinhosas, mas também outras plantas como a macambira, o umbu e a imburana. É o domínio do norte mineiro. Estende-se das vizinhanças de Montes Claros para o norte do Estado[169].

Há também a classificação da vegetação mineira feita por Dardano de Andrade Lima. Também divide em 4 formações vegetais. A *floresta sub-caducifólia tropical* – porção oriental de Minas Gerais e manchas nas proximidades do vale do Araguari, oeste e sudeste de Belo Horizonte, em Arcos e Pains, na mata da Corda, no norte de Montes Claros. A *floresta sub-caducifólia subtropical* – localizada em uma zona de contato, onde

[165] Cf., Idem. pp., 173-187.
[166] Idem.
[167] Idem., pp., 181-183.
[168] Idem., pp., 183-189.

há influência de caatinga encobrindo solos mais férteis oriundos de calcário; a vegetação dessa área guarda em sua composição elementos dos dois meios. A *floresta sub-caducifólia subtropical com araucária* – que se restringe em Minas às regiões mais altas, superiores a 1500 metros de altitude, particularmente na Serra da Mantiqueira. E, a *floresta sub-caducifólia não espinhosa* – que existe em Minas numa faixa no norte do estado, nas proximidades do Rio Araçuaí[170]. (Ver mapa da vegetação atual de Minas Gerais).

MAPA 6



FONTE: Secretaria Estadual de Agricultura/EMATER-MG, 1996. Site: www.geominas.gov.mg.br

[169] Idem., 185.

No que toca aos solos de Minas Gerais, sua estrutura atual bem como a do resto do Brasil é marcada pelo processo de destruição de suas camadas e pela cada vez maior preponderância das rochas matrizes. Com efeito, compreender a natureza destas rochas, sua composição química e características físicas, é compreender o essencial da agro-geologia mineira.

João Antônio de Paula utilizando-se dos estudos de Wilson Alves de Araújo, Djalma Guimarães & Octávio Barbosa, Domício Figueredo Murta e de Oliveira & Leonardos[171], constrói uma síntese dos principais elementos agro-geológicos de Minas Gerais. São eles:

Complexo cristalino – Período Arqueano[172]. Ocupa 1/3 dos solos de Minas Gerais. Predominam nas zonas Sul, Mata e Leste, em parte nas zonas Oeste, Centro e Norte do estado mineiro; além de pequena faixa tendo como centro o município de Coromandel, a oeste no Vale do Paranaíba. Os solos deste complexo são basicamente de dois tipos, a saber, *salmourão e massapé*. São solos provenientes de rochas de alto teor de acidez, que no entanto, ensejam a formação de matas ricas em espécies vegetais que no passado cobriam todo o leste e o sul de Minas Gerais, como uma espécie de prolongamento da Mata Atlântica. Esta cobertura vegetal de riquíssimas florestas, quando devastada, cobre-se de vegetação pobre – sapé, samambaia – típico de solos áridos e pobres de matéria orgânica.

Segundo Paula, baseado em Alves de Araújo, afirma que os solos da região arqueana, são de boa fertilidade, no entanto, a topografia acidentada concorre para o seu rápido empobrecimento[173].

---

[170] Sobre a classificação organizada por Dardano de Andrade Lima, consultar: MARIA THEREZINHA ALVES ALONSO. Vegetação. In. *Geografia do Brasil – Região Sudeste*. Op.cit. pp., 91-106.

[171] WILSON ALVES ARAÚJO. Estudo dos solos da região cortada pela Rede Mineira de Viação, bem como das regiões por ela influenciadas. In: *Estudo geo-econômico, estudo dos solos.* Rede Mineira de Viação, vol., II. DJALMA GUIMARÃES & OCTÁVIO BARBOSA. *Mapa geológico do Estado de Minas Gerais.* Belo Horizonte: Secretária do E.M.G, Imprensa Oficial, 1934. DOMÍCIO FIGUEREDO MURTA. Nota prévia sobre a estrutura agrária de Minas Gerais. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais.* Belo Horizonte: FACE/UFMG, vol., 1, n., 1, novembro de 1961. AVELINO IGNÁCIO DE OLIVEIRA & OTHON HENRY LEONARDOS. *Geologia do Brasil.* Rio de Janeiro: 1940. Apuds., JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. Op.cit., pp., 114-127.

[172] **Período Arqueano**: também chamado de **Azóico**, é a mais remota das idades da estrutura geológica do planeta Terra. É anterior à presença de qualquer vestígio de vida neste planeta. Ibid., pg., 118.

[173] Cf., Ibid., Ibidem.

Outro complexo são as *Séries de Minas, de Itacolomi e de Lavras – Período Algonquiano*[174]. É encontrado em Minas Gerais em duas áreas básicas, quais sejam, nas zonas Metalúrgica, Alto Jequitinhonha e Itacambira, e na região Oeste, Alto Paranaíba. Há também, diversas pequenas manchas espraiadas na região Sul do estado. São solos de extrema pobreza e cobertos por ralos cerrados ou extensíssimos campos que a linguagem coloquial denomina de "barba de bode". O teor da matéria orgânica é muito baixo. Certos grupos de solos neste complexo são arenosos com alta percentagem de saibros e seixos, ácidos e pobre de elementos nutritivos[175].

Segundo Paula, há dois tipos básicos de solos desta formação: os areno-limosos e os arenosos. São solos de difícil aproveitamento, agravados pelos problemas topográficos das formações em torno da Serra do Espinhaço[176].

O terceiro complexo é a *Série de Bambuí – Período Siluriano*[177]. É a segunda maior formação geológica de Minas Gerais, cobrindo cerca de 20% do total do estado. Sua área de ocorrência é nítida e contínua, compreendendo a quase totalidade da Bacia do São Francisco. Estende-se do sul, linha de Bambuí, Pedro Leopoldo, até a divisa com a Bahia, penetrando em recortes sinuosos, por todos os afluentes e sub-afluentes da margem esquerda do Rio São Francisco e parte do médio e baixo curso de seus afluentes da direita.

Os solos da *Série de Bambuí* dividem-se em 4 tipos: *terra calcária, terra vermelha argilosa, terra clara argilosa, terra silicosa*. Os solos *calcários* possuem fertilidade média em seu conjunto, havendo casos de muito alta fertilidade como a que se verifica na região de Pains, a oeste de Minas. A *terra vermelha argilosa*, são solos de boas condições físicas para o trato agrícola, topografia amena, porém, pobres em elementos nutritivos. A cobertura deste solo é basicamente o cerrado. *A terra clara argilosa,* diferencia-se da vermelha por seu menor teor de argila e ferro e maior teor de sílica e alumínio. As *terras silicosas*, são as de pior fertilidade da série de Bambuí[178].

---

[174] O **Período Algonquiano** também é chamado de **Era Proterozóica**. Período imediatamente posterior ao Azóico – Arqueano – sendo marcado pelo surgimento das primeiras formas de vida rudimentar. Idem., pg., 119.

[175] Ibidem.

[176] Ibidem. Atualmente com a alta tecnologia empregada na agricultura tais solos são corrigidos e intensificamente melhorados para a produtividade da agro-indústria. Todavia, nos séculos XVIII, XIX e, mesmo no correr do século XX, era dificultadores para o desenvolvimento da produção agrícola.

[177] O **Período Siluriano** pertence à **Era Paleozóica**, caracterizado pelo progresso dos crustáceos, pelo aparecimento de peixes antracodermos – de pele escura – e dos escorpiões. Ibidem.

[178] Idem. pg., 120.

O quarto complexo compreende os *Arenitos de Botucatu e Trapp – Período Triásico*[179]. Esta formação geológica cobre vasta área do Triângulo Mineiro, ligando-se à formação Uberaba-Baurú e a pequena faixa do arqueano no Vale do Rio Paranaíba. Os solos deste complexo são ácidos e arenosos, quase estéreis; a cobertura vegetal é constituída de campos limpos ou cerrados pobres; suas pastagens, quando conseguem vegetar, não sustentam mais que uma rés por alqueire (4,48 ha). Em solos mais férteis, como o de basalto, um hectare de pastagem é capaz de suportar de 6 a 8 reses. A única qualidade superior destes solos é a sua grande resistência à erosão quando ajudados por topografia adequada[180].

Os outros solos dessa série são, a *terra roxa misturada* e a *terra roxa*. A primeira, é intermediária entre solos paupérrimos ao Arenito de Botucatu e as terras intensivas e efusivas basáltica do trapp triásico de Minas Gerais, ou seja, as fertilíssimas terras roxas. Estas, por sua vez, ocupam as partes média e baixa das semi-bacias do Rio Grande e Paranaíba. A cobertura vegetal da terra roxa é de matas frondosas, onde se encontra quase todas as espécies finas, com predominância de leguminosas. Em resumo, são solos profundos, porosos, permeáveis, de ótimo poder de retenção de água; sua propriedades físicas são as melhores e as químicas ricas em fósforo, cálcio, magnésio e potássio[181].

A quinta, compreende a série *Eruptivas Nefelínicas – Período Jurássico*[182]. São formações geológicas encontradas em Minas Gerais em apenas três regiões, a saber, Araxá, Poços de Caldos e Itatiaia. Os solos originados destas formações têm uma grande variabilidade no que se refere à fertilidade. Todavia, a ação das chuvas em contato com as rochas com alto teor de alumínio provoca reações químicas que acabam por empobrecer mesmo os solos originalmente férteis. Grande parte dessas regiões está coberta de campo limpo e cerrado[183].

---

[179] O **Período Triásico** pertence a **Era Mesozóica**, na qual caracteriza-se pela presença dos grandes sáurios – lagartos – aquáticos e terrestres. Ibidem., pg., 120.
[180] Idem. pp., 120/121.
[181] Ibidem., pg., 121.
[182] O **Período Jurássico** pertence também a **Era Mesozóica** e é caracterizado pelo surgimento de animais de transição entre répteis e aves. Idem.
[183] Ibidem., pg., 122.

Há também as *Formações de Uberaba e Baurú – Período Cretáceo*[184]. Em Minas Gerais estas formações destacam-se três tipos básicos de solos: *terra poenta de patos, terra vermelha arenosa e terra arenosa*. O primeiro, são solos vermelho-argilosos, ricos em fósforo, cálcio, potássio e magnésio. Contudo, no que toca à fertilidade há uma grande variabilidade, desde a mais rica à média fertilidade. As terras vermelho-arenosas ocorrem nos chapadões do Triângulo e do Oeste do Rio São Francisco. São solos pobres, cobertos de cerrados e campos sobre chapadões imensos ou encostas de pequeno declive. Já as terras arenosas contém às vezes 70% de carbonatos, devendo ser chamados de *calcário arenítico*. São de riqueza muito variável, quer devido ao arenito que lhe deu origem, quer quanto ao tempo de sua exploração[185].

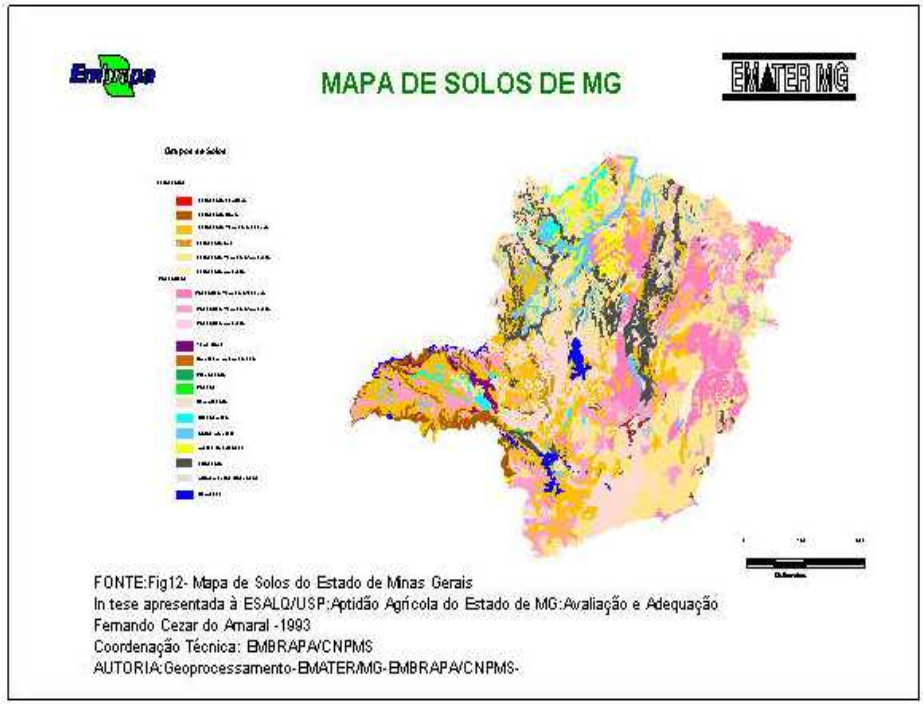
O sétimo complexo geológico é o da *Formação das Barreiras e Depósitos Lacustrinos – Período Terciário*[186]. Os solos desta formação se restringem a umas poucas e pequenas manchas no vale do Rio Araçuaí[187].

Por fim, a série de *Formação das Vasantes – Período Quaternário*[188]. São solos de formação mais recente quase independentes do fator geológico. São influenciados, sobretudo, pela umidade permanente, pela presença de água parada no sub-solo e pela acumulação de húmus. São terras típicas de várzeas do Alto e Alto Médio São Francisco a partir da boca do Rio Paraopeba. Genericamente são os solos encontrados em todas as várzeas, e, portanto, têm distribuição ubíqua no estado de Minas Gerais. É grande a variabilidade quanto ao aproveitamento destes solos ligado tanto à fatores geológicos – formações geológicas ainda não inteiramente consolidadas –, quanto à fatores hidráulicos – velocidade das águas, regime de chuvas etc. Em geral, são solos férteis e sua utilização efetiva uma alternativa importante para a agricultura regional[189]. (Ver mapa dos solos de Minas Gerais atual).

---

[184] O **Período Cretáceo** caracteriza pelo surgimento de mamíferos de pequeno porte – marsupiais – e na flora pela evolução de plantas giminospermas – cujas sementes estão expostas – como as coníferas e pelo surgimento de plantas angiospermas – cujas sementes estão no pericarpo. Idem.
[185] Ibidem., pp., 122/123.
[186] O **Período Terciário** é aquele em que se observa intensa atividade do núcleo central, freqüentes mudanças nas crosta terrestre e extinção completa dos grandes sáurios; ao passo que os répteis, peixes e aves assumem um aspecto semelhante ao atual, e os mamíferos, sobretudo os ruminantes e proboscídeos, adquirem grande porte. No final deste período data o surgimento dos primeiros símios antropomorfos. Ibidem., pg., 123.
[187] Idem.
[188] O **Período Quaternário** é aquele que o clima, a fauna e a flora são semelhantes aos de hoje, e que se caracteriza pelo surgimento do Homem. Idem.
[189] Ibidem., pp., 123/124.

MAPA 7



FONTE: EMATER-MG/EMBRAPA/CNPMS, 1996. Site: www.geominas.gov.mg.br

A estrutura geológica e uma visão do conjunto dos solos, surge, assim, como primeiras características para se compreender o desenvolvimento da agricultura em Minas Gerais. De acordo com Domício Figueredo Murta, o estado de Minas Gerais não compõe uma região de solos férteis; não obstante, cerca de 34% de seu espaço territorial poderiam ser aproveitados para a atividade agrícola em condições regulares, sendo certo que, pelo menos 12% de sua área, se constituem de terras apropriadas ao cultivo. Os restantes 66% compreendem os solos maus de baixíssimo rendimento, e que configurem as superfícies de mineração ou campos[190].

Uma outra estimativa é a de Lucas Lopes. Este estimava em 120.000 Km, o total dos solos próprios para a prática da atividade agrícola em Minas Gerais. Estes são distribuídos da seguinte forma:

TABELA 2

CLASSIFICAÇÃO DOS SOLOS DE ACORDO COM A FERTILIDADE PARA O USO AGRÍCOLA EM MINAS GERAIS.

solos de filiação arqueana	80.000 Km
solos calcários	25.000 Km
solos derivados de eruptivas recentes	15.000 Km
Total	120.000 Km

FONTE: LUCAS LOPES. Apud., ATHOS DE LEMOS RACHE. *Contribuição ao estudo da economia mineira.* Rio de Janeiro: José Olímpio, 1957. pg., 48.

Como a área total do estado é de 574.855 Km, os solos próprios para a agricultura em Minas Gerais correspondiam, de acordo com Lopes a nada mais do que 20,8% do total[191].

Entretanto, se quisermos compreender a atividade agrícola em Minas Gerais à Época Colonial, há que se levar em conta alguns fatores que devem ser considerados no estabelecimento de terras segundo sua capacidade de uso, quais sejam: *estabilidade do solo, quando cultivado – suscetibilidade à erosão; produtividade do solo em função da*

[190] Cf., DOMÍCIO FIGUEREDO MURTA. *Aspectos da economia da alimentação em Minas Gerais.* Belo Horizonte: BDMG, 1965. pg., 36.
[191] Cf. LUCAS LOPES. Apud. ATHOS DE LEMOS RACHE. *Contribuição ao estudo da economia mineira.* Rio de Janeiro: José Olímpio, 1957. pg., 48.

fertilidade original, capacidade para retenção e deslocamento de água, conteúdo salino, arejamento etc.; presença de qualquer condição que possa interferir com o cultivo, isto é, pedregulhos, camadas impermeáveis de solo etc.; ambiente físico, incluindo particularmente o clima – temperatura e precipitação – e a atividade biológica[192].

Deste modo, como afirma João Antônio de Paula, escudado em Norton, *dificilmente se pode esperar por uma classificação permanente, uma vez que as características de um bloco de terra podem ser alterados pela drenagem ou irrigação, pelo advento de pragas, pela erosão do solo ou por muitos outros modos*[193].

Assim, tal afirmação somada aos quatro fatores apontados anteriormente, faz-se necessário para enquadrarmos a questão em seus termos originais, isto é, a compreensão dos solos mineiros na Época Colonial.

Há que se afirmar que, comparada às estimativas anteriores, nos primórdios da ocupação agrícola de Minas Gerais, as terras de boa qualidade eram mais abundantes pelo fato mesmo de pouco ou nada exploradas, imunes ainda à ação deletéria de uma ocupação predatória. Todavia, a diferença entre os solos dos setecentos e os da atualidade, é, segundo João Antônio de Paula, escudado nos trabalhos de Octávio Barbosa e Djalma Guimarães, sobretudo, pela sistemática depreciação pela prática já de uma tricentenária agricultura frequentemente predatória, baseada na queimada e na ausência de cuidados com a terra no passado, além da utilização indiscriminada de tecnologias inadequadas nos dias atuais[194].

Estes tais métodos predatórios já eram denunciados por testemunhas coevas no final do século XVIII e início do XIX. Vieira Couto e Saint-Hilaire apontavam para estes malefícios que eram as queimadas, bem como a ausência de qualquer avanço técnico na agricultura mineira, que, em verdade, refletia a situação do conjunto da agricultura brasileira do período. Assim afirmava Vieira Couto: *Uma agricultura ruinosa, que se faz sem beneficiar a terra, e só estrumando-a com a cinzas de preciosas matas; tal é a agricultura de Minas, e tal é o pequeno partido que até hoje se tem tirado de uma terra fertilíssima*[195].

---

[192] Cf., E. A. NORTON. Apud., JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. Op.cit., pg., 125.
[193] Cf., Ibid. Ibidem.
[194] Ibidem., pg., 126.
[195] JOSÉ VIEIRA COUTO. *Memórias sobre a Capitania de Minas Gerais: seu território, minas e produções metálicas.* (1801). Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994. pg., 83.

Saint-Hilaire alguns anos depois observou: *com exceção da Província do Rio Grande do Sul, da de Missões e da Província Cisplatina não se fez uso, no Brasil meridional, nem do arado, nem de fertilizantes: todo o sistema de agricultura brasileira é baseado na destruição das florestas e onde não há matas, não existe lavoura*[196].

Mesmo assim, naquele momento original prevalecia o quadro geral de uma agro-geologia não-agrícola em seu conjunto. Isto é, apenas um terço das terras mineiras eram, no correr do século XVIII, e ainda são atualmente, possíveis de exploração agrícola regular e imediata[197].

Portanto, a ocupação do espaço físico veloz como conseqüência da constituição da mineração com principal atividade econômica, somada às necessidades da política da Metrópole de isolar e controlar todas as entradas da região mineradora, impossibilitando-a de ter acesso fácil ao mar; contribuíram para a formação de uma economia e sociedade bem específica no interior da colônia portuguesa. Com efeito, as determinações econômicas; as determinações políticas e sociais; as determinações naturais foram fatores importantes para se compreender a distribuição espacial das atividades econômicas, bem como a peculiaridade que marcou a sociedade mineira dos setecentos com grande influência nos períodos posteriores.

Assim, as especificidades da sociedade colonial mineira podem ser caracterizadas pela urbanização, por uma economia diversificada que necessita de uma inexorável articulação com as demais capitanias da Colônia e, pela mobilidade social.

No que toca à urbanização, João Antônio de Paula afirma que é reflexo de processos não necessariamente projetados. É resultante de carências e é conseqüência da hegemonia de atividade itinerante por excelência[198]. Assim, multiplicam-se as vilas pelas Gerais resultado da dispersão espacial das ocorrências minerais e pela busca de terras mais férteis que pudessem prevenir as calamidades das “grandes fomes” do final do século XVII e início do século XVIII[199].

---

[196] AUGUSTE DE SAINT-HILAIRE. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais.* Op.cit. pg., 90.
[197] JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. Op.cit., pp., 126/127.
[198] Cf., Ibid., pg., 55.
[199] As **grandes fomes**, resultaram do intenso processo migratório, logo que anunciaram a descoberta das minas. Tal corrente desarticulou num primeiro momento a economia colonial brasileira, causando inflação, desabastecimento, instabilidade nos mercados e volumosa transferência de capital para as minas. Consultar: AUGUSTO DE LIMA JÚNIOR. Op.cit. JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. Op.cit., pp., 43/55.

Isto posto, a mineração fez surgir vilas, arraiais, lugarejos que cresceram como "cogumelos", na afirmação de João Antônio de Paula. *Dispersão e itinerância, ocupação dos amplos espaços mineiros eis a tendência da urbanização mineira dos setecentos*[200]. Esta tendência vai se cristalizar e se reforçar no período imperial, chegando Minas Gerais a ser a mais populosa e a mais urbanizada do Império[201]. O povoamento de Minas Gerais, à medida que avança a atividade mineradora, teve como primeiro e principal centro de condensação populacional, no século XVIII, a faixa que se estende de sul a norte da bacia do rio Grande às proximidades das nascentes do Jequitinhonha; entre os pontos em que se formaram a vila de Lavras e o arraial do Tejuco (atual Diamantina). Tal região corresponde a serra do Espinhaço, onde, como já assinalamos, se verificaram os principais afloramentos de ouro no período colonial, e onde surgiram os primeiros núcleos urbanos. Deste núcleo central, como a denominou Prado Jr., e que se constituiu propriamente as **minas gerais**, nome que a partir de 1720, como dissemos anteriormente, se estendeu a toda capitania, foram surgindo outros secundários[202].

Contudo, há que se qualificar melhor a caracterização e o conceito de urbanização para o período colonial. O critério jurídico que definia o estatuto de vila ou cidade e o de comarca estava disposto nas **Ordenações Afonsinas**, as quais regiam a estrutura jurídico-administrativa da vida urbana colonial brasileira[203]. De acordo com esta, a administração municipal e econômica das comunidades locais eram de responsabilidades das câmaras.

---

[200] Cf., JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. Op.cit., pg., 56. Já Bandeira fala da precariedade dessas vilas; isto é, Igrejas, praças, casarios e demais construções civis e religiosas; tão precárias e pobres, pelo menos até a segunda metade do século XVIII. MANUEL BANDEIRA. *Guia de Ouro Preto.* 4 ed., Rio de Janeiro: Letras e Artes, 1963. Capítulo I, pp., 11-27.

[201] Em 1873 Minas Gerais tinha 2.039.735 habitantes e 72 municípios. Comparando com São Paulo nesta mesma época, este ocupava o segundo lugar em população, com 1.379.616 habitantes e o primeiro lugar em número de municípios no total de 89. Esta tendência será invertida literalmente no período republicano, passando Minas Gerais a ocupar o primeiro lugar em número de municípios enquanto São Paulo ocupará o primeiro lugar no tocante ao número de habitantes. Para o período imperial, consultar: CLOTILDE ANDRADE PAIVA & MARIA DO CARMO SALAZAR MARTINS. Notas sobre o Censo Brasileiro de 1872. In: *II Seminário sobre Economia Mineira.* Diamantina: 1983. pg., 59. Para o período republicano, consultar: JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. Op.cit., pg., 56.

[202] CAIO PRADO JÚNIOR. *Formação do Brasil contemporâneo.* 22 ed., São Paulo: Brasiliense, 1992. pp., 56/57. Iglesias, denominou o processo de povoamento de Minas Gerais de **movimento populacional centrífugo**, em que a mineração estimulava a ocupação das regiões próximas ao centro minerador, à medida que surgiam melhores condições de trabalho para os homens livres que chegavam na Capitania atraídos pelo ouro e pelo diamante. FRANCISCO IGLÉSIAS. Minas Gerais. In: SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA. *História Geral da Civilização Brasileira.* 5 ed., São Paulo: DIFEL, tomo II, vol., 2, 1985. pg., 366.

[203] Sobre a estrutura jurídico-administrativa das cidades brasileiras no período colonial, consultar: WALDEMAR MARTINS FERREIRA. *História do Direito brasileiro.* Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1952. Tomo I. vol., 3.

Compunham-se estas de juízes e vereadores, eleitos pelos "homens bons" com interferência dos corregedores. Dava-se, portanto, a representação popular, mercê de regime verdadeiramente democrático; e os juízes e vereadores cabia tomar providências e fazer as posturas sobre as matérias de sua direta administração. Todavia, sobrepairava sempre a figura do delegado real – o corregedor (ouvidor ou provedor)[204].

Com a descoberta do ouro, a presença e a perspectiva centralizadora do Estado Metropolitano na Colônia aumentou, objetivando o máximo de controle sobre as regiões das minas. É dentro desse contexto que a urbanização mineira terá um caráter diferenciado frente às demais capitanias. Isto é, em Minas Gerais o Estado português sonegou o *status* de cidade aos núcleos urbanos, pois a autonomia do município de acordo com a Ordenações Afonsinas, garantia aos habitantes das cidades, entre outros direitos, a utilização de armas de qualquer natureza – de fogo ou "branca". Como a região das minas constituía, segundo a Metrópole, uma *terra de tumulto e motins*, haveria de discriminar tais núcleos urbanos, impedindo-os sua elevação ao posto de cidade[205].

Paradoxalmente à condição de capitania mais urbanizada da Colônia, somente houve uma única cidade mineira no período colonial, qual seja, Mariana, devido sediar uma diocese, ou seja, por ser sede do bispado, a partir de 1745. Todos os demais núcleos urbanos mineiros neste período não foram considerados cidades e sim vilas[206].

---

[204] Ibid., pg., 90. Na verdade, a legislação municipal que acabou por transplantar-se para o Brasil, tem uma trajetória que remonta aos três grandes ordenamentos legais portugueses: **Ordenações Afonsinas** de 1446; as **Ordenações Manoelinas**, de 1521; e, as **Ordenações Filipinas**, de 1603. Todas estas regulamentavam as funções municipais no Reino e, em conseqüência, nas colônias; de modo que garantiam certa autonomia aos municípios. Ver: JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

[205] Ibid., pg., 37. Ver também: RICARDO ZIMBRÃO AFFONSO DE PAULA. Op.cit., pp., 266/267.

[206] Em Minas Gerais no período colonial, a estrutura básica da administração foi o senado da câmara o qual enfeixava os poderes legislativos, executivo e de certo modo, judiciário; eleito anualmente, compondo-se, até 1816, de dois juízes, três vereadores e um procurador. O senado era eleito anualmente pelo processo dos **pelouros**, que se constituía de esferas ocas de cera contendo nomes. Os dois juízes funcionavam cada um seis meses como presidente – Juiz ordinário no cível e no crime. E certa época, destacou-se a atribuição judicante a Vara dos Órfãos, depois de Sesmarias. Em 1817, cessou o sistema de eleição pelos pelouros, passou o ouvidor a apresentar os nomes a El-Rei, que escolhia os senadores, sendo o presidente um juiz de fora, cargo também de nomeação real. Segundo essa modificação havia, além do juiz de fora, três vereadores e o procurador. Este com função também alterada. Com a Lei de 1 de outubro de 1828, foi instituída a Câmara Municipal, eleita pelo voto popular. Além dos cargos providos por eleição ou nomeação, a administração local era composta também de: tesoureiro, almotacés, vintenários – juízes de roça – escrivães, porteiro, contínuo, alcaide entre outros. Cf., JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. *Prometeu no sertão*... op.cit., pp., 57/58.

Neste sentido, durante o período colonial foram criadas 16 vilas em Minas Gerais. Segundo João Antônio de Paula, o processo de constituição destas vilas pode ser segmentado em três momentos.

Um primeiro momento está relacionado à criação, em 1711, das três primeiras e principais vilas da capitania de Minas Gerais em todo o período colonial, a saber, Vila Real de Nossa Senhora do Carmo de Alburquerque (depois Leal Vila do Ribeirão do Carmo), atual Mariana; Vila Rica, atual Ouro Preto; e, Vila Real da Conceição do Sabará, atual Sabará[207].

O segundo momento vai de 1713 até 1729 e corresponde a criação de 6 vilas, quais sejam, Vila de São João Del Rei (1713), atual cidade de mesmo nome; Vila Nova da Rainha (1714), atual Caeté; Vila do Príncipe (1714), atual município de Serro; Vila Nova do Infante das Minas do Pitangui (1715), atual município de Pintagui; Vila de São José Del Rei (1718), atual cidade de Tiradentes; e Vila do Bom Sucesso das Minas Novas do Fanado (1729), atual município de Minas Novas; consolidando, assim, o núcleo minerador principal de Minas Gerais[208].

Por fim, o terceiro momento, é marcado por interrupção de 60 anos na criação de outras vilas, vai de 1789 a 1814, e corresponde a fase de decadência da atividade mineradora e, portanto, marca a criação de 7 vilas, caracterizadas todas por uma forte vocação agrária. São elas, Vila de São Bento do Tamanduá (1789), atual município de Itapecerica; Vila de Campanha da Princesa da Beira (1789), atual cidade de Campanha; Vila de Paracatu do Príncipe (1789), atual município de Paracatu; Nobre e Leal Vila de Barbacena (1791), atual cidade de Barbacena; Vila de Queluz (1792), atual cidade de Conselheiro Lafaiete; Vila de Santa Maria do Baependi (1814), atual município de Baependi e; Vila de São Carlos do Jacuí (1814), atual município de Jacuí[209]. Este último momento está ligado também ao movimento de repressão da Inconfidência Mineira, já que uma das causas do movimento conspiratório estava atrelada a um desejo de maior

[207] Ibid., pg., 58.
[208] Ibidem.
[209] Ibidem., pp., 58/59

independência institucional de determinados arraiais, fato este que passava necessariamente pela elevação à condição de vila[210].

Tais vilas distribuíam-se em 5 Comarcas[211] ao longo do período colonial. A primeira divisão das comarcas de Minas Gerais foi feita em 1714 (6 de abril), resultando daí o estabelecimento de 4 comarcas: Vila Rica[212]; Rio das Velhas[213], com sede em Sabará; Rio das Mortes[214], com sede em São João Del Rei e Serro do Frio[215]. Em 1815 (17 de maio), fundou-se a quinta comarca em Paracatu[216], a qual incorporou em 1816, a seu julgo, os termos de Desemboque (sertão da farinha podre) e Araxá, atual região do Triângulo Mineiro, que pertenciam à Capitania de Goiás[217].

À título de ilustração, selecionamos alguns dados retirados da bibliografia, sobre demografia da Minas Gerais Colonial.

---

[210] PABLO MENDES OLIVEIRA. A Formação de Vilas no Final do Século XVIII em Minas Gerais. In:. *Anais do XIV Encontro Regional de História*. Juiz de Fora: ANPUH/MG, 2004.
[211] As comarcas eram as unidades judiciárias das capitanias brasileiras. Durante o século XVIII somente Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e São Paulo tiveram mais de uma comarca. Minas 4 e as outras 3 cada uma.
[212] A Comarca de Vila Rica, depois chamada de Ouro Preto, compreendia, em 1837, de acordo com Cunha Matos, 2 cidades, Ouro Preto e Mariana, e 1 vila, Queluz. Ver: RAIMUNDO JOSÉ DA CUNHA MATOS. Op.cit., vol., 1, pg., 68.
[213] Dividia-se em 3 vilas, Sabará, Pitangui e Caeté, e 1 julgado, Curvelo. Ibidem.
[214] Abrangia 8 vilas, São João Del Rei, São José Del Rei, Barbacena, Tamanduá, Campanha, Sapucaí, Baependí e Jacuí. Idem.
[215] Compreendia 2 vilas, Príncipe e Minas Novas. Idem.
[216] Compreendia 1 vila, Paracatu, e 4 julgados, Brejo do Salgado, São Romão, Araxá e Desemboque. Idem.
[217] JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. *Raízes da modernidade em Minas Gerais.* Op.cit., pp., 62/63.

TABELA 3

POPULAÇÃO DO BRASIL COLONIAL, SEGUNDO SUA DISTRIBUIÇÃO REGIONAL – 1772/1782.

Capitanias	Total	%
Rio Negro	10.386	0,6
Pará	55.315	3,5
Maranhão	47.410	3,0
Piauí	26.410	1,7
Pernambuco	239.713	15,4
Paraíba	52.468	3,4
Rio Grande do Norte	23.812	1,5
Ceará	61.408	3,9
Bahia	288.848	18,5
Rio de Janeiro	215.678	13,8
Santa Catarina	10.000	0,6
Rio Grande de São Pedro	20.309	1,3
São Paulo	116.975	7,5
Minas Gerais	319.769	20,5
Goiás	55.514	3,5
Mato Grosso	20.966	1,3
Total	**1.555.200**	**100**

FONTE: DAURIL ALDEN. The population of Brazil in the late Eighteenth Century: A preliminary servey. HAHR, XLIII (maio de 1963), pp., 173-201. Apud., KENNETH MAXWELL. *A devassa da devassa. A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal – 1750/1808.* 5 ed., São Paulo: Paz & Terra, 2001. pg., 299.

TABELA 4

QUADRO DOS HABITANTES DE MINAS GERAIS, SEGUNDO GÊNERO E RAÇA – 1776/1821.

Raça	Gênero							
	1776				1821			
	Homens	Mulheres	Total	%	Homens	Mulheres	Total	%
Brancos	41.677	28.987	70.664	22,.1	70.262	60.785	131.047	25,5
Pardos/Mulatos	40.793	41.317	82.110	25,7	81.934	89.578	171.512	33,4
Negros	117.171	49.824	166.995	52,2	129.508	82.041	211.549	41,1
Total	**199.641**	**120.128**	**319.769**	**100**	**281.704**	**232.404**	**514.108**	**100**

FONTE: Para o ano de 1776: Taboa dos habitantes da capitania de Minas Gerais, 1776. In: *Notícias da capitania de Minas Gerais.* (Atribuída a) CLÁUDIO MANUEL DA COSTA. IHGB, lata 22, doc. 13. Para o ano de 1821: Notícias e reflexões estatísticas da Província de Minas Gerais por Guilherme Barão de Eschwege. RAPM, IV (1899), 737. Apud., KENNETH MAXWELL. *A devassa da devassa. A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal – 1750/1808.* 5 ed., São Paulo: Paz & Terra, 2001. pp., 300/301.

TABELA 5

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ESCRAVA EM MINAS GERAIS – 1719/1821.

Anos	Escravos
1719	33.000
1742	94.128
1746	163.240
1786	174.135
1808	148.772
1821	181.882

FONTE: JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. *Prometeu no sertão: economia e sociedade da Capitania das Minas dos matos Gerais.* (Doutorado). São Paulo: FFLCH/USP, 1988. pg., 52.

TABELA 6

POPULAÇÃO DE MINAS GERAIS DISTRIBUÍDA POR COMARCAS – 1776/1821.

Comarcas	1776	%	1821	%
Vila Rica	78.618	24,5	75.573	14,7
Rio das Mortes	82.781	25,8	119.520	23,2
Sabará (Rio das Velhas)	99.576	31,1	213.617	41,5
Serro do Frio	58.794	18,4	83.626	16,3
Paracatu	-	-	21.772	4,2
Total	**319.769**	**100**	**514.108**	**100**

FONTE: Para o ano de 1776: Taboa dos habitantes da capitania de Minas Gerais, 1776. In: *Notícias da capitania de Minas Gerais.* (Atribuída a) CLÁUDIO MANUEL DA COSTA. IHGB, lata 22, doc. 13. Para o ano de 1821: Notícias e reflexões estatísticas da Província de Minas Gerais por Guilherme Barão de Eschwege. RAPM, IV (1899), 737. Apud., KENNETH MAXWELL. *A devassa da devassa. A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal – 1750/1808.* 5 ed., São Paulo: Paz & Terra, 2001. pg., 301.

No que toca às especificidades econômicas, há que se afirmar desde já que esta se configurou de maneira distinta à *plantation* açucareira do litoral. Somente para simplificar tomamos emprestado um quadro, organizado por Jobson Arruda, baseado na análise de Celso Furtado, que diferencia a estrutura econômica que se desenvolveu nas minas e a estrutura desenvolvida pela agroindústria do açúcar.

TABELA 7

QUADRO QUE APONTA A DISTINÇÃO ENTRE A ECONOMIA ESCRAVISTA MINEIRA E A ECONOMIA ESCRAVISTA AÇUCAREIRA.

Economia escravista mineira	**Economia escravista açucareira**
Pequenos e médios capitalistas	Grandes capitalistas
Capital imobilizado menor	Capital imobilizado maior
Mobilidade da empresa	Imobilidade de empresa
Elevada rentabilidade	Rentabilidade menor
Alta concentração de recursos	Menor concentração de recursos
Fluxo de renda mais intenso	Fluxo de renda menos intenso
Renda média inferior	Renda média superior
Potencialidade maior	Potencialidade menor
Menor concentração da renda	Maior concentração de renda
Importação maior	Menor importação
Importação de bens de consumo	Importação de bens de luxo
Escravos não são maioria	Escravos são maioria
Escravos têm iniciativa	Escravos não têm iniciativa
Escravos podem tornar-se livres	Liberdade difícil para o escravo
Os homens livres podem ascender socialmente	"Livres vegetam" – não há espaço para os homens livres que não sejam senhores ascenderem socialmente
Consome mais transporte	Consome menos transporte
Reflexos locais maiores	Reflexos locais menores
Pecuária pré-existiu à mineração	Pecuária decorre da agricultura
Interiorização dificulta importação	Litoral favorece importação
Centro dinâmico interno	**Centro dinâmico externo**

FONTE: JOSÉ JOBSON DE ANDRADE ARRUDA. *O Brasil no comércio colonial.* São Paulo: Ática, 1980. pg., 649. Baseado nas análises de Furtado em: CELSO FURTADO. *Formação econômica do Brasil.* 10 ed., São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1979. Segunda Parte, Capítulos VIII-XII, pp., 41-69. Terceira Parte, Capítulos XIII-XV, pp., 73-86.

Em resumo, Furtado constrói um modelo explicativo baseado em três fatores fundamentais que diferencia as duas economias: *fluxo de renda, caráter do mercado interno e a extensividade da produção* (ausência de progresso técnico).

A respeito da economia açucareira, o autor identifica uma renda extremamente concentrada, com níveis altos de rentabilidade e capazes de dobrar a capacidade instalada a cada dois anos. Posto isto, ele afirma que tal renda está concentrada nas mãos dos senhores de engenho e de canaviais, cujos lucros são utilizados em grande parte na importação de bens de consumo de luxo e que, dado o caráter especializado da economia açucareira tais bens não são produzidos internamente. Em outros termos, Furtado afirma que o fluxo de renda daquela economia vaza para o exterior. Dentro desse contexto, tenta discutir algumas possibilidades que a renda gerada naquela atividade poderia incutir no próprio espaço colonial. Assim, dá a entender que se existisse um mercado interno substantivo, provavelmente a renda gerada pela atividade açucareira-exportadora tenderia a se deslocar para as atividades do mercado interno, dado que surgiriam incentivos poderosos como o

suprimento de uma demanda interna crescente que reteriam os excedentes de renda na Colônia[218].

O caráter extensivo da produção e acumulação é visto por Furtado como a tendência, tanto da economia açucareira como a mineira, em aumentar extensivamente a produção, horizontalmente, no qual o progresso técnico é quase nulo; sendo o aumento da produção fruto da duplicação do equipamento e mão-de-obra nas proporções requeridas tradicionalmente pelos antigos equipamentos. Tal caráter, segundo Furtado, será mais palpavelmente notório em períodos de crise quando a involução da atividade se dará em proporções fixas, por redução do equipamento empregado, sem qualquer tentativa de melhoria técnica que reduzisse custos – aumentasse a produção para uma mesma massa de meios de produção e trabalho –; enfim, tendo as atividades auges ou quedas conservando a mesma estrutura técnica, isto é, a mesma estrutura produtiva[219].

No que tange à economia mineira, de acordo com Furtado, embora para a análise do fluxo de renda as respostas obtidas serem bem pouco diferentes daquelas da economia açucareira, pode-se perceber que o requerimento de capital na atividade mineradora é substancialmente menor, e, portanto, a renda seja mais desconcentrada. Contudo, o excedente continua sendo fortemente sugado para o exterior e o que fica internamente são algumas inversões para a produção de materiais de construção das igrejas, obras de arte, contratação e pagamento de músicos, bibliotecas etc., o que de maneira nenhuma cria incentivo à constituição de um mercado interno, já que todas as mercadorias eram importadas. Furtado afirma que devido o caráter da economia de mineração, tornava a região mineira muito mais propícia ao desenvolvimento de atividades ligadas ao mercado interno do que havia sida até então a região açucareira. Todavia, o desenvolvimento endógeno da região mineira foi praticamente nulo. A razão para isso, segundo o autor, foi principalmente, a incapacidade do imigrante para iniciar atividades manufatureiras numa escala ponderável[220].

A historiografia mineira, desde a década de 1980 vem contrapondo-se a esta visão. Para ela, uma das especificidades da economia colonial mineira foi justamente seu caráter

[218] CELSO FURTADO. *Formação econômica do Brasil.* 10 ed., São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1979. A respeito da renda gerada da economia açucareira e sua possibilidade de internalização nos baseamos em JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. *O Prometeu no sertão...* pp., 73/74.
[219] CELSO FURTADO. Op.cit.

diverso. Isto é, no correr dos setecentos, Minas Gerais viveu uma diversificação econômica dinâmica e complexa[221].

É inegável que a própria atividade mineradora, cuja produção de metais – ouro e diamante – verdadeiros meios de pagamento, reserva de valor, valores universais, com sua organização particular do processo de trabalho, instaurando novas relações e procedimentos, abria perspectiva de acesso ao mercado internacional e colonial quase ilimitados; ao mesmo tempo em que ampliava e fomentava a circulação interna e externa de mercadorias. Soma-se a isto, a presença do Estado que em Minas Gerais procurou desde o início impor-se para além dos interesses privados que marcava a história da Colônia até então. Mineração que gera crescimento demográfico, estimula a urbanização, que por sua vez, necessita de bens e serviços. Estes eram as peças chaves para a diversificação produtiva da Minas Gerais Colonial.

Diversificação que é parte também de uma articulação maior da atividade mineradora, qual seja, a articulação de econômica do Brasil Colonial. A partir de Minas Gerais formou-se uma incipiente divisão territorial do trabalho, que ligava os centros mineradores à demais regiões da colônia, primeiro ensaio de articulação de um mercado interno[222].

Tal articulação se dava através dos caminhos para as minas. Malgrado a rudeza destas vias, eram quatro os principais caminhos que ligavam Minas Gerais as outras regiões da Colônia com o consentimento da Metrópole[223].

---

[220] Cf., Ibid., pg., 79.

[221] Jobson Arruda afirma que toda a economia colonial brasileira estaria se diversificando no final dos setecentos. No entanto, para Minas Gerais este processo é anterior. Sobre a diversificação da economia colonial brasileira, consultar: JOSÉ JOBSON DE ANDRADE ARRUDA. A prática econômica setecentista no sue dimensionamento regional. In: *Revista Brasileira de História.* São Paulo: ANPUH, 1985. N. 10. Também: JOSÉ JOBSON DE ANDRADE ARRUDA. *O Brasil no comércio colonial.* Op.cit., pp., 612/621.

[222] Sobre a relação da Capitania de Minas Gerais com as demais regiões da Colônia, consultar: MAFALDA P.ZEMELLA. op.cit..

[223] Queremos afirmar que, se houve os caminhos que interligavam as diversas regiões da Colônia a partir de Minas Gerais; havia também uma legislação metropolitana que controlava a circulação de pessoas e mercadorias em seu interior. Assim, a descoberta das minas e seu espraiamento pelo território das Gerais levou a coroa portuguesa a uma sistemática de proibições e bloqueios visando isola-las, para controla-las melhor. Evidentemente, não temos a ilusão de que esse controle ocorria sem imperfeições, uma vez que a prática do contrabando e dos "descaminhos" do ouro eram temas constantes dos missivistas da administração portuguesa. Sobre as interdições da coroa portuguesa aos acessos à Minas Gerais, consultar: DEMERVAL JOSÉ PIMENTA. *Os caminhos de Minas Gerais.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1971. pp., 22/23. Também: JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. Op.cit., pp., 131/132. RICARDO ZIMBRÃO AFFONSO DE PAULA. Op.cit., pp., 269-270.

O **Caminho do São Francisco** ligava as minas do Rio das Velhas à Bahia e, por conseguinte ao Nordeste. Caminho duplo, existindo variante importante. Antonil calculou em 186 e 237 léguas[224] as distâncias dos dois caminhos até as minas. Em sua descrição: *este caminho da Bahia para as minas é muito melhor que o do Rio de Janeiro e o da Vila de São Paulo, porque posto que mais comprido, é menos dificultoso, por mais aberto para as boiadas, mais abundante para o sustento e mais acomodado para as cavalgaduras e para as cargas*[225]. Caminho por terra e caminho fluvial. Até o século XIX utilizou-se largamente o Rio das Velhas e o São Francisco como principais escoadouros dos fluxos de mercadorias entre a região central das minas e o nordeste. Trânsito de pessoas, de sal, de manufaturados de ferro, de alimentos de Sabará até Juazeiro na Bahia[226].

O **Caminho Velho** foi a única ligação das minas com São Paulo e Rio de Janeiro até 1700 quando passou a funcionar, precariamente, o **Caminho Novo** de Garcia Rodrigues Paes que abreviou a ligação do Rio de Janeiro com as minas. O Caminho de São Paulo levava no mínimo dois meses para ser percorrido. O traçado geral deste era: saindo da Vila de São Paulo, alcançava o Vale do Paraíba até Guaratinguetá quando dali rumava-se até a Mantiqueira atravessando a Garganta do Embaú. De lá, ia-se até a Serra de Itatiaia onde se dividia em dois o caminho – *um para as minas do Caeté ou ribeirão de Nossa Senhora do Carmo e de Ouro Preto e outro para as minas do Rio das Velhas*[227]. O Caminho do Rio de Janeiro era percorrido em torno de 40 dias, em que percorria-se de navio até Paraty e dali seguia-se por terra penetrando no Vale do Paraíba até Guaratinguetá onde pegava-se o Caminho de São Paulo[228]. A partir de 1720, o Caminho Novo transformou-se na principal via de acesso para as Gerais.

O **Caminho Novo**, aberto por Garcia Rodrigues Paes, significou de um lado, que a expansão da atividade mineradora necessitava de um caminho mais rápido que ligasse as minas ao litoral, de modo que facilitasse a escoação do metal, além de facilitar a entrada de produtos do Reino; de outro, consolidou o Rio de Janeiro como principal rota de ligação

---

[224] Antiga medida itinerária portuguesa, sendo oficial no Brasil até 1 de janeiro de 1874. Sua medida, embora, encontrarmos uma série de definições varia de 4 a 6 Km. Cf., LEOVIGILDO DUARTE JÚNIOR. *Pequeno glossário histórico para conviver no São Paulo do Brasil Colonial.* Sumaré: SCP, 2002. Verbetes **Léguas**, pp., 232/233.
[225] ANTONIL. Op.cit., pg., 187.
[226] JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. Op.cit., pg., 128/129.
[227] Ibid., pg., 129. Também ANTONIL. Op.cit., pg., 182.
[228] JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. Op.cit., pg., 129.

das minas com a Metrópole, transformando aquela cidade em capital da Colônia, a partir de 1763[229]. Tal caminho podia ser percorrido até em 10 dias, segundo Antonil, reduzindo 30 dias do percurso em relação ao Caminho Velho. Saía da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar, remontava o curso do rio Pilar e passava pelo Conto, cortava o rio Santana, próximo às suas cabeceiras e transpunha a serra Manga Larga, para chegar à Freguesia de Alferes, depois Pau Grande, Caburu, Vargem e, finalmente chegar à Freguesia de São Pedro e São Paulo e à Guarda do Paraíba. Dali entrava-se na capitania mineira através de Registro do Paraibuna, Três Irmãos, Simão Pereira, Matias Barbosa, Medeiros, Marmelo, Juiz de Fora, Alcaide-Mor, Antônio Moreira, Queiroz, Azevedo, Engenho, Luís Ferreira, Pedro Alves, João Gomes, Pinho Velho, Pinho Novo, Mantiqueira, Registro Velho, Igreja Nova (Barbacena), Alberto Dias, Estevão dos Reis, Ressaca, Carandaí, Taipas, Paropeba e Carijós. O trecho final do Caminho Novo confunde-se com o do Caminho Velho[230].

O Caminho Novo ainda teve uma variante importante, a do Sargento-Mor Proença que reduziu ainda mais o tempo de viagem. Esta variante foi aberta na década de 1720 e acabou transformando-se no caminho principal do Rio de Janeiro para as minas, porque encurtava em 4 dias a viagem e percorria caminhos menos ásperos. Partia de Estrela, subia o curso do Inhomerim, até alcançar o Córrego Seco. Descia o Piabanha até as roças de Manuel Correia. Deixava o Piabanha na altura do atual distrito da cidade de Petrópolis, Pedro do Rio, atravessava o arroio das Pedras e seguia por Secretário, Fagundes, Cebola, Pedro Moreira, indo entroncar-se no caminho de Garcia Rodrigues Paes, nas margens do Paraíba. A partir dali, no trecho mineiro, seguia-se o caminho de Garcia Rodrigues Paes[231].

Por fim, a **Picada de Goiás**, que ligava as Capitanias de Minas Gerais e Goiás e, segundo W. A. Barbosa, havia dois caminhos. Um partindo de São João Del Rei em direção a Paracatu; outro saindo de Pitangui também com destino a Paracatu e de lá, seguia-se até

---

[229] Nava definia assim este caminho: *O Caminho Novo das Minas, além de caminho comercial, econômico, estratégico e político, é a estrada violenta e dolosa do ouro, do quinto, da capitação, dos registros, do fisco, dos moedeiros falsos, dos cunhadores ilegais, dos contrabandistas que passavam ouro engolido, enfiado no rabo, incrustado na pele e enchendo os santos-de-pau-oco; a estrada social e gregária da testada das sesmarias, das* ***vendas****, dos sítios, das roças que fixaram no solo seus primeiros proprietários; a estrada sangrenta e bruta do crime e da repressão, das tocaias, dos bandidos da Mantiqueira e dos Dragões d'El-Rey; a estrada conciliabular e turtuosa dos conspiradores e dos denunciantes; a que viu descerem o Alferes Joaquim José da Silva Xavier – como ele era! – a que viu subirem para sua terra a cabeça e os quartos salgados do Tiradentes. Via gloriosa, via dolorosa do mineiro – com as estações da sua paixão.* Cf., PEDRO NAVA. Op.cit., pg., 123.

[230] Ibid., pp., 130/131.

[231] Ibidem., pg., 131.

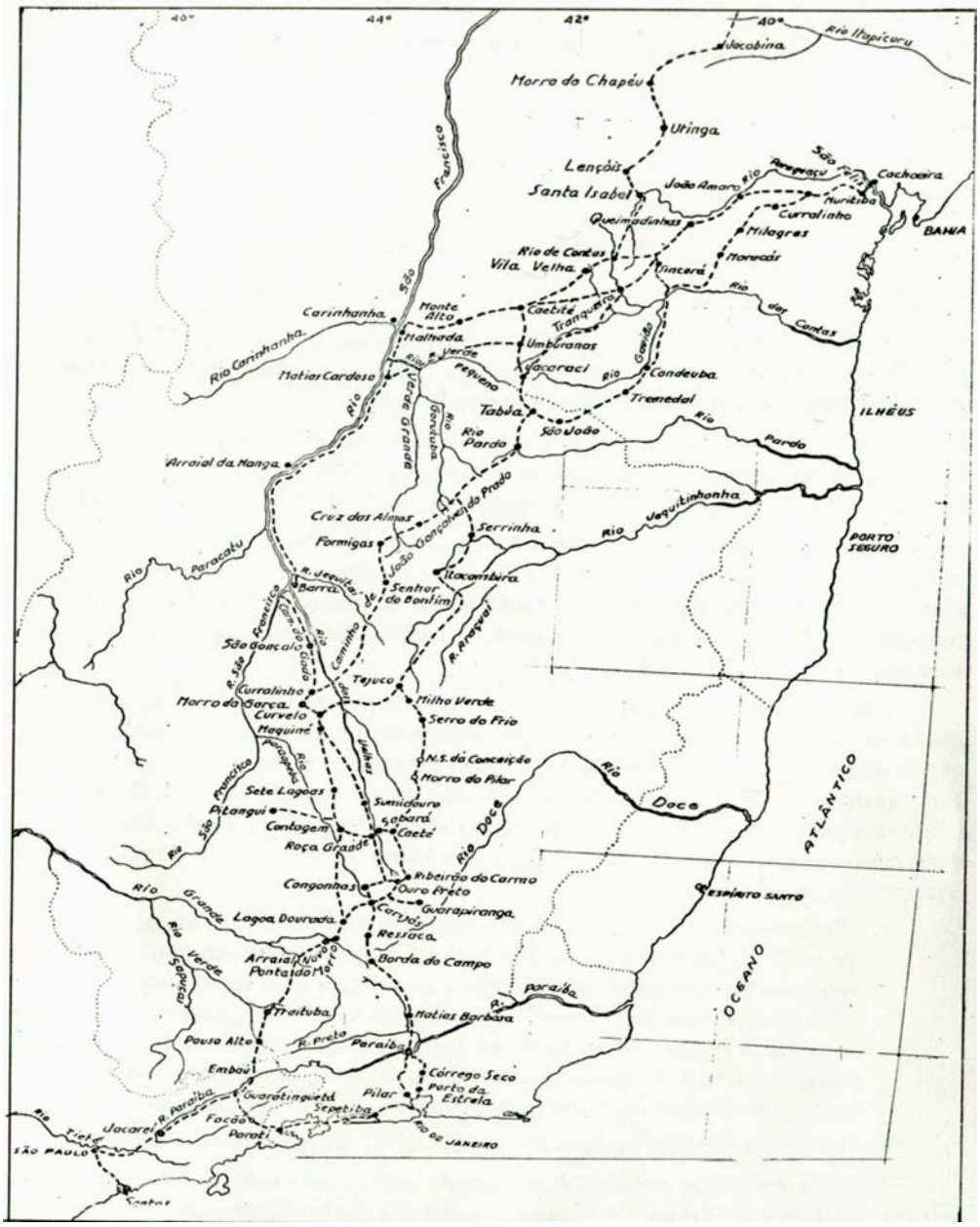
as minas de Goiás. Em 1736, abriu-se a Picada de Cuiabá, ligando as minas do Mato Grosso até a Picada de Goiás e esta até as Gerais, completando assim, a ligação leste-oeste sob o impulso da mineração[232].

Em resumo, *a economia mineradora de Minas Gerais lançou as pontes que a ligaram ao norte, através do São Francisco, ao sul pelo Caminho Velho, à oeste pela Picada de Goiás e à leste pelo Caminho Novo. Tal economia criou a pecuária de corte e de transporte nos campos de Curitiba, Viamão e em todo o Rio Grande de São Pedro. Ligou o sul ao centro por terra, criou cidades, atividades, criou o comércio próspero de Sorocaba, as rotas e as tropas. As minas estimularam a ampliação da agricultura mercantil de alimentos de São Paulo. Com a criação do Caminho Novo, as minas desenvolveram o Rio de Janeiro, o porto, o comércio, transformando a cidade no mais importante entreposto comercial da colônia e assim, criando as condições para que substituísse Salvador como capital do Vice-reino em 1763. Portanto, o Rio de Janeiro com as Minas Gerais foi a porta larga por onde chegaram as muitas importações e por onde saía o ouro*[233]. (Ver o mapa dos Caminhos para as minas no correr dos setecentos abaixo).

[232] WALDEMAR ALMEIDA BARBOSA. *A Decadência das Minas e a Fuga da Mineração.* Belo Horizonte, 1971. pp., 85-96. Também JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. op.cit., pg., 131.
[233] Cf., Ibid. pg., 181.

MAPA 8

CAMINHOS DE MINAS GERAIS NO SÉCULO XVIII.



FONTE: Eduardo Canabrava BARREIROS. *Episódios da Guerra dos Emboabas e sua Geografia.* Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/USP, 1984. pg., 34.

Todas estas entradas para as Minas Gerais eram administradas por contratadores, isto é, homens pertencentes, normalmente à elite mercantil portuguesa que arrematavam em hasta pública o direito de executarem as funções de administradores dos caminhos. Deve-se destacar neste caso uma peculiaridade nesta forma de administração: os contratadores eram normalmente os principais responsáveis pelo desvio de dinheiro e em alguns casos de contrabando, provocando desta maneira grandes prejuízos ao Erário Régio, além de enfraquecer o projeto da Coroa de controle sistemático e rigoroso das atividades exercidas nas Gerais. Paradoxalmente, os contratadores eram ainda a única forma viável conhecida à época de controlar os extensos domínios coloniais portugueses, uma vez que o Estado luso não dispunha de um aparato burocrático forte e grande suficiente para exercer tal tarefa [234].

Além dessa incipiente articulação de uma economia colonial brasileira, o espaço do ouro organizou também a distribuição espacial da população mineira; desconcentrando-a, lançando-a para os limites do núcleo minerador. É assim que já no final dos setecentos e início dos oitocentos o território do atual estado de Minas Gerais não só se completou[235], bem como se consolidou uma produção regional que implicou na formação da geografia econômica com reflexos ainda nos dias atuais. Dessa geografia econômica falaremos mais adiante.

Por fim, não poderíamos encerrar esta introdução à história da Minas Gerais Colonial, sem abordar os aspectos da sociedade mineira setecentista.

Em primeiro lugar, há que se compreender as mudanças de relação entre Estado e Sociedade Colonial no correr do século XVIII. No plano da implantação do Estado, desde já surge uma enorme diferença de relação que havia entre a Metrópole e a sociedade que se estabeleceu no litoral açucareiro nos séculos XVI e XVII e a que surgiu na esteira da mineração no século XVIII. Em Minas Gerais, como afirmamos anteriormente, a relação

---

[234] Para maiores informações sobre as atividades dos contratadores na capitania das Minas Gerais setecentistas: cf. LUÍS ANTÔNIO SILVA ARAUJO. *Contratos e Tributos nas Minas Setecentistas: um estudo do caso de João de Souza Lisboa.* (Mestrado). Niterói:UFF 2001. FERNANDO GAUDERETO LAMAS. *Os contratadores e o Império colonial português: um estudo dos casos de Jorge Pinto de Azevedo e Francisco Ferreira da Silva.* (Mestrado). Niterói: UFF. 2004. Cf. também CHARLES RALPH BOXER. *O Império marítimo português: 1415-1825*. Tradução: Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras. 2002. pp. 333-336.

[235] Com exceção no que toca à fronteira leste com o Espírito Santo, onde estava em litígio a região em torno da Serra dos Aimorés que só se resolveu na década de 1950, o atual território mineiro se formatou ainda no período colonial. Ver: RICARDO ZIMBRÃO AFFONSO DE PAULA. Op.cit., pp., 272-274.

Estado/Sociedade ultrapassou os limites da hegemonia privada, tendo o Estado expressão de poder centralizado e determinante no processo de densificação de sua presença no Brasil Colonial[236].

Também como afirmamos anteriormente, o próprio espraiamento demográfico com a expansão mineradora proporcionou uma rápida e ampla urbanização, transformando relativamente tais concentrações urbanas em complexos centros de serviços. Com efeito, o fator urbanização contribuiu para uma diversificação social, que ultrapassou os limites de uma sociedade dicotômica – pequena elite de grandes proprietários X grande massa de escravos, que vigorou em outras áreas da Colônia. Como afirmou Kenneth Maxwell: *A sociedade mineira, no século XVIII, jamais foi constituída apenas por senhores e escravos, pelo menos no sentido em que tais termos podem ser aplicados às grandes propriedades agrícolas das zonas litorâneas*[237].

Concordamos com João Antônio de Paula, o qual baseando-se em Marx, afirma que a evolução da estrutura de qualquer sociedade é reflexo das transformações que vai sofrendo o **modo de produção hegemônico**. Em Minas Gerais, a estrutura social foi marcada durante o período colonial pela mineração de ouro, diamante e demais pedras preciosas. Não foi este o único segmento econômico presente naquela capitania no correr daquele período, mas foi, certamente, sua expressão dominante: **uma economia hegemonicamente mineratória escravista e colonial**[238]**.**

Dito isto, o autor analisa que a estrutura social mineira setecentista refletiu-se à dinâmica da atividade mineradora, em que a diversificação dessa sociedade está

---

[236] Grosso modo, utilizamos a seguinte periodização para implantação do Estado Colonial no Brasil: 1 – **1500/1549** – período de fragmentação do território em Capitanias Hereditárias; 2 – **1549/1700** – período de centralização política nas mãos do Governo Geral e o estabelecimento da presença do poder municipal; 3 – **1700/1750** – início da efetiva centralização política e enfraquecimento do poder municipal; 4 – **1750/1777** – auge da centralização, *período Pombalino*; 5 – **1777/1808** – crise do Antigo Regime e emergência de movimentos pró-construção de um Estado Nacional brasileiro; 6 – **1808/1822** – Estado semi-colonial; 7 – **1822/1831** – implantação do Estado Nacional brasileiro. Como podemos observar, a constituição da economia mineira no correr do século XVIII, é momento crucial de redefinição da presença do Estado metropolitano na Colônia. É uma época que se inicia com o período Joanino (1706/1750), período este de ostentação de um reinado feérico, tanto na Metrópole quanto na Colônia. Contudo, por de traz dessa casca fragilíssima, havia uma realidade em que Portugal não conseguia reter e reproduzir os frutos da riqueza proporcionada pela mineração. Posto isto, é no bojo deste processo e sob pressão das novas questões postas pela expansão da economia mineradora em Minas Gerais no correr do século XVIII que o Estado efetivamente se impôs no Brasil. Ver: JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. Op.cit., pp., 537/547.

[237] Cf., KENNETH MAXWELL. *A devassa da devassa. A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal – 1750/1808*. 5 ed., São Paulo: Paz & Terra, 2001. pg., 113.

[238] Cf., JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. Op.cit., pg., 548.

intimamente ligada às variações de expansão e crise do setor. Isto é, segundo ele, quanto maior fosse a lucratividade da atividade mineratória, menor seria sua diversificação social, posto que a população tenderia a se concentrar na atividade lucrativa. Neste sentido, associa tal caracterização ao período inicial de constituição daquela economia. Ao contrário, em períodos de crise da atividade principal, ocorreu impulso à diversificação produtiva e mesmo à uma desconcentração espacial da população[239].

Analisamos esta diversificação social de duas formas, a saber, a partir da distribuição ocupacional e de gênero; e, a partir da tipologia das categorias sociais básicas vigentes em Minas Gerais do período colonial.

Quanto à primeira forma, reproduzimos a seguinte tabela:

TABELA 8

ESTRUTURA OCUPACIONAL DE OURO PRETO – 1804 (%).

Setor	% PEA	% Homens	% Mulheres
Primário	7,04	5,16	13,86
Secundário	53,61	54,60	50,00
Terciário	39,35	40,24	31,14

FONTE: FRANCISCO VIDAL LUNA & IRACI DEL NERO COSTA. Considerações sobre alguns trabalhos de Demografia Histórica referente a Minas Gerais. (Mimeo), São Paulo: 1982. Apud., JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. *Prometeu no sertão: economia e sociedade da Capitania das Minas dos matos Gerais.* (Doutorado). São Paulo: FFLCH/USP, 1988. pg., 550.

O que podemos depreender desses dados, não obstante, o fato de ser apenas um município, a data do levantamento apontar para um período de franca decadência da atividade mineradora, além das especificidades de Ouro Preto ser a capital da capitania e que, por conseguinte, pudesse concentrar mais pessoas; que é inevitável não tomar aquelas cifras como representando as tendências gerais da estrutura do emprego das áreas de mineração. Ou seja, segundo João Antônio de Paula, o setor Primário empregava 20,4% do total de escravos de Ouro Preto e 5,54% dos homens livres. No setor Secundário, empregava-se 42,63% dos escravos da capital e 53,73% dos homens livres; já o setor Terciário empregava 26,90% de escravos e 40,74% dos homens livres[240]. Conclui-se, portanto, que a mão-de-obra era majoritariamente escrava, majoritariamente masculina e

[239] Ibid., Ibidem.
[240] Ibidem., pg., 550.

concentrada majoritariamente no setor Secundário – principalmente na mineração[241]. Além disso, podemos concluir também que, nas áreas mineradoras, a atividade agropecuária era bastante reduzida e que havia um alto índice de "terceirização" da economia. Desta feita, são, de acordo com João Antônio de Paula, tendências gerais, que é legítimo supor prevalecerem nas áreas mineratórias de Minas Gerais no correr dos setecentos[242].

Acerca da segunda forma, podemos descrever os agrupamentos sociais básicos da sociedade colonial mineira da seguinte forma[243]:

1 – **Ordem de proprietários** – inclui todos os proprietários de meios de produção, independentemente do volume de cabedais que dispõem. Nesta ordem incluem-se os fazendeiros, os mineradores, os comerciantes, os financistas e contratadores, os proprietários de manufaturas[244].

2 – **Burocracia Estatal e Eclesiástica** – a primeira foi ampliada pela exacerbação da política fiscalista da Metrópole em Minas Gerais ao longo dos setecentos; enquanto que a segunda, foi cerceada, permitindo-se na capitania apenas os padres seculares e interditada a entrada de eclesiásticos ligados às congregações religiosas[245].

3 – **Ordem dos profissionais liberais** – inclui advogados e solicitadores, boticários, médicos, cirurgiões, enfermeiros, parteiras, requerentes, tabeliães, arquitetos, artistas etc[246].

---

[241] Idem.
[242] Idem.
[243] Tipologia baseada em: Ibidem., pp., 551/552.
[244] Ao contrário da economia açucareira, em que a terra era fator indispensável à montagem da grande lavoura, junto com capital concentrado e grande massas de escravos; em Minas Gerais, a economia mineradora possuía outros determinantes principais. Isto é, a terra deixa de ser procurada e apropriada por suas propriedades agronômicas, passando a ser fundamentalmente ocupada de acordo com a concentração mineralógica. É claro que, também, na economia mineradora, os proprietários de lavras e fazendeiros depende de cabedais e certo número de escravos para sua efetivação, mas que se admite a presença de um *faicador*, do produtor direto sem escravos na mesma atividade mineratória. Ver: Ibidem., pg., 554.
[245] Como vimos, o Estado demorou para se implantar no Brasil colonial. Entretanto, quando o fez foi de forma avassaladora em vários planos de competência, nas várias instâncias em que o poder se expressava: Governo Geral, governo das capitanias, as câmaras municipais, na administração judiciária, fazendária, militar e eclesiástica; são fiscais e meirinhos, Intendentes e Alcaides: uma pletora de funcionários, que na afirmação de J. A. de Paula, constituía-se no paraíso da burocracia e do Estado Cartorial e bacharelesco. Em resumo, a burocracia civil, militar e eclesiástica constituir-se-ão as elites mais aquinhoadas, seguidas pelos mineradores, agricultores e financistas em Minas Gerais colonial. Ibidem., pg., 558.
[246] É a camada que é tanto maior quanto mais complexa à sociedade e o Estado. É reflexo de sofisticação e complexificação da divisão social do trabalho. Sua expansão na Minas Gerais colonial se deveu, de um lado, ao dinamismo da própria economia; de outro, mas, sobretudo, também é reflexo do desenvolvimento do aparelho de Estado. Adiciona-se a estes, a desconcentração relativa da riqueza entre as elites que ampliou o espaço para as atividades liberais. Ibidem., pg., 561.

4 – **Ordem dos jornaleiros** – trata-se de diversificada camada de homens livres, trabalhadores qualificados "oficiais" , artesãos e artesãs que desenvolvem atividades como empregados nos setores primário, secundário e terciário[247].

5 – **Camponeses e parceiros** – compreendem as famílias camponesas que isoladamente, em pequenas propriedades ou agregadas às fazendas, desenvolvem atividades produtivas, segundo as regras da parceria, a partir de trabalho familiar para o auto consumo[248].

6 – **Homens livres pobres** – eram os "desclassificados do ouro". Camada extensa e presente em Minas Gerais desde o início dos setecentos[249].

7 – **Ordem dos escravos** – como a escravidão foi a relação de produção social básica dominante em Minas Gerais no período colonial, os escravos compunham as mais diversas atividades rurais e urbanas.

Dentro dessa tipologia, podemos visualizar uma estrutura, que Gorender e, depois Décio Saes, analisaram a sociedade escravista colonial brasileira havendo a coexistência de dois planos de segmentação. De um lado, o plano que considera a divisão básica entre *homens livres* e *escravos*; portanto, um plano que identifica a sociedade como marcada por estas duas **ordens**. De outro, um plano que identifica a sociedade enquanto dividida e composta por **classes sociais**[250]**.**

---

[247] Foi particularmente extensa em Minas Gerais setecentista. É o espaço do homem livre que tendo um *ofício*, dedicou-se a trabalhar sob regime de *jornal* cujo pagamento é diário. É sobretudo uma camada de trabalhadores urbanos e do setor secundário – manufatura e artesanato – principalmente. Eram ofícios de quase monopólios de pardos e de negros forros. Uma lista destas ocupações encontra-se no estudo de: FRANCISCO VIDAL LUNA & IRACI DEL NERO COSTA. Profissões, atividades produtivas e posse de escravos em Vila Rica ao alvorecer do século XIX. In: FRANCISCO VIDAL LUNA & IRACI DEL NERO COSTA. *Minas colonial: economia e sociedade*. São Paulo: FIPE-USP/Pioneira, 1982. pp., 75-77. Este texto também encontra-se na web, no site http://www.brnued.com. JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. Op.cit., pg., 561.

[248] Não queremos entrar aqui numa antiga polêmica sobre a presença de uma "brecha camponesa" no Brasil colonial. E sim, constatarmos que camponeses e parceiros são presenças constantes na história da estrutura agrária e da agricultura brasileira. O *parceiro, o agregado, o colono, o camarada* junto com suas famílias, numerosas, por sinal, se apropriando de pequenas glebas, subsistiam numa economia seja voltada para o alto consumo, seja produzindo alimentos e matérias-primas nas terras dos fazendeiros, entregando-o uma parte da produção sob forma de renda. Ibid., 562. Sobre o conceito de *brecha camponesa*, consultar: CIRO FLAMARION SANTANA CARDOSO. *Agricultura, escravidão e capitalismo.* Petrópolis: Vozes, 1979.

[249] Este era, na análise de Mello e Souza, o *exército de reserva da escravidão*. LAURA DE MELLO E SOUZA. *Os desclassificados do ouro.* Rio de Janeiro: Graal, 1982.

[250] JACOB GORENDER. *O escravismo colonial.* 5 ed., São Paulo: Ática, 1988. DÉCIO AZEVEDO MARQUES SAES. *A formação do Estado Burguês no Brasil.* Paz & Terra, 1985.

Assim afirma Saes: *a formação social escravista moderna existente no Brasil, de meados do século XVI a fins do século XIX, foi simultaneamente uma* ***sociedade de classes*** *(aspecto dominante) e uma* ***sociedade de ordens*** *(aspecto subordinado). (...) Numa formação social escravista, a sociedade de classes assume necessariamente a forma de uma sociedade de ordens, cuja existência é indispensável para a* ***reprodução*** *das relações de produção/forças produtivas escravistas e, portanto, das classes sociais de escravos e não-escravos. Todavia, não é a* ***luta entre ordens*** *(escravos X homens livres), e sim a* ***luta entre classes sociais*** *(escravos rurais X fazendeiros escravistas) que determina a destruição das relações de produção/forças produtivas escravistas*[251].

De acordo com João Antônio de Paula, para Minas Gerais colonial, a perspectiva exposta por Saes não se aplicaria no referente à contradição principal, isto é, a luta entre escravos rurais e fazendeiros. Também, o autor afirma que, sobre outros aspectos a perspectiva de Saes teria que ser qualificada para captar a especificidade da sociedade mineira setecentista[252].

Com efeito, para Paula, fundamentalmente o que distingue Minas Gerais no período colonial é a sua espessa **camada intermediária** – faiscadores, jornaleiros, homens livres pobres, e mesmo a hegemonia de pequenos e médios proprietários no conjunto da **ordem dos proprietários**. Esta **camada média espessa** e a forte presença do Estado, tornam mais densas e complexas as relações sociais de produção e a sociedade civil. O que para o autor, *é um fato singular na história colonial brasileira até então*[253].

[251] Cf., Ibid., pp., 81/82.
[252] JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. Op.cit., pg., 553.
[253] Cf., Ibid. Ibidem.

À título de ilustração, vejamos alguns dados sobre a relação proprietário-escravo em Minas Gerais setecentista.

TABELA 9

PROPRIETÁRIOS: DISTRIBUIÇÃO QUANTO AOS ESCRAVOS POSSUÍDOS.

N. de escravos	Participação no total proprietários						
	Pitangui		Serro do Frio	Congonhas do Sabará		São Caetano	Vila Rica
	1718	1723	1738	1771	1790	1804	1804
1	0,7	2,5	8,3	4,8	7,4	3,0	9,4
2	8,0	5,3	8,1	6,2	8,6	6,6	10,5
3	2,0	7,3	6,7	7,6	6,5	8,5	10,0
4	9,3	6,0	6,9	4,0	8,6	3,0	10,3
5	8,3	8,6	4,9	6,5	3,6	5,2	6,9
1 a 5	28,3	29,7	34,9	29,1	34,7	26,3	47,1
6 a 10	37,4	18,5	20,2	17,3	26,1	18,7	24,1
11 a 20	19,0	21,3	17,9	32,3	22,0	18,7	16,0
21 a 40	15,3	20,7	16,9	13,3	17,2	15,2	5,9
41 e mais	-	9,8	10,1	8,0	-	21,1	6,9

FONTE: FRANCISCO VIDAL LUNA. Estrutura e posse de escravos. In: FRANCISCO VIDAL LUNA & IRACI DEL NERO COSTA. *Minas colonial: economia e sociedade*. São Paula: FIPE-USP/Pioneira, 1982. Site: www.brnued.com. No texto do site o número da página onde se encontra a tabela é 8.

TABELA 10

PROPRIETÁRIOS: POR CONDIÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS E NÚMERO DE ESCRAVOS POSSUÍDOS.

Segmentos sócio-econômicos	Média de escravos por proprietários					
	Pitanguí	Serro do Frio	Congonhas do Sabará		São Caetano	Vila Rica
	1723	1738	1771	1790	1804	1804
Mineiro	-	-	-	-	22,9	11,8
Faiscadores	-	-	-	-	2,8	2,0
Agricultores	-	-	17,0	-	9,6	13,0
Artesãos	-	-	-	-	3,0	3,0
Comerciantes	-	-	-	-	3,9	2,9
Patentes, funcionário e militares	16,7	10,1	-	7,4	-	4,6
Eclesiásticos	11,0	7,0	3,4	7,3	2,7	4,9
Doutores, licenciadores e desembargadores	5,0	5,2	5,5	6,0	-	-

FONTE: FRANCISCO VIDAL LUNA. Estrutura e posse de escravos. In: FRANCISCO VIDAL LUNA & IRACI DEL NERO COSTA. *Minas colonial: economia e sociedade*. São Paula: FIPE-USP/Pioneira, 1982. pp., 42. Site: www.brnued.com. No texto do site o número da página onde se encontra a tabela é 11.

Em suma, feita uma breve introdução da história de Minas Gerais no período colonial, na qual destacamos os aspectos geográficos, demográficos, econômicos, sociais e políticos, podemos agora partir para uma discussão sobre a “indústria da mineração”.

2.1.2 – A indústria da mineração.

Mauro, escudado no estudo de Buescu[254], fala em atividade industrial áureo-diamantífera mineira, a qual dominou toda a história do século XVIII. Segundo estes autores, as próprias características principais da exploração daquele mineral; ou seja, exploração extensiva, tecnologia – mesmo que rudimentar –, capital necessário para a exploração – mesmo que exíguo –, mão-de-obra – mesmo que escrava –; constituía-se uma verdadeira atividade industrial[255].

A indústria áureo-diamantífera, na opinião daqueles autores, gerou efeitos multiplicadores bastante consideráveis, organizando, tanto uma produção de jóias, que se estabeleceu no Rio de Janeiro; como a organização do abastecimento da região mineira que engendrou o desenvolvimento de rodovias e de uma indústria de transporte por mar e por terra[256]. Ademais, segundo Mauro, *enfim, todo o artesanato se desenvolveu para mobiliar as casas construídas e vestir seus habitantes, entre os quais formou uma alta sociedade (...) muito mais numerosa do que a elite rural dos donos de moinhos da zona costeira. De uma certa maneira, nasceu uma "burguesia", o que foi um estimulante radical para o artesanato*[257].

Se partimos do pressuposto que a mineração não constitui atividade comercial ou agrícola por excelência, ela só cabe como atividade industrial. É uma indústria de extração e não de transformação. É dentro desse contexto que analisaremos tal atividade, levando em consideração, por conseguinte, seu processo de trabalho, sua produção, bem como seus efeitos multiplicadores. Iniciaremos abordando a mineração aurífera e, logo depois, a mineração diamantífera.

Quanto ao processo de trabalho na mineração aurífera, como vimos, Mauro e Buescu analisam que este se dava de forma rudimentar. Na verdade, existe certo consenso nos estudos que versam sobre a arte da mineração no Brasil colonial, quanto ao caráter precário, tanto na estrutura técnica da produção quanto na de apuração do ouro naquele período. João Manuel de Sequeira em sua **Memória sobre a decadência das três**

[254] MIRCEA BUESCU. *Evolução econômica do Brasil*. 2 ed., Rio de Janeiro: APEC, 1974.
[255] Ibid.
[256] FRÉDÉRIC MAURO. Op.cit. pg., 741.
[257] Cf., Ibid. Ibidem.

capitanias de Minas e os meios de reparar, ilustra bem tal precariedade quando afirma que: *As minas do ouro desde sua origem não conhecem outros instrumentos para escavação e exercício de minerar senão a alavanca, o almocafre, bateia, carumbé e proximamente a marreta*[258]. Grosso modo, eram instrumentos simples, primários, sem agregação de nenhuma tecnologia. Contudo, constituíam-se instrumentos adequados às necessidades básicas da mineração aluvional.

No que toca aos métodos de apuração do ouro, também prevaleceu a técnica "clássica" que após as lavagens e apuração nas bateias submete o material apurado à amalgamação através da ação do mercúrio[259].

Eschwege classifica em seis os métodos de mineração: 1 – nos leitos dos rios e córregos; 2 – nas margens dos rios e aluviões dos tabuleiros próximos; 3 – nos depósitos aluvionores das encostas das serras; 4 – nas massas friáveis geralmente auríferas, contendo veios de quartzo aurífero; 5 – nos depósitos dos vales; 6 – nos depósitos e veios das serras[260].

Como é sabido, no Brasil colonial, a exploração do ouro foi fundamentalmente aluvional. Paul Ferrand, classifica em três fontes principais tal exploração: 1 – diretamente dos leitos dos rios e córregos, os **veios**; 2 – nos **tabuleiros** próximos a estes cursos d'água; 3 – nas **grupiaras** que são trechos dos morros e montanhas situados acima dos ditos "tabuleiros"[261].

Já João Manuel de Siqueira afirma que foram cinco os métodos de mineração que vigoraram no Brasil colonial: 1 – **tijucais tabuleiros e seixos dos morros**, que consistia em fazer o trabalho de desmonte dos barrancos à custa de braço escravo; 2 – **batatal** ou **grupiara**, consistia em tirar a terra fazendo rasgões e apontando as pedras, o material assim

---

[258] Cf., JOÃO MANUEL DE SEQUEIRA. Memória sobre a decadência das três capitanias de Minas e os meios de reparar. In: *Anais do Museu Histórico Nacional.* Vol., XX. Rio de Janeiro: MEC, 1968. pg., 90. Ver também: SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA. Metais e pedras preciosas. In: *História Geral da Civilização Brasileira.* Tomo II, vol., 2, 1985. pp., 274/275.

[259] *A primeira utilização do mercúrio é comumente atribuída a uma invenção espanhola descoberta em meados do século XVI; mas segundo Plínio parece que ele já era conhecido na atinguidade, e além de servir para separar o ouro e a prata das partículas de terra sua utilização estava ligada também à douração de materiais.* Cf., JOHANN BECKMANN. O refino dos minérios do ouro e da prata pelo mercúrio. In: RUY GAMA (Org.,). *História da técnica e da tecnologia.* São Paulo: T. A. Queiroz, 1985. pg., 184.

[260] Cf., WILHELME LUDVIG VON ESCHWEGE. *Pluto Brasiliensis.* (1833). 2 vol., Tradução de Domício Figueredo Murta. São Paulo/Belo Horizonte: USP/Itatiaia, 1979. Vol., 1., pg., 167.

[261] PAUL FERRAND. *O ouro em Minas Gerais.* (1894). Tradução de Júlio Castanõn Guimarães. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998. pg., 97.

apurado era depois peneirado; 3 – **talho aberto**, que consistia na utilização da água para o desmonte dos barrancos; 4 – **acompanhar os filões de quartzo** que se encontravam horizontalmente pelos montes ou diagonalmente pelas planícies; 5 – **faisqueira** que consistia em recolher o ouro a esmo, sem destino[262].

Sequeira afirma também que estes métodos de mineração foram introduzidos no Brasil pelos escravos trazidos da Costa do Ouro e que havia forte hierarquia entre os conhecimentos técnicos dos mineiros em função das capitanias de origem[263].

No tocante à organização das empresas auríferas, já aludimos que estas se organizavam desde grandes empreendimentos até o simples faiscador livre. Contudo, não se entende tal organização sem relevar a Legislação Mineral e a administração do Estado sobre esta.

Desde momento que Afonso Sardinha noticiou a descoberta de ouro, na Serra do Jaraguá, próximo a Vila de São Paulo, no final dos quinhentos, a Metrópole, naquele momento, sob jugo espanhol, rapidamente iniciou seus esforços no sentido de regulamentar a atividade mineradora. A primeira legislação sobre a mineração no Brasil colonial, através dos Regimentos das Minas – de 1603 e 1618 – foi baixada à luz do direito castelhano[264].

Todavia, segundo Ferrand, a primeira legislação mineral que teve verdadeira aplicabilidade na atividade da mineração colonial, foi o *Regimento dos Superintendentes, guarda-Mores e Oficiais Deputados às Minas de Ouro, de 19 de abril de 1702*[265]. Tal regimento permaneceu em vigor ao longo de todo o século XVIII, com alterações tópicas, através dos vários *Bandos* e *Cartas Régias*.

O Regimento de 1702, criava o Superintendente das Minas, o qual cabia toda à direção dos negócios. Junto ao Superintendente, havia os Guarda-Mores, os quais cuidavam do Livro rubricado por aquele, em que inscrevia todos os rios com as datas de sua descoberta, o dia de sua repartição em datas e superfícies de terras com os nomes dos possuidores respectivos, bem como os limites e terrenos apostos; redigia-se em seguida um

[262] JOÃO MANUEL DE SEQUEIRA. Op.cit., pp., 90/91. J. A. de Paula, afirma que este método era a forma por excelência da exploração aurífera por parte dos mineradores pobres que não tinham escravos. JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. Op.cit., pg., 193.
[263] JOÃO MANUEL DE SEQUEIRA. Op.cit pg., 92.
[264] JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. Op.cit., pp., 182/183.
[265] PAUL FERRAND. Op.cit., pp., 144/145.

ato, que era assinado pelo Guarda-Mor e por cada um dos mineradores que tivessem recebido uma data[266].

Através do Alvará de 1803, definiu-se o papel das Sociedades de Minas. No Estatuto das Sociedades dizia que, estas só poderiam ser organizadas com a autorização do Governador. Estas sociedades eram reguladas e fiscalizadas por um Inspetor Geral, nomeado pelo Rei, tendo, de início, o controle das explotações, para que pudesse assim, organizar a empresa. O fundo social; isto é, o capital social da empresa, era formado por ações com valor unitário de 400$000 em dinheiro ou por 3 escravos jovens e de bom físico, com idades entre 16 e 26 anos, aceitos pelo Inspetor Geral; cada sociedade devia compreender um número mínimo de 23 ações e de 128, no máximo, segundo a importância da jazida, e não podia ter mais que 1008 escravos[267].

Cabia ao Inspetor Geral, organizar os serviços, de dirigir os trabalhos e da construção das usinas e máquinas necessárias. Cada sociedade tinha uma administração separada, compreendendo o Inspetor Geral, um Tesoureiro-pagador e um ou vários diretores de trabalho, segundo a importância das minas[268].

O cofre destinado a receber os fundos da sociedade era colocado sob a responsabilidade do Tesoureiro, que tinha uma chave, bem como o Inspetor e o Diretor mais antigo. Cabia ao Tesoureiro entregar a cada sócio um recibo do dinheiro ou dos escravos postos por ele na sociedade, a fim de que pudesse retirar os títulos das ações correspondentes, assinados pelos três administradores[269].

Se o Inspetor julgasse necessário dar um maior desenvolvimento aos trabalhos e os fundos da sociedade fossem considerados insuficientes, fazia-se um apelo aos acionistas, a

---

[266] Ibid., pp., 145/146.

[267] Ademais, quando o Inspetor houvesse reconhecido a necessidade de explotar uma mina por sociedade , o Guarda-Mor devia proceder à demarcação dos terrenos e registrar o mapa de datas correspondentes; mas se passados seis meses a Sociedade não tivesse começado os trabalhos, a concessão era declarada caduca, e o terreno podia ser dividido entre as pessoas que o reclamassem, segundo as regras estabelecidas no artigo 6 do referido Alvará. Ibid., pp., 156/157.

[268] O tesoureiro era nomeado por uma comissão de associados, pela maioria dos votos, e dos diretores eram escolhidos e nomeados pelo Inspetor Geral, salvo aprovação do governador. As mesmas formalidades eram necessárias para os destruir, em caso de maus serviços. Os supervisores e contramestres, eram de escolha do Inspetor, do Tesoureiro e do Diretor, bem como o Guarda-Livros encarregado das escrituras do tesoureiro. Ibid., pg., 158.

[269] Uma vez entregues os fundos e com o total de escravos, os administradores nomeados entravam em atuação. Se viessem a faltar alguns escravos providenciava-se sua substituição, retirando-se a soma necessária do fundo de reserva e, para não comprometer o andamento dos trabalhos, alugavam-se diaristas até que essa compra fosse feita. Ibidem.

fim de efetuarem um novo investimento, ou então se criavam novas ações até se completar a soma desejada, sendo seu preço de emissão fixado pelos administradores, para que pudessem usufruir as mesmas vantagens que as antigas. Uma vez formada a sociedade, os acionistas não podiam retirar seu dinheiro ou escravos, mas eram livres para transferir suas ações para terceiros, com a condição de informarem os administradores[270].

No fim de cada ano, era feito um balanço do estado dos fundos da sociedade, a fim de que os administradores pudessem fixar os dividendos; uma cópia era entregue ao Governador, que a remetia ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, apresentando-lhe diversas propostas com vista ao progresso da sociedade. Ao Governador cabia cuidar da execução desses estatutos e de levantar todas as dúvidas que pudessem se apresentar[271].

Em suma, podemos perceber que a regulamentação das sociedades se firmou justamente quando a mineração aurífera estava em franca decadência. Posto isto, não é ocioso afirmar que tal Estatuto era um ensaio para que no correr do século XIX, a partir da década de 1820, se estabelecessem em Minas Gerais, as grandes Cia., estrangeiras de mineração.

Quanto à produção do ouro, devido estimativas díspares e muitas controvérsias, não obstante um número considerável de analistas ao longo do tempo sobre a história da mineração no Brasil colonial, pensamos que seja útil, dado o caráter de síntese deste capítulo, apoiarmos nas análises de Virgílio Noya Pinto. Este autor constrói uma metodologia de cálculo levando em consideração a produção média de ouro por escravo, o número de escravos empregados e as rendas dos "quintos"[272].

À título de ilustração vejamos os dados abaixo sobre a produção aurífera de Minas Gerais comparada à outras regiões da Colônia ao longo dos setecentos.

---

[270] No de os fundos serem insuficientes para novos empreendimentos, e os sócios se recusassem a fazer adiantamentos para esse fim, procedia-se à dissolução da sociedade, pela intervenção do Governador. O mesmo se dava se o Inspetor Geral reconhecesse que as despesas de explotação eram superiores à produção. Então tudo era vendido em hasta pública e o produto era dividido entre os acionistas; quanto ao terreno, era abandonado, a menos que coubesse de direito a seu primeiro proprietário. Ibidem.

[271] Ibidem.

[272] VIRGÍLIO NOYA PINTO. *O ouro e o comércio anglo-português.* São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1979. O **Quinto** era o tributo que os mineradores reservavam para o Estado português. Consistia na quinta parte do produto, depois de fundido em barras.

TABELA 11

CÁLCULO DA PRODUÇÃO DE OURO DO BRASIL NO SÉCULO XVIII. EM Kg.

Qüinqüênios	Minas Gerais	Goiás	Mato Grosso	Média anual
1700-1705	1.470	-	-	1.470
1706-1710	4.410	-	-	4.470
1711-1715	6.500	-	-	6.500
1716-1720	6.500	-	-	6.500
1721-1725	7.000	-	600	7.600
1726-1729	7.500	-	1.000	8.500
1730-1734	7.500	1.000	500	9.000
1735-1739	10.637	2.000	1.500	14.134
1740-1744	10.047	3.000	1.100	14.147
1745-1749	9.712	4.000	1.100	14.812
1750-1754	8.780	5.880	1.100	15.760
1755-1759	8.016	3.500	1.100	12.616
1760-1764	7.399	2.500	600	10.499
1765-1769	6.659	2.500	600	9.759
1770-1774	6.179	2.000	600	8.779
1775-1779	5.518	2.000	600	8.118
1780-1784	4.884	1.000	400	6.284
1785-1789	3.511	1.000	400	4.911
1790-1794	3.360	750	400	4.510
1795-1799	3.249	750	400	4.399

FONTE: VIRGÍLIO NOYA PINTO. *O ouro e o comércio anglo-português.* São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1979. pg., 114.

Em relação à mineração diamantina, podemos dividir em três etapas tal atividade: 1 – **1730/1740** – *Livre Extração*; 2 – **1740/1771** – *Regime dos Contratos*; 3 – **1770/1832** – *Real Extração*[273].

No Regime de **Livre Extração**, o comércio dos diamantes era franco, os mineradores utilizavam-no para as trocas ou vendiam-nos em troca de ouro. Segundo Joaquim Felício dos Santos, *os compradores e alguns mineiros mais abastados os remetiam em partidas para serem vendidos em Lisboa. Era ordinariamente com a sua*

[273] Diga-se de passagem que houve no início da mineração do diamante discussão no âmbito do governo metropolitano de quatro projetos de exploração da pedra preciosa, que foram rejeitados: o primeiro projeto foi para se comprar por conta do tesouro público, ou por companhias de negociantes, todos os diamantes que se extraíssem no Brasil, cominando em severas penas contra as pessoas que os comprassem ou vendessem por outro modo. O segundo projeto foi do estabelecimento de uma sociedade de mineração que pagasse ao tesouro o quinto dos diamantes extraídos, ou um equivalente em seu lugar. O terceiro projeto, foi o suspender-se a extração dos diamantes até que os existentes houvessem saído do mercado. Por fim, o quarto projeto, foi o da criação de uma companhia que durasse por determinado tempo – ou por indefinido – número de anos, no qual os acionistas entrassem com os capitais pagos a dinheiro ou em diamantes, conforme seu valor. Prevaleceu afinal definição em que a Coroa em primeiro lugar avocava a si o direito sobre as terras diamantinas e estabelecia a capitação como forma de garantir as receitas régias e ao mesmo tempo conter a oferta de diamantes. Ver: RAIMUNDO DA CUNHA MATOS. Op.cit., pp., 346/347. Também: JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. Op.cit., pg., 232.

remessa que os negociantes saldavam suas contas na praça da Bahia, donde vinham os gêneros estrangeiros, que aqui se consumiam. Só era proibido comprar diamantes dos escravos, por ser-lhes inteiramente vedado a sua mineração por conta própria[274].

Contudo, o regime de extração livre estimulou a exploração muito acima da demanda, causando queda no preço do diamante, já que era justamente o caráter *raridade* daquela pedra preciosa que os negociantes e joalheiros obtinham seus enormes lucros. O súbito derrame de diamantes brasileiros nas praças européias alarmou Lisboa[275].

A partir de 1739 foi adotado o **Regime dos Contratos**. Com este, o governo queria ao mesmo tempo livrar-se das dificuldades e dispêndios para organizar ele próprio a administração regular da atividade. Isto posto, regulava-se e limitava-se a produção impedindo a erosão dos preços[276]. A celebração dos contratos obedecia a burla da condição fundamental da política metropolitana: *a limitação do número de escravos empregados – 600 no máximo*. Foram celebrados ao todo seis contratos na vigência de tal regime; isto é, de 1740 a 1771. Todavia, o Regime dos Contratos não deteve o contrabando, bem como a deterioração dos preços internacionais do diamante ao longo do tempo[277]. De acordo com a estimativa de Noya Pinto, o preço médio do quilate em 1740 era 11$980 ao final do sexto contrato em 1771 o preço havia caído para 8$600[278].

Em 1 de janeiro de 1772 começa a funcionar um novo regime de extração de diamantes, a saber, o monopólio régio da extração; ou seja, a **Real Extração** definida através de Alvará baixado em 12 de junho de 1771. Por esse Alvará, *foi organizada uma junta composta de três membros, e presidida pelo Marquês de Pombal, encarregada de gerir o comércio dos diamantes. Pelo mesmo Alvará, o rei de Portugal justificava a instalação do regime da* ***Real Extração*** *em virtude dos "lesivos e intoleráveis abusos", do "exorbitante e supérfluo número de escravos empregados nos serviços das minas e suas*

---

[274] Cf., JOAQUIM FELÍCIO DOS SANTOS. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio.* (1868). 4 ed., São Paulo/Belo Horizonte: USP/Itatiaia, 1976. pg., 67.

[275] Ver VIRGÍLIO NOYA PINTO. Op.cit. pp., 212-223.

[276] O primeiro contrato celebrado foi em 1740 com validade de 4 anos – de 1 de janeiro de 1740 a 31 de dezembro de 1743 – e teve caráter experimental. Seu arrematante foi João Fernandes de Oliveira em sociedade com Francisco Ferreira da Silva. Ver: JOAQUIM FELÍCIO DOS SANTOS. Op.cit., pp., 86/87.

[277] Como já aludimos anteriormente, os próprios contratadores, com seus poderes especiais imensos, que ensejavam arbitrariedades e perseguições, eram os principais burladores do regime; principalmente a cláusula do número de escravos permitidos. De acordo com Felício dos Santos, chegavam a utilizar até 4.000 escravos. Ibid. pg., 87. Também: LUÍS ANTÔNIO SILVA ARAUJO. Op.cit.. FERNANDO GUADERETO LAMAS. Op.cit..

[278] Ver: VIRGÍLIO NOYA PINTO. Op.cit. pp., 218-220.

dependências", e por crescer "... de ano em ano estes males cada vez mais, até o ponto de que, não o cabendo mais remédio deles nas forças particulares, vieram a fazer pensavelmente necessárias as do meu régio braço"[279].

Em resumo, o que se pode concluir preliminarmente da **Real Extração**, é que, em primeiro lugar, esta não conseguiu reverter o quadro de queda do preço do diamante que elevado para 9$200 o quilate até 1785 tornou a cair, atingindo 8$625 o quilate em 1799. Em segundo, que o instrumento da execução da política diamantina, isto é, o Regimento de 2 de agosto de 1771, passou a ser a única lei do Distrito que foi transformado em *verdadeiro cárcere comandado pelos administradores*[280].

Á título de ilustração, vejamos alguns dados sobre a produção, a comercialização – regime dos contratos e real extração – e os preços do diamante.

TABELA 12

DIAMANTES: EXTRAÇÃO E VENDA POR CONTRATOS – 1740/1771.

Contratos	Quilates extraídos	Média anual	Valor da venda	Preço médio do quilate	Contratadores
1 – 1740/1743	134.071	33.518	1.606:272$037	11$980	João Fernandes de Oliveira e Francisco Ferreira da Silva
2 – 1744/1747	177.200	44.300	1.807:472$837	10$200	João Fernandes de Oliveira e Francisco Ferreira da Silva
3 – 1749/1752	154.579	38.645	1.438:015$987	9$302	Francisco Caldeira Brant e os irmãos Conrado, Sebastião e Joaquim
4 – 1753/1759	390.094	55.728	3.625:580$888	9$294	João Fernandes de Oliveira e irmãos Torres
5 – 1760/1762	106.416	53.203	929.476:750	8$734	João Fernandes de Oliveira, Domingos Bastos Viana e Antônio dos Santos Pinto
6 – 1762/1771	704.209	70.420	6.108:579:163	8$674	João Fernandes de Oliveira e seu filho

FONTE: JOÃO PANDIÁ CALÓGERAS. *As minas do Brasil e sua legislação.* 3 vol., Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904/1905. Vol., 1., pp., 307/308 e 312. VIRGÍLIO NOYA PINTO. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português.* São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1979. pp., 218-220.

[279] Cf., VIRGÍLIO NOYA PINTO. Op.cit., pp., 221-223.

[280] Segundo Noya Pinto, na realidade, a Real Extração era a força do braço férreo do Marquês de Pombal que se abatia sobre o Distrito Diamantino. O Regimento de 2 de agosto de 1771, foi celebrizado como o **Livro de Capa Verde**. Ibid., pg., 223. Ver também: JOAQUIM FELÍCIO DOS SANTOS. Op.cit..

TABELA 13

DIAMANTES: VENDA POR CONTRATOS NA EUROPA – 1753/1771.

Ano	Quilates vendidos	Valor (em Réis)	Valor médio do quilate (em Réis)	Contratadores
1753	5.000	46:000$000	9$200	Bristows Warde & Co.
1754	43.000	463:157$900	10$771	
1755	37.814	347:890$525	9$200	
1756	36.000	331:200$000	9$200	
1757	25.000	-	-	John Gore & Josué Van Neck
1758	30.159	277:462$800	9$200	
1759	29.369	270:194$800	9$200	
1760	31.131	286:405$200	9$200	
1761	44.200	380:120$000	8$600	Daniel Gildemeester
1762	42.239	355:597$600	8$418	
1763	60.463	514:877$662	8$515	
1764	61.665	531:193$000	8$614	
1765	84.862	729:813$200	8$600	
1766	91.380	785:885$200	8$600	
1767	70.942	610:101$200	8$600	
1768	74.450	640:270$000	8$600	
1769	76.639	659:525$400	8$605	
1770	55.414	476:560$400	8$600	
1771	35.369	304:173$400	8$600	

FONTE: JOÃO PANDIÁ CALÓGERAS. *As minas do Brasil e sua legislação.* 3 vol., Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904/1905. Vol., 1., pp., 307/308 e 312. VIRGÍLIO NOYA PINTO. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português.* São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1979. pg., 220.

TABELA 14

DIAMANTES: EXTRAÇÃO PELA COROA E VENDA POR CONTRATOS – 1772/1790.

Real Extração		Venda por Contratos na Europa			
Ano	Quilates extraídos	Quilates vendidos	Valor (em Réis)	Preço médio do quilate (em Réis)	Contratadores
1772	33.493	39.981	343:936$600	8$600	Daniel Gildemeester
1773	50.343	41.759	359:127$400	8$600	
1774	37.083	60.945	524:127$000	8$600	
1775	36.877	65.547	563:704$200	8$600	
1776	37.414	65.794	665:828$400	10$119	
1777	40.517	63.969	569:328$550	8$900	
1778	39.068	65.753	585:290$700	8$901	
1779	39.479	40.201	369:849$260	9$200	
1780	31.947	37.000	340:400$000	9$200	
1781	38.605	20.000	184:000$000	9$000	
1782	51.262	20.000	180:000$000	9$000	
1783	48.117	-	-	-	
1784	62.038	37.500	345:000$000	9$200	
1785	37.528	12.500	115:000$000	9$200	
1786	30.677	40.567	360:216$400	8$870	
1787	28.404	12.000	79:200$000	6$600	
1787	-	14.000	123:752$591	8$839	Jorge Ferreira e Paulo Jorge
1788	28.630	43.000	387:800$000	9$018	Benjamin Cohen & Abrahão B. Cohen
1789	29.557	36.000	315:000$000	8$750	
1790	31.664	16.000	138:000$000	8$625	

FONTE: JOÃO PANDIÁ CALÓGERAS. *As minas do Brasil e sua legislação.* 3 vol., Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904/1905. Vol., 1., pp., 307/308 e 323. VIRGÍLIO NOYA PINTO. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português.* São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1979. pg., 222.

TABELA 15

DIAMANTES EXTRAÍDOS NO BRASIL – 1791/1828. EM QUILATES.

Anos	Quilates extraídos
1791	28.400
1792	26.184
1793	27.781
1794	33.320
1795	26.031
1796	14.805
1797	11.007
1798	11.082
1799	11.952
1800	12.022
1801	15.719
1802	29.268
1803	28.435
1804	14.892
1805	15.302
1806	18.095
1807	17.517
1808-1809	19.924
1809-1810	16.732
1810-1811	17.925
1811-1812	18.329
1812-1813	15.811
1814-1815	26.944
1815-1816	22.965
1816-1817	9.213
1817-1818	9.396
1818-1819	10.540
1819-1820	5.920
1820-1821	6.807
1821-1822	7.420
1822-1823	7.275
1823-1824	9.894
1824-1825	6.124
1825-1826	5.301
1826-1827	6.113
1827-1828	3.721

FONTE: ANTÔNIO OLINTO. Apud., DOMÍCIO FIGUEREDO MURTA. Apud., JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. *Prometeu no sertão: economia e sociedade na Capitania das Minas dos matos Gerais.* (Doutorado). São Paulo: FFLCH/USP, 1988. pg., 256.

No que toca ao processo de trabalho na extração diamantina, podemos afirmar que, em seus primórdios, foi bastante semelhante à forma típica da extração aurífera[281]. Outra semelhança com esta e a extração do diamante foi quanto ao tipo de material a ser trabalhado: prevaleceu a exploração das jazidas baixas, dos tabuleiros marginais e posteriormente as jazidas das grupiaras[282].

Eschwege ao apontar a semelhança entre a extração diamantina e aurífera afirma que a atividade de exploração da primeira exigia menor grau de complexidade, devido, segundo o autor, os diamantes não serem encontrados em jazidas primárias, mas a distância delas, entre os seixos dos aluviões mais recentes dos rios, nas grupiaras, ou entre os seixos cobertos pela terra vegetal[283].

Em resumo, a indústria áureo-diamantífera criou as condições para o que João Antônio de Paula afirmou ser uma **gênese abortada de uma economia colonial brasileira**, articulando as minas às diversas regiões da Colônia, propiciando assim, as trocas mercantis em seu interior; ou mesmo criando condições para que a própria economia da capitania se diversificasse, alterando sua geografia econômica, como veremos mais adiante; também, gerou efeitos multiplicadores em outras atividades industriais, tais como a produção manufatureira têxtil doméstica e a metalurgia, e agroindustriais como a indústria açucareira mineira. Além destes efeitos, a indústria mineratória estimulou uma circulação monetária no interior da Colônia, obrigando à Metrópole, ainda no início do século XVIII, instalar

---

[281] De acordo com Boxer, *pelos primeiros dez ou quinze anos depois da descoberta de diamantes, os métodos eram os mesmos dos primitivamente usados para obter ouro, em Minas Gerais. O instrumento principal era a bateia, na qual o cascalho das margens ou do leito do rio era lavado e peneirado. (...) As bateias foram mais tarde substituídas por peneiras, e essas, por sua vez, cederam lugar a um complicado sistema de alguidares, com represamento e canalização das águas, na segunda metade do século XVIII.* Cf., CHARLES RALPH BOXER. *A idade do ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial.* 3 ed., tradução de Nair de Lacerda, São Paulo: Nova Fronteira, 2000. pg., 233.

[282] Aires da Mata Machado Filho afirmava o seguinte: *Duas são as modalidades principais do serviço de mineração: o das jazidas baixas efetuado no curso d'água e em seus depósitos aluvionais e cuja fase consiste na lavagem do minério, chamado cascalho; o das jazidas altas ou de chapadas, a cujo minério, encontrado em camadas mais ou menos profunda, e em que se apresenta sob a forma de massa, os mineiros dão o nome de barro, sopa ou paçoca, conforme o estado pastoso ou friável e a quantidade de seixos que contém. Só no fim da época colonial, passou as jazidas baixas para as grupiaras altas, mas sem ir ao gorgulho diamantífero da camada superficial, pela crença arraigada de que, mais para o fundo, era inútil procurar o diamante.* AIRES DA MATA MACHADO FILHO. *Arraial do Tejuco – Cidade de Diamantina.* 2 ed., São Paulo: Martins, 1957. pp., 43/44.

[283] WILHELME LUDVIG VON ESCHWEGE. *Pluto Brasiliensis.* Op.cit. vol., 2, pg., 127.

definitivamente *casas da moeda* as quais se estabeleceram no Rio de Janeiro (1703) e em Salvador (1714)[284].

Porém, se a indústria áureo-diamantífera estimulou o crescimento de relações mercantis interna na colonial, não podemos nos esquecer do real objetivo da constituição de tal atividade econômica, qual seja, servir à economia política portuguesa.

Dentro desse contexto, há que se relevar o papel que a economia mineratória teve no reestabelecimento de Portugal no quadro das grandes potências européias no século XVIII – mesmo que uma potência de segunda grandeza, como a definiu Novais[285] – no qual sua presença encontrava-se bastante reduzida, desde a restauração de sua soberania frente à Espanha, em 1640. Há que se relevar também, a crise econômica por qual passava Portugal, ao longo da segunda metade dos seiscentos[286].

Com efeito, a mineração, particularmente, a aurífera, garantiu certa estabilidade econômica em Portugal, ao longo da primeira metade do século XVIII, permitindo assim, o ouro brasileiro, saldar o déficit da balança comercial portuguesa[287]. Como aludimos anteriormente, foi a época da Corte de Dom João V, 1706-1750, período este de ostentação de um reinado feérico, tanto na Metrópole quanto na Colônia. Entretanto, é um momento decisivo para que Portugal continue a manter o controle de suas possessões d'além mar. Ou seja, o final do século XVII e o início do século XVIII, constituem período de desequilíbrio nas relações entre as potências marítimo-coloniais. É momento de sucessão na Espanha que agita as monarquias européias e que coloca de um lado, a França dos Bourbons; de outro a Inglaterra dos Tories. Duas potências que polarizam a política no "velho continente"[288].

Desta forma, o ouro brasileiro vai servir como principal moeda de compra da liberdade lusitana. Momento em que Portugal entra de vez na esfera de influência inglesa,

---

[284] A história da instalação das casas da moeda no Brasil colonial pode ser sintetizada da seguinte forma: 1 – 6 de março de 1694 é criada, por Lei de D. Pedro II, a primeira casa da moeda do Brasil, sediada em Salvador. 2 – 12 de janeiro de 1698, através de carta régia, a casa da moeda foi transferida para o Rio de Janeiro. 3 – em fins de 1700 foi novamente transferida, agora, para Pernambuco. 4 – em março de 1702 a casa foi desativada em Pernambuco. 5 – em janeiro de 1703, a casa é novamente instalada no Rio de Janeiro de maneira definitiva. 6 – em 1714, instituiu-se outra casa da moeda em Salvador. JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. Op.cit., pg., 394.

[285] FERNANDO ANTÔNIO NOVAIS. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial – 1777/1808.* 5 ed., São Paulo: Hucitec, 1989. pp., 17-32.

[286] Sobre a crise econômica portuguesa na segunda metade do século XVII, consultar: VIRGÍLIO NOYA PINTO. Op.cit. Capítulo 1, pp., 01-16.

[287] Sobre o papel do ouro brasileiro na estabilidade econômica portuguesa na primeira metade do século XVIII, consultar: JOSÉ JOBSON DE ANDRADE ARRUDA. Op.cit. pp., 110/111.

através do **Tratado de Methuen**, em 1703, o qual assegurou a Coroa portuguesa seu império colonial contra as pretensões da Espanha e da França; ao mesmo tempo em que garantiu os interesses dos exportadores de vinho portugueses que lucraram muito com esse tratado, já que a Inglaterra abria seu mercado às vinícolas lusitanas[289].

Mas, mais do que isso, o ouro brasileiro, juntamente com os metais preciosos extraídos no México e no Peru, ao longo dos séculos XVI e XVII, foram peças importantes no processo intercorrente da **assim chamada acumulação primitiva do capital**. Processo este entendido pela articulação dinâmica de vários componentes em que a expropriação dos produtores diretos, o Sistema Colonial, a dívida pública, o protecionismo e o sistema tributário são instrumentos de uma transformação – a produção da condição prévia necessária à constituição do **modo de produção especificamente capitalista** – que marcou significativamente a economia européia entre o final dos quinhentos e o final dos setecentos, provocando um impacto forte no mundo na Época Moderna, cuja elevação dos preços, ampliação dos mercados e a expansão monetária, constituíram suas conseqüências principais[290]**.**

No quadro da **acumulação primitiva do capital**, o *Sistema Colonial* foi o instrumento principal – mecanismo de geração de superlucros coloniais pela vigência da combinação de práticas monopolistas e monopsonistas que fizeram das áreas coloniais mercados exclusivos dos produtos metropolitanos e fornecedores de preços de

---

[288] Sobre a crise de sucessão na Espanha, consultar: VIRGÍLIO NOYA PINTO. Op.cit. Capítulo 1, pp., 16-24.
[289] Ibid., pp., 24-38. Também: JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. Op.cit., pp., 66/67. Ricardo utilizou tal tratado como principal modelo para sua **teoria das vantagens comparativas**. DAVID RICARDO. (1815). *Princípios de economia política e tributação.* Tradução de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
[290]KARL MARX. A assim chamada acumulação primitiva. In: *O capital.* Op.cit., Livro I, seção VII, capítulo XXIV, pp., 251-284. Também: JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. Op.cit., pg., 200. É claro que, a nosso ver, não é ocioso rememorar que, o processo que culminou na **Revolução Industrial inglesa** que é a constituição das *forças produtivas* capitalistas, se fez sob a ação do pequeno produtor independente naquilo que o próprio Marx denominou de *caminho revolucionário* que opera a transição do feudalismo ao capitalismo. Dito isto, queremos afirmar que a Revolução Industrial não foi um resultado direto e imediato da acumulação de riqueza, da concentração de capital-dinheiro nas mãos do grande capital mercantil. Ou seja, o pioneirismo industrial britânico só conquistou o mundo, tornando a Grã-Bretanha potência industrial hegemônica, quando ao desenvolvimento técnico juntou-se a base de capital-dinheiro previamente, primitivamente, acumulada pelos britânicos, quando aquele capital-dinheiro passou a financiar a expansão mundial do comércio e da indústria britânicos. KARL MARX. Considerações históricas sobre o capital comercial. In: *O capital.* Op.cit., Livro III, seção IV, capítulo XX, pp., 231-240. Também: JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. Ibidem.

monopsônios de produtos coloniais para as metrópoles[291]. Por conseguinte, a participação do sistema colonial no processo de constituição do capitalismo foi importante[292].

Portanto, se a indústria áureo-diamantífera transformou a vida material e social do Brasil colonial, ao longo do século XVIII, tal foi constrangida aos limites da vigência do **Pacto Colonial**, articulação interna que se frustra pela presença do **Exclusivo Metropolitano**, pela voracidade do fisco, pela subordinação absoluta da Colônia à Metrópole[293]. Como afirmou João Antônio de Paula, *os frutos do dinamismo das Minas alimentando o sistema colonial, as engrenagens do processo de constituição do capitalismo*[294].

[291] FERNANDO ANTÔNIO NOVAIS. Op.cit., Capítulo II, pp., 57-116.
[292] JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. Op.cit., pg., 328.
[293] Existe uma polêmica travada na historiografia econômica colonial luso-brasileira, no que toca à questão dos conceitos *Pacto Colonial* e *Exclusivo Metropolitano* como categorias explicativas nas relações Portugal-Brasil. Segundo, Correia de Almeida e João Fragoso, o sistema de comércio português não pode ser enquadrado nas características fundamentais do sistema colonial moderno, como afirmavam Caio Prado Jr., Fernando Novais, Jobson Arruda entre outros; devido, em primeiro lugar, a fragilidade política de Portugal frente às demais potências européias; em segundo, a presença em Portugal de uma estrutura social defensora do comércio livre e resistente à efetivação de práticas monopolistas, que viessem permitir a ascensão de um pequeno grupo social de grandes mercadores. Em outros termos, afirmam que o comércio ultramarino era uma atividade que garantia a reiteração das estruturas da antiga sociedade portuguesa, e através dele, de forma direta ou indireta, aristocracia e a Igreja se mantinham como forças sociais dominantes no cenário português. Assim, havia, para os autores, o não-interesse dessa "sociedade de ordens" na articulação de monopólios capazes de viabilizar uma acumulação de capital nas mãos de uma burguesia mercantil, fenômeno que poderia colocar em perigo a estabilidade de tal sociedade. Em resumo, afirmam que à acumulação primitiva de capital em Portugal, encontra-se a preservação de uma pequena burguesia mercantil ligada ao comércio atlântico, fenômeno que o tornaria mais concorrente e menos "controlador" em relação à economia colonial. Ver: JOSÉ RAIMUNDO CORREIA DE ALMEIDA. Traços gerais do sistema de comércio português no Atlântico – esboço de caracterização – 1475/1750). In: *Primeiras Jornadas de História Moderna*. Lisboa: Associação de Estudantes da Faculdade de Letras de Lisboa/Universidade de Lisboa, 1989. Vol., II, pp., 951-972. JOÃO LUÍS FRAGOSO. *Homens de grossa aventura. Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro – 1790/1830.* 2 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. pg., 23. Embora não pretendermos entrar em tal polêmica, devido, ao próprio espaço desse estudo, pensamos que seja necessário resgatar tais categorias explicativas, pois não se entende a complexa formação econômica e social mineira dos setecentos, sem enquadrarmos tal análise no tipo de Estado colonial que se configura com o advento da mineração; sua imposição nos limites da expansão econômica interna – controle de acesso às minas, constrangimento na formação de indústrias (Alvará de 1785) –; a estrutura social que se transplanta para as Minas Gerais; além é, claro, do real objetivo da atividade mineratória. Todas estas características nos faz remontar a força do Estado metropolitano através do *Pacto Colonial* e do *Exclusivo*, peças chaves no controle da economia e sociedade colonial.
[294] Cf., Ibid., pg., 182.

2.1.3 – A indústria têxtil.

A história da indústria têxtil mineira no período colonial é a história da indústria manufatureira têxtil algodoeira, incipiente, frequentemente doméstica, ruralizada, mas também urbana. É uma indústria complementar das **fazendas mistas** mineiras, como denominou Costa Filho[295]. Todavia, não se entende seu desenvolvimento sem interfaciá-la à cultura do algodão.

Planta pré-colombiana o algodão já era objeto de transformação artesanal por parte de algumas comunidades indígenas que utilizavam-no no fabrico de redes e adornos para diversos fins. No Brasil colonial o algodão iniciou seu manufaturamento ainda no século XVI. Em Minas, tal manufatura era ocupação das índias velhas nas fazendas onde não faltavam os aparelhos primitivos de descaroçar, cardar, fiar e tecer, constituindo atividade industrial generalizada[296].

O desenvolvimento da indústria têxtil do algodão no século XVIII, particularmente na Grã-Bretanha, abriu possibilidades significativas para a produção desta planta herbácea no Novo Mundo. No Brasil, o algodão contribuiu, para o que Prado Jr., chamou de *o revigoramento da agricultura colonial* com o soerguimento de capitanias então decadentes como Pernambuco e Bahia e a emergência da lavoura algodoeira maranhense[297].

Em Minas Gerais houve também um surto algodoeiro em várias regiões da capitania, sobretudo na região de Minas Novas. Spix & Martius analisam da seguinte forma a qualidade e alvura da fibra produzida naquela região: *O conjunto desses fatores, que podemos qualificar como feições de um clima continental, parecem concorrer para o alongamento das fibras, o qual se nota não somente no delicado fio do algodão destas regiões, mas em geral, também, na formação de espécies de madeiras extremamente compactas, pesadas e homogêneas, mais abundantes no interior do país que nas matas virgens costeiras, onde as árvores são de seiva mais bruta. Devido à escassez das chuvas,*

[295] MIGUEL COSTA FILHO. *A cana-de-açúcar em Minas Gerais.* Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Álcool, 1963.
[296] JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. Op.cit., pg., 329.
[297] CAIO PRADO JR. op.cit., pg., 126.

o algodão de Minas Novas adquire também a bela alvura, que o distingue do algodão do Maranhão e do Pará[298].

Outro que também observou a propriedade do solo de Minas Novas para o cultivo do algodão foi Saint-Hilaire. Contudo, o naturalista francês impressionou-se com a precariedade da organização do cultivo, expressando-se da seguinte forma: *Nessa região, os campos de algodoeiros não tem sequer esse ar de ordem e limpeza que tanto agrada nos nossos terrenos cultivados, demonstrando a industriosidade e a atividade do agricultor. Os algodoeiros são plantados sem a menor ordem; arbustos, grandes ervas crescem entre eles; abafam-nos e tornam difícil a colheita*[299].

Com efeito, a cultura do algodão espalhou-se por todo o território da capitania mineira. Sua produção, no conjunto da colônia, segundo João Antônio de Paula, deve ser vista como tendo dois grandes determinantes. O primeiro, a motivação interna da produção algodoeira que corresponde no Brasil à sua utilização enquanto valor de uso para autoconsumo. Desta forma, a cultura algodoeira no Brasil assumiu frequentemente a característica de uma atividade camponesa, não obstante a utilização também de escravos. Ademais, o investimento era mínimo e o trabalho requerido tão pouco que o algodão não interferia com o cultivo de alimentos para subsistência[300].

O outro determinante da produção algodoeira era a sua sensibilidade aos preços internacionais e a expansão do cultivo que derivava destes estímulos exógenos. Dito isto, João Antônio de Paula afirma que a cada crise da produção norte-americana, decorria o crescimento da produção brasileira, que buscava ocupar o espaço aberto pela retração da produção dos Estados Unidos da América do Norte[301].

---

[298]JOHANN BAPTIST VON SPIX & CARL FRIEDRICH PHILIP VON MARTIUS. Op.cit., vol., II, pg., 59.
[299] AUGUSTE DE SAINT-HILAIRE. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais.* Op.cit., pg., 235.
[300] JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. Op.cit., pp., 332/333. De acordo com Barros de Castro, *o algodão contrastando com a cana, não exigia importantes investimentos, estando ao alcance de sitiantes, moradores, etc. Também difere da cana quanto aos requisitos de mão-de-obra: seu ciclo vegetativo é curto, o que torna relativamente mais oneroso o emprego de escravos. A par disto, o trato e a colheita do algodão podem ser facilmente realizados por mulheres e crianças. A reduzida importância das despesas correntes é ainda mais evidente no caso do algodão do que na cana. Isto porque o plantio em consórcio com o milho, feijão ou mandioca permite a auto-sustentação da força de trabalho. A elaboração careira da fibra permite, além do mais, a obtenção do tecido grosso de uso diário dos trabalhadores.* Cf., ANTÔNIO BARROS DE CASTRO. A herança regional do desenvolvimento brasileiro. In: *7 ensaios sobre a economia brasileira.* Op.cit., Vol., II, pg., 22.
[301] Isto pode ser sentido por ocasião da crise da Guerra da Independência dos Estados Unidos da América do Norte (1776/1781); na chamada Segunda Guerra da Independência (1812/1814) cujo reflexo foi sentido na

Cultura intercalar, nascida nos interstícios de uma agricultura camponesa, a cultura do algodão em Minas Gerais, segundo João Antônio de Paula, sobreviveu à todas oscilações bruscas do mercado internacional. Todavia, conservou também métodos de cultivo e beneficiamento bastante rudimentar[302].

Esta involução, esta incapacidade da cultura algodoeira brasileira de ocupar lugar de destaque no mercado internacional deveu-se à vigência de dois conjuntos de causas, na análise de João Antônio de Paula. De um lado, o caráter primitivo do cultivo e do beneficiamento do algodão no Brasil *vis-à-vis* o dinamismo e alta produtividade da economia algodoeira norte-americana; de outro, a presença de uma forte dominação do capital mercantil que descapitalizava o produto ao monopolizar a comercialização e o beneficiamento do algodão[303].

No que toca especificamente ao beneficiamento do algodão, o panorama brasileiro foi no passado colonial, tendo resquícios ainda no correr do século XX, marcado pelo absoluto atraso. O descaroçamento, o cardamento e a fiação mantiveram-se secularmente estagnados no Brasil, incapaz de absorver a escalada de inovações que abalaram a indústria de fiação a partir da década de 1760[304].

Na verdade, o Brasil ignorou por décadas um invento fundamental de beneficiamento de algodão, qual seja, a **Saw-gin** inventada por **Eli Whitney**, em 1792. Foi este invento que mudou a qualidade da indústria algodoeira. Ao aumentar extraordinariamente a velocidade e a qualidade do descaroçamento, ela vai repercutir positivamente sobre a cultura algodoeira e sobre a indústria da fiação e da tecelagem. Em outras palavras, a melhoria dos métodos de beneficiamento do algodão barateou o produto e ampliou o seu mercado, rebatendo novamente sobre a cultura do algodoeiro que teve

---

expansão da produção brasileira, em que o algodão superou o açúcar na pauta de exportações coloniais brasileiras, ocupando mesmo solos antes destinados aos canaviais. Em sentido oposto, podemos perceber, a partir da década de 1820, retração na produção algodoeira brasileira pela reentrada da produção estadunidense e do surgimento de um novo fornecedor, o Egito. E expansão da produção brasileira na década de 1860 em função da Guerra Civil Norte-americana, cujo epicentro foi justamente a região produtora de algodão. Ver: JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. Op.cit., pp., 333/334.

[302] Ibid., pg., 334.

[303] Ibid., Ibidem.

[304] Um exemplo disto nos dá Buarque de Holanda, a partir da trajetória da cultura algodoeira no Maranhão, que ao final do século XVIII chegou a ser um dos maiores produtores do Brasil. Segundo Holanda, a limpeza dos capuchos fazia-se inteiramente à mão, ainda em 1795, e o único instrumento empregado para o descaroçamento, naquela capitania, foi a "bolandeira", que nada mais era do que a "churka" milenar do

acréscimo de demanda e sobre a indústria de tecidos que é a ponta do processo de interação entre os vários segmentos do setor[305].

Há que se relevar também o argumento botânico indispensável, no qual aponta para a inferioridade dos algodoeiros nativos do Brasil em relação às espécies herbáceas prevalecentes nos Estados Unidos da América do Norte[306].

Branner lista as espécies de algodoeiros mais cultivadas no Brasil, ao longo dos séculos XVIII e XIX. *1 – crioulo, inteiro, arbóreo ou Maranhão; 2 – quebradinho, quebrado ou quebradiço; 3 – herbáceo preto, branco, riqueza e anão; 4 – verdão, caroço verde; 5 – carrapicho; 6 – algodão macaco, algodoí, algodoim, algodão pardo, algodão fulvo ou algodão amarelo*[307].

Em resumo, estas espécies de algodoeiros nativos do Brasil são arbóreas, as quais produzem fibras longas, não obstante, como aludimos em nota anterior, sua produtividade física ser bem inferior às produzidas nos Estados Unidos da América do Norte.

Em Minas Gerais, vicejaram várias espécies de algodoeiros. Spix & Martius classificaram o algodoeiro na principal região produtora mineira – Minas Novas – de algodão de Barbados *(Gossypium barbadense)*[308]. Já Saint-Hilaire afirma da existência de muitas outras espécies nas Gerais, julgando necessário um estudo sistemático dessas variedades, a fim de verificar quais eram mais convenientes nos diferentes solos e sob as diversas latitudes[309].

Em suma, não obstante a permanência do caráter local, doméstico da produção algodoeira e da tecelagem; estas ainda assim, na afirmação de João Antônio de Paula, tiveram singular importância na economia mineira, sendo o algodão, o item mais

---

engenho indiano. SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA. *Caminhos e fronteiras.* 3 ed., São Paulo: Cia. das Letras, 1994. Parte III, capítulo 1, pp., 211-232. Também JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. Op.cit., pg., 335.

[305] SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA. Op.cit., pg., 225. JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. Op.cit., pg., 336.

[306] Buarque de Holanda afirma que no algodoeiro norte-americano *verifica-se, com efeito, que as variedades herbáceas, produzindo, embora, uma só vez, produzem de ordinário muito mais (em certos casos até cinco e seis vezes mais, num mesmo período) do que as indígenas* (espécies brasileiras, grifo meu), *que dão o produto de fibra longa.* Cf., SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA. Op.cit., Parte III, capítulo 2, pg., 235.

[307] JOHN C. BRANNER. *Cotton in the Empire of Brazil; the antiquity, methods and extension of its cultivation, together with statistics of exportation and home consumption.* Washington: Department of Agriculture Miscellaneous Report n, 8, Government Printing Office, 1885. pg., 28.

[308] JOHANN BAPTIST VON SPIX & CARL FRIEDRICH PHILIP VON MARTIUS. Op.cit., vol., II, pg., 59.

[309] AUGUSTE DE SAINT-HILAIRE. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais.* Op.cit.,

importante da pauta das exportações; bem como a tecelagem, a principal atividade manufatureira da capitania no final do período colonial[310].

À título de ilustração, vejamos alguns dados sobre a pauta de exportações mineiras e o papel do algodão, no início do século XIX.

TABELA 16

MINAS GERAIS: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES – 1818/1819.

Produtos	%
Algodão (1)	22,0
Toucinho	17,4
Bovinos	14,8
Tecidos (2)	11,1
Suínos	7,2
Queijos	6,3
Fumo (3)	4,2
Açúcar	2,7
Café	1,7
Arroz	*
Feijão	*
Outros	12,6
Total	**100**

FONTE: ROBERTO BORGES MARTINS. A indústria têxtil doméstica de Minas Gerais no século XIX. In: *Anais do II Seminário sobre a economia mineira.* Diamantina: CEDEPLAR/UFMG, 1983. pg., 117.
(1) – Inclui algodão em rama e algodão em caroço
(2) – Inclui pano de algodão e pano riscado
(3) – Inclui mel de fumo
* Significa participação menor que 0,1%.

Feitas as considerações sobre a produção algodoeira no Brasil e nas Minas Gerais da Época Colonial, passamos a análise da indústria têxtil doméstica mineira desse período.

Como afirmamos anteriormente, tanto nas fazendas quanto no meio urbano, desenvolveu-se pulverizada e rudimentar indústria têxtil doméstica em Minas Gerais desde os setecentos. A técnica foi a que o colonizador português trouxe – o descaroçador manual, a roca ou roda de fiar e tear. Instrumentos que se incrustaram na fisionomia cultural e econômica das Gerais. Estrutura de produção rudimentar, relações não-capitalistas de

[310] JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. Op.cit., pg., 337.

produção, trabalho familiar como norma; estes foram os marcos principais que condicionaram a trajetória da indústria têxtil doméstica mineira[311].

O lugar da indústria têxtil doméstica mineira no período colonial foi, segundo João Antônio de Paula, a expressão de um conjunto de determinações que limitaram, bloquearam o desenvolvimento material e das relações sociais de produção naquele setor. Em primeiro lugar, há que se relevar o próprio limite botânico já aludido. As espécies arbóreas de algodão cultivados no Brasil, e em particular, em Minas Gerais, tinham rendimento inferior aos das espécies herbáceas, o que por conseguinte, limitava a oferta de fibra. Em segundo lugar, e contíguo com a restrição da oferta, havia a utilização de um sistema de beneficiamento, baseado nas "bolandeiras", que era compatível com aquela oferta reduzida, bem como, perpetuava um ciclo de rotinização e atraso. Ademais, há que se relevar também que esta base técnica rudimentar, que bloqueava a expansão da produtividade do trabalho e que interditava o crescimento da produção, estava articulada às relações sociais de produção, baseada fundamentalmente no trabalho familiar e em formas de trabalho voluntário coletivo, igualmente incompatíveis com o capital[312].

A produção desta indústria têxtil colonial doméstica mineira era diversificada, isto é, tecido grosseiro de algodão para vestimenta da escravaria e das gentes pobres; mas também, tecidos para embalagem, lençóis e roupas de qualidade para as elites[313]. No entanto, toda essa produção circunscrita à moldura inafastável de uma realidade técnica rudimentar[314].

A propósito do destino desta produção têxtil colonial mineira, percebe-se uma produção para autoconsumo, para mercados locais restritos, mas também exportam-se para outras capitanias. Todavia, bloqueiam a expansão desta produção e sua comercialização – além da tecnologia rudimentar – as dificuldades de transporte, devido à rudeza das vias de

---

[311] Ibid., pg., 340.
[312] Ibid., pp., 340/341.
[313] De acordo com Dornas Filho, *são por demais conhecidos no interior de Minas, os cortes de calça e "aparelho" (terno completo), tecidos no tear de pau em lã e algodão. Conseguem belos padrões de tecidos, de uma resistência notável pela grossura do fio, e Martinho Campos fico célebre com as suas calças de algodão tecidos em Pitangui, de onde, periodicamente, lhe iam os cortes à corte para completar-lhes a característica indumentária de sobrecasaca e chapéus do Chile.* Cf., JOÃO DORNAS FILHO. *Aspectos da economia colonial*. Biblioteca do Exército, 1958. pg., 173.
[314] JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. Op.cit., pg., 342.

comunicação entre as Minas Gerais e as demais capitanias. Mesmo assim, há exportações do tecido doméstico mineiro, pelo menos, até as duas primeiras décadas do século XIX[315].

Acerca da estrutura da mão-de-obra utilizada na indústria têxtil doméstica colonial mineira, pudemos perceber, como aludimos anteriormente, uma majoritária presença de mão-de-obra livre, familiar, feminina e infantil; o que não exclui a utilização de escravos, os quais foram utilizados, sobretudo, nas grandes fazendas[316].

Contudo, a indústria têxtil doméstica mineira, não deixou de ser notada pela trama asfixiante do **Pacto Colonial** e dos constrangimentos que vieram com o Alvará de 5 de janeiro de 1785, o qual proibia as manufaturas na colônia. Mas, com efeito, tal indústria alcançou um lugar de destaque no panorama colonial brasileiro, mesmo após a proibição[317].

No apagar das luzes do domínio português sobre o Brasil, com seu início em 1808, haverá mudança radical na política industrial portuguesa com relação a sua principal colônia. É o momento de uma significativa intervenção estatal na atividade industrial, seja através de incentivos e subsídios variados, seja através de investimentos diretos do próprio Erário Régio. O ponto de partida dessa política industrial foi o Alvará de 1 de abril de 1808, que revogou todas as disposições anteriores que proibiam a instalação de fábricas, tornando legal a sua existência no Brasil[318]. Contudo, esta matriz proto-industrializante durou pouco, sendo apenas um átimo da política metropolitana. Já em 1810, o protecionismo foi substituído por um liberalismo anglófilo, através do Tratado Portugal-Inglaterra de 11 de junho, no qual os britânicos gozariam de privilégios no mercado brasileiro, os quais nem Portugal os tinha[319].

---

[315] Borges Martins afirma que a indústria têxtil doméstica mineira sobreviveu até a década de 1880, quando definitivamente, perdeu-se os mercado externos à Província, sem no entanto, desaparecer inteiramente até a Primeira Guerra Mundial. ROBERTO BORGES MARTINS. A indústria têxtil doméstica de Minas Gerais no século XIX. In: *Anais do II Seminário sobre a economia mineira.* Diamantina: CEDEPLAR/UFMG, 1983. pg., 83.

[316] Ibid., pg., 88.

[317] Existe controvérsia sobre o real impacto do Alvará de 1785. Para muitos foi este o golpe de morte no processo de desenvolvimento industrial que estaria em curso em Minas Gerais. Para outros, o truculento diploma não impediu a trajetória da indústria têxtil doméstica mineira, devido, principalmente, ela enquadrar-se nas exceções que o Alvará permitia, a saber, as fazendas grossas de algodão e os panos de vestimenta dos pobres. Sobre o impacto do Alvará de 1785, consultar: FERNANDO ANTÔNIO NOVAIS. A proibição de manufaturas no Brasil e a política econômica portuguesa do fim do século XVIII. In: *Revista de História.* N., 67, São Paulo: 1966. Também: JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. Op.cit., pg., 343.

[318] Sobre o Alvará de 1808, consultar: NÍCIA VILELA LUZ. *A luta pela industrialização do Brasil.* São Paulo: DIFEL, 1960.

[319] Sobre o Tratado Luso-Britânico, consultar: ROBERTO COCHRANE SIMONSEN. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos.* Op.cit.. GUILHERME DEVEZA. Política tributária no período imperial. In: SÉRGIO

No correr do século XIX, no período imperial, a indústria têxtil no Brasil sofrerá algumas transformações com a implantação da grande indústria fabril. Isto posto, coexistirão, assim, principalmente, em Minas Gerais, a indústria têxtil doméstica e a indústria têxtil fabril[320].

BUARQUE DE HOLANDA (Org). *História geral da civilização brasileira.* 2 ed., Tomo II, vol., 4. São Paulo: DIFEL, 1974. pp., 60-84. JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. O.cit., pg., 344.

[320] Acerca da análise da indústria têxtil mineira no século XIX, abordaremos no próximo tópico deste capítulo.

2.1.4 – A indústria metalúrgica.

A manufatura do ferro foi uma atividade industrial pioneira no Brasil. Desde o fim do século XVI e início do século XVII, fabricavam-se artigos metálicos. Tal pioneirismo é dado à Capitania de São Vicente. Mauro ressalta que é do fim do século XVI a primeira usina siderúrgica (engenho de ferro) criada no Brasil. Por volta de 1590 um grande negociante português, Afonso Sardinha, explorou uma mina de ferro na região de Sorocaba. Em 1597 ele presenteou ao rei, e a dispôs ao Governador-Geral, Francisco de Souza. O ferro brasileiro servia à fabricação de moedas, armas e ferramentas. Todavia, foi bastante controlada desde o início[321].

Trata-se de esforço incipiente que iniciado no final do período quinhentista foi abafado a partir de 1630, só voltando a ter alento já na segunda metade dos setecentos. É ferro produzido, principalmente, segundo método rudimentar – o chamado **cadinho** – introduzido na Colônia pela gente africana. Este método teve ampla difusão em Minas Gerais que assumiu ainda no século XVIII, lugar de destaque na produção metalúrgica no Brasil colonial[322].

João Antônio de Paula analisa a posição superior de Minas Gerais na manufatura do ferro no período colonial a partir da seguinte explicação. Em primeiro lugar, o da oferta das matérias-primas; é uma capitania rica em minérios de ferro, tem extensa cobertura vegetal e grandes e perenes cursos d'água, o que de um lado garante o fornecimento de material redutor e calorífico, de outro a utilização da água para os trabalhos de beneficiamento das "lupas" de ferro. Em segundo lugar, o da demanda. A atividade mineradora, a agricultura e a rede urbana foram os principais consumidores de ferro sob diversas formas – pilões e ferramentas para mineração, enxadas e outras ferramentas agrícolas, ferraduras e

[321] FRÉDÉRIC MAURO. Op.cit. pg., 741. A afirmação de Mauro quanto ao pioneirismo da Capitania de São Vicente na manufatura do ferro assemelha-se às afirmações de outros estudiosos da história da indústria siderúrgica brasileira, tais como, WILHELME LUDWIG VON ESCHWEGE. *Pluto Brasiliensis.* Op. cit., vol., 2. FRANCISCO ADOLPHO DE VARNHAGEN (Visconde de Porto Seguro). *História geral do Brasil. Antes de sua separação e independência de Portugal.* 5 ed., 5 vol., São Paulo: Melhoramentos, 1959. Vol., 5. JOÃO PANDIÁ CALÓGERAS. Op.cit., vol., 2. Este autor afirma ser Afonso Sardinha o fundador da siderurgia brasileira. pg., 19. FRANCISCO MAGALHÃES GOMES. *História da siderurgia no Brasil.* São Paulo/Belo Horizonte: USP/Itatiaia, 1983. Capítulo II, pp., 39-46.

[322] JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. Op.cit., pg., 347.

instrumentos de trabalho para a pecuária, materiais diversos para edificação e infra-estrutura urbana[323].

O que nos salta aos olhos, em nível internacional, é que ao longo do século XVIII e no correr da primeira metade do século XIX, a manufatura do ferro ainda não havia experimentado um salto tecnológico como se deu com a **grande indústria fabril têxtil**. Esta **revolução tecnológica do ferro** só virá a partir da segunda metade dos oitocentos com a introdução dos convertedores *Bessemer*, tecnologia na qual torna possível a passagem da manufatura do ferro para a **grande indústria siderúrgica**[324].

Assim, naquele período, havia disponível três métodos de se manufaturar ferro e que, de certa maneira se utilizou no Brasil: **método cadinho**, que preponderou na metalurgia colonial; **método italiano** e **método catalão**.

O **método cadinho** executa-se em pequenos fornos de manga – cadinhos – soprados por trompa e agrupados em um mesmo maciço de alvenaria em número de 4 a 6. Carrega-se cada forno com carvão de madeira miúdo ao qual se põe fogo por baixo e, à medida que a carga desce, despeja-se alternativamente por cima do carvão e minério em pó, da qualidade chamada *jacutinga*; no fim de duas horas extrai-se uma bola de ferro esponjoso, cheia de escórias, que é malhada no martelo hidráulico para dar uma barra de ferro bruto de peso de 8 a 10 Kg. Em cada estabelecimento, há frequentemente de 3 a 4 cadinhos acesos conjuntamente , e se faz neles de 3 a 5 operações por dia, de modo que a produção diária varia de 90 a 120 Kg de ferro em barras[325].

---

[323] Ibid., pp., 347/348.

[324] Ressalte-se aqui que o método de Bessemer não foi o primeiro a obter o aço através de beneficiamento do ferro. Desde 1740, se conhecia a fusão do aço. Contudo, o método Bessemer foi o primeiro de uma série de inovações que possibilitaram ao aço transformar-se em material fundamental de um novo patamar tecnológico que se gestava, através do barateamento de seus custos e do aumento da escala de sua produção. Todavia, o convertedor Bessemer não foi um resultado de um particular avanço científico, e sim, uma parcela na qual se faz colocar minério de ferro e material redutor – carvão – à mistura incandescente se faz injetar ar. As inovações que se seguiram não trouxeram maiores transformações. Passou-se a injetar ar sob pressão; passou-se a utilizar material calcário para aglutinar a escória que se desprende dos minérios fosforosos; finalmente passou-se a introduzir o oxigênio puro sob pressão, aumentando a velocidade do processo. Sobre o papel do convertedor Bessemer como principal fator do *take off* da indústria siderúrgica, consultar: DAVID LANDES. *Prometeu desacorrentado. Transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental de 1750 até nossa época.* Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. pp., 201-238. Também, JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. Op.cit. pp., 349/350.

[325] PAUL FERRAND.Relatório preparado para a exposição mineira e metalúrgica do Chile em 1894. Apud., JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. Op.cit.. Segundo Bovet 4/5 das "fábricas" de ferro existentes em Minas Gerais utilizavam o método dos cadinhos. ARMAND DE BOVET. A indústria mineral na Província de Minas Gerais. Apud., Ibid. Há uma controvérsia acerca do rendimento da produção de ferro por meio do método dos cadinhos. Bovet afirma que, tal método gerava alto consumo de carvão e minério e baixo rendimento. Isto é,

O **método italiano** emprega o forno-baixo catalão, dimensões reduzidas, soprando igualmente por trompa. O trabalho é feito pelo mesmo modo: no princípio de uma operação ajunta-se com a *jacutinga* uma pequena carga de *itabirito* em fragmentos e, no fim, depois de decorridas 3 a 4 horas, extrai-se uma grande bola de ferro envolvida de escórias pastosas, que rola debaixo do malho para a *cinclagem*; obtém-se assim uma *lupa* de ferro , que, depois de caldeada no mesmo forno e cortada em pedaços, é espichada para dar três barras de ferro, pesando no total de 30 a 45 Kg. Por dia efetua-se três operações para produzir de 90 a 135 Kg de ferro em barra[326].

Por fim, o **método catalão**, foi montado pela primeira vez no Brasil, em 1825, em Itabira, na Província mineira, por Jean Antoine de Monlevade. Tal método é também denominado de **bloomery process**, forja catalã aperfeiçoada nos Estados Unidos da América do Norte, que segundo Calógeras, é um tipo de aperfeiçoamento que introduz neste o aquecimento do ar soprado , dando aos fogos mais inteligente disposição em torno do malho mais poderoso[327].

É um procedimento superior que, sobretudo, reduz o tempo de trabalho para a obtenção do ferro, em comparação com os métodos de cadinho e italiano. Para uma produção de uma tonelada de ferro temos que no método dos cadinhos, com três

---

para a produção de ferro em barras, 27 dias de trabalho – 3 trabalhadores – 7.000 Kg de carvão e no mínimo 4.000 Kg de minério de altíssima qualidade – 73% de protóxido de ferro. Já Ferrand e Calógeras, afirmam que o método do cadinho teria um rendimento superior ao apresentado por Bovet. Segundo Calógeras, para uma tonelada de ferro em barras, gastam-se de 1.600 a 2.500 Kg de minério em pó, e 4.000 Kg de carvão de madeira. Para mão-de-obra pode-se adotar para a mesma unidade 10 dias de fundidor, 10 dias de malhador e 10 dias de servente. A produção diária oscila de 65 Kg a 170 Kg, conforme o número de cadinhos, que varia de 3 a 6, a média por forno é pois, de 22 a 28 Kg de ferro em barra. JOÃO PANDIÁ CALÓGERAS. Op.cit., vol., 2, capítulo V, pg., 147.

[326] PAUL FERRAND. Op.cit., Bovet afirma que este método foi menos generalizado em Minas Gerais que o método do cadinho. Contudo, o método italiano tem rendimento superior àquele. Mais uma vez há controvérsias no toca ao rendimento de produtividade do método italiano. Bovet analisa que, para 1.000 Kg de ferro em barra, emprega-se 5.500 Kg de carvão, 2.200 Kg de minério e 18 a 19 dias de trabalho. ARMAND DE BOVET. Op.cit., pg., 45. Calógeras nos dá outros números: quanto aos gastos da tonelada de ferro em barra, têm-se para 1.000 Kg, 4.500 de carvão e 3.100 a 3.200 de minério. Em relação à mão-de-obra, admitindo uma média de 130 Kg para a produção diária, têm-se de oito dias de fundidor, oito dias de malhador e oito dias de servente. Isto posto o autor afirma o seguinte: *O ferro produzido* (pelo método italiano – grifo meu) *é um pouco mais caro que o das forjas dos cadinhos. (...) Não significa isto senão que o produto é um pouco melhor do que o obtido pelo outro processo. Para isto não concorre de modo preponderante a discutível superioridade de um método sobre o outro, e sim, principal e decisivamente, o fato de serem geralmente mais pesados os malhos das forjas italianas, cair de mais alto sua cabeça e serem mais repetidos os seus golpes. Compreende-se que nestas condições seja menos incompleta a expulsão das escórias, purificando-se relativamente o metal assim obtido.* JOÃO PANDIÁ CALÓGERAS. Op.cit., vol., 2, pg., 155.

[327] Ibid., pp., 156-162.

trabalhadores, são necessários 30 dias; no método italiano, a mesma tonelada de ferro será produzida em 24 dias com três trabalhadores; já a forja catalã e sua versão norte-americana, uma tonelada de ferro, com quatro trabalhadores, é produzido em 4,8 dias, o que significa um diferencial de produtividade física do trabalho 460% superior à do método do cadinho e 330% superior à do método italiano[328].

Há que se registrar também, que os resultados de tal método se devem, sobretudo, à uma significativa extensa jornada de trabalho – 12 horas – e aos requerimentos de uma mão-de-obra mais qualificada. Ou seja, neste processo o trabalho é contínuo: dia e noite funciona a forja, revezando-se duas turmas de operários, cada uma das quais fica em serviço durante doze horas, sendo o fundidor um perito em seu ofício, pois a qualidade do produto depende quase exclusivamente de sua habilidade[329].

A forja **catalã-bloomery process** foi única e exclusivamente utilizada em duas usinas metalúrgicas de Minas Gerais: a de São Miguel do Piracicaba, montada por Monlevade[330], principal usina da Província, ao longo do século XIX, que funcionou até 1897; e a usina União, estabelecida em Santa Rita Durão, cujos trabalhos foram suspensos em 1894[331].

Contíguo aos métodos descritos, a trajetória da indústria do ferro no Brasil e em Minas Gerais, contou também, no final do século XVIII e início do século XIX, com os métodos indiretos utilizados a partir dos altos-fornos.

É importante ressaltar que, no final do século XVIII, deu-se passo importante para o estímulo na construção de fábricas metalúrgicas no Brasil. Em 1799, instalou-se a fábrica de São João de Ipanema, em São Paulo[332]. Com a chegada da Família Real portuguesa, em 1808, inicia-se efetivamente o apoio à manufatura do ferro no Brasil.

No início do século XIX, houve um grande debate acerca de que métodos prevaleceriam na produção metalúrgica brasileira. A das pequenas forjas ou a dos alto fornos. Por trás desse debate havia o projeto de Estado capitaneado no apoio e investimento

[328] JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. Op.cit., pg., 368.
[329] JOÃO PANDIÁ CALÓGERAS. Op.cit., vol., 2 pg., 159. JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. Op.cit., pg., 368.
[330] Após a morte de Monlevade, em 1872, a forja catalã foi substituída pelo método inferior italiano, mas em 1891, sob o controle da Cia. Nacional de Forjas e Estaleiros, teve seu método novamente alterado para o bloomery process. Ibid., Ibidem.
[331] JOÃO PANDIÁ CALÓGERAS. Op.cit., vol., 2, pg., 156.

público nas usinas de Ipanema e na do Morro do Pilar em Minas Gerais, organizada pelo Intendente Câmara – Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt Aguiar e Sá –, os quais logravam criar a grande indústria siderúrgica, com intuito de abastecer o mercado interno e exportar o excedente; e os projetos privados capitaneados pelo Barão de Eschwege, o qual via uma série de obstáculos para tal empreendimento, defendendo uma manufatura de ferro calcada nas pequenas forjas[333]. Não é ocioso afirmar que os projetos estatais malograram.

A técnica da manufatura do ferro, no Brasil e, particularmente em Minas Gerais, em pequenas forjas, não vai se alterar no correr do século XIX. Em Minas o número destas forjas salta de 31, em 1821, para 84 forjas em 1853; mais de 90 em 1863; 120 em 1864; entrando na curva descendente a partir de 1881, 110; 80 em 1883; voltando a crescer ao longo da década de 1880 e início da década de 1890, alcançando 100, em 1893[334].

As mais conhecidas destas forjas mineiras foram: *forja do Jirau*, surgida em 1813, próxima ao arraial de Itabira do Mato Dentro; *forja do Bom-fim*, localizada na região de Minas Novas; *forja do Curral Del-Rei*, autorizada a funcionar em 1808; *forja do Prata*, instalada por Eschwege em 1811 em Congonhas do Campo; *forja de Monlevade*, que como já aludimos, Jean de Monlevade foi responsável por uma série de empreendimentos de manufatura do ferro em Minas Gerais, que se estende de Caeté e Itabira, e que, em 1827, montou a forja em São Miguel de Piracicaba, a qual foi uma das únicas a utilizar o **método catalão**[335]**.**

Contudo, eram forjas que produziam pequenas quantidades de ferro. A média da produção por forja em 1853 era de aproximadamente 26,7 toneladas; em 1881, de 27,2 toneladas; em 1893, de 20,0 toneladas. A produção total destes anos foi, aproximadamente, 2.000 toneladas em 1853; 3.000 toneladas em 1881; 2.000 toneladas em 1893. Comparando tal produção com o volume de importações brasileiras de produtos de ferro e aço pelo Porto

---

[332] Não obstante o Alvará de 1785 constranger a produção metalúrgica, já em 1795 tal proibição foi afrouxada para o caso do ferro, dando liberdade de fabricação do mesmo. JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. Op.cit., pg., 348.

[333] Não nos aprofundaremos em tal debate, por demais complicado e longo. Mereceria um capítulo a parte. Para isto consultar a seguinte bibliografia: WILHELME LUDWIG VON ESCHWEGE. Op.cit. vol., 2. FRANCISCO ADOLPHO VARNHAGEN. Op.cit., vol., V. JOAQUIM FELÍCIO DOS SANTOS. Op., cit.. JOÃO PANDIÁ CALÓGERAS. Op., cit., vol., 2. FRANCISCO MAGALHÃES GOMES. Op.cit.. FRANCISCO ASSIS BARBOSA. *D. João VI e a siderurgia no Brasil.* Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985. JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. Op.cit., pp., 351-355.

[334] Ver: WILHELME LUDWIG VON ESCHWEG. Op.cit., vol., 2. NILTON BAETA. *História da siderurgia em Minas Gerais.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1973. pg., 209.

[335] Ibid., pp., 223-241. Também: JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. Op.cit., pg. 352.

do Rio de Janeiro, datado das duas décadas finais do século XIX, observamos que a produção mineira estava bem longe de alcançar a demanda interna. Temos os seguintes números das importações brasileiras: em 1880/1881 – 6.363 toneladas; 1881/1882 – 6.129 toneladas; 1882/1883 – 6.906 toneladas; 1886/1887 – 8.425 toneladas; 1889 – 6.755 toneladas; 1890 – 10.625 toneladas; 1891 – 10.341 toneladas[336].

Este *gap* entre oferta e demanda é explicado, em parte, pelo isolamento das fundições frente aos mercados consumidores exógenos à região em que estavam inseridas. Por outro lado, há que relevar também a problemática da economia política brasileira ao longo da formação do Estado e da Economia Nacional.

O isolamento mineiro está relacionado ao estrangulamento da rede de transporte, que, se no século XVIII foi importante para a ligação com outras regiões da colônia, através dos caminhos e picadas; no século XIX não se modernizou e, portanto, continuou restrito ao transporte por meio de tropas de mula. Isto posto, o transporte de produtos de ferro em tal meio impunha uma limitação físico-geográfica rígida. Segundo Bovet, a produção de ferro mineira poderia se duplicada ou mesmo triplicada sem se correr no risco de encontrar dificuldades de venda, pois havia um mercado insatisfeito; porém os fabricantes mineiros não conseguiam atender a demanda nacional devido ao problema do transporte[337]

Além desse problema dos transporte, da pequena produtividade, a manufatura do ferro no Brasil e, especialmente em Minas Gerais, dependeu largamente do braço escravo no correr dos oitocentos. Todavia, de acordo com Douglas Libby, por se uma manufatura que exigia mão-de-obra especializada, bem como organizava a produção dentro de uma divisão técnica do trabalho, há que se reconhecer então, que os escravos que trabalhavam na manufatura do ferro constituíam uma força de trabalho qualificada com conhecimento técnico na arte de fundir o ferro. Com efeito, segundo o autor, a utilização em larga escala da mão-de-obra mancípia na metalurgia, foi ao mesmo tempo importante e bloqueadora; ou seja, importante pois peça chave no próprio desenvolvimento dessas pequenas forjas; bloqueadora, pois liberou o homem livre do esforço de aprender a arte de fundir ferro, em especial, os muitos proprietários das forjas que por conseguinte, poderiam ter investido

[336] Ver: PAUL FERRAND. Indústria do ferro, seu estado central no Brasil. Op.cit.. NILTON BAETA. Op.cit., pg., 209. JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. Op.cit., pg., 351.
[337] ARMAND DE BOVET. Op., cit., pg., 55.

algum capital em melhoramentos tecnológicos, caso estivessem a par do funcionamento das fundições[338].

No que tange a economia política brasileira ao longo do século XIX, oscilou entre um liberalismo extremado e alguns episódios protecionistas. Desta forma, sem uma sólida política protecionista de defesa da indústria nacional nascente, escudada em incentivos e apoio estatal, a grande indústria siderúrgica não se desenvolveria[339]. Na verdade, tal apoio estatal só virá no final dos oitocentos, mesmo de maneira episódica, no caso à siderurgia; e de maneira efetiva a partir da década de 1930.

Não podemos deixar de imputar aqui, um outro *gap* da siderurgia brasileira, que não obstante está relacionada à falta da política protecionista. Estamos nos referindo ao processo de inovações tecnológicas em nível internacional, que se dão a partir da segunda metade do século XIX, que passou ao largo das fronteiras brasileiras. Inovações do tipo, **convertedor Bessemer** – 1856, o qual já aludimos; o **processo de Siemens** – 1856; o **processo de Martin** – 1865; o **processo básico de Thomas e Gilchrist** – 1878; o **forno elétrico** – 1878; o **forno de arco** – 1896[340].

Tais inovações consagraram definitivamente a **Era do Grande Capital**, do **capital monopolista**, da **grande unidade produtiva**, do **capital concentrado e centralizado** nos termos preconizados por Marx. Mas, não só a nova forma de organização do capital, há também uma nova forma de organização do trabalho, inaugurando uma nova fase do processo de industrialização capitalista, a chamada **Segunda Revolução Industrial**, cuja nova tecnologia deu lugar a novos ramos de produção e um novo padrão tecnológico – do aço, da eletricidade, do motor a combustão interna, da química pesada etc.[341]. Numa palavra, é o momento em que o estreitamento das relações entre bancos e indústrias, garantirá aos primeiros – o **capital financeiro** – o controle monopólico do crédito e do investimento na "grande indústria"[342].

---

[338] DOUGLAS COLE LIBBY. *Transformação e trabalho em uma economia escravista – Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988. pp., 160-170.
[339] A respeito das vicissitudes da siderurgia no Brasil no século XIX, consultar: JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. Op.cit., pp., 374-380.
[340] A respeito destas inovações consultar: DAVID LANDES. Op.cit..
[341] CARLOS ALONSO BARBOSA DE OLIVEIRA. Op.cit., pg., 236.
[342] Sobre isto, consultar: RUDOLPH HILFERDING. *O capital financeiro.*Tradução de Reinaldo Mestrinel. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

Em resumo, as pequenas forjas mineiras entraram em declínio, a partir da década de 1880, devido a dois fatores. Em primeiro lugar, com o início da penetração das ferrovias na região central de Minas Gerais, *locus* preponderante daquela manufatura. Tal fator significou o fim do isolamento frente ao mercado importador. O segundo, a abolição da escravidão, que privou a manufatura rudimentar de sua única vantagem diante da concorrência exógena; isto é, mão-de-obra regular e já amortizada[343]. Ademais, neste período, há estímulos para a montagem da grande siderurgia; contudo, tais usinas, como a Usina Esperança, fundada em 1888 e localizada onde fica atualmente o município de Itabirito – região central do estado –, continuará a produzir ferro gusa e não aço[344]. Somente nos anos 1920, é que a grande siderurgia iniciará sua implantação em Minas Gerais e no Brasil, efetivando-se a partir da década de 1930, com a mudança na economia política nacional[345].

À título de ilustração, vejamos alguns dados obtidos através da bibliografia acerca dos métodos da produção do ferro em Minas Gerais.

TABELA 17

PRODUÇÃO E CONSUMO DOS TRÊS PRINCIPAIS MÉTODOS ADOTADOS EM MINAS GERAIS.

Forjas	Produção em 12 horas (Kg)	Consumo por 100 Kg de ferro	
		Carvão (% de ferro produzido)	Mão-de-obra
Cadinhos	100	700	27 dias
Forja italiana	120	550	18 dias
Forja catalã	320	300	13 dias

FONTE: ARMAND DE BOVET. A indústria mineral na Província de Minas Gerais. Apud., DOUGLAS COLE LIBBY. *Transformação e trabalho em uma economia escravista – Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988. pg., 149.

[343] Sobre estes fatores, consultar: DOUGLAS COLE LIBBY. Op.cit., pg., 136.
[344] Sobre a Usina Esperança, consultar: FRANCISCO MAGALHÃES GOMES. Op.cit., pp., 141-159.
[345] A primeira usina siderúrgica de fato, criada no Brasil e, em Minas Gerais, foi a Usina Siderúrgica de Sabará, em 1917, a qual iniciou sua produção em 1919 e que, em 1921 foi encampada, transformando-se na Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira. Ver: JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. Op.cit., pg., 371.

TABELA 18

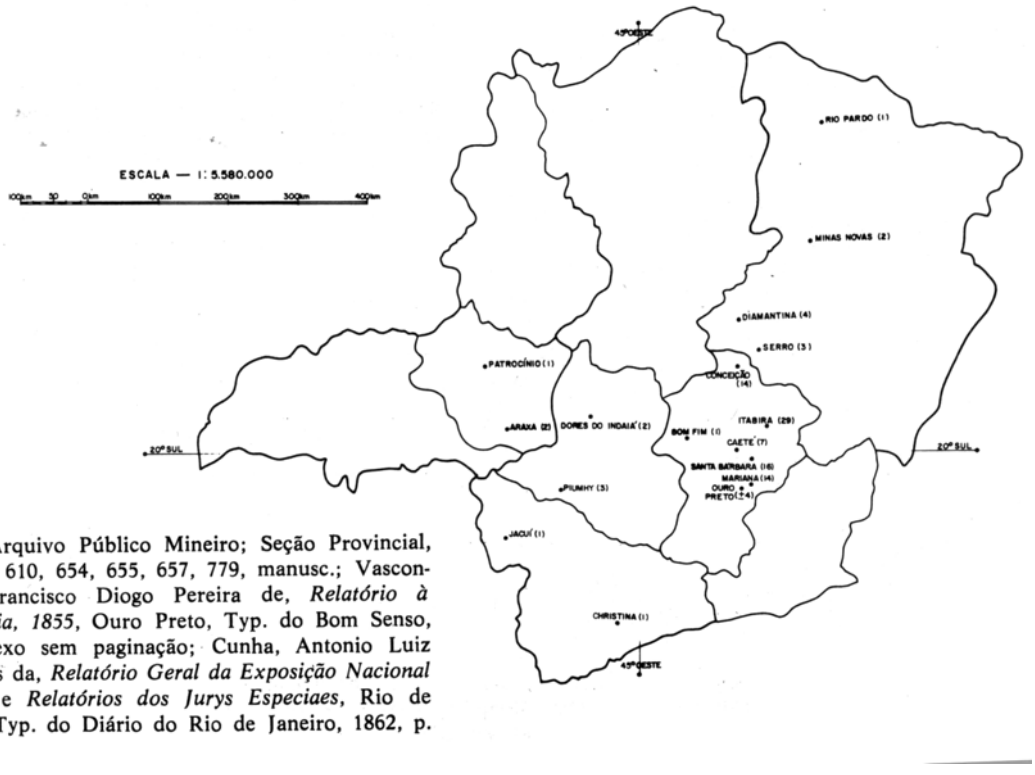
NÚMERO ESTIMADO DE FUNDIÇÕES DE FERRO E PRODUÇÃO ANUAL EM DIVERSOS ANOS.

Ano	Número de fundições	Produção anual (t)
1821	31	-
1853	84	2.250
1855	64 (1050)	-
1864	120 (140)	-
1880	110	3.000
1881	120	-
1883	80	-
1893	100	2.000
1893	4 usinas e 51 forjas	-

FONTE: NILTON BAETA. *História da siderurgia em Minas Gerais.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1973. pg., 209. Números entre parênteses, estimativas de DOUGLAS COLE LIBBY. *Transformação e trabalho em uma economia escravista – Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988. pg., 154.

MAPA 9

As fundições de ferro em Minas Gerais — 1854-1858



Fontes: Arquivo Público Mineiro; Seção Provincial, 570, 609, 610, 654, 655, 657, 779, manusc.; Vasconcellos, Francisco Diogo Pereira de, *Relatório à Assembléia, 1855*, Ouro Preto, Typ. do Bom Senso, 1885, anexo sem paginação; Cunha, Antonio Luiz Fernandes da, *Relatório Geral da Exposição Nacional de 1861* e *Relatórios dos Jurys Especiaes*, Rio de Janeiro, Typ. do Diário do Rio de Janeiro, 1862, p. 266.

TABELA 19

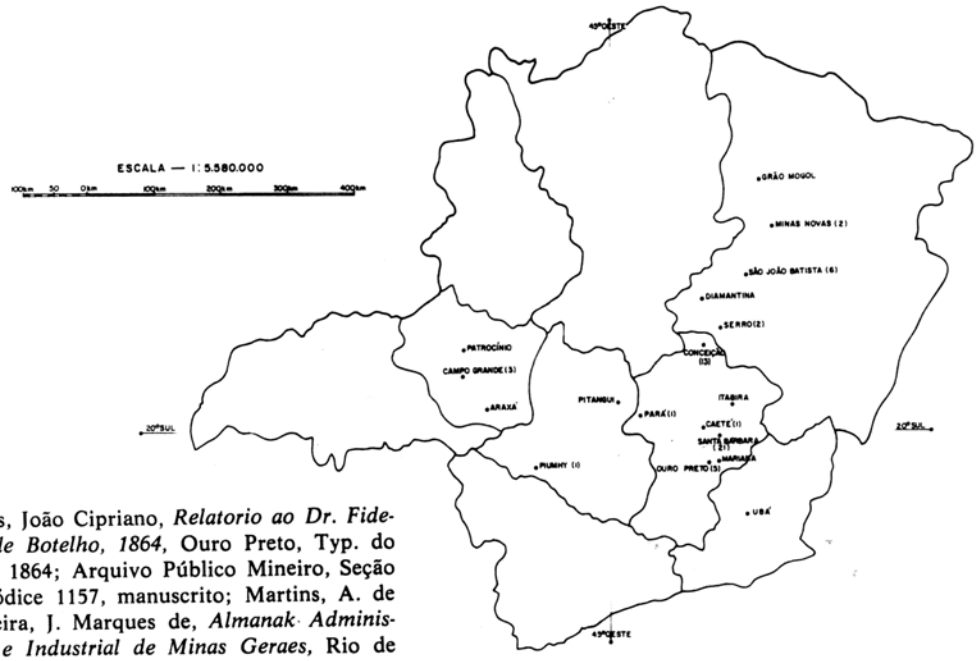
FUNDIÇÕES DE FERRO EM MINAS GERAIS – 1854/1858.

Município	Número de fundições
Itabira	29
Santa Bárbara	16
Mariana	14
Conceição	14
Caeté	7
Ouro Preto	(+/-) 4
Diamantina	4
Serro	3
Piumhy	3
Minas Novas	2
Dores do Indaiá	2
Araxá	2
Patrocínio	1
Jacuí	1
Christina	1
Rio Pardo	1
Bom Fim	1

FONTE: Extraído do Mapa 9.

MAPA 10

As fundições de ferro em Minas Gerais — 1863-1866



Fontes: Soares, João Cipriano, *Relatorio ao Dr. Fidelis de Andrade Botelho, 1864*, Ouro Preto, Typ. do Minas Gerais, 1864; Arquivo Público Mineiro, Seção Provincial, Códice 1157, manuscrito; Martins, A. de Assis, e Oliveira, J. Marques de, *Almanak Administrativo, Civil e Industrial de Minas Geraes*, Rio de Janeiro, Typ. da Atualidade, 1864, pp. 87, 96, 101. *Obs.*: não foi possível contabilizar todas as fundições por município.

TABELA 20

FUNDIÇÕES DE FERRO EM MINAS GERAIS – 1863/1866.

Município	Número de fundições
Santa Bárbara	21
Conceição	13
Ouro Preto	5
Caeté	1
Pará	1
Itabira	-
Mariana	-
Ubá	-
Piumhy	1
Pitangui	-
Araxá	-
Campo Grande	3
Patrocínio	-
São João Batista	6
Serro	2
Minas Novas	2
Diamantina	-
Grão-Mongol	-

FONTE: Extraído do Mapa 10.

2.1.5 – A agroindústria açucareira.

A produção açucareira em Minas Gerais no período colonial enfrentou a restrição metropolitana que proibiu a existência de canaviais e engenhos naquela capitania. No bojo da proibição uma dupla motivação. De um lado, concentrar a mão-de-obra na atividade nuclear daquela economia regional – no caso a mineração. De outro, impedir a produção de aguardente na Colônia que concorresse com a similar portuguesa[346].

Como é sabido, a agroindústria açucareira foi a mais importante atividade econômica da Colônia nos séculos XVI e XVII, tendo também na centúria do setecentos uma profunda influência no comércio colonial e na vida econômica do Brasil, especialmente, na região Nordeste. Em Minas Gerais, porém, a produção açucareira assumiu caráter distinto, em muitos planos, daquele que caracterizou a agroindústria açucareira nordestina; ou seja, a produção açucareira colonial mineira e, mesmo depois, se caracterizou pelo predomínio do pequenos e médios engenhos, produção atomizada e ubíqua; bem diferente da grande produção monocultora nordestina[347].

Esta característica da agroindústria açucareira mineira, segundo João Antônio de Paula, deve ser explicada em parte pelo caráter "ilegal" da atividade a partir de 1714, o que levou a uma autolimitação preventiva das unidades produtivas; mas também, em parte pelo caráter da produção que tinha destinação inicialmente apenas local[348].

Com efeito, o açúcar em Minas Gerais teve lugar modesto na economia colonial mineira, não polarizava, nem irradiava. Era atividade subsidiária, complementar, componente da **fazenda mista** mineira, na qual tendia à autarquização. Desta forma, o

---

[346] Sobre a proibição de engenhos e canaviais na Minas Gerais colonial, consultar: MIGUEL COSTA FILHO. Op.cit.. JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. Op.cit., pp., 287-294. MARCELO MAGALHÃES GODOY. *No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócios. Um estudo das atividades agroaçucareiras tradicionais mineiras, entre o setecentos e o novecentos, e do complexo mercantil provincial de Minas Gerais.* (Doutorado). 2 vol., São Paulo: FFLCH/USP, 2004.

[347] Costa Filho propõe segmentação da trajetória da atividade agroindustrial açucareira, do período colonial até o século XX, em 4 períodos: o primeiro caracterizou-se pela fugacidade. Trata-se do curto intervalo que se iniciou com a implantação do primeiro engenho, por volta de 1705/1706, e se estendeu até a proibição do setor canavieiro em Minas, por volta de 1714. A segunda fase, é justamente o período de interdição, no qual marca todo o século XVIII e que será liberada a partir de 1827, quando se permitiu a construção de engenhos de cana em todo o Brasil. Segundo Costa Filho, nessa segunda fase, tal proibição se afigurou pouco frutífera. A terceira fase, já no século XIX, vai da abolição das restrições até o advento da primeira unidade propriamente industrial. A quarta fase, é a partir desta montagem industrial, por volta de 1884/1885, e que se prolonga no correr do século XX. MIGUEL COSTA FILHO. Op.cit., pp., 15/16.

[348] JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. Op.cit., pg., 289.

pequeno engenho somava com a produção doméstica de tecidos, com a forja, com a pecuária, com a agricultura e a mineração as partes dessa fazenda mineira colonial[349].

Já Magalhães Godoy aponta para a inexistência, na Minas Gerais colonial, de concorrência em torno de preços e qualidade dos derivados da cana, bem como também, a predominância da produção voltada para o autoconsumo ou para mercados locais; além da posição numericamente secundária das grandes unidades que participavam do comércio inter-regional ou mesmo interprovincial, que impediu o surgimento da necessidade de regular incorporação de inovações nos equipamentos e técnicas produtivas, ensejando a coexistência de diversos padrões técnicos e confluindo para progressiva estagnação e defasagem frente aos espaços canavieiros orientados para mercados externos[350].

Dentro deste contexto, coexistiram em Minas Gerais, ao longo dos séculos XVIII e XIX, três tipos de estrutura agroindustrial-açucareira. A **produção de autoconsumo** de caráter **camponês**, cuja técnica impunha-se à opção pelo mais reduzido custo de montagem de engenhos e engenhocas. Tal estrutura possuía larga disponibilidade de materiais para a construção das instalações e montagem de equipamentos, reduzido custo de mão-de-obra especializada necessária à confecção das máquinas de moagem e a possibilidade de irrestrito recurso ao trabalho familiar que permitiram aos indivíduos de poucas posses tornassem-se produtores derivados da cana[351]. Essa pequena produção será expandida no século XIX, em Minas Gerais, sobretudo em sua segunda metade, devido, de acordo com Magalhães Godoy, a redução dos custos dos transportes e a crescente integração do Brasil a mercados fornecedores de produtos industrializados, que ampliou a oferta e reduziu o preço do cobre importado, matéria-prima importante na utilização e fabricação dos equipamentos dos engenhos e engenhocas; sendo responsável, assim, da manutenção de padrões técnicos rudimentares e defasados[352].

Uma outra estrutura era os **engenhos de maior porte** e com padrões técnicos relativamente sofisticados e atualizados. Habitualmente, estavam integrados nas grandes fazendas. Nesses casos, a geração de excedentes programados, comercializados em

---

[349] Ibid., pg., 293.
[350] MARCELO MAGALHÃES GODOY. Op.cit., vol., 1, pp., 67/68.
[351] Excetuando-se o cobre necessário à confecção de recipientes de cozimento e destilação, todos os materiais empregados na montagem de fábricas de cana tendiam a estar disponíveis àqueles que dominassem os conhecimentos para a montagem das instalações e equipamentos ou que possuíssem algum recurso para remunerar profissionais habilitados. Ver: Ibid., pg., 68. MIGUEL COSTA FILHO. Op., cit., pg., 219-221.

mercado regionais, permitia regular incorporação de inovações técnicas. Entretanto, segundo Magalhães Godoy, até o final do século XIX, os referidos isolamento geográfico e custos de transportes inviabilizaram o estabelecimento de competição a estimular o surgimento de diferenciais nos custos de produção. Desta forma, os melhoramentos técnicos tendiam muito mais ampliar a capacidade produtiva do que permitir a diferenciação dos preços em função de desníveis nos custos de produção e qualidade dos produtos. Com efeito, apenas os mercados urbanos de maior expressão, com vigência de cultura material relativamente complexa e sofisticada, assim como hábitos de consumo alimentar mais refinados, eram capazes de sustentar demanda por derivados da cana de qualidade diferenciada[353].

Entre os pequenos engenhos e os grandes, figuravam os **engenhos de médio porte**, geradores de excedentes que raramente ultrapassavam mercados locais. Nesses estabelecimentos prevalecia situação intermediária entre as tendências à defasagem técnica das engenhocas e a da regular incorporação de inovações pelos grandes engenhos. Os engenhos de médio porte combinavam padrões técnicos rudimentares e avançados. De um lado a inércia imposta pela introversão e infrequente participação no mercado; de outro, o movimento resultante da extroversão e regular inserção em mercados locais e regionais. Magalhães Godoy, não obstante a ciência da falta de evidências empíricas que permitam precisa mensuração estatística, afirma que são expressivos os indícios de que os engenhos de médio porte constituíam-se numericamente majoritários, nas Minas Gerais até, pelo menos, o final do oitocentos[354].

Á título de ilustração, vejamos os dados sobre a distribuição regional dos engenhos de cana em Minas Gerais, nas primeiras décadas do século XIX.

---

[352] MARCELO MAGALHÃES GODOY. Op.cit., vol., 1, pg., 68.
[353] Ibidem.
[354] Ibid. pg., 69.

TABELA 21

MINAS GERAIS: NÚMERO MÉDIO DE ENGENHOS POR 1.000 HABITANTES, RELAÇÃO ENTRE O PERCENTUAL DE ENGENHOS E O PRECENTUAL DA POPULAÇÃO REGIONAL – 1831/1832 -1836.

Regiões	Número de engenhos – Mapas de 1836		População dos distritos – censos 1831/1832		Número de engenhos por 1.000 habitantes	100 - (% de engenhos/% engenhos da população x 100)	Observações
	N	%	N	%			
Vale do Alto-Médio São Francisco	22	1,1	2.728	0,5	8,1	+ 120	Forte semi-especialização regional na produção de derivados da cana
Sertão	19	1,0	4.541	0,8	4,2	+ 25	Fraca semi-especialização na produção de derivados da cana
Minas Novas	127	6,6	41.330	7,4	3,1	- 11	-
Paracatu	15	0,8	4.917	0,9	3,1	- 11	-
Sertão do Alto São Francisco	33	1,7	14.569	2,6	2,3	- 35	Região de fronteira
Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas	152	7,9	27.840	5,0	5,5	+ 58	Média semi-especialização regional na produção de derivados da cana
Sertão do Rio Doce	1	0,1	267	0,0	3,7	-	-
Triângulo	43	2,2	10.287	1,9	4,2	+ 16	Fraca semi-especialização na produção de derivados da cana
Araxá	22	1,1	11.113	2,0	2,0	- 45	Região de fronteira, semi-especialização regional na criação de bovino
Intermediária de Pitangui-Tamanduá	270	14,0	67.357	12,1	4,0	+ 16	Fraca semi-especialização na produção de derivados da cana
Diamantina	19	1,0	22.510	4,1	0,8	- 76	Semi-especialização regional na mineração diamantífera, fatores naturais adversos
Mineradora Central Leste	280	14,5	31.192	5,6	9,0	+ 159	Forte semi-especialização regional na produção de derivados da cana
Mineradora Central Oeste	469	24,2	125.476	22,6	3,7	+ 7	-
Mata	116	6,0	32.896	5,9	3,5	+ 2	-
Sudeste	97	5,0	62.085	11,2	1,6	- 55	Fatores naturais adversos
Sul Central	183	9,5	73.147	13,2	2,5	- 28	Fatores naturais adversos
Sudoeste	67	3,5	23.395	4,2	2,9	- 17	Fatores naturais adversos
Minas Gerais	**1.935**	**100**	**555.650**	**100**	**3,5**	-	-

FONTE: Arquivo Público Mineiro. Mapas de 1836, Censos 1831/1832. Apud., MARCELO MAGALHÃES GODOY. *No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócios. Um estudo das atividades agroaçucareiras tradicionais mineiras, entre o setecentos e o novecentos, e do complexo mercantil provincial de Minas Gerais.* (Doutorado). 2 vol., São Paulo: FFLCH/USP, 2004. vol., 2, pg., 417.

Escudados no estudo de Magalhães Godoy[355], percebemos, em primeiro lugar, que nas primeiras décadas do século XIX, a produção agroindustrial açucareira mineira estava concentrada em 6 regiões contíguas do centro e sul da província – Intermediária de Pintagui-Tamanduá, Mineradora Central Oeste, Mineradora Central Leste, Mata, Sudeste e Sul Central – os quais perfaziam cerca de 73% do total da produção de Minas Gerais.

Em segundo lugar, a relação de número de habitantes por engenho alinha as regiões em três níveis. No nível superior, situavam-se aqueles com números igual ou superior a 4,0 (4,0 a 9,0) – Vale do Alto-Médio São Francisco, Sertão, Vale Médio-Baixo Rio das Velhas, Triângulo, Intermediária Pitangui-Tamanduá e Mineradora Central Leste – em que esta última encontrava-se quase que 160% superior à média provincial. No nível intermediário estavam as regiões em que o número de engenhos por 1.000 era igual ou próximo a 3,5 (3,1 a 3,7), portanto, em torno da quantidade média provincial. Destaca-se nesse grupo as seguintes regiões: Minas Novas, Paracatu, Sertão do Rio Doce, Mineradora Central Oeste, Mata. Percebe-se, assim, que a região Mineradora Central Oeste detinha quase ¼ de todos os engenhos de cana-de-açúcar de Minas Gerais. No nível inferior encontravam-se as regiões com números inferior a 3,0 (0,8 a 2,9) – Sertão Alto São Francisco, Araxá, Diamantina, Sudeste, Sul Central e Sudoeste – em que Diamantina apresentava a menor proporção dentre todas as regiões, com menos de 1 engenho por 1.000 habitantes.

Por fim, o relacionamento percentual de engenhos com o respectivo percentual de população. Neste constata-se que em 7 regiões, que perfaziam 55% da população provincial e 57% dos engenhos, as diferenças não alcançavam 20%. Eram regiões em que o número relativo de engenhos estava bem próximo do percentual correspondente de população. Não obstante a presença de fatores naturais adversos – como por exemplo geadas – no Sudoeste o número relativo de engenhos era apenas 17% inferior ao da população. Por outro lado, no Triângulo e na Intermediária de Pitangui-Tamanduá deparou-se com fraca especialização regional na produção de derivados da cana, casos com número relativo de engenhos somente 16% superior ao da população. Portanto, segundo Magalhães Godoy, nesse grupo estavam regiões provavelmente auto-suficientes em derivados da cana, ou com pequenas necessidades de importação, ou ainda com capacidade para exportar algum excedente[356].

[355] Ibid., vol., 2, pp., 415-417.
[356] Cf., Ibid., pg., 416.

Em 5 regiões, que perfaziam 33% da população provincial e 18% dos engenhos, a diferença era pronunciadamente negativa. Portanto, casos em que o número relativo de engenhos estavam bem abaixo do percentual correspondente de população. Magalhães Godoy aponta múltiplos fatores que explicam essas diferenças. Por exemplo, no Sudeste(- 55%) e no Sul Central (- 28%), preponderavam fatores naturais adversos. Em Diamantina, às dificuldades impostas por solos em geral impróprias para a agricultura somavam-se histórica especialização na mineração diamentífera, resultando na mais negativa relação engenho/população (- 76%). No Sertão do Alto São Francisco a incipiência da ocupação e prevalência de grandes vazios demográficos, características de zona de fronteira, concorriam para o pouco desenvolvimento da atividade (- 35%). Na região de Araxá, também em processo de colonização, a especialização na criação de bovinos determinava estrutura produtiva em que a agricultura ocupava papel secundário (- 45%). Logo, nesse grupo estavam regiões muito provavelmente dependentes de suprimentos externos de derivados da cana[357].

Em 4 regiões, que perfaziam 12% da população provincial e 25% dos engenhos, era destacadamente positiva a diferença do percentual de engenhos em relação ao percentual correspondente da população. Portanto, casos em que o número relativo de engenhos estavam bem acima do percentual correspondente de população. Desta forma, eram regiões que detinham algum nível de especialização na produção de derivados da cana. Fraca no Sertão (+ 25%), média no Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas (+ 58%) e forte especialização no Vale do Alto-Médio Rio São Francisco (120%) e, principalmente, na Mineradora Central Leste, em que a relação engenho/população era a mais positiva (+ 159%). Portanto, conclui-se aqui, que nesse grupo estavam regiões que muito provavelmente exportavam regularmente excedentes programados de derivados da cana[358].

No tocante à organização do trabalho, há que se relevar a diversificada estrutura produtiva da fazenda mineira exigia ampla versatilidade dos trabalhadores rurais; isto é, seja trabalhador livre ou escravo, nos engenhos mineiros a mão-de-obra era habilitada para o exercício de múltiplas tarefas[359].

---

[357] Ibidem.
[358] Idem.
[359] Ibid., vol., 1, pg., 74.

Todavia, no correr do século XIX, houve uma forte associação entre produção de derivados da cana e escravidão, conforme tabela abaixo.

TABELA 22

MINAS GERAIS E REGIÕES: MÉDIAS DE LIVRES, ESCRAVOS E TOTAL DE FOGOS COM ENGENHO – 1831/1832.

Regiões	Número de fogos	Média de indivíduos no fogo					
		Livres		Escravos		Total	
		Número	Média	Número	Média	Número	Média
Araxá	15	92	6,1	160	10,7	252	16,8
Diamantina	5	26	5,2	73	14,6	99	19,8
Intermediária de Pitangui-Tamanduá	125	812	6,5	2.515	20,1	3.327	26,6
Mata	25	165	6,6	649	26,0	814	32,6
Médio-Baixo Rio das Velhas	67	459	6,9	1.490	22,2	1.949	29,1
Mineradora Central Leste	121	814	6,7	1.750	14,5	2.564	21,2
Mineradora Central Oeste	212	1.571	7,4	5.349	25,2	6.920	32,6
Minas Novas	4	19	4,8	27	6,8	46	11,6
Paracatu	-	-	-	-	-	-	-
Sertão do Alto São Francisco	5	39	7,8	89	17,8	128	25,6
Sul Central	109	725	6,7	2.153	19,8	2.878	26,5
Sertão	17	90	5,3	352	20,7	442	26,0
Sertão do Rio Doce	-	-	-	-	-	-	-
Sudeste	40	262	6,6	1.573	39,3	1.835	45,9
Sudoeste	40	279	7,0	809	20,2	1.088	27,2
Triângulo	15	96	6,4	112	7,5	208	13,9
Vale do Alto-Médio São Francisco	-	-	-	-	-	-	-
Total – Minas Gerais	**800**	**5.449**	**6,8**	**17.101**	**21,4**	**22.550**	**28,2**

FONTE: Arquivo Público Mineiro. SPPP1/10 e MP, diversas caixas. Apud., MARCELO MAGALHÃES GODOY. *No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócios. Um estudo das atividades agroaçucareiras tradicionais mineiras, entre o setecentos e o novecentos, e do complexo mercantil provincial de Minas Gerais.* (Doutorado). 2 vol., São Paulo: FFLCH/USP, 2004. vol., 2, pg., 422.

Baseando-nos nas análises de Magalhães Godoy, percebemos a estrutura da posse de escravos do setor canavieiro mineiro ao longo do oitocentos da seguinte forma: enquanto em Minas Gerais para cada 10 indivíduos livres existiam 5 escravos ou 2 livres para cada cativo, nos fogos com engenho de cana o quadro era bastante diverso, isto é, para cada 10 livres existiam 31 escravos ou 3 cativos para cada livre. A média de escravos nos fogos com engenho – 21,4 – era quase 1.000% maior que a média provincial – 2,1. Esses dados

revelam, segundo Magalhães Godoy, que em Minas Gerais vigorava forte associação entre a agroindústria açucareira e a escravidão[360].

Por outro lado, ainda que com diferença relativamente menos acentuada, também a média de livres nos fogos com engenho era superior a correspondente média provincial. Ou seja, 4,3% livres por fogo, nas unidades onde a cana era cultivada e transformada alcançava 6,8%. Portanto, 58% maior do que a média provincial. As principais razões para essa expressiva diferença, de acordo com Magalhães Godoy, são a presença de famílias mais extensas e grande presença de agregados[361].

A respeito das médias regionais de escravos nos fogos com engenho, Godoy divide-as em três principais grupos: Mata, Mineradora Central Oeste e Sudeste, com médias superiores a provincial. Cinco regiões com médias próximas a provincial, variando até no máximo dois pontos percentuais para mais ou para menos. Seis regiões com médias inferiores a provincial[362].

Já as médias regionais de livres nos fogos com engenho variavam muito menos do que as de escravos. A mais alta, Sertão do Alto São Francisco – 7,8% - era 63% maior do que a mais baixa, Minas Novas – 4,8%[363].

Portanto, a presença de escravos em praticamente todas as unidades produtivas com engenhos, elevado tamanho médio das posses e larga predominância dos grandes muito grandes plantéis, evidenciam que em Minas Gerais era pronunciada a associação entre cultivo e transformação da cana-de-açúcar e escravidão. Também, as diferenças regionais eram pronunciadas. Enquanto na região do Triângulo 20% dos engenhos encontravam-se em unidades sem escravos, na região da Mata a elaboração dos derivados da cana não se realizavam em propriedades sem cativos. Da mesma forma, regiões contíguas podiam apresentar grandes variações, como por exemplo, a região Mineradora Central Leste onde as pequenas e médias posses com engenhos eram 80% mais freqüentes do que na vizinha Mineradora Central Oeste. Poucos também não eram os casos de extremadas distinções na composição dos plantéis segundo o tamanho, como por exemplo a oposição entre as regiões do Sertão e Sudeste. Na região situada ao norte de Minas as pequenas e médias posses

[360] Ibid., vol., 2, pg., 421.
[361] Ibid., Ibidem..
[362] Idem.
[363] Idem.

respondiam por 47% dos plantéis, contra apenas 5% para a região localizada no sul da província. Por outro lado, no Sudeste as grandes muito grandes posses perfaziam 95% dos plantéis, contra somente 41,2% para o Sertão[364]. (Ver Tabela abaixo).

TABELA 23

MINAS GERAIS: ESTRUTURA DA POSSE DE ESCRAVOS DOS FOGOS COM ENGENHO – 1831/1832.

Regiões	Sem escravos		Pequeno 1 a 3 escravos		Médio 4 a 10 escravos		Grande 11 a 35 escravos		Muito grande 36 ou mais escravos		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Araxá	1	6,7	1	6,7	5	33,3	8	53,3	0	0,0	**15**	**100**
Diamantina	0	0,0	0	0,0	2	40,0	3	60,0	0	0,0	**5**	**100**
Intermediária de Pitangui-Tamanduá	5	4,0	15	12,0	34	27,2	47	37,6	24	19,2	**125**	**100**
Mata	0	0,0	1	4,0	6	24,0	16	64,0	2	8,0	**25**	**100**
Médio-Baixo Rio das Velhas	4	6,0	2	3,0	24	35,8	24	35,8	13	19,4	**67**	**100**
Mineradora Central Leste	6	5,0	16	13,2	38	31,4	52	43,0	9	7,4	**121**	**100**
Mineradora Central Oeste	9	4,2	13	6,1	40	18,9	107	50,5	43	20,3	**212**	**100**
Minas Novas	0	0,0	2	50,0	1	25,0	1	25,0	0	0,0	**4**	**100**
Sertão do Alto São Francisco	0	0,0	1	20,0	0	0,0	3	60,0	1	20,0	**5**	**100**
Sul Central	4	3,7	4	3,7	21	19,3	66	60,6	14	12,8	**109**	**100**
Sertão	2	11,8	4	23,5	4	23,5	5	29,4	2	11,8	**17**	**100**
Sudeste	0	0,0	0	0,0	2	5,0	20	50,0	18	45,0	**40**	**100**
Sudoeste	1	2,5	1	2,5	11	27,5	21	52,5	6	15,0	**40**	**100**
Triângulo	3	20,0	3	20,0	4	26,7	5	33,3	0	0,0	**15**	**100**
Minas Gerais	**35**	**4,4**	**63**	**7,9**	**192**	**24,0**	**378**	**47,3**	**132**	**16,5**	**800**	**100**

FONTE: Arquivo Público Mineiro. SPPP1/10 e MP, diversas caixas. Apud., MARCELO MAGALHÃES GODOY. *No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócios. Um estudo das atividades agroaçucareiras tradicionais mineiras, entre o setecentos e o novecentos, e do complexo mercantil provincial de Minas Gerais.* (Doutorado). 2 vol., São Paulo: FFLCH/USP, 2004. vol., 2, pg., 423.

Há que se relevar também, dentro do contexto da produção industrial açucareira, a estrutura ocupacional dos proprietários de engenho, já que, como aludimos anteriormente, havia uma importante interface entre esta agroindústria e a chamada **fazenda mista**.

[364] Ibidem. pg., 423.

TABELA 24

MINAS GERAIS: ESTRUTURA OCUPACIONAL DOS CHEFES DOS FOGOS COM ENGENHO – 1831/1832.

Setores ocupacionais	Engenheiros	
	Número	Média
Agropecuária	663	85,4
Mineração	3	0,4
Atividades manuais e mecânicas	20	2,6
Comércio	28	3,6
Serviços domésticos	2	0,3
Funções públicas	11	1,4
Outras atividades	5	0,6
Associações ocupacionais	44	5,7
Total	**776**	**100**

FONTE: Arquivo Público Mineiro. SPPP1/10 e MP, diversas caixas. Excluídos 24 casos de não informação da variável ocupação. Apud., MARCELO MAGALHÃES GODOY. *No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócios. Um estudo das atividades agroaçucareiras tradicionais mineiras, entre o setecentos e o novecentos, e do complexo mercantil provincial de Minas Gerais.* (Doutorado). 2 vol., São Paulo: FFLCH/USP, 2004. vol., 2, pg., 425.

Considerando o pressuposto de que a ocupação do chefe propendia a indicar a atividade nuclear do fogo, aquele da qual provinha, ao menos a parte mais expressiva da renda, podemos aferir, através dos dados agregados por Magalhães Godoy, que o cultivo e a transformação da cana-de-açúcar estavam inseridos, na maioria dos casos, em unidades centradas na agropecuária. De acordo com o autor, enquanto que 49% dos chefes da província foram arrolados na agropecuária, os chefes de unidades com engenhos alcançavam 85%. Por outro lado, para todos os demais setores ocupacionais os números relativos para as unidades com engenho de cana eram bem inferiores aos da província. Assim, enquanto 3,2% dos fogos de Minas Gerais eram chefiados por indivíduos ocupados na mineração, nos fogos com engenho eram apenas 0,4%. Para as atividades manuais e mecânicas a distância era ainda maior, cerca de 27,5% na província e 2,5% nos fogos com engenho. No comércio, também permanece a desigualdade, 7,7 para 3,6%. Apenas nas funções públicas, que seguramente eram exceções àquele pressuposto que associa a ocupação relacionada para o chefe com a atividade central da unidade, os percentuais não diferiram, 1,4% tanto para a província como para os fogos com engenho de cana[365].

Magalhães Godoy conclui ainda que, dos 663 chefes setorizados na agropecuária, 161 foram arrolados com ocupação que revelava a propriedade de engenho de cana, quase

[365] Ibidem., pg., 425.

sempre associada com a agricultura e/ou pecuária. Portanto, pelo menos 21% de todos os chefes de fogo com engenho encontravam-se em unidades onde o cultivo e a transformação da cana-de-açúcar deveria ser a principal ou uma das principais atividades[366].

Por fim, não poderíamos deixar de destacar a força motriz dos engenhos.

TABELA 25

MINAS GERAIS: DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS ENGENHOS DE CANA SEGUNDO A FORÇA MOTRIZ – 1836.

Região	Força hidráulica		Tração animal		**Total**	
	Número	Média	Número	Média	**Número**	**Média**
Araxá	0	0,0	17	100,0	**17**	**100,0**
Diamantina	4	28,6	10	71,4	**14**	**100,0**
Intermediária Pitangui-Tamanduá	67	25,2	199	74,8	**266**	**100,0**
Mata	17	14,7	99	85,3	**116**	**100,0**
Médio-Baixo Rio das Velhas	48	32,2	101	67,8	**149**	**100,0**
Mineradora Central Leste	48	17,2	231	82,8	**279**	**100,0**
Mineradora Central Oeste	181	39,3	280	60,7	**461**	**100,0**
Minas Novas	0	0,0	127	100,0	**127**	**100,0**
Paracatu	0	0,0	15	100,0	**15**	**100,0**
Sertão do Alto São Francisco	1	3,0	32	97,0	**33**	**100,0**
Sul Central	24	13,3	157	86,7	**181**	**100,0**
Sertão	1	5,3	18	94,7	**19**	**100,0**
Sertão do Rio Doce	0	0,0	1	100,0	**1**	**100,0**
Sudeste	26	26,8	71	73,2	**97**	**100,0**
Sudoeste	2	3,0	65	97,0	**67**	**100,0**
Triângulo	0	0,0	43	100,0	**43**	**100,0**
Vale do Alto-Médio São Francisco	0	0,0	22	100,0	**22**	**100,0**
Minas Gerais	**419**	**22,0**	**1.488**	**78,0**	**1.907**	**100,0**

FONTE: Arquivo Público Mineiro. SPPP 1/6, diversas caixas. Excluídos 28 casos: 2 propriedades com 2 engenhos (1 tração animal e outro movido a força hidráulica), 1 engenho manual e 25 engenhos sem informação da força motriz. Apud., MARCELO MAGALHÃES GODOY. *No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócios. Um estudo das atividades agroaçucareiras tradicionais mineiras, entre o setecentos e o novecentos, e do complexo mercantil provincial de Minas Gerais.* (Doutorado). 2 vol., São Paulo: FFLCH/USP, 2004. vol., 2, pg., 426.

Não é ocioso afirmar que, direta era a relação entre o relevo, a hidrografia e a força motriz dos engenhos de cana em Minas Gerais ao longo dos setecentos e oitocentos. Isso quer dizer que, a incidência de engenhos movidos por força hidráulica era diretamente proporcional ao grau de desnivelamento do relevo e a disponibilidade de recursos hídricos.

[366] Idem.

5 regiões contíguas do Centro e Sul da província – Diamantina, Vale Médio-Baixo Rio das Velhas, Intermediária de Pitanguii-Tamanduá, Mineradora Central Oeste e Sudeste – com topografia acidentada e territórios localizados nas mais capilarizadas bacias hidrográficas de Minas Gerais, apresentavam de ¼ a 2/5 de seus engenhos movidos por roda d'água. Em 3 regiões – Mineradora Central Leste, Mata, Sul e Sul Central – vizinhas do grupo anterior, o percentual de engenhos hidráulicos estava em torno de 15%. Nas demais 9 regiões os equipamentos de moagem eram tracionados exclusivamente ou quase exclusivamente por animais[367].

Neste sentido, podemos perceber o seguinte: no primeiro grupo de regiões estavam 78% dos engenhos d'água e 44% dos engenhos de tração animal da província; no segundo 21 e 33% respectivamente; e, no terceiro apenas 1% movidos por força hidráulica e 23% dos tracionados por animais. Portanto, os dados sugerem que em Minas Gerais a definição de força motriz a acionar o engenho de cana estava condicionada, essencialmente, pelas condições topográficas do terreno e pela quantidade de água disponível. Isto implica que, os custos diferenciados para a montagem de engenho d'água ou de tração animal só entravam no universo das cogitações dos engenheiros de determinadas regiões mineiras[368].

Todavia, é necessário ressaltar que, a utilização da força hidráulica[369] embora constituir uma técnica bem mais avançada do que a tração animal, estava defasada, particularmente, no correr da segunda metade do século XIX, quando a **Segunda Revolução Industrial** impõe a industrialização da agricultura, que por conseguinte fez surgir a usina de beneficiamento, escudada na química, na eletricidade, no motor a combustão etc.. No Brasil, e em especial Minas Gerais, a introdução destas novas tecnologias no agroaçucareiro, bem como em outros produtos, somente se maturará a partir da década de 1930.

---

[367] Ibidem., pg., 426.
[368] Idem.
[369] A origem do moinho d'água remonta, pelo menos, ao último século antes da Era Cristã, e teve como berço, o Oriente Mediterrâneo. Contudo, sua verdadeira expansão como principal técnica de moagem, é a Idade Média, pois atingiu toda a Europa Ocidental. Sobre a origem da força hidráulica, consultar: MARC BLOCH. Advento e conquistas do moinho d'água. In: RUY GAMA. *História da técnica e da tecnologia.* Op.cit., pp.,

2.1.6 - Produtos transformados no quadro das exportações brasileiras no período colonial.

Para finalizar este breve resumo da indústria colonial brasileira, não poderíamos deixar de abordar o papel dos produtos transformados e, mesmo aqueles vinculados à indústria extrativa e comercializados *in natura* na pauta das exportações colonial.

Desde já afirmamos que tal abordagem foi escudada no estudo de Jobson Arruda, no qual extraímos os dados contidos na tabela abaixo.

TABELA 26

EXPORTAÇÕES: PRODUTOS TRANSFORMADOS E EXTRAÍDOS –ALIMENTOS, DROGAS, METAIS, MADEIRAS, COURAMAS E OUTROS GÊNEROS – 1796/1811.

Alimentos	**Drogas**	**Metais e pedras**	**Madeiras**	**Courama**	**Vários gêneros**
Aguardente	Anil	Ouro metal	Madeira	Atanados	Azeite de peixe
Açúcar branco	Grude	Ouro patacas		Secos	Areia prateada
Açúcar mascavo	Coxonilha	Cobre		Solas	Barba de baleia
Mel	Bálsamo	Estanho		Vaquetas	Goma
Doce	Noz-moscada	Cristal		Cabelos de boi	Goma de peixe
Farinha de pão	Goma copal			Onça	Cola
Carne de porco	Óleo de copahiba			Lobo	Cebo em pau
Melaço	Salitre			Tigre	Pontas de boi
Unto de porco	Resina de caju			Urso	Linho
Carne	Pau-brasil			Veado	Cera
Tapioca	Resina			Couros em cabelos	Estopa de embira
Farinha				Salgados	Lã de vegunia
Carne salgada				Carneiro	Cera em pau
Carimã				Raposa	Cebo
Farinha de carimã				Cavalo	Cabos de piassá
				Arminho	Molhos de piassá
				Lobo marinho	Tabaco
				Cabras	Tabaco em rolo
				Cutia	Cera amarela
				Anta	Cera branca
				Vitela em cabelo	Cera em velas
				Porco montês	Borrachas de nervo
				Pele de veado	Borracha
					Óleo
					Goma arábica

FONTE: JOSÉ JOBSON DE ANDRADE ARRUDA. *O Brasil no comércio colonial.* São Paulo: Ática, 1980. pp., 182, 207, 227, 247, 265, 279.

59-87. Também: BERTRAND GILLE. O moinho d'água: uma revolução técnica medieval. In: RUY GAMA. Op.cit., pp., 116-141.

Não é ocioso afirmar que o quadro das exportações elaborado por Jobson Arruda, diz respeito aos portos em que saíam os produtos. Posto isto, é difícil mensurar a pauta exportadora de Minas Gerais colonial, pois sua produção saía predominantemente pelo Porto do Rio de Janeiro e, em menor escala pelo Porto de Santos. Desta forma, tomando como base a análise daquele autor, o comércio de importação-exportação do Brasil colonial seguia uma divisão regional hierarquizada vinculada aos portos das principais capitanias exportadoras.

Tal hierarquização, de acordo com o período que vai da década de 1790 a década de 1810, e, portanto, no apagar das luzes do colonialismo português na América do Sul, era dividida em três grupos, e se dava da seguinte forma: **1 grupo –** Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco – principais portos onde fluía o comércio colonial brasileiro; **2 grupo –** Maranhão e Pará – principal ligação do extremo norte com a Metrópole; **3 grupo –** Santos, Paraíba e Ceará – a nosso ver, portos subsidiários do primeiro grupo[370].

A análise fica mais clara se acrescentarmos o valor das exportações saídas desses portos e a participação média no comércio de exportações brasileiras.

TABELA 27

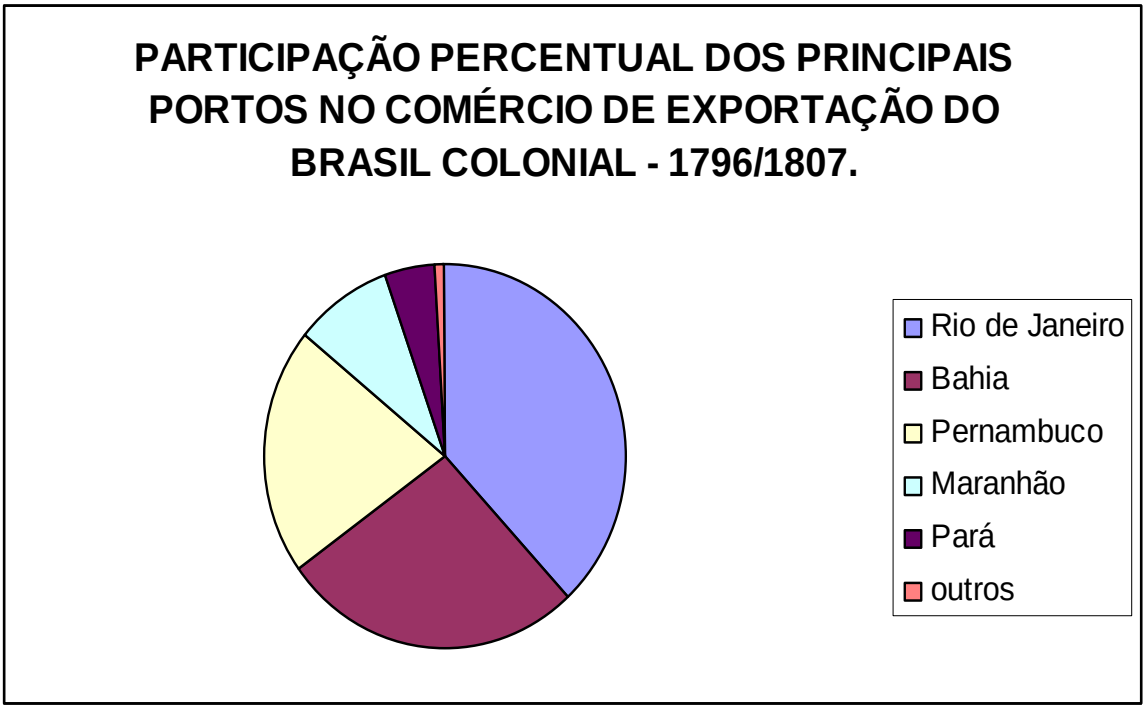
PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL MÉDIA DOS PRINCIPAIS PORTOS NO COMÉRCIO DE EXORTAÇÕES BRASILEIRAS NO PERÍODO COLONIAL – 1796/1807.

Regiões dos principais Portos	Valor	**Total**
Rio de Janeiro	45.069.873$441	**38,1**
Bahia	32.071.894$311	**27,1**
Pernambuco	24.935.481$168	**21,0**
Maranhão	10.265.552$710	**8,7**
Pará	5.483.774$092	**4,6**
Paraíba	296.605$061	**0,3**
Santos	169.160$281	**0,1**
Ceará	144.883$076	**0,1**
Brasil	**118.437.224$140**	**100**

FONTE: JOSÉ JOBSON DE ANDRADE ARRUDA. *O Brasil no comércio colonial.* São Paulo: Ática, 1980. pg., 154.

[370] JOSÉ JOBSON ARRUDA. Op.cit., pp., 121-154.

GRÁFICO 1



FONTE: Extraído da Tabela anterior.

2.2 – A indústria mineira no século XIX.

Para compreendermos a trajetória da atividade manufatureira em Minas Gerais no correr do século XIX, em primeiro lugar, faz-se necessário uma análise das características gerais da economia mineira; bem como inserir tal atividade no contexto da implantação da **grande indústria fabril**, consubstanciada no setor têxtil, no Brasil do período.

A indústria mineira, seja do ponto de vista setorial, seja do ponto de vista regional seguiu caminhos distintos ao longo dos oitocentos. No primeiro, não obstante a rudeza da produção metalúrgica, nas técnicas "medievais" do setor agroaçucareiro e da produção doméstica de tecidos, os quais caracterizavam a atividade manufatureira desde o período colonial; houve transformações significativas em outros setores, tais como, a mineração aurífera e a implantação da indústria fabril têxtil. No que toca à geografia econômica da atividade industrial mineira, a partir da década de 1850, com a consolidação da economia cafeeira na Zona da Mata, concentrou-se atividade industrial bem diversificada na cidade de Juiz de Fora, que no primeiro momento liga-se a uma atividade manufatureira propriamente dita, mas que no final do século XIX, se consubstancia num verdadeiro processo de industrialização.

A crise da economia mineratória a partir do último quartel do século XVIII é ponto de partida para a caracterização da economia de Minas Gerais do século XIX. Houve grande controvérsia na historiografia mineira acerca de tal caracterização. De um lado, a proposição de uma economia decadente e centrífuga, que desembocou num período de estagnação e declínio no conjunto da atividade produtiva mineira no século XIX[371]. De outro, estudos que refutam este mito de que a crise da mineração acarretou a desarticulação econômica nas Gerais dos oitocentos[372]. A nosso ver, como demonstramos no tópico anterior, a economia mineira desde o período colonial já vinha se diversificando, não obstante a mineração constituir-se atividade nuclear. Entretanto, dentro daquela segunda corrente surgiu outro debate sobre a caracterização da economia mineira no século XIX.

[371] Principalmente CELSO FURTADO. Op.cit. WILSON CANO. A economia do ouro em Minas Gerais. In: WILSON CANO. *Ensaios sobre a formação econômica regional do Brasil.* Campinas: UNICAMP, 2002. pp., 11-34.
[372] Aponta-se como pioneiros desses estudos: ALCIR LENHARO. Op.cit.. KENNETH MAXWELL. Op.cit..

Este debate, que se consubstanciou a partir da década de 1980, girou em torno se a economia escravista mineira era voltada para exportação ou se era uma economia de subsistência. O estudo de Roberto Borges Martins é que abre a referida controvérsia[373]. O autor apresenta a província mineira no correr do período imperial como grande importadora líquida de escravos, dona do maior plantel do Império, mas que voltada inteiramente para uma economia de subsistência , com uma pequena área de *plantation* cafeeira, pouco ou nada mercantilizada, produzindo para mercados locais e para o auto-consumo[374].

Robert Slenes refutou os estudos de Martins afirmando que a economia mineira do século XIX caracterizava-se como uma economia exportadora. Segundo ele, a definição de economia exportadora para Martins é pouco usual, sugerindo este que, uma economia é exportadora quando uma grande percentagem de trabalhadores está envolvida na produção de mercadorias destinadas a serem vendidas em outras economias. Já Slenes entende por exportação, como produtos remetidos para fora da província destinando-se mesmo ao mercado nacional[375].

No final da década de 1980 e ao longo da década de 1990, surgiram estudos que apontam para a grande diversificação da economia mineira desde o século XVIII e que tal característica permaneceu no correr dos oitocentos, em que atividades agropecuárias e de transformação coexistiam com a mineração. Tais estudos apontam também para a diversidade produtiva regional[376].

Desta forma é que vemos a economia mineira dos oitocentos: escravista-mercantil, diversificada – setorial e regionalmente – voltada tanto para os mercados locais, regionais,

---

[373] ROBERTO BORGES MARTINS. *Growing in silence: the slave economy of nineteenth century Minas Gerais, Brazil.* (Doutorado). Vanderbilt University, 1980.

[374] Ver: ROBERTO BORGES MARTINS. A economia escravista de Minas Gerais no século XIX. In: Texto para Discussão, n. 10. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1982. Essa característica de uma economia escravista não-exportadora e voltada para o autoconsumo encontra-se em outros trabalhos, ver: AMILCAR MARTINS FILHO & ROBERTO BORGES MARTINS. Slavery in a noneexport economy: nineteeth century Minas Gerais revisited. In: *Hispanic American Historical Review*. 63(3): 537-568. 1983. AMILCAR MARTINS FILHO & ROBERTO BORGES MARTINS. Slavery in a noneexport economy: a reply. In: *Hispanic American Historical Review*. 64(1): 135-145. 1984. ROBERTO BORGES MARTINS. Tráfico e apego à escravidão numa economia não exportadora. In: *Revista Estudos Econômicos*. 13(1). São Paulo: FIPE/USP, 1983.

[375] ROBERT W. SLENES. Múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. In: *Cadernos do IFCH*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1985.

[376] Ver: JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. Op.cit. DOUGLAS COLE LIBBY. Op.cit. CLOTILDE ANDRADE PAIVA. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. (Doutorado). São Paulo: FFLCH/USP, 1996. MARCELO MAGALHÃES GODOY. Op.cit. Sobre a diversificação produtiva regional mineira o

nacional e externo. Uma economia e sociedade, paradoxalmente que se ruralizou em contraposição do caráter urbano dos setecentos. Ou seja, não obstante a ampliação da rede urbana ao longo dos oitocentos, esta se deu com contornos bem distintos da urbanização do século anterior. Se no Dezoito, é o urbano que, conformado a partir do espaço original da mineração, impôs a constituição do meio rural; no Dezenove, é a expansão do rural que determinou o crescimento das áreas urbanas estabelecendo funções de entrepostos comerciais e centros de serviços[377]. Com efeito, é dessa maneira que vamos analisar o papel da indústria nesta economia.

Como já mencionamos anteriormente, houve setores da indústria mineira que não sofreu alterações expressivas, tais como metalurgia e a produção agroindustrial açucareira; e setores que sofreram profundas transformações, como o caso da mineração aurífera e a indústria fabril têxtil.

Acerca da mineração aurífera há que se relevar que, com o paulatino esgotamento do ouro aluvional desde o último quartel do século XVIII, apontou para o século XIX, que tal atividade só continuaria se introduzisse novas técnicas de extração mineral. O método que se configurou ainda no início dos oitocentos foi o sistema de mineração subterrânea. Entretanto, tal empreendimento revelava-se um investimento muito caro, necessitando de volume significativo de inversões de capitais, além é claro, de processos produtivos os quais o Brasil e, principalmente, Minas Gerais não dominavam.

É dentro desse contexto que a jazidas minerais auríferas mineiras entraram no cobiçado jogo especulativo internacional. Foram, principalmente, os ingleses que investiram na formação de Cias. de mineração – particularmente a partir da terceira década do oitocentos – com objetivo de não somente explorar a atividade econômica, como garantir para si reservas de mercado.

Libby afirma que, como ponto positivo da entrada do capital estrangeiro naquela atividade, é que dotaram a mineração aurífera em Minas Gerais de modernas tecnologias e

---

estudo pioneiro é de JOHN WIRTH. *O fiel da balança: Minas Gerais na confederação brasileira – 1889/1937*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1982.

[377] Sobre a distinção entre o papel do urbano no século XVIII e XIX em Minas Gerais, consultar: ALEXANDRE MENDES CUNHA. *Vila Rica – São João Del Rey: as voltas da cultura e os caminhos do urbano entre os séculos XVIII e XIX*. (Doutorado). Niterói: ICHF/UFF, 2002.

organização administrativa racional que mudou o perfil da economia mineratória, processos produtivos que se igualavam àqueles empregados na Europa do período[378].

O autor afirma que entre 1824 e 1833/34, pelo menos seis sociedades concessionárias inglesas efetivamente iniciaram suas operações no território mineiro, não obstante apenas duas tivessem êxito financeiro esperado por seus acionistas. Libby estima que, ao longo do século XIX, 16 empresas estrangeiras – predominantemente de capital britânico, atuaram na mineração aurífera subterrânea na província. A primeira empresa a se estabelecer foi a **Imperial Brazilian Mining Association**, organizada em Londres em 1824. Mas a principal companhia mineradora que atuou ao longo daquele período foi a **Saint John D'el Rey Mining Company**, também fundada em Londres no ano de 1830[379].

Portanto, para Douglas Libby tais empreendimentos, além de exigir a reunião de somas vultuosas de capital, deveriam concentrar grande contingente de mão-de-obra para alcançar uma escala de operações que oferecesse a possibilidade de sucesso financeiro. Soma-se a isto, as empresas teriam que ser dotadas de uma administração capaz de supervisionar racionalmente uma complexa série de processos concatenados; o que na afirmação do autor, se uma mina não constituía propriamente uma fábrica, a organização de sua exploração poderia perfeitamente ser comparada às organizações fabris contemporâneas de maior complexidade, pois impunha através da aplicação de maquinário ritmo ao trabalho humano, introduzindo na mineração aurífera subterrânea a dinâmica do sistema fabril[380]. Numa palavra, a introdução de máquinas naquela atividade permitiu a exploração de grandes e profundas minas.

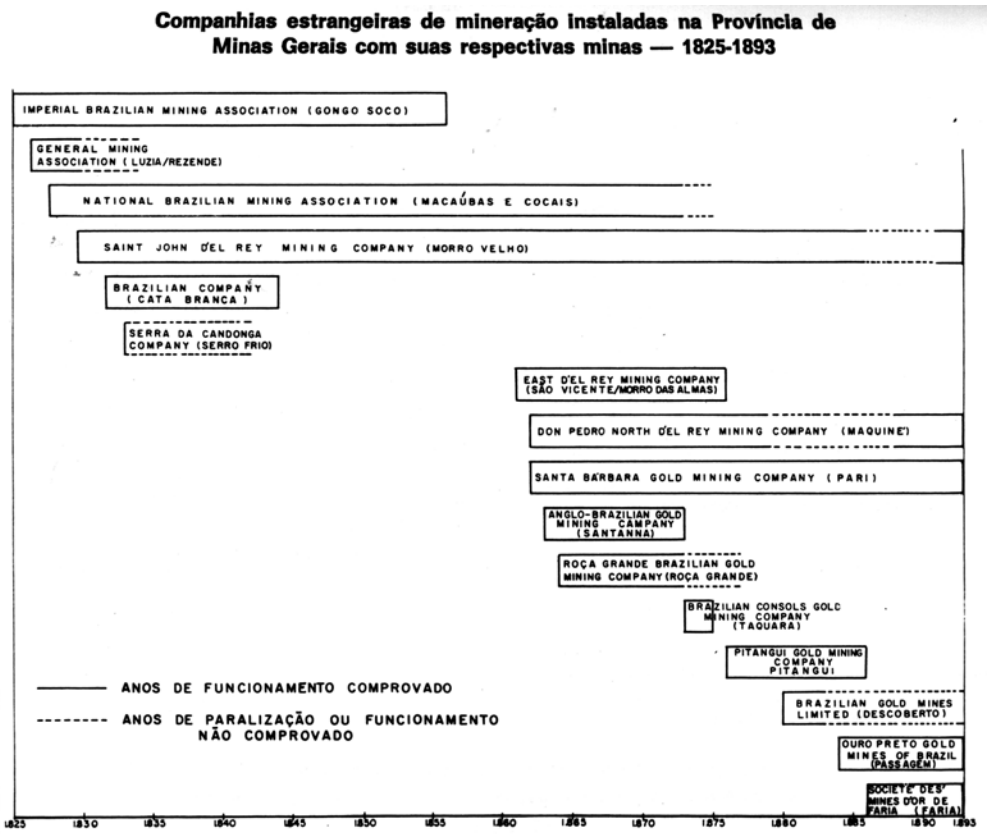
No que toca à mão-de-obra, constituía-se predominantemente de escravos, os quais segundo Libby não pertenciam as empresas, e sim, alugados. É importante frisar que a utilização de escravos alugados não era barato, mas que foi a única solução encontrada pelas empresas para superar o problema da mão-de-obra. Libby afirma que somente a indústria da mineração subterrânea era capaz e detinha os recursos financeiros necessários para este tipo de aquisição de mão-de-obra.

Vejamos alguns dados sobre a mineração aurífera subterrânea em Minas Gerais no século XIX.

---

[378] DOUGLAS COLE LIBBY. Op.cit., pp., 307-344.
[379] Ibid. Ibidem.
[380] Ibid., pg., 265.

GRÁFICO 2



FONTE: DOUGLAS COLE LIBBY. *Transformação e trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988. pg., 267.

Através do mapa acima podemos perceber que há dois períodos de investimentos distintos como definiu Roberto Borges Martins[381]. Libby corrobora com Martins afirmando que a formação dos três primeiros empreendimentos certamente se deveu à nova possibilidade de entrada de capitais estrangeiros no Brasil, junto com a atração da riqueza aurífera que Minas Gerais demonstrara no século anterior. Já o estabelecimento de mais três companhias entre 1830 e 1833, propõe que foi estimulado pelo sucesso quase instantâneo

da Imperial Brazilian Mining Association, que no ano de 1829, totalizou um lucro bruto, segundo estimativa de Libby, de pouco mais de 100.000 Libras, sendo que seu capital nominal era de 200.000 Libras[382].

Por outro lado, o fechamento de três minas – Brazilian Company, General Mining Association e Candonga Company – o péssimo desempenho da National Brazilian Mining Association, bem como as dificuldades iniciais da Saint John e a diminuição da produção da Gongo Soco afastaram os investidores londrinos de empreendimentos na mineração brasileira até o início da década de 1860[383].

O segundo período de investimento estrangeiro na mineração em Minas Gerais, se inicia a partir dos primeiros anos da década de 1860, com o estabelecimento de quatro novas companhias de ações em Londres, entre 1861 e 1864, e pode ser imputado ao entusiasmo pelo sucesso da Saint John, que de 1842 a 1860 deixou de declarar apenas quatro dividendos semi-anuais. Os investidores nas demais companhias fundadas nesse período, na afirmação de Libby, certamente se impressionaram com a capacidade da Sain John em se recuperar de um desastre paralisante ocorrido na mina de Morro Velho em 1867. Há que se notar também, que os dois últimos empreendimentos – Ouro Preto Gold Mines of Brazil e Societé Dés Mines D'or de Faria – iniciados no período representam a entrada de capital francês na mineração brasileira[384].

---

[381] ROBERTO BORGES MARTINS. *Growing in silence: the slave economy of nineteenth century Minas Gerais, Brazil.* Op.cit.
[382] DOUGLAS COLE LIBBY. Op.cit., pg., 266.
[383] Ibid., pp., 266/267.
[384] Ibid., pg., 267.

TABELA 28

LOCALIZAÇÃO DAS PRINCIPAIS MINAS DE EMPRESAS ESTRANGEIRAS NA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS – 1825/1888.

Localização	Empresa	Mina
Morro Velho	Roça Grande Gold Mining Company	Roça Grande
Caeté	Brazilian Gold Mines	Descoberto
Congonhas do Sabará	Saint John D'el Rey Mining Company	Morro Velho
Congonhas do Sabará	Societé des Mines Dór de Faria	Mina de Faria
Itabira do Carmo	Brazilian Company	Cata Branca
Mariana	Brazil Consols Gold mining Company	Taquara
Mariana	Anglo-Brazilian Gold Mining Company	Santa Ana e Passagem
Mariana	D. Pedro North D'el Rey Mining Company	Maquiné
Mariana	Ouro Preto Gold Mines of Brazil	Mina de Passagem
Serro Frio	Serra da Candonga Company	Serra da Candonga
Socorro	Imperial Brazilian Mining Association	Gongo Soco
Cocais	National Brazilian Mining Association	Cocais
Santa Bárbara	Santa Bárbara Gold Mining Company	Mina do Pari
Catas Altas	Pitangui Gold Mining Company	Pitangui
Ouro Preto	East D'el Rey Mining Company	São Vicente e Morro das Almas
São João Del Rei	General Mining Association	Luzia e Resende

FONTE: Extraído da Figura 25 elaborado por DOUGLAS COLE LIBBY. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988. pg., 268.

TABELA 29

PARTICIPAÇÃO DE VÁRIOS EMPREENDIMENTOS NA PRODUÇÃO AURÍFERA DA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS – 1820/1860.

Empresas	Produção Libras/peso	% produção/Cias. Inglesas	% produção global
Imperial Brazilian Mining Association (Gongo Soco, Cata Preta, Água Quente) – 1825/1856	35.364	39,0	20,6
National Brazilian Mining Association (Cocais) – 1833/1860	557	0,6	0,3
Saint John D'el Rey Mining Company (Morro Velho) – 1835/1860	51.631	56,9	30,1
Brazilian Company (Cata Branca) – 1840/1844	3.167	3,5	1,8
Produção contabilizada das Cias. Inglesas – 1825/1860	**90.719**	**100**	**52,8**
Conjunto de 10 outras minas exploradas por associações estrangeiras ou nacionais (estimativa) – 1820/1860	1.000	-	0,6
Outras minerações nacionais e faiscadores (estimativa) – 1820/1860	80.000	-	46,6
Produção global – 1820/1860	**171.719**	**-**	**100**

FONTE: WILIAM JORY HENWOOD. Observation on metalliferous deposits. In: *Transactions of the Royal Geological Society of Cornwall*. 8(1): 367-369. Penzance: Wilain Cornish, 1871. Apud., DOUGLAS COLE LIBBY. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988. pg., 270.

De acordo com a tabela acima, podemos perceber que, no período 1820/1860, primeira etapa dos investimentos estrangeiros na exploração das minas auríferas subterrâneas, o percentual global da produção é dominada de um lado, pelas Cias., inglesas, com cerca de 52,8%; ou seja, mais da metade do montante total. Por outro lado, também, vemos uma nítida participação relativa das pequenas empresas de mineração nacional e de faiscadores, estimados em 46,6% da produção global. Como explicar tal participação? Robert Slenes sugere que esta produção de faiscadores e pequenas operações subterrâneas nacionais apresentada é substimativa[385]. Para Libby, não obstante acreditar na avaliação de Slenes, afirma que por falta de dados confiáveis prefere ficar com as cifras expostas[386].

Então, como interpretar a estimativa da produção Libra/peso das pequenas mineradoras nacionais e faiscadores com montante de 80.000; próxima da produção contabilizada das companhias inglesas cujo total alcançava 90.719? A nosso ver, discordando de Libby, achamos que, em que pese, nesse primeiro momento as companhias estrangeiras ocuparem importantes minas; não ocupavam todos os espaços, deixando-os uma boa margem para as pequenas empresas nacionais, as quais não detinham o padrão tecnológico das primeiras. Quanto aos faiscadores, sem base de dados confiáveis fica difícil analisá-los como real importância nesta etapa de mineração aurífera de Minas Gerais.

Contudo, a partir da década de 1860 e pelo menos até 1886, a Saint John dominará a produção total da mineração aurífera subterrânea em Minas Gerais, alcançando cerca de 80,3%, como demonstra a tabela abaixo.

[385] ROBERT W. SLENES. Op.cit., pg., 78/79.
[386] DOUGLAS COLE LIBBY. Op.cit., pg., 334, nota 19.

TABELA 30

PARTICIPAÇÃO DE VÁRIOS EMPREENDIMENTOS NA PRODUÇÃO AURÍFERA DA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS – 1860/1893.

Empresas	Produção em Kg	% produção contabilizada
Saint John D'el Rey Mining Company (Morro Velho) – 1860/1886	30.790,4	80,3
D. Pedro North D'el Rey Mining Company (Maquiné) – 18665/1875	2.427,0	6,3
Anglo-Brazilian Gold Mining Company (Santa Ana) – 1865/1872	753,6	2,0
Brazilian Consols Gold Mining Company (Taquqra-Queimada) – 1873/1875	4,8	*
Pitangui Gold Mining Company (Pitangui) – 1876/1887	285,0	0,7
Ouro Preto Gold Mining of Brazil (Passagem) – 1884/1893	2.730,7	7,1
Brazilian Gold Mining Limited (Descoberto) – 1880/1883	15,0	*
Santa Bárbara Gold mining Company (Pari) – 1885/1893	1.335,0	3,5
Produção global	**38.341,5**	**100**

FONTE: PAUL FERRAND. *O ouro em Minas Gerais.* (1894). Tradução de Júlio Castanõn Guimarães. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998. pp., 135, 140, 144-147, 150-152. DOUGLAS COLE LIBBY. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988. pg., 271.

Em suma, Libby aponta um quadro global de fracasso no desempenho do conjunto das empresas estrangeiras ao longo do século XIX. Segundo ele, em primeiro lugar, o elevado número de empresas representava considerável dispersão de capital, que talvez, para o autor, tivesse sido melhor empregado em alguns poucos empreendimentos de maior vulto e, portanto, com melhores possibilidades de vencer desafios que a mineração impusera no correr do período. Afirma ainda que, a dispersão de investimentos pode ter resultado e parte de operações especulativas pouco escrupulosas realizadas na bolsa londrina[387].

Em segundo lugar, também ligado à dispersão de capitais, o alto custo no emprego de tecnologias nos empreendimentos. Para Libby, a concentração de capitais teria facilitado a custosa implantação da tecnologia disponível às empresas. É claro que ele não desmerece o avanço que a entrada das empresas estrangeiras representou na mineração subterrânea em Minas Gerais; entretanto, há que se relativizar a eficácia da tecnologia desenvolvida até o

[387] Ibid., pg., 285.

final da década de 1880[388]. Há que se relevar também que a mineração mundial se encontrava bastante atrasada com relação aos avanços tecnológicos que se desencadearam ao longo do século XIX em vários ramos do setor fabril – química, metalurgia, transporte, etc.[389].

Por fim, ligando-se ao fator anterior, as causas dos insucessos e o esgotamento dos depósitos ou a pobreza das jazidas que impediam a exploração mais rentável daquela atividade[390].

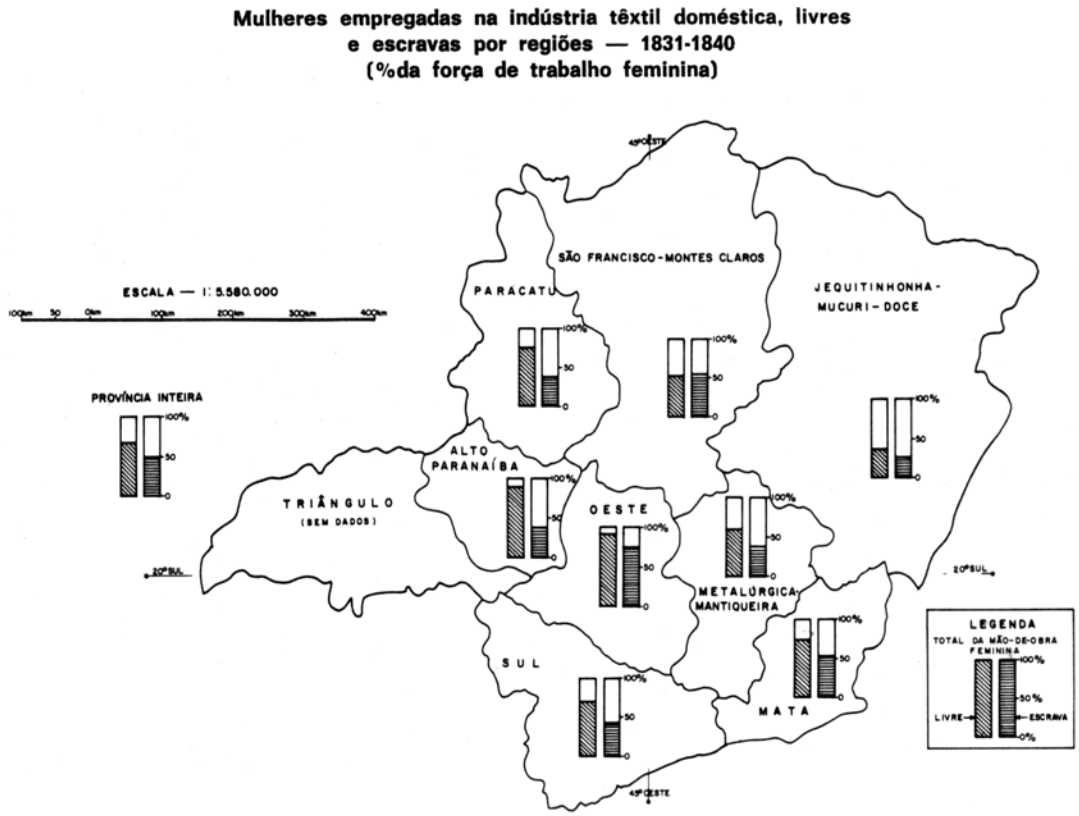
Todos estes fatores, não obstante o montante de capital investido nos empreendimentos, não podem considerá-los como empresas de **capital intensivo**, já que sem ser desprezíveis os capitais investidos, Libby afirma que constituíam somas modestas, mesmo para os padrões de investimento no século XIX, não permitindo tal característica para àquelas empresas[391].

No que toca à implantação da indústria fabril têxtil, já aludimos no item 1.1.3 como se desenvolveu a produção doméstica de tecidos em Minas Gerais, ainda no período colonial; e que continuou a se difundir no correr do século XIX, pelo menos até às duas últimas décadas. Deste modo, a implantação da indústria fabril têxtil mineira coexistirá com a produção caseira de tecidos.

Até a primeira metade do século XIX, predominará a produção doméstica de tecidos, tendo no braço feminino livre sua principal mão-de-obra, como demonstra o mapa abaixo.

[388] Ibid., Ibidem.
[389] Idem.
[390] Ibidem., pg., 287.
[391] Idem.

MAPA 11



FONTE: DOUGLAS COLE LIBBY. *Transformação e trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988. pg., 200.

Com efeito, tais dados nos mostra que a indústria têxtil doméstica, pelo menos nesta primeira metade do século XIX constituía-se principal atividade de transformação da província, não somente por empregar um número bastante alto de trabalhadores, isto é, 8.607 trabalhadoras, entre 1831/1840; bem como, segundo Libby, o papel desta atividade no quadro das exportações mineiras – 2.000 libras de fios, entre 1827/1828[392]. Não obstante a falta de infra-estrutura de transporte e a concorrência com o tecido estrangeiro, fatores estes que constituir-se-ão estimuladores e impedidores da implantação e desenvolvimento da indústria fabril têxtil mineira no correr dos oitocentos, não impediram que os panos domésticos deixassem de serem exportados, pelo menos ao longo da primeira metade do

[392] Ibidem., pg., 201.

século XIX. Libby aponta para o ano fiscal de 1847/1848 que a exportação deste produto alcançou 2.600.000 metros. Até meados da década de 1850 as exportações de tecidos domésticos de Minas Gerais oscilou na casa dos 2.000.000 de metros, iniciando queda a partir daí[393].

A explicação de Libby para o quadro destas exportações, é que a produção doméstica têxtil mineira especializou-se em panos grossos, os quais vestiam os escravos; o que por conseguinte não havia concorrentes estrangeiros neste tipo de mercado[394].

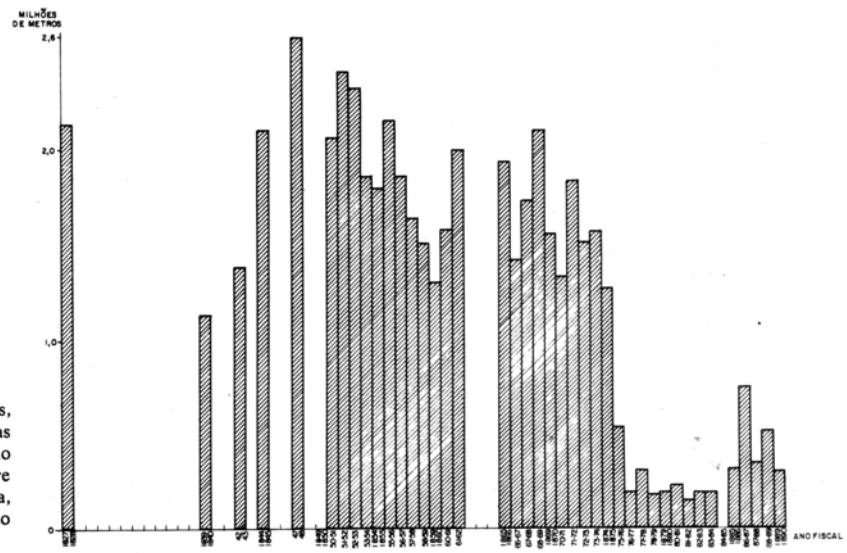
Todavia, a partir da década de 1870, com a implantação da indústria fabril têxtil, as exportações entram em declínio vertiginoso, restando apenas à indústria doméstica os mercados locais em que estavam inseridas. Mas também, estes serão absorvidos pela indústria fabril que se está maturando no correr do último quartel dos oitocentos.

À título de ilustração, vejamos o gráfico abaixo.

[393] Idem.
[394] Idem.

GRÁFICO 3

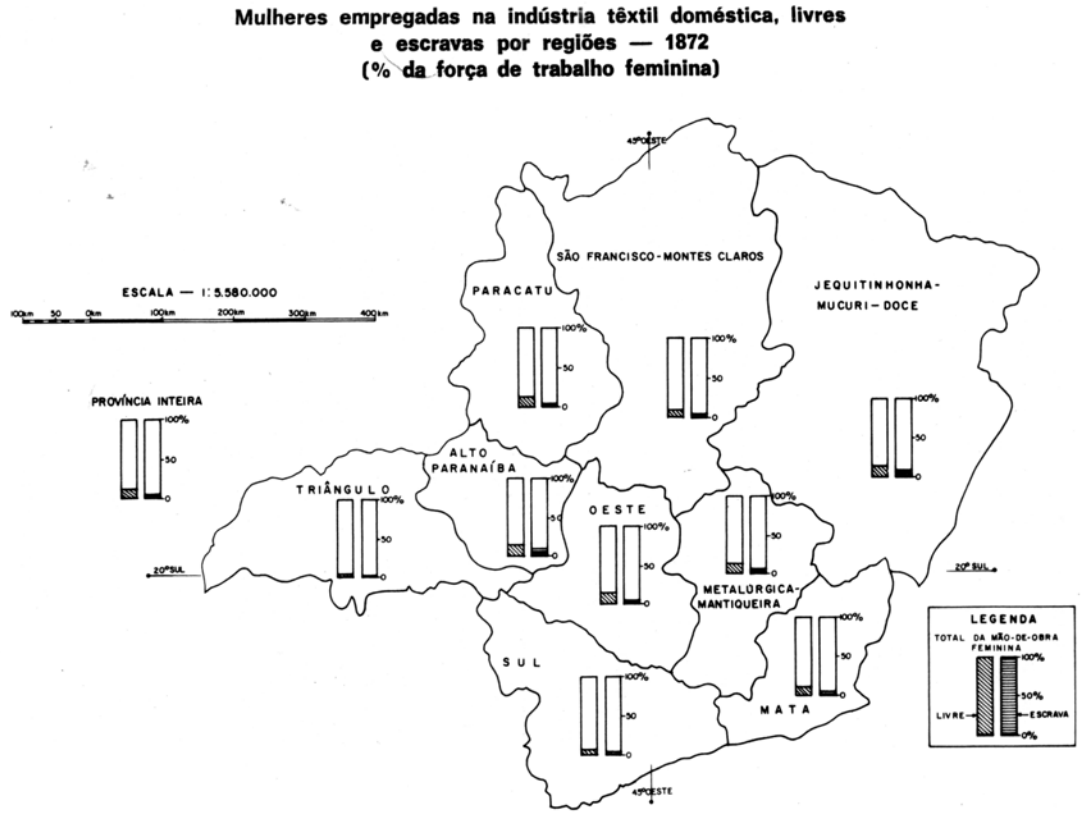
Exportações mineiras de pano de algodão — 1827-1828 a 1890



Fonte: Martins, R. B., e Martins, M. C., "As exportações de Minas Gerais no século XIX", trabalho apresentado no I Seminário sobre a Economia Mineira, Diamantina, 1982. Tabela anexa sem paginação (mimeo).

Outro exemplo do declínio da indústria têxtil doméstica mineira encontra-se no mapa abaixo, a respeito do emprego das mulheres em tal atividade industrial no início da década de 1870.

MAPA 12



FONTE: DOUGLAS COLE LIBBY. *Transformação e trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988. pg. 211.

Acerca da implantação da grande indústria fabril têxtil, as primeiras tentativas em Minas Gerais, remontam à década de 1830, com a implantação da Cia. Industrial Mineira, por Antônio Luiz D'Avellar, o qual recebeu concessão em 1837 e já anunciava seu plano de execução da fábrica em 1838. Não se sabe por quanto tempo funcionou[395].

Outro empreendimento foi a fábrica fundada pelo ingleses Pigot e Cumberland, num local remoto denominado de Cana do Reino, situado ao pé da Serra do Cipó, então parte do município de Conceição do Mato Dentro. Embora não se saiba o ano de sua fundação,

[395] Ibidem., pg., 216.

precisa-se que no ano de 1842 ela já estava em operação. Contudo, em 1851, por não conseguir saldar suas dívidas o estabelecimento foi arrematado judicialmente[396].

A implantação de fábricas têxteis em Minas Gerais, principalmente na primeira metade do século XIX, enfrentou obstáculos que impediam seu desenvolvimento pleno. Em primeiro lugar, a dificuldade de reunir capitais necessários à instalação de uma unidade verdadeiramente fabril. Em segundo lugar, a precária infra-estrutura de transporte, que impedia a importação de máquinas, já que estas seriam transportadas no lombo de mulas e carros de bois. Por fim, não havia tecnologia nacional disponível para a construção de maquinário que pudesse suprir as unidades fabris.

Em resumo, para Libby, tanto o problema da escassez de capitais quanto o do acesso ao equipamento apropriado e sua posterior condução ao *hinterland* mineiro conduziram ao estabelecimento de fábricas em escala extremamente modestas. O autor especula que, entre outros fatores, a própria escala reduzida das primeiras tentativas de produção de fios e tecidos com base na organização fabril diminuía sensivelmente as vantagens dessa organização sobre os processos domésticos artesanais que em Minas Gerais eram profundamente enraizados e notavelmente dispersos[397].

Entretanto, o final da década de 1860 e início da década de 1870 constituiu período favorável à indústria têxtil fabril no Brasil. A expansão monetária durante os anos da Guerra do Paraguai (1865/1870), associado a um aumento das tarifas de importação, teria estimulado a produção industrial. A manutenção das tarifas de importação e uma valorização cambial resultante das medidas de política monetária restritivas implementadas no pós-guerra teriam, por sua vez, favorecido a expansão dos investimentos nos primeiros anos da década de 1870, que permitiu um surto de investimento no setor têxtil identificado nos anos de 1870/1875[398]. Soma-se a isto o término da Guerra Civil norte-americana (1860/1865) e a subsequente reorganização da produção algodoeira daquele país, que também, no início da década de 1870, praticamente alijou a matéria-prima brasileira do mercado mundial. Esta eliminação das exportações em grande escala, segundo Libby,

---

[396] Ibidem., pg., 219.
[397] Ibidem., pg., 216.
[398] MARIA TERESA RIBEIRO DE OLIVEIRA. Indústria têxtil mineira no século XIX. In: *Anais do XXI Encontro Nacional de Economia.* ANPEC, vol., 1. Belo Horizonte: 1993, pg., 14.

redundou numa queda vertiginosa dos preços internos do algodão que, por sua vez, passaram a atrair investimentos que pudessem tirar proveito da situação[399].

Maria Teresa Ribeiro de Oliveira afirma que os primeiros investimentos na indústria têxtil mineira coincidiram com o surto de investimento do início da década de 1870 em nível nacional. Segundo ela, é neste momento que surge a moderna indústria têxtil mineira, sendo o setor industrial que mais cresceu entre as três últimas décadas do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX em Minas Gerais[400]. Uma das razões para o crescimento desta indústria, na análise de Giroletti, é a lucratividade que, ao longo do período, se manteve em ótimo patamar[401].

A mão-de-obra empregada nas fábricas mineiras no período anterior a abolição era predominantemente livre, não obstante o emprego de cativos. Libby analisa que apenas a fábrica de São Sebastião empregava mão-de-obra predominantemente escrava. As demais, trabalhadores livres[402]. Embora as mulheres constituírem maioria na composição dos trabalhadores têxteis, os homens alcançavam mais de 40% do total da mão-de-obra. Em algumas fábricas eles constituíam maioria, como afirma Libby. Isto marca uma diferenciação muito grande entre a produção doméstica e a produção fabril no emprego de mão-de-obra. Além da composição por sexo, quanto à composição da faixa etária, verifica-se na indústria mineira a predominância de crianças[403].

Um exemplo dessa composição de gêneros e idades na mão-de-obra têxtil é a informação relatada pelo Sócio-diretor da fábrica Cassu, de Uberaba, em 1886: *trabalharão actualmente na Fabrica 61 pessoas, comprehendidas neste número o director, o machinista George Gedney e o guarda livros Ernesto Rocha, dos restantes são livres 55 pessoas, que assim se subdividem: 15 mulheres maiores de 14 annos, 10 meninas de 8 a 14 annos, 20 meninos de 7 a 12 annos, 10 homens maiores de 14 annos e 3 escravos, estão comprehendidos no número destes operários 10 orphãs e 18 orphãos*[404] .

Isto implica que, nesta fábrica, trabalhavam, com exceção dos três escravos que não há distinção de sexo, 55,8% de homens e 40,6% de mulheres. Quanto à faixa etária,

[399] DOUGLAS COLE LIBBY. Op.cit., pg., 225.
[400] MARIA TRESA RIBEIRO DE OLIVEIRA. Op.cit., pg., 116.
[401] DOMINGOS GIROLETTI. *Fábrica, convento, disciplina.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991. pg., 23.
[402] DOUGLAS COLE LIBBY. Op.cit.
[403] Ibid., pp., 233-239

verifica-se que 67,4% eram crianças; ou seja, predominava-se no trabalho fabril têxtil mineiro o trabalho infantil.

Vejamos alguns dados sobre a implantação da indústria fabril têxtil mineira.

MAPA 13

Fábricas têxteis fundadas em Minas Gerais de 1872 a 1887

Fontes: Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira, *Centenário da Fábrica do Cedro: histórico, 1872-1972,* Belo Horizonte, 1972, pp. 7, 95 (edição particular); Chaves, Antônio Gonçalves, *Falla à Assembléa,* 1883 (falta a folha de rosto), p. 44; Arquivo Público Mineiro, Secretaria do Governo, Códices 25, 1869-1879; 26, 1873-1874; 30, 1886-1887; 54, 1881, manusc.; Comissão Parlamentar de Inquérito Industrial, *Informações Apresentadas ao Corpo Legislativo,* Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1883, pp. 295-300.

[404] Cf., Ibid., pg., 234.

TABELA 31

FÁBRICAS TÊXTEIS FUNDADAS EM MINAS GERAIS – 1872/1887.

Fábricas	Localização por região	Ano de fundação
Cedro	Centro	1872
Brumado	Centro	1872
Machadense	Sul	Cerca de 1872
Cachoeira	Norte	1876
Béri-béri	Leste	1877
Itabirana	Centro	1879
Marzagão	Centro	1880
Senhor Bom Jesus da Água Fria	Leste	1881
Montes Claros	Norte	1882
Cassu	Triângulo	1882
São Sebastião	Norte	1884
São Silvestre	Mata	1885
Industrial Mineira	Mata	1885
Cachoeira dos Macacos	Centro	1886
Mariense	Centro	1887

FONTE: Extraído do Mapa acima.

TABELA 32

COMPARAÇÃO DE FÁBRICAS TÊXTEIS MINEIRAS E DE OUTRAS PROVÍNCIAS EM VÁRIOS ANOS – 1881/1887.

Ano	Fábrica	Província	Fuso/fiação	Teares	Metro/tecido/ fabricação por ano	Operários	Capital
1881	Santo Aleixo	BA	5.00	110	1.000.000	180	800:000$
1881	Petropolitana	RJ	4.500	106	1.000.000	180	500:000$
1881	Brasil	RJ	20.200	450	3.200.000	400	1.350:000$
1881	Aliança	RJ	5.400	100	2.000.000	210	600:000$
1881	Fernão Velho	AL	2.500	60	550.000	125	300:000$
1881	Rink	RJ	-	10	1.500.000	130	400:000$
1881	Pau Grande	RJ	1.200	60	500.000	110	300:000$
1881	Santa Francisca	SP	-	80	-	160	-
1881	Cedro	MG	1.200	40	300.000	130	300:000$
1881	Cachoeira	MG	1.800	60	600.000	130	400:000$
1881	Brumado	MG	1.384	20	-	60/80	150:000$
1882	Béri-béri*	MG	1.020	40	-	130	300:000$
1882	Itabirana	MG	750	28	-	42	160:000$
1885	Cedro	MG	1.200	54	396.136	132	500:000$
1885	Cachoeira	MG	2.000	110	693.955	187	600:000$
1885	Itabirana	MG	750	28	-	64	234:537$
1885	Montes Claros	MG	1.152	40	360.000	81	320:000$
1885	Cassu	MG	557	24	200.000	58	200:000$
1885	São Sebastião	MG	2.000	40	500.000	75	189:000$
1885	Marzagão	MG	1.800	50	135.000	80	200:000$
1885	São Silvestre	MG	-	50	400.000	60	200:000$
1885	Industrial Mineira	MG	-	-	-	200	660:000$
1885	São Vicente	MG	-	40	-	-	160:000$
1886	Macacos	MG	3.000	100	1.200.000	180	300:000$
1887	Mariense	MG	-	-	-	-	120:000$

FONTE: Archivos da Exposição da Indústria Nacional. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882, pg., XCXII. Arquivo Público Mineiro. Secretaria do Governo. Brasil, Códice 30, 1886/1887. Manuscrito Liberal Mineiro, 15 de julho de 1882, pg., 4, c. 1-2. Companhia de Fiação e Tecidos Cedro & Cachoeira. Relatórios e balanços, 1883-1892. Manuscritos. PAULO TAMM. *A família Mascarenhas*. Belo Horizonte: Paeplaria e tipografia Brasil, Velloso & Cia., 1940, pg., 370. Comissão Parlamentar de Inquérito Industrial. Informações apresentadas ao Corpo Legislativo. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883, pp., 295-300. Apud., DOUGLAS COLE LIBBY. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988. pg., 232.

Podemos perceber a partir dos dados fornecidos anteriormente que o perfil das fábricas têxteis instadas em Minas Gerais eram de pequeno porte[405], com exceção daquelas

[405] Isto fica claro se compararmos o número médio de teares instalados em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. Enquanto que no Rio, em 1885, o número médio de teares por fábrica era de 118 teares; em Minas, na mesma época, a média era de 45 teares por unidade fabril. Em 1905, Minas Gerais ocupava o primeiro lugar em número de estabelecimentos têxteis, com 30 fábricas. São Paulo, vinha em segundo com 18 fábricas e o Rio de Janeiro junto com a Bahia em terceiros com 11 estabelecimentos. Entretanto, enquanto que o número médio de teares por fábrica no país era de 224,4; em Minas Gerais a média era de 76,5 teares por estabelecimento. Cf., MARIA TERESA RIBEIRO DE OLIVEIRA. Op.cit., pg., 128.

instaladas na Zona da Mata mineira, que como veremos, a partir dos dados das unidades instaladas em Juiz de Fora, comparam-se às grandes nacionais (veremos no próximo capítulo). De acordo com a literatura, isto se deve a dois fatores básicos. Em primeiro lugar, o local onde estão inseridas as unidades fabris, isto é, em sua maioria na *hinterland* mineira, com infra-estrutura de transporte deficientes. Em segundo lugar, a natureza mercado consumidor dos produtos têxteis; ou seja, embora as fábricas mineiras colocassem seus produtos na praça do Rio de Janeiro, principalmente, o mercado local constituía-se o principal *locus* de realização da produção[406].

A região mineira onde se instalou a maior parte das unidades fabris foi o centro da província/estado no período 1870/1900. Como dissemos anteriormente, isto é explicado pelo isolamento daquela região, que favoreceu sua instalação. Contudo, este isolamento é ao mesmo tempo estimulador e impedidor desse desenvolvimento, pois se a proteção geográfica beneficiava a concorrência externa, a mesma impedia a expansão para a conquista de novos mercados[407].

Ao contrário daquelas, as unidades fabris que vão se instalar na Zona da Mata e, em particular, Juiz de Fora, receberão os estímulos e os efeitos de encadeamento do processo de industrialização em curso no país advindos das regiões dinâmicas cafeeiras. Abordaremos estes aspectos no próximo capítulo.

Em suma, de acordo com Giroletti, em 1907, havia 36 estabelecimentos em funcionamento, participando o setor têxtil neste período de 50% da mão-de-obra fabril do estado, correspondendo a 65% do capital investido no conjunto da indústria e responsável por 40% do valor da produção industrial de Minas Gerais[408].

No que toca ao capital empregado na implantação das fábricas têxteis mineiras, foi constituído e financiado por pequenos grupos de parentes e/ou amigos que viviam na região onde seriam construídas as respectivas unidades. Maria Teresa Ribeiro de Oliveira mapeia assim os respectivos padrões de investimento na indústria têxtil[409]. Na década de 1870, predominava nas fábricas construídas, investidores locais. Tal padrão verificou-se até os

---

[406] Ibid., pg., 133. DOUGLAS COLE LIBBY. Op.cit., pg., 230.
[407] MARIA TERESA RIBEIRO DE OLIVEIRA. Op.cit., pp., 128-132.
[408] DOMINGOS GIROLETTI. Op.cit., pg., 34.
[409] MARIA TERESA RIBEIRO DE OLIVEIRA. Formas de organização da propriedade na indústria têxtil mineira do século XIX. In: *Anais do II Congresso Brasileiro de História Econômica e 3. Conferência Internacional de História de Empresas.* ABPHE, vol., 2. Niterói: 1996, pp., 16-30.

primeiros anos da década de 1880, quando se dá a transição para as sociedades anônimas, tornando-se estas a forma predominante de associação de capitais de investimento no setor[410].

Contudo, a adoção generalizada da sociedade anônima como forma típica de associação de capital na indústria têxtil mineira não introduziu maiores alterações no padrão de investimento. Segundo Ribeiro de Oliveira, o capital das novas companhias concentrava-se ainda nas mãos de um pequeno grupo de acionistas de uma mesma família da região. Tal situação só mudou a partir da década de 1890, no período pós-encilhamento, quando o empreendimento de novas fábricas foi feito não mais por grupos familiares ou investidores engajados em atividades locais como fazendeiros, comerciantes, funcionários públicos, profissionais liberais, e sim, por pessoas com experiência anterior no setor, quer como investidores, quer como empresários industriais[411].

Dissemos anteriormente que partimos do conceito de **pré-indústria** para caracterizar a indústria mineira ao longo do período colonial e no correr do século XIX. Com exceção, é claro, da indústria que surgiu em Juiz de Fora, como veremos adiante. Mas, podemos caracterizar a indústria da mineração dos oitocentos e a indústria fabril têxtil como pré-indústria?

No que toca à indústria da mineração, em que pese a utilização de tecnologias avançadas, dependia largamente do braço escravo como mão-de-obra e, consequentemente, não entraria nos termos de uma indústria capitalista em desenvolvimento ao longo daquele período. Mais ainda, é uma indústria inserida num contexto sócio-econômico não-capitalista, e que não conseguiu se desenvolver após a abolição da escravidão. Também, a indústria têxtil fabril, além de estar inserida neste mesmo contexto, e, em que pese estar escudada na maquinaria e na mão-de-obra predominantemente livre, a grande maioria das fábricas encontrava-se nas zonas rurais e, como vimos, amparadas nos mercados locais. Desta forma, o conceito de **pré-indústria** nos auxilia a caracterização de uma indústria pré-capitalista instalada na *hinterland* mineira. Obviamente que não estamos aqui generalizando, no caso da indústria têxtil, para todos os casos regionais brasileiros; somente em Minas Gerais. Estamos partindo do pressuposto que esta indústria fabril têxtil encontra-

[410] Isto se deu devido, principalmente, a Lei n. 3.150 de 4 de novembro de 1882. Lei esta que eliminou a necessidade de autorização do governo central para a constituição de uma sociedade anônima. Ibid.
[411] Idem.

se num ambiente não-capitalista e, por isso, seu caráter de pré-indústria. Como veremos a seguir, a indústria que se implanta em Juiz de Fora segue caminhos distintos da indústria do *hinterland* mineiro.

Capítulo 3: Indústria e industrialização em Juiz de Fora: um debate.

O tema deste capítulo já foi bastante estudado por autores mineiros, dentre aqueles, pesquisadores próprios da região, e também autores não mineiros. Por isso, começamos nossa análise a partir da discussão bibliográfica do tema[412].

Nos trabalhos investigados percebemos dois tipos de conceituação predominantes que caracterizaram o desenvolvimento industrial de Juiz de Fora. De um lado, aqueles que defendem a tese de que tal desenvolvimento foi um **surto industrial** ou de **industrialização**; de outro, a tese de que houve um **processo de industrialização** naquela cidade.

Não obstante tais conceituações, a maioria daqueles estudos não define de fato o que seja **surto** ou **processo de industrialização**. São conceitos que na verdade refletem ora as influências teórico-analíticas adotadas pelos respectivos autores; ora a interpretação das fontes consultadas.

Os estudos identificados com a primeira tese são os seguintes: Fernando Correia Dias[413] (1971), Maria Carlota Souza Paula[414] (1976), Sílvia H. Toyoshima[415] (1986).

Correia Dias analisa que *o surto industrial de Juiz de Fora, iniciado no século XIX, se liga ao desenvolvimento da lavoura cafeeira (...). Não basta, entretanto, afirmar simplesmente que a produção e o comércio de café é que criaram as condições do desenvolvimento manufatureiro. (...) Para que os dois fatores tivessem andado paralelamente, se impunha a ocorrência de determinada condições, principalmente de*

---

[412] Os estudos submetidos a análise são: ANDERSON PIRES. *Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora – 1870/1930.* (Mestrado). Niterói: ICHF/UFF, 1993. ANDERSON PIRES. *Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais – 1889/1930.* (Doutorado). São Paulo: FFLCH/USP, 2004. DOMINGOS GIROLETTI. *Industrialização de Juiz de Fora – 1850/1930.* Juiz de Fora: EDUFJF, 1988. FERNANDO CORREIA DIAS. A vocação de Juiz de Fora. In: *A imagem de Mina: ensaios de sociologia regional.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1971. JOÃO HERALDO LIMA. *Café e indústria em Minas Gerais – 1870/1920.* Petrópolis: Vozes, 1981. LUIZ ANTÔNIO DO VALE ARANTES. *As origens da burguesia industrial em Juiz de Fora – 1858/1912.* (Mestrado). Niterói: ICHF/UFF, 1991. MARIA CARLOTA SOUZA PAULA. *As vicissitudes da industrialização periférica: o caso de Juiz de Fora – 1930/1970.* (Mestrado). Belo Horizonte: FFCH/UFMG, 1976. SILVIA HARUMI TOYOSHIMA. O café o surto de industrialização em Minas Gerais. In: *Evolução de uma economia periférica: o caso de Minas Gerais.* (Mestrado). São Paulo: FEA/USP, 1986.

[413] FERNANDO CORREIA DIAS. op.cit.

[414] MARIA CARLOTA SOUZA PAULA. op.cit.

[415] SILVIA HARUMI TOYOSHIMA. Op.cit.

caráter social[416]. Ou seja, o autor embora não definir o que seja um surto industrial[417] identifica-o, direta e/ou indiretamente, com o desenvolvimento da economia cafeeira e as condições sociais engendradas dentro de tal economia. Não entraremos, por enquanto, nos pormenores da análise do autor. Faremos devidamente no momento oportuno.

Souza Paula, na mesma direção de Correia Dias, também não define o que seja um **surto industrial ou de industrialização**. Seu objeto de análise é a trajetória da indústria de Juiz de Fora no período pós-1930. Desta forma, preocupou-se mais em descrever como se deu tal desenvolvimento no período anterior àquela década, e concluir que este foi um surto, para poder enquadrá-lo numa análise de estagnação e, mesmo declínio da indústria juiz-forana pós-1930, tese, esta sim, da qual pretendeu demonstrar.

O estudo de Toyoshima tem como objetivo a verificação e a aplicabilidade da **teoria da dependência** na versão de Andrew Gunder Frank na formação econômica de Minas Gerais. Dentro de seu escopo teórico-analítico, o desenvolvimento industrial de Juiz de Fora, o que ela denomina de **surto de industrialização**, aparece como uma das fases daquela formação e pressuposto básico para relacionar os períodos da "evolução econômica" de Minas Gerais com as hipóteses expostas por Frank.

Desta forma, a autora afirma que o **surto de industrialização** ocorrido em Juiz de Fora é reflexo da acumulação de capital produzido pela economia cafeeira, da qual aquela cidade é o seu centro dinâmico. Isto posto, segundo ela, foi a cafeicultura que estimulou o desenvolvimento industrial, ao mesmo tempo em que estabeleceu os limites próprios a este desenvolvimento.

Em nosso estudo de mestrado[418], não obstante o objetivo do trabalho se restringir ao desenvolvimento industrial de Juiz de Fora, e sim, abordar a indústria mineira como um todo, aquele surge como pressuposto fundamental na diferenciação entre a indústria que se desenvolveu dentro de um complexo econômico agroexportador e a indústria que se desenvolveu fora desse mesmo complexo. Como os demais autores citados acima, definimos o desenvolvimento industrial de Juiz de Fora como um **surto de**

---

[416] Cf., FERNANDO CORREIA DIAS. Op.cit. pg., 78.
[417] O autor também, num determinado momento do texto, utiliza o termo **processo de industrialização**. Mas é o termo **surto industrial** a principal definição para o desenvolvimento industrial de Juiz de Fora. Sobre a utilização do termo **processo de industrialização** ver pg., 81 do respectivo estudo.
[418] RICARDO ZIMBRÃO AFFONSO DE PAULA. *Percalços da industrialização: o caso de Minas Gerais.* (Mestrado). Campinas: IE/UNICAMP, 2001.

industrialização, mas também, como aqueles, não o enquadramos num corpo teórico. A definição surge mais devido ao marco cronológico, isto é, o momento de implantação e desenvolvimento de fábricas de grande porte e seu declínio, caracterizados no período entre as décadas de 1880 e 1930. Assim, à medida que Juiz de Fora, a partir da década de 1930 deixa de ser o principal parque industrial de Minas Gerais, perdendo tal primazia para Belo Horizonte, concluímos que este foi um **surto**, pois a indústria juiz-forana não acompanhou o ritmo que se impunha o processo de industrialização brasileiro que tem seu ponto de partida naquela mesma década, principalmente a partir da implantação do **Estado Novo** (1937/1945).

Na verdade, o conceito de **surto** se encontra dentro da polêmica sobre as definições a respeito da *teoria estruturas/conjunturas,* o qual está ligado aos **ciclos econômicos**, seja de curta, média ou longa duração, em que estes são medidos a partir de expansão ou crise da atividade comercial e produtiva em nível mundial e seus impactos nos países e regiões. Dentro desse contexto, o conceito de **surto** vincula-se a uma série de categorias que determinam as variações da atividade econômica dentro destes respectivos ciclos, que podem ser identificados como preços, produção agrícola/industrial, comércio, crescimento urbano. Assim, portanto, **surto** está ligado ao conceito de *conjuntura,* momento específico de expansão ou retração da atividade econômica a partir das categorias citadas, não consubstanciando transformações estruturais[419].

No que toca aos estudos sobre Juiz de Fora, a definição **surto**, embora também esteja ligado a um momento específico, em nenhum momento está relacionado àquela discussão original. Com efeito, neste caso, tal definição está mais relacionada ao vocabulário, do que uma compreensão do termo no debate da história econômica. Isto posto, a preocupação dos autores é demonstrar que, num dado momento ocorreu condições propícias para o surgimento de indústrias, que transformou a cidade de Juiz de Fora no principal centro industrial de Minas Gerais, mas que foi superada num período posterior, entrando àquela cidade em estágio de estagnação. Numa palavra, tal definição está ligada ao marco cronológico 1930, o qual aponta para transformação da estrutura produtiva brasileira baseada no capital industrial e no crescimento do mercado interno e que os

[419] Sobre o balanço das *teorias das conjunturas* e a definição de **surto econômico**, consultar: JOSÉ JOBSON DE ANDRADE ARRUDA. *O Brasil no comércio colonial.* Op.cit., pp., 89-120.

referidos autores tomam como se fosse a crise da indústria local dentro de uma estrutura agroexportadora que acabou por definhar no mesmo período. Deste modo, aproveitamos essa oportunidade para reconsiderar tal definição estabelecida em nosso trabalho anterior.

A respeito dos estudos que advogam em defesa de um **processo de industrialização** juiz-forano consultar: Domingos Giroletti (1988)[420], Luiz Antônio do Valle Arantes (1991)[421], Anderson Pires (1993)[422] e (2004)[423].

Dos estudos que abordam especificamente o tema **indústria em Juiz de Fora**, até o momento, o trabalho de Giroletti[424] constitui-se principal. O autor conceitua aquele desenvolvimento como um **processo de industrialização**, sem, no entanto, definir com clareza o que seja tal processo.

Em verdade, ao definir o desenvolvimento industrial de Juiz de Fora como um processo de industrialização, Giroletti está em consonância com o debate acadêmico sobre a **industrialização brasileira** travado nas décadas de 1960 e 70, em que prevalecia, pelos menos até meados dos anos de 1970, a visão de que **o processo de industrialização do Brasil** data do final do século XIX e início do século XX, tomando como modelo analítico o caso paulista.

Assim, segundo o autor, o processo de industrialização brasileiro que *data do final do século passado* (século XIX) *e início do século XX, (...) está relacionado com uma constelação de fatores sócio-econômicos e políticos interligados, que se processaram neste período*[425]. Tais fatores estariam, em primeiro lugar, no **Setor de Mercado Externo** que transfere recursos para o **Setor de Mercado Interno**, induzindo e dinamizando este último, através da urbanização, modernização dos transportes, expansão dos serviços, comércio e sistema financeiro e, por conseguinte, estimulando o crescimento industrial a partir da "substituição de importações".

Ademais, para aquele autor, há que incluir as *relações de produção capitalistas* que se formam dentro dessa dinâmica, as quais sem estas, não há processo de industrialização. Desta forma, afirma que tais relações se internalizaram à medida que já existia no Brasil

[420] DOMINGOS GIROLETTI. Op.cit.
[421] LUIZ A. DO VALE ARANTES. Op.cit.
[422] ANDERSON PIRES. Op.cit.
[423] ANDERSON PIRES. Op.cit.
[424] O trabalho foi apresentado originalmente como Dissertação de Mestrado no Departamento de Ciência Política da UFMG, em 1976, com o título **O Processo de Industrialização de Juiz de Fora – 1850/1930**.

uma economia mercantil estabelecida e uma divisão social do trabalho relativamente desenvolvida, principalmente a partir da entrada de imigrantes que muda a estrutura social em direção ao desenvolvimento das relações de trabalho livre e, da abolição da escravidão[426].

Há que se colocar também que todos estes fatores que ele apontou, estão relacionados com a experiência do desenvolvimento industrial paulista.

Isto posto, o autor insere neste contexto como originou e desencadeou-se o denominado **processo de industrialização de Juiz de Fora**. Em certo sentido, o objetivo do seu trabalho é responder, mesmo que indiretamente, até que ponto a industrialização de Juiz de Fora seguiu os mesmos passos da industrialização paulista. Para isso, Giroletti divide sua análise em quatro fatores responsáveis pela industrialização daquela cidade: capital, mão-de-obra, empresarial e mercado. Ao analisar cada um, o autor chega a conclusão de que, comparado ao caso paulista, a industrialização juiz-forana se deu num âmbito diferente, o que explica, de certa maneira, a sua própria limitação.

Para ele, o que levou Juiz de Fora a se industrializar foi a modernização do sistema de transporte que agilizou o deslocamento da produção cafeeira para o porto do Rio de Janeiro. Esta modernização está localizada na fundação da Cia. União & Indústria que construiu uma rodovia que ligava Juiz de Fora à Petrópolis, sendo o café a partir daquela cidade serrano fluminense transportado por ferrovia. A construção da rodovia União & Indústria transformou a cidade de Juiz de Fora no principal entreposto comercial de Minas Gerais e o centro de armazenagem de café da Mata mineira. Tal transformação ensejou um processo de urbanização que, por conseguinte, estimulou a industrialização local. A partir dessa constatação o autor analisa as diferenças em relação a industrialização paulista e os limites da industrialização de Juiz de Fora.

Assim, de acordo com Giroletti, se em São Paulo o café induziu diretamente a industrialização; em Juiz de Fora esta se deu de forma indireta. Ademais, as transformações ao nível das relações sociais de produção que se processaram em Juiz de Fora foram diferentes de como se deu no caso paulista. Neste, se deu no âmbito da lavoura cafeeira; em Juiz de Fora, se deu no núcleo urbano.

---

[425] Cf., DOMINGOS GIROLETTI. Op.cit. pg., 15.
[426] Ibid. Ibidem.

Não obstante tais diferenças, o autor demonstra que a industrialização de Juiz de Fora foi limitada, sendo um dos principais elementos desse limite, o excedente da economia cafeeira. Desta feita, se em São Paulo concentrava-se todo o excedente proveniente da cafeicultura, quer do comércio de importação, quer da produção, financiamento e exportação do café; em Juiz de Fora apenas uma pequena parcela retia-se na cidade. O restante beneficiava-se o crescimento da cidade do Rio de Janeiro. Assim, o autor conclui que Juiz de Fora não passava de um entreposto comercial de segunda grandeza, que por conseguinte induziu uma industrialização limitada.

O estudo de Arantes, que também, utiliza-se do conceito de **processo de industrialização**, mas que não define claramente o que seja tal processo, tem como objetivo abordar a origem da burguesia industrial de Juiz de Fora.

Segundo ele, "o vigoroso" processo de industrialização da qual Juiz de Fora foi palco no início do século XX, está relacionado à própria característica de isolamento que marcou a formação econômica de Minas Gerais[427]. Desta feita, o processo de industrialização de Juiz de Fora estaria ligado, segundo aquele autor, de um lado ao caráter isolado da província/estado de Minas Gerais; de outro, ao papel do imigrante, principalmente alemão luterano, que com sua ética vinculada ao trabalho e seu espírito capitalista, constituíram os principais fatores daquela industrialização. Assim, o papel do café no processo juiz-forano, foi indireto, pois possibilitou a vinda de imigrantes para região.

O trabalho de Arantes tem como referência teórico-analítica a perspectiva weberiana sobre a formação do capitalismo através da ética do trabalho, que, de acordo com Max Weber, se origina a partir de um tipo ideal de conduta religiosa preconizada na esteira da Reforma Protestante[428]. Dentro deste contexto, Arantes associa a formação da burguesia industrial de Juiz de Fora à emigração de germano-protestantes os quais vão fundar estabelecimentos industriais naquela cidade. Para o autor, tais imigrantes foram os responsáveis por dar início ao **processo de industrialização de Juiz de Fora**[429]**.**

Contudo, Arantes comete um grave equívoco, pois afirma que os imigrantes germânicos-protestantes que foram para Juiz de Fora eram luteranos, em sua maioria e

[427] Cf., LUIZ ANTÔNIO DO VALE ARANTES. Op.cit., pg., 8.
[428] MAX WEBER. *A ética protestante e o espírito do capitalismo.* São Paulo: Martin Claret, 2002.
[429] Cf., LUIZ ANTÔNIO DO VALLE ARANTES. Op.cit., pg., 82.

metodistas. Aí reside a contradição em relação ao referencial teórico-analítico que utilizou. Ora, o estudo de Weber vem justamente explicar o porquê daquele sistema não ter se desenvolvido nos estados alemães, os quais predominantemente protestantes. Segundo Weber, o culto protestante da maioria destes estados era o *luteranismo*, que baseava-se no dogma paulino de justificação da fé e condenava a usura e qualquer forma de juros. Isto posto, para ele, não se pode sustentar, por si só, que o capitalismo, como sistema econômico seja efeito da Reforma Protestante. E sim, que foi a partir de algumas vertentes do protestantismo, as quais ele denomina de *protestantismo ascético* que surgiu o tal *espírito do capitalismo*[430].

Dentro desse contexto, Arantes se contradiz ao relacionar o luteranismo ao *espírito do capitalismo* preconizado por Weber. Arantes poderia fazer um estudo sobre a importância do imigrante germânico-protestante na fundação de estabelecimentos industriais em Juiz de Fora, mas ao tentar adequar à tipologia weberiana acabou por entrar em conflito com o próprio arcabouço teórico-analítico que utilizou.

Os trabalhos de Pires, embora não terem como objeto principal de análise o desenvolvimento industrial de Juiz de Fora, destoam dos demais, pois, tentam demonstrar como a economia cafeeira estimulou direta e indiretamente o que ele denominou de "intenso" **processo de industrialização** da cidade de Juiz de Fora[431]. De todos os autores que compartilham esta visão, é o único que tenta dar uma definição do que seja **processo de industrialização.** Segundo ele, tal processo é identificado a partir da ***introdução de forças produtivas especificamente capitalistas****, através do surgimento de unidades fabris (...) e generalização do trabalho assalariado (...)*[432]. Estes trabalhos, ao lado do estudo de Giroletti, formam um panorama rico e importantíssimo para quem quer entender o desenvolvimento industrial de Juiz de Fora.

---

[430] Segundo Weber as quatro vertentes do *protestantismo ascético* são: o calvinismo, o pietismo, o metodismo e as seitas que se desenvolveram a partir do movimento batista. De acordo com o autor, entende-se por *ascetismo* a vida monástica com princípios rígidos, desapegados ao mundo material. O cristianismo, desde seus tempos remotos, havia desenvolvido o ascetismo, o qual teve na consolidação da Igreja Católica, na Idade Média, através dos estímulos para criação de mosteiros o seu ponto alto. Todavia, a Reforma Protestante vai, para Weber, colocar o *ascetismo cristão* no âmago do mercado. Ou seja, o ascetismo cristão agora é sinônimo de *trabalho*, em que este se transforma no principal meio de comunicação entre o homem e Deus. Ver MAX WEBER. Op.cit.

[431] Cf., ANDERSON PIRES. *Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora – 1870/1930.* op.cit. pg., 12.

[432] Cf., ANDERSON PIRES. *Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais – 1889/1930.* op.cit. pg., 76/77.

Tanto no primeiro trabalho (1993)[433] como no último (2004)[434], seu objetivo é analisar a economia cafeeira da Zona da Mata mineira como um "complexo econômico"[435]; autônomo, diferenciado da economia cafeeira do Rio de Janeiro, cuja expansão estimulou o desenvolvimento da cafeicultura da Mata. O que o autor pretende é desmistificar a tese de que a economia cafeeira da Mata era uma espécie de satélite da economia cafeeira fluminense, não obstante a penetração do café na Mata mineira depender, em seu início, da expansão do Vale do Paraíba. Tal formação deste complexo estaria ligado ao fim da escravidão e a internalização da acumulação de capital no próprio espaço regional.

Entretanto, Pires afirma que este "complexo" é periférico por três razões: em primeiro lugar, devido a incapacidade de integração econômica da cafeicultura com o resto do estado. Em segundo lugar, por não comportar em seu espaço, o núcleo de seu aparelho político-administrativo. Por fim, a assimetria dos fluxos de comércio de café, que retia-se na própria praça do Rio de Janeiro, onde o café mineiro era exportado. Mesmo assim, segundo o autor, a economia cafeeira da Mata se diferenciava de outros complexos (Rio de Janeiro e São Paulo), conseguindo reproduzir, mesmo que quantitativamente inferior aos citados, um complexo dinâmico que possibilitou a diversificação produtiva, pelo menos no espaço regional em que estava inserido.

Desta feita, no primeiro trabalho, o autor analisa a formação, a estrutura e a dinâmica do complexo agroexportador cafeeiro da Zona da Mata. Destaca que a forma com que foi estruturada a economia cafeeira regional baseou-se num sistema de uso extensivo do solo tendo no latifúndio o regime de propriedade predominante, como os demais complexos cafeeiros.

Destaca também como que a crise dos "comissários de café", a partir da década de 1880, principais agentes financeiros da economia escravista cafeeira, somada a crise da abolição da escravidão, possibilitou a emergência de um sistema financeiro local, o que estimulou a diversificação urbano-industrial da cidade de Juiz de Fora. Todavia, segundo o autor, se as casas comissárias tinham papel relevante no financiamento da produção

---

[433] ANDERSON PIRES. *Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora – 1870/1930.* op.cit..
[434] ANDERSON PIRES. *Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais – 1889/1930.* op.cit.

cafeeira da Mata, também havia a existência de um capital originado na própria atividade agroexportadora regional que, grosso modo, prenuncia a gestação de um circuito financeiro local delimitado e autônomo. Tal sistema financeiro será de importância *sine qua non* para a própria reprodução da economia agroexportadora da Mata, a partir do final da década de 1880 até 1930.

A dinâmica agroexportadora cafeeira será importante para que a partir do final da década de 1880 surja na cidade de Juiz de Fora unidades fabris de grande porte, desenvolvendo assim, de acordo com o autor, um processo de industrialização que entra em estagnação e, mesmo em declínio, a partir da década de 1930.

As razões para que Juiz de Fora e não outro município da Zona da Mata ter sofrido um processo de industrialização, estão de acordo com Pires, seguindo os passos de Giroletti, na transformação daquela cidade no centro comercial e de armazenagem da produção cafeeira de Minas Gerais. Entretanto, há diferenças de análises entre os dois autores que discutiremos em momento oportuno.

No seu último trabalho (2004), o autor retoma as hipóteses lançadas no primeiro estudo, sobre a emergência de um sistema financeiro regional, tendo em Juiz de Fora o seu centro dinâmico. Segundo ele, a organização deste sistema financeiro é o resultado da acumulação do capital agrário efetivado no próprio espaço regional, em que a dinâmica agroexportadora da Zona da Mata induziu um processo de urbanização e industrialização de Juiz de Fora.

Ademais, na análise de Pires, à medida que a organização deste sistema financeiro se consolida a partir do final da década de 1880, a própria dinâmica da economia agroexportadora regional é assegurada, pois neste momento está ocorrendo a derrocada da principal região produtora de café ao longo da segunda metade do século XIX, qual seja, o Vale do Paraíba e, junto com esta, a crise do sistema de financiamento baseado no "comissário" de café. Também, como causa e efeito deste mesmo contexto, a abolição da escravidão impôs uma nova dinâmica nas economias regionais do país em direção à forma de produção capitalista.

---

[435] De acordo com o conceito elaborado por Wilson Cano. Ver WILSON CANO. *Raízes da concentração industrial em São Paulo.* Op.cit. Veremos mais adiante como se formou o complexo cafeeiro na Zona da Mata mineira.

Ao contrário do que ocorreu no Vale do Paraíba, principalmente no lado fluminense, em que a economia agroexportadora cafeeira não conseguiu se estruturar na passagem do escravismo para relações de trabalho livre; a Zona da Mata, afirma Pires, mesmo mantendo-se escravista até o 13 de maio, conseguiu organizar um sistema financeiro que daria sobrevida à referida economia, transformando-a num "complexo econômico" até a década de 1930. Mais do que isso, segundo o autor, tal sistema financeiro, tendo no Banco de Crédito Real, o principal agente daquele sistema, só se organizou devido a potencialidade de internalização dos fluxos gerados pela cafeicultura ao longo da estruturação própria do complexo, os quais vão se concentrar na cidade de Juiz de Fora[436].

Portanto, Pires analisa que houve uma espécie de "causação circular" entre a dinâmica da economia cafeeira e o impulso dado à modernização dos transportes (construção da rodovia União & Indústria em 1861 e a chegada das ferrovias na década de 1870), que somado ao crescimento urbano de Juiz de Fora significativo também a partir da década de 1870, tornou possível a transformação das relações sociais em direção à criação do mercado de trabalho pós-abolição e a organização do sistema financeiro regional, resultando num movimento de transformação e expansão de um complexo econômico agroexportador regional capitalista.

Todavia, um estudo destoa-se de todos os demais. Referimo-nos ao trabalho de J. H. Lima (1981)[437]. Como Pires, Lima parte da noção de "complexo econômico" para (não) caracterizar a economia da Zona da Mata mineira.

A partir desta noção, ao contrário de Pires, Lima estabelece uma análise comparativa entre a economia cafeeira da Mata e o "complexo capitalista" do Oeste paulista. Segundo ele, o complexo paulista se desenvolveu a partir das formas de produção capitalista, que resultou numa diversificação de sua estrutura produtiva, isto é, da economia cafeeira, motor da acumulação de capital do complexo expandiu-se outros setores. As relações de produção capitalistas foram efetivadas através da introdução e predominância de formas livres de relações de trabalho no interior da atividade produtiva cafeeira, principalmente, assalariado, segundo o autor. Estas novas formas proporcionaram a

[436] ANDERSON PIRES. *Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais – 1889/1930. op.cit.*.
[437] JOÃO HERALDO LIMA. Op.cit.

expansão de uma agricultura mercantil de alimentos e demais bens e serviços, nos quais resultaram na urbanização e desenvolvimento industrial da capital paulista.

No caso da Zona da Mata mineira, esta não se deu sob as relações de produção capitalistas. Para Lima, em primeiro lugar, a dinâmica da economia cafeeira mineira era bem inferior à do Oeste paulista em todos os aspectos (tamanho das fazendas, produção dos cafezais etc.). Em segundo, a cafeicultura mineira se restringiu à fronteira fechada; ou seja, não se expandiu além da Zona da Mata. Por fim, enquanto que São Paulo desenvolveu formas de trabalho livre e assalariada, a Zona da Mata baseou-se no trabalho escravo e após abolição, desenvolveu-se a meação e a parceria como formas predominantes de trabalho livre; o que para o autor é uma forma tipicamente pré-capitalista. Por fim, o excedente gerado na cafeicultura da Zona da Mata mineira retia-se no Rio de Janeiro.

Desta feita, o autor afirma que a economia cafeeira da Zona da Mata mineira não poderia se enquadrar no esquema de *complexo econômico* dentro das especificações estipuladas por Wilson Cano.

No que toca à indústria, Lima analisa o surgimento e o desenvolvimento de indústrias em Minas Gerais como um todo. Segundo ele, o que explica tal efeito, é justamente o caráter isolado do estado e a própria condição de descentralização da implantação de indústrias no país pré-1930. O objetivo destas indústrias na opinião de Lima era atender uma demanda local ou regional.

Isto posto, acerca da implantação de indústrias em Juiz de Fora, este se deu de acordo com os fatores referidos acima, já que dado à característica que assumiu a economia cafeeira na Zona da Mata mineira, não estimulou o desenvolvimento de um segmento industrial vinculado à sua “fraca” dinâmica.

Portanto, Lima defende a tese de que a economia cafeeira de Minas Gerais não estimulou como a de São Paulo o desenvolvimento das relações de produção capitalista.

Em suma, o que nós podemos depreender de todos estes estudos analisados, é que a implantação de indústrias em Juiz de Fora, esteve atrelada ou não à dinâmica da cafeicultura de exportação. É dentro desse quadro que partiremos nossa discussão a respeito da industrialização de Juiz de Fora.

3.1 – O papel da economia cafeeira.

Pudemos perceber, de acordo com a abordagem anterior, que existe uma controvérsia, no que diz respeito ao papel da economia cafeeira como principal indutor da origem de indústrias em Juiz de Fora.

Isto posto, identificamos três vertentes que versam sobre o assunto. De um lado, os defensores da influência direta da economia cafeeira no desenvolvimento industrial de Juiz de Fora, isto é, os autores Correia Dias, Toyoshima e Anderson Pires. De outro, aqueles que defendem uma influência indireta da economia cafeeira naquele desenvolvimento. Representam esta corrente os estudos de Giroletti e Souza Paula. Por fim, uma terceira vertente a qual analisa que a economia cafeeira não teve participação alguma na implantação de unidades fabris naquela cidade. Ou seja, os trabalhos de J. H. Lima e Arantes.

Todavia, este debate é precedido por outro, qual seja, o desenvolvimento das relações de produção capitalistas no interior da economia cafeeira regional. Como pudemos perceber anteriormente, a definição geral do desenvolvimento industrial de Juiz de Fora passou pela dinâmica das relações de produção capitalistas do núcleo agroexportador.

Vejamos as análises da primeira vertente.

De acordo com Correia Dias, a economia cafeeira favoreceu o **surto industrial de Juiz de Fora**, pois condicionou o *aparecimento de uma classe empresarial, de mentalidade capitalista, utilizando-se de processos tipicamente capitalista – e não mais patrimonialista*[438]. Em outras palavras, segundo o autor, a mentalidade capitalista dos fazendeiros de café, fez com que transferissem recursos da lavoura para outros setores da atividade econômica, que por sua vez, criou as condições para o trabalho assalariado, para surgimento de bancos, estabelecimentos industriais além, é claro de unidades fabris.

[438] Cf., FERNANDO CORREIA DIAS. Op.cit. pg., 78. Na verdade, toda análise deste autor pauta-se no estudo de Fernando Henrique Cardoso sobre as condições da industrialização paulista. O próprio Correia Dias anuncia que *o esquema aplicado pelo referido autor* (Cardoso), *ao caso paulista, pode ser, em nossa opinião* (opinião dele), *e guardadas certas peculiaridades, utilizado no exame do processo de desenvolvimento industrial de Juiz de Fora*. Ibid., Ibidem. Sobre o estudo de Cardoso, consultar: FERNANDO HENRIQUE CARDOSO. Condições sociais da industrialização: o caso de São Paulo. In: *Mudanças sociais na América Latina.* São Paulo: DIFEL, 1969. Tal estudo foi publicado também nas seguintes revistas: *Revista Ciencias Políticas y Sociales* da Universidade Autônoma do México. *Revista Brasiliense.* São Paulo: n. 28, março-abril, 1960. Este último é a versão utilizada por Correia Dias.

O autor aponta para a construção da rodovia União & Indústria o passo decisivo para a introdução das relações de produção capitalistas na Zona da Mata mineira, pois dependeu largamente de mão-de-obra livre e qualificada.

Na análise de Correia Dias, a Cia. União & Indústria, responsável pela execução e manutenção da rodovia, criou um mercado de trabalho na cidade de Juiz de Fora, ao importar imigrantes; fundar diversas oficinas, as quais por sua vez, baseavam-se numa divisão social do trabalho e disseminar o assalariamento como principal meio de pagamento. Isto posto, estimulou-se uma *agricultura mercantil generalizada, pré-requisito,* segundo ele, para a industrialização[439].

Também, o autor afirma que o fim do tráfico de escravos a partir de 1850 repercutiu na Zona da Mata, provocando queda de aquisição da mão-de-obra mancípia. Neste sentido, segundo ele, após 1850, há uma gradativa eliminação do trabalho escravo e sua substituição pelo trabalho livre, o qual permitiu a elevação da massa salarial, abrindo perspectiva para criação de um mercado consumidor de produtos manufaturados.

De acordo com Toyoshima, foi em decorrência da acumulação cafeeira que se deu o **surto de industrialização de Juiz de Fora**. Contudo, segundo ela, apenas a acumulação do capital cafeeiro não é suficiente, há que existir relações de produção tipicamente capitalistas, tais como, existência de mercado de trabalho, mercado de consumo, infra-estrutura, sistema financeiro etc, para que a indústria se desenvolva.

Dentro desse contexto a autora afirma, seguindo os passos de Correia Dias, que Juiz de Fora, a partir da segunda metade do século XIX, apresentou as referidas condições. Ou seja, fonte de recursos, pois centralizava a produção e o comércio de café da região; sistema de transporte desenvolvido, que facilitava uma relação mercantil – particularmente com o Rio de Janeiro – isto é, a construção da rodovia União & Indústria e, posteriormente, a chegada da ferrovia dotaram a região de uma moderna malha viária que facilitava o comércio; mercado de trabalho livre, que se formou a partir da entrada de imigrantes, que se deu em dois momentos, quais sejam, por ocasião da construção da rodovia União & Indústria, e depois, no final do século XIX. E, por fim, o mercado interno. Segundo ela, o

[439] Idem. pp., 78-79.

mercado regional e a proximidade com o Rio de Janeiro foram fatores importantes para a instalação de indústria em Juiz de Fora[440].

Anderson Pires, utilizando-se da noção de **efeitos de encadeamento**[441], demonstra como a economia cafeeira gerou os recursos, não somente para a diversificação urbano-industrial de Juiz de Fora, como para a diversificação agrícola e montagem de uma estrutura comercial e financeira na Zona da Mata, transformando-se num verdadeiro **complexo econômico**[442].

Assim, Pires afirma que foi a constituição de uma rede eficiente de transporte naquela região, um dos mais importantes efeitos de encadeamento gerados pela produção cafeeira, pois passo decisivo para reprodução e expansão daquela cultura na Mata mineira. Esse sistema de transporte era representado pela rodovia União & Indústria e pela implantação de várias ferrovias no interior da região, a partir da segunda metade da década de 1870, tendo em Juiz de Fora o principal entroncamento.

Corroborando com os outros autores, Pires afirma que, a constituição do sistema de transporte, principalmente, a partir da construção da rodovia União & Indústria, criou as condições para o surgimento do trabalho assalariado, que impulsionou a urbanização de Juiz de Fora. Os trabalhadores imigrantes que se estabeleceram naquela cidade, a partir da criação da rodovia proporcionaram uma nova dinâmica à divisão social do trabalho, ao darem os primeiros passos em direção à constituição de um mercado de trabalho livre.

O desenvolvimento do sistema de transporte, de acordo com àquele autor, criou os principais instrumentos para que a dinâmica do núcleo agroexportador da Mata viesse se desdobrar num *processo de diversificação urbano-industrial*[443], que transformou Juiz de Fora, além do principal eixo de entroncamento do sistema viário, na capital regional da Zona da Mata, pois centro de armazenagem e comercialização daquela produção. À medida que Juiz de Fora se consolida como o principal centro urbano da região (e de Minas Gerais), o capital cafeeiro encontrará espaço propício não só para a reprodução de sua estrutura agroexportadora, bem como, para inversões em outros setores, tais como bens e serviços, bancos e indústria.

---

[440] SILVIA HARUMI TOYOSHIMA. Op.cit. pp., 72-79.
[441] Ver os trabalhos de Albert Hirschman citados na Introdução deste estudo.
[442] ANDERSON PIRES. *Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais – 1889/1930.* op.cit. pp., 39-60.

Em suma, a partir das análises do autor, ao concentrar capitais que se desdobram em outras atividades produtivas, e desenvolver um mercado de trabalho livre, pelo menos em seu espaço urbano, o município de Juiz de Fora, dará um passo decisivo para o desenvolvimento das relações de produção capitalistas, a qual servirá no momento de crise estrutural da economia agroexportadora, com a passagem do escravismo para o trabalho livre, de âncora para própria dinâmica de reprodução da economia cafeeira, agora sob a forma de produção capitalista.

Neste sentido o autor afirma que a abolição da escravidão, se não produziu relações imediatas de assalariamento na lavoura, as diversas formas de trabalho livre – colonato, parceiro, meeiro etc – que foram introduzidas naquele momento, implicaram na elevação do grau de mercantilização na região, que somada à própria diversificação urbano-industrial que vinha desenvolvendo a cidade, desde a década de 1860, impulsionou um **processo de industrialização,** entre as décadas de 1880 e 1930, e garantiu ao mesmo tempo sobrevida à produção cafeeira até a crise do modelo primário-exportador a partir da década de 1930[444].

No que toca a segunda vertente, para Giroletti, a **industrialização de Juiz de Fora** está ligada diretamente à transformação daquela cidade em entreposto comercial da Zona da Mata, e que vai *aglutinar vários interesses, tornando palco de grandes negócios, de intensa circulação de mercadorias, de grande concentração e acumulação de capital*[445]. Segundo o autor, o café teve papel indireto, pois sua contribuição no processo foi apenas de gerar os recursos necessários para a modernização do sistema viário, que se inicia com a construção da rodovia União & Indústria. É claro que para ele, a transformação de Juiz de Fora em entreposto comercial só foi possível devido à rodovia e, posteriormente, a implantação da ferrovia.

Contudo, Giroletti afirma que foi a forma de como se organizou a Cia. União & Indústria, o principal fator de impulso à referida industrialização. Ou seja, para o autor, foi a divisão social do trabalho, baseado em funções técnicas específicas, sob o predomínio do trabalho assalariado, que criaram as "condições sociais da industrialização". Ao utilizar mão-de-obra livre e assalariada através da importação de imigrantes europeus, estes

---

[443] Cf., Ibid. pg., 61.
[444] Ibid.
[445] Cf., DOMINGOS GIROLETTI. Op.cit. pg., 46.

abasteceram, a partir do término da construção da rodovia, a cidade de trabalhadores qualificados, os quais foram importantes para a fundação de estabelecimentos industriais.

Em suma, embora contraditório, Giroletti afirma: *a maior concentração e acumulação de capital, formado pelo desenvolvimento da cafeicultura, em Juiz de Fora, se deve à formação de um entreposto comercial resultante do concurso da rodovia União & Indústria. Esta concentração se refletirá no crescimento da cidade, na diversificação da economia e no processo de crescimento da industrialização local*[446].

Souza Paula[447], em seu estudo, segue *pari passo* a direção de Giroletti.

Por fim, no que se refere a terceira vertente, tanto J. H. Lima, como Arantes analisam que a economia cafeeira não impulsionou o desenvolvimento de Juiz de Fora. O primeiro argumenta que, como vimos, a economia cafeeira regional não desenvolveu relações de produção capitalista que pudesse impulsionar à indústria. Esta se desenvolveu a partir das características próprias da implantação de unidades fabris em Minas Gerais, qual seja, o isolamento mineiro[448].

Arantes, em parte, também aponta para a característica isolacionista do território mineiro como pressuposto básico para o surgimento de indústrias. Mas, como analisamos anteriormente, é o imigrante germânico-protestante, segundo ele, o principal agente industrializador de Juiz de Fora. Assim, dentro desse contexto, para Arantes, se a economia cafeeira teve algum papel no desenvolvimento industrial Juiz-forano, foi na importação destes como mão-de-obra qualificada para trabalhar na construção da rodovia União & Indústria. Ao estabelecê-los naquela cidade, tiveram papel decisivo na fundação de indústrias, devido sua *ética protestante e seu espírito capitalista*[449].

A nosso ver, como já havíamos discutido no nosso trabalho anterior[450], a economia cafeeira foi imprescindível para as transformações estruturais na região da Mata mineira. Assim como Pires, entendemos tal economia como um **complexo econômico**. Vejamos como se formou o **complexo cafeeiro da Zona da Mata**.

---

[446] Cf., Ibid., pg., 51.
[447] MARIA CARLOTA SOUZA PAULA. op.cit., Capítulo III, pp., 60-71.
[448] JOÃO HERALDO LIMA. Op.cit.
[449] LUIZ ANTÔNIO DO VALE ARANTES. Op.cit.
[450] Ver RICARDO ZIMBRÃO AFFONSO DE PAULA. op.cit. Principalmente os capítulos II e V.

3.1.1 – A formação do complexo cafeeiro da Zona da Mata.

O que é um "complexo econômico"? Por que tal denominação para a economia da Mata mineira? Responderemos a primeira pergunta agora e a segunda questão discutiremos mais adiante.

De acordo com Wilson Cano, *quando se tenta compreender o processo dinâmico de crescimento de uma economia, torna-se absolutamente necessário analisar que partes principais a compõem, como atua cada uma delas nesse processo de crescimento, e que graus e tipo de inter-relacionamento entre elas possibilitam o surgimento de um conjunto econômico integrado. A esse conjunto de atividades sobre o qual atua certo número de variáveis independentes ou não ao conjunto – creio que se lhe pode chamar de "complexo econômico"*[451].

Em outras palavras, **complexo econômico**, é a *inserção de uma região num contexto maior, via alguma* ***commodity****, que articula interesses em torno de si, formando um "conjunto econômico integrado", gerando nexos mais duradouros entre seus vários componentes e atores (...)*[452].

Contudo, Cano adverte que somente tais características são insuficientes para a determinação de um complexo econômico. Com efeito, *é absolutamente fundamental que esse sistema de produção e circulação opere na base de relações capitalistas de produção*[453]. Deste modo, o autor pretende explicar que a idéia de **complexo econômico** não é essencialmente apenas uma análise integrada de uma economia regional, e sim, como se dá transformações em suas relações de produção. Tanto economias escravistas, pré-capitalistas, como capitalistas, segundo o autor, podem ser analisadas sob a ótica do "complexo", embora a dinâmica econômica de cada um tomem formas diferentes. Entretanto, é somente na formação de um complexo econômico capitalista que ocorre ações transformadoras, pois escudadas no trabalho assalariado.

---

[451] Cf., Ibid., pg., 29.
[452] Cf., CARLOS ANTÔNIO BRANDÃO. Uma História da longa construção da unidade nacional: notas sobre a natureza da formação e integração do mercado nacional. In: Anais do IV Congresso Brasileiro de História Econômica e 5 Conferência Internacional de História de Empresas. São Paulo: FEA/USP, 2001.
[453] Cf., WILSON CANO. Op.cit. pp., 29/30.

Ao fazer tal afirmação o autor pretende justificar porque São Paulo se transformou no principal centro industrial do país a partir da década de 1920 e, por que aquele estado tornou-se o centro dinâmico da acumulação capitalista após a década de 1930.

Num estudo comparativo entre as principais regiões cafeeiras[454], Cano afirma que apenas em São Paulo consubstanciou-se um "complexo econômico capitalista". As razões para tal, estão, em primeiro lugar, na expansão cafeeira em direção ao Oeste Paulista, a partir das décadas de 1860/70. Com efeito, tal expansão demandou uma série de transformações qualitativas, a saber, predominância do trabalho livre; desenvolvimento de uma infra-estrutura de transporte – notadamente ferrovias – as quais por sinal, foram as responsáveis pelo deslocamento da fronteira agrícola; a constituição de uma agricultura mercantil de alimentos, para suprir a mão-de-obra empregada nos cafezais e; o desenvolvimento do setor industrial[455].

Ademais, para o autor, tais fatores contribuíram para uma dinâmica de acumulação capitalista, à medida que o capital cafeeiro se deslocou para outros setores produtivos, possibilitando a diversificação daquela economia, em que o capital agrário metamorfoseou-se em capital comercial, industrial e financeiro. Isto posto, tais transformações qualitativas, engendraram um novo complexo econômico de tipo capitalista, sendo crucial para que São Paulo tomasse a dianteira no processo de consolidação do capitalismo no Brasil a partir da década de 1930, através de seu exercício na dinâmica da industrialização e da integração do mercado nacional.

No que toca à Minas Gerais, Cano escudou-se no trabalho da João Heraldo Lima, concluindo que a economia cafeeira da Mata mineira não poderia ter se transformado em um "complexo econômico", pois dependente do capital mercantil do Rio de Janeiro[456], além de outros fatores já apontados por Lima e discutidos neste trabalho.

Diferentemente destes autores, pensamos que podemos sim caracterizar a economia cafeeira da Mata como um "complexo econômico", e, mais do que isso, em um "complexo econômico capitalista" no período 1889/1930. Mas, para fundamentarmos tal análise, é

---

[454] WILSON CANO. Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras – 1850/1930. In: WILSON CANO. *Ensaios sobre a formação econômica regional do Brasil.* Campinas: UNICAMP, 2002. pp., 49-76. A primeira versão é de 1985, publicada na Revista de Estudos Econômicos – FIPE/USP.

[455] WILSON CANO. *Raízes da concentração industrial em São Paulo.* Op.cit., pp., 54-97. WILSON CANO. Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras – 1850/1930. pp., 64-70.

[456] Ibid., pp., 55-57.

preciso discutir, em primeiro lugar, a própria formação regional. Queremos com isso, mostrar que a Zona da Mata não é uma fronteira fechada, e sim, que com a expansão da economia cafeeira, é que aquela região foi se conformando como um espaço regional delimitado. Ou seja, numa palavra, não foi a Zona da Mata que delimitou a economia cafeeira; mas a economia cafeeira que configurou a Zona da Mata.

Para entender a afirmativa acima, temos que abrir a questão para uma definição de "região" e como que se formou o espaço regional da Mata mineira.

a) Região: uma definição.

No capítulo anterior, estávamos tratando a formação territorial de Minas Gerais, dando ênfase nos termos de uma definição natural de região, sem, é claro, se desconsiderar a ocupação humana; isto é, estávamos determinando o mundo físico dessa formação territorial, a partir somente da ocupação do espaço[457]. Agora, tratamos a definição de região sob perspectiva histórica, de forma a entender como que a ação antrópica, a partir da produção/percepção do espaço vai caracterizando e delimitando o espaço regional.

Existem várias definições para a região, além da definição geográfica natural. Nosso critério definidor aqui está voltado para o âmbito das ciências sociais, que agregam ao espaço natural, o espaço econômico, o espaço político e o espaço cultural ao sentido "região". Sabemos que não há um critério exclusivo para definir região; se a homogeneidade – produção econômica, identidade cultural etc., – constitui um fator importante, este não é o único; pois, há também o fator heterogeneidade – cujo caso mais nítido, é própria formação regional mineira – que constituía-se numa unidade político-administrativa, mas não econômica. Em segundo lugar, há o problema do anacronismo; isto é, a partir da delimitação regional do presente constituir o mesmo num passado remoto. Porém, se esta estiver vinculada à evidências coevas, pode-se relevar, mesmo que o espaço

[457] O conceito de **região natural** nos termos da geografia tradicional, consiste numa relação entre ação humana e o meio físico, em que a fisionomia do espaço é o palco e o resultado da ocupação antrópica. Ver: ALEXANDRE MENDES CUNHA; RODRIGO FERREIRA SIMÕES & JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. Regionalização e História: uma contribuição introdutória ao debate teórico-metodológico. In: *Texto para discussão n. 260.* Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2005. pp., 8/9.

passado esteja animado por problemas presentes[458]. Por fim, há que se acrescentar a dinamicidade do conceito **região**. Um exemplo disso, é a própria Zona da Mata, que no final do século XIX, detinha uma determinada rede urbana e, atualmente é uma macrorregião subdividida em várias microrregiões, dentro do contexto do processo de urbanização que se configurou no Brasil ao longo do século XX[459].

Neste sentido o conceito de região vai depender do objetivo que norteia a segmentação. Ou seja, definir quais os critérios que permitem identificar um determinado espaço específico[460]. É dentro desse contexto que vamos pensar a formação da Zona da Mata mineira.

A nosso ver, o critério fundamental que delimita a Zona da Mata como um espaço regionalizado específico, neste caso, é a produção econômica. É a economia cafeeira que ao penetrar em Minas, aos poucos vai conformando uma região diferenciada no contexto econômico e social das Gerais. O que queremos dizer com isso, é que não se pode falar em Zona da Mata antes da década de 1870. É justamente a articulação entre a dinâmica cafeeira e a modernização dos transportes, com a chegada das ferrovias, que proporciona a expansão do café além dos limítrofes com o Rio de Janeiro. Ou seja, a Zona da Mata enquanto região delimitada no mapa, seja no início do século XX, seja na atual regionalização de Minas Gerais, feitas pelo IBGE, foi constituída como tal, a partir do momento em que a cafeicultura se expandiu para o norte e leste da área pioneira. Voltaremos a esta discussão mais a frente.

Assim, há que se desmistificar a proposição de autores como J. H. Lima entre outros de que a cafeicultura mineira se deu num espaço de fronteira fechada. É justamente o contrário, foi a cafeicultura que delimitou um espaço específico no contexto econômico e social mineiro.

---

[458] Ibid., pg., 6.

[459] Neste sentido, não estamos aqui defendendo a posição dos geoeconomistas neoclássicos da década de 1930, os quais definiam "região" num contexto da **teoria do lugar central**. Contudo, a rede de cidades e sua influência em seu entorno é fator importante na classificação regional do IBGE. Sobre esta teoria, seus formuladores foram: WALTER CHRISTALLER (geógrafo) e AUGUST LOSCH (economista). Um balanço das vertentes que discutem o tema "região", ver: ÁUREA CORRÊA DE MIRANDA BREITBACH. *Estudo dobre o conceito de região.* Porto Alegre: FEE, 1988. Também: ALEXANDRE MENDES CUNHA; RODRIGO FERREIRA SIMÕES & JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. Regionalização e História: uma contribuição introdutória ao debate teórico-metodológico. Op.cit..

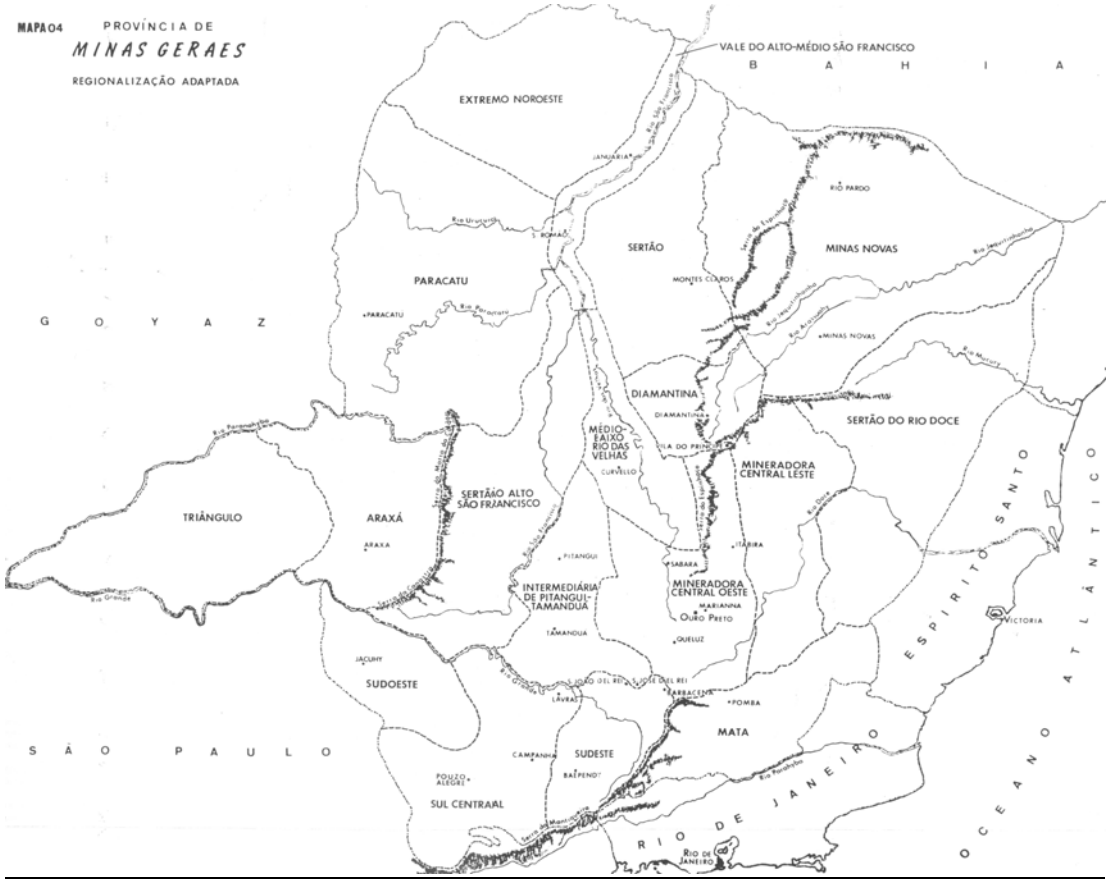
[460] Como o de região comporta acepções variadas, estamos nos baseando aqui, em linhas bastante gerais, no texto de: ALEXANDRE MENDES CUNHA; RODRIGO FERREIRA SIMÕES & JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. Regionalização e História: uma contribuição introdutória ao debate teórico-metodológico. Op.cit.

Os estudos sobre regionalização mineira nos século XVIII e XIX, tendem a utilizar as divisões atuais ou àquelas definidas ao longo do século XX, como base de suas análises. É o caso dos estudos de Douglas Libby[461], Clotilde Paiva[462], Marcelo Magalhães Godoy[463] etc.. No entanto, como já dissemos acima, a questão de se utilizar a configuração regional do presente, deixa de ser anacrônica, se escudadas em evidências coevas. É o caso destes autores citados. Na verdade, seus propósitos são visualizar a distribuição da produção econômica em Minas Gerais no passado, tendo como referência basilar a divisão regional presente, o que é permissível.

[461] DOUGLAS COLE LIBBY. Op.cit..
[462] CLOTILDE ANDRADE PAIVA. Op.cit..
[463] MARCELO MAGALHÃES GODOY. Op.cit..

MAPA 14

REGIONALIZAÇÃO DA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX, ADAPATADA POR CLOTILDE ANDRADE PAIVA.



FONTE: CLOTILDE ANDRADE PAIVA. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. (Doutorado). São Paulo: FFLCH/USP, 1996.

De acordo com o mapa acima, vemos a configuração da Zona da Mata como foi estabelecida no final do século XIX, quando o café já alcançava os municípios de Manhumirim, Carangola, bem além de Muriaé. Tal configuração espacial não existia antes da década de 1870. Ver também os mapas extraídos de Libby em nosso primeiro capítulo.

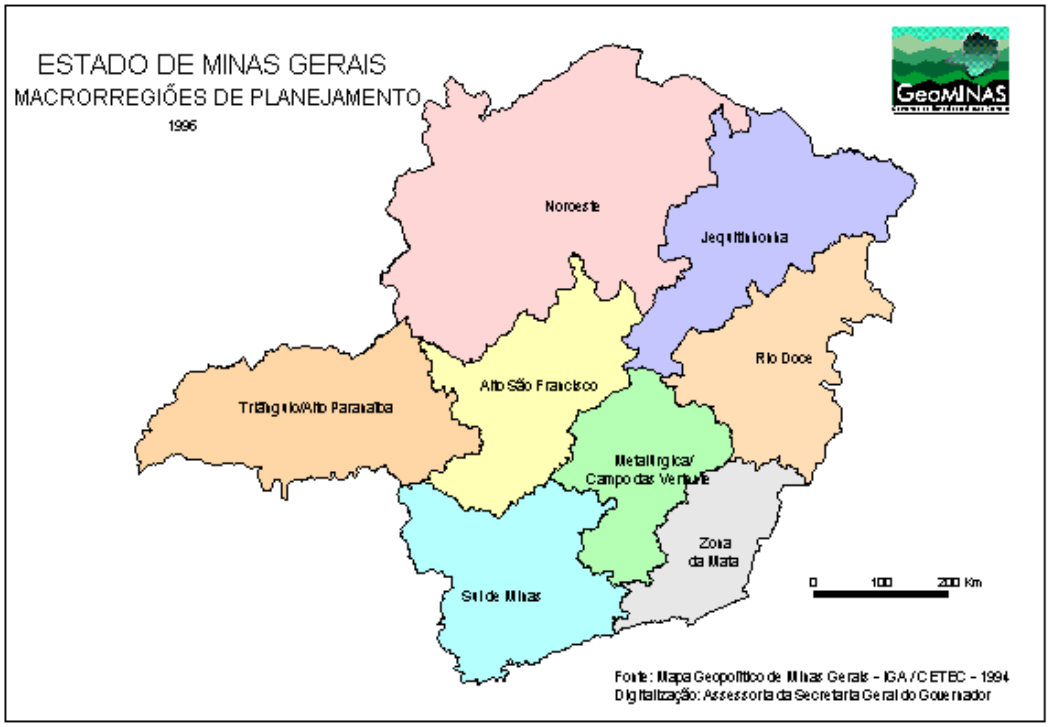
Um outro estudo que analisa a regionalização mineira é o de J. Wirth. Este estudo, utilizando fontes do governo estadual, parte de uma regionalização do estado, nos anos iniciais da República, o qual delimitava-o em sete grandes regiões econômicas – Norte, Sul, Leste, Oeste, Central, Mata e Triângulo[464]. Seu principal propósito é defender acertadamente a tese de que Minas Gerais constituía-se num grande **mosaico**; isto é, um estado dotado de várias regiões sem articulação econômica, mas interligadas por uma unidade político-administrativa. Assim, sua metodologia foi identificar como que o Estado via sua distribuição produtiva naquele momento e, como isso impactava as relações entre frações das classes dominantes mineiras, no período da Primeira República. É importante ressaltar que, destas, é que vão se escudar o Departamento Estatístico de Minas Gerais, a Secretaria Estadual de Planejamento e o IBGE, ao longo do século XX, para definir e redefinir a configuração regional do estado.

Atualmente, a regionalização mineira, é, de acordo com o IBGE e os órgãos de planejamento do Estado de Minas Gerais, da seguinte forma:

[464] JOHN WIRTH. *O fiel da balança: Minas Gerais na confederação brasileira – 1889/1937*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1982, pg., 41.

MAPA 15

MACRORREGIÕES DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

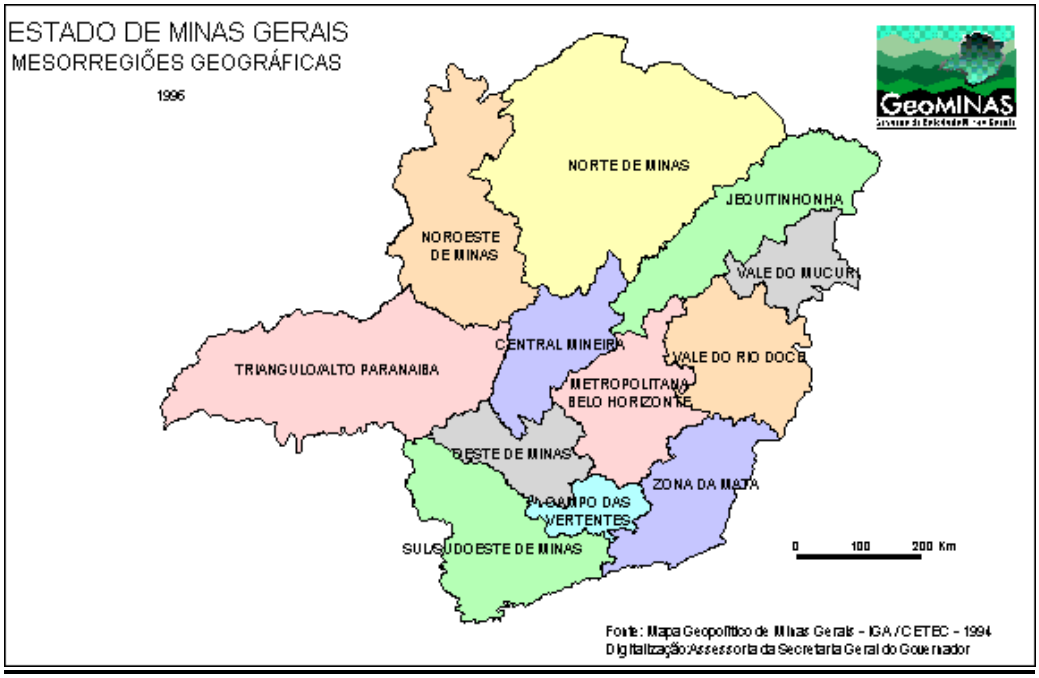


FONTE: Secretaria Geral do Governador do Estado de Minas Gerais.

De acordo com o mapa acima, tal divisão macrorregional atual é bem semelhante a que se definia a configuração regional mineira entre o final do século XIX e início do século XX, apontada por Wirth. A diferença é que o Alto Paranaíba, denominava-se Oeste; já o Rio Doce e o Jequitinhonha faziam parte da região Leste.

MAPA 16

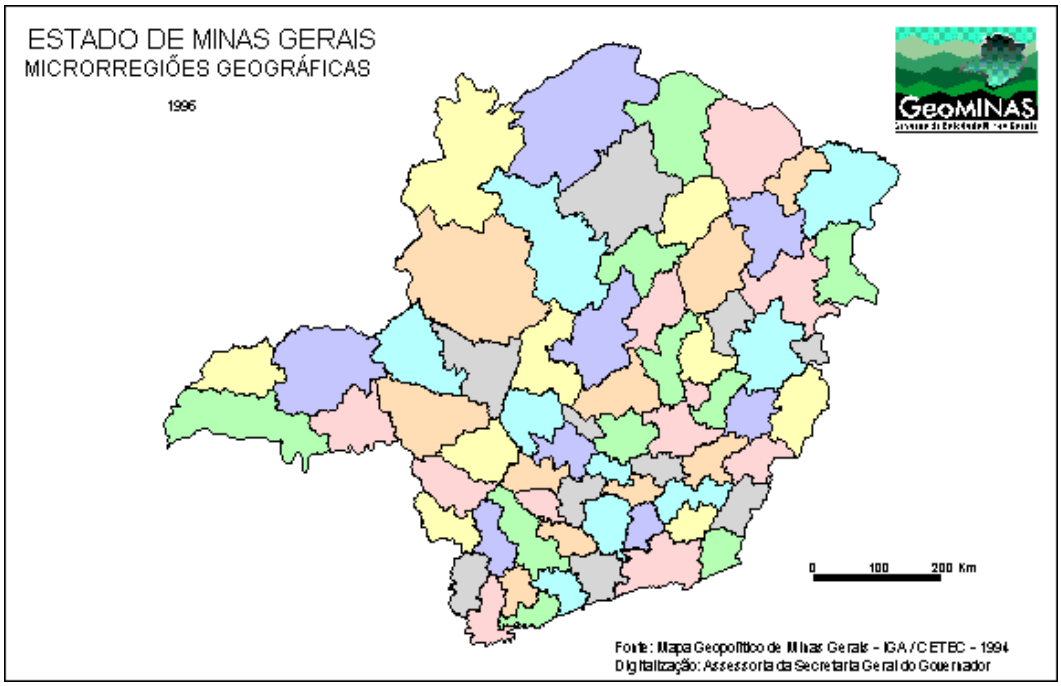
MINAS GERAIS: MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS



FONTE: Secretaria Geral do Governador do Estado de Minas Gerais.

MAPA 17

MINAS GERAIS: MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS



FONTE: Secretaria Geral do Governador do Estado de Minas Gerais.

Em resumo, nosso objetivo ao definir o conceito de região, é mostrar, acima de tudo que, no caso, da Zona da Mata, seu critério fundamental foi a produção econômica, que a distinguiu como um espaço diferenciado e delimitado no contexto mineiro, e que sua formação está vinculada à expansão da cultura cafeeira em Minas Gerais. Vejamos a seguir com mais detalhe a formação regional da Zona da Mata e porque podemos caracterizá-la como um complexo econômico.

b) A formação regional da Zona da Mata e sua caracterização como um "complexo econômico".

Como é sabido, o desenvolvimento da cafeicultura na Zona da Mata mineira está ligada à expansão da atividade cafeeira no Brasil, que toma corpo a partir do estímulo do Regente português no início do século XIX. Desta forma a rubiácea passou a ser plantada abundantemente na província do Rio de Janeiro, que tornou-se principal produtor mundial no período que se estende ao longo da segunda metade do século XIX[465].

Isto posto, à medida que o preço do produto eleva-se ainda na primeira metade do século XIX, o café passa a penetrar na província mineira, via o **Caminho Novo**, estabelecendo-se nos vales dos rios Pomba e Paraibuna. Além do fator demanda, há também que incluir a disponibilidade de terras férteis naquela região e, os recursos advindos da decadência aurífera, sejam vinculados diretamente a atividade mineradora, sejam através da produção mercantil de alimentos, particularmente, aquela estabelecida na Serra da Mantiqueira, região próxima da Mata, que abastecia as minas ao longo do século XVIII[466]. Trocando em miúdos, no contexto do início do século XIX, dada a conjuntura favorável dos preços, a cafeicultura se colocava como atividade econômica mais atrativa para a aplicação dos recursos originados no **ciclo do ouro**.

Assim, o café penetra em Minas Gerais. A princípio, o café vai se estabelecer na área limítrofe com a província do Rio de Janeiro, área denominada "sul", que engloba os municípios de Juiz de Fora, Matias Barbosa, Mar de Espanha, Além Paraíba etc, devido a facilidade de escoar a produção até o porto, por meio de tropas de mula. Posteriormente, a partir das décadas de 1860/1870, com a modernização do sistema de transporte – rodovia e

---

[465] Sobre a cafeicultura fluminense ver principalmente: STANLEY J. STEIN. *Grandeza e decadência do café.* São Paulo: Brasiliense, 1961.

[466] Sobre a ocupação da Zona da Mata consultar: ORLANDO VALVERDE. Estudo regional da Zona da Mata de Minas Gerais. In: *Revista Brasileira de Geografia.* Rio de Janeiro: 20(1), 3-32, jan/mar., 1958. Sobre os capitais que formaram a cafeicultura da Zona da Mata consultar: MÔNICA RIBEIRO DE OLIVEIRA. *Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780/1870.* (Doutorado). Niterói: IFCH/UFF, 1999. Também RITA DE CÁSSIA DA SILVA ALMICO. *Fortunas em movimento: um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora – 1870/1914.* (Mestrado). Campinas: IE/UNICAMP, 2001.

ferrovia – a atividade cafeeira se expande para as regiões “norte” e “leste”, configurando, assim, um espaço regional delimitado e diferenciado – a Zona da Mata.

De acordo com Manuel Pedrosa, *(...) Esta zona é por motivos a que, no processo geral de desenvolvimento social e econômico de Minas Gerais, se processou em último lugar. Ela surge com o século XIX, do qual reflete todas as suas características. O liberalismo, a iniciativa privada, a crença no progresso material trazida pela máquina a vapor e pela eletricidade, o ecletismo do estilo arquitetônico e outras manifestações de uma mentalidade com tendência a romper com o estabelecido até o fim da centúria anterior. (...) A Zona da Mata é uma ruptura com o passado histórico de Minas Gerais (...)*[467].

Desta feita, se no correr do século XIX, Minas Gerais configurou-se numa unidade político-administrativa com contornos delimitados, a sua geografia econômica constituiu-se na soma de diversas regiões com características sociais e econômicas significativamente diferenciadas e pouco integradas entre si. Tal característica, foi apropriadamente denominada de **mosaico mineiro** por Wirth. Segundo ele, cada região mineira se desenvolveu *numa linha diferente de tempo, dando ao estado uma longa história de crescimentos desarticulados e descontínuos*[468], em que estas articulavam muito mais com outras unidades do país com as quais possuíam vizinhança do que com a unidade política que integravam[469].

Mas, como a economia cafeeira da Zona da Mata mineira tornou-se um “complexo econômico”. À medida que a atividade cafeeira se consolida como o principal produto da economia primário-exportadora brasileira – mas não o único – o capital acumulado na região servirá de estímulo ao desenvolvimento de outras atividades econômicas, além, é claro, da modernização dos transportes para o escoamento da produção. A partir da década de 1860, com a inauguração da Rodovia União & Indústria, construída com capitais advindos do setor cafeeiro, a cidade de Juiz de Fora se transforma no principal entreposto comercial e centro armazenador do café produzido naquele espaço regional em formação.

---

[467] Cf., MANUEL X. DE VASCONCELOS PEDROSA. Zona silenciosa da historiografia mineira – a Zona da Mata. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais – IHGMG.* Belo Horizonte: vol., IX, 1962, pg., 189.
[468] Cf., JOHN WIRTH. *O fiel da balança: Minas Gerais na confederação brasileira – 1889/1937.* Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1982, pg., 41.
[469] Ibid.

Também, a partir daquele momento, se consolida, a economia cafeeira nos municípios que vão constituir o sul da região, identificados pelas cidades de Matias Barbosa, Juiz de Fora, Mar de Espanha, Além Paraíba, Leopoldina, Cataguases entre outros. É importante ressaltar isso, pois, é na esteira da modernização dos transportes que o café vai configurando a região da Mata mineira. Isto posto, podemos afirmar que a expansão cafeeira se deu em dois momentos distintos[470].

O primeiro, como já salientamos, na esteira da Rodovia União & Indústria, consolida os municípios próximos à área limítrofe com a província do Rio de Janeiro. O segundo, a partir da segunda metade da década de 1870, com a chegada das ferrovias, a expansão cafeeira se estende para norte e leste dos municípios pioneiros, compreendendo os municípios de Muriaé, Ponte Nova, Carangola, Manhuaçu entre outros, consolidando, desta forma, um espaço diferenciado no contexto econômico mineiro. Ademais, é importante ressalvar que, nas décadas de 1880 e 1890, inicia-se a expansão cafeeira na região sul de Minas Gerais, principalmente, nos municípios, próximo à fronteira com São Paulo . É dentro desse contexto que surge a diferenciação, entre o café produzido na Mata e o produzido no Sul, pois formações regionais totalmente distintas, onde a expansão cafeeira do Sul estava ligada à dinâmica da economia agroexportadora paulista.

Se a modernização dos transportes foi passo importante para a expansão da cafeicultura na Mata e para a própria regionalização daquele espaço, não se constitui explicação única para a transformação daquela região como um “complexo econômico”.

É importante ressaltar que ao longo da estruturação da economia cafeeira regional até o final da década de 1880, esta dependeu largamente do núcleo comercial-financeiro localizado no Rio de Janeiro, representados pelo porto, o qual era exportado o café mineiro e os comissários, que eram os agentes financeiros dos fazendeiros de café. Esta dependência gerou assimetria nos fluxos de recursos entre o centro produtor e o centro exportador em favor do último e centralização do capital fora do centro produtor, na qual constituiu-se principal barreira para a internalização da acumulação de capital no espaço regional[471].

---

[470] Sobre isto ver: ANDERSON PIRES. *Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora – 1870/1930.* op.cit., pp., 100/101.
[471] Ibid. Ibidem.

No que toca à figura do Comissário ou das Casas Comissárias, eram uma rede de intermediários entre o produtor de café e o exportador. Inicialmente, sua função se restringia à atividade comercial. Nesta, reuniam uma grande quantidade da produção, resultado de sua atuação como representante comercial de um grande número de fazendeiros, congregando, muitas vezes, extensas regiões e possibilitando a comercialização em grande escala do produto. Os estudiosos do tema afirmam que o comissariado teve papel "catalisador" da produção relativamente pulverizada de origens e qualidades substancialmente diferentes, o que foi fundamental para a padronização da produção e imprescindível para o bom andamento da fase de realização do produto[472].

Contudo, a continuidade da expansão cafeeira exigia uma quantidade cada vez maior de capital que vai tornar premente um aprofundamento da relação do comissariado com a estrutura produtiva. Ou seja, os fazendeiros, com grande quantia de recursos virtualmente imobilizada na fazenda – representada no valor de terras, cafezais, benfeitorias, e, principalmente, escravos – não dispunham, invariavelmente, de liquidez suficiente para auto financiar seus negócios. Na ausência de um sistema financeiro razoavelmente desenvolvido, que pudesse satisfazer a demanda de crédito existente, coube aos agentes representantes da estrutura comercial da economia agroexportadora desempenhar, além de suas atividades típicas como intermediários comerciais, a função de agentes financeiros do movimento de reprodução da estrutura produtiva dessa mesma economia[473].

Desta forma, duas foram, fundamentalmente, as formas de crédito existentes desempenhadas pelo comissariado. Em primeiro lugar, o crédito de curto prazo, identificado com o movimento de giro ou a reprodução simples da unidade. Tal forma de crédito, em geral, era realizada por conta corrente com o comissário sendo saldo efetivado pelas remessas de café enviadas pelo fazendeiro, o que condicionava a remuneração da fonte credora à sazonalidade da produção agrícola cafeeira que correspondia a espaços anuais[474].

---

[472] Ver: MARIA BÁRBARA LEVY. *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: IBMEC, 1977. pg., 44. MARIA SÍLVIA CARVALHO FRANCO. *Homens livres na ordem escravocrata.* 3 ed., São Paulo: Kairós, 1983. pp., 160/161. ANDERSON PIRES. Op.cit., pp., 48/49.

[473] Ibid.. Ibidem.

[474] Segundo Pires, nem sempre esta forma de crédito assumia uma natureza monetária, sendo efetivada, invariavelmente, pelo envio, por parte do comissário, de mercadorias imprescindíveis ao funcionamento das

A segunda forma constituía o crédito de longo prazo, identificado com o movimento de reprodução ampliada das unidades e do sistema considerado como um todo. Se destinava, basicamente, ao financiamento de novas plantações de café – devido à própria natureza da cultura cafeeira que necessita de um período de maturação que varia entre quatro a cinco anos para se tornar produtiva – e escravos, os quais exigiam um empate significativo de capital para sua aquisição. De uma forma geral, o crédito de longo prazo envolvia quantias avultadas, que, em regra, era realizada com garantia hipotecária, podendo os juros e as amortizações serem incluídos no débito da conta corrente do fazendeiro com o comissário[475].

É importante ressaltar que as possibilidades de crédito não se restringiam ao comissariado. Havia também os "capitalistas" que emprestavam dinheiro a juros. Para este caso, não deve ser feita uma identidade com o comércio como atividade econômica principal destes agentes, não obstante tal exclusão poder ser de forma absoluta, particularmente no que se refere aos médios e grandes comerciantes localizados fora dos grandes centros exportadores. Além destes, os "capitalistas" compreendiam também os proprietários urbanos e fazendeiros. Contudo, tal agente financeiro não foi utilizado com freqüência, devido aos altos juros cobrados[476]. Eles serão importantes, a partir do final da década de 1880, com o fim do comissariado, para a organização de sistemas financeiros regionais.

O declínio do comissariado como principal agente financeiro da economia cafeeira dá sinais a partir da segunda metade da década de 1880, quando ocorre um impulso ao desenvolvimento financeiro e aparelhamento bancário, através da nova lei das execuções civis e comerciais de 5 de outubro de 1885, que abre novas possibilidades de crédito para a agricultura além da maleabilidade das garantias aos empréstimos bancários. Em segundo lugar, a abolição da escravidão e a conseqüente reorganização das formas de trabalho, que terão, a partir daí, na remuneração monetária, uma referência fundamental, exigindo uma brusca monetização do capital de giro das unidades – até então, como vimos, se efetivando prescindindo de liquidez significativa – que vai ultrapassar, em muito, os limites da atuação

---

unidades produtivas e cuja produção não era possível ser realizada – devido à sua natureza diversa enquanto valores de uso – no interior dessas mesmas unidades. Idem.

[475] Ibid., pg., 50.

[476] Ibid., pg., 52.

do comissário enquanto intermediário financeiro – com um volume razoável de capital imobilizado na própria estrutura produtiva. Em terceiro lugar, há que se incluir a contínua interferência dos exportadores na comercialização interna do café, com o envio de agentes para contatos diretos com os produtores, o que vai provocar uma grande concorrência dentro da atividade comercial, fragilizando ainda mais a posição do comissário. Por fim, a crise dos preços do café que ocorre a partir de 1896 e se estende até os primeiros anos da década de 1910 parece ter dado contornos definitivos desse processo de crise do comissariado. Ou seja, neste momento o comissariado desaparece como agente comercial e foi substituído de vez – enquanto principal agente financeiro – pelo aparelhamento bancário[477].

Portanto, o comissariado de café, entre pelo menos 1850 e início da década de 1880, constituiu-se no principal agente financeiro do sistema. Todavia, seu declínio foi pressuposto importante para a emergência de um sistema financeiro regional na Zona da Mata, o qual, constitui também elemento fundamental, mas não único, para a caracterização daquela região como um "complexo econômico".

Retomemos os fatores indicados por J. H. Lima para a não caracterização da economia cafeeira regional como um "complexo econômico". Segundo ele, tais fatores eram: a fronteira fechada; pequena propriedade rural; baixa produtividade dos cafezais; evolução das relações de produção pós-abolição não-capitalistas[478].

Ora, quanto ao primeiro fator, já dissemos que não existiu fronteira fechada, e sim, que a expansão cafeeira configurou um espaço regional. Quanto ao segundo, o que se sucede é que o autor, em primeiro lugar, calcula a partir do tamanho das propriedades de Minas Gerais a média das propriedades da Zona da Mata e as compara com a média paulista, chegando à conclusão que aquelas eram inferiores tanto dentro da unidade política quanto ao principal produtor de café. Além disso, toma como base o Relatório Carlos Prates, de 1906, divulgador desta idéia de pequena propriedade e de duvidosas conclusões sobre a economia matense. O método utilizado pelo autor e suas conclusões são equivocadas. Discutiremos com mais detalhe no tópico destinado à estrutura agrária.

[477]Ibid., pg., 54.
[478] JOÃO HERALDO LIMA. Op.cit., pp., 19-43.

A baixa produtividade dos cafezais também é uma afirmação equivocada pois sua comparação é com São Paulo, deixando de relevar as peculiaridades da produção da própria região.

Por fim, quanto às relações de produção na cafeicultura pós-abolição, podemos afirmar também, que em São Paulo, não foi o assalariamento que predominou nas relações de trabalho na economia cafeeira, e sim, o colonato, a pareceria, a meação – relações estas predominantes também na Zona da Mata. O próprio autor reconhece que era o colonato a principal relação de trabalho na cafeicultura paulista; no entanto, afirma que este era um *modo avançado de relação de trabalho*, pois gerava renda monetária, não existindo na Mata mineira. Como veremos mais a frente, houve diversas formas de organização do trabalho no período pós-abolição, os quais contribuíram para circulação monetária e para o próprio processo de industrialização regional.

Tais fatores, não obstante importantes para avaliação da dinâmica econômica, foram tratados de forma equivocada pelo autor e, por isso, também chegou a conclusões equivocadas. A nosso ver, a transformação da economia regional num "complexo econômico" depende de entre outros fatores, a saber, em primeiro lugar, a expansão e comportamento da atividade nuclear, em relação à geração de efeitos de encadeamentos retrospectivos e prospectivos e sua capacidade de desencadear um processo de acumulação de capital no espaço em que está incluída; em segundo lugar a expansão da oferta de mão-de-obra e a predominância do trabalho assalariado. E para não dizerem que estou em contradição com que afirmei anteriormente, se não houve predominância deste nas relações de produção da agricultura, foi predominante nos núcleos urbanos e importante fator para o impulso industrial de Juiz de Fora. Por fim, a grau de desenvolvimento e diversificação do setor urbano[479].

Todos estes fatores apontados estiveram presentes na Zona da Mata mineira, principalmente, a partir da década de 1880. É importante ressaltar que a expansão cafeeira na década de 1870, em direção ao norte e leste da região, foi sendo feita *pari passo* com a expansão ferroviária. Tal expansão, não somente permitiu o avanço da fronteira agrícola e a configuração regional, como também ampliou continuamente a produção cafeeira, que

[479] Grosso modo, tais fatores foram extraídos do entendimento que o autor teve do estudo de Cano. Ver: WILSON CANO. *Raízes da concentração industrial em São Paulo.* Op.cit., principalmente o ponto 1.1.3. pp., 54-98.

dobrou entre 1875 e 1880 e, em torno de 1890 já contava com um crescimento quadruplicado das exportações de café. Ademais, a forma como se deu o entroncamento das linhas, possibilitou que Juiz de Fora consolidasse seu posto de principal centro de comércio e a partir daquele momento, capital regional[480]. Assim, a chegada das ferrovias e seu impacto na expansão cafeeira possibilitou uma diversificação e crescimento econômico que marcou definitivamente o espaço regional e mudou a evolução estrutural da cidade de Juiz de Fora[481].

Soma-se a isto, a emergência de um sistema financeiro regional, sediado em Juiz de Fora, cujo estímulo foi, de um lado, a própria dinâmica da economia agroexportadora; de outro, as significativas mudanças no sistema financeiro aludido anteriormente na década de 1880. Isto possibilitou a fundação de bancos na cidade para atender a demanda por crédito na região. O primeiro empreendimento bancário de vulto a ser fundado foi o Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais, em 1887. Contudo, não resistiu à crise do *encilhamento* e teve sua falência judicial decretada em 1892[482].

Outra instituição bancária de vulto que se fundou em Juiz de Fora, foi o Banco de Crédito Real, em 1889, expressão máxima do movimento de diversificação setorial dos investimentos do capital agrário originado na atividade agroexportadora. É importante ressaltar que a constituição deste banco marca o início do predomínio dos recursos de origem regional para o financiamento do movimento de reprodução da estrutura produtiva agroexportadora da Mata, passando a controlar a oferta de crédito para a economia local[483].

A emergência de um sistema financeiro regional foi importante para a internalização da acumulação de capital no espaço regional, deixando esta de se deslocar para o centro exportador – o Rio de Janeiro – via comissariado.

A expansão ferroviária, a organização do sistema financeiro regional e a abolição da escravidão foram importantes para que no final da década de 1880, Juiz de Fora acompanhasse os demais grandes centros do país na arrancada industrial. A implantação da

---

[480] Sobre o impacto das ferrovias na economia de Juiz de Fora, consultar: DOMINGOS GIROLETTI. Op.cit., pg., 157. ANDERSON PIRES. *Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais.* Op.cit., pg., 49.

[481] Sobre as mudanças estruturais da cidade de Juiz de Fora no final do século XIX, consultar: SÔNIA REGINA MIRANDA. *Cidade, capital e poder: políticas públicas e questão urbana na velha Manchester Mineira.* (Mestrado). Niterói: ICHF/UFF, 1990.

[482] ANDERSON PIRES. *Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora – 1870/1930.* op.cit., pg., 61.

grande indústria fabril, aliada ao movimento de crescimento das atividades urbanas, principalmente, as de utilidade pública e o comércio, desde as décadas anteriores, marca um período fundamental no processo de evolução do município com impacto na região. É o momento em que se intensifica a lógica capitalista no crescimento urbano. Ou seja, a indústria e as atividades de serviços e comércio tornam-se uma alternativa viável e efetiva para a inversão de excedentes gerados na atividade nuclear[484].

Por tudo isto que colocamos e ainda discutiremos mais adiante, é que afirmamos caracterização da economia cafeeira da Mata como um "complexo econômico capitalista". Entretanto, comparado com os complexos do Rio de Janeiro e São Paulo, o complexo da Mata constitui-se *periférico*. As razões para tal, são, em primeiro lugar, devido a cafeicultura de Minas não ser capaz de "homogeneizar" o conjunto do estado, isto é, a economia cafeeira configurou um espaço regional delimitado, sem que este desse cabo de uma integração econômica maior[485].

Em segundo, a questão do aparelho político-administrativo; ou seja, os complexos cafeeiros do Rio de Janeiro e São Paulo se fundamentaram em pólos urbanos que centralizavam as funções de diversificação urbano-industrial com o núcleo do poder decisório; configurando-se assim, uma convergência decorrente da própria diversificação do capital cafeeiro, com atuação do aparelho de Estado para a mesma diversificação econômica, a partir da identidade de suas elites, com seu corpo de funcionários públicos, ampliação e diversificação dos mercados consumidores urbanos, participação na construção da infra-estrutura, entre outros. Isto em Minas Gerais não aconteceu, devido justamente à particular configuração e diversidade das regiões constitutivas do estado; o centro urbano que se beneficiou da diversificação do capital cafeeiro na principal região produtora – o município de Juiz de Fora – nunca se constituiu como núcleo do poder político-administrativo das Gerais. Além disso, se associarmos esta situação à importância da cafeicultura como base fiscal do estado – como gerador de *efeitos de encadeamento fiscal* – podemos vislumbrar o que representou este deslocamento de forças como mais um limite ao referido processo de diversificação econômica e como mais um elemento a impingir uma natureza *periférica* ao complexo regional, tanto no contexto mineiro, como no quadro

---

[483] Ibid., pg., 66.
[484] SÔNIA REGINA MIRANDA. Op.cit., pp., 108/109.
[485] ANDERSON PIRES. *Café finanças e bancos...* op.cit., pp., 25/26

dos centros de produção agroexportadores que se desenvolveram no período considerado[486].

Por fim, há também que se relevar que, parte do excedente ficaria ainda no centro exportador, pois a Zona da Mata era um centro produtor e não exportador. Isto posto, o complexo regional ressentia da assimetria dos fluxos de comércio com o Rio de Janeiro. Neste sentido, São Paulo e Rio concentravam no mesmo complexo produção e exportação; não ocorrendo na Mata[487].

Em suma, pensamos que estes são os fatores que podem caracterizar a economia cafeeira da Mata como um "complexo econômico". Para fundamentar ainda mais nossa argumentação, vejamos como se deu a estruturação agrária do complexo, a dinâmica agroexportadora e a transição para o trabalho livre.

[486] Ibid.. Ibidem.
[487] Idem.

3.1.2 – A estrutura agrária.

A estrutura agrária a qual vai se assentar a economia cafeeira da Mata mineira é vista pela literatura de forma bastante distinta. De um lado, estão aqueles que defendem a tese que o regime fundiário da Zona da Mata constituía-se de pequenas e médias propriedades e, portanto, o caráter pouco dinâmico da cafeicultura mineira[488]. De outro lado, estão trabalhos que, ao contrário, concluem que as propriedades fundiárias da Zona da Mata enquadravam-se nos termos da **plantation** escravista predominante no período de formação da economia escravista nacional[489].

Os primeiros baseiam-se a partir de uma comparação com as propriedades fundiárias de São Paulo, principalmente após a expansão para o chamado "Oeste Paulista", e também, a partir de relatórios do governo estadual de Minas Gerais – particularmente o Relatório Carlos Prates de 1905.

A outra vertente toma como fonte os inventários *post-mortem*[490], *Editais de Leilão*[491], os *Registros de paróquia* e os *Registros de propriedades hipotecadas* no Banco do Brasil[492]. Ademais, envolvem outras metodologias tais como a relação de números de escravos e produtividade do cafeeiro para medir o tamanho das propriedades[493], bem como, o conceito de *sistema de uso extensivo do solo*[494].

João Heraldo Lima tomando por base o Relatório Carlos Prates de 1906, como vimos, comparou a estrutura das propriedades vinculadas à atividade cafeeira na Mata mineira com as de São Paulo. Conclui que a média de produtividade do cafeeiro, somado os custos de formação (derrubada das matas, queimada, alinhamento e plantio) e produção

---

[488] Estão de acordo com esta posição os trabalhos de: JOÃO HERALDO LIMA. Op.cit. ANA LÚCIA DUARTE LANA. *A transformação do trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira – 1870/1920.* Campinas: UNICAMP, 1988.

[489] Estão de acordo com esta posição os trabalhos de: RÔMULO GARCIA ANDRADE. Escravidão e cafeicultura em Minas Gerais: o caso da Zona da Mata. In: *Revista Brasileira de História.* São Paulo: vol. 11, n. 22, mar/ago., 1991. pp., 93-131. ANDERSON PIRES. *Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora – 1870/1930.* op.cit. LUIZ FERNANDO SARAIVA. *Um correr de casas, antigas senzalas: a transição do trabalho escravo para o livre em Juiz de Fora – 1870/1900.* (Mestrado). Niterói: ICHF/UFF, 2001.

[490] RÔMULO GARCIA ANDRADE. Op.cit LUIZ FERNANDO SARAIVA. Op.cit.

[491] RÔMULO GARCIA ANDRADE. Op.cit.

[492] ANDERSON PIRES. Op.cit.

[493] Ver cálculo em RÔMULO GARCIA ANDRADE. Op.cit.

(capina, extinção de pragas, colheitas, transporte, etc.), da mão-de-obra (escrava e, pós-abolição a parceira e o colonato) mais a variação de cotação do preço do café e sua qualidade, só poderiam ser estruturados em Minas através da pequena e média propriedade, pois o custo era alto demais para os padrões de acumulação e reposição do capital naquela região. Ao contrário, em São Paulo, os fazendeiros tinham capital de giro para a manutenção e expansão da atividade econômica. Fator que não havia, na afirmação de Lima, em Minas Gerais. Além disso, como já salientamos, a fronteira agrícola, segundo o autor era fechada em Minas. O café ficou restrito à Zona da Mata, região que o autor toma como previamente existente, impossibilitando, devido a topografia acidentada, de se expandir. Todos estes fatores conjugados eram determinantes, de acordo com Lima, para que se estruturasse um regime fundiário baseado na pequena e média propriedade[495].

O estudo de Rômulo Andrade parte da crítica ao trabalho anteriormente citado. Andrade utiliza como método de análise os inventários *post-mortem* e *Editais de Leilão* para comprovar sua tese. Segundo ele, tais inventários indicavam dados sobre área, escravos e produção de café[496]. Desta forma, agregando todos os dados retirados nos inventários, concluiu que a maioria dos cafeicultores estabelecidos em Juiz de Fora constituíam-se grandes proprietários de terra[497].

Segundo o autor, a maioria das propriedades possuía mais de 100 alqueires, tendo muitas chegadas até 573 alqueires de área total. O número de pés de café variava de 53.000 a 550.000 pés e os plantéis de escravos compunham-se de 60 a 198 mancípios. Calculando em média, o autor afirma que havia 100 escravos por cada unidade de produção com 236

---

[494] Ver ANDERSON PIRES. Op.cit. O conceito de **sistema de uso extensivo do solo** o autor tirou de JOÃO LUÍS FRAGOSO. *Sistemas agrários em Paraíba do Sul: 1850-1920. Um estudo das relações não-capitalistas de produção*. (Mestrado). Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

[495] JOÃO HERALDO LIMA. Op.cit. pp., 19-43. Os argumentos de Lima são corroborados por Lanna. Ver: ANA LÚCIA DUARTE LANA. Op.cit.

[496] Esta metodologia também foi utilizada por Vilma Almada, em seu estudo de análise comparada entre as propriedades cafeeiras do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo. Tal metodologia é constituída da seguinte forma: quanto ao escravo – (1-9), pequeno proprietário; (10-49), médio proprietário; (50 ou mais escravos), grande proprietário. Quanto ao número de pés de café, a partir de 30.000 a 200.000, são considerados médios e grandes produtores. Quanto ao tamanho da propriedade, menos de 100 alqueires, considera-se pequena e média; mais de 100 alqueires, considera-se grande unidade produtora. Ver VILMA PARAÍSO FERREIRA DE ALMADA. *Escravismo e transição: o Espírito Santo – 1850/1888.* Rio de Janeiro: Graal, 1984. RÔMULO GARCIA ANDRADE. Op.cit. pp., 96/97.

[497] Andrade confirma que em outros grandes municípios cafeicultores da Zona da Mata, tais como Leopoldina e Muriaé, também eram constituídas em grandes unidades produtoras. Ibid. pg., 98.

alqueires e 237.714 pés de café. Neste sentido, o autor conclui que as propriedades de Juiz de Fora podem ser consideradas *grandes* em sua média[498]. (Ver **tabela** abaixo).

TABELA 33

QUADRO COMPARATIVO DA PRODUÇÃO DE CAFÉ NAS MÉDIAS E GRANDES PROPRIEDADES DA REGIÃO DE JUIZ DE FORA – 1854/1888.

	Propriedades médias	Propriedades grandes	Total
N. de propriedades cafeeiras	11	14	25
Área total (halqueires)	1.188	3.306	4.494
Área média (alqueires)	108	236	180
Total de pés de café	744.000	3.328.000	4.072
Média de pés de café	67.636	237.714	162.880

FONTE: Inventários do Fórum de Juiz de Fora – Cartório do 1. Of. Cível e Editais de Leilão do Jornal O Pharol. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora. Apud., RÔMULO GARCIA ANDRADE. Escravidão e cafeicultura em Minas Gerais: o caso da Zona da Mata. In: *Revista Brasileira de História.* São Paulo: v. 11, n. 22, mar/ago., 1991, pg., 123.

Já Pires, parte do conceito de **sistema de uso extensivo do solo**, o qual deve ser entendido, em linhas gerais, como resultado da racionalização das condições da produção, por parte dos agentes econômicos numa das formas mais elementares em que estas possam se dar: a disponibilidade das "condições subjetivas" e das "condições objetivas" da produção e de seu relacionamento proporcional determinado pelas condições históricas específicas do país[499].

De uma maneira geral, segundo Pires, *estas condições históricas ocorrem de forma tal que permitiram uma desproporção nas disponibilidades das condições objetivas (terra) relativamente às subjetivas (trabalho) determinando os limites de atuação dos agentes econômicos que, ao organizarem o processo produtivo agroexportador, racionalizam aquelas condições na forma que lhes são dadas. Sendo assim, a estrutura desse processo produtivo vai se basear, fundamentalmente, na maior facilidade de acesso à terra relativamente ao trabalho*[500].

Dentro desse contexto, há pelo menos três características importantes para se entender tal conceito.

[498] Cf., Ibidem. pg., 97.
[499] JOÃO LUÍS FRAGOSO. Op.cit. pg., 8.
[500] Cf., ANDERSON PIRES. Op.cit. pg., 25.

Em primeiro lugar, a extorsão do trabalho excedente, em geral, vai pressupor alguma forma de coerção física sobre o produtor direto, originando relações de produção fundamentadas no caráter compulsório do trabalho e do trabalhador[501]. Neste sentido, ainda como parte integrante do processo geral de extorsão do trabalho excedente, este produtor direto será o responsável pela produção de sua própria reprodução, o que será possível pelo vínculo direto que manterá com a terra; ou seja, no interior das unidades produtivas o trabalho necessário se concretizará na produção de alimentos (sistema de roças)[502] o que, dado pequeno tempo de trabalho nesta produção, vai permitir a concentração da maior parte de trabalho do produtor direto no trabalho excedente[503].

Em segundo lugar, a "lógica" do processo produtivo se traduzirá no menor "custo" do acesso à terra relativamente ao trabalho: o acesso à terra vai, assim, substituir todo e qualquer aspecto ou alteração da estrutura produtiva que venha representar um dispêndio de mão-de-obra[504]. Isto explica também o baixo nível tecnológico, que em geral, marca o sistema de uso extensivo do solo. Isto é, o acesso à terra permite a manutenção ou ampliação dos níveis da produção independente do avanço da tecnologia agrícola, que caso, utilizada, ao contrário, representaria um maior custo em trabalho dispendido sem falar no capital propriamente dito[505].

---

[501] JOÃO LUÍS FRAGOSO. Op.cit. pg., 95.
[502] Ibid. pp., 15-25.
[503] ANDERSON PIRES. Op.cit., pg., 26. Segundo Fragoso, grosso modo, as mesmas condições históricas que vão condicionar o surgimento do sistema extensivo também podem traduzir numa pequena divisão social do trabalho, o que tornaria a intermediação do mercado para a reprodução do produtor direto mais dispendiosa, tendo em vista o pequeno tempo de trabalho exigido para a produção de alimentos. A combinação de agricultura de alimentos com a agricultura de exportação vai possibilitar, portanto, uma forma singular de extorsão de excedente econômico neste sistema agrário. JOÃO LUÍS FRAGOSO. Op.cit., pg., 95-101. Segundo Pires. Isto permite uma significativa redução dos "custos" de reprodução da força de trabalho através da diminuição de tempo necessário, o que se torna de fundamental importância visto que a ampliação do trabalho excedente ocasionado pelo desenvolvimento técnico – via aumento da produtividade – é inviabilizada. ANDERSON PIRES. Op.cit., pg., 26.
[504] Como por exemplo, qualquer forma de ampliação da produção se torna mais eficaz através da incorporação de mais terra ao processo produtivo do que com a recuperação dos solos esgotados, já que neste caso o dispêndio de trabalho seria superior. Cf., JOÃO LUÍS FRAGOSO. Op.cit., pg., 94.
[505] Ibid. Ibidem. De acordo com Pires, *desta forma, torna-se muito mais racional, nos termos dos limites impostos pelas condições históricas acima descritas, para o agente econômico lançar mão do acesso à terra e reproduzir o sistema produtivo da forma como até se encontra – daí a "rotina" da lavoura – do que investir na expansão tecnológica. Estamos, portanto, diante de uma forma de organização da produção que – ao contrário da dinâmica intrínseca do capitalismo, que traz em si o desenvolvimento tecnológico como condição necessária para sua efetivação – prescinde da expansão tecnológica sem que tal fato venha a ocasionar maiores danos à manutenção ou ampliação da produção, pelo menos a curto e médio prazos.* ANDERSON PIRES. Op.cit., pg., 27. Outra passagem interessante sobre o mesmo assunto encontra-se no estudo de Alice Canabrava. *Em seus fundamentos tecnológicos a grande lavoura do período monárquico é*

Por fim, trata-se de um sistema cuja produção se destina ao mercado internacional, ou seja, o processo de realização da produção ocorre num espaço externo aos limites econômicos e geográficos do sistema. Tal característica vai provocar pelo menos duas conseqüências importantes na delimitação da lógica de funcionamento deste sistema agrário, ambas relacionadas a esta "subordinação" da estrutura produtiva ao mercado exterior e, portanto, às suas flutuações econômicas. Por um lado, a "freqüência de cultivo" vai estar diretamente condicionada aos movimentos tendenciais do mercado exterior, determinando o ritmo da reprodução extensiva do sistema. Por outro lado, estas mesmas variações tendenciais se colocam, dada as características próprias deste sistema agrário, como fundamentais, junto com os movimentos cambiais, na determinação da remuneração dos agentes econômicos[506].

A partir da conceituação do sistema agrário em que se assentou a economia cafeeira escravista brasileira, Pires passa a analisar o regime de propriedade que se instala junto à cafeicultura na Zona da Mata Mineira. Sua metodologia é distinta em relação à que utilizou Rômulo Andrade. Para determinar o tamanho das fazendas na Vila do Santo Antônio do Paraíbuna (a partir de 1856, cidade de Juiz de Fora), Pires se baseou na relação entre o número de proprietários e o espaço ocupado no conjunto da área fornecida pelo documento. O autor considera como grande propriedade fundiária a mesma cifra que Fragoso utilizou para o caso das fazendas do Vale do Paraíba Fluminense, isto é, fazendas com mais de 200 alqueires[507]. Desta forma, Pires pesquisou os *Registros Paroquiais*[508], para o período 1850/1856 e, os *Registros de propriedades hipotecadas* no Banco do Brasil, para o período

---

uma expressão de sua força de trabalho. Permaneceu no quadro da lavoura tradicional, em maior parte da extensão que ocupava no país, dominada por técnicas de produção que se transmitiam inalteradas há muitas gerações, com trabalho braçal, a atividade depredatória dos recursos ao trabalho escravo, o instrumental reduzido ao machado, à enxada e à foice. ALICE CANABRAVA. A grande lavoura. In: SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA. *História Geral da Civilização Brasileira.* Tomo II, vol., 4, 2 ed., São Paulo: DIFEL, 1974.

[506] Cf., ANDERSON PIRES. Op.cit., pg., 28.

[507] Segundo Fragoso, as fazendas com mais de 200 alqueires apresentavam as condições 'ótimas' de funcionamento, como benfeitorias, produção de alimentos para o consumo e tropas de animais que reduziam os custos do transporte. Cf., JOÃO LUÍS FRAGOSO. Op.cit., pg., 63.

[508] Os Registros Paroquiais são uma decorrência da Lei de Terras de 1850, a qual estabeleceu a compra como único meio possível de aquisição da propriedade fundiária a partir de sua vigência. Aqueles que, nos anos precedentes à Lei, haviam ocupado ilegalmente a terra ou aqueles que, recebendo doações, não haviam cumprido as exigências legais para a apropriação, poderiam validar suas propriedades, desde que cumpridas as determinações da Lei. Nestes casos tornavam-se necessário, contudo, a mediação e revalidação das propriedades, além de seus registros nas paróquias locais, informações que seriam agrupadas na *Repartição Geral das Terras Públicas*. Cf., Ibid., pg., 34.

posterior a 1856, no sentido de verificar se o regime de propriedade daquela região apresentava ou não uma concentração fundiária.

No caso dos *Registros Paroquiais*, o autor consultou 160 declarantes, dos quais 101 apresentavam dados passíveis de serem elaborados. Destes 101 declarantes, a grande maioria, 79 deles (78,21%) era constituída de pequenos proprietários com menos de 200 alqueires de terra e ocupavam apenas 4.058 alqueires (25,71%) do total da área declarada. Os demais declarantes, isto é, 22 proprietários (21,78%) constituíam-se de grandes fazendeiros, pois possuíam terras com 200 alqueires ou mais e detinham 11.723 alqueires (74,28%) da área total declarada. Assim, Pires conclui que, havia uma brutal concentração fundiária na região, no momento em que a atividade agroexportadora, apesar de incipiente – 1850/1856 – já constituía uma atividade econômica importante no município[509]. (ver **tabela** abaixo).

TABELA 34

PARTICIPAÇÃO DOS GRANDES PROPRIETÁRIOS NO CONJUNTO DA ÁREA PARA VILA DE SANTO ANTÔNIO DO PARAÍBUNA – 1855/1856.

Extensão	Número	%	Área (alqueires)	%
- 200 alqueires	79	78,22	4.058	25,71
+ 200 alqueires	22	21,78	11.723	74,29
Total	**101**	**99,99**	**15.781**	**99,99**

FONTE: Registros de Terra – Paróquia de Santo Antônio do Paraíbuna – 1855/1856 – Arquivo Público Municipal. Apud., ANDERSON PIRES. *Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora – 1870/1930.* (Mestrado). Niterói: ICHF/UFF, 1993. pg., 35.

Para o período posterior, tomando como base as *propriedades hipotecadas*, principalmente no momento em que a economia cafeeira na Zona da Mata Mineira está definitivamente consolidada – 1883/1887 – Pires compara a estrutura fundiária do município de Juiz de Fora e alguns dos principais municípios cafeicultores da Zona da Mata com outros municípios cafeicultores importantes dos principais estados cafeeiros (RJ, SP e ES).

Os dados demonstram que as unidades produtivas de Juiz de Fora (26) e também de Leopoldina (42) – outro importante município cafeeiro da Mata Mineira – possuíam uma

[509] Cf., Ibid., pg., 35.

média de hectares por unidade de 522 e 703 respectivamente, que não se distancia muito da mesma média encontrada nos centros produtores do Rio de Janeiro – Cantagalo, Paraíba do Sul e Valença – ou de São Paulo – Campinas e Rio Claro – revelando a existência de uma estrutura produtiva que pela dimensão do regime fundiário é fundamentalmente homogêneo àquela que se desenvolveu nas áreas de maior produção do país e que, tem na vigência da grande propriedade uma das características mais significativas[510].

Neste sentido, Pires, agora seguindo os passos de Rômulo Andrade, analisa que também os dados demonstram que a média do número de pés de café e o número de escravos por propriedades e a participação percentual do plantel de escravos no conjunto do valor da unidade, confirmam esta homogeneidade, pelo menos tendencial, da estrutura produtiva da agroexportação local em relação aos grandes centros produtores. Em suma, para o autor, a cafeicultura da Zona da Mata, identifica, pelo menos em seus aspectos básicos com a **plantation** escravista do país no período vigente[511]. (ver **tabela** abaixo).

TABELA 35

QUADRO COMPARATIVO DAS FAZENDAS DE CAFÉ EM ALGUNS DOS MUNICÍPIOS CAFEEIROS – 1883/1887.

Munic.	Faz.	Área (ha)	Área média /faz. (ha)	Pés de café (milhões)	Média de pés de café/faz.	N. escravos Por faz.	Médd e escr/ Faz.	Valor do plantel (mil réis)	Média do plantel (mil réis)	% do plants ob. o total	Valor total das faz. (mil reís)	Total Médio /faz.
J. Fora	26	13.577	522	4.334.000	166.692	1.301	50,0	1.539.625	59.216	48,7	3.160.203	121.546
Leopold.	42	29.554	703	4.790.000	114.047	1.306	33,0	1.627.350	38.746	43,1	3.772.575	89.823
Cantag.	41	23.568	574	7.104.000	173.268	1.995	48,6	2.433.750	59.359	46,8	5.199.133	126.808
P. do Sul	32	19.359	604	5.615.543	175.485	1.468	45,8	1.744.350	54.510	46,1	3.781.236	118.163
Valença	33	26.903	694	9.469.000	286.939	2.893	87,6	3.460.100	104851	49,1	7.033.503	213.136
Camp.	49	26.189	534	5.023.000	102.500	2.613	53,3	3.662.200	74.738	42,7	8.574.292	174.925
R.Claro	11	15.634	1421	1.140.000	103.636	332	30,1	446.800	52.600	31,8	1.402.934	127.539
C.Branca	12	7.193	599	1.251.969	104.330	461	38,4	631.200	40.618	37,0	1.705.017	142.442
Brotas	02	2.954	1477	172.000	86.000	42	21,0	59.200	29.600	22,6	261.075	130.537
S. Carlos	05	4.026	805	288.000	57.600	88	17,6	123.800	24.760	32,9	375.869	71.573
Mogi-Guassu	01	329	329	44.000	44.000	14	14,0	21.700	21.700	35,0	61.956	61.956
C. do Itapem.	04	11.229	2807	564.000	141.000	162	40,5	88.381	22.095	24,4	363.060	90.765

FONTE: VAN DELDEN LAERNE. *Lê Brésil et Java, Rapport sur le culture du café en Amérique, Asie et Afrique.* Paris: Martins/Nijhoff, 1885. pp., 210-223. Apud., VILMA PARAÍSO FERREIRA DE ALMADA. *Escravismo e transição: o Espírito Santo – 1850/1888.* Rio de Janeiro: Graal, 1984. pg., 92. Apud., ANDERSON PIRES. *Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora – 1870/1930.* (Mestrado). Niterói: ICHF/UFF, 1993. pg., 37.

[510] Cf., Ibid., pg., 36.
[511] Cf., Ibidem.

Saraiva mesclando as contribuições de Rômulo Andrade e Anderson Pires, não só confirma a tese da concentração fundiária, como amplia a pesquisa a partir dos inventários *post-mortem*[512], estabelecendo um quadro serial que vai de 1870 a 1888. (ver **tabela** abaixo).

TABELA 36

ESTRUTURA DA CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA NOS INVENTÁRIOS POST-MORTEM DO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA – 1870/1888.

Extensão	N. inventários	% inventários	Área (alqueires)	% de área
+ 200 alqueires	38	12,33	16.419.50	54,11
199-40 alqueires	124	40,25	11.946,75	39,37
- 40 alqueires	146	47,40	1.976,00	6,51
Total	**308**	**100**	**30.342,25**	**100**

FONTE: 481 Inventários post-mortem – AHUFJF – 1870/1900. Apud., LUIZ FERNANDO SARAIVA. *Um correr de casas, antigas senzalas: a transição do trabalho escravo para o livre em Juiz de Fora – 1870/1900.* (Mestrado). Niterói: ICHF/UFF, 2001.

Tal estrutura agrária, tanto para Pires como para Saraiva manter-se-á até o final da década de 1920, quando da crise da economia primário-exportadora. De acordo com estes autores, mesmo a abolição da escravidão não alterou a estrutura agrária regional[513].

Em suma, cremos que os estudos de Rômulo Andrade, Anderson Pires e Luiz Fernando Saraiva, conseguiram comprovar empiricamente a estrutura fundiária de Juiz de Fora, bem como para a Zona da Mata, baseada na grande propriedade. Dentro desse contexto, podemos afirmar que tal estrutura homogeneizava com as demais economias cafeeiras desenvolvidas no sudeste brasileiro.

[512] LUIZ FERNANDO SARAIVA. Op.cit. pp., 89-139.
[513] ANDERSON PIRES. Op.cit. pg., 38. LUIZ FERNANDO SARAIVA. Op.cit. pg., 160.

3.1.3 – A dinâmica agroexportadora

Até 1861, ano em que se inaugurou a Rodovia União & Indústria a produção cafeeira era transportada por meio de mulas, através da rota do Caminho Novo que onerava os custos através de perdas significativas ao longo do trajeto, bem como, a própria expansão das plantações. Os cafeicultores, organizados sob liderança de Mariano Procópio Ferreira Lage[514], fundaram uma Companhia com o objetivo de construir uma estrada que facilitasse o escoamento do café até o porto do Rio de Janeiro. A estrada pronta passou ligar Juiz de Fora a Petrópolis onde dali, o café seguia por meio de ferrovia até o porto.

Segundo Giroletti, *com a abertura da rodovia, com seu leito macadamizado e com seu sistema de transporte – diligências e carroças – modificaram-se radicalmente as condições de transporte feito, até então, pelas tropas de mulas, cuja quantidade por jumento não excedia a 60 quilos de carga. A Rodovia União & Indústria introduziu maior "liquidez" no sistema: maior rapidez, maior quantidade e volume de carga transportada, maior segurança e continuidade no movimento de circulação de mercadorias em todas as épocas do ano e, consequentemente, barateamento do preço/arroba por légua transportada*[515].

Portanto, a Rodovia União & indústria constituiu-se no ponto de partida para a consolidação da produção cafeeira na Zona da Mata.

A guisa de ilustração, os dados da **tabela** confirmam tal hipótese, principalmente ao comparar a produção no qüinqüênio 1855/59 com o salto do qüinqüênio 1860/64 e os demais qüinqüênios até 1875, quando da chagada da ferrovia, que constitui a segunda etapa da expansão cafeeira regional.

[514] Para uma biografia deste cafeicultor, consultar: WILSON DE LIMA BASTOS. *Mariano Procópio Ferreira Lage, sua vida, sua obra, sua descendência.* Juiz de Fora: Ed., Caminho Novo, 1961.
[515] Cf., DOMINGOS GIROLETTI. Op.cit. pg., 41

TABELA 37

MÉDIA QUINQUENAL DA PRODUÇÃO DE CAFÉ EM MINAS GERAIS – 1850/1924.

Quinquênio	Produção	Índice
1851/54	711.732	100,0
1855/59	809.780	144,0
1860/64	1.150.152	161,5
1865/69	1.973.591	277,0
1870/74	2.313.954	325,0
1875/79	2.797.420	393,0
1880/84	4.444.583	624,0
1885/89	5.477.724	769,6
1890/94	5.583.195	784,0
1895/99	8.399.271	1.180,0
1900/04	10.492.749	1.474,0
1905/09	10.791.373	1.516,0
1910/14	8.529.278	1.198,0
1915/19	10.412.385	1.463,0
1920/24	12.519.504	1.759,0

FONTE: ALVARO ALVIM. Confrontos e deduções. In: *Minas Gerais e o bicentenário do cafeeiro no Brasil – 1727/1927.* Belo Horizonte: MINAS GERAIS. Secretaria da Agricultura. Imprensa Oficial, 1929, pp., 73-105. Apud., DOMINGOS GIROLETTI. *Industrialização de Juiz de Fora – 1850/1930.* Juiz de Fora: EDUFJF, 1988, pg., 37.
Obs: Para 1885/89, a média foi calculada em bases da produção de 4 anos por falta de dados para o ano de 1887, na relação do autor citado.

É também a partir da construção da rodovia que dá-se o primeiro passo em direção a expansão da urbanização de Juiz de Fora, a partir de sua transformação em importante entreposto comercial regional.

A estruturação da economia cafeeira na Zona da Mata transformou aquele produto no principal item da pauta de exportação de Minas Gerais, como evidenciam as **tabelas 38** e **39** .

TABELA 38

EXPORTAÇÃO MINEIRA DE CAFÉ – 1888/1927.

Ano	Quantidade		Preço médio por arroba		Valor oficial	
	Mil arrobas	Índice	Réis	Índice	Contos de Réis	índice
1888	5.048	100	7$491	100	40.198	100
1889	4.630	92	7$710	103	38.185	95
1890	3.884	77	9$292	124	40.894	102
1891	6.329	125	13$222	177	87.059	217
1892	6.480	128	15$523	207	101.969	254
1893	5.253	104	21$309	284	90.029	224
1894	5.970	118	22$374	299	118.938	296
1895	6.735	133	20$212	270	143.351	357
1896	7.207	143	19$438	259	153.737	282
1897	10.262	203	13$888	185	137.758	343
1898	8.777	174	12$562	188	106.038	281
1899	9.016	179	12$051	161	119.489	297
1900	8.916	137	13$225	177	87.958	219
1901	12.548	249	6$525	114	97.612	243
1902	11.875	235	7$553	101	83.361	207
1903	12.485	247	7$508	100	77.892	193
1904	8.840	171	9$547	127	80.350	200
1905	8.024	159	10$717	143	58.238	145
1906	11.586	230	7$284	97	88.336	170
1907	13.312	264	7$232	97	61.251	152
1908	9.890	196	7$273	97	51.922	128
1909	11.115	220	7$908	106	70.243	175
1910	7.967	158	9$911	132	60.020	149
1911	8.817	135	13$469	180	78.212	195
1912	8.875	176	14$452	193	111.828	278
1913	10.112	200	11$526	154	103.138	257
1914	8.876	176	9$754	130	88.211	170
1915	11.702	232	9$092	121	105.808	263
1916	9.381	166	11$297	151	90.058	224
1917	9.373	188	10$377	139	84.355	210
1918	8.313	165	11$863	158	76.881	189
1919	10.263	203	23$652	316	189.808	472
1920	11.070	219	18$676	249	166.218	413
1921	14.600	289	20$598	275	240.894	599
1922	11.993	238	29$674	398	269.816	671
1923	11.036	218	38$720	490	338.429	644
1924	13.896	275	51$463	667	508.602	1.285
1925	11.422	228	53$783	718	565.406	1.407
1926	12.111	240	44$802	599	441.279	1.098
1927	14.604*	289	$	-	-	-
1928	13.535*	268	$	-	-	-
1929	15.908*	315	$	-	-	-

FONTE: ALVARO ALVIM. Confrontos e deduções. In: *Minas Gerais e o bicentenário do cafeeiro no Brasil – 1727/1927*. Belo Horizonte: MINAS GERAIS. Secretaria da Agricultura. Imprensa Oficial, 1929, pp., 80/66. Apud., ANDERSON PIRES. *Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora – 1870/1930.* (Mestrado). Niterói: IFCH/UFF, 1991, pg., 77.

* Relatório do Secretário das Finanças de Minas Gerais em 1929.

Obs. O valor oficial da produção anotado na pauta de exportação para cobrança de impostos varia de 60 a 75% do valor real.

TABELA 39

PERCENTUAL DAS MÉDIAS QUINQUENAIS DO VALOR DA PRODUÇÃO DE CAFÉ E DAS EXPORTAÇÕES EM MINAS GERAIS – 1850/1924. EM CONTOS.

Quinquênio	Valor/exportação	Valor/café	% café
1850/54	4.976,5	2.456,9	49,30
1855/59	5.994,8	3.688,5	61,50
1860/64	9.541,9	4.487,9	47,03
1865/69	14.941,3	9.078,3	60,70
1870/74	18.821,3	11.448,4	60,82
1875/79	20.980,8	13.247,2	63,13
1880/84	35.843,1	26.671,2	74,41
1885/89	50.979,0	40.812,5	80,05
1890/94	123.801,1	87.777,1	70,90
1895/99	199.334,4	128.274,3	64,30
1900/04	150.259,5	87.400,6	58,11
1905/09	137.533,3	62.598,2	45,51
1910/14	193.426,4	104.293,5	53,91
1915/19	348.478,9	109.222,8	53,90
1920/24	640.013,3	284.997,9	44,51

FONTE: ALVARO ALVIM. Confrontos e deduções. In: *Minas Gerais e o bicentenário do cafeeiro no Brasil – 1727/1927.* Belo Horizonte: MINAS GERAIS. Secretaria da Agricultura. Imprensa Oficial, 1929, pp., 73-105. Apud., DOMINGOS GIROLETTI. *Industrialização de Juiz de Fora – 1850/1930.* Juiz de Fora: EDUFJF, 1988, pg., 38.

Dentro desse contexto, a Zona da Mata chegou a participar com quase a totalidade da produção mineira, pelo menos entre as décadas de 1840 e a primeira metade da década de 1880. Como a partir das últimas décadas do século XIX a região sul de Minas Gerais também passou a produzir considerável quantidade do produto, a participação da Mata diminui, não obstante continuar sua predominância como principal região produtora, como demonstra a tabela abaixo.

TABELA 40

PARTICIPAÇÃO PROPORCIONAL DA PRODUÇÃO CAFEEIRA DA ZONA DA MATA NA PRODUÇÃO DE MINAS GERAIS. PERÍODOS SELECIONADOS.

Período	MG	ZM	%
1847 - 1848	745.381	743.707	99,77
1850 - 1851	900.264	898.184	99,76
1886	5.776.866	4.316.067	74,71
1888	5.047.600	4.333.800	87,83
1903 - 1904	9.404.136	5.993.425	63,73
1926	12.793.977	9.105.543	71,17

FONTES: ANDERSON PIRES. *Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora – 1870/1930.* (Mestrado). Niterói: IFCH/UFF, 1991, pg., 96.

TABELA 41

MÉDIAS DECIMAIS DOS IMPOSTOS PROVENIENTES DA EXPORTAÇÃO DE CAFÉ E DA EXPORTAÇÃO GERAL DE MINAS GERAIS – 1850/1929. EM CONTOS.

Anos	Impostos/exportação geral (A)	Impostos/exportação café (B)	% A/B
1850/59	220,1	117,2	53,2
1860/69	465,1	253,9	54,5
1870/79	807,3	484,9	60,0
1880/89*	1.779,3	1.370,7	77,0
1890/99	11.985,5	10.780,2	89,0
1900/09	10.719,1	7.881,3	73,5
1910/19	19.761,5	12.310,2	65,6
1920/29	43.627,3	34.102,3	78,2

FONTE: ALVARO ALVIM. Confrontos e deduções. In: *Minas Gerais e o bicentenário do cafeeiro no Brasil – 1727/1927.* Belo Horizonte: MINAS GERAIS. Secretaria da Agricultura. Imprensa Oficial, 1929, pp., 73-105. Apud., DOMINGOS GIROLETTI. *Industrialização de Juiz de Fora – 1850/1930.* Juiz de Fora: EDUFJF, 1988, pg., 40.

* Média calculada em bases de 9 anos, por não constarem na relação do autor os dados referentes ao ano de 1887.

A dinâmica da produção cafeeira da Mata também pode ser evidenciada através da sua participação na estrutura tributária de Minas Gerais, a partir dos impostos sobre as exportações, como demonstra a tabela acima. Podemos perceber que ao longo das décadas de 1850 e 1860, o café participava em mais de 50% do valor da carga tributária. Na década de 1870 chegou a 60%, elevando-se na década de 1880 a 77% e, atingindo o pico de 89% na década de 1890. Tal participação não ficaria em menos de 65% ao longo das três

primeiras décadas do século XX, chegando mesmo a 78% na década de 1920, quando da crise estrutural da economia primário-exportadora brasileira.

TABELA 42

PRODUÇÃO EXPORTÁVEL DE CAFÉ MINEIRO COM RELAÇÃO AS PRINCIPAIS REGIÕES PRODUTORAS (1.000 SACAS).

Média anual do período	SP		RJ		MG		ES		Soma	
	Vol.,	%	Vol.,	%	Vol.,	%	Vol.,	%	Vol.,	%
1876/1880	925	24,3	1.987	52,2	767	20,2	124	3,3	3.803	100
1881/1890	2.138	37,1	2.176	37,8	1.200	20,8	250	4,3	5.764	100
1891/1900	4.775	60,5	911	11,5	1.787	22,7	416	5,3	7.889	100
1901/1910	9.252	68,0	995	7,3	2.772	20,4	579	4,3	13.598	100
1911/1920	9.303	70,2	812	6,1	2.446	18,4	700	5,3	13.264	100
1921/1930	11.131	66,5	945	5,6	3.445	20,0	1.210	7,2	16.731	100

FONTE: (SP, RJ, MG): A. DE E. TAUNAY. *História do café no Brasil.* 15 vol., Rio de Janeiro: DNC, 1943. C. C. FRAGA. Resenha histórica do café no Brasil. In: *Boletim da Divisão de Economia Rural, vol. 10, n. 1.* São Paulo: Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, 1963. (ES): H. C. ROCHA E M. P. COSSETTI. *Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo – 1850/1930.* Vitória: IE/UFES, 1983. Apud., WILSON CANO. Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras – 1850/1930. In: WILSON CANO. *Ensaios sobre a formação econômica regional do Brasil.* Campinas: UNICAMP, 2002, pg., 52.

Contudo, comparando a economia cafeeira de Minas Gerais em relação as principais regiões produtoras do país, se aquela não teve a expressividade da produção fluminense e paulista, sua posição frente à produção nacional permaneceu constante, em torno de 20%, mantendo-se uma participação proporcional no total da produção do país, que é crescente em todo o período de auge da economia primário-exportadora. Isto é, de acordo com os cálculos de Pires[516], entre 1876/80 e 1921/30 o total da produção nacional cresceu em torno de 340% (3.803 mil sacas para 16.731 mil) ao passo que Minas Gerais cresceu em torno de 349%, acompanhando, em linhas gerais, o ritmo de crescimento da produção total do país. Tal situação demonstra o movimento de expansão da produção agroexportadora mineira, embora estivesse longe do vigor demonstrado, por exemplo, pela expansão paulista.

Aqui, façamos uma reflexão sobre a dinâmica paulista frente à mineira. A expansão cafeeira paulista, principalmente a partir da década de 1860, fez-se de modo a integrar a economia da província/estado. Ou seja, a produção cafeeira se alastra mediante articulação com o desenvolvimento de uma infra-estrutura de transporte – notadamente ferrovias – a

[516] ANDERSON PIRES. *Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora – 1870/1930.* op.cit. Capítulo 3.

qual constitui-se no “motor” do alargamento da fronteira agrícola daquela unidade político-administrativa. Assim, ao mesmo tempo em que o café se expande, principalmente para região do chamado “Oeste paulista”, escudada pela ferrovia, outros fatores vão se somando para que esta dinâmica se dê numa forma totalmente diferente de outros complexos agroexportadores, como por exemplo, a utilização de mão-de-obra livre no regime de produção do café e a introdução de maquinaria. Tais fatores foram imprescindíveis na dinâmica da acumulação de capital daquele complexo, pois não só aumentou a produtividade cafeeira, como o produto básico constituiu-se no principal elemento unificador do mercado paulista, através do estímulo da produção mercantil de alimentos, que de certa forma, foi responsável pela integração do seu espaço físico, além de constituir passo crucial para o desenvolvimento de relações de produção capitalistas.

Ao contrário, a economia cafeeira mineira, se restringiu à configuração de uma região específica e não logrou ou não teve condições de integrar a economia mineira sob sua liderança. Assim, os limites da expansão cafeeira de Minas Gerais devem ser, em parte, visualizados pela ótica da própria dispersão da economia mineira. É dentro desse contexto, como vimos, que a cafeicultura mineira é tida como um **complexo econômico periférico**.

Todavia, se compararmos a produção mineira frente à fluminense, podemos verificar com mais nitidez o movimento de expansão daquela produção agroexportadora. Isto é, decompondo a **tabela 43** a partir da agregação dos dados referentes a Minas Gerais e ao Rio de Janeiro, verificamos que as respectivas participações proporcionais, em valores percentuais, demonstram variações frontalmente contrárias. A participação do Rio de Janeiro cai de aproximadamente 72% no início do período para apenas 21% no final dele, ao passo que a participação mineira se eleva dos 28% do início para 78% no final do período. Tal comparação só confirma a análise de Pires de que a cafeicultura mineira teve ciclos totalmente diferentes com relação ao Rio de Janeiro, o que para ele, põe fim a discussão de que a cafeicultura mineira era periferia da cafeicultura fluminense[517]. (ver tabela abaixo).

[517] Ibid. Ibidem.

TABELA 43

VARIAÇÃO PROPORCIONAL DA PRODUÇÃO DO RIO DE JANEIRO E MINAS GERAIS - 1876/1930.

Década	RJ			MG			Total
	Produção	%	Índice	Produção	%	Índice	
1876/80	1.987	72,14	100	767	27,85	100	2.754
1881/90	2.176	64,45	109	1.200	35,54	156	3.376
1891/00	911	33,76	46	1.787	66,23	233	2.698
1901/10	995	26,41	50	2.772	73,58	361	3.767
1911/20	812	24,92	41	2.446	75,07	318	3.258
1921/30	945	21,52	47	3.445	78,47	449	4.390

FONTES: ANDERSON PIRES. *Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora – 1870/1930.* (Mestrado). Niterói: IFCH/UFF, 1991, pg., 92.

Em suma, a produção cafeeira mineira, estabelecida na Zona da Mata, à medida que se expande naquela região, através da modernização da estrutura de transporte, transformou, como vimos, Juiz de Fora no principal entroncamento viário e armazenador daquela produção, que por conseguinte, também passou a concentrar os capitais acumulados de tal atividade. Embora, como demonstra a tabela abaixo, Juiz de Fora não constituir-se no principal produtor de café da Mata mineira, toda produção se concentrará naquele município. Assim, Juiz de Fora tornou-se o centro comercial e financeiro de Minas Gerais, fator importante para seu crescimento urbano.

TABELA 44

PRINCIPAIS MUNICÍPIOS PRODUTORES DE CAFÉ DA ZONA DA MATA. EM ARROBAS.

Municípios	Quantidade	%
CARANGOLA	800.000	14,08%
CATAGUASES	666.000	11,72%
MURIAÉ	586.000	10,31%
JUIZ DE FORA	520.000	9,15%
PONTE NOVA	437.000	7,69%
MAR DE ESPANHA	326.000	5,73%
ALÉM PARAÍBA	320.000	5,63%
UBÁ	306.000	5,38%
LEOPOLDINA	304.000	5,35%
S. J. NEPOMUCENO	280.000	4,92%
VIÇOSA	260.000	4,57%
RIO NOVO	200.000	3,52%
RIO BRANCO	160.000	2,81%
SÃO MANUEL	160.000	2,81%
GUARARÁ	130.000	2,28%
POMBA	120.000	2,11%
PALMA	80.000	1,40%
RIO PRETO	26.000	0,45%
TOTAL	5. 681.000	100%

FONTE: Anuário Estatístico de Minas Gerais, Ano II (1922-1925), Secretaria de Agricultura – Serviço de Estatística Geral. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929. Quadro VII, p. 312. Apud. JOÃO HERALDO LIMA. *Café e indústria em Minas Gerais – 1870/1920.* Petrópolis: Vozes, 1981, pg., 44.

Como vimos anteriormente, existe uma polêmica sobre os fatores que levaram Juiz de Fora a um vigoroso crescimento urbano, principalmente a partir da construção da Rodovia União & Indústria. De um lado, há aqueles que defendem a participação do café de forma indireta; por outro lado, os que vêem uma ligação direta do produto principal. Não vamos voltar a esta discussão. Para nós, é falsa polêmica, pois, o café vai estimular direta e indiretamente, como bem analisou Pires em seus estudos[518] e como demonstramos em

[518] ANDERSON PIRES. *Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora – 1870/1930.* op.cit. ANDERSON PIRES. *Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais – 1889/1930.* op.cit.

nosso trabalho anterior[519]. Ou seja, diretamente, porque os cafeicultores, principais detentores do capital acumulado na exportação, passam a investir em outros setores da atividade produtiva, desde que garantam boas remunerações. Supostamente, o núcleo urbano é *locus* privilegiado para estas inversões. Indiretamente, pois a dinâmica agroexportadora atrai também capitais fora de seu núcleo.

Dentro desse contexto, à medida que Juiz de Fora centraliza os negócios do café regional, atrai de um lado, parte das inversões próprias do núcleo exportador; de outro o capital mercantil fora deste núcleo, os quais terão na atividade urbana; bens e serviços, comércio, bancos, transporte e indústria, segmentos propícios para um bom rendimento dos seus capitais aplicados.

No que toca à participação dos cafeicultores na diversificação das atividades urbanas de Juiz de Fora, vejamos os seguintes dados.

[519] RICARDO ZIMBRÃO AFFONSO DE PAULA. op.cit. capítulo V.

TABELA 45

PARTICIPAÇÃO DO CAPITAL CAFEEIRO EM AÇÕES NAS PRINCIPAIS EMPRESAS DE JUIZ DE FORA – 1870/1929.

SETORES	EMPRESAS
RODO-FERROVIÁRIO	• Cia. União & Indústria • Cia. União Mineira • Cia. Ramal do Rio Novo • Cia. E. F. J. Fora - Piau
FINANCEIRO	• Banco Territorial Mercantil de M.G. • Banco de Crédito Real de M.G.
TRANSPORTES URBANOS	• Cia. Ferrocarril de Porto das Flores e Pará • Cia. Ferrocarril de Bondes de J. F.
ENERGIA ELÉTRICA	• Cia. Mineira de Eletricidade
CONSTRUÇÃO CIVIL/INDUSTRIAL	• Cia. Construtora Mineira
INDUSTRIAL	• Chimico Industrial Mineira • Mecânica Mineira • Fiação e Tecelagem Industrial Mineira • Fiação e Tecelagem S. Vicente • Cia. Laticínios de J. F.
DIVERSOS	• Soc. Progresso de J.F. • Cia. Promotora da Indústria e Melhoramentos • Academia de Comércio • Cia. Mutação Comercial e Agrícola

FONTE: Inventários – Juiz de Fora – 1870/1929. Apud. ANDERSON PIRES. *Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora – 1870/1930.* op.cit. pg., 148.

Assim, a partir da tabela acima, podemos perceber nitidamente a relação direta da dinâmica agroexportadora e o desenvolvimento urbano de Juiz de Fora.

Portanto, a "causação circular" entre modernização dos transportes e a expansão da economia cafeeira ensejou um movimento de diversificação urbana em Juiz de fora, que se tornou um espaço importante para a valorização do capital mercantil acumulado tanto no seu núcleo agroexportador, quanto em atividades fora desse núcleo. Desta feita, tais atividades enumeradas acima, isto é, comércio, bancos, indústria, bens e serviços,

transporte entre outros estarão subordinados ao processo de acumulação do capital comercial, o qual vai depender em primeira e em última instância da dinâmica agroexportadora regional.

É dentro desse quadro que pretendemos discutir como que a dinâmica agroexportadora criou os estímulos necessários para a implantação de indústrias em Juiz de Fora. Contudo, falta ainda discutir um ponto que achamos importante para o entendimento do complexo cafeeiro da Mata, a saber, o momento da transição do regime de trabalho escravo para o livre e seu impacto na dinâmica agroexportadora regional.

3.1.4 – As relações de produção: transição da escravidão para o trabalho livre.

A literatura que aborda a transição da escravidão para o trabalho livre no Brasil é extensa e podemos, grosso modo, resumir, pelo menos em cinco vertentes.

A primeira[520], parte da incompatibilidade estrutural entre escravidão e capitalismo, sendo o trabalho cativo um obstáculo a ser superado pelo capitalismo industrial. Tal superação estaria em marcha à medida que a expansão cafeeira em direção ao Oeste Paulista se fazia já sob uma mentalidade burguesa. Assim, a introdução de imigrantes na produção cafeeira daquela região, significaria o início das relações capitalistas de produção.

A segunda vertente[521] parte do papel do imigrantismo como indutor do abolicionismo. Isto é, segundo esta, a imigração seria incompatível com a escravidão, que por sua vez levaria ao abolicionismo e à formação de um mercado de trabalho livre. Dentro desse contexto, enfatiza o papel dos fazendeiros do Oeste Paulista como vanguarda na promoção do imigrantismo, na campanha abolicionista e no estímulo à dominância do trabalho assalariado.

A terceira[522], tem como objetivo, diluir as pressões do movimento abolicionista, vendo-o como resultado de uma ação consciente e calma, conduzida pelos fazendeiros paulistas na transição do trabalho escravo para o livre. Assim, a mentalidade dos fazendeiros paulistas que entre outros fatores, estimularam a emigração européia, davam um passo decisivo em direção a instituição das relações de produção capitalistas, as quais se consolidaram no imediato pós-abolição.

Uma quarta vertente[523], é aquela que, influenciada pelas novas tendências da historiografia francesa, enfatizaram o imaginário e as reações subjetivas, tais como o poder

---

[520] Representada aqui pelos estudos: FLORESTAN FERANDES. *Circuito fechado.* São Paulo: Hucitec, 1976. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional.* 2 ed., Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1977. OCTÁVIO IANNI. *Escravismo e racismo.* São Paulo: Hucitec, 1978. EMÍLIA VIOTTI DA COSTA. *Da senzala à colônia.* 2 ed., São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1982.

[521] Principalmente o estudo de: PAULA BEIGUELMAN. *A crise do escravismo e a grande imigração.* 2 ed., São Paulo: Brasiliense, 1981.

[522] Representada aqui pelos trabalhos de: MICHAEL HALL. *The origins of mass immigration in Brazil – 1871/1914.* New York: Columbia, 1969. VERENA STOLKE. *Cafeicultura: homens, mulheres e capital – 1830/ 1980.* São Paulo: Brasiliense, 1986.

[523] Representada aqui pelos trabalhos de : CÉLIA M. M. DE AZEVEDO. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987. SÍLVIA HUNOLD LARA. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro – 1750/1808.* Rio de Janeiro: Paz

de pressão dos escravos que teriam, através de suas revoltas violentas, difundido o medo entre as elites e, com isso, conseguido a sua libertação. Ademais, procuram destacar a face racista do projeto imigrantista das elites que marginalizam o negro e supervalorizam o europeu.

Por fim, a vertente[524] que busca a partir da existência de um **modo de produção escravista colonial** a transição para o capitalismo no Brasil. Negam a mentalidade empresarial paulista, afirmando que estes eram escravistas até as vésperas da abolição; negam a afirmação de que com a abolição implantou-se o sistema de trabalho assalariado, que a partir daí, tornou-se predominante. Também negam que o colonato seja uma relação de produção plenamente capitalista. Para esta vertente, tal consideração nega a realidade histórica atual do país, onde praticamente esta relação não sobreviveu, sendo substituída por outras formas de trabalho camponês, como o trabalho volante ou bóia-fria[525].

De acordo com esta vertente, as novas relações de produção implantadas pós-abolição não podem ser consideradas propriamente capitalistas, pois a existência de contratos com as famílias de imigrantes, as exigências da prestação de serviços gratuitos, a cessão de pedaços de terra para cultivo próprio, as relações de dependência até o saldo total de suas dívidas, a subordinação à severa disciplina imposta pelos fazendeiros, a fixação de um contrato compulsório de trabalho entre outros fatores, demonstram diferenças incompatíveis com relação ao mercado capitalista[526].

Portanto, nas análises dessa vertente, o que ocorreu no imediato pós-abolição foi, na afirmação de José de Souza Martins, uma *produção capitalista de relações de produção não-capitalistas*[527]; ou de acordo com Jacob Gorender, *um capitalismo primitivo apoiado*

& Terra, 1988. SIDNEY CHALHOUB. Medo branco de almas negras – escravos, libertos e republicanos na cidade do Rio. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 8 (16), 1988.

[524] Representado pelos trabalhos: CIRO FLAMARION CARDOSO. *Agricultura, escravidão e capitalismo.* Petrópolis: Vozes, 1979. CIRO FLAMARION CARDOSO et alli. *Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas.* Rio de Janeiro: Zahar, 1988. JACOB GORENDER. *O escravismo colonial*. 5 ed., São Paulo: Ática, 1988. JACOB GORENDER. *A escravidão reabilitada.* São Paulo: Ática, 1990. JOSÉ DE SOUZA MARTINS. *O cativeiro da terra.* São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1979. JOSÉ DE SOUZA MARTINS. *Imigração e crise do Brasil agrário.* São Paulo: Pioneira, 1973. VILMA ALMADA. *Escravismo e transição.* Rio de Janeiro: Graal, 1984.

[525] JACOB GORENDER. *A escravidão reabilitada.* Op.cit.

[526] Ibid.

[527] JOSÉ DE SOUZA MARTINS. *O cativeiro da terra.* Op.cit.

em forma camponesas dependentes[528]. O capitalismo como modo de produção específico, segundo eles, só se consolidaria no decorrer do século XX.

Feito este resumo sobre a literatura que aborda a transição do trabalho escravo para o livre no Brasil, passamos para a transição das relações de produção no âmbito da economia regional.

Mas, antes faz-se necessário uma abordagem, mesmo que sumária da escravidão na Zona da Mata e a interface com o conjunto mineiro.

Como é sabido, o sistema escravista em Minas Gerais, ao longo do século XIX foi o maior que existiu em toda a história da instituição servil no Brasil. Durante todo o período a população mancípia de Minas superou a de qualquer outra província, apresentando, ademais, um *vigoroso crescimento*[529].

No que toca ao sistema escravista na Zona da Mata, era o único em Minas vinculado diretamente a uma cultura voltada para o mercado internacional. No entanto, mesmo que esta região liderasse em termos de contingente populacional de cativos, tal liderança nunca se considerou hegemônica. Isto nos mostra, como vimos, que a economia mineira era bastante diversificada no decorrer dos oitocentos e, que a população escrava estava bem distribuída ao longo do seu território. (ver tabela abaixo).

[528] JACOB GORENDER. *A escravidão reabilitada.* Op.cit.
[529] Cf., ROBERTO BORGES MARTINS. A economia escravista de Minas Gerais no século XIX. Op.cit., pg., 1.

TABELA 46

MINAS GERAIS: POPULAÇÃO ESCRAVA POR REGIÕES – 1873/1886.

Regiões	Ano								% da população livre em 1873
	1873		1880		1884		1886		
	Escravos	%	Escravos	%	Escravos	%	Escravos	%	
Metalurgia-Mantiqueira	95.401	24,9	63.160	19,5	51.820	17,3	49.436	17,3	24,7
Mata	100.776	26,3	100.248	30,9	106.939	35,8	104.360	36,4	16,8
Sul	81.511	21,3	71.682	22,1	63.982	21,4	61.270	21,4	19,0
Alto Paranaíba	18.493	4,8	11.616	3,6	10.443	3,5	9.998	3,5	5,2
Oeste	33.711	8,8	29.806	9,2	24.440	8,2	23.152	8,1	10,1
Triângulo	7.966	2,1	9.436	2,9	5.921	2,0	5.522	1,9	2,1
São Francisco-Montes Claros	7.983	2,1	8.325	2,6	7.574	2,5	7.411	2,6	4,9
Paracatu	2.639	0,7	1.714	0,5	1.587	0,5	1.548	0,5	1,9
Jequitinhonha-Mucurí-Doce	34.160	8,9	28.551	8,8	26.225	0,8	23.794	8,3	15,2
Minas Gerais	**382.640**	**100,0**	**324.538**	**100,0**	**298.931**	**100,0**	**286.491**	**100,0**	**100**

FONTE: Recenseamento de 1872. Falla...Pres. Sant'anna. 1880, pp., 25/26. Falla...Pres. Gonçalves Chaves. 1884, pp., 63/64. Relatório...Pres. Souza Magalhães. 1887, pp., 32-34. Apud., ROBERTO BORGES MARTINS. A economia escravista de Minas Gerais no século XIX. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1982. Texto para Discussão n. 10, pg., 31.

A literatura que aborda a transição da escravidão para o trabalho livre na Zona da Mata divide-se entre aqueles que analisam que a abolição da escravidão causou impacto negativo na economia cafeeira matense, desorganizando-a e provocando uma crise estrutural a qual levou a região à estagnação e decadência[530]; e, aqueles que defendem o contrário, ou seja, que não houve desorganização da produção, bem como a economia cafeeira regional não entrou em estagnação[531].

João Heraldo Lima, comparando a transição das relações de produção ocorrida em São Paulo e em Minas Gerais, conclui que nesta última caracterizou-se como sendo *pré-capitalista*; ou seja, dada a dimensão de pequena propriedade, a baixa produtividade do cafeeiro e pequena monetização dos fazendeiros, a passagem do regime de trabalho escravo para o livre em Minas Gerais e, particularmente, na Zona da Mata, não progrediu no sentido de desenvolver relações de produção capitalista. Nesta, o que ocorreu foi uma forma *intermediária*, predominando o sistema de *parcerias*. Já em São Paulo, devido as condições

[530] Ver principalmente os estudos de JOÃO HERALDO LIMA. Op.cit. ANA LÚCIA DURATE LANA. Op.cit.

[531] Ver principalmente os estudos de RÔMULO GARCIA ANDRADE. Escravidão e cafeicultura em Minas Gerais: o caso da Zona da Mata. Op.cit. RÔMULO GARCIA ANDRADE. *Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco: Zona da Mata e Minas Gerais no século XIX*.

favoráveis (geografia, capital e produtividade), se disseminou o *assalariamento* e outras formas que ele denominou de *capitalistas*, tais como o *contrato de colono*, que nada mais era que um sistema de *alocação de serviços*. Tal sistema contava, na afirmação do autor, com uma boa parcela de renda monetária, sendo decisiva para a organização da economia cafeeira paulista num novo patamar, dentro dos quadros de uma produção capitalista[532].

Em Minas, o que se verificou, na análise de Lima, foi a predominância da parceria sob base da meação, forma, como ele denominou de não-capitalista. Isto é, tal sistema foi adotado, segundo ele, por necessidade, dado às condições pouco dinâmicas da cafeicultura mineira. Posto isto, o sistema de parceria dava o direito ao trabalhador metade do lucro da venda do café, deduzidas todas as despesas com beneficiamento, transporte, comissão de venda, impostos, etc.. Para Lima, era um sistema em que a renda monetária era pouca, limitando assim, a própria dinâmica da economia cafeeira.

Assim, de acordo com Lima, a evolução das relações de produção na cafeicultura mineira se verificaram de forma muito lenta, transitando quase sempre por formas intermediárias, nunca chegando a assistir a um domínio razoável de trabalho assalariado. Dentro desse contexto, o autor afirma que o sistema de parceria, predominante nas relações de produção naquela economia, contribuiu ainda mais para a baixa produtividade do cafeeiro, sendo incapaz de desenvolver uma produção do tipo capitalista, além de travar a instituição de um mercado de trabalho, o que contribuiu para a estagnação da cafeicultura regional[533].

Ana Lana baseia-se sua análise na mesma direção de Lima, embora, acreditar que, *em algumas fazendas da Zona da Mata estabeleceram-se relações de trabalho semelhantes às do colonato paulista. Mas, nunca assumiram o papel de relação de trabalho predominante na região da Mata mineira*[534].

(Doutorado). São Paulo: FFLCH/USP, 1995. ANDERSON PIRES. *Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora – 1870/1930.* op.cit. LUIZ FERNANDO SARAIVA. Op.cit.

[532] JOÃO HERALDO LIMA. Op.cit. pp., 24/25. Segundo Lima, o *contrato de colono* provinha de três fontes distinta: 1 – do pagamento contratualmente estabelecido pelo cuidado dos cafeeiros durante o ciclo anual de produção; 2 – do pagamento pela colheita. O colono receberia uma soma estabelecida no contrato, por alqueire (volume) trabalhado; 3 – do pagamento do trabalho diário em volta das fazendas, incluindo o trabalho de processamento de café, transporte para a estação, reparos, etc. O restante da renda revestia-se de forma não monetária e incluía habitação, terra para o plantio de cereais, às vezes assistência médica etc.. Ibid., pg., 25.

[533] Idem. pp., 25-43.

[534] Cf., ANA LÚCIA DUARTE LANA. Op.cit. pg., 91.

De acordo com a autora, o sistema de parceria foi adotado na quase totalidade dos municípios cafeicultores da Zona da Mata após a abolição. Para ela, esse sistema apresentava um atrativo importante para o fazendeiro: a redução dos custos monetários, já que o trabalhador morava na fazenda e cuidava das plantações, sendo o lucro dividido em partes iguais[535].

No entanto, tal sistema apresentava um grande problema, qual seja, o abandono da cultura de exportação em favor da cultura de subsistência. Isto é, para fixar o trabalhador nas propriedades, o fazendeiro permitia que aquele plantasse cereais intercalado ao plantio do café. Tal procedimento, segundo ela, diminuía as taxas de lucro, devido a exaustão do solo, comprometendo a produtividade do cafeeiro, já que a própria cultura de cereais, por diversos motivos, dificultava o desenvolvimento do cafezal[536]. Assim, para a autora, havia um paradoxo no sistema de parceria, isto é, para fixar o trabalhador na fazenda, o proprietário garantia a plantação de roças de subsistência ao colono; todavia, este à medida que dependia de boa produtividade e preços bons para poder ter acesso a uma renda monetária, e esta ficava comprometida com as condições adversas daquela economia, abandonava a grande lavoura e se entregava à produção de subsistência.

Dentro desse contexto, Lana coadunando com a análise de Lima, aponta para a não generalização das relações de produção capitalista como fator importante de decadência da economia cafeeira da Mata.

Em estudo recente, Luiz Fernando Saraiva[537], tomando com base as hipóteses levantadas por Pires[538] e Andrade[539], contesta as afirmações de Lima e Lana. Saraiva comprova empiricamente, a partir de inventários *post-mortem* que a transição do trabalho escravo para o trabalho livre na Zona da Mata mineira não desorganizou a produção cafeeira e muito menos levou àquela economia a um estágio de decadência.

O autor constata, ao contrário das conclusões obtidas por Lima e Lana, que não houve predominância do regime de parceria na transição do trabalho escravo para o livre na

---

[535] Ibid., pp., 86-88.
[536] A autora aponta como fatores: diminuição da insolação, a própria idade avançada dos cafezais, carpa mal feita, além da exaustão do solo. Ibid., pg., 88.
[537] LUIZ FERNANDO SARAIVA. *Um correr de casas, antigas senzalas: a transição do trabalho escravo para o livre em Juiz de Fora – 1870/1900.* op.cit.
[538] ANDERSON PIRES. *Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora – 1870/1930.* op.cit.

Mata mineira. Na verdade o que ocorreu foi a coexistência de várias formas de trabalho que incluíam a meação, os contratos de colonos e o assalariamento e não se percebe maior predominância de um sobre o outro. Isto posto, Saraiva afirma que tais relações, embora não-capitalista, garantiram uma acumulação de riqueza nas mãos dos grandes fazendeiros, o que manteve a economia cafeeira regional num ritmo de crescimento e não de decadência[540].

Pires, em seu estudo recente[541], analisando a transição do regime de trabalho na Mata mineira, afirma que a ruptura das formas de trabalho compulsório, vão implicar independentemente dos níveis de distribuição de renda (parceria, contrato, assalariamento), em algum grau de mercantilização da força de trabalho, e dessa maneira, na remuneração monetária do produtor direto, o que significa, que o mercado vai se constituir como elemento fundamental de mediação para o acesso de bens e serviços imprescindíveis à sua sobrevivência[542]. Desta forma, segundo o autor, a parcela monetária originada na produção cafeeira, a partir das diversas formas de trabalho livre que se impõe no pós-abolição, representa a formação de uma estrutura de demanda inexistente até então e que vai acabar por se colocar, efetivamente, como base do **processo de industrialização de Juiz de Fora**[543].

O que o autor quer afirmar, é que além da abolição da escravidão não ter gerado efeitos de decadência na economia cafeeira regional, ela foi condição importante para o estímulo à implantação da indústria mecanizada que se efetivava em Juiz de Fora naquele momento, isto é, no final da década de 1880.

Feita estas considerações, a partir da literatura, a respeito da dinâmica da economia cafeeira da Zona da Mata mineira, tomando como base sua estrutura agrária, acumulação de capital e a transição das relações de produção que se consubstanciaram no **complexo econômico cafeeiro da Mata**, cumpre-nos agora, discutir com seu deu a implantação da indústria mecanizada em Juiz de Fora, bem como sua tipologia e as origens do empresariado industrial local.

---

[539]RÔMULO GARCIA ANDRADE. *Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco: Zona da Mata e Minas Gerais no século XIX*. op.cit.
[540] LUIZ FERNANDO SARAIVA. Op.cit. pg., 192.
[541] ANDERSON PIRES. *Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais – 1889/1930*. op.cit.
[542] Ibid., pg., 71.

3.2 – A industrialização de Juiz de Fora.

Passamos ao tipo de indústria que se instalou em Juiz de Fora, fator importante para a caracterização geral do desenvolvimento industrial daquela cidade. Há um consenso na historiografia de que no parque industrial juiz-forano predominou o ramo de bens de consumo leves, especialmente têxteis e alimentos. Há também, outro consenso entre eles, pois, justamente por concentrar nestes ramos, tal parque entrou em declínio após a década de 1930. A discussão sobre o "declínio" da indústria de Juiz de Fora será analisado em capítulo posterior.

Giroletti estabelece uma periodização do **processo de industrialização de Juiz de Fora** baseado em duas fases; ou seja, *fase de implantação e desdobramento*, entre 1850 e 1930.

De acordo com este autor, a primeira fase do processo *se caracteriza pelo predomínio de pequenas fábricas, pequenas oficinas, com baixa produção e produtividade, utilizando uma tecnologia elementar, com baixo índice de capital investido, absorvendo pequena quantidade de mão-de-obra. O proprietário do estabelecimento é também o produtor direto, e a produção vai depender basicamente da habilidade dos artífices. Esta fase estende-se até o fim da década de 1880*[544].

Giroletti identifica essa fase como o período manufatureiro da indústria juiz-forana.

A segunda fase, para ele, se inicia a partir do início do século XX, que ao lado das manufaturas, se organizam médias e grandes indústrias, as quais se caracterizarão *pela produção em série, pelo emprego de maior contingente operário, pela utilização de uma tecnologia importada mais sofisticada (principalmente nos ramos têxteis, metalúrgico, tipográficos e construção), pelo uso da energia elétrica como força motriz. As médias e as grandes indústrias se distinguem das pequenas (artesanais), (...), pela separação entre o trabalhador direto e o proprietário dos meios de produção. Por outro lado, as grandes indústrias diferem das médias pelo emprego de maior quantidade de mão-de-obra e/ou*

[543] Ibid. Ibidem.
[544] C.f., DOMINGOS GIROLETTI. Op.cit., pg., 73.

pela maior soma de capital investido. É neste período que se organizam as sociedades anônimas[545].

Dentro desse contexto, Giroletti identifica tal fase, como o início da implantação da indústria mecanizada em Juiz de Fora.

Para aquele autor, esta segunda fase foi precedida pela ampliação do setor de bens e serviços e transporte/comunicação, além da organização do sistema financeiro, que propiciaram a expansão industrial.

Vejamos alguns dados sobre os estabelecimentos industriais de Juiz de Fora, de acordo com a primeira fase descrita por Giroletti.

[545] Ibid. Ibidem.

TABELA 47

RELAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS – JUIZ DE FORA – 1870/1877.

Indústrias 1870	N.	Indústrias 1877	N.
Oficinas de ferreiro	7	Oficinas de ferreiro	12
Olarias	6	Olarias	4
Fábricas de carroças	3	Fábricas de carros e carroças	5
Selaria	3	Selaria e of. De correeiro	4
Fáb. Fogos de artifício	2	Fáb. Fogos de artifício	2
Funilarias	2	Of. De funileiros e caldeireiros	9
Oficinas de marceneiros	2	Oficinas de marceneiros	3
Charuteiros	2	Fábricas de charutos e cigarros	4
Padarias	2	Padarias	3
Sapatarias	2	Sapatarias	10
Fáb. Chapéu de sol	1	Oficinas de chapeleiros	2
Oficina de colcheiro	1	Oficina de colcheiro	2
Fábrica de cerveja	1	Fábrica de cerveja	2
		Oficinas de carpinteiros	6
		Confeitarias	3
		Casas de café torrado	2
		Tipografias	1
		Oficinas diversas	6
TOTAL	**34**	**TOTAL**	**80**

FONTE: Dados de 1870: PAULINO DE OLIVEIRA. *História de Juiz de Fora.* 2 ed., Juiz de Fora: Gráfica Comércio & Indústria Ltda., 1966. pg., 103.
Dados de 1877: ALBINO DE OLIVEIRA ESTEVES. *Álbum do município de Juiz de Fora.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1915. pg., 69. Apud., DOMINGOS GIROLETTI. *Industrialização de Juiz de Fora – 1850/1930.* Juiz de Fora: EDUFJF, 1988. pg., 50.

Vejamos também alguns dados sobre indústrias criadas na segunda fase descrita por Giroletti.

TABELA 48

INDÚSTRIAS CRIADAS POR RAMOS DE ATIVIDADE – JUIZ DE FORA – 1889/1930.

RAMOS	TOTAL
Alimentação (bebidas)	60
Fiação, tecelagem, artigos de tecidos	31
Metalurgia	36
Couros, peles e artefatos	39
Madeira, móveis, serraria, carpintaria, marcenaria	21
Cerâmica, cimento, marmoaria	20
Construção	08
Fumos, cigarros e charutos	11
Tipografia e litografia	23
Indústrias diversas	37
TOTAL	**286**

FONTE: ALBINO DE OLIVEIRA ESTEVES. *Álbum do município de Juiz de Fora.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1915. pp., 291-296. LUIZ JOSÉ STEHLING. Trajetória da indústria em Juiz de Fora. In: *Revista do Centro de Estudos Sociológicos*. Juiz de Fora: 3 (3/4): 72/79, 1965. LUIZ JOSÉ STEHLING. *Alemães e descendentes no progresso de Juiz de Fora.* s.m.t. mimeo., pp., 1-26. PRODUÇÃO INDUSTRIAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS. Boletim do Departamento Estadual de Estatística. Belo Horizonte: 11 (38): 3-41, 1948. RODOLPHO JACOB. *Minas Gerais no XX século.* Rio de Janeiro: Gomes, Irmão & Cia., 1911, pp., 315/316. Apud., DOMINGOS GIROLETTI. *Industrialização de Juiz de Fora – 1850/1930.* Juiz de Fora: EDUFJF, 1988. pg., 79.

Pires vai na mesma direção de Giroletti quando afirma que **o processo de industrialização de Juiz de Fora** demandou uma prévia diversificação setorial no seu espaço urbano, que teve na conclusão do movimento de expansão e aperfeiçoamento do sistema de transporte, principalmente com a implantação da ferrovia, a partir de 1875, seu principal instrumento de estimulo à urbanização daquele município. Segundo ele, a forma como este movimento se deu, colocando Juiz de Fora como principal eixo de entroncamento do sistema viário e sua transformação em capital regional da Zona da Mata, acabou por permitir que *boa parte do processo geral de indução a investimentos em setores e atividades relacionados ao núcleo agroexportador fosse internalizados no espaço definido pela região*[546].

Numa palavra, a chagada da ferrovia em 1875 (Estrada de Ferro Pedro II que passou a ligar Juiz de Fora ao Rio de Janeiro), promoveu, de um lado, o próprio estímulo à produção cafeeira regional, a qual já vinha expandindo desde a década de 1860, através da melhoria das condições de escoamento do café, via rodovia União & Indústria; de outro,

consolidou Juiz de Fora como entroncamento viário, possibilitando seu crescimento urbano e transformando-o em espaço principal de canalização dos investimentos advindos do setor agroexportador. A partir daí, a renda gerada no *produto principal*, a diversificação das atividades urbanas e o crescimento demográfico daquela cidade estimularam a criação de um *mercado interno* regional, o qual por sua vez, ensejou uma produção industrial concentrada em Juiz de Fora[547].

A título de ilustração, vejamos alguns dados da diversificação comercial e de serviços na cidade de Juiz de Fora ao longo da década de 1870.

[546] Cf., ANDERSON PIRES. Op.cit., pg., 61.
[547] Ibid.

TABELA 49

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E DE SERVIÇOS EM JUIZ DE FORA – 1870/1877.

1870	N	1877	N
Casas de negócios	107	Lojas: roupas, mantimentos e molhados	76
Mascates e fazendas	13	Lojas: fazendas e armarinhos	27
Hotéis	08	Hotéis	02
Farmácias	05	Farmácias	05
Mascates de jóias	04	Negociantes de jóias	06
Relojoeiros	03	Relojoeiros	04
Açougues	02	Açougues	06
Barbearia	02	Barbearia	06
Cambistas	02	Cambistas	04
Bilhar	01	Bilhares	12
Ourives	01	Ourives	04
Alfaiataria	02	Alfaiataria	10
Casa de lavar chapéu	01	Casa de agência de leilões	01
Casa bancária	01	Capitalistas	12
Livreiro	01	Retratista	01
		Advogados	16
		Médicos	06
		Dentistas	03
		Padres	03
		Pintores	04
		Vidraceiros	02
		Modistas	01
		Carros de aluguel	20
TOTAL	**153**	**TOTAL**	**231**

FONTE: Dados de 1870: PAULINO DE OLIVEIRA. *História de Juiz de Fora.* 2 ed., Juiz de Fora: Gráfica Comércio & Indústria Ltda., 1966. pg., 103.
Dados de 1877: ALBINO DE OLIVEIRA ESTEVES. *Álbum do município de Juiz de Fora.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1915. pg., 69. Apud., DOMINGOS GIROLETTI. *Industrialização de Juiz de Fora – 1850/1930.* Juiz de Fora: EDUFJF, 1988. pg., 49.

Tomando como base as tabelas anteriores, por que não denominar esta primeira fase descrita por Giroletti, de **proto-industrialização**? Grosso modo, o tipo de manufaturas que se estabeleceram na cidade, tais como olarias, fábricas de carroças, selaria, fábrica de cerveja, funilaria, fábrica de charutos e cigarros, fábrica de chapéus, fogos de artifícios, torrefação de café etc., somada à divisão social do trabalho e o assalariamento, bem como o baixo índice de capital investido, absorção pequena quantidade de mão-de-obra, proprietários do estabelecimento como produtores diretos, devido a produção depender

basicamente da habilidade dos artífices, etc., não entraria, guardada as devidas proporções, na definição de proto-industrialização pela *Escola de Gottingen*? Isto é, pequenas manufaturas as quais vão disseminando novas relações de produção. É claro que falta aí uma rede mercantil que ultrapassa o mercado local e a integração dos mercados regionais; ou mesmo, podem-se argumentar que, mesmo assim, esta não se enquadra na tipologia da proto-industrialização daquela escola, pois falta o elemento rural; o que para nós é discutível. Isto é, em nenhum momento do livro texto de Peter Kriedte[548], o elemento rural é dogmático. Mas, por que não pensarmos numa proto-industrialização nos termos de uma fase que precede e estimula a industrialização fabril capitalista, que é a essência do conceito definido por aquela escola? Pelo menos no contexto juiz-forano.

O que queremos afirmar, é que estas manufaturas ao serem estimuladas e estimularem a diversificação urbana deram passo decisivo para que fossem criadas junto com a acumulação de capital no setor agroexportador, as condições da industrialização naquela cidade, através da implantação da grande indústria fabril mecanizada. É inegável que estas manufaturas mudaram a paisagem urbana de Juiz de Fora no correr das décadas de 1860 e 1870. Infelizmente, não há dados que comprovem relações destas manufaturas fora do mercado local, ou mesmo com outras cidades da Zona da Mata mineira.

Todavia, pensamos ser útil definir essa primeira fase de diversificação urbano-industrial de Juiz de Fora, nas décadas de 1860 e 1870, período denominado por Giroletti de *manufatureiro*, como **proto-industrialização**. Até porque, como esta fase se insere numa conjuntura ascendente do setor exportador escravista, o núcleo urbano impõe novas relações de produção no interior da economia, abrindo espaço para que, mais a frente a cidade se consubstancie numa típica cidade capitalista, nos termos de Sônia Miranda[549], constituindo causa e efeito para o espocar da industrialização.

Em outras palavras, é proto-industrialização porque há diversificação manufatureira; porque surge como elemento importante para diversificação nas atividades urbanas; porque é capitalista, num ambiente em que as relações de produção predominante é a escravista. Em resumo, é proto-industrialização porque as manufaturas constituíram passo inicial

[548] PETER KRIEDTE, HANS MEDICK & JURGEN SCHLUMBOHM. Op.cit..
[549] SÔNIA REGINA MIRANDA. Op.cit..

importante na transição de uma economia escravista para uma economia capitalista regional.

Todavia, é na década de 1880 que o denominado **processo de industrialização**, em termos capitalistas toma forma, à medida que se implantam unidades fabris de grande porte. Mais do que isso, corroborando com as análises de Sônia Miranda e Anderson Pires, a importância dos anos oitenta do século XIX para Juiz de Fora, é que eles *constituíram como decisivos para o que viria ser uma cidade efetivamente "capitalista"*[550], pois foi neste período que os investimentos fundamentais realizados em serviços públicos e atividades urbanas pavimentaram o caminho para a efetivação de tal processo. No entanto, de acordo com os autores, este não pode ser indissociável da transição para as formas de organização social capitalistas.

Desta feita, Pires pressupõe que se os investimentos no núcleo urbano foram importantes para uma transformação na estrutura produtiva de Juiz de Fora e que, implicou também na expansão da atividade econômica da região, a abolição da escravidão constituiu-se no marco divisório para a afirmação desta mesma economia regional em direção ao modo de produção capitalista.

Isto posto, como vimos, se não se efetivou o assalariamento como principal forma de relação de trabalho na produção cafeeira da Mata, no imediato pós-abolição, não significa que não ocorreu monetização nestas novas formas de trabalho livre. Pelo contrário, ao abolir o trabalho compulsório, independentemente de como que se deram os níveis de distribuição da renda, implicou em algum grau de mercantilização da força de trabalho ligada ao produto principal. Dessa maneira, o mercado agora, vai se constituir como elemento fundamental de mediação para o acesso de bens e serviços, não somente no núcleo urbano, mas em todo o complexo regional.

É dentro desse contexto que se dá o impulso ao **processo de industrialização de Juiz de Fora**, na análise de Pires, pois geradores de *efeitos de encadeamento de consumo*.

Vejamos a estrutura industrial de Juiz de Fora no início do século XX.

[550] Ibid. ANDERSON PIRES. Op.cit.

TABELA 50

INDÚSTRIAS EXISTENTES EM JUIZ DE FORA – 1907/1908.

SETOR	N.
Cerveja e bebidas	07
Tecelagem e malharia	06
Laticínios	06
Fundição e mecânica	05
Curtume e artigos de couro	05
Alimentos (doces, massas, banha)	05
Cerâmica	04
Calçados	04
Fumos preparados	03
Móveis	03
Tintas	03
Moagem de cereais	02
Ladrilhos	01
Sabão e velas	01
Perfumaria	01
Vassouras	01
TOTAL	**57**

FONTE: RODOLPHO JACOB. *Minas Gerais no XX século.* . Rio de Janeiro: Gomes, Irmão & Cia., 1911, pp., 315/316. Apud., SILVIA MARIA BELFORT VILELA ANDRADE. *A classe operária em Juiz de Fora: uma história de lutas – 1912/1924.* Juiz de Fora: EDUFJF, 1987. pp., 25-27. Apud., ANDERSON PIRES. *Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais – 1889/1930.* (Doutorado). São Paulo: FFLCH/USP, 2004. pg., 84.

TABELA 51

ATIVIDADE INDUSTRIAL EM JUIZ DE FORA SEGUNDO SETOR, PROPRIETÁRIOS, CAPITAL, FORÇA MOTRIZ, VALOR DA PRODUÇÃO E OPERÁRIOS – 1907.

Indústrias	Proprietário	Capital	Força	VP	Operários
Tecido/algodão	Cia. ind. Mineira	2.222.042$	300 HP	4.050.000 m	400
Tecido/algodão	Viúva/Bernardo Mascarenhas	600:000$	120 HP	600.000 m	200
Tecido/algodão	Crédito Real	100:000$	60 CV	300.000 m	60
Malhas/meias	Antônio Meurer	250:000$	10 HP	60.000 dz	35
Malhas/meias	Galietti/Montreuil	50:000$	14 HP	4.000 dz	15
Malhas/meias	J. M. Pacheco	50:000$	20 HP	12.000 dz	40
Fumos preparados	Dias Cardoso	60:000$	5 HP	150:000$	9
Fumos preparados	J. R. George	10:000$	3 HP	8:000$	2
Fumos preparados	J. Gama	30:000$	VAPOR	60:000$	8
Perfumaria	Macedo & cia.	-	-	-	-
Fund. de metais	Leite/Fonseca	100:000$	25 CV	160:000$	22
Fund. de metais	George F. Grande	80:000$	14 CV	90:000$	15
Prod. Cerâmicos	Alencar Tristão	15:000$	MANUAL	109:000$	7
Prod. Cerâmicos	M. J. Pacheco	5:000$	-	15:000$	4
Prod. Cerâmicos	Pedro (Timponi) ?	3:000$	-	10:000$	4
Prod. Cerâmicos	J. C. Pinto	3:000$	MANUAL	4:000$	2
Curtume	Detlef Krambeck	300:000$	160 CV	184:000$	30
Curtume	C. Leger	20:000$	MANUAL	20:000$	8
Curtume	J. Tortoriello	60:000$	6 CV	24:000$	9
Curtume	Peregrino/Irmão	12:000$	MANUAL	6:000$	3
Selins	G. P. Mattos	-	-	-	-
Sabão e velas	Burnier/Rimes	120:000$	30 CV	320:000$	16
Tintas	Dias Cardoso	-	-	-	-
Tintas	J. F. M. Sobrinho	5:000$	5 CV	12:000$	2
Tintas	Adrião Almada	-	-	-	-
Pregos	Accácio Teixeira	60:000$	30 CV	180:000$	18
Ladrilhos	P. Arcuri/Spinelli	170:000$	32 CV	192:000$	156
Máquinas	F. J. Kasher/irmão	40:000$	50 CV	50:000$	12
Bebidas alcoólicas	J. Irmão/Couris	100:000$	20 CV	180:000$	35
Beb. Alcol/gasosa	B. Irmãos & cia.	100:000$	6 CV	166:000$	26
Doces	C. Horn	15:000$	MANUAL	125:000$	9
Doces	J. F. M. Sobrinho	-	-	-	-
Moagem/ cereais	A. C. Figueiredo	5:000$	1 CV	13:000$	2
Moagem/ cereais	C. A. & cia.	20:000$	20 CV	97:600$	6
Massa/alimentar	J. Irmão/Couris	100:000$	25 CV	110:000$	28
Massa/alimentar	B. Irmãos & cia.	100:000$	6 CV	92:000$	30
Fábrica/ cerveja	Freez & Irmão	60:000$	MANUAL	82:000$	8
Fábrica/cerveja	Viúva Kremer de Castro	200:000$	50 CV	490:000$	30
Fábrica/cerveja	C. Stiebler	100:000$	20 CV	371:000$	15
Fábrica/cerveja	J. Weiss	50:000$	MANUAL	52:000$	10
Fábrica/manteiga	T. L. Jr. & cia.	53:000$	12 CV	80:000$	26
Fábrica/manteiga	C. A. da Costa	30:000$	4 CV	47:200$	8
Fábrica/manteiga	Viúva Kremer	6:000$	MANUAL	13:600$	4
Fábrica/manteiga	Viúva Maldonado	25:000$	MANUAL	128:100$	11
Fábrica/manteiga	E. P. Braga	-	-	-	-
Fábrica/manteiga	Xavier Ribeiro	12:000$	MANUAL	23:000$	7
Fábrica/vassouras	J. Garcia Jr.	30:000$	5 CV	10:000$	-
Bebida e licores	A. J. do Vale	8:000$	MANUAL	5:000$	-
Mobília/decoração	P. Montesi	65:000$	MANUAL	26:000$	6
Mobília/decoração	Corrêa & Corrêa	5:000$	20 CV	80:000$	14
Mobília/decoração	Crdiale/contrucci	-	MANUAL	21:000$	5
Calçado	Corrêa & Corrêa	-	-	-	-
Calçado	Chelini & irmão	-	-	-	-
Calçado	A. Tirapari (?)	-	-	-	-
Calçado	S. Mangoni	-	-	-	-
Ferraria/carruagem	H. Surerus/Irmão	-	20 CV	-	-
Banha	Costa & irmão	25:000$	MANUAL	60:000$	6

FONTE: RODOLPHO JACOB. *Minas Gerais no XX século.* . Rio de Janeiro: Gomes, Irmão & Cia., 1911, pp., 315/316. Apud., SILVIA MARIA BELFORT VILELA ANDRADE. *A classe operária em Juiz de Fora: uma história de lutas – 1912/1924.* Juiz de Fora: EDUFJF, 1987. pp., 25-27.

TABELA 52

ATIVIDADE INDUSTRIAL EM JUIZ DE FORA SEGUNDO SETOR, PROPRIETÁRIOS, CAPITAL, FORÇA MOTRIZ, VALOR DA PRODUÇÃO E OPERÁRIOS – 1914.

INDÚSTRIA	ANO/fundação	FORÇA	OPERÁRIOS	CAPITAL	PRODUTO
Cia. Fabril J. F	1914	-	300	500:000$000	Calçados
Cia. Ind. Mineira	1889	-	637	-	Brim/algodões crus
Cervej, J. Weiss	1878	-	20	-	Cerveja
Curt. Krambeck	1877	-	35	-	Couros e peles
Medeiros & Martins	1897	elétrica	215	-	Bebidas, vinhos, massas, vinagre
Aniagem e sacos	1907	52 HP	76	100:000$000	Aniagem
J. R. Ladeira & Cia	1910	-	80	-	Laticínios
J.R. Ladeira & Cia	1913	-	80	-	Baldes, estamparias
Pant. Arcuri & Spinelli	1892	-	200	-	Ladrilhos e telhas
George Grande	1874	10 HP	28	-	Máquinas e fundição
Corrêa & Corrêa	1878	elétrica		5.000$000	Móveis e calçados
St. Antônio	1908	10 HP	55	50.000$000	Meias
Fab. Sarmento	1909	190 c.v.	190	-	Fiação de Algodão, tinturaria
São João	-	-	40	-	Caclesiário e zefir
Fiação e Tecelagem Mascarenhas	1887	200 c.v.	526	600:000$000	Tecidos
Fiação e Tecelagem /Meurer	1896	100 c.v.	300	500:000$000	Meias
A Teixeira & Alves	1912	-	45	-	Litografia / tipografia
Tecelagem/ Carlos Stiebler	1907	30 HP	70	150:000$000	Meias e Camisas
Otto & irmão	1912	-	35/40	-	Máquinas para lavoura
Fund. Kasher	1865	-	40	-	Máquinas para fundição, marcenaria, serralharia, serraria, ferraria e carpintaria

FONTE: Esteves, Albino. ÁLBUM DO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA. p. 284-287. Apud. SILVIA MARIA BELFORT VILELA ANDRADE. *A classe operária em Juiz de Fora: uma história de lutas – 1912/1924.* Juiz de Fora: EDUFJF, 1987. pp., 25-27.

TABELA 53

NÍVEL DE CONCENTRAÇÃO DOS SETORES DE ALIMENTAÇÃO E TÊXTEIS NA INDÚSTRIA DE JUIZ DE FORA – 1907 E 1920. (em %)

SETOR	1907			1920		
	capital	produção	operários	capital	produção	operários
Alimentação	18,9%	32,6%	17,3%	35,4%	51,5%	21,2%
Têxtil	62,9%	40,2%	50,0%	43,4%	29,7%	51,3%

FONTE: SILVIA MARIA BELFORT VILELA ANDRADE. A classe operária em Juiz de Fora: uma história de lutas – 1912/1924. Juiz de Fora: EDUFJF, 1987. pp., 18.

De acordo com as tabelas indicadas anteriormente, podemos perceber uma nítida concentração dos setores de alimentos e têxteis, consubstanciados na **Tabela 53**. Dentro desse contexto, o desenvolvimento industrial de Juiz de Fora não se diferencia dos principais parques industriais do país que se desenvolveram no período analisado, cuja indústria também se concentrou no ramo de bens de consumo leves (ou assalariados). Isto demonstra que tal desenvolvimento industrial correspondia a certa hierarquia de mercado, em que o mercado local e regional constituía-se no principal, sendo seguido pelos mercados das regiões vizinhas e, por fim, de outros estados. Veremos adiante, mais detidamente, o alcance dos mercados atingidos pela indústria juiz-forana.

No entanto, em que pese à predominância dos têxteis e alimentos, Pires, pesquisando jornais da época, especialmente, aqueles impressos a partir de 1914, percebeu uma diversificação da estrutura industrial de Juiz de Fora, com o aparecimento de indústrias voltadas para a produção de insumos industriais como *embalagens, papel, produtos químicos, latas, rótulos, vidros, cimento, borracha etc.*[551].

Esta diversificação industrial, segundo o autor, está em consonância com o que aconteceu com os parques industriais vinculados à economia agroexportadora cafeeira, quais seja, Rio de Janeiro e São Paulo. Nestes também ocorreu uma diversificação, principalmente, a partir da Guerra Mundial (1914/1918).

Wilson Suzigan, analisando a diversificação da indústria brasileira, a partir dos parques industriais do Rio de Janeiro e São Paulo, nas décadas de 1910 e 1920 conclui que, *as indústrias que começaram a se desenvolver a partir da Primeira Guerra Mundial têm*

[551] Cf., Ibid., pg., 95.

características diferentes daquelas que se desenvolveram anteriormente. Elas representam o inicio da diversificação industrial e também da transição para um sistema econômico dominado pelo capital industrial, tanto em termos de acumulação de capital como de contribuição de crescimento do PIB (ou da renda). A formação do capital industrial e o crescimento do mercado interno ainda dependiam do desempenho da economia de exportação, pelo menos até o fim da década de 1920. (...) No entanto, o investimento industrial não se concentrava mais primordialmente em setores diretamente complementares da economia de exportação, orientando-se cada vez mais no sentido do setor de produção de bens intermediários, como cimento, ferro e aço, produtos químicos, fertilizantes, papel e celulose, etc., e bens de capital, incluindo máquinas e equipamentos[552].

Portanto, embora as fontes não determinarem informações mais precisas, tais como a data de fundação das empresas, ou mesmo, a verificação da duração dos estabelecimentos, Pires, alertando sobre isso tudo, sustenta que a diversificação da estrutura industrial que ocorreu no Brasil a partir de 1914, refletiu-se também na estrutura industrial de Juiz de Fora[553].

Essa diversificação da estrutura industrial de Juiz de Fora pode ser visualizada em parte pela **Tabela 52**. Nela pode-se perceber o aparecimento de indústrias litográficas e indústrias mecânicas de construção de máquinas para a lavoura. Porém, percebe-se também que tais indústrias são de pequeno porte, como mostra o quadro sobre a ocupação.

Desta feita, Pires sustenta que o desenvolvimento destas indústrias foi bastante razoável no município, mostrando a articulação entre o setor industrial e o setor agrícola[554]. Em que pese não constar nos dados oficiais, encontrando-se apenas indícios nos jornais da época, no final da década de 1910 e ao longo da década de 1920, o autor afirma que expandiu o ramo intermediário, vinculados aos setores de litografia e mecânica. Mais do que isso, para ele tal fato mostra os *evidentes linkages* deste ramo da indústria juiz-forana com outras indústrias locais e, mesmo com as demais indústrias do estado. Ademais, no

[552] Cf., WILSON SUZIGAN. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento.* São Paulo/Campinas: Hucitec/UNICAMP, 2000. pp., 261/262.
[553] Cf., ANDERSON PIRES. *Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais – 1889/1930.* op.cit., pp., 95/96.
[554] Cf., Ibid., pg., 98.

caso do setor mecânico *são visíveis*, na afirmação do autor os traços *desta nova fase da industrialização vinculada à atividade industrial já existente*[555].

TABELA 54

PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA DE JUIZ DE FORA EM RELAÇÃO AO ESTADO E À ZONA DA MATA – 1907.

	MG	ZM	JF	%MG	%ZM
Número/estabelecimentos	524	192	43	8,20	22,34
Capital (*)	26.515	10.459	5.859	22,09	56,01
Número/operários	9.421	2.997	1.516	16,09	50,58
Produção (*)	32.444	14.070	8.341	25,86	59,28
Capital/estabelecimento (*)	53	54,47	136,25	+ 157	+ 150
Operário/estabelecimento	18	15,60	35,25	+ 96	+ 125
Produção/estabelecimento (*)	62	73,28	193,27	+ 213	+ 164

FONTE: *O Brasil, suas riquezas, suas indústrias.* Rio de Janeiro: M. Osasco & Cia. 1909. Apud., JOÃO HERALDO LIMA. *Café e indústria em Minas Gerais – 1870/1920.* Petrópolis: Vozes, 1981. pp., 96-100. Tabela XVIII. Apud. ANDERSON PIRES. *Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais – 1889/1930.* (Doutorado). São Paulo: FFLCH/USP, 2004. pg., 79.
(*) em contos

No que toca à participação da indústria de Juiz de Fora no conjunto regional e mineiro, percebemos que o parque juiz-forano, não só concentrou a atividade industrial, bem como, mantinha uma estrutura caracterizada por unidades maiores, mais capitalizadas e com maior capacidade de produção.

Analisando os dados da tabela acima**,** podemos afirmar que a indústria de Juiz de Fora superava em média algo em torno de 157% a indústria de Minas Gerais, referindo-se à proporção de capital por estabelecimento, isto é, 136,25 contra 53. No que se refere ao número de operários por estabelecimento 35,25% contra apenas 18. E, em relação à proporção do valor da produção por estabelecimento, a indústria de Juiz de Fora participa do conjunto mineiro em mais de 210%[556].

[555] Cf., Ibid. pg., 101.
[556] Cf., Ibid. pg., 79.

TABELA 55

RELAÇÃO DOS 10 MAIORES MUNICÍPIOS INDUSTRIAIS DE MINAS GERAIS, SEGUNDO O VALOR DA PRODUÇÃO – 1907.

MUNICÍPIO	VP (em contos de Réis)	%
Juiz de Fora	8.341	46,81
Sete Lagoas	2.514	14,11
Belo Horizonte	1.468	8,23
Palmyra	1.099	6,16
Prados	1.044	5,85
Ouro Preto	750	4,20
S. J. Nepomuceno	744	4,17
Ponte Nova	642	3,60
Cataguases	632	3,54
Baependi	582	3,26
TOTAL	**17.816**	**99,93**

FONTE: *O Brasil, suas riquezas, suas indústrias.* Rio de Janeiro: M. Osasco & Cia. 1909. Apud., JOÃO HERALDO LIMA. *Café e indústria em Minas Gerais – 1870/1920.* Petrópolis: Vozes, 1981. pp., 96-100. Tabela XVIII. Apud. ANDERSON PIRES. *Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais – 1889/1930.* (Doutorado). São Paulo: FFLCH/USP, 2004. pg., 80.

TABELA 56

RELAÇÃO DOS 10 MAIORES MUNICÍPIOS INDUSTRIAIS DE MINAS GERAIS, SEGUNDO O VALOR DA PRODUÇÃO E PESSOAL OCUPADO – 1920.

MUNICÍPIO	VP (em contos de Réis)	PESSOAL OCUPADO
Juiz de Fora	33	4.953
Conselheiro Lafaiete	19	1.650
Belo Horizonte	18	2.223
Nova Lima	16	3.395
Santos Dumont	13	520
Ouro Preto	08	884
Oliveira	07	320
S. J. Nepomuceno	05	872
Itajubá	05	599
Ponte Nova	05	508
TOTAL	**129**	**15.924**

FONTE: PAUL SINGER. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1968. pg., 236.

Portanto, para referendar o grau da concentração industrial em Juiz de Fora entre as décadas de 1880 e 1930, vejamos os dados indicados nas **Tabelas 55** e **56**. Nestas, Juiz de Fora, tanto em 1907, como em 1920 detém o primeiro lugar dos 10 maiores municípios industriais de Minas Gerais, tanto em relação ao valor da produção, como em pessoal ocupado. A título de ilustração, como demonstra a **Tabela 56** , pode-se perceber que o valor da produção de Juiz de Fora, em 1907, supera em 231,7% o valor da produção do segundo maior produtor do estado e em 468% a produção da capital. É claro, no que toca a Belo Horizonte, cidade planejada para ser a nova capital de Minas e inaugurada em 1897, sua indústria ainda dava os primeiros passos e, por si só, deve ser relativizada na comparação com Juiz de Fora. Contudo, para o conjunto da amostra, que atinge 17.816 contos de réis, a participação de Juiz de Fora é quase de 50% (46,81%), enquanto o segundo colocado participa apenas com 14,11% e a capital com 8,23%[557].

TABELA 57

PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA DE JUIZ DE FORA EM COMPARAÇÃO COM OS PRINCIPAIS CENTROS INDUSTRIAIS DO PAÍS EM 1907. (em contos).

CENTROS	Capital/estabelecimentos	Operários/ estabelecimento	Produção/ estabelecimento
Distrito Federal	254	52,6	334
São Paulo	393	74,2	362
Rio de Janeiro	415	69,8	270
Juiz de Fora	136,25	35,25	193,97

FONTE: *O Brasil, suas riquezas, suas indústrias.* Rio de Janeiro: M. Osasco & Cia. 1909. Apud., JOÃO HERALDO LIMA. *Café e indústria em Minas Gerais – 1870/1920.* Petrópolis: Vozes, 1981. pp., 96-100. Tabela XVIII. Apud. ANDERSON PIRES. *Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais – 1889/1930.* (Doutorado). São Paulo: FFLCH/USP, 2004. pg., 81.

No que diz respeito à comparação entre o parque industrial de Juiz de Fora e os principais parques do país, isto é, Distrito Federal (cidade do Rio de Janeiro), Rio de Janeiro (estado) e São Paulo, percebemos um porte mediano da indústria juiz-forana. Tanto no que se refere às proporções de capital, valor da produção e operários por estabelecimento. Numa palavra, a atividade industrial de Juiz de Fora era

[557] Ibid. Ibidem.

significativamente inferior a daqueles centros. É dentro desse quadro que os respectivos autores analisados no contexto do tema, afirmam ser o parque industrial de Juiz de Fora, uma caso de **industrialização periférica**[558]**.**

Mas não só isso, segundo Pires, há que se buscar essa condição periférica na própria estrutura cafeeira da Zona da Mata, a qual, como vimos, também ocupava uma posição secundária no conjunto do complexo agroexportador cafeeiro. Assim, conclui o autor: *estamos diante de uma industrialização periférica, secundária, frente aos grandes centros de produção industrial, apesar de sua importância no âmbito regional; uma industrialização cuja fragilidade é um reflexo da própria estrutura que a gerou, (...)*[559].

[558] Ver principalmente: DOMINGOS GIROLETTI. Op.cit. MARIA CARLOTA SOUZA PAULA. op.cit. e ANDERSON PIRES. *Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora – 1870/1930.* op.cit. ANDERSON PIRES. *Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais – 1889/1930.* op.cit.
[559] Cf., Ibid. pg., 81.

TABELA 58

MERCADO CONSUMIDOR DE ALGUNS PRODUTOS INDUSTRIAIS DE JUIZ DE FORA – 1914

EMPRESA	PRODUTOS FABRICADOS	MERCADO CONSUMIDOR		
		MG	RJ	OUTROS
Cervejaria José Weiss	Bebidas	X	-	-
Cervejaria Poço Rico	Bebidas	X	X	-
Curtume Krambeck	Couros	X	X *	-
Emp. Laticínios Brasil	Leite e derivados	X	X	-
J. R. Ladeira & Cia.	Laticínios, Baldes, Estamparia e Artigos Diversos	X	X	Todo País
Estabelecimento Industrial	Bebidas, Massas, Calçados	-	X	-
Fund. Francisco Grande	Máquinas: Lavoura e Indústria	X	X	-
Fundição Kascher	Máquinas, serraria, serralharia, ferraria, carpintaria	-	X	São Paulo
Litogr. Estamp. Mineira	Folha de Flandres, Latas	X	X	-
Mecânica Central	Máquina para Lavoura	X	X	São Paulo
Comp. Fabril J. Fora S/A	Calçados e Chinelos	X	X	Goiás

FONTE: Esteves, A . O . ÁLBUM DO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1915. P. 281-287. Apud. Giroletti, D. op.cit. pg., 107.

* O Curtume Krambeck vendia a maior parte de seu produto através de sua filial localizada no Rio de Janeiro.

Acerca do mercado consumidor da indústria juiz-forana, embora se vincular predominantemente ao mercado local e regional, conseguiu expandir para outras regiões de Minas Gerais, Rio de Janeiro, devido, principalmente sua posição geográfica próxima ao principal centro consumidor do país no período *primário-exportador*, atingindo os mercados de São Paulo e demais estados, como demonstra a tabela acima.

Em suma, podemos afirmar que a estrutura industrial de Juiz de Fora, que toma corpo a partir da década de 1880, se vinculou a uma estrutura de demanda a qual predominava os ramos de *bens de consumo assalariados*, relacionados, direta e/ou indiretamente, à renda gerada no setor agroexportador. Isto posto, no decorrer da década de 1910 e ao longo da década de 1920, sua estrutura sofreu uma diversificação acompanhando as transformações em curso no âmbito do **processo de industrialização nacional** nos quadros indutores da economia primário-exportadora capitalista. Contudo, embora, àquela

estrutura apresentasse uma dinâmica suficiente para induzir investimentos em novos empreendimentos industriais tal diversificação industrial teve longe de se concluir e, segundo Pires, *de atender completamente as necessidades do parque industrial de Juiz de Fora*[560]. Portanto, a literatura que versa sobre esse tema, como vimos, aponta para uma **industrialização periférica**.

Dentro desse contexto, as razões para esta característica é a própria condição *periférica* da economia cafeeira agroexportadora, como definiu Pires.

Essa característica periférica da industrialização de Juiz de Fora, não obstante estar correta, vai influenciar estudos sobre a atividade industrial pós-1930, cuja definição se resume em *estagnação*, *declínio* e mesmo *desindustrialização* da cidade de Juiz de Fora. A nosso ver, o fato de ser uma industrialização periférica no período em que a cidade detinha a primazia da industrialização mineira e a perda deste posto, posteriormente para a região central do estado, não significa estágio de "putrefação" da atividade industrial local. Como veremos no próximo capítulo, pensamos que a análise da indústria juiz-forana após 1930 tem que ser escudada em outros pressupostos teóricos, principalmente no que toca ao processo de consolidação do capitalismo como modo de produção dominante no país.

[560] Cf., ANDERSON PIRES. *Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais – 1889/1930.* op.cit. pg., 104.

3.2.1 – Origens do empresariado industrial juiz-forana.

Não podemos finalizar este capítulo sem abordar a formação do empresariado industrial juiz-forano. Mais uma vez, existe controvérsia sobre a influencia nas características dos agentes principais da implantação do segmento industrial naquela cidade. Em outras palavras, de onde surgiu a **burguesia industrial** juiz-forana? Esta questão é importante aqui, pois suscitou caloroso debate na literatura.

Dos autores analisados até aqui, Correia Dias, Giroletti, Pires e Arantes, é que trataram melhor esta questão. Dentro deste quadro, a polêmica fica em torno da participação ou não da aristocracia fundiária na gênese do empresariado industrial de Juiz de Fora.

Como vimos, Correia Dias, dá ênfase na mentalidade capitalista dos fazendeiros de café e sugere a participação dos imigrantes, especialmente os germânicos, na fundação de estabelecimentos industriais; logo, podemos dizer que este autor aponta para estes agentes como principais na formação de uma burguesia industrial em Juiz de Fora[561].

Giroletti, também atribui aos imigrantes – em particular os de origem germânica – , a participação efetiva na formação da burguesia industrial local. Para ele, a fundação dos primeiros empreendimentos industriais foi possível graças não só às habilidades profissionais dos imigrantes, mas também graças às poupanças acumuladas durante o período em que trabalhavam como operários para Cia. União & Indústria. Desta forma, organizavam as empresas, segundo relações familiares ou amizades. Porém, as associações seguiam certas virtudes, tais como: reunir as habilidades de cada sócio com intuito de garantir mão-de-obra especializada para a respectiva produção; e, concentrar capital e esforços para a continuidade dos empreendimentos, dividindo despesas e as vicissitudes do mercado. Esta forma de organizar as empresas, afirma Giroletti, esteve presente em todo o **processo de industrialização** de Juiz de Fora[562].

Mas, são os *empresários autóctones* que, segundo o autor, participavam em mais de 50% dos empreendimentos industriais fundados entre 1889 e 1930 e, eram advindos tanto

[561] FERNANDO CORREIA DIAS. Op.cit.

do setor agrícola, quanto do comércio e demais profissões liberais, bem como, originados no próprio município ou em outros, ou até mesmo fora do estado, que se constituíram nos principais agentes da formação da burguesia industrial de Juiz de Fora. Destaca que neste período, como forma de organização das grandes empresas, prevalecia as Sociedades Anônimas, embora tivessem firmas individuais e de sociedades limitadas.

Já Arantes como, tivemos a oportunidade de ressaltar anteriormente, atribui aos imigrantes de origem germânico-protestante, agente principal da gênese da burguesia industrial juiz-forana. Mas, não somente eles, em que pese serem os mais importantes. Segundo este autor, como o **processo de industrialização de Juiz de Fora** se enquadra nas características do *isolamento mineiro*, outro agente foi os empresários autóctones, sem vínculos com a agricultura de exportação, que migraram para Juiz de Fora, transformando-se em grandes industriais. O principal exemplo citado pelo autor foi Bernardo Mascarenhas. Este empresário já era ligado a atividade industrial, sendo acionista das duas principais indústrias têxteis de Minas Gerais – a Cedro e a Cachoeira – inclusive sendo seu principal fundador. Mascarenhas participou ativamente da atividade industrial de Juiz de Fora, não somente fundando fábricas, como também, participando da fundação de bancos, e o mais importante, criando a Cia. Mineira de Eletricidade, a qual construiu a primeira hidrelétrica da América do Sul, situada naquele município[563].

Outros empresários (Souza Brandão, Batista de Oliveira) também foram citados por Arantes, os quais não tinham vínculos com a cafeicultura e, portanto, referendam sua tese que a caracterização da **industrialização** de Juiz de Fora está no *isolamento mineiro*. O autor comete outro equívoco, além da perspectiva weberiana que indicamos anteriormente, ao tentar fundamentar tal tese. Não que esta seja equivocada para o caso das indústrias que se estabeleceram, principalmente na região central de Minas Gerais, como bem demonstrou os estudos de Roberto Martins[564], J. A. de Paula[565] e D. Libby[566]. Mas, ao aplicá-la ao caso de Juiz de Fora, fica fora de qualquer propósito.

---

[562] DOMINGOS GIROLETTI. Op.cit. pp., 74-81.
[563] Para uma biografia de Bernardo Mascarenhas consultar: NELSON LAGE MASCARENHAS. *Bernardo Mascarenhas: o surto industrial de Minas Gerais.* Rio de Janeiro: Aurora, 1954.
[564] ROBERTO BORGES MARTINS. A indústria têxtil doméstica de Minas Gerais no século XIX. In: II Seminário sobre Economia Mineira. Diamantina: UFMG/FACE, 1983.
[565] JOÃO ANTÔNIO DE PAULA. Dois ensaios sobre a gênese da industrialização de Minas Gerais. In: II Seminário sobre Economia Mineira. Diamantina: UFMG/FACE, 1983.
[566] DOUGLAS COLE LIBBY. Op.cit..

Mais do que isso, para sustentar seus argumentos, Arantes nega as transformações no âmbito da modernização dos transportes na região como efeito positivo do crescimento econômico regional. Segundo ele, a União & Indústria foi um atraso em vez de avanço[567]. E os fazendeiros não tinham uma mentalidade capitalista, segundo o autor, o que não permitiam sua participação em empreendimentos industriais. Todavia, contraditoriamente, atribui à iniciativa dos fazendeiros, mesmo que de forma indireta, a melhoria da infra-estrutura urbana de Juiz de Fora, a criação de um mercado consumidor e a promoção da imigração. Afirma, no entanto, que não havia intenção por parte dos fazendeiros o impulso à industrialização.

Portanto, é a iniciativa própria dos imigrantes germânico-protestantes, como vimos, e a iniciativa de empresários fora do setor agroexportador, em menor escala, os responsáveis pela gênese da **burguesia industrial de Juiz de Fora**, na afirmação de Arantes.

Por fim, Anderson Pires, aborda esta questão escudado nos trabalhos de Dean[568] e Silva[569] para São Paulo. Ou seja, a diversificação urbano-industrial de Juiz de Fora foi secundada pelas iniciativas de dois setores sociais distintos, convergindo para o aproveitamento das *oportunidades de investimento* que surgiam à medida que expandiam a produção cafeeira e o próprio movimento de diversificação econômica que fundamenta o crescimento urbano do município. Tais setores industriais estariam representados, de um lado, pela *elite local*, composta por uma aristocracia agrária, vinculada tanto setor agroexportador, como na produção de gêneros alimentícios; comerciantes e profissionais liberais, que com suas reservas e recursos, foi a principal responsável por investimentos em infra-estrutura, serviços urbanos vários, financiamento pessoal, abertura de bancos, companhias de imigração e, na indústria propriamente dita. De outro, *uma camada de imigrantes* qualificados profissionalmente ou *não*, que se tornaram pequenos comerciantes e industriais, utilizando suas habilidades profissionais e com pequenas poupanças acumuladas quando de seus serviços na União & Indústria ou mesmo trazidas de sua terra natal e que, diante de uma economia em crescimento, canalizavam seus recursos e se

[567] Cf., LUIZ ANTÔNIO DO VALLE ARANTES. Op.cit. pg., 41.
[568] WARREN DEAN. Op.cit..
[569] SÉRGIO SILVA. Op.cit..

estabeleciam com seus próprios negócios[570]. Portanto, de acordo com Pires, a formação do empresariado industrial de Juiz de Fora estaria escudada na superposição destes setores sociais descritos acima, nos termos propostos por Dean e Silva para São Paulo.

No entanto, há que se afirmar que Pires, em seu estudo, aborda a formação da burguesia industrial juiz-forana de forma indireta. Ele não está preocupado em determinar de maneira exaustiva esta burguesia. Dá ênfase, com efeito, na formação de um mercado de capitais regional que seria pressuposto básico para o financiamento industrial. Desta forma, o que importa para o autor, é como que a economia cafeeira gerou os efeitos de encadeamento, tanto na sua dimensão *prospectiva* quanto *retrospectiva*, contribuindo para a formação de uma rede mercantil, que por sua vez articularia um mercado de crédito, fornecendo capital tanto para a agricultura como para a indústria. Assim, com efeito, a gênese de um empresariado industrial em Juiz de Fora estaria ligada à dinâmica desta rede mercantil.

[570] Cf., ANDERSON PIRES. *Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais – 1889/1930.* op.cit. pg., 65.

Capítulo 4: Juiz de Fora no contexto da industrialização brasileira pós-1930.

A importância da caracterização geral do desenvolvimento industrial de Juiz de Fora que propomos no capítulo anterior, é justamente para entendermos como que aquela indústria vai se inserir numa nova etapa do **processo de industrialização brasileiro** a partir da década de 1930.

Já comentamos anteriormente que os estudos que tratam do tema afirmam que a indústria de Juiz de Fora a partir deste momento entra em estagnação e declínio, devido principalmente a perda da primazia daquela indústria em relação à implantação de novos ramos na região central do estado. Trocando em miúdos, de acordo com estes estudos, a industrialização brasileira deslocou o centro dinâmico da economia mineira da Mata para a região central do estado, onde esta se especializa na produção de *bens intermediários* – mineração e metalurgia – que vão servir para o suprimento das indústrias instaladas no Rio de Janeiro e, particularmente, em São Paulo, que passam a liderar tal processo. Com isso, a indústria situada em Juiz de Fora, cujos principais ramos instalados são os de *bens assalariados* e, por suposto, concorrente daqueles parques industriais maiores, passa a perder mercado, pois sua estrutura é menor, não conseguindo acompanhar o ritmo das transformações em nível nacional.

Dos estudos que estamos submetendo a análise, o de Souza Paula é o único que trata da trajetória da indústria juiz-forana pós-1930. Faremos um breve comentário sobre suas considerações para depois discutirmos nossa visão sobre como Juiz de Fora se insere na industrialização brasileira.

Segundo a autora[571] os fatores que levaram à estagnação, declínio e mesmo *desindustrialização* de Juiz de Fora a partir da década de 1930 e, por isso, ela a caracteriza como uma indústria periférica, são analisados da seguinte forma.

Em primeiro lugar, aponta para a concentração setorial daquele parque industrial nos ramos de *bens assalariados* – notadamente têxteis e alimentos – que, segundo ela foi condizente nos primeiros anos do desenvolvimento industrial brasileiro, mas que não

[571] MARIA CARLOTA SOUZA PAULA. op.cit., principalmente o Capítulo IV, pp., 81-147. Para evitar notas desnecessárias, nos basearemos nosso comentário exclusivamente no referido capítulo deste estudo.

conseguindo se diversificar em novos ramos, perdeu na etapa que ela denomina, *industrialização propriamente dita*, seu ritmo de desenvolvimento. Desta forma, segundo Souza Paula, estes ramos vão dominar, mesmo que apresentado importantes baixas na sua capacidade produtiva, aquele parque industrial ao longo de todo o processo de industrialização. De acordo com a autora, no início da década de 1960 foram instaladas indústrias ligadas aos setores de material cirúrgico (Beckton Dickson) e máquinas de escrever (FACIT), contudo, não foram suficientes para reestruturar e dinamizar a indústria de Juiz de Fora.

Outro fator apontado pela autora foi a dimensão das empresas. Segundo ela, no momento em que a estrutura industrial nacional se organiza na forma de oligopólios e grandes empresas concentradoras de capitais, a indústria juiz-forana continuou no seu formato de pequena empresa familiar o que impediu o desenvolvimento de empresas suficientemente capazes de acompanhar o ritmo do crescimento e competir com outros parques industriais. Mesmo as empresas têxteis de grande porte, existentes na década de 1930 – muitas criadas no final do século XIX – permaneceram com a mesma organização, que em que pese continuarem funcionando ao longo das décadas de 1940 e 1950, tiveram sua produtividade freada.

Dentro desse contexto, a autora aponta para um outro fator da estagnação da indústria juiz-forana, qual seja, a falta de “espírito empresarial”. Ou seja, por estar inserida numa estrutura organizacional do tipo familiar, aquela indústria teria se fechado em si mesma. Assim, segundo ela, à medida que os verdadeiros industriais fundadores daquelas empresas foram desaparecendo, os seus descendentes teriam alimentado um tipo de administração desinteressada, desvinculados da realidade empresarial e dos processos que a regiam e, mesmo que não se admite uma relação direta, onipresente, entre controle familiar e esclerosamento da empresa, tal controle hereditário constituiu-se num fator negativo, pois estas empresas não procuraram se modernizar diante dos desafios da nova dinâmica da economia brasileira, o que afetou o nível de capitalização das indústrias.

Outro fator que a autora aponta como relevante é o caráter de dependência das indústrias de Juiz de Fora, tanto na área tecnológica, quanto de matérias-primas. No que toca à primeira condição, as fábricas de Juiz de Fora, por muito tempo, foram supridas pelos equipamentos estrangeiros. Com o crescimento da indústria mecânica paulista, e com

as medidas de proteção à mesma, transferiu-se para São Paulo o centro dessa dependência. São Paulo passou a suprir o parque industrial juiz-forano fornecendo-lhes a grande maioria dos equipamentos necessários.

Quanto à segunda, a Zona da Mata também não produzia as matérias-primas necessárias para a produção industrial, de modo que as indústrias juiz-foranas ficaram dependentes da importação daquelas de outras regiões do estado e mesmo de outras regiões do país. Um exemplo que a autora nos dá, é o algodão, matéria-prima essencial da indústria têxtil local, que era importado, o que segundo ela encarecia o produto final.

A autora também aponta para o fator mercado, como ponto de estrangulamento daquela indústria. Vimos que o principal mercado da indústria juiz-forana no período anterior à década de 1930 era o próprio mercado regional, mas também, conseguia vender sua produção nos mercados do Rio de Janeiro e São Paulo, além de outras regiões de Minas Gerais e do país. Segundo Souza Paula, na década de 1930, as maiores indústrias têxteis de Juiz de Fora tinham como base inicial de mercado, o Rio de Janeiro e São Paulo. Aproximadamente de 70 a 80% da produção destas fábricas eram distribuídas naqueles respectivos mercados. No entanto, a autora analisa que o tipo de comercialização não era feita diretamente com o consumidor, e sim, via grandes casas comerciais. Eram estes grandes comerciantes, que, determinavam a produção local e a dimensão do mercado. Isto posto, a indústria juiz-forana na opinião da autora ficou dependente das grandes casas comerciais, as quais situadas nos principais centros desenvolvidos do país – Rio de Janeiro e São Paulo – manipulavam as indústrias regionais.

Ademais, no período da Segunda Guerra e posterior, as fábricas de tecidos de Juiz de Fora serviram de “acabadoras” de produtos para estas grandes casas comerciais e demais indústrias situadas no pólo industrial do país. Esta relação, de acordo com Souza Paula, só reforçou os laços de dependência da indústria local, o que contribuiu para sua estagnação. O próprio mercado regional da Zona da Mata que antes era quase que exclusivo da indústria juiz-forana, foi invadido pela produção das principais regiões industriais do país.

Por fim, Souza Paula aponta para a infra-estrutura como fator importante para o estrangulamento do crescimento industrial de Juiz de Fora. Segundo ela, se a infra-estrutura – transporte, energia, comunicação e serviços urbanos – foram importantes para

desencadear o que ela denominou de **surto de industrialização** daquela cidade, a sua não modernização a partir da década de 1930, impediu seu crescimento industrial.

Todavia, como a autora mesmo ressalva a partir da década de 1930 a infra-estrutura passa a ser um problema nacional, isto é, o governo federal é que vai ficar a cargo de suprir o país de uma infra-estrutura capaz de levar a cabo a industrialização, articulando com os governos estaduais os principais eixos estruturais.

No que toca à energia elétrica, até a criação da CEMIG (Centrais Elétricas de Minas Gerais), havia um problema crônico de distribuição de energia no estado, o que para a autora contribuiu para a estagnação da indústria juiz-forana, pois a Zona da Mata como região pioneira na criação de Cias. de eletricidade, era abastecida pelas Cia. privadas que se fundaram ali. No entanto, tais Cias. não procuraram se modernizar ou não receberam os estímulos necessários, como afirma a autora, para que aumentassem sua capacidade de geração e distribuição de energia, o que impediu a atração de investimentos para Juiz de Fora.

No que se refere aos transportes, como vimos, se a Zona da Mata foi pioneira na criação de um moderno sistema de transporte – rodoferroviário – ao longo da segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a partir da década de 1930, não contou com seu desenvolvimento satisfatório, deixando Juiz de Fora de se beneficiar de um sistema viário que pudesse trazer vantagens diferenciais na forma de economias externas, à produção industrial, como por exemplo aeroportos, modernização das ferrovias e rodovias.

Soma-se a isto o sistema falho de telecomunicação e a falta de investimentos no setor urbano, como por exemplo abastecimento de água. Todos esses fatores contribuíram, segundo Souza Paula, para o declínio da indústria de Juiz de Fora.

Além de todos os fatores apontados anteriormente, a autora inclui a hipótese de caráter político, qual seja, a falta de representação política dos industriais de Juiz de Fora, fator importante, segundo ela, para o declínio daquele parque industrial. Em linhas gerais, a autora afirma que os políticos de Juiz de Fora, ficaram à margem do jogo político mineiro ao longo da “República Velha”, o que, em que pese a situação de principal cidade industrial de Minas Gerais, não a condicionou a participar de forma representativa na política mineira. Com efeito, os interesses dos industriais ficaram prejudicados. Essa falta de

representatividade também será sentida a partir da década de 1930, sendo condição importante para a estagnação da indústria local, devido a ausência de políticas de interesse.

Os argumentos apontados por Souza Paula foram coerentes com o seu objetivo e devem ser levados em consideração como limites impostos ao desenvolvimento industrial de Juiz de Fora no período pós-1930. Todavia, há que se tecer algumas considerações que julgamos importantes.

Em primeiro lugar, seu objetivo, como vimos, é mostrar que o declínio da indústria de Juiz de Fora se deu, particularmente, devido sua perda como principal centro industrial do estado para região central e, portanto, toma como referência a análise comparativa daquele parque industrial em relação às indústrias que estão sendo instaladas em Belo Horizonte – nova capital de Minas Gerais e principal centro industrial daquela região. Ora, é claro que Belo Horizonte vai se beneficiar de sua posição geográfica – rica em minérios – nesta nova dinâmica da economia brasileira impulsionada pela determinação do capital industrial. Também, por ser sede de governo, é natural que a política econômica do estado venha a favorecê-la como centro industrial por excelência e, dentro desse contexto, mesmo que a nova capital no logre integrar as diversas “Minas”, a condição de centro dinâmico da economia estadual passa a ser um fato.

Assim, não é comparando a indústria de Juiz de Fora com a de Belo Horizonte que vamos concluir que aquela entrou em estagnação. Como veremos adiante, se tomarmos como base apenas os dados estatísticos da indústria de Juiz de Fora comparando sua estrutura industrial ao longo do processo de industrialização nacional, verificaremos que não ocorreu estagnação daquele respectivo parque industrial, e sim, que ele está inserido numa nova dinâmica da economia brasileira, recebendo até mesmo estímulos para sua diversificação, o que não tira o seu caráter de **industrialização periférica**.

Em segundo lugar, com relação a concentração setorial nos ramos de *bens assalariados* – particularmente têxtil – pensamos que em vez de fator negativo, foi justamente a porta de entrada daquele parque industrial no processo de industrialização brasileiro. Como já tivemos a oportunidade de afirmar a autora radicaliza o conceito de **centro-periferia** na sua referida análise, o que, por suposto, deixa de compreender o modo de como vai se estruturando o capitalismo no Brasil a partir da interface Estado-integração do mercado nacional-industrialização. Isto posto, subordinação as grandes casas comerciais

e o caráter de dependência dessa indústria, na verdade, passam a ser irrelevantes quando se trata de compreender a natureza do processo de industrialização nacional.

Também, no que toca ao caráter de dependência da indústria juiz-forana, seja tecnológico, matérias-primas ou mesmo, dependentes de outras indústrias, tem que ser relativizado, pois a principal característica do capitalismo é justamente a integração de mercados. Juiz de Fora não poderia ser uma "ilha auto-suficiente" para que sua indústria se desenvolvesse plenamente. Então, parece-nos uma tremenda bobagem esse negócio de dependência de tecnologia e matérias-primas. Coisas do tipo, dependente do mercado paulista e etc., é não compreender a realidade histórica do processo de consolidação do **modo de produção capitalista no Brasil**.

Veremos mais adiante como se deu a relação industrialização e integração do mercado nacional e se esta teve um centro dinâmico – São Paulo – este gerou efeitos de encadeamento de estímulos ao desenvolvimento industrial de Juiz de Fora, mesmo de forma indireta. Ademais, o conceito de **centro-periferia** utilizado por Souza Paula é relevante para a análise do desenvolvimento desigual entre Estados Nacionais. Não há aplicação plausível em relação as regiões de um mesmo país, pois o desenvolvimento do capitalismo como forma de produção específica numa determinada nação pressupõe integração daquele mercado interno e certa hierarquia produtiva de acordo com os interesses ditos "nacionais".

O que concordamos com a autora, e isto sim, é um fator negativo como limite do desenvolvimento industrial de Juiz de Fora, é a falta de articulação entre as empresas no sentido de integrar capitais para constituir unidades fabris maiores divididas dentro de um padrão oligopólico de empresa que aí, sim, pudessem elevar a competitividade das mesmas. Neste ponto, atrelada ao modo familiar de organização das empresas, muitas delas acabaram por falir.

A respeito da falta de representatividade dos industriais de Juiz de Fora no contexto político mineiro, também pensamos, como Souza Paula, que é um fato que se deve relevar. Mas, mais do que essa falta de representatividade no jogo político estadual, é a não articulação dos industriais locais com a estrutura sindical patronal criada no início da década de 1930, que deu origem a FIEMG (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais). Em que pese o primeiro presidente desta entidade tivesse sido um industrial de Juiz

de Fora, José Carlos Moraes Sarmento, ligado ao setor têxtil e presidente do Centro Industrial de Juiz de Fora, os industriais juiz-foranos, com sua mentalidade "liberal oitocentista", ficaram à margem daquela estrutura por não aceitarem, ou mesmo não entenderem o movimento do modelo corporativo que estes sindicatos estavam desenvolvendo e o próprio caráter de centralização política do país, cujos principais beneficiários eram os mesmos industriais. Com efeito, a não integração dos industriais juiz-foranos com os demais industriais do estado, deixava a indústria local vulnerável frente aos desafios da nova dinâmica da economia brasileira[572].

A FIEMG desde sua fundação transformou-se num dos principais órgãos de representação dos interesses dos industriais do Brasil e junto com a FIESP não só tiveram como ainda têm voz ativa nas políticas de Estado voltadas para a indústria. Ademais, a fundação da FIEMG fez surgir uma nova categoria de industrial em Minas Gerais, ligado ao setor mínero-metalúrgico, o qual passa hegemonizar a política industrial mineira[573].

Acerca da infra-estrutura como estrangulamento, principalmente, no caso dos transportes, como a autora mesmo afirmou, a partir da década de 1930 foi nacionalizado o problema. Se este constituiu-se um fator de impedimento para o desenvolvimento industrial de Juiz de Fora, tem que ser amenizado, pois a partir da década de 1950, com a consolidação da opção rodoviarista do governo federal, Juiz de fora se interligou com dois dos principais eixos rodoviários que cortavam o país, quais sejam, a BR-040 que liga Rio de Janeiro à Brasília e que, na década de 1970 foi duplicada justamente até a altura daquela cidade; e, a BR-116 que liga o Rio Grande do Sul ao Pará e que passa próximo à Juiz de Fora, no trecho da divisa entre os estados do Rio e de Minas. Deste modo, há que se relativizar, a infra-estrutura como fator de estrangulamento do desenvolvimento industrial de Juiz de Fora, pelo menos no que toca aos transportes.

Por fim, embora a autora ter analisado de passagem a decadência econômica da Zona da Mata com a crise da economia cafeeira, como limite imposto ao desenvolvimento industrial de Juiz de Fora, achamos que deve ser melhor qualificado tal abordagem. Souza

---

[572] Os industriais de Juiz de Fora através do **Centro Industrial de Juiz de Fora** somente se incorporarão no sistema FIEMG, a partir de 1954, quando da campanha contra o "novo salário mínimo" proposta do Governo Vargas.

[573] Sobre a fundação da FIEMG e seu papel nos rumos da economia e sociedade brasileira, consultar: IGNÁCIO GODINHO DELGADO. *A estratégia de um revés: Estado e associações empresariais em Minas.* Op.cit.

Paula afirma que a crise da cafeicultura gerou uma grande pauperização na região, em que a produção cafeeira foi substituída em parte naquele território pela pecuária leiteira. Tal atividade não contribuiu para a formação de aglomerados urbanos ou para um mercado rural satisfatório, dada a exigüidade de mão-de-obra que exige, ao mesmo tempo em que utiliza áreas bastante amplas.

Discordamos dessa análise, pois desde, pelo menos o último quartel do século XIX, vinha se desenvolvendo na esteira da economia cafeeira uma produção mercantil de alimentos[574]. Isto posto, o quadro de pauperização da região com a crise do setor cafeeiro é, para nós, um tanto exagerada. É claro, que o vigor da economia cafeeira era peça chave para a produção industrial local. É claro também que a sua crise impôs certo limite a este desenvolvimento. Todavia, tal limite não pode ser computado exclusivamente à queda do poder de compra do mercado regional, como defende Souza Paula.

A nosso ver, isto está ligado mais ao caráter pré-capitalista das relações de produção na agricultura que toma corpo a partir do fim da escravidão que ensejou novas formas de trabalho livre, mas não predominantemente assalariadas, e que perdura, em parte, até os dias atuais. Ou seja, o mercado regional, embora importante para a produção industrial local era limitado, pois esbarrava na baixa monetização das relações de produção na agricultura. Portanto, o mercado regional para indústria juiz-forana, em que pese sua importância para o espocar da produção industrial, constituía-se incapaz de assegurar o próprio movimento de reprodução do capital industrial em seu espaço.

Em resumo, o que queremos afirmar é que, se Juiz de Fora foi cidade importante na primeira etapa do processo de industrialização brasileiro, no período anterior à 1930, não poderia ter se transformado num "baú de ossos" na etapa posterior de tal desenvolvimento. A análise de sua dinâmica industrial tem que ser feita a partir de como a **industrialização** agora determinada pelo **capital industrial-financeiro** vai constituindo um mercado nacional capitalista, criando os efeitos de encadeamento necessários para a própria reprodução do capital.

---

[574] Sobre os estudos ligados ao tema da produção mercantil de alimentos na Zona da Mata, consultar: SÔNIA SOUZA. *Além dos cafezais: produção de alimentos e mercado interno em uma região de economia agroexportadora – Juiz de Fora na segunda metade do século XIX*. (Mestrado). Niterói: IFCH/UFF, 1998. LUIZ FERNANDO SARAIVA. op.cit.. ANDERSON PIRES. *Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais – 1889/1930.* op.cit.

Dentro desse contexto, a industrialização brasileira pós-1930 e, principalmente, a partir da década de 1950, procurou integrar todos os espaços econômicos regionais, criando uma divisão territorial do trabalho – hierarquizada, mas não rígida – onde as regiões, dentro de suas particularidades, pudessem se inserir no mercado nacional. Isto posto, a nosso ver, Juiz de Fora, se inseriu em tal processo com sua produção industrial. Produção esta vinculada a uma estrutura industrial pequena, periférica; organizada empresarialmente em moldes ultrapassados e com pouca força política na defesa dos seus interesses. Contudo, mesmo apresentando estas situações adversas, o parque industrial juiz-forano recebeu os estímulos da dinâmica nacional e apresentou, ao longo do processo de industrialização pós-1930, crescimento de sua produção industrial e diversificação em sua estrutura. Para compreendermos esta afirmação, faz-se necessário a abordagem de como se deu o processo de industrialização nacional pós-1930, destacando, o papel do Estado, do capital estrangeiro, do capital privado nacional e a constituição do mercado nacional em bases capitalistas. Em seguida, como Minas Gerais se insere em tal contexto. Por fim, a inserção de Juiz de Fora a partir da análise de sua estrutura industrial.

4.1 – Linhas gerais do processo de industrialização brasileiro.

A análise do **processo de industrialização brasileiro** pós-1930 será feita de forma sumária, uma vez que, o aprofundamento deste tema já induz uma tese. Desta feita, nos limitaremos tal abordagem a partir de seus principais fatores, quais sejam, a mudança da estrutura econômica, o papel do Estado, o papel do capital estrangeiro, o capital industrial nacional e, a relação entre industrialização e integração do mercado nacional.

Como dissemos anteriormente, 1930 é marco fundamental para a transição de um processo de industrialização induzido pelo setor agroexportador para a industrialização determinada pelo capital industrial-financeiro. Francisco de Oliveira assim analisa a transformação estrutural que ocorreu na década de 1930 em direção a uma nova etapa da industrialização brasileira: *ainda que essa predominância não se concretize em termos da participação da indústria na renda interna senão em 1956, quando pela primeira vez a renda do setor industrial superará a da agricultura, o processo mediante o qual a posição hegemônica se concretizará é crucial, isto é, a nova correlação de forças sociais, a reformulação do aparelho e da ação estatal, a regulamentação dos fatores, entre os quais o trabalho ou o preço do trabalho, têm o significado, de um lado, de destruição das regras do jogo segundo as quais a economia se inclinava para as atividades agrário-exportadoras e, de outro, de criação das condições institucionais para a expansão das atividades ligadas ao mercado interno*[575].

Com efeito, para se entender o processo de industrialização brasileiro no pós-1930 faz-se necessário discutirmos a mudança no padrão de acumulação do capital.

Como vimos, o **processo de industrialização** nacional toma impulso nas últimas década do século XIX, dentro de um quadro de transformação nas relações de trabalho – transição do trabalho escravo para o livre –, bem como as transformações no âmbito da economia cafeeira em direção à forma capitalista de produção. A indústria que se desenvolveu neste período, escudada na estrutura de *bens de consumo leves*, recebeu os efeitos de estímulos do crescimento da monetização da economia, principalmente nas

[575] Cf., FRANCISCO DE OLIVEIRA. *Crítica à Razão Dualista/O ornitorrinco.* São Paulo: Boitempo, 2003. pg., 35. A primeira versão deste ensaio é de 1972, sob a denominação de *A economia brasileira: crítica à razão dualista.* Publicado em Estudos CEBRAP, n. 2.

regiões cafeeiras. Ao longo das duas primeiras décadas do século XX a estrutura industrial inicia um movimento de diversificação setorial com a introdução de novos ramos – notadamente vinculados ao de *bens intermediários* - cujos estímulos ligam-se tanto à própria demanda do setor agroexportador, quanto à choques externos como a Primeira Guerra Mundial. É, neste sentido, que denominamos essa primeira fase da industrialização brasileira de **industrialização induzida pelo setor agroexportador**.

É a partir de 1930 que se dá a transformação na estrutura produtiva do país. Ou melhor, é a Revolução de outubro de 1930 o marco fundamental do fim de um ciclo e do início de outro na economia e sociedade brasileira. No campo da economia, que nos interessa, 1930 marca o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial.

Isto posto, será a indústria a principal responsável pela organização e dinâmica do mercado interno, impondo uma nova divisão sócio-espacial do trabalho, objetivando subordinar os outros setores da estrutura produtiva aos seus interesses. É dentro desse contexto que o papel do Estado e a integração do mercado nacional se fazem presentes no sentido de criarem as condições para o pleno desenvolvimento industrial. Desta forma, há uma espécie de complementaridade entre a expansão do segmento industrial e a integração do mercado interno, em que a expansão do primeiro é essencial para a dinâmica do segundo e a dinâmica do segundo é essencial para a expansão do primeiro. A respeito do papel do Estado, servirá de “âncora” para expansão e desenvolvimento da industrialização através do aparato jurídico que garanta a reprodução na forma capitalista de produção.

4.1.1 – A crise da economia primário-exportadora e a emergência do capitalismo industrial.

Dissemos anteriormente que a Revolução de 1930 marca a mudança no padrão de acumulação de capital no Brasil em favor do segmento urbano-industrial. No entanto, o movimento civil-militar que assume o governo a partir de outubro de 1930, teve como conseqüências os movimentos sociais das classes médias urbanas, incluindo aí, os oficiais de baixa patentes como os tenentes, ao longo da década de 1920, cujas demandas eram incompatíveis com o modelo econômico vigente, isto é, o modelo agrário-exportador[576], e também à Crise Internacional de 1929 que impôs significativo revés àquele modelo econômico.

Detemo-nos à Crise de 1929. Segundo Wilson Cano, o Brasil fez parte de um restrito grupo de países que enfrentaram àquela crise, seguindo o caminho da industrialização[577]. Não queremos entrar na controvérsia que tal crise ensejou no debate acadêmico, em relação à economia brasileira. E sim, como a partir dela e do movimento político-social de 1930, o país se empenhou num processo de industrialização.

A Crise de 1929 pode ser entendida como uma crise de superprodução que ocorreu nos principais países industrializados naquele período. Isto é, caracterizou-se pelo excesso geral de produção sobre a demanda, a qual atingiu primeiramente o setor de bens de capital e, em seguida contaminou os de bens de consumo. Isto posto, deu-se queda brusca na produção, levando à falência muitas empresas, o que causou desemprego em massa, redução de salários, lucros e preços.

Mais do que isso, a Crise de 1929 deve ser entendida como conseqüências conjunturais que afetaram a economia internacional a partir do episódio da Primeira Guerra (1914-1918), e que, surtiram efeitos significativos ao longo da década de 1920. Tais efeitos podem ser resumidos da seguinte forma[578].

---

[576] Sobre a Revolução de 1930 ver: BORIS FAUSTO. *Revolução de 1930: História e Historiografia.* 13 reimpressão, São Paulo: Brasiliense, 1995.

[577] Sobre a Crise de 1929 e seu impacto no Brasil consultar: WILSON CANO. "Crise de 1929": Soberania na Política Econômica e Industrialização. In: WILSON CANO. *Ensaios sobre a Formação Econômica Regional do Brasil.* Op.cit. pp., 77-111.

[578] Para evitar notas desnecessárias nos basearemos toda a análise da Crise de 1929 e seu impacto no Brasil no estudo de Cano. Idem., pp., 80/81.

Em primeiro lugar, como resultados da primeira Guerra, o mundo – notadamente a Europa – sofreu milhões de mortes e destruição de capacidade de trabalho humano e de riqueza; fracionamento de impérios – principalmente o Império Austro-húngaro –, redução do tamanho de alguns Estados e perdas de antigas colônias; retomada da disputa imperialista no mercado internacional, desmantelamento do padrão-ouro e certo aumento do protecionismo.

Soma-se a isto que a recusa dos principais países – particularmente a França – em compensar parte de suas dívidas externas que tinham entre si e as pesadas perdas e indenizações impostas à Alemanha ajudaram a desequilibrar ainda mais as finanças internacionais da época, acelerando e volatilizando seus fluxos. Por outro lado, os empréstimos de curto e médio prazo, com que os Estados Unidos da América do Norte socorreram a Alemanha, foram utilizados por esta em investimentos e em financiamentos externos de longo prazo, aumentando-lhes a instabilidade e risco.

Também, a reinstitucionalização do padrão-ouro a partir de 1924 aumentou o preço do metal e sua acrescida procura defrontou-se com uma diminuição de sua produção, elevando ainda mais seus preços. Ambos os fenômenos redundaram em fortes baixas dos preços dos bens e serviços em vários países. Isto reforçou o reajuste baixista de preços que se seguiu ao final da Primeira Guerra, tendenciando-os para uma possível deflação. No momento da readoção do padrão-ouro, a França desvalorizou sua moeda, ganhando competitividade cambial, ao contrário da Inglaterra, que a valorizou, perdendo ainda mais terreno comercial para seus concorrentes.

Entre 1920 e 1921, ocorreu uma crise de reajustamento típico de pós-guerra, o qual eliminou a alta de preços vigentes em 1914-1918. Tal reajustamento afetou principalmente a agricultura. Os estímulos à produção desse setor havia introjetado no setor agropecuário norte-americano, tecnologia mais avançada, diminuindo seus custos e deprimindo ainda mais seus preços ao longo da década, e reduzindo seu volume de emprego. Dessa forma, os preços deprimidos seriam mais um alento para converter sua crise em futura depressão.

Ademais, ao longo dos anos de 1920, nos Estados Unidos da América do Norte, ocorreu um extraordinário “boom” econômico, que acelerou o consumo de bens duráveis – notadamente automóveis e casas residenciais. No entanto, já antes do final da década tal consumo se desacelera, provocando crise no setor de bens de capital, o qual impulsionado

pelo crescimento daqueles bens, cresceu mais do que este. Tal expansão contribuiu também para o crescimento dos sistemas internos de financiamento, os quais perdem capacidade de inversões com a desaceleração, antes mesmo de 1929. Segundo Cano, cerca de 300 pequenos bancos norte-americanos quebraram com a desaceleração.

Somando-se a isto, no início de 1927, a pedido da Inglaterra, França e Alemanha, os Estados Unidos flexibilizou sua política monetária, baixando sua taxa de redesconto de 4% para 3,5%, o que provocou enorme venda interna de títulos do governo, descongelando essa imobilização que se transferiu rapidamente para aplicações na Bolsa de Valores, cujas ações negociadas já apresentavam fortes elevações de seus preços. As menores oportunidades de ganhos de capital especulativo na Europa estimularam a migração de seus capitais rumo àquelas aplicações nos Estados Unidos. A expansão do movimento de títulos "popularizou-se" com o surgimento de consórcios de captação/aplicação, que criavam empresas (ou expandiam capitais de outras), quase sempre duplicando o valor nominal de uma ação emitida, já em seu lançamento ao público, numa verdadeira operação de estelionato. O resultado final foi a quebra da bolsa em 1929.

Em suma, cremos que estas razões apontadas anteriormente, explicam, grosso modo, a Grande Depressão de 1929.

Vejamos o impacto desta crise na economia brasileira.

O Brasil, como os demais países latino-americanos, por ser economia agrária e reflexa à demanda externa, foi fortemente atingido na principal variável determinadora da renda e do emprego, que era a exportação, cuja redução combinada de volume e de preço resultou em queda em torno de 50% de sua capacidade para pagar importações. Acrescente-se que, aos primeiros sinais da crise, o capital estrangeiro – notadamente norte-americano e inglês – retirou grande parte de suas aplicações, destruindo as reservas de divisas destes países.

O impacto causado pela crise internacional só reforçou o movimento que vinha se delineando ao longo da década de 1920 por mudanças estruturais na economia e sociedade brasileira. A ruptura se deu em outubro de 1930, o qual a partir daí o país passaria por reformulações políticas, institucionais e econômicas, em que o Estado tornar-se-ia o principal agente condutor do processo de integração nacional sob a égide do capital industrial. Contudo, a Revolução de 1930 acabou sendo um movimento de modernização

conservadora, já que as frações da classe dominante – latifundiários, industriais, comerciantes e banqueiros – sob um estado de compromisso mantiveram as classes populares longe do processo político e alimentaram formas totalitárias de governo como sucedeu no período de 1937-1945 com o Golpe do Estado Novo, e no período entre 1964-1985, com a longa e "tenebrosa" Ditadura Militar.

Assim, a partir de 1930, o Brasil opta pelo caminho da industrialização. A literatura divide tal processo em duas etapas. A primeira, que se estende de 1933, quando o país mostra-se já recuperado do impacto da crise internacional, a 1956. Como vimos na introdução deste estudo, a *ótica do capitalismo tardio* define tal período como a etapa da *industrialização restringida*. A segunda, que se inicia a partir de 1956-1961 e se estende até a década de 1980, marca a etapa de consolidação da industrialização com a concretização da implantação do ramo de *bens de capital*. Discutiremos melhor esta questão.

Dissemos anteriormente que não utilizaremos essa divisão proposta por àquela vertente. A nosso ver a estrutura industrial entre as décadas de 1930 e meados da década de 1950 se escudou no movimento de diversificação que vinha desde os anos de 1920, bem como na capacidade ociosa das indústrias instaladas, como afirmou Furtado[579], mudando paulatinamente à medida que iam surgindo demandas e dentro da estratégia da economia política do Estado. Com efeito, a caracterização de *industrialização restringida* para o período 1933/1956 fica fora de foco, pois ela é restringida desde o início do processo[580]. Desta forma, preferimos analisar este período como transição para a implantação de uma estrutura industrial verticalizada que consolida a industrialização capitalista no Brasil. Ou seja, neste momento, as bases da economia brasileira, as quais eram determinadas pelo setor agroexportador, passam a se assentar na dinâmica de acumulação ditada pelo capital industrial; não obstante a expansão industrial ser suficiente ainda para gerar demanda específica que permita a introdução de ramos mais dinâmicos tais como os ramos de *bens de capital* e *consumo duráveis*, responsáveis pela integração industrial.

Dito de outra forma, os ramos de *bens de capital* e *consumo duráveis* produzem máquinas, equipamentos e outros bens necessários para a expansão das indústrias de bens

[579] CELSO FURTADO. *Formação econômica do Brasil*. Op.cit.

[580] Aqui paramos para uma reflexão. Nenhum processo de industrialização nacional já nasce completo. Se pegarmos o exemplo pioneiro, o britânico, veremos que também começou com bens de consumo leves –

de consumo correntes e intermediários, bem como empresas comerciais e de serviços; caracterizam-se por serem principais ramos integradores de uma estrutura industrial. No período 1930/1956, estes ramos estão ainda em fase de planejamento, em que o Estado e o capital privado discutem estratégias para sua implantação. Mas, para isso, faz-se necessário a consolidação do ramo de *bens intermediários* - notamente aço – para que seja viável a instalação dos setores vinculados aos *bens de capital* e *consumo duráveis*. É neste sentido, que Cardoso de Mello afirmou ter tido naquele período, um crescimento mais que proporcional do setor de bens de produção intermediários, mas que estes eram incapazes de manter a capacidade produtiva num ritmo sustentado a frente da demanda final[581].

É importante ressaltar que neste período a economia necessita ainda do setor exportador para importações de máquinas e equipamentos que sirvam às indústrias instaladas. Contudo, no que toca à realização dos lucros, o setor industrial se libertou da dependência que o atrelava, direta ou indiretamente, a economia agrário-exportadora, particularmente, a economia cafeeira[582]. Este é o fator mais importante para a transformação estrutural da economia nacional pós-1930.

Desta forma, a trajetória da indústria nesta fase de transição pode ser subdividida da seguinte forma[583].

1) Até o início da Segunda Guerra, isto é, entre 1930 e 1939, o crescimento industrial deu-se basicamente a partir da capacidade instalada. Período, portanto, limitado para a maior parte dos setores e ramos industriais. Em resumo, foi um crescimento dependente do tipo de desenvolvimento industrial anterior, restringindo-se, de modo geral, à substituição de importações de produtos de consumo correntes.
2) Durante a Segunda Guerra – 1939/1945 – esforços no sentido de dotar o país com capacidade de produzir artigos de siderurgia e outros segmentos da indústria pesada, dentro das novas perspectivas político-econômicas engendradas no Estado Novo, bem como questões de segurança nacional.

---

têxteis e alimentos – e depois, com o advento das ferrovias vai se completando através dos outros ramos industriais – intermediários e bens de capital – verticalizando sua estrutura industrial.

[581] JOÃO MANUEL CARDOSO DE MELLO. Op.cit.. pg., 117.

[582] Ibid., Ibidem.

[583] Ver MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES. *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: ensaios sobre economia brasileira.* 10 ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1982. pp., 67-73.

A indústria pesada (aço, mecânica etc.) é imprescindível para a produção de equipamento bélico.

3) Pós-Guerra até 1956 – período que engloba dois momentos distintos. Até 1953, deu-se uma expansão acelerada do crescimento industrial, devido principalmente ao aumento das exportações, ao acúmulo de divisas do país durante o conflito e a medidas políticas de controle cambial estabelecidas em 1948. Contudo, tal expansão se deu de forma desordenada, pois o controle cambial instituído em 1948 tinha como principal preocupação a balança de pagamentos e não obedecia a um critério determinado do ponto de vista das necessidades da industrialização. Ou seja, estimulou-se a introdução de indústrias de bens de consumo duráveis – notadamente os ramos de eletrodomésticos – a importação de bens de capital, sobretudo equipamentos para as necessidades de produção daqueles bens, deixando de lado outros setores importantes da indústria, principalmente os de bens intermediários, responsáveis pela produção de insumos básicos aos dois outros tipos de bens. Assim, nesta fase, elevou-se de sobremaneira o custo da industrialização, além de criar distorções na estrutura da produção industrial. A segunda fase, que medeia os anos de 1953 e 1956, caracterizou-se por contornar os equívocos da fase anterior, através da reforma cambial de 1953. Esta procurou estimular a produção interna dos bens intermediários, o que provocou a intensificação de investimentos nos setores petrolífero e metalúrgico, principalmente. O controle imposto pela SUMOC[584] passou a ser efetuado mediante uma classificação dos produtos, de acordo com sua necessidade e com as possibilidades de sua produção interna. Embora apresentasse distorções e expressasse a falta de um plano mais global, a reforma cambial de 1953 protegeu e estimulou mais diretamente o crescimento industrial.

[584] Superintendência da Moeda e do Crédito. Instituição financeira criada em 1945, na dependência do Ministério da Fazenda, incumbida de fiscalizar o sistema bancário e cambial do país e assessorar o governo nas questões econômicas. Suas determinações eram executadas pelas carteiras especializadas do Banco do

Portanto, a expansão industrial dessa etapa do processo configurou-se como um padrão "horizontal" de acumulação, lastreado pela indústria de bens de consumo assalariado e pelo setor de bens intermediários em franco desenvolvimento, pautados por um movimento de substituição de importações de produtos industrializados que marca todo o período.

O período pós-1956, isto é, a etapa denominada pela literatura de *industrialização pesada*, pode ser descrita da seguinte forma. Entre 1956 e 1961, marca a gestão de Juscelino Kubitschek a frente do governo, cuja plataforma política baseava-se no seu "Plano de Metas"[585]. No que toca ao desenvolvimento industrial, o governo incentivou, articulado junto ao capital estrangeiro, a implantação de um bloco de investimentos altamente complementares, o que correspondeu alteração profunda do sistema produtivo, no sentido de verticalizar a estrutura industrial. Desta forma, seguiu-se a implantação dos setores mais complexos da estrutura através da introdução dos ramos de *bens de capital* e *consumo duráveis*. Assim, se deu um novo padrão de acumulação que demarcou esta etapa do processo de industrialização brasileiro, em que estes novos ramos ditaram a dinâmica da economia, escudados no capital financeiro.

Tal dinâmica, baseada no crescimento acelerado da capacidade produtiva daqueles ramos antes de qualquer expansão previsíveis de seus mercados, consolidou a matriz industrial brasileira, ao longo das décadas de 60 e 70 integrando todos os ramos produtores de bens, isto é, bens de capital, consumo duráveis, intermediários e consumo não duráveis ou assalariados. Trocando em miúdos, dá-se então, a consolidação da acumulação capitalista no país. Ou seja, a acumulação de capital deixou de ser feita em bases externas e tem no mercado nacional seu *locus* principal.

Portanto, a expansão da indústria nesta etapa de consolidação do processo de industrialização brasileiro apoiou-se na ação do Estado articulado com os grandes oligopólios internacionais. A ação do Estado foi decisiva, pois mostrou capacidade de investir maciçamente em infra-estrutura e nas indústrias de base sob sua responsabilidade,

---

Brasil. Foi extinta em 1964, quando da fundação do Banco Central do Brasil S. A., que absorveu suas funções. Ver PAULO SANDRONI. Op.cit., verbete **SUMOC**, pg., 583.

[585] Sobre o governo Kubitschek ver: MARIA VICTÓRIA DE MESQUITA BENEVIDES. *O Governo Kubitschek.* 2 ed., Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1976.

isto é, indústrias siderúrgicas, mineração, petróleo etc., o que estimulou o investimento privado não só por oferecer economias externas baratas, mas também por lhe gerar demanda.

De acordo com Cardoso de Mello, a ampliação do gasto público valeu-se, fundamentalmente, de formas nada ortodoxas de mobilização de recursos, a saber, emissões e, até 1959, confisco cambial, uma vez que não houve qualquer modificação significativa no sistema tributário. Também coube ao Estado a tarefa de estabelecer as bases da associação com a grande empresa oligopólica estrangeira, definindo claramente um esquema de acumulação e lhe concedendo generosos favores[586]. Discutiremos melhor o papel do Estado e do investimento estrangeiro nos tópicos seguintes.

Analisamos um pouco mais o porquê da entrada maciça de capital estrangeiro no Brasil a partir deste período. Isso tem a ver com a própria dinâmica da economia internacional. Ou seja, passada a etapa de reconstrução da Europa e do Japão após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), financiada pelos norte-americanos devido seu temor pela "ameaça vermelha", as empresas européias e japonesas chegam às décadas de 1950 e 1960 "turbinadas" e aptas a competir no mercado internacional. Dentro desse contexto, baseado num padrão de acumulação em que os conglomerados financeiros ditam a formação e a expansão de grandes empresas oligopólicas a escala mundial, é que se levou o investimento destas no Brasil. É neste sentido em que a alemã Volkswagen se instala aqui e capitais japoneses financiam a construção da siderúrgica Usiminas.

Ao dizermos que a consolidação do processo de industrialização, que se deu a partir desse período, foi ancorado na ação do Estado e do capital estrangeiro, não estamos nos esquecendo do capital industrial nacional. Com efeito, este foi incapaz de conduzir a industrialização pesada, devido sua carência de investimento em tecnologias sofisticadas e, até mesmo, acesso a esta externamente. Soma-se a isto, o próprio financiamento de grande envergadura que tais segmentos industriais necessitavam. Contudo, o capital industrial nacional foi fortemente expandido nesta etapa. Por exemplo, nos setores metal-mecânico instalados a partir desse período, a demanda derivada da grande empresa estrangeira estimulou o surgimento, crescimento e modernização da pequena e média empresa nacional, conformando-se um oligopólio diferenciado, nucleado pelo capital forâneo.

[586] JOÃO MANUEL CARDOSO DE MELLO. Op.cit., pg., 126.

Por outro lado, a empresa nacional situada no setor de bens de consumo assalariado, seu *locus* preponderante, beneficiou-se, indiscutivelmente, do crescimento da massa de salários provocados pelo bloco de inversões complementares nos outros ramos produtores de bens. Deste modo, a partir desse período, surgem as condições para que a indústria nacional de bens de consumo assalariado organize-se de forma oligopólica, devido o mercado nacional apresentar dinâmica propícia e pelos efeitos diretos e indiretos que os investimentos nos outros ramos produtores de bens geraram sobre a demanda de força de trabalho e sobre a taxa de salários[587]. Discutiremos melhor o papel do capital privado nacional mais adiante.

Em suma, a etapa de industrialização pesada que se inicia a partir de 1956-61, consolida o processo de industrialização brasileiro, verticalizando sua estrutura industrial, garantindo assim, a chamada **autodeterminação do capital**. Na década de 1980 o país já configurava uma nova sociedade, uma sociedade industrial de "massas".

Todavia, para se entender melhor o processo de industrialização, faz-se necessário aprofundarmos a discussão através dos seguintes temas relevantes, a saber: o papel do Estado, o papel do capital estrangeiro, o papel da burguesia nacional e o mercado nacional. É o que faremos nos próximos tópicos.

[587] Ibid., pg., 128.

4.1.2 – O papel do Estado

Vimos anteriormente que o papel do Estado, após 1930, constituiu-se em agente importante para o desenvolvimento da economia brasileira, particularmente no que toca à expansão da industrialização. Tal ação deve ser encarada no bojo das características de uma **industrialização retardatária**. Também a ação do Estado é decisiva a partir da convergência entre as frações da classe dominante e seu papel na manipulação das políticas econômicas implementadas pela máquina estatal, no sentido de criar as condições de uma hegemonia do tipo burguesa. Em outros termos, a ação do Estado é reflexa das variações e necessidades do empresariado industrial brasileiro em consolidar seu poder, através da criação e regulamentação de regras que organizam o mercado e a força de trabalho conforme as exigências do *Estado Burguês*.

A análise do papel do Estado que pretendemos realizar, pauta-se segundo duas características principais, quais sejam, o tipo de ideologia que o Estado assume na condução do processo e as ações concretas em que deram-se os estímulos para a industrialização.

Ao analisarmos o papel do Estado no desenvolvimento econômico brasileiro pós-1930, temos que levar em conta o tipo de ideologia que permeia a ação estatal. Posto isto, podemos perceber que há pelo menos duas tendências ideológicas que permearam tal ação, a partir das conveniências da burguesia e dos dirigentes do poder público: a visão de um capitalismo nacional e a visão de um capitalismo associado dependente. Não iremos, neste espaço, analisar a política econômica governamental em sua totalidade, e sim, nos deteremos somente no que toca a relação entre o Estado e a condução da industrialização. Todavia, é necessário abordar o tipo de ideologia dos homens que dirigem o Estado, para melhor compreensão da relação Estado-Economia-Sociedade.

Neste sentido, as duas tendências ideológicas apontadas acima, oscilaram, e ainda oscilam no pensamento das frações da classe dominante e das classes médias urbanas. A idéia de um capitalismo nacional predominou pelo menos em três momentos da conjuntura político-econômica brasileira, isto é, nos governos de Getúlio Vargas, 1930-1945, 1950-1954; e no governo de João Goulart, 1961-1964. Nestes continham, como pressuposto

implícito e explícito, o projeto de um capitalismo nacional como única alternativa para o progresso econômico e social da nação. Tal projeto implicava a importância da nacionalização dos centros de decisão sobre os assuntos econômicos e uma possível hegemonia do Brasil nas relações com os demais países do continente sul-americanos[588].

A tendência de um desenvolvimento associado dependente[589] predominou nos períodos, 1946-1950, como o governo Dutra e 1955-1960, com o governo Juscelino. Nestes, reconheciam-se as conveniências e as exigências da interdependência em relação à nação capitalista dominante, ou seja, os Estados Unidos da América do Norte[590].

Entretanto, segundo Ianni, essas duas tendências ideológicas não se sucediam, exclusivamente, como se uma fosse completamente substituída pela outra, ao longo do processo político-econômico. O que ocorria, efetivamente, era sempre uma coexistência das duas tendências, como principais. Com freqüência, um mesmo governo foi levado a atuar segundo alvos e meios que implicavam, ora uma opção nacionalista, ora opção internacionalista. Um exemplo claro dessa estratégia foi os governos militares, 1964-1985, os quais se utilizaram largamente destas duas tendências ideológicas para a afirmação de seu poder. No conjunto, as políticas econômicas governamentais no período 1930-1985, comportaram-se segundo uma espécie de *movimento pendular*[591], polarizando-se ora no sentido nacionalista, ora segundo as determinações da dependência.

Não obstante a polarização dessas duas tendências, podemos perceber que, ao longo do período, houve uma predominância do capitalismo associado dependente sobre a outra. A explicação para tal fato está nas tentativas de golpes e conspirações, muitas vezes, bem sucedidas, nos momentos em que o *capitalismo nacional* predominou na política-econômica governamental, como se deu com as deposições de Vargas em 1945 e 1954, quando do seu suicídio; e, mais do que isso, quando, a partir do governo Juscelino, o país entra numa nova fase de industrialização do tipo oligopólica, em que o capital estrangeiro torna-se fundamental no processo, a tese do capitalismo nacional entra num caminho sem

[588] Ver OCTÁVIO IANNI. *Estado e Planejamento no Brasil – 1930/1970.* 3 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. pp., 307/308. Sobre o papel do Estado na economia brasileira, consultar também: SÔNIA DRAIBE. *Rumos e Metamorfoses.* Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1985. SÔNIA REGINA DE MENDONÇA. *Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento.* Rio de Janeiro: Graal, 1986.

[589] Entendemos o conceito de desenvolvimento dependente associado nos termos preconizados nos estudos de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. Ver, particularmente: FERNANDO HENRIQUE CARDOSO & ENZO FALETTO. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina.* Op.cit.

[590] OCTÁVIO IANNI. op.cit. pg., 308.

volta. Ou seja, as corporações internacionais instaladas no país passam a ter um papel importante nos centro de decisão da economia, o que anulava qualquer tentativa de reviver o "sonho" varguista. Tanto é assim que Goulart tentou aplicar a tese nacionalista e foi deposto sem "cerimônia".

Em suma, o que queremos mostrar com as passagens anteriores é que só se entende a relação entre Estado e Economia, se tivermos clareza de quem comanda politicamente o Estado. Assim é que podemos entender a ação do Estado brasileiro na condução da política-econômica governamental em direção a via industrializante e capitalista. Dito de outra forma, a mudança no padrão de acumulação que se deu após 1930 no Brasil, que implicou na derrota – e não liquidação das oligarquias agrárias dominantes – assentou-se no desenvolvimento de um *Estado burguês* entendido este como um sistema que engloba instituições políticas e econômicas, bem como padrões e valores sociais e culturais de tipo propriamente burguês[592].

Isto significa que o Estado passou a funcionar, de acordo com as exigências e as possibilidades estruturais estabelecidas pelo sistema capitalista vigente no país. Ou seja, os dirigentes do poder público passaram a reformular as condições de funcionamento do mercado dos fatores de produção, ou melhor, das forças produtivas, bem como as relações internas de produção, e as relações entre a economia brasileira e a economia internacional. Deste modo, a partir de 1930, foram estabelecidos, de modo formal, sob responsabilidade do Estado e chancelado pela burguesia, as condições e os limites básicos de funcionamento do mercado de trabalho, através de uma legislação trabalhista, a qual impunha regras e limites sociais e políticos de atuação dos trabalhadores assalariados. Portanto, 1930 representa o fim de um Estado oligárquico, baseado no poder e nas estruturas de uma economia agrário-exportadora, e o início do desenvolvimento de um Estado propriamente burguês, assentado na indústria e no mercado interno.

Por fim, para completar nossa análise do papel do Estado no processo de industrialização brasileiro pós-1930, analisamos, de passagem, os investimentos estatais na economia ao longo do período.

---

[591] Nos termos da formulação de OCTÁVIO IANNI., op.cit. pg., 308.
[592] Ibid., pg., 13.

Nos anos de 1930, os investimentos estatais resumiam-se na criação de autarquias no sentido de diversificar os setores da economia, bem como proteger e encorajar o crescimento desta. Destaca-se neste período, a criação de Institutos como o do açúcar, mate, pinho, marinha mercante etc., cujo objetivo era de operar no sentido de regulamentar a produção, os preços e financiar a armazenagem dessa produção[593]. Ou seja, o papel do Estado nesse período era nacionalizar a produção, a qual estava dispersa ao longo do território nacional. Desta forma, davam-se os primeiros passos em direção à integração do mercado nacional em bases propriamente capitalista. Isto possibilitou também o estímulo ao desenvolvimento do segmento industrial, que dependia de tal integração. Contudo, só isso não bastava ao desenvolvimento da indústria, pois esta necessitava de proteção e financiamento. Foi o que o Estado fez.

A partir de 1937, com o golpe que instituiu o **Estado Novo**, o governo Vargas percebeu a necessidade de uma intervenção direta do Estado no sentido de criar indústrias propriamente dita. Os acontecimentos da Segunda Guerra (1939-1945) mostravam que o país deveria investir em alguns setores industriais onde o capital privado não tinha condições de se desenvolver. É neste sentido que alguns projetos ligados à mineração, siderurgia, mecânica e química, se fizeram presentes. Data-se do início dos anos de 1940, a fundação de importantes indústrias estatais como a Cia. Vale do Rio Doce, 1942, a Cia. Siderúrgica Nacional (CSN), 1942, a Cia. Nacional de Motores (FNM)[594], 1943, e a Cia. Nacional de Alcális, 1943.

A partir da década de 1950, aumentou-se a presença do Estado na economia, no sentido de estimular novos projetos de maior envergadura como parte do avanço do processo de industrialização. Neste sentido, houve necessidade de criar um banco que pudesse financiar tais projetos. É dentro desse contexto que se cria o Banco de Desenvolvimento Econômico (BNDE), fundado em 1952, cujo objetivo era suprir créditos de longo prazo para os projetos industriais, particularmente o setor de bens de capitais. Mas, não só isso, havia a necessidade de investimentos na modernização da infra-estrutura, o que também fez parte do pacote de financiamento do Banco.

---

[593] Ver: ANNÍBAL VILANOVA VILLELA As Modificações do papel do Estado na Economia Brasileira. In: ANNÍBAL VILANOVA VILLELA. *Escritos Selecionados.* Brasília: IPEA, 2000. pp., 65-94.

[594] Esta indústria foi vendida em 1968 para um grupo privado estrangeiro.

Também, data deste período a criação da PETROBRÁS, fundada em 1953, cujo objetivo era assegurar uma fonte interna de suprimento deste combustível, o qual era em maior parte importado. Como o petróleo constituía-se no principal combustível em nível mundial, utilizado tanto nas indústrias como no uso doméstico, e sua importação implicava as variações do preço do produto ditado no comércio exterior, havia a necessidade intrínseca de segurança nacional. Mas, mais do que isso, a criação da PETROBRÁS, implicou na alavanca do setor de maquinaria e peças no Brasil, o que de certa forma, contribuiu para o processo de verticalização da industrialização em curso[595].

Além da criação dos empreendimentos citados acima, o Estado também dedicou-se a estimular projetos de desenvolvimento regionais, a fim de reduzir os desequilíbrios regionais e estimular o desenvolvimento econômico em regiões atrasadas. É neste sentido que se criam instituições como o Banco de Desenvolvimento do Nordeste, a Superintendência Para Valorização da Amazônia (SPVAM), além de bancos estaduais e Superintendências regionais como SUDENE, SUDAM, SUDECO, a partir do final da década de 1950 e início dos 60.

Nos anos 60 e 70, principalmente com a instituição do Regime Militar, a partir de 1964, o Estado vai intervir ainda mais na produção econômica, particularmente nos setores de energia e telecomunicações. Data deste período a criação das *holdings*[596] ELETROBRÁS e EMBRATEL. Também nestas décadas, o Estado vê necessidade de estimular o setor petroquímico, seja a partir de investimentos diretos, seja a partir das *joint ventures*[597]. Assim, foram criadas empresas como a PETROQUISA, 1968, e a BRASPETRO, 1970.

---

[595] É partir da criação da PETROBRÁS, que surge um segmento importante do setor de bens de capital privado nacional, ligados a fabricação de máquinas e equipamentos para suprir as necessidades daquela empresa. Indústrias como a Metaleve, é um exemplo significativo.

[596] Entendemos o conceito de **holding** uma empresa que mantém o controle sobre outras mediante a posse majoritária das ações destas. Em geral, uma *holding* não produz nenhum tipo de mercadoria ou serviços específicos, destinando-se apenas a centralizar e realizar o trabalho de controle sobre um conjunto de empresas geralmente denominadas de subsidiárias. Ver: PAULO SANDRONI. Op.cit., verbete **Holding** pg., 285.

[597] Entendemos por **joint ventures**, a associação de empresas para o desenvolvimento e execução de projetos específicos no âmbito econômico e/ou financeiro. Pode ocorrer entre empresas privadas, entre empresas públicas e privadas e entre empresas nacionais e estrangeiras. Esta modalidade foi muito estimulada no Brasil durante a década de 1970. Ver: Idem. verbete **Joint-venture** pg., 315.

Contudo, os investimentos estatais na economia brasileira na década de 1980 declinam. As explicações para tal fato se devem à crise da dívida externa que atingiu a maioria dos países subdesenvolvidos, nos anos iniciais daquela década, em virtude das crises econômicas em nível mundial, provocadas pelos choques do petróleo no decorrer da década de 1970 – particularmente – 1973 e 1979.

No plano político, o regime militar, já desde meados da década de 1970, apresentava sinais de esgotamento, na medida em que não conseguia criar novas condições para o desenvolvimento, pois o crescimento vertiginoso que aconteceu no país entre 1967 e 1973, denominado pelos próprios militares de **milagre brasileiro**[598] esgotara-se. Uma das características mais marcantes desse ciclo expansivo consistiu nas desproporções inter e intrasetoriais do crescimento. Tanto, no que se refere à indústria, quanto no setor agrícola.

No que toca à indústria, tais desproporções caracterizaram-se pelo considerável atraso do crescimento da produção de bens de produção – notadamente os *bens de capital* como máquinas, equipamentos e os de bens intermediários – com relação aos ramos de *bens de consumo duráveis*, *não duráveis* e construção civil. Essa desproporção foi viabilizada pelo acelerado crescimento das importações de *bens intermediários* e de *capital* em proporção muito superior à produção industrial. No caso dos *bens intermediários* houve, com efeito, uma expansão das importações de produtos já fabricados no país ou pelo menos passíveis de "fácil" substituição. Assim, durante o auge do "milagre", isto é, 1970/73, enquanto a produção de *bens de consumo duráveis* praticamente dobrou (97%), a produção de *bens intermediários* aumentou em menos da metade (45%)[599].

No que toca à agricultura, esta desproporção ocorreu em razão do considerável atraso da produção de alimentos para o mercado interno *vis à vis* o crescimento da indústria e da massa de salários. A agricultura teve um crescimento considerável a partir de meados da década de 1950, com a maquinização daquela produção.

No entanto, com o crescimento das exportações do setor ao longo do período, as culturas voltadas ao mercado externo se beneficiaram, principalmente, o café, a laranja, a

[598] Um estudo crítico desse período também crítico, consultar: PAUL SINGER. *A crise do "milagre": interpretação crítica da economia brasileira.* 2 ed., Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1976.

cana-de-açúcar, a soja, a batata e o trigo. Tais culturas puderam desfrutar de subsídios concedidos aos insumos químicos e a maquinização, bem como à créditos. Em conseqüência, as culturas voltadas para o mercado interno ficaram longe dos estímulos concedidos àquelas exportáveis, o que só fez cair a disponibilidade de alimentos no mercado nacional. Assim, o atraso não se deveu a um declínio da expansão do setor agrícola no conjunto, mas sim, no crescimento mais que proporcional da produção agrícola exportável, cujo peso no total do setor passou de 12 para 18,7% entre 1966/67 e 1973. Ou seja, a produção agrícola "exportável" substituiu a produção de alimentos de consumo doméstico[600].

Não é ocioso lembrar que, o crescimento econômico que o país obtivera desde meados da década de 1950, mostrou-se ser um crescimento desigual, em que os trabalhadores assalariados eram sempre penalizados e a classe média alta sempre beneficiária de tal modelo. Dito isto, o crescimento econômico que o país presenciou teve na formação e expansão de uma classe média alta o seu esteio. Em outras palavras, o crescimento econômico do período pautou-se na concentração de renda das classes alta e média alta e no arrocho dos demais segmentos da sociedade. Em que pese ocorrer um crescimento da renda no conjunto dos segmentos sociais do país, ao longo do processo de industrialização, esta concentrava-se mais que proporcionalmente nas mãos das classes alta e média alta.

Portanto, o acúmulo desses fatores colocados, isto é, alta concentração de renda, esgotamento do regime e crise da dívida pôs em cheque o modelo, o qual estoura nos anos 80. Ao longo desta década, a economia brasileira apresentou altos índices de inflação e estagnação econômica. A coalizão conservadora que venceu as eleições de 1989 apontou para saída da crise, um modelo liberal, pautado na privatização das empresas do governo, na abertura da economia sem limites e na subordinação aos órgãos de financiamentos externos. Tal modelo que prevaleceu na década de 1990 só contribuiu para a estagnação econômica. Assim, nesta década vimos o desmantelamento do modelo de industrialização conduzido pelo Estado.

---

[599] Ver: JOSÉ SERRA. Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Pós-Guerra. In: LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO & RENATA COUTINHO. *Desenvolvimento do Capitalismo no Brasil*. Vol. 1., 4 ed., Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1998., pp., 69-138.

Posto isso, podemos classificar o processo de industrialização brasileiro, a partir de 1930, e principalmente após a segunda metade da década de 1950, como um processo que teve no tripé Estado, capital estrangeiro e capital nacional, sua base de sustentação. Tal modelo se esgotou na década de 1980 e foi desmantelado na década de 1990.

Em suma, podemos depreender dessa análise que, à medida que o Estado parte deliberadamente para a via de industrialização rápida, a partir da década de 1930 e, particularmente, no período 1956/1961, com o Plano de Metas, os investimentos estatais vão assumir um caráter cada vez mais importante, no sentido de consolidar a industrialização. Isto é, no primeiro momento, o papel do Estado é organizar as instituições que vão comandar o processo através da regulação do mercado e da força de trabalho, de acordo com os padrões do *Estado Burguês*. No segundo momento, a partir do Governo Kubitschek – 1956/1961 – os investimentos estatais voltar-se-ão para a produção de insumos básicos – notadamente siderurgia, petróleo e derivados, energia elétrica e mineração, com o objetivo de viabilizar a constituição da base produtiva dos segmentos de bens de capital e consumo duráveis, responsáveis pela verticalização do processo de industrialização. Num terceiro momento, especialmente, a partir de 1964, os investimentos estatais voltar-se-ão para os setores de energia e telecomunicações e petroquímica atendendo os objetivos políticos do regime autoritário, e também para gerar demanda necessária à consolidação dos ramos de bens de capital instalados no momento anterior. Tal processo se esgota nos anos de 1980 e se desmantela na década de 1990.

---

[600] Idem., pg., 109.

4.1.3 – O capital estrangeiro.

Vimos anteriormente como se deu o papel do Estado na condução do processo de industrialização brasileiro pós-1930. Agora, discutiremos o papel do capital estrangeiro, particularmente após 1956, quando o país inicia a etapa de consolidação do capitalismo industrial, através da introdução de segmentos mais complexos de bens de produção responsáveis pela oligopolização e verticalização da estrutura industrial.

Com efeito, a partir da segunda metade da década de 1950, o capital estrangeiro assumiu papel importante no processo de industrialização, no qual junto com Estado, constituíram-se nos principais centros decisórios da economia brasileira.

Não vamos repetir o que já foi dito, e sim demonstrar empiricamente a participação efetiva do capital forâneo em tal processo. Todavia, cabe um breve histórico sobre a participação deste ao longo da história econômica brasileira.

De acordo com a literatura, a presença do capital estrangeiro na economia brasileira data de meados do século XIX quando os interesses britânicos nas economias latino-americanas eram dominantes. No entanto, tais investimentos localizavam-se predominantemente em atividades não-manufatureiras, como por exemplo, nos setores bancários e de seguros, exportação e importação, companhias de navegação, construção ferroviárias e mineração. A partir da década de 1880, os investimentos estrangeiros – notadamente britânicos – se deslocaram do setor bancário para serviços públicos, que incluíam, além da construção e operação de ferrovias, telégrafos, gás, eletricidade, transporte urbano, portos e obras públicas em geral[601].

Desta forma, o período que vai da segunda metade do século XIX até 1914 registra a maciça predominância do capital britânico. Segundo Possas, a Grã-Bretanha contribuía com mais de ¾ do investimento direto. A França, segundo principal país investidor,

[601] Sobre a literatura que aborda os investimentos estrangeiros no Brasil ao longo do século XIX até 1930, consultar: ANTÔNIO BARROS DE CASTRO. *As Empresas Estrangeiras no Brasil – 1860/1913.* Rio de Janeiro: Zahar, 1979. M. V. QUEIROZ & PETER EVANS. Um Delicado Equilíbrio: o Capital Internacional e o Local na Industrialização Brasileira. In: *Cadernos CEBRAP*. São Paulo: n., 28, 1977. WILSON SUZIGAN. *Indústria Brasileira: Origem e Desenvolvimento.* Op.cit. MÁRIO LUIZ POSSAS. Empresas Multinacionais e Industrialização no Brasil: notas introdutórias. In: LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO & RENATA COUTINHO. *Desenvolvimento do Capitalismo no Brasil.* Op.cit. vol., 2, pp., 09-40.

respondia apenas por 6%[602]. A explicação para a predominância britânica, tanto nas atividades financeiras quanto no setor ligado as atividades exportadora, reflete o lugar de hegemonia que a Grã-Bretanha ocupava na economia mundial de então, através do controle do comércio exterior e do fluxo de capital, propiciados pelo pioneirismo desse país no processo da Revolução Industrial.

No que toca à indústria, o investimento estrangeiro só se manifestou de forma significativa a partir de 1914 e, mais especificamente, na década de 1920, quando se verifica inversões de capital nos setores mais dinâmicos da indústria, como maquinaria, equipamentos elétricos, produtos químicos. Outro dado importante é que, neste momento, países como Alemanha, Canadá e, principalmente, os Estados Unidos da América do Norte passam a concorrer com os investimentos ingleses. Aliás, a partir desse período, aumenta consideravelmente a participação de investimentos dos norte-americanos não só na economia brasileira, mas também no conjunto da América Latina. A explicação para tal fato está na perda de hegemonia do capital inglês no controle do mercado mundial a partir da primeira Guerra, na qual beneficiou-se o capitalismo estadunidense.

Como dissemos anteriormente, ocorreu uma diversificação importante na estrutura industrial brasileira a partir da Primeira Guerra. Isto contribuiu para o ingresso de novos investimentos diretos estrangeiros e novos produtos no mercado interno, cabendo destacar a participação desses investimentos na indústria de transformação nos setores de alimentos como carne frigorificada e processada, laticínios, produtos de milho e moagem e produtos de trigo; no setor químico, a partir da produção de substâncias químicas básicas e produtos químicos de uso domésticos; no setor de siderurgia; e, no setor de materiais e aparelhos elétricos simples.

Dentro desse contexto, podemos analisar que a atuação do capital estrangeiro foi mais de complemento ao capital privado nacional, à medida que sua instalação foi nos ramos e setores mais avançados da indústria onde o capital nacional estava longe de atuar. A maioria das firmas estrangeiras não entraram em competição direta com o capital nacional, uma vez que sua especialização técnica e de mercado tornavam, em geral, desnecessário repartir mercados com as empresas locais. É claro que, em alguns casos, no

[602] MÁRIO LUIZ POSSAS. Op.cit., pg., 10.

entanto, grupos estrangeiros iniciaram suas atividades por meio de aquisição de companhias brasileiras, como ocorreu com as indústrias de fumo, fósforo, aço e moagem de cereais. O que, em certo sentido, estabeleceu-se concorrência com firmas nacionais. Mas, no conjunto, a participação estrangeira era de complementaridade[603]. Tal complementaridade será característica fundamental no decorrer do processo de industrialização brasileira, particularmente a partir da segunda metade da década de 1950, com a verticalização e oligopolização da estrutura industrial em que os papéis do Estado, do capital estrangeiro e do capital privado nacional serão cumpridos de forma diferente e cambiantes.

No que toca à participação do capital estrangeiro no período posterior à 1930, quando da mudança no padrão de acumulação do capital em direção ao segmento urbano-industrial, podemos analisar da seguinte forma.

Na primeira metade dos anos de 1930, os investimentos estrangeiros no país foram relativamente baixos, comparativamente ao período anterior, isto é, no período da Primeira Guerra e na década de 1920. Instalaram-se poucas firmas estrangeiras – notadamente norte-americanas – ligadas ao setor de alimentos e bebidas. A partir de 1937, ocorrem investimentos consideráveis nos setores de química e farmácia. Contudo, durante a Segunda Guerra (1939-1945), investimentos estrangeiros fazem-se presentes, principalmente no ramo de bens intermediários, à medida que as demandas da guerra exigiam. Diversos setores industriais foram implantados neste momento, com especial destaque para os produtos de minerais não-metálicos – cimento e vidro – produtos metalúrgicos, papel, maquinaria, equipamentos e aparelhos elétricos e tecidos sintéticos, além da continuação de novas entradas de indústrias químicas.

Entretanto, é a partir de 1956 que os investimentos estrangeiros diretos passam a ocorrerem em um ritmo sem paralelos anteriores. A explicação está na retomada do crescimento do mercado internacional, com a reestruturação da Europa e do Japão com a ajuda dos norte-americanos e, mais do que isso, a partir do momento em que as empresas européias e japonesas estão aptas a concorrerem com as empresas dos Estados Unidos no mercado mundial. Aliás, o período posterior à Segunda Guerra, caracterizar-se-á por um novo padrão de crescimento econômico, baseado na homogeneidade de processos

[603] Idem., pg., 17.

produtivos, ao quais padronizaram as formas de mercado e consumo à escala mundial. Dito de outra forma, pela primeira vez a própria produção e não apenas o mercado tornou-se internacionalizada[604]. Assim, chega-se à "maturidade", as economias capitalistas desenvolvidas. Ou melhor, os Estados Unidos da América do Norte impõem seu padrão de industrialização, baseado na verticalização de sua estrutura industrial à escala mundial.

Posto isto, a partir de 1956, grandes corporações internacionais se fixarão no país, contribuindo para uma nova etapa do processo de industrialização brasileiro, pautado na oligopolização e verticalização da estrutura industrial, através da implantação dos ramos de *bens de capital* e *consumo duráveis*. Datam desse período a implantação das indústrias automobilística, mecânica pesada, elétricas e aparelhos de eletrodomésticos entre outros.

Contudo, é o Golpe de 1964, que implantou a ditadura militar, que reforçou o ambiente institucional, para que o capital internacional pudesse se estabelecer sem nenhum incômodo. Assim, país de dimensões continentais, com abundante volume de recursos naturais; com uma massa populacional superior a 100 milhões de habitantes, significando amplo mercado de trabalho e um potencial mercado consumidor; inexistência de tradições culturais que dificultassem ou obstaculizassem a expansão capitalista; "tranquilidade política" para as empresas estrangeiras, estabelecidas após 1964; baixo nível salarial; apoio e facilidades governamental, todas estas características criavam uma grande oportunidade de investimentos para o capital internacional.

Na década de 1970, quando a matriz industrial se consolida, um novo padrão de complementaridade entre as formas de capitais se evidencia, isto é, desenvolvem-se as empresas de *joint venture*, que passam a determinar os principais investimentos industriais no Brasil. Assim, como bem analisou Possas, o tradicional tripé da economia brasileira – Estado, empresa estrangeira e empresa nacional – a partir daí, reúnem suas forças em empreendimentos comuns como um caminho para a coexistência mais cautelosa e mutuamente rentável[605].

Nos anos 80 e 90, ocorreu um novo arranjo na dinâmica industrial internacional no qual rompem-se as estratégias nacionais de desenvolvimento industrial em favor do

[604] Ibid., pg., 25.
[605] Ibid pg., 39.

fortalecimento dos grandes conglomerados financeiros que naquele momento estimulam a abertura comercial e financeira dos países, dentro de uma estratégia denominada **mundialização do capital**. Tal rearranjo contribuiu para arrefecimento do processo de industrialização em curso no Brasil, já que a economia brasileira sofreu reveses a partir da década de 1980, com a crise da dívida externa. Assim, na década de 1990, sem o braço do Estado, a indústria brasileira teve que se adequar ao novo padrão industrial internacional, modificando a estrutura e submetendo-se as estratégias de produção à escala mundial.

4.1.4 – O capital privado nacional.

Com efeito, ao analisarmos a ação do Estado no desenvolvimento da economia brasileira pós-1930 e o tipo de ideologia que praticaram os dirigentes e as frações da classe dominante na condução da máquina estatal, faz-se necessário, agora, abordar um pouco mais, mesmo que de passagem, o papel desempenhado pelo empresariado industrial brasileiro em tal processo.

Como bem analisou Ignácio Delgado, o empresariado industrial brasileiro *evoluiu dos postulados fordistas da década de 1920 para a aceitação de uma ação definida do Estado no apoio à indústria. Interferiu nos órgãos técnicos do Estado Novo na defesa de uma política de industrialização. Definiu com clareza, nos anos 30 e 40, o papel que reservava ao Estado e ao capital estrangeiro para efetivação do arranque industrial. Associou-se de forma constante às correntes políticas que vinculavam a "construção da nação" a alguma forma de autoritarismo instrumental. Soube usar o discurso liberal como "reserva ideológica" diante dos "excessos" do Estado e,* ***last but not least****, revelou profunda capacidade para a ação conspirativa"*[606].

O que o autor quer dizer, é que se não ocorreu no Brasil uma revolução burguesa do tipo clássica, em que a burguesia industrial toma a dianteira no processo de desenvolvimento do capitalismo, como ocorreu nos países centrais, tendo na Inglaterra, França e EUA, como referência, isto não implica que não tenha desempenhado papel destacado no processo de desenvolvimento do capitalismo industrial no país, conduzido pelo Estado e pelo capital estrangeiro. Pelo contrário, o empresariado industrial participou ativamente na constituição de instituições que pudessem dar sustentação ao um Estado do tipo burguês.

Tanto é assim que, ao longo do período, ela foi a base de sustentação das tendências ideológicas predominantes, definiu os espaços em que o proletariado deveria ter direito ou

---

[606] Cf., IGNÁCIO GODINHO DELGADO. *A Estratégia de um Revés: Estado e Associações Empresariais em Minas*. Op.cit. pg., 18. Ainda sobre o papel da burguesia no processo de industrialização brasileiro, consultar: ELI DINIZ. *Empresariado, Estado e Capitalismo no Brasil – 1930/1945*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1978. ELI DINIZ & RENATO RAUL BOSCHI. *Empresariado Nacional e Estado no Brasil.* Rio de Janeiro: Forense/Universitária, 1978. RENATO RAUL BOSCHI. *Elites Industriais e Democracia.* Rio de

não, dentro do processo de desenvolvimento econômico e, mais do que isso, determinou o tempo todo os limites de intervenção do Estado na economia, bem como o papel do capital estrangeiro. Na década de 1990, foi agente importante no processo de desmantelamento do Estado e se aliou incondicionalmente ao capital estrangeiro, na sua estratégia de desenvolvimento associado dependente.

Contudo, há que colocar que a burguesia industrial brasileira não se constitui como classe homogênea. Quando falamos do seu papel ativo, estamos falando de segmentos ligados à grande indústria. Assim, nos anos 1930 e 1940, era a burguesia ligada à grande indústria de bens de consumo assalariado o principal segmento político da classe. A partir da segunda metade dos anos de 1950, com o processo de oligopolização e internacionalização da industrialização brasileira, o segmento que se oligopoliza na esteira do processo, constitui-se força política importante junto aos centros de decisão conduzido pelo Estado e pelo capital estrangeiro. Nos anos de 1970, quando a economia brasileira já está internacionalizada e os grandes oligopólios consolidados, os ramos de *bens de capital* e *intermediários* ligados a burguesia nacional, que se desenvolve gradualmente na década de 1960, tornam-se principais grupos de pressão nas relações Estado-Economia-Sociedade.

Porém, isso não quer dizer que outros segmentos da burguesia ficaram de fora do processo, e sim, que foram e são estes os principais interlocutores e agentes de pressão junto ao Estado[607].

Em conjunto, a participação do capital privado nacional no "tripé" que financiou a industrialização, predominou-se no ramo de bens de consumo assalariado, com baixos salários e baixa relação capital/trabalho[608].

Em suma, cremos, de passagem, que este foi o papel da burguesia brasileira no processo de industrialização do país, fazendo parte junto com o Estado e com o capital

---

Janeiro: Graal, 1979. ÂNGELA DE CASTRO GOMES. *Burguesia e Trabalho.* Rio de Janeiro: Campus, 1979.

[607] Exemplo concreto é o papel que a ABDIB (Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Indústrias de Base), criada em 1955, desempenhou, principalmente a partir da década de 1970, como grupo de pressão importante na condução das políticas econômicas governamentais. Também, outras associações ligadas à indústria de bens de capital, como a ABIMAQ (Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos), representam segmento importante de interesses de classe. Os grandes empresários desse setor fazem parte de um seleto grupo que tem acesso direto ao Estado. Ver: RENATO RAUL BOSCHI., op.cit.

[608] Ver: MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES *et alli. Estrutura Industrial e Empresas Líderes*. vol., 2 Rio de Janeiro: FINEP, 1978. 2 vol., Capítulo II.

estrangeiro, do tripé que sustentou o modelo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil entre as décadas de 1930 e 1980.

4.1.5 – Industrialização e a integração do mercado nacional.

Dissemos anteriormente que há uma complementaridade entre a expansão industrial e a dinâmica de um mercado nacional integrado. Com efeito, o que queremos afirmar é que, a indústria não se desenvolve sem um mercado capaz de absorver sua produção. Por sua vez, o mercado para servir de impulso ao desenvolvimento industrial, tem que operar dentro de uma lógica capitalista, no qual tudo é mercadoria, principalmente, a força de trabalho. Por esta, entendemos o conjunto das faculdades físicas das pessoas, aptas a produzirem valores de uso de qualquer espécie[609]. A força de trabalho tem que ser livre, isto é, o trabalhador deverá ser livre para poder trocar sua capacidade física de produzir por um salário monetário. O assalariamento é peça importante na dinâmica do mercado capitalista[610].

Ademais, o mercado tem que estar baseado numa sólida divisão social do trabalho, condição primeira de uma economia mercantil. Ou seja, divisão dos trabalhos produtivos transformados seus produtos em mercadorias, obrigando cada um destes a se fazer de mercado para o outro. A divisão social do trabalho à medida que especializa o processo de produção, amplia a dimensão do mercado, unificando-o[611].

Todavia, a divisão social do trabalho é pré-condição para o desenvolvimento do processo histórico de constituição e consolidação do modo de produção capitalista. Trocando em miúdos, é a estruturação de unidades produtivas diferenciadas entre si e especializadas, englobando a produção de matérias-primas, a produção fabril, etc., a marca da divisão social do trabalho. Esta, por sua vez, impulsionou a expansão do mercado, o qual garantiu assim, a valorização do capital.

Mas, mais do que isso, tal mercado capitalista deve estar escudado em leis que protegem sua dinâmica. Então, este necessita do Estado. É o Estado que garante em primeira instância as leis do mercado. Assim, o mercado para se desenvolver dentro de um

[609] Cf. KARL MARX. Op.cit. Seção II, Cap. IV, vol., 01, pg., 135.
[610] Idem.
[611] Ver: CARLOS ALONSO BARBOSA DE OLIVEIRA. *O Processo de Industrialização: do capitalismo originário ao atrasado*. Op.cit., Cap. 1.

padrão capitalista, precisa-se ser primeiro um mercado nacional. É o caráter nacional do mercado que aparece como um pressuposto básico para o desenvolvimento do capitalismo[612].

Com efeito, o que queremos, além de mostrar a importância que o mercado nacional tem para o desabrochar do capitalismo industrial, analisar como se deu a relação entre a constituição deste e o processo de industrialização no Brasil.

Já vimos, anteriormente, as etapas em que se desenvolveu a industrialização nacional. Agora, faz-se mister, discutir o fator mercado, como pressuposto desse desenvolvimento.

Em capítulos anteriores afirmamos que a economia primário-exportadora, não obstante constituir passo decisivo para a industrialização, era fator impeditivo para a construção de um mercado nacional integrado, obviamente por sua dependência externa. Isto posto, o mercado brasileiro até 1930 tinha um caráter dispersivo, em que haviam economias regionais, consubstanciadas no que Cano denominou de **complexos econômicos regionais**, cujos principais eram aqueles vinculados as regiões cafeeiras. A Revolução de outubro de 1930, a qual marca nova etapa no desenvolvimento sócio-econômico brasileiro, é que dá início a um processo de integração do mercado nacional, rompendo as barreiras que entravavam o comércio entre as diversas regiões do país. Tais barreiras resumiam-se, grosso modo, em primeiro lugar, ao próprio caráter das economias regionais, voltadas para o mercado externo; soma-se a isto, a falta de uma rede integrada de transporte que pudesse estimular o comércio entre as regiões (tanto referente às grandes distâncias – norte-sul; nordeste-sudeste; centro-oeste-leste – como pequenas distâncias) e, por fim, a existência de impostos interestaduais que incidiam sobre o comércio entre os estados[613].

Como é sabido, a partir de 1930, criar-se-ão as condições para a integração do mercado brasileiro. Seja através do investimento em infra-estrutura, seja através da

---

[612] Cf., VLADIMIR ILITCH ULYANOV LENIN. *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia. O processo de formação do mercado interno para a grande indústria.* Tradução José Paulo Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1982. pg., 13.

[613] Aliás, desde 1904 que o governo federal tentava proibir a existência destes impostos. Estes, faziam com que a mercadoria produzida num determinado estado e vendida em outro fosse tributada duas vezes, isto é, na origem e no destino, o que dificultava as relações de troca entre as regiões. Ver: WILSON CANO. *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil – 1930/1995.* 2 ed., Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1998. Capítulo 5.

instituição de leis que eliminem as barreiras, como os decretos que erradicavam os impostos interestaduais e intermunicipais[614].

O processo de integração do mercado nacional passou por duas etapas concomitantemente à industrialização. A primeira etapa que se estende de 1933 a 1956, marca uma integração via *dominação de mercadorias*. A segunda, a partir de 1956 e, principalmente, a partir de 1962, a integração se dá via *dominação de capitais*[615].

Analisamos detidamente estas duas etapas.

A primeira etapa está ligada ao movimento de diversificação em que a indústria brasileira passou no decorrer da década de 1920. Neste momento, como é sabido, as indústrias localizadas no Rio de Janeiro e, sobretudo, São Paulo, se diversificaram qualitativamente, com a introdução de setores ligados ao ramo de bens intermediários – notadamente cimento e metalurgia. Assim, na década de 1930, as indústrias situadas na Guanabara e, principalmente, em São Paulo, estavam aptas a disputar o mercado de outras regiões, ao mesmo tempo em que criavam as condições para a integração do mercado nacional. Como vimos, São Paulo, a partir da década de 1920 transformou-se no principal parque industrial do país. Será este estado, no decorrer do período 1930-1970, o principal concentrador da atividade fabril no Brasil.

A integração *via dominação de mercadorias* é explicada devido a indústria, baseada num padrão "horizontal" e concentrada no ramo de bens de consumo correntes estar em franca competição, em que as indústrias situadas em São Paulo e, em menor grau, no Rio de Janeiro, conquistavam o mercado nacional. Ou seja, particularmente a indústria paulista vai determinar as relações de troca de mercadorias com as demais regiões do país, em que se inicia um grau de complementaridade entre estas e as necessidades daquela. Assim, tal integração proporcionou neste período um forte incremento do comércio intra-regional, o que abriu possibilidades da retomada do crescimento de todas as regiões do país, especialmente aquelas em que dependiam do mercado externo.

---

[614] Ver os seguintes instrumentos legais: Decreto 19.995 de 14 de maio de 1931; Decreto 21.418 de 17 de maio de 1932; Decreto-Lei 142 de 29 de dezembro de 1937; Decreto-Lei 379 de 18 de abril de 1938; Decreto-Lei 915 de 1 de dezembro de 1938; Decreto-Lei 1.061 de 20 de janeiro de 1939. Apud., WILSON CANO. Idem. pg., 179.

[615] Para evitar citações exageradas, baseamo-nos a análise do processo de integração do mercado nacional nos estudos de Wilson CANO. *Desequilíbrios...* . Principalmente o capítulo 5.

Em resumo, o período que marca essa primeira etapa de integração do mercado nacional, é também o período em que o capital industrial sediado em São Paulo, torna-se o elemento dominante no novo padrão de acumulação.

Todavia, ao integrar-se o mercado nacional, tendo como elemento dominante o capital industrial paulista, este seria dominante também na propagação de alguns **efeitos de encadeamento** no interior das demais economias regionais. Cano classifica tais efeitos como: *efeitos de estímulo, efeitos de inibição ou bloqueio* e os *efeitos de destruição*.

A partir da análise de Wilson Cano, vejamos como manifestaram esses efeitos.

Os efeitos de *estímulo* podem ocorrer a partir de dois fatores, quais sejam, da demanda anteriormente satisfeita por importações do exterior e que agora é cativa à indústria nacional; e, pela expansão da demanda urbana (regional e/ou nacional) que se dá pela dinâmica do processo de recuperação e crescimento. Em ambos os casos, tais bens podem ser primários ou industriais, matérias-primas ou bens finais.

Os efeitos de *inibição ou bloqueio* podem atingir: bens industriais produzidos na região, para atendimento à demanda regional e que se pretendia vender também no restante do mercado nacional; ou bens ainda não produzidos na região (mas que poderiam vir a sê-lo) demandados tanto na própria região como no restante do mercado nacional. Podem decorrer de verdadeiras "barreiras de entrada", pela existência de unidades produtivas sediadas, principalmente no "pólo" dominante, ou por simples decisões de investir tomadas por empresários sediados na principal região industrial. Essas barreiras podem ser, entre outras: plantas com grande economia de escala; plantas com grande requisito de capital, raramente disponível nas regiões fora do pólo dominante; plantas planejadas para operar à escala do mercado nacional; plantas com apreciável capacidade ociosa planejada, etc..

Os efeitos de *destruição*, obviamente, destruía os parques industriais e demais setores da economia inaptos a competição com as mercadorias produzidas pelo pólo dominante.

Os três efeitos apontados manifestaram-se concomitantemente em todas as regiões do país, inclusive nas regiões dentro do próprio estado "pólo". Tais efeitos dependiam do grau das relações de produção capitalista em que se assentavam as referidas regiões.

Neste sentido, os efeitos de estímulos propagaram-se nos estados de Mato Grosso, Goiás e Paraná, como extensão da fronteira agrícola que se abre com a nova dinâmica da economia brasileira pós-1930. Também, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Guanabara, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, receberam estímulos via complementaridade industrial, num sentido amplo, ou seja, não apenas pela oferta de bens de produção mais também de consumo – notadamente os quatro primeiros – e, também devido à oferta agrícola, como no caso de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Tais regiões apontadas, responderam positivamente ao avanço das relações capitalistas de produção emanados de São Paulo, em seus respectivos espaços econômicos. É dentro desse contexto que pretendemos situar a indústria de Juiz de Fora.

No que toca aos efeitos de bloqueio e destruição, estes se propagaram, principalmente no Nordeste, devido seu baixo grau de ralações capitalista de produção, pois tanto o algodão como a cana-de-açúcar principais produtos produzidos naquela região, não se modernizaram, mantendo-se intocadas desde tempos remotos, o que dificultou sua inserção no mercado nacional. Aliás, à medida que se avançam a nova etapa do processo de industrialização, e com efeito, as transformações no desenvolvimento do capitalismo no Brasil, a partir da segunda metade da década de 1950, os efeitos de destruição na economia nordestina se farão notar mais fortes. Soma-se a isto, a estrutura agrária que predominou na região, a qual impunha sérias restrições ao desenvolvimento das relações de produção capitalista.

No que toca à Região Norte – particularmente a Amazônia –, recebeu alguns efeitos de estímulo, no decorrer das décadas de 1930 e 1940, com a demanda paulista por juta e borracha. Contudo, devido, seu caráter econômico extrativista de baixo, ou nenhum grau de relações de produção capitalista, somado a uma estrutura fundiária concentrada e pouco produtiva, a referida região, no decorrer das décadas de 1950 e 1960, passam a sofrer efeitos de inibição e bloqueio, por não acompanhar às transformações do processo de desenvolvimento capitalista em curso no país.

Em resumo, a primeira etapa do processo de integração do mercado nacional, portanto, consolidou a liderança do capital industrial paulista, o qual passou a partir desse momento, a determinar a dinâmica do desenvolvimento econômico brasileiro, apontando

para o grau de complementaridade e alterando as bases de acumulação das outras regiões em relação a sua dinâmica.

A segunda etapa deste processo, concomitante a mudança no padrão de acumulação que ocorre na economia brasileira, com a oligopolização do processo de industrialização e a consolidação da matriz industrial nacional, que tem no governo Kubitschek seu ponto de partida, passa a partir de 1962, a um novo padrão de integração, à medida que o amplo programa de inversões públicas e privadas que se realiza no período 1956-1961, quando se implanta a indústria pesada e de bens de consumo duráveis, reforçaria ainda mais a concentração industrial em São Paulo. A partir daí, as necessidades impostas pelo novo padrão de industrialização, passa a deslocar capitais do "centro dinâmico" para as demais regiões, as quais atrelam seu crescimento econômico às necessidades do capitalismo oligopolista. Dito de outra forma, a partir desse momento, São Paulo vai ditando aos outros estados como eles devem se inserir no mercado, através do deslocamento de investimentos. É dentro desse contexto que analisamos tal etapa, como uma integração via *dominação de capitais*.

Desta forma, o novo padrão de acumulação gerou importantes efeitos de bloqueio e destruição em algumas regiões, como apontamos, isto é, Norte e Nordeste, mas também imprimiu substanciais efeitos de estímulo, principalmente, àquelas regiões que tinham graus elevados de complementaridade agrícola e industrial com São Paulo. Nos casos do Norte e Nordeste, se houve efeitos de destruição de segmentos atrasados, ocorreram estímulos, à medida que se cria uma nova indústria complementar ao "centro dinâmico". É dentro desse contexto que se instala um pólo petroquímico no Bahia. No Norte, criou-se a Zona Franca de Manaus, em 1967, em que desenvolveram-se indústrias – notadamente têxtil sintético e, no decorrer das décadas de 1970 e 1980, eletrônica.

No conjunto, a integração via *dominação de capitais*, gerou mais efeitos de estímulos do que destruição. A partir da década de 1970, a indústria sediada fora de São Paulo crescerá a altas taxas, o que demonstra que o novo padrão de acumulação baseado na industrialização oligopólica, estimulou um movimento de desconcentração industrial, ainda que não tirasse do "centro dinâmico", o papel principal da atividade industrial, como demonstra as tabelas abaixo.

Posto isso, a partir da década de 1970, o país consolida sua matriz industrial, consolidando também sua integração do mercado nacional. Conformou-se, a partir de então, uma estrutura produtiva densa, integrada, complexa e diversificada, que se localiza em diferentes parcelas do espaço geográfico nacional[616].

Em suma, apesar de não termos aprofundado como gostaríamos o processo de integração do mercado nacional, devido ao próprio espaço em que o tema se insere, nosso objetivo foi apenas mostrar a importância do mercado nacional para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

[616] CARLOS ANTÔNIO BRANDÃO. Uma História da Longa Construção da Unidade Nacional: Notas sobre a natureza da formação e integração do mercado nacional. Op.cit.

4.2 – Estrutura industrial de Minas Gerais no contexto da industrialização brasileira pós-1930.

Vimos no capítulo 3 como Minas Gerais, no correr do século XIX formou uma economia e sociedade diversificada e dispersa regionalmente. Até a década de 1930 esse padrão foi a marca indelével do estado. Padrão este que, mesmo com a transformação estrutural da economia e sociedade brasileira ao longo do século XX, ainda mantém-se como traços característicos de Minas.

Contudo, o processo de industrialização nacional transformou a paisagem econômica de Minas Gerais ao estimular o seu crescimento industrial. Ainda que aquela produção se concentrasse na região central do estado, no entorno de Belo Horizonte e nas cidades mineradoras do ferro, percebemos a partir da análise dos Censos do IBGE um estímulo no crescimento industrial das demais regiões.

Antes de abordarmos a estrutura industrial mineira faz-se necessário uma contextualização histórica da industrialização de Minas Gerais a partir da década de 1930. Para isso, dividimos o tópico em três seções, a saber: o papel do setor público mineiro na dinâmica industrial do estado; o papel do capital estrangeiro, elemento importante a partir da década de 1950, também no desenvolvimento industrial mineiro; e o papel do empresariado local.

4.2.1 – O papel do setor público na dinâmica industrial de Minas Gerais pós-1930.

A industrialização mineira pós-1930 seguiu *pari paso* o caminho nacional e teve dois determinantes importantes. Em primeiro lugar, a presença do Estado sobressaiu para a dinâmica industrial. Em segundo, principalmente, a partir da década de 1950, a participação do capital estrangeiro foi decisiva para a inserção de Minas na nova etapa da industrialização capitalista nacional subordinada a partir de então ao capital financeiro.

No que toca à ação do setor público mineiro em termos de suporte e alavanca para a expansão capitalista não pode ser dissociada da visão das elites mineiras do caráter de atraso econômico de Minas Gerais, por isso tal ação começou bem cedo naquele estado. O pressuposto de estagnação e atraso visto pelas elites – particularmente àquelas ligadas a região central do estado – em contraste com a imagem de riqueza e prestígio de um passado correspondente ao ciclo da mineração, somada às comparações desfavoráveis com o avanço econômico de outras áreas do país – especialmente São Paulo – colocava na agenda política estadual o debate da "recuperação econômica"[617].

A elites mineiras viam no Estado papel decisivo para a modernização de Minas Gerais e, por isso, ainda no final do século XIX, no alvorecer da República, já esboçava-se como que o setor público agiria neste processo.

A primeira ação do setor público em aliança com as elites foi a construção da nova capital de Minas Gerais, Belo Horizonte, inaugurada em 1897. É importante ressaltar que havia entre as elites mineiras um acordo quase unânime em torno da conveniência de erigir um novo centro político, ainda que sua localização tenha sido alvo de muita controvérsia.

De acordo com Dulci, se Ouro Preto fora elevada a sede do governo quando polarizava a economia mineradora, o esgotamento desta gerou um novo quadro; ou seja, a área central há muito tempo entrara em declínio enquanto que ao longo de todo o século XIX a porção sul da província, consubstanciada pelas regiões da Mata e Sul, adquiriu

[617] Sobre o papel do Estado na industrialização mineira pós-1930, estamos utilizando os seguintes estudos: CLÉLIO CAMPOLINA DINIZ. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira.* (Mestrado). Campinas: IFCH/UNICAMP, 1978. OTÁVIO SOARES DULCI. *Política e recuperação em Minas Gerais.* Belo Horizonte: UFMG, 1999. Sobre a visão das elites mineiras, consultar: MARIA ARMINDA DO NASCIMENTO ARRUDA. *Mitologia da mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1990.

crescente importância econômica. À medida que isso ocorria, o centro político-administrativo se dissociava das zonas mais dinâmicas da economia mineira, o que motivava suas respectivas elites a reivindicar uma solução para o problema, transferindo-se de preferência a capital para a porção sul do estado. Tal opção, contudo, não era endossada pelos ainda poderosos políticos da região central, nem pelas elites do norte. Paralelamente, houve um outro móvel no impulso mudancista: a fundação de uma nova capital era encarada pelos seus defensores como símbolo da inserção de Minas Gerais numa nova fase de progresso. É sob esse aspecto que as elites mineiras, em sua maioria, estavam de acordo, com exceção de uma parcela minoritária de fiéis à tradição de Ouro Preto[618].

No entanto, a escolha do local para a construção da nova capital constituiu-se, afinal, numa obra de equilíbrio político, pela qual os conservadores foram vencidos sem que, a capital fosse deslocada para o sul, mantendo-se na região central do estado. O arranjo obtido visava conciliar tradição e modernidade. Ou seja, tradição no sentido de que o governo continuaria sediado na antiga área mineradora, próxima à Ouro Preto, mantendo-se o elo com o passado e com as origens de Minas Gerais. Modernidade, no sentido de que a capital seria uma cidade planejada segundo concepções urbanísticas que refletiam a visão de progresso das elites brasileiras do final do século XIX e início do XX[619].

Segundo Dulci, sob o ponto de vista do dirigismo, a questão da mudança da capital apresentou duplo interesse. De um lado, foi um projeto decidido e executado na órbita estatal, representando uma experiência relativamente ousada para os padrões da época, de planejamento público. Isto é, tal projeto afastava-se significativamente da ortodoxia liberal então professada pelos grupos dirigentes do Estado Nacional da Primeira República. De outro, o projeto estava claramente associado à metas desenvolvimentistas, num período em que o desenvolvimento econômico não aparecia como um conceito aplicado. Esperava-se que a nova capital viesse efetivamente a exercer o papel de centro de integração política e econômica do *mosaico mineiro*[620].

Entretanto, somente mais tarde – na década de 1920 – é que Belo Horizonte começou a exercer o papel que lhe fora destinado de base regional de integração econômica. E mesmo assim de forma limitada, sem abranger o estado como um todo,

[618] Cf., OTÁVIO SOARES DULCI. Op.cit., pg., 40.
[619] Ibid., pp., 40/41.
[620] Ibid., pg., 41.

circunscrevendo-se as zonas menos desenvolvidas do centro para o norte, cujo comércio se fazia através da capital[621].

Mais importante que se deve salientar, é que na década de 1920, expandiu-se o setor siderúrgico com a implantação de diversas usinas nas imediações da nova capital; assim, do ponto de vista de sua função econômica, Belo Horizonte encaminhou-se por uma trajetória bem diversa daquela originalmente prevista de centro aglutinador da economia estadual. A bem da verdade, na afirmação de Dulci, *talvez irrealista, essa meta não chegou a ser alcançada num primeiro momento (quando seria mais lógico), e só adquiriu alguma viabilidade quando deixou de fazer sentido*[622].

Com efeito, a concepção de um sistema econômico regional mais ou menos autárquico, que se buscava constituir na época da mudança da capital, era coerente com a realidade da economia brasileira na passagem do século. Não havia, então um mercado verdadeiramente nacional, e sim, como vimos, marcados locais e regionais, abastecidos por produção própria e por importações do estrangeiro. Ademais, esse sistema econômico regional já estava constituído em Minas Gerais, pelo menos na zona da Mata, com o "complexo cafeeiro", o que impedia de certa forma, a centralidade de Belo Horizonte no período, já que as duas últimas décadas do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX constituíram-se no auge daquele complexo, o que permitiu, com seus efeitos de encadeamento fiscais, não obstante, a própria construção da nova capital. Desta forma, mesmo que as elites lograssem a centralidade econômica de Belo Horizonte naquele período, o próprio *mosaico mineiro* impedia-a de tal concretização.

Todavia, a industrialização brasileira entrando numa nova etapa na década de 1930 e o início do processo de integração do mercado nacional constituir-se-á papel decisivo para a transformação de Belo Horizonte e da região central do estado no centro dinâmico da economia mineira. É o momento em que tal região se insere na nova divisão inter-regional do trabalho da economia nacional como área especializada na produção de *bens intermediários*. Portanto, a partir desse momento, Belo Horizonte deixa de lograr a

---

[621] Ibid., pg., 42. PAUL SINGER. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana.* 2 ed., São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1977. pg., 213.
[622] Cf., OTÁVIO SOARES DULCI. Op.cit., pg., 42.

integração das diversas Minas e como afirmou Barros de Castro, define-se como uma cidade nacional, integrando-se no complexo industrial do centro-sul[623].

Em resumo, a construção de Belo Horizonte foi o primeiro passo da ação planejada do setor público em Minas Gerais.

A partir da década de 1930, seguindo os passos da industrialização nacional, o papel do setor público mineiro será mais decisivo. Dulci, identifica quatro fases bem demarcadas da ação do Estado no processo de desenvolvimento econômico de Minas Gerais, entre 1930 e 1955[624]. Na primeira, até 1940, os esforços do governo estadual se concentraram na diversificação agrícola e na montagem de um sistema energético de propriedade estatal[625]. Na segunda, de 1941 a 1946, a atenção maior foi dada à expansão industrial, tendo com alavanca a primeira experiência brasileira de montagem de uma cidade industrial, a cidade de Contagem[626]. Na terceira, de 1947 a 1950, foi adotada uma fórmula de planejamento compreensivo que procurava equilibrar e articular o desenvolvimento agrícola e industrial. Por fim, na quarta fase, de 1951 a 1955, a balança pendeu de vez para a especialização industrial, dando ao "modelo mineiro" a feição que o caracterizaria nas décadas seguintes. Além disso, foi também o momento em que, Juscelino Kubitschek, a frente do governo mineiro, lançou seu projeto de governo baseado no "binômio energia e transporte", onde o setor público investiria maciçamente nestes setores para garantir o desenvolvimento econômico de Minas Gerais.

Sobre a primeira fase indicada, concordamos com Dulci quando afirma que dificilmente se poderia falar em política econômica em Minas de 1930 a 1933, devido o momento de instabilidade política que vivia o país, isto é, efeitos da Revolução de 1930 e a Guerra Civil paulista de 1932; além é claro dos efeitos da Crise de 1929.

No plano estadual, nesse período, o chefe do governo era Olegário Maciel, eleito pouco antes da revolução e que, devido à participação de Minas Gerais no movimento, teve seu mandato preservado pelo novo regime. O falecimento de Maciel, em setembro de 1933, abriu ao Governo Provisório a oportunidade de estender àquele estado o esquema centralizante das interventorias. Contudo, na afirmação de Dulci, a domesticação da política

---

[623] ANTÕNIO BARROS DE CASTRO. A industrialização descentralizada no Brasil. Op.cit., pg., 160.
[624] OTÁVIO SOARES DULCI. Op.cit., pg., 61.
[625] Sobre a montagem do sistema energético ver: CLÉLIO CAMPOLINA DINIZ. Op.cit., pg., 11.
[626] Sobre a montagem da cidade industrial de Contagem, ver: Ibid. Ibidem.

mineira – ou seu enquadramento na nova ordem política – já se vinha processando, em parte pela adaptabilidade de Maciel, que evitou colidir com o poder central, em parte pelo enfraquecimento das chefias tradicionais[627]. Assim, segundo ele, o terreno estava preparado para uma solução condizente com o verticalismo do regime. Na verdade, de acordo com Dulci, foi mais do que isso. Para surpresa geral, a escolha recaiu em Benedito Valadares, obscuro deputado cujo nome Getúlio Vargas, calculadamente, havia sugerido para completar a lista elaborada pelo partido oficial mineiro[628]. Atrelado à sorte de Vargas, Valadares permaneceu a frente do governo até a queda do Estado Novo, em outubro de 1945.

Desta forma, o governo Valadares abrange as duas primeiras fases da intervenção estatal em Minas Gerais. Em sua primeira etapa, a ação do setor público como assinalamos foi de revitalizar e diversificar a produção – particularmente a agrícola – como solução de longo prazo para o equacionamento de sérios problemas financeiros e operacionais em que o Estado se achava mergulhado. Não é ocioso lembrar que Valadares assume o governo num momento de crise fiscal do estado, devido, o café, principal produto de exportação mineiro e de geração de divisas para o setor público ter sofrido queda vertiginosa em seus preços como conseqüência da Grande Crise de 1929.

É dentro desse contexto, de superação de crise fiscal que Valadares move sua política em dois planos complementares: a política econômica e a política financeira.

No que toca à política financeira, o seu saneamento envolveu medidas de emergência, principalmente o chamado "empréstimo mineiro de consolidação", negociado com três grandes bancos sob garantia de títulos do Tesouro, que visava a atender à dívida acumulada pelo Estado. Esse ajuste obteve êxito e, adicionalmente, ajudou a fortalecer os bancos privados que se haviam fundado em Minas Gerais na fase anterior, levando-os a ocupar lugar de destaque no novo perfil institucional da economia[629].

---

[627] OTÁVIO SOARES DULCI. Op.cit., pg., 62.
[628] Ibid. Ibidem.
[629] Os bancos citados são: Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais, fundado em 1922; o Banco da Lavoura de Minas Gerais, fundado em 1925; e o Banco de Minas Gerais, fundado em 1930. Todos estes situavam-se em Belo Horizonte e, segundo, Fernando Nogueira da Costa, foram fundados sob os efeitos da expansão cafeeira dos anos de 1920. A nosso ver isso é discutível. Ver: FERNANDO NOGUEIRA DA COSTA. *Bancos em Minas Gerais – 1889/1964.* (Mestrado). Campinas: IFCH/UNICAMP, 1978. Principalmente os Capítulos II e III.

Ao mesmo tempo, para dar solução duradoura à crise fiscal, procedeu-se a uma reorganização do aparelho governamental que, inspirada no "remédio" clássico de comprimir despesas e aumentar receita, acabou, segundo Dulci, por produzir resultados mais amplos em termos do papel econômico do Estado[630]. Valadares reorganizou a Secretaria de Finanças e criou um novo Código Tributário instalado com a nova Constituição estadual em 1935, cujo objetivo era espalhar uma rede colhetora de impostos pelo interior de Minas Gerais para aumentar a arrecadação. Portanto, a saída do Interventor para superação da crise fiscal foi não aumentar impostos, o que era inviável no período, mas sim, investir na fiscalização[631].

Ainda no âmbito da política financeira, o governo efetuou uma profunda revisão do complexo institucional do Instituto Mineiro do Café. Pouco depois de assumir, Valadares cassou a autonomia do Instituto e mais tarde extinguiu-o, considerando-o redundante em face à criação do Departamento Nacional do Café[632]. Na verdade, por traz dessa extinção estava um ganho político por parte do governo. Isto é, consistia na apropriação de recursos de poder em mãos do empresariado cafeeiro e, portanto, no enfraquecimento político dos mesmos em relação aos outros segmentos da produção regional. Contudo, o governo manteve o Banco Mineiro do Café, ligado ao Instituto, ampliando suas funções para convertê-lo, em 1937, em um novo banco estatal – o Banco Mineiro da Produção – espécie de agente financeiro da diversificação agrícola, a serviço de todos os segmentos da economia e não mais apenas da cafeicultura[633].

No que toca à política econômica, o foco do governo Valadares foi na criação da Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho, cujo objetivo era justamente diversificar a agricultura e fomentar a indústria. À agricultura, o projeto do governo era

---

[630] OTÁVIO SOARES DULCI. Op.cit., pg., 64.
[631] Ibid. Ibidem.
[632] Idem. O Instituto Mineiro do Café foi criado em 1929 e perdeu sua autonomia pelo Decreto n. 11.264, de 21 de março de 1934, complementado pelo Decreto n. 11.493, de 20 de agosto do mesmo ano. Foi finalmente extinto pelo Decreto n. 146, de 29 de julho de 1935. De fato, o setor cafeeiro passa a partir da década de 1930 ao controle do governo federal em detrimento dos órgãos estaduais, dentro da política de nacionalização da produção de Vargas. Além disso, o governo mineiro para extinguir o Instituto Mineiro do Café alegou que os custos operacionais daquele eram muito elevados.
[633] O Banco Mineiro da Produção era o segundo banco oficial mineiro, vindo a somar-se ao Banco de Crédito Real que o Estado controlava desde 1920. Durante a Segunda Guerra, em 1943, também o Banco Hipotecário e Agrícola foi encampado, ficando Minas Gerais com três bancos estatais mais a Caixa Econômica (Minas Caixa), situação singularíssima entre os estados da federação. Ver: FERNANDO NOGUEIRA DA COSTA. Op.cit., pg., 147-150.

estimular as lavouras destinadas ao uso industrial, bem como adequar as culturas às condições de diferentes regiões do estado, dentro da visão de um processo de desenvolvimento desconcentrado, favorecendo a expansão das indústrias regionais. De certa forma, tal política deu certo, pois Minas Gerais transformou-se nas décadas de 1940 e 1950 em grande produtor de arroz, feijão, milho; além de incrementar a produção de algodão, fumo e desenvolver uma pecuária de corte que favoreceu o desenvolvimento posterior do Triângulo Mineiro e do Leste de Minas[634].

Sobre o fomento à indústria, o setor siderúrgico mineiro foi o que experimentou grande avanço na década de 1930, fruto desta nova etapa da industrialização e da integração do mercado nacional. Campolina Diniz mostra que a produção de ferro gusa, estimada em menos de 2.000 toneladas em 1920, alcançou 158.739 toneladas em 1940. a de aço, inexistente em 1920, atingiu 85.397 toneladas em 1940. Em fins da década de 1930, Minas Gerais participava com aproximadamente 90% do ferro gusa, 60% do aço e 50% dos laminados produzidos no Brasil[635]. Esta posição se devia, em boa medida, às empresas siderúrgicas implantadas na década de 1920 – Belgo Mineira e Ferro Brasileiro – que frutificavam nesta nova etapa do desenvolvimento econômico nacional. Segundo Diniz, foi praticamente eliminada a importação de ferro e aço em lingotes, embora o Brasil ainda adquirisse no exterior cerca de ¾ de seu consumo de laminados[636].

É importante ressaltar que não podemos computar o avanço desta indústria como parte da ação pública. O desenvolvimento do setor siderúrgico mineiro na década de 1930 está mais ligado aos efeitos de encadeamento da industrialização nacional e da integração do mercado nacional. Isto posto, não se pode falar em política industrial em Minas Gerais no correr da década de 1930.

Todavia, a siderurgia será o principal fator na mudança de rota da política econômica do governo Valadares no final da década de 1930 e início da década de 1940, marcando assim, a segunda fase da intervenção estatal assinalada.

Esta mudança se deveu a perda do projeto da grande siderurgia estatal que culminou na construção da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), em Volta Redonda, e que os mineiros se empenharam tanto para que fosse instalada em Minas Gerais. Não obstante o

[634] OTÁVIO SOARES DULCI. Op.cit., pp., 67/68.
[635] CLÉLIO CAMPOLINA DINIZ. Op.cit., pg., 26.
[636] Ibid. Ibidem.

governo Valadares se comportar discretamente no episódio da escolha da localização da empresa, sabia que Minas perderia a liderança no setor. Isto fez com que o governo mineiro promovesse uma inflexão em sua política econômica, através de uma estratégia *endógena* de industrialização, transferindo suas atenções da diversificação agrícola para uma verdadeira política industrial[637].

Ademais, o início do segundo conflito mundial colocou sérios obstáculos ao governo para garantir a continuidade da experiência de diversificação agrícola do estado, sobretudo, devido a interrupção dos fluxos de comércio que a sustentava. Isto posto, o início da década de 1940 estava propício à política industrial.

Esta segunda fase da política econômica do governo Valadares teve como primeira e principal medida a criação da Cidade Industrial de Contagem, nas proximidades de Belo Horizonte. A Cidade Industrial foi idealizada como núcleo de investimentos industriais a serem atraídos por estímulos proporcionado pelo Estado. Tais estímulos eram basicamente de três tipos: 1) oferta de área urbanizada por aforamento à empresa mediante projeto a ser executado em prazo definido; 2) disponibilidade de vias de transporte; e 3) disponibilidade de energia a custo vantajoso. Este último revelou-se o segundo elemento mais importante desta nova política econômica, a intervenção do Estado no setor energético. O governo Valadares para viabilizar a Cidade Industrial de Contagem construiu uma usina hidrelétrica, a Gafanhoto, que foi inaugurada em 1946[638]. A Cidade Industrial de Contagem serviu de parâmetro para que nas décadas seguintes se espalhassem em Minas Gerais, à medida que as cidades do interior fossem crescendo , um sistema de distritos industriais.

Portanto, estavam sendo gestadas pela equipe econômica de Valadares as linhas mestras de um modelo de desenvolvimento a ser aprofundado nos anos seguintes. Esgotado o Estado Novo, a chefia do governo passaria a outras mãos, mas tudo indicava que as forças situacionistas – agora arregimentadas no PSD – continuariam no comando da política estadual. De fato, na primeira eleição travada após a ditadura, em 1945, foi bastante nítida a vitória do PSD em Minas Gerais. Mas sua hegemonia não se manteve por muito tempo. Ao longo de 1946 uma série de divergências no interior daquele partido abriu caminho para a formação de uma aliança de oposição em torno de Milton Campos, da UDN, que alcançou

[637] OTÁVIO SOARES DULCI. Op.cit., pg., 70.
[638] Ibid., pg., 73.

expressiva vitória para o governo do estado em janeiro de 1947. A vitória de Campos marca nova etapa do papel do setor público na economia. Somente em 1951, quando o PSD voltou ao poder pelas mãos de Kubitschek é que as diretrizes econômicas da última fase de Valadares seriam efetivamente retomadas, transformando-se num programa definido de desenvolvimento regional[639].

A terceira fase que assinalamos do papel do setor público mineiro na condução da economia é o período em que a UDN esteve no poder, 1947/1951. Dulci analisa que o resultado desse período pode ser descrito com uma mistura de continuidade e mudança. A política econômica do governo Milton Campos baseou-se no *Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção*. Em termos substantivos, ele procurou uma síntese dos dois caminhos percorridos desde a década de 1930, concebendo a modernização regional como projeto econômico e social que envolvia indústria e agricultura e devia alcançar, simultaneamente, a cidade e o campo. Não é ocioso afirmar que a perspectiva era inovadora, mas, quanto às ações específicas para realizá-la, o Plano de 1947 aproveitava em grande parte a experiência prévia, os estudos já efetuados pelos antecessores e as iniciativas que eles haviam tomado. Em resumo, não houve ruptura com o passado, mas uma mudança de escopo[640].

Dulci destaca dois aspectos relativos ao Plano de Recuperação Econômica que lhe dão significado mais amplo. Primeiro, seu pioneirismo. Foi a primeira experiência de macro-planejamento em escala regional no Brasil[641]. O segundo, o Plano é o que se pode chamar de modelo udenista de modernização em contraponto ao modelo Valadares/pessedista. Ou seja, segunda a UDN seu Plano era mais comedido, procurando uma "direção organizada" do processo regional, a partir da diversificação produtiva.

---

[639] Ibid., pg., 76.
[640] Ibid., pg., 77.
[641] Esse é um fato geralmente ignorado pelos analistas, que costumam datar de fins dos anos de 1950 as primeiras experiências de planejamento regional no Brasil, com a criação da SUDENE e com o governo Carvalho Pinto em São Paulo. Ver exemplos na literatura: JOSÉ ROBERTO MENDONÇA DE BARROS. A experiência regional de planejamento. In: BETTY MINDLIN LAFER (Org). *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1973. pp., 111-137. TÂNIA BACELAR DE ARAÚJO. A experiência de planejamento regional no Brasil. In: LENA LAVINAS, LIANA MARIA FROTA CARLEIAL E MARIA REGINA NABUCO (Org). *Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. São Paulo: ANPUR/Hucitec, 1993. Segundo Dulci, o Plano de 1947 situa-se historicamente entre duas experiências de planejamento pioneiras em nível internacional: a experiência do Tennessee implantado no governo Roosevelt, na década de 1930 nos EUA; e a experiência da *Cassa per il Mezzogiorno*, programa de recuperação do sul da Itália. A diferença

O Plano de Recuperação Econômica teve como principal financiamento a Taxa de Serviços de Recuperação Econômica; imposto cobrado sobre transações de qualquer natureza realizadas no estado. O Decreto-Lei que a criou – n. 2.152 de 12 de julho de 1947 – previa a sua vigência para o período 1948/1953. Nos quatro primeiros anos a taxa seria de 0,6%, reduzindo-se para 0,4% em 1952 e para 0,2% em 1953. Foi uma providência de grande alcance, que duplicou a capacidade financeira do governo estadual e deu viabilidade aos investimentos previsto no programa de governo udenista[642]

No que tange à política industrial, o Plano de Recuperação Econômica retomou as diretrizes esboçadas no período Valadares. Buscava-se uma estratégia bem definida de industrialização. O Plano partia do pressuposto que Minas tinha uma posição colonial e atrasada industrialmente; ou seja, exportava matérias-primas e importava bens manufaturados; e propunha a "independência econômica" dos mineiros por meio de uma estratégia industrial de substituição de importações[643].

Desta forma, definiu o papel do Estado no impulso à industrialização baseado em quatro princípios, a saber: *1) Entende o Estado que as atividades industriais deverão processar-se sob primado da iniciativa particular; 2) que a ele incumbe estimular a iniciativa, promovendo a adoção de medidas que lhe facilitem a ação; 3) que lhe cumpre agir supletivamente, a fim de encorajar e auxiliar a iniciativa privada; 4) que só deve intervir na atividade industrial onde a iniciativa particular for omissa ou incapaz, limitada essa interferência às indústrias fundamentais e de caráter básico. Ficará livre a manufatureira ou de transformação corrente, que será auxiliada para que se desenvolva e produza cada vez mais, melhor e por menor preço*[644].

Esses princípios explicitavam formalmente o que já estava implícito desde o começo da década, quando foi lançada a Cidade Industrial. Mas, mais do que isso, esses princípios expressavam a ideologia dominante do empresariado industrial brasileiro que, desde a década de 1930, quando da formação dos sindicatos patronais corporativos, havia definido o papel do Estado como indutor da industrialização. Assim, o Plano de 1947 só

---

entre o Plano mineiro e os citados é que estes foram iniciativas dos respectivos governos nacionais, enquanto que aquele foi iniciativa interna à própria região. OTÁVIO SOARES DULCI. Op.cit., pg., 78.

642 Ibid., pg., 82.

643 Ibid. Ibidem.

644 PLANO DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA. Apud., Idem.

reforçava a necessidade de uma política deliberada de industrialização que estivesse de acordo com os propósitos da burguesia industrial[645].

Destacou-se no Plano 17 ramos industriais a serem apoiados pelo governo com incentivos fiscais e outras modalidades de auxílio. Tais ramos foram agrupados em cinco itens, a saber: *1) fertilizantes: adubos e calcáreo; 2) materiais de construção: cimento, azulejos, cerâmica, materiais de madeira etc.; 3) embalagens industriais: caixas, sacos, garrafas, latas; 4) indústrias alimentícias: moinhos, frigoríficos, carnes e peixes em conserva; 5) outros: máquinas e instrumentos agrícolas, equipamentos elétricos e hidráulicos, pneus e outros produtos de borracha*[646].

Contudo, para alavancar a indústria necessitava de uma infra-estrutura. O Plano de Recuperação Econômica, neste sentido aprofundava a linha de trabalho iniciada no governo Valadares. Dois projetos importantes de infra-estrutura foram previstos naquele Plano. De um lado, a construção de um novo distrito industrial – em Santa Luzia, também próximo a capital – onde abrigaria indústrias de base, particularmente no ramo da eletro-siderurgia, além de um grande frigorífico. Numa palavra, quanto à estratégia regional de industrialização, a construção de um novo distrito industrial próximo a capital foi, sobretudo política, na medida em que reafirmava o modelo diretivo de concentração industrial na região central do estado, tendo Belo Horizonte como centro dinâmico.

O outro macro-projeto de apoio à industrialização foi a construção de um complexo hidrelétrico no rio Santo Antônio afluente do rio Doce. Visava a atender ao requisito, bastante salientado pelo governo, de oferta de energia abundante e barata aos empreedimentos industriais que viessem a se instalar na região, sobretudo, nas cidades industriais adjacentes à Belo Horizonte.

Concordamos com Dulci quando afirma que os resultados da política industrial do governo Milton Campos foram medianos. Alguns projetos não se realizaram, outros foram implantados com diferentes graus de êxito. A curto prazo, ou seja, no período 1947/1950, o governo conseguiu atrair investimentos em moagem e em máquinas agrícolas, como previsto. Empenhou-se, além disso, no setor de fertilizantes – que estaria a cargo do setor

[645] Não podemos deixar de registrar que, um dos formuladores do Plano e principal membro do governo Milton Campos, Américo Giannetti, era o presidente e fundador da FIEMG, importante liderança industrial mineira e que, na década de 1930, ajudou a elaborar tais princípios.
[646] OTÁVIO SOARES DULCI. Op.cit., pg., 84.

público – ultimando suas pesquisas correspondentes e iniciando a sua produção em pequena escala. Deixou também estudos prontos para frigoríficos de carne e de pesca[647]. Portanto, foi limitado o saldo prático da gestão udenista no setor industrial.

Contudo, seria leviano de nossa parte avaliar que planos desse tipo têm que ser implementados de todo, sem se considerar que foram concebidos como um conjunto de objetivos a serem atingidos com o tempo, sem prazo rígido de execução. Neste sentido, ao longo da década de 1950, a parte industrial do Plano de 1947 continuou a ser implementada, em condições até mesmo mais favoráveis do que as existentes em fins da década de 1940[648]. O governo Kubitschek, a partir de 1951, levou adiante os investimentos estatais relativos às indústrias frigorífica e de fertilizantes[649]. De acordo com Dulci, dos 17 ramos industriais que o Plano de 1947 se propôs a incentivar em Minas, a maioria foi efetivamente implantada ou ampliada entre 1947 e 1962[650].

No que se refere à política agrícola, o Plano de Recuperação Econômica procurou uma solução que integrasse esta – voltada para o desenvolvimento econômico e tecnológico – com a política social – voltada para a modernização do meio rural. Desta política dois programas voltados à extensão rural se destacaram. O projeto de Ensino Agrário Ambulante/Missão Médica Censitária, que consistia no envio de profissionais a diversas zonas do estado com a finalidade básica de prestar assistência técnica e sanitária às comunidades rurais; e a criação da ACAR (Associação de Crédito e Assistência Rural), em fins de 1948, por convênio entre o governo mineiro e a AIA (American International

[647] Ibid., pg., 85.
[648] Há que salientar que uma grande dificuldade enfrentada pelo governo Milton Campos foi o fato de quase não ter acesso a recursos externos para investimento, em boa medida devido à distância política que o separava do governo Dutra – no qual o PSD mineiro detinha forte influência. A partir de 1951 a situação se modificou , não só pela proximidade entre Kubitschek e Vargas, como também pelo surgimento de novos canais de financiamento – nacionais e internacionais – de que o governo de Minas Gerais pôde lançar mão. Outro obstáculo foi representado pela política cambial adotada em 1947 pelo governo Dutra, que, para controlar as importações, tratou de proteger o setor industrial já implantado no país, aprofundando dessa forma o processo de concentração industrial em São Paulo. Ver: CLÉLIO CAMPOLINA DINIZ. Op.cit., pp., 61-68.
[649] Em 1951 foi criada a FRIMISA (Frigoríficos Minas Gerais S.A.), com uma unidade central no distrito industrial de Santa Luzia e mais três no interior. Em 1953, fundou-se a FERTISA (Fertilizantes Minas Gerais S.A.), concretizando uma das metas principais do Plano de 1947. No entanto, ambos os empreendimentos evoluíram de modo bastante problemático. Ver: Ibid., pp., 81-83.
[650] OTÁVIO SOARES DULCI. Op.cit., pg., 85.

Association for Economic Development), cujo objetivo era complementar o projeto anterior[651].

Em termos da esfera da produção, o Plano de 1947 procurou associar técnica e ciência para modernizar os métodos culturais. Para isso, a política pautava-se no ensino agrícola, na disseminação de fertilizantes, nos incentivos à mecanização da agricultura e no reflorestamento. No entanto, a política agrícola esbarrou nos próprios limites que se colocavam naquele momento a estratégia de desenvolvimento regional. No que toca à mecanização, a tentativa do governo de promovê-la em grande escala mostrou-se difícil, devido, em primeiro lugar, as restrições cambiais para importação de maquinário; em segundo, pela próprio ingerência políticas locais. Porém, podemos destacar que, no setor de pesquisa agrícola mostrou-se positiva, principalmente com a instalação de fazendas do governo destinadas exclusivamente à experimentação.

Por fim, a respeito da quarta fase do papel do setor público no desenvolvimento econômico de Minas Gerais, está ligado à gestão de Juscelino Kubtischek no governo mineiro. É o período em que Minas Gerais se engaja de vez na especialização produtiva, voltada para os *bens intermediários*.

A política econômica do governo Kubitschek modificava a orientação precedente em dois aspectos decisivos. Por um lado, concentrava-se no problema da infra-estrutura para impulsionar o desenvolvimento industrial. Por outro, abria mão do planejamento global em favor de programas mais específicos. Na verdade, o novo programa selecionou diretrizes que achavam prioritárias, do ponto de vista do governo pessedista, contidas no Plano de 1947. Contudo, havia uma clara reinterpretação por parte do novo governo na condução da política econômica mineira. Em lugar da expansão articulada da agricultura, da indústria e da busca do equilíbrio entre a cidade e o campo proposto pela UDN; desenvolvimento significava agora industrialização e era algo que se referia basicamente ao espaço urbano[652].

Esta orientação foi expressa no **binômio energia e transportes**, com o qual Kubitschek sintetizou o seu projeto de governo. Tal programa de governo estabeleceu metas quantitativas ambiciosas para o qüinqüênio, a saber: *a) construir novas usinas*

[651] Ibid., pg., 87.
[652] Ibid., pg., 94.

hidrelétricas para obter um acréscimo superior a 200.000 Kw à capacidade instalada; b) abrir 2.000 Km de novas rodovias e pavimentar 500 Km. Segundo Dulci, ainda que a meta de energia tenha demandado cerca de dez anos para ser atingida, o programa de transportes foi além das expectativas iniciais, tendo o governo construído, entre 1951 e 1955, o total de 3.725 Km de estradas[653].

Vejamos como funcionava a estrutura do binômio. Esta compunha de dois organismos operacionais, núcleo efetivo do governo Kubitschek: o DER (Departamento de Estradas e Rodagem) e a CEMIG (Centrais Elétricas de Minas Gerais).

A política de transportes representou uma opção declarada pelo rodoviarismo[654]. O programa traçado consistiu na abertura ou na complementação de 16 rodovias em diversas partes do estado convergindo para a capital, dentro do espírito de todos os programas de governo elaborados até o momento, cujo objetivo principal era a centralidade de Belo Horizonte.

O DER mineiro, encarregado da execução do programa, havia sido implantado em 1946, em conseqüência da instituição do Fundo Rodoviário Nacional[655]. 60% deste Fundo eram distribuídos aos estados, que, para receberem suas quotas, deviam ter cada um o seu departamento autônomo – financeira e administrativamente – e também um plano rodoviário. Tal sistema ensejou um salto qualitativo das ações governamentais no setor, pois até então a construção de estradas dependia somente de dotações orçamentárias, cujo fluxo era precário e irregular. Em Minas Gerais, nos primeiros anos de operação do DER – 1946/1950 – a rede se amplou em 615 Km financiados pelo Fundo Rodoviário e pelo Tesouro estadual em partes equivalentes, sem contar um pequeno aporte do governo federal. Já entre 1951/1955 – a fase do "binômio" – a extensão construída se multiplicou para 3.725 Km, diversificando-se as fontes de financiamento: recursos do Fundo, do Tesouro estadual, do governo federal, de empréstimos internacionais e, também, da Taxa de Serviços de Recuperação Econômica instituída pelo governo Milton Campos para financiar

---

[653] Ibid. Ibidem. Para Campolina Diniz, para o governo lograr ampliação tão expressiva da quilometragem rodoviária inicialmente prevista, praticamente deixou-se de cumprir a meta de pavimentação de 500 Km e sacrificaram-se as condições técnicas das estradas. CLÉLIO CAMPOLINA DINIZ. Op.cit., pg., 78.

[654] Tal opção marcou também a gestão de Kubitschek no governo federal.

[655] O Fundo Rodoviário Nacional foi criado pelo Decreto n. 8.463, que ficou conhecido como Lei Maurício Joppert em alusão ao Ministro da Viação que o formulou. O Fundo foi constituído com recursos do imposto sobre combustíveis e se destinava a financiar o DNER (Departamento Nacional de Estradas e Rodagem) e também os estados, conforme critérios definidos de rateio. OTÁVIO SOARES DULCI. Op.cit., pg., 259.

seu plano de governo, na qual foi canalizada no período Kubitschek, fundamentalmente, para projetos de infra-estrutura[656].

A respeito do programa de energia elétrica, se estruturou sobre um esquema financeiro semelhante ao dos transportes, a partir do Fundo de Eletrificação, constituído pela Constituição estadual de 1947. Todavia, seu impacto político imediato, é importante ressaltar, foi bem menor, dado o prazo mais longo exigido para a maturação de investimentos no setor; mas constituiu-se a expressão por excelência da estratégia de promoção industrial como prioridade do Estado[657].

Como dissemos anteriormente, o programa energético do governo Kubitschek, escudou-se na criação da CEMIG, criada pelo Decreto n. 3.710, de 21 de fevereiro de 1952[658]. Tal Companhia foi organizada no formato de uma empresa de sociedade de economia mista e não uma autarquia. Isto permitiu mais independência em relação ao jogo político e foi importante para dinamizá-la a partir do envolvimento de entidades empresariais e lideranças do setor privado, além da disponibilidade de recursos do Fundo de Eletrificação[659].

Na verdade a CEMIG constituía-se numa **holding** que passou a controlar uma rede de companhias mistas de caráter regional. O financiamento dos projetos dessa empresa contou, além do Fundo de Eletrificação, com a quota de 2/7 da Taxa de Recuperação Econômica; operações de financiamento negociadas no país (BNDE) e no exterior (Eximbank, BIRD), via Comissão Mista Brasil-EUA; contribuição do governo federal para projetos específicos; e a participação de acionista particulares[660].

Ao se organizar em moldes gerenciais de uma empresa moderna – **holding** – a CEMIG deu um salto qualitativo na questão do desenvolvimento econômico de Minas Gerais, gerando, na década de 1960, o INDI (Instituto de Desenvolvimento Industrial), que ela instituiu em parceria com o BDMG para promover investimentos industriais e atrair capitais para o estado.

---

[656] Ibid., pg., 98. Sobre as fontes de financiamento do DER e o montante empregado no programa rodoviário, Diniz analisa que, do conjunto entre 1951 e 1955, 31% se originaram da Taxa de Recuperação, 30% do Tesouro estadual, 25% do Fundo Rodoviário Nacional, 4% de verbas federais e 10% de outras fontes. CLÉLIO CAMPOLINA DINIZ. Op.cit., pg., 80, Quadro 11.
[657] OTÁVIO SOARES DULCI. Op.cit., pg., 98.
[658] CLÉLIO CAMPOLINA DINIZ. Op.cit., pg., 70.
[659] OTÁVIO SOARES DULCI. Op.cit., pg., 100.
[660] Ibid., pg., 102.

Contudo, o programa do governo Kubitschek, ao retomar o legado industrializante de Valadares, aproveitando ainda iniciativas da gestão Milton Campos, demarcando como área prioritária a indústria, deixou de lado outros campos de ação do setor público, principalmente, a agricultura. Ao deixar de lado tal setor, Kubitschek, como já assinalamos, priorizou o espaço urbano em detrimento do rural. Pelo caminho da industrialização acelarada, através da especialização produtiva da indústria de *bens intermediários*, se tentou acelerar também a modernização do estado, dentro de uma estratégia de desenvolvimento que irradiaria da cidade para o campo. Ademais, consolidou a concentração industrial na região central do estado, no entorno de Belo Horizonte, não obstante falhar como às gestões anteriores no papel da capital como centro de articulação econômica e social das diversas Minas.

Numa palavra, os três governos analisados aqui, constituíram-se no alicerce da participação do setor público no desenvolvimento econômico de Minas Gerais. Quando o país se engaja numa nova etapa da industrialização, a partir do capital financeiro, na segunda metade da década de 1950, pelas mãos de Kubitschek, o papel do Estado no desenvolvimento mineiro já estava consolidado; ou seja, a estrutura pública formada desde a década de 1930, principalmente na montagem da infra-estrutura, mostrava o caminho que o setor público iria trilhar. Desta forma, nas décadas de 1960, 1970 até o desfecho do modelo de industrialização apoiado no Estado, nas décadas de 1980/90, a ação governamental em Minas Gerais sempre se pautou na modernização da infra-estrutura.

Todavia, não podemos nos esquecer de incluir como também principal instrumento estrutura pública no desenvolvimento mineiro, o BDMG (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais). Concebido desde a segunda metade da década de 1950, foi criado em 1962, pelo Decreto n. 2.607, de 05 de janeiro de 1962, na gestão de Magalhães Pinto (1960/1965), passando a funcionar efetivamente em 1963[661].

O BDMG iniciou suas atividades num momento de conjuntura desfavorável, devido à crise econômica que se instalara no país em 1962 e que perdura até 1967; momento este em que o capital era bastante reduzido, insuficiente para programas de grande envergadura e, com efeito, de reduzidas oportunidades de investimento[662]. Contudo, tal banco foi

[661] CLÉLIO CAMPOLINA DINIZ. Op.cit., pp., 135/136.
[662] Ibid., pg., 136.

imprescindível nos anos posteriores, realizando estudos e promovendo uma política de desenvolvimento industrial através do INDI, que como já assinalamos, foi criado em parceria com a CEMIG. O sistema BDMG-INDI será responsável para que, no final da década de 1960 ao longo da década de 1970, o setor público amplie seus investimentos na indústria de transformação, particularmente, nos ramos de *bens intermediários* e *bens de capital*. Datam desse período o funcionamento da USIMINAS, da AÇOMINAS, além da ACESITA que passou a funcionar na década de 1950.

Em resumo, infra-estrutura, crédito e investimento, particularmente no setor siderúrgico, por meio do BDMG, foram as marcas do papel do setor público mineiro entre a década de 1960 e início da década de 1980.

Mas, a análise do setor público na industrialização mineira pós-1930 não estaria completa sem sua articulação com o capital estrangeiro e com o empresariado local.

4.2.2 – O papel do capital estrangeiro.

A entrada maciça do capital externo em Minas Gerais está ligada ao final da década de 1960, quando houve um excesso de liquidez internacional propiciado pelo *superávit* e a conseqüente massa de reservas de alguns países, principalmente, Japão e Alemanha, os quais expandem o movimento internacional de capitais naquele período. Antes, capitais japoneses haviam, por meio de *joint-venture* com o setor público, investido na implantação da USIMINAS que passou a funcionar em 1962. Contudo, é nos anos de 1970, que Minas Gerais passa a abrigar grande quantidade de empresas multinacionais.

Já esboçamos de maneira sintética como se deu a entrada de capitais externo no Brasil, a partir do Plano de Metas, no governo Kubitschek (1956/1961), bem como a Ditadura Militar garantiu institucionalmente seu estabelecimento. Agora, faz-se necessário analisarmos como que este canalizou-se para Minas Gerais.

É importante relevar a dificuldade de se identificar o destino de todos os capitais que entraram no país, já que parcela deles é canalizada para o setor financeiro e depois redistribuída. Nos balizamos nas amostras obtidas por Campolina Diniz das principais empresas de capital estrangeiro implantadas em Minas Gerais, principalmente no início da década de 1970, para uma indicação da participação do estado nos recursos externos que entraram no país[663].

Vejamos a relação de empresas estrangeiras instaladas em Minas Gerais entre 1970/1977.

[663] Ibid., pg., 188.

TABELA 59

RELAÇÃO DE EMPRESAS ESTRANGEIRAS INSTALADAS EM MINAS GERAIS ENTRE 1970 E 1977.

Empresa	Origem	Ramo	Localização	Investimento Cr$ 1.000,00 em 1974
Auso eletrônica e Telec. Ltda.	Itália	Material elétrico	Contagem	40.000
Ritz Com. E Ind. Ltda.	EUA	Material elétrico	Belo Horizonte	6.975
Commander S.A. Ind. de condutores	EUA	Material elétrico	Betim	14.000
National semi-condutores	EUA	Material elétrico	Belo Horizonte	18.493
EMH-Eletromecânica hidráulica	Alemanha	Material elétrico	Contagem	7.764
HAEFLYRITZ	Suíça	Material elétrico	Betim	2.215
INDEL-Cabos de alumínio	Portugal	Material elétrico	Vespasiano	55.370
Kuttner	Alemanha	Material elétrico	Contagem	4.692
Standard Eletric S.A.	EUA	Material elétrico	Juiz de Fora	631.600
Ericson do Brasil	Suécia	Material elétrico	Paraisópolis	60.000
Termocanadá	Canadá	Material elétrico	Poços de Caldas	101.987
Standard Eletric S.A.	EUA	Material elétrico	Itajubá	55.255
Ericson do Brasil	Suécia	Material elétrico	Itajubá	12.883
IMSA-Ind. Sul Americana	-	Material elétrico	Três Corações	30.000
FLYGT/ITT	EUA	Material elétrico	Itajubá	1.661
Balteau	Bélgica	Material elétrico	Itajubá	29.115
Fuji – Eletric Nordeste	Japão	Material elétrico	Montes Claros	25.027
Siderúrgica Montana	Alemanha	Metalurgia	Matosinhos	45.000
Bozel-Mineração e ferro-ligas	França	Metalurgia	São João Del Rei	52.0000
Hertel Brasil Ltda.	-	Metalurgia	Santa Luzia	10.000
Siderúrgica Belgo-Mineira BEKAERT	Bélgica	Metalurgia	Santa Luzia	273.000
Formim Ltda.	Itália	Metalurgia	Sete Lagoas	83.320
Esab-eletro solda autógena brasileira	Suécia	Metalurgia	Contagem	39.173
FMB-Produtos metalúrgicos S.A.	Itália	Metalurgia	Betim	860.000
FERMAG/IOS	-	Metalurgia	Itabira	34.754
MAPRI (Parafusos)	EUA	Metalurgia	Contagem	82.000
INONIBRAS	-	Metalurgia	Pirapora	27.685
General Motors Terex do Brasil	EUA	Material de transporte	Belo Horizonte	125.681
Poclain do Brasil S.A.	França	Material de transporte	Conselheiro Lafaiete	43.545
FIASA – FIAT Automóveis S.A.	Itália	Material de transporte	Betim	2.457.900
Elcat-CBE Autopeças	Itália	Material de transporte	Betim	70.881
Flender Brasil S.A.	Alemanha	Material de transporte	Santa Luzia	40.000
Glico do Brasil Ltda.	Alemanha	Material de transporte	Cataguases	108.224
Alterosa Ind. Mecânica S.A. (ALMEC)	França	Mecânica	Montes Claros	106.395
KRUPP Ind. Mecânicas Ltda.	Alemanha	Mecânica	Betim	600.000
Cimec S.A.	-	Mecânica	Contagem	2.525
Cia. Morrinson-Knudsen de Eng.	-	Mecânica	Santa Luzia	4.509
Demag – Eng. Ind. Ltda.	Alemanha	Mecânica	Vespasiano	310.000
Bragaço-Mafir Ind. Metalúrgica	-	Mecânica	Betim	72.032
Rexnord	EUA	Mecânica	Vespasiano	34.938
Acker do Brasil	-	Mecânica	Sete Lagoas	8.305
F.L. Smith	Dinamarca	Mecânica	Varginha	64.132

Petrogard implementos agrícolas S.A.	-	Mecânica	Montes Claros	80.632
Daiwa do Brasil têxtil Ltda.	Japão	Têxtil	Uberlândia	92.000
Velonorte	-	Têxtil	Pirapora	194.902
S.A. White Martins	EUA	Química	Belo Horizonte	67.955
Foseco do Brasil	Inglaterra	Química	Betim	7.635
S.A. White Martins	EUA	Química	Ipatinga	7.827
Daido Química do Brasil	Japão	Química	Contagem	3.278
Olivette do Brasil Ltda.	Itália	Química	Contagem	14.750
Brasox S.A. Ind. e Com.	Inglaterra	Química	Contagem	103.343
Celenese do Brasil	EUA	Química	Poços de Caldas	149.000
S.A. White Martins	EUA	Química	Uberlândia	4.505
S.A. White Martins	EUA	Química	Iguatama	71.950
Swepco	EUA	Química	Sete Lagoas	1.661
Liquid Carbonic	EUA	Química	Curvelo	21.739
CIMINAS	Suíça	Minerais não-metálicos	Pedro Leopoldo	456.164
SOEICOM	Portugal	Minerais não-metálicos	Lagoa Santa	600.429
Beka Brasil Ltda.	Alemanha	Minerais não-metálicos	Santa Luzia	30.000
Cia. de Cigarros Souza Cruz	Inglaterra	Fumo	Uberlândia	506.250
Vulcan-Materiais Plásticos Ltda.	EUA	Material plástico	Contagem	25.085
Plavigor S.A.	-	Material plástico	Varginha	71.821
Cargill	EUA	Alimentos	Santa Luzia	19.308
Refinação de Milho Brasil	EUA	Alimentos	Pouso Alegre	182.242
PURINA	EUA	Alimentos	Sete Lagoas	29.346
YOLAT-Ind.Com. S.A.	-	Alimentos	Itamonte	26.325
Anderson Clayton	EUA	Alimentos	Minduri	11.731
Parmalat	Itália	Alimentos	Itamonte	50.836
Ouro Branco Cerveja e Refrigerantes	-	Bebidas	Nova Lima	47.337
Trelleborg	Suécia	Borracha	Contagem	5.537
São Paulo Alpargatas	Argentina	Vestuário/calçados	Pouso Alegre	62.608
Âncora S.A. Ind. e Com.	Canadá	Vestuário/calçados	Itajubá	34.000
Âncora S.A. Ind. e Com.	Canadá	Vestuário/calçados	Pouso Alegre	10.640
Total				

FONTE: Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral do Estado de Minas Gerais. Apud., CLÉLIO CAMPOLINA DINIZ. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira.* (Mestrado). Campinas: IFCH/UNICAMP, 1978. pp., 190-193.

O que podemos deduzir da tabela acima é que, quanto ao número de empresas descriminadas por ramos da indústria, 45,2% vincula-se ao de *bens de capital*; 36,9% ao de *bens intermediários;* e, 17,8% ao de *bens assalariados*.

No que toca aos setores da indústria, vemos a liderança do setor de material de transporte, com 17 empreendimentos instalados; seguido do setor químico com 11 e dos setores mecânico e siderúrgico, ambos com 10 empreendimentos instalados. Estes setores juntos perfaziam 65,7% do total dos empreendimentos estrangeiros instalados em Minas Gerais.

A respeito do investimento, a soma total, a preços de 1974, chegou ao montante de Cr$ 28.118.062; dos quais 84,2% (Cr$ 23.701.468) vinculavam-se aos *bens de capital*; 11,2% (Cr$ 3.149.292) ao ramo de *bens intermediários*; e, 4,5% (Cr$ 1.267.527) para o de *bens assalariados*.

Do montante de investimento estrangeiro no ramo de *bens de capital* em Minas Gerais, o setor de materiais elétricos e comunicações perfazia cerca de 82,5% (Cr$ 19.571.544), seguido de 12,0% (Cr$ 2.846.231) do setor de material de transporte e 5,4% (Cr$ 1.283.468) do setor mecânico.

Já os investimentos em *bens intermediários*, o grosso do capital foi para os setores: siderúrgico, com 47,8% (Cr$ 1.507.042); minerais não metálicos, com 34,4% (Cr$ 1.086.164); e o setor químico, com 14,4% (Cr$ 453.643).

Quanto ao ramo de *bens assalariados*, os principais investimentos foram para os respectivos setores: fumo, 39,9% (Cr$ 506.250); alimentos, 25,2% (Cr$ 319.788); e têxtil, 22,6% (Cr$ 286.902).

No conjunto, os setores que mais receberam investimentos externos foram: material elétrico e de comunicações, 69,6%; material de transporte, 10,1%; siderurgia, 5,3%; e mecânica, 4,5%.

Quanto à distribuição regional destes investimentos no estado, percebemos uma nítida concentração do capital forâneo na instalação de empresas na região central, nos municípios em torno da capital, bem como nas cidades mineradoras do ferro.

Por fim, no que toca à origem do capital estrangeiro investido em Minas Gerais, percebemos que a maior parte deste, isto é, 35,5% vinha dos Estados Unidos da América do Norte; 13,3% da Alemanha; 11,8% da Itália.

As razões para que o capital estrangeiro se estabelecesse em Minas Gerais podem ser identificadas nos seguintes aspectos. De um lado, o próprio aparato institucional que se vinha criando com os instrumentos de política econômica dos governos estaduais em relação ao estímulo à industrialização do estado. Ou seja, disponibilidade de infra-estrutura econômica – energia, transporte e comunicações – e, incentivos fiscais como mecanismos de retorno dos investimentos e de aumento das taxas de lucro. De outro, existência de recursos naturais; de uma indústria básica já instalada – particularmente, metalurgia e cimento – a qual servia como atrativo para novas indústrias básicas e de *bens de capital*.

Além destes fatores, Campolina Diniz aponta a posição geográfica do estado como pólo de atração do investimento externo. Segundo ele, Minas Gerais está melhor localizada geograficamente do que São Paulo e Rio de Janeiro, no sentido de penetração para o interior do Centro-Oeste, Norte e Nordeste do país. É passagem obrigatória para Goiás e Brasília e, embora não possuir saída para o mar, a produção mineira pode ser escoada para o exterior por várias alternativas, incluindo-se os portos de Vitória, Rio de Janeiro, São Sebastião e Santos. Dispunha ao longo da década de 1970[664], de uma malha rodo-ferroviária, na qual colocava Minas Gerais em excelentes condições para o intercâmbio com as diversas partes do Brasil[665].

Mas, ao perpassar pela referida tabela uma questão nos salta os olhos. Não seria tais investimentos abaixo do que se poderia esperar para os tipos de empreendimentos que se instalaram no estado. Ou seja, não seria barato demais, mesmo para os preços de 1974, o montante de investimento, por exemplo, da FIAT (Cr$ 2.457.900), na instalação de sua fábrica de automóveis em Betim? A resposta está justamente nos incentivos governamentais. Para ficar somente no caso da FIAT, o governo mineiro montou o seguinte arranjo: *a prefeitura de Betim doou os terrenos; a CDI (Companhia dos Distritos Industriais) executou gratuitamente a terraplanagem e a infra-estrutura básica de apoio; o governo estadual participou com 45% do capital, além de conceder incentivos do ICM nos termos da Lei Estadual n. 5.261*[666]. Desta forma, corroboramos com a anedota muito divulgada nas Gerais, ao longo da década de 1970, que dizia que Minas era o *paraíso da multinacionais*... .

Portanto, se compararmos a participação do setor público, do capital estrangeiro e do capital privado nacional na industrialização mineira na década de 1970, teremos a seguinte caracterização, como demonstra a tabela abaixo.

---

[664] Digo dispunha no pretérito, pois atualmente, não obstante os principais eixos rodoviários nacionais que passam em Minas Gerais estarem pavimentados, estão obsoletos, com massa asfáltica defasada, precária e sem verba para manutenção... .

[665] CLÉLIO CAMPOLINA DINIZ. Op.cit., pg., 174.

[666] Cf., Ibid., pg., 194.

TABELA 60

VALOR DO INVESTIMENTO DAS EMPRESAS INSTALADAS EM MINAS GERAIS, SEGUNDO A ORIGEM, RAMOS E SETORES INDUSTRIAIS – 1970/1977. (VALORES EM Cr$ 1.000,00 DE 1974).

Ramos e setores	Origem do capital			
	Privado nacional	Estrangeiro	Público	**Total**
Bens assalariados	*3.773.296*	*1.267.527*	-	***5.040.823***
Alimentos	1.474.269	319.788	-	**1.794.057**
Bebidas	349.064	47.337	-	**396.401**
Fumo	-	506.250	-	**506.250**
Têxtil	1.173.458	286.902	-	**1.460.360**
Vestuário/calçado	445.234	107.248	-	**552.482**
Mobiliário	117.237	-	-	**117.237**
Couros/peles/similares	132.760	-	-	**132.760**
Editorial/gráfica	81.274	-	-	**81.274**
Bens intermediários	*6.911.234*	*3.149.292*	*43.737.673*	***53.798.199***
Papel/papelão	303.400	-	-	**303.400**
Borracha	32.147	5.537	-	**37.684**
Química	1.738.007	453.643	1.906.543	**4.098.193**
Plásticos	72.126	96.906	-	**169.032**
Produtos veterinários e farmacêuticos	8.113	-	-	**8.113**
Minerais não metálicos	1.700.483	1.086.164	-	**2.786.647**
Metalurgia	3.056.958	1.507.042	41.831.130	**46.395.130**
Bens de capital e de consumo durável	*647.913*	*23.701.243*	*638.590*	***24.987.746***
Mecânica	328.331	1.283.468	638.590	**2.250.389**
Material elétrico e comunicações	133.113	19.571.544	-	**19.704.657**
Material de transporte	186.469	2.846.231	-	**3.032.700**
Diversos	*48.434*	-	-	***48.434***
Total	**11.380.877**	**28.118.062**	**44.376.263**	**83.875.202**

FONTE: Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral de Minas Gerais. Apud., CLÉLIO CAMPOLINA DINIZ. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira.* (Mestrado). Campinas: IFCH/UNICAMP, 1978. pg., 204.

Os dados indicados acima confirmam nossa afirmação anterior de que a industrialização mineira pós-1930 foi conduzida pelo setor público e pelo capital estrangeiro. Na década de 1970 do total de investimento na indústria de transformação de Minas Gerais, 52,9% (Cr$ 44.376,263) advinha do setor público; 33,5% (Cr$ 28.118,062) do capital internacional; e, apenas 13,5% (Cr$ 11.380,877) do capital privado nacional. Isto quer dizer que, somadas as percentagens dos dois primeiros, temos 86,4% do total de investimentos em Minas Gerais na década de 1970.

Os dados também apontam para a concentração do investimento público no ramo de *bens intermediários* (Cr$ 43.737,673), isto é, 98,5%, do total dos investimentos na indústria

de transformação; destacando-se neste a inversão de capital no setor siderúrgico (Cr$ 41.831,130), isto é, 95,6% do capital empregado naquele ramo.

No que toca ao capital estrangeiro, concentra-se no ramo de *bens de capital e consumo durável*. Percebe-se na tabela acima que aquele assume praticamente todos os setores desse ramo – mecânica (57,0%), material elétrico e comunicações (99,3%) e material de transporte (93,8%). Ou seja, do total das inversões externas na indústria de transformação mineira como vimos, 84,2% (Cr$ 23.701,062) concentram-se naquele ramo; sendo que 69,6% (Cr$ 19.571,544) vinculam-se ao setor de material elétrico.

Em resumo, a partir da segunda metade da década de 1950, com uma política econômica que criou as condições para mudança no padrão de acumulação através da consolidação de uma acumulação de capital via sistema financeiro, além de situação favorável de captação de recursos no mercado internacional, propiciou a reestruturação e a expansão industrial brasileira, verticalizando-a e integrando o mercado nacional em novas bases. Isto posto, o capital estrangeiro entra de vez na esfera decisória do país, determinando a direção e os rumos do capitalismo brasileiro. Por conseguinte, tal expansão industrial provocou uma nova divisão inter-regional do trabalho, agora dentro da própria indústria. Como vimos, é dentro desse contexto que Minas Gerais, a partir desse momento acentua-se cada vez mais sua especialização na produção de *bens intermediários*. É neste sentido também que, o setor público mineiro, através do BDMG e do IND passa a inverter capitais no setor siderúrgico.

Contudo, não poderíamos deixar de lado como se deu o papel do empresariado mineiro para consubstanciar esse tripé – Estado, capital internacional e capital privado nacional. Como que o empresariado mineiro se portou na dinâmica industrial do estado pós-1930? Discutiremos no próximo tópico.

4.2.3 – O empresariado industrial mineiro no pós-1930.

Vimos anteriormente que o capital privado nacional participava somente com 13,5% do total de inversões de capital na indústria de transformação de Minas Gerais. Todavia, como já salientamos, não podemos subestimar a participação política do empresariado industrial nacional na construção do modelo de industrialização apoiado no Estado. Tal participação política há que se estender para o empresariado mineiro que, junto com o empresariado paulista, tiveram participação ativa e constante no processo de industrialização nacional pós-1930.

Em primeiro lugar, há que se afirmar que a importância política do empresariado mineiro está na emergência de uma nova elite industrial, vinculada ao setor siderúrgico que se expandiu em Minas Gerais, como vimos, a partir da década de 1920. Tal elite industrial fundou a FIEMG em 1933, e, participou ativamente da construção de projetos de política econômica do estado ao longo das décadas de 1940 e 50, ajudando a conspirar na queda da ditadura Vargas, 1945; na queda do segundo governo Vargas em 1954 e, no sucesso do Golpe Militar em 1964. Se circunscrevia geograficamente à região central cujo principal projeto político foi, sempre, a concentração industrial naquela região e a infrutífera transformação da capital no centro articulador das diversas Minas.

Ao contrário do empresariado industrial de Juiz de Fora, os quais fundaram a primeira associação industrial do estado em 1896 (Centro Industrial de Juiz de Fora), mas que devido o caráter descentralizado da primeira fase da industrialização – período anterior à 1930 –, de uma ideologia excessivamente liberal, característica própria daquela burguesia e de seu tempo, e de se circunscrever seus interesses apenas na indústria local; o empresariado industrial que emerge no pós-1930, buscou sempre em *falar por Minas*, associando o desenvolvimento do estado à sua industrialização[667].

Isto fica claro ao analisarmos os discursos e a intervenção política desta nova elite industrial. Ou seja, sua ação política, na década de 1930, vincula-se a luta pela defesa da

[667] A respeito da literatura que versa sobre o empresariado mineiro, consultar: EVANTINA PEREIRA VIEIRA. *Minas Gerais: a dominação burguesa – conflitos políticos e formas de organização (1927/1940).* (Doutorado). São Paulo: FFLCH/USP, 1984. IGNÁCIO GODINHO DELGADO. Op.cit.. OTAVIO SOARES DULCI. Op.cit..

grande siderurgia, que, segundo eles, seria o setor que consolidaria a industrialização do estado, pela concentração industrial no entorno da capital; e esta, por sua vez, se consolidaria com o principal pólo articulador das demais regiões mineiras e centro irradiador de outras atividades econômicas. Como vimos, o projeto siderúrgico estatal foi perdido em prol da decisão do Estado Novo de instalar a "grande" Companhia Siderúrgica Nacional no estado do Rio de Janeiro.

Nos anos de 1940, a ação política do empresariado foi na demanda pela superação dos pontos de estrangulamento para a expansão industrial do estado, identificados na debilidade da estrutura de transporte e energia elétrica. Como vimos, tal demanda fez parte das preocupações dos programas de governo naquela década, bem como transformando-se no principal setor de investimento público na década de 1950.

Na década de 1950, a ação política do empresariado industrial retornou para a defesa da instalação de uma grande siderúrgica estatal em Minas, que se consubstanciou no projeto da USIMINAS.

Por fim, nas décadas de 1960 e 1970, o empresariado industrial mineiro, mesmo como um "sócio-menor", acompanhou as decisões do setor público e do capital estrangeiro sobre os rumos que a industrialização do estado deveria tomar.

A constituição da FIEMG (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais), em 1933, é o momento decisivo na diferenciação dos industriais mineiros. É interessante observar que, enquanto o Centro Industrial de Juiz de Fora reagia à legislação corporativa, discutida e implementada na Carta de 1934, os fundadores da FIEMG, viam nela a oportunidade para assegurar a hegemonia do empresariado do centro do estado no processo de organização da classe[668].

Já citamos de passagem que o primeiro presidente da FIEMG foi José Carlos Moraes Sarmento, que também presidia o Centro Industrial de Juiz de Fora, no início da década de 1930. Sua escolha foi uma tática utilizada pelos industriais de Belo Horizonte para vincular o Centro de Juiz de Fora à nova corporação. Todavia, tal entidade só passou a figurar de fato nos quadros organizacionais da FIEMG, a partir de 1954, quando a burguesia unificou seus esforços contra o aumento do salário mínimo proposto pelo

[668] EVANTINA PEREIRA VIEIRA. Op.cit., pp., 30-46. IGNÁCIO GODINHO DELGADO. Op.cit., pp., 56-58.

governo Vargas. De qualquer forma, Sarmento foi indicado presidente da nova entidade. A tática dos industriais do centro do estado, de certa forma, foi positiva, pois, a FIEMG passou a se constituir em *locus* por excelência da arregimentação de lideranças industriais do estado, sob a liderança do empresariado ligado ao setor mínero-metalúrgico[669].

Mas, mais do que isso, com a fundação da FIEMG, os industriais sob hegemonia do empresariado ligado ao ramo siderúrgico, passam a participar como força social, dotada de recursos organizacionais próprios, nos debates que se observam acerca do rumo a ser tomado pela economia nacional e mineira[670]. É dentro desse contexto que a industrialização do estado passa a ser a principal bandeira da classe.

Um exemplo da força da elite industrial de Belo Horizonte foi no Congresso das "Classes Produtoras", realizados em 1935, que, além de agrupar em torno de si o conjunto das "classes produtoras" do estado, teve papel importante na articulação com o empresariado nacional na delimitação das funções do setor público – admitindo sua intervenção –; na composição e participação nos conselhos técnicos em nível federal; além de reivindicar a instituição de conselhos técnicos em Minas Gerais[671].

É importante ressaltar que os industriais mineiros, além de absorverem o modelo de sindicato corporativo proposto pela economia política varguista, após 1935, passa a apoiar crescentemente o processo de centralização política que culminou no Estado Novo[672]. Contudo, sua relação com Vargas e com seu interventor, Benedito Valadares, foi marcada por um conflito fundamental, ligado à perda do projeto siderúrgico no qual se emprenharam todas as entidades de classe em Minas Gerais, ao final dos anos de 1930. Vimos de passagem, que Valadares, apoiou timidamente a indicação mineira.

A perda do projeto siderúrgico levou o empresariado industrial mineiro a centrar suas atenções nos problemas relativos à oferta de energia elétrica e aos transportes, bem

---

669 Ibid., pg., 58.

670 EVANTINA PEREIRA VIEIRA. Op.cit., pg., 83. IGNÁCIO GODINHO DELGADO. Op.cit., pg., 58.

671 Associados à estrutura sindical corporativa, os chamados "conselhos técnicos" eram vislumbrados pelos empresários como principais canais de intermediação de interesses, especialmente, após 1935. Dentre os que foram reivindicados no Congresso das "Classes Produtoras" em 1935 – Conselho de Fiscalização dos Governos Municipais, Conselhos Consultivos das Secretarias de Estado e Conselho dos Contribuintes do Estado –, o último foi transformado em lei em 1936, embora criado efetivamente dez anos depois. No entanto, dado o processo de centralização política e ao papel desempenhado pelos conselhos técnicos no governo Vargas, abriu-se canal direto entre o empresariado industrial mineiro e os centros federais de decisão. EVANTINA PEREIRA VIEIRA. Op.cit., pg., 144. IGNÁCIO GODINHO DELGADO. Op.cit., pg., 59.

672 Sobre as relações das entidades empresariais com o processo de centralização política e o Golpe de 1937, ver: EVANTINA PEREIRA VIEIRA. Op.cit., pp., 40 e 154.

como à concentração industrial na região em torno da capital. Sua participação foi decisiva na construção da Cidade Industrial de Contagem. Ademais, em 1945, conspiraram para derrubar a ditadura do Estado Novo[673] e, a partir deste momento, se envolveram na tentativa de definir o projeto de ordem política que compreendiam como adequado para o exercício de sua dominação.

Já foi aventado que a principal liderança industrial mineira ao longo das décadas de 1930 e 1940, Américo Renée Gianetti, foi um dos formuladores do Programa de governo de Milton Campos, o *Plano de Recuperação Econômica*. Neste, abrigava o projeto político da elite industrial de Belo Horizonte.

O governo Milton Campos, é o momento em que a nova elite industrial assume o governo mineiro, principalmente na figura de Gianetti, que ocupou o cargo de Secretário de Agricultura. É o momento em que o projeto político daquela elite é posto em marcha no que toca à articulação da agricultura com a indústria, consubstanciando-se num programa comum das "classes produtoras". Isto está evidente no Plano de 1947, como analisamos anteriormente. Esta associação entre agricultura e indústria visava, para os industriais do centro do estado, a "independência econômica de Minas". Ou seja, viam a economia mineira como um atraso relativo às demais estados, particularmente, São Paulo e Rio de Janeiro, afirmando que o papel de Minas Gerais era produzir matérias-primas para os demais parques industriais. Com isso, propunham a industrialização e modernização da agricultura como forma de integrar sua economia.

No início da década de 1950, na eleição de Kubitschek ao governo mineiro, o empresariado industrial, não obstante sua posição udenista, participará ativamente, buscando reforçar dentro do aparelho de Estado, os centros de poder vinculados à implementação da política de energia e transporte, metas do governo pessedista.

Contudo, no final da década de 1950, uma mudança entra em curso quanto ao peso do empresariado industrial mineiro ligado à siderurgia na produção industrial do estado. Se nas décadas de 1930 e 1940, estes tinham um peso relativo; a partir da segunda metade da década de 1950, com o os investimentos do setor público e estrangeiro naquele setor, coloca em xeque a posição na produção e o papel político daquela elite. É verdade que

[673] No Centro de Memória da FIEMG existe um documento sem data, mas que indica ser do início de 1945, escrito supostamente por Américo Gianetti, já que não é assinado, preparando um projeto político para o que viria a ser a UDN. Ver Centro Pró-Memória/FIEMG, Documentos Diversos.

continuarão a ter peso importante na FIEMG; mas, a própria entidade, não obstante papel relevante ao longo das décadas seguintes, deixa de ter como principal representação o setor mínero-metalúrgico, consubstanciando-se numa entidade essencialmente representada por pequenos sindicatos[674]. Além disso, há que se relevar que na década de 1950, ocorre uma defecção importante na FIEMG, com a retirada do Sindicato de Fiação e Tecelagem de Minas Gerais, ao final de 1954, e da criação do Centro das Indústrias de Contagem, em 1955. Estes episódios revelam o avanço no processo de diferenciação interna da burguesia industrial e a busca de formas organizativas alheias ao formato corporativo[675].

Mesmo com estas defecções e perda de representatividade do setor minero-metalúrgico, a FIEMG continuou, ao longo da década de 1950, sob direção daqueles ou sob sua influência. Mas, uma questão se colocava no final da década de 1950 e início da década de 1960, Minas Gerais não poderia perder a posição de centro siderúrgico do país. É dentro desse contexto que a FIEMG passa a defender cada vez mais a participação do setor público no investimento siderúrgico. Até porque, para os industriais tal setor atraía e polarizava outras atividades industriais. Assim, buscavam no Estado a aceleração da industrialização com o fito de manter a função polarizadora do setor siderúrgico, bem como continuar o processo de concentração industrial no entorno da capital.

Quanto ao papel do Estado e do capital estrangeiro no processo de industrialização, o empresariado industrial mineiro acompanhará as resoluções dos congressos e conferências realizadas pelas "classes produtoras" até 1945 e reafirmadas na Conferência de Araxá, de 1949, na I Conferência da Indústria, em São Paulo, em 1953, e na II Conferência da Indústria, de Porto Alegre, em 1955[676].

No que toca ao papel do setor público, o empresariado industrial mineiro aliado aos seus pares de outros estados, vai defender sua ação "supletiva"; isto é, em áreas as quais a iniciativa privada revelasse desinteresse ou fosse incapaz de levar adiante os empreendimentos. Todavia, vão recusar veementemente a ação reguladora, especialmente sobre a questão dos preços, e à presença do Estado em setores nos quais concorresse para o deslocamento da iniciativa privada[677].

---

[674] IGNÁCIO GODINHO DELGADO. Op.cit., pg., 64.
[675] Ibid., Ibidem.
[676] Sobre estes conclaves consultar: RENATO RAUL BOSCHI. *Elites industriais e democracia.* Op.cit.
[677] IGNÁCIO GODINHO DELGADO. Op.cit., pg., 82.

Há, entretanto, no caso mineiro uma diferença importante relativa à posição assumida quanto à PETROBRÁS. A FIEMG junto com a Associação Comercial de Minas – entidade que reúne os comerciantes de Belo Horizonte – vão defender sozinhas nos fóruns nacionais das "classes produtoras" o monopólio estatal do petróleo. Tal posição, segundo Delgado, se justificaria em face da experiência adquirida em Minas Gerais no que toca à exploração do subsolo por empresas estrangeiras (ver o caso da Itabira Iron, na década de 1920) e, também, pelo desempenho de uma estatal como a CEMIG na oferta de eletricidade. Fora isto, a entidade empresarial mineira compartilhava dos mesmos postulados defendidos pelo conjunto nacional[678].

A respeito do capital estrangeiro, a par de defender uma política protecionista no comércio externo, a posição do empresariado industrial mineiro também acompanhará o conjunto nacional; isto é, favorável à sua entrada no país, destacando os investimentos diretos e ressalvando, tal como no que se refere ao setor público, situações em que a presença do capital forâneo contribuísse para o declínio dos investimentos de empresas brasileiras, além de postular um tratamento igualitário por parte do Estado, entre o capital externo e nacional[679].

A posição do empresariado industrial nacional de defesa da entrada do capital externo, era na verdade, um projeto que idealizava no sentido de que a superação do "atraso" far-se-ia mediante a industrialização *tout court*, independente da origem dos investimentos realizados[680].

Em resumo, confiando ao Estado a realização de suas expectativas quanto ao desenvolvimento de Minas, o empresariado industrial e sua principal entidade, teriam que se dobrar à acentuação do papel desempenhado por ele. Com efeito, o projeto que desenvolveram – como as funções atribuídas ao setor público e ao capital externo – foi, de certa forma, plenamente vitorioso. Entretanto, crescentemente, boa parte do que constitui o fundamento do poder burguês estaria em outras mãos, e não com empresariado do estado. Se isto não anula sua influência, dificulta que esta se exerça precipuamente através dos mecanismos clássicos por via dos quais se exerce o poder burguês, pelo *veto* e do controle sobre os dispositivos do "jogo pluralista de influências". Numa palavra, se o projeto da

[678] Ibid., Ibidem.
[679] Idem.
[680] Ver: ELI DINIZ. Op.cit..

burguesia industrial mineira saiu-se vitorioso, principalmente na década de 1970, este teve um alto custo, confinando sua participação à ramos e setores da indústria de pouca expressão. É neste sentido que Delgado denominou a estratégia do empresariado industrial mineiro de **a estratégia de um revés**[681]**.**

[681] IGNÁCIO GODINHO DELGADO. Op.cit., pg., 98.

4.2.4 – Análise da estrutura industrial mineira – 1940/1985.

Iniciamos nossa apreciação da estrutura industrial de Minas Gerais no período considerado da seguinte forma. Em primeiro lugar, faz-se necessário avaliar a participação do estado no PIB nacional.

TABELA 61

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL REGIONAL DA PRODUÇÃO ECONÔMICA NACIONAL – 1939/1985.

Regiões	1939	1949	1959	1970	1980	1985
NO	2,6	1,7	2,0	2,2	3,2	4,1
NE	16,7	13,9	14,4	12,0	12,2	13,7
MG	10,0	10,4	7,9	8,3	9,4	9,7
ES	1,2	1,3	0,8	1,2	1,5	1,7
RJ	20,9	19,5	18,5	16,1	13,6	11,6
SP	31,2	36,4	37,9	39,5	37,7	35,8
PR	2,9	4,0	5,4	5,5	5,9	6,2
SC	2,2	2,5	2,4	2,8	3,3	3,3
RS	10,2	8,6	8,4	8,7	8,1	7,9
CO*	2,1	2,3	2,3	2,7	3,6	3,7
DF	-	-	-	1,0	1,5	2,3
BR	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**

FONTE: FGV e FIBGE. Apud., WILSON CANO *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil 1930 – 1995.* 2 ed., Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1998, pg., 318.
* Inclui TO em 1939-1985.

Através da tabela acima, percebe-se que a liderança do PIB nacional esteve em São Paulo ao longo de todo o período considerado. O estado detinha 31,2% em 1939, cresce para 36,4% em 1949, 37,9%, em 1959; atingindo seu pico de participação, 39,5%, em 1970. A partir da década de 1970, sua participação cai sensivelmente, para 37,7% em 1980 e 35,8% em 1985. Segundo Wilson Cano tal queda a partir do decênio 1970/80, justifica-se pelo fato da desconcentração industrial daquele estado[682].

Percebe-se também que o estado do Rio de Janeiro aponta para uma curva decrescente em todo o período, caindo de 20,9% em 1939 para 11,6% em 1985. Queda de 44,5%.

[682] WILSON CANO. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil – 1930/1995.* op.cit., Capítulo 6.

Quanto à Minas Gerais, sua posição esteve sempre em disputa pelo terceiro lugar com o Rio Grande do Sul. Sua participação no decênio 1929/39 e 1939/49 foi até expressiva dado à concentração industrial em São Paulo e Rio de Janeiro. Isto é, neste período, a participação de Minas estava na casa dos 10%, ocupando o terceiro lugar. No decênio 1949/59 sua participação cai bruscamente para 7,9%, queda de 21%, perdendo tal posição para o Rio Grande do Sul. Na década de 1960 cresce para 8,3%, embora não ultrapassasse os gaúchos. Contudo, a partir da década de 1970 sua participação volta a crescer, tomando de volta a terceira posição. Em 1980 sua participação atinge 9,4% e 9,7% em 1985, seu ponto mais alto no período pós-1970.

No tocante à participação percentual regional da indústria no PIB nacional, temos o seguinte resultado.

TABELA 62

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL REGIONAL DA INDÚSTRIA NO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) – 1939/1985.

Regiões	1939	1949	1959	1970	1980	1985
NO	2,3	0,9	1,2	1,1	3,0	4,0
NE	12,1	9,7	7,5	7,0	9,5	12,0
MG	8,0	6,9	6,1	6,9	8,7	8,7
ES	0,4	0,5	0,3	0,5	1,2	1,4
RJ	26,9	20,0	17,4	15,2	11,9	11,8
SP	36,4	47,9	54,4	56,4	47,3	44,0
PR	2,2	2,8	3,0	3,0	4,9	5,2
SC	2,0	2,6	2,4	2,6	3,9	3,6
RS	8,7	8,0	6,9	6,3	7,4	6,9
CO*	1,0	0,7	0,8	0,9	1,7	2,1
DF	-	-	-	0,1	0,5	0,3
BR	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**

FONTE: FGV e FIBGE. Apud., WILSON CANO *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil 1930 – 1995*. 2 ed., Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1998, pg., 318.
* Inclui TO em 1939-1985.

De acordo com a tabela acima, percebe-se, como na tabela anterior, nítida liderança de São Paulo em todo o período considerado. Tal participação é crescente entre 1939 e 1970, quando salta de 36,4% para 56,4% respectivamente. A partir daquela década sua participação cai sensivelmente, sem perder a liderança. Mais uma vez, o argumento está no movimento de desconcentração industrial vivido no país a partir daquele período.

Também, segundo os dados da tabela acima, corrobora com a análise feita anteriormente, ou seja, podemos perceber um nítido decréscimo da participação industrial

do Rio de Janeiro no PIB nacional, de 26,9% em 1939 cai para 11,8% em 1985. Queda de 56%. Todavia, a indústria do estado do Rio de Janeiro permaneceu em segundo lugar na participação do PIB nacional ao longo de todo o período.

Quanto à Minas Gerais, sua participação foi sempre modesta, disputando novamente o terceiro lugar com o Rio Grande do Sul. É verdade que a região Nordeste aparece, ao longo do período considerado, sempre a frente dos dois respectivos estados; mas estamos considerando aqui a participação das unidades da federação e não das macrorregiões. Assim, o Rio Grande do Sul fica na terceira posição entre 1939 e 1959. A partir da década de 1970, Minas Gerais assume tal posição. A percentagem de Minas Gerais tem período de queda entre 1939 e 1959, quando caiu de 8% para 6% respectivamente; e período de crescimento e estabilização a partir da década de 1970. Isto é, 6,9% em 1970, salta para 8,7% em 1980, mantendo-se neste patamar no qüinqüênio 1980/85.

No que toca à estrutura industrial mineira, vejamos, em primeiro lugar, o conjunto dos estabelecimentos industriais e a participação de Minas no contexto brasileiro, nos termos da tabela abaixo.

TABELA 63

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL RELATIVA DE MINAS GERAIS NO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS EM RELAÇÃO AO CONJUNTO NACIONAL, POR RAMOS DE INDÚSTRIA – 1940/1985.

Anos	Ramos de indústria							
	Bens de consumo assalariado		Bens intermediários		Bens de capital		**Total**	
	BR	MG	BR	MG	BR	MG	**BR**	**MG**
1940	100	35,2	100	8,9	100	11,3	100	**11,5**
1950	100	14,4	100	10,1	100	2,6	100	**12,9**
1960	100	12,3	100	10,0	100	5,2	100	**11,1**
1970	100	11,5	100	9,5	100	7,1	100	**10,4**
1975	100	10,8	100	9,8	100	6,7	100	**10,0**
1980	100	11,1	100	11,5	100	10,0	100	**10,9**
1985	100	12,4	100	10,7	100	8,5	100	**11,5**

FONTE: Censos Industriais – Séries Regionais. 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985.

A participação percentual relativa de Minas Gerais no número de estabelecimentos industriais em relação ao conjunto nacional, por ramos de indústria, variou entre 1940 e 1985, de 12,9%, ponto máximo da participação – 1950 – a 10%, seu ponto mínimo – 1975.

A participação discriminada por ramos, nos mostra, em primeiro lugar, importante posição dos estabelecimentos de *bens de consumo assalariados* que em 1940 participa com 35,2% do conjunto nacional. A partir da década de 1950, tal participação cai, variando entre 14,4%, ponto alto e 10,8%, o ponto mínimo. O alto índice de participação em 1940 é explicado, devido o estímulo ao consumo propiciado pela economia política de industrialização do Estado Novo, que com a Lei do Salário Mínimo, institucionaliza um mercado de bens de consumo leves para os trabalhadores. Além disso, no plano estadual, há os estímulos das políticas econômicas ao longo da década que, como vimos, propiciaram a criação destas indústrias. Ademais, tal ramo foi o que mais se espalhou para o interior das regiões mineira, no correr do processo de industrialização nacional. No entanto, a participação mineira é bastante relativa, já que o tipo de indústria desse ramo operava numa estrutura bem modesta, predominantemente através de pequenas unidades e baixa capacidade de acumulação de capital.

Com relação ao ramo de *bens intermediários*, não obstante ao longo de todo o processo de industrialização nacional pós-1930, a tentativa dos mineiros de concentrá-lo no estado, a participação de Minas Gerais também sempre foi modesta variando entre 11,5%, seu ponto máximo, em 1980 e 8,9% em 1940, seu ponto mínimo.

Por fim, quanto ao ramo de *bens de capital*, a participação dos estabelecimentos instalados em Minas Gerais também sempre foi modesta em relação ao conjunto nacional; variando bruscamente no correr do período. Entre 11,3%, em 1940, seu ponto máximo – momento em que tal ramo ainda não estava instalado de forma concreta, resumindo-se a indústrias mecânicas pequenas espalhadas pelo país, sem uma integração de capital com o sistema financeiro ou maior intensidade de progresso técnico em sua produção – e, 2,6%, em 1950, seu ponto mínimo. Mas, mesmo ao longo das décadas de 1960 e 1980 – período em que a moderna indústria de *bens de capital e consumo durável* se implanta – sua participação foi sempre inconstante: 5,2%, 1960; 7,1%, 1970; 6,7%, 1975; 10%, 1980; e, 8,5%, 1985. É importante ressaltar que tal ramo sempre esteve estabelecido em São Paulo, tendo pouca participação fora deste estado.

Todavia, há que se registrar que, em termos de estabelecimentos industriais, os ramos de *bens intermediários* e de *bens de capital*, devido sua intensificação de capital e trabalho; sua estrutura verticalizada, vinculada ao sistema financeiro, opera em grandes

unidades produtivas; o que faz com que sua participação relativa em termos de quantidade de estabelecimentos seja até irrelevante. Entretanto, nesse caso, apenas queremos entender como a estrutura da indústria mineira se inseria no contexto nacional.

Vejamos agora a participação relativa de Minas Gerais quanto aos setores da indústria em relação ao conjunto nacional.

TABELA 64

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL RELATIVA DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS POR SETORES INDUSTRIAIS DE MINAS GERAIS NO CONJUNTO NACIONAL E DENTRO DA PRÓPRIA ESTRUTURA INDUSTRIAL DO ESTADO – 1950/1985.

Setores	1950		1960		1970		1975		1980		1985	
					1 - % MG/BR *		2 - %MG/MG**					
	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2
Ind. Extrativa***	9,3	2,1	13,7	2,4	14,9	3,3	15,4	2,8	20,0	3,8	21,6	2,7
Mecânica	6,1	0,45	4,3	0,57	7,6	3,1	6,2	2,9	6,8	2,9	8,1	3,9
Mat.Ele/comu	2,3	0,07	4,1	0,34	7,6	1,4	5,6	0,86	6,0	0,89	6,7	1,3
Mat.transporte	5,3	0,27	4,8	0,83	4,7	0,94	6,3	1,5	7,0	1,2	7,3	1,3
Minerais n-metálicos	12,7	15,6	11,1	16,8	11,2	17,1	11,7	19,8	14,3	27,5	12,0	15,2
Metalurgia	8,3	1,7	8,3	3,3	10,0	5,8	10,7	7,7	10,4	6,6	13,1	10,8
Madeira	6,1	4,5	8,5	7,9	7,4	6,6	7,6	7,5	6,8	6,4	8,2	6,1
Papel/papelão	5,8	0,25	7,06	0,44	5,8	0,41	5,2	0,44	5,2	0,39	5,8	0,53
Borracha	-	-	5,6	0,15	9,5	0,55	9,9	0,67	11,5	0,65	8,6	0,53
Couro/peles	15,0	3,0	18,0	3,5	13,1	1,6	14,1	1,2	11,7	0,85	15,0	1,0
Química	8,1	2,0	6,2	0,92	6,3	1,0	5,5	1,0	6,4	0,97	7,7	1,7
Plásticos	-	-	1,01	0,02	2,1	0,16	2,7	0,31	3,7	0,44	3,9	0,50
Mobiliário	10,9	3,0	12,0	8,1	10,7	8,4	12,4	7,7	10,6	5,9	12,2	7,3
Farmácia	-	-	11,0	0,48	9,0	0,28	7,9	0,22	9,3	0,20	10,0	0,40
Perfumaria/sabões/ velas	-	-	7,1	0,64	6,3	0,40	5,7	0,30	7,1	0,29	7,4	0,36
Têxtil	4,6	1,3	4,2	1,5	5,5	1,7	6,0	2,0	7,7	2,0	9,4	2,2
Vestuário/calçado	9,3	4,5	8,7	5,5	8,3	4,3	8,2	5,0	9,6	6,6	12,3	12,4
Alimentos	17,2	54,5	15,1	42,1	12,6	35,3	11,4	30,2	11,4	25,2	12,9	24,1
Bebidas	9,6	4,0	8,5	2,1	18,8	5,4	19,9	3,3	26,5	3,4	23,7	2,8
Fumo	11,5	0,27	3,5	0,08	7,6	0,06	6,3	0,07	8,6	0,08	6,0	0,11
Editorial e gráfica	11,6	3,0	10,4	2,9	9,9	3,3	9,8	3,7	10,2	3,7	9,8	3,8
Diversos	-	-	6,7	1,2	7,9	1,7	8,7	1,9	9,9	1,8	11,2	3,0
Total	**12,9**	**100**	**11,1**	**100**	**10,4**	**100**	**10,4**	**100**	**10,9**	**100**	**11,5**	**100**

FONTE: Censos Industriais – Séries Regionais. 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985.

* Participação do setor mineiro no conjunto do setor nacional e não do total dos estabelecimentos industriais do país.

** Participação do setor no total da estrutura industrial do Estado.

*** Percentagem extraída a partir do total dos estabelecimentos industriais (indústria extrativa + indústria de transformação + serviços industriais de utilidade pública). Os demais setores o cálculo se circunscreve ao total da indústria de transformação.

Em primeiro lugar, os setores vinculados ao ramo de *bens de consumo assalariados*, como acabamos de afirmar constituem os principais em termos de participação relativa do

número de estabelecimentos. Contudo, o que importa na tabela acima, é verificar como os setores vinculados aos ramos *intermediários* e de *bens de capital* instalados em Minas Gerais se relacionam com o conjunto nacional. Nossa metodologia foi comparar o total do setor instalado em Minas indicado com o total do mesmo setor em nível nacional. Mais uma vez, vemos que, a participação destes setores, particularmente, metalurgia, minerais não-metálicos, mecânica, material elétrico/comunicações e material de transporte é bem modesta.

Quanto a estrutura interna da indústria mineira temos os seguintes resultados, de acordo com a tabela abaixo. Em primeiro lugar, a liderança sempre foi do ramo de *bens de consumo leves*, variando entre 70%, seu ponto máximo, em 1950; e, 47,7%, seu ponto mínimo, em 1980, do total dos estabelecimentos mineiros. Como já havíamos afirmado, tal resultado é normal em termos de número de unidades, principalmente, em se tratando de uma **industrialização retardatária**, como a brasileira. Mas, o mais importante, nestes dados, é o crescimento das unidades vinculadas ao ramo de *bens intermediários*. Como veremos adiante através dos dados de Ocupação, Valor da Produção Industrial e Valor da Transformação Industrial, tal crescimento é uma indicação da concentração industrial naquele ramo, dentro da estratégia dos mineiros, pelo menos em sua estrutura interna.

No que tange à participação dos setores da indústria na estrutura interna de Minas Gerais, percebe-se uma larga vantagem do setor alimentício, que participava com cerca de 54,5%, seu ponto mais alto, em 1950, e vai caindo paulatinamente, em que pese manter a liderança no número de estabelecimento da indústria mineira. Por outro lado, percebe-se um aumento paulatino no número de estabelecimentos ligado, principalmente ao setor de minerais não metálicos, cuja participação salta de 15,6%, em 1950 para 27,5% em 1980; mas que cai vertiginosamente para 15,2%, em 1985. Isto se explica em grande parte pelo próprio rumo da industrialização que vai demandar matérias-primas e insumos para a indústria de transformação. Mas, se pegarmos os números brutos contidos na **tabela 66**, vemos que o número de unidades industriais cresceu em todos os setores no período considerado.

TABELA 65

MINAS GERAIS: TOTAL DE ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS, POR RAMOS DE INDÚSTRIA E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL RELATIVA DESTES RAMOS NA ESTRUTURA INDUSTRIAL DO ESTADO – 1940/1985

Ano	Bens de consumo assalariado		Bens intermediários		Bens de capital		**Total**	
	N	%	N	%	N	%	**N**	**%**
1940	2.720	59,0	1.475	32,0	408	8,8	**4.603**	**100**
1950	7.371	70,9	2.836	27,2	84	0,80	**10.394**	**100**
1960	7.668	63,7	4.000	33,2	360	2,9	**12.028**	**100**
1970	9.909	59,4	5.552	33,2	1.212	7,2	**16.673**	**100**
1975	9.629	52,7	7.701	42,1	1.533	8,3	**18.263**	**100**
1980	10.721	47,7	9.885	44,0	2.404	10,7	**22.456**	**100**
1985	12.390	53,8	8.392	36,4	2.218	9,6	**23.000**	**100**

FONTE: Censos Industriais – Séries Regionais. 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985.

TABELA 66

MINAS GERAIS: TOTAL DE ESTABELECIMENTOS NO CONJUNTO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO, POR SETORES DE INDÚSTRIA – 1940/1985.

Setores	1940 *	1950	1960	1970	1975	1980	1985
Mecânica	31	47	69	517	532	664	907
Mat.Ele/comu	-	8	41	240	158	200	307
Mat.transporte	-	29	101	157	277	279	308
Minerais n-metálicos	586	1.623	2.030	2.854	3.628	6.196	3.498
Metalurgia	101	186	406	972	1.424	1.499	2.495
Madeira	306	468	954	1.101	1.374	1.443	1.404
Papel/papelão	10	26	54	69	81	89	124
Borracha	-	-	19	93	123	147	123
Couro/peles	172	317	423	268	222	192	241
Química	113**	216**	111	167	192	220	391
Plásticos	-	-	3	28	57	99	116
Mobiliário	-	315	983	1.412	1.414	1.342	1.690
Farmácia	-	-	58	47	41	46	93
Perfumaria/sabões/ velas	-	-	77	67	56	66	85
Têxtil	84	138	182	294	371	469	526
Vestuário/calçado	256	477	669	721	924	1.486	2.855
Alimentos	2.051	5.672	5.075	5.900	5.519	5.664	5.557
Bebidas	90	419	259	906	613	777	664
Fumo	-	29	10	11	13	19	26
Editorial e gráfica	239	321	355	551	678	852	894
Diversos	-	-	149	298	351	418	696
Total	**4.603**	**10.394**	**12.028**	**16.673**	**18.263**	**22.456**	**23.000**

FONTE: Censos Industriais – Séries Regionais. 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985.

* Não está incluso as seguintes indústrias que consta no respectivo censo: produção e distribuição de eletricidade, gás e frio/abastecimento de água e esgoto; construção civil; mistas.

** Inclui o setor de farmácia.

No tocante aos dados sobre Ocupação na estrutura industrial mineira, bem como sua participação em relação ao conjunto nacional, temos os seguintes resultados. Em primeiro lugar, percebe-se crescimento vertiginoso da participação dos ocupados na indústria entre as décadas de 1940 e 1970, bem como, queda a partir desta última década. Contudo, tal participação constituía-se bastante modesta; seja pela dispersão populacional, devido ao tamanho do estado; seja pela sua própria dinâmica de industrialização. Com exceção da década de 1970, quando a participação dos ocupados na indústria atingiu cerca de 14,7% da PEA, o restante do período foi marcado por uma participação pífia, até mesmo para os padrões de uma industrialização retardatária regional. Outro dado relevante é a queda da PEA em relação ao total da população do estado; isto é, de 69% na década de 1940, cai para 67% em 1960; e, depois decresce drasticamente entre aquela última década e a década de 1970 (30%) recuperando-se lentamente a partir daí – 35,3%, em 1980 e 38,7%, em 1991.

TABELA 67

MINAS GERAIS: PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO NÚMERO DE OCUPADOS NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO EM RELAÇÃO AO TOTAL DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA) E A POPULAÇÃO TOTAL DO ESTADO – 1940/1991.

Ano	Indústria de transformação			PEA		**Total**	
	N	% PEA	% Pop. Estado	N	% Pop. Estado	**N**	**%**
1940	137.929	2,9	2,0	4.654.421	69,0	**6.736.416**	**100**
1950	218.684	4,0	2,8	5.345.631	69,2	**7.717.792**	**100**
1960	285.415	4,3	2,9	6.616.201	67,5	**9.798.880**	**100**
1970	512.060	14,7	4,4	3.460.615	30,1	**11.487.415**	**100**
1980	562.858	11,8	4,2	4.736.190	35,3	**13.390.805**	**100**
1991	775.587	12,7	4,9	6.104.425	38,7	**15.743.152**	**100**

FONTE: Censos Demográficos – Séries Regionais. 1940, 1950, 1960, 1970, 1980.

A participação do número de ocupados na indústria mineira em relação ao conjunto nacional, conforma tabela abaixo, variou na casa dos 8% ao longo do período. Quanto à participação através da discriminação dos ramos, temos, embora de forma modesta, no conjunto nacional, uma variação entre 7,6% e 8,3% para a produção de *bens assalariados*; de 7,7% a 12,4%, para a produção de *bens intermediários*. Mas, tanto a última percentagem, quanto a primeira, deve ser descartada, devido, de um lado 12,4% para 1940 é explicado porque a indústria de base ainda não estava implantada no país, de forma

integrada; assim, o pouco que tinha do ramo intermediário, principalmente, metalurgia e minerais não metálicos, estavam instalados em Minas Gerais por causa dos recursos naturais. De outro, a queda de participação no decênio 1960/1970, explica-se pelo fato da maturação dos investimentos na indústria química pesada, bem como o crescimento de outros setores ligados àquele ramo em São Paulo[683]. Portanto, no correr do período a participação mineira na ocupação industrial do conjunto nacional variou entre 8% e 9%.

Em relação ao ramo de *bens de capital*, a participação mineira foi sempre modestíssima e os números referentes à 1940 (8,2%) e 1950 (3,3%), podem ser explicados a partir dos fatores apontados acima; isto é, para o primeiro devido os poucos setores deste ramo instalados no Brasil em 1940, cuja estrutura não estava montada ainda verticalmente; sendo estes resumidos à pequena indústria mecânica. E, a percentagem referente à 1950 (3,3%), devido justamente ao início da montagem da estrutura da moderna indústria de *bens de capital e consumo duráveis* que vai se concentrar em São Paulo. No entanto, a participação deste ramo instalado em Minas no conjunto dos números de ocupados em nível nacional, não obstante de forma modesta, cresce a partir da década de 1960, saltando de 4,2% naquela última para 7,8% em 1980. Entre 1980 e 1985, sua participação volta a cair.

TABELA 68

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL RELATIVA DE MINAS GERAIS NO NÚMERO DE OCUPADOS DO CONJUNTO NACIONAL, POR RAMOS DE INDÚSTRIA – 1940/1985.

Anos	Ramos de indústria							
	Bens de consumo assalariado		Bens intermediários		Bens de capital		**Total**	
	BR	MG	BR	MG	BR	MG	**BR**	**MG**
1940	100	7,6	100	12,4	100	8,2	100	**9,3**
1950	100	8,2	100	8,5	100	3,3	100	**8,7**
1960	100	8,3	100	9,2	100	4,2	100	**8,1**
1970	100	7,7	100	7,7	100	4,4	100	**7,5**
1975	100	7,9	100	8,2	100	5,2	100	**7,7**
1980	100	7,9	100	8,7	100	7,8	100	**8,2**
1985	100	8,1	100	9,5	100	6,2	100	**8,4**

FONTE: Censos Industriais – Séries Regionais. 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985.

[683] Sobre a implantação da indústria química pesada em São Paulo, consultar: WILSON CANO. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil – 1930/1995.* op.cit..

TABELA 69

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL RELATIVA DO NÚMERO DE OCUPADOS POR SETORES INDUSTRIAIS DE MINAS GERAIS NO CONJUNTO NACIONAL E DENTRO DA PRÓPRIA ESTRUTURA INDUSTRIAL DO ESTADO – 1950/1985.

Setores	1950		1960		1970		1975		1980		1985	
	1 - % MG/BR *						2 - %MG/MG**					
	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2
Ind. Extrativa***	18,0	7,7	23,9	6,9	26,6	8,5	28,0	6,0	25,7	5,4	25,1	5,6
Mecânica	4,0	1,0	2,7	1,1	7,8	7,5	7,1	9,9	8,0	11,0	7,9	9,7
Mat.Ele/comu	1,1	0,1	2,1	0,84	2,6	1,6	3,1	1,9	3,3	2,1	3,3	2,3
Mat.transporte	3,4	0,6	2,8	1,6	1,8	1,5	3,1	2,4	7,0	5,0	6,5	4,9
Minerais n-metálicos	7,1	8,7	9,2	11,5	9,1	11,5	10,1	11,4	11,8	13,3	11,6	9,5
Metalurgia	16,5	16,9	15,8	20,8	12,7	18,2	12,3	19,4	12,9	17,6	16,1	20,2
Madeira	7,5	4,7	6,5	4,2	3,9	2,8	3,6	2,6	3,4	2,3	3,8	1,8
Papel/papelão	4,3	1,0	3,6	1,1	3,8	1,3	5,4	1,6	3,9	1,1	4,1	1,2
Borracha	0,04	0,004	0,86	0,11	2,7	0,48	3,7	0,62	4,5	0,66	3,6	0,57
Couro/peles	9,2	1,8	9,4	1,7	8,9	1,2	7,3	0,98	5,9	0,64	6,4	0,77
Química	2,6	1,7	1,9	1,0	3,4	1,9	4,5	2,0	5,5	2,3	6,4	4,1
Plásticos	-	-	0,19	0,01	0,96	0,22	1,7	0,48	2,6	0,81	2,9	0,96
Mobiliário	5,9	2,1	6,4	2,9	7,3	4,1	8,4	4,1	7,4	3,3	7,5	3,1
Farmácia	-	-	2,3	0,27	2,1	0,36	3,3	0,39	3,7	0,32	4,4	0,48
Perfumaria/sabões/ velas	-	-	2,2	0,20	2,0	0,20	2,3	0,18	3,1	0,20	3,2	0,26
Têxtil	9,1	32,1	9,8	26,0	9,4	17,4	9,7	11,5	9,2	8,9	10,7	8,3
Vestuário/calçado	7,5	5,6	5,1	3,7	4,2	3,7	5,1	5,5	6,5	7,7	7,2	10,5
Alimentos	8,5	17,3	8,9	16,7	8,8	17,5	9,0	16,0	8,9	14,3	8,8	14,3
Bebidas	5,5	1,8	5,6	1,5	7,8	2,4	10,5	2,0	10,0	1,5	9,2	1,5
Fumo	3,0	0,40	3,7	0,42	4,9	0,38	4,3	0,33	8,1	0,37	8,2	0,51
Editorial e gráfica	6,0	2,4	6,5	2,5	6,7	3,4	6,4	2,9	6,4	2,3	5,9	2,1
Diversos	3,8	1,0	3,5	0,98	4,3	1,4	4,9	1,4	4,9	1,3	5,9	2,2
Total	**8,7**	**100**	**8,1**	**100**	**7,5**	**100**	**7,7**	**100**	**8,2**	**100**	**8,4**	**100**

FONTE: Censos Industriais – Séries Regionais. 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985.
* Participação do setor mineiro no conjunto do setor nacional e não do total de ocupados do país.
** Participação do setor no total da estrutura industrial do Estado.
*** Percentagem extraída a partir do total dos ocupados dos tipos de indústrias (indústria extrativa + indústria de transformação + serviços industriais de utilidade pública). Os demais setores o cálculo se circunscreve ao total da indústria de transformação.

No que toca à participação do número de ocupados nos setores da indústria instalados em Minas no conjunto nacional, destaca-se o peso da indústria extrativa, principalmente àquelas indústrias voltadas para mineração de ferrosos, que salta de 18% para 28% entre 1950 e 1980, decrescendo entre 1980 e 1985. O setor de minerais não metálicos, que da década de 1960 a 1985, variou na casa dos 11%, com exceção de 1975, quando esta caiu para 10%. O setor metalúrgico que teve participação relativa decrescente entre 1950 e 1975, mas que entre 1980 e 1985 viu-se um crescimento importante, de 13%

para 16%; porém, participação modesta no conjunto do setor nacional. Destaca-se também crescimento dos setores de mecânica, material elétrico/comunicações, material de transporte e química, não obstante a pequenez em relação à esfera nacional. Já os setores vinculados ao ramo de *bens assalariados*, vemos variações de alta e queda, mesmo que não bruscas, na participação percentual da ocupação. Especialmente os setores, têxtil, alimentos, vestuário e bebidas.

Quanto à participação do número de ocupados na estrutura interna da indústria mineira, conforme a tabela abaixo, se mostra a liderança do ramo de *bens de consumo assalariado*, também percebe-se participação expressiva do ramo de *bens intermediários*, principalmente, entre 1975 e 1985, quando se matura os investimentos mais importantes daquele ramo no estado. Há que se apontar também, o crescimento vertiginoso da participação do ramo de *bens de capital*, que atinge em 1980, seu ponto máximo de participação, cerca de 26% do número de ocupados na indústria do estado.

TABELA 70

MINAS GERAIS: TOTAL DE OCUPADOS NA INDÚSTRIA, POR RAMOS DE INDÚSTRIA E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL RELATIVA DESTES RAMOS NA ESTRUTURA OCUPACIONAL INDUSTRIAL DO ESTADO – 1940/1985.

Ano	Bens de consumo assalariado		Bens intermediários		Bens de capital		**Total**	
	N	%	N	%	N	%	**N**	**%**
1940	39.447	44,0	39.513	44,0	10.437	11,6	**89.606**	**100**
1950	54.319	61,9	30.872	35,2	2.470	2,8	**87.661**	**100**
1960	58.564	50,8	46.989	40,7	5.523	4,7	**115.257**	**100**
1970	92.762	49,7	70.836	38,0	22.757	12,2	**186.355**	**100**
1975	121.315	43,1	110.809	39,3	49.226	17,4	**281.350**	**100**
1980	152.236	39,1	151.179	38,9	100.868	25,9	**388.422**	**100**
1985	186.089	41,4	176.313	39,2	86.583	19,2	**448.985**	**100**

FONTE: Censos Industriais – Séries Regionais. 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985.

Se pegarmos os números brutos, contidos na tabela abaixo, veremos que, o número de ocupados cresceu em todos os setores da indústria mineira. A nosso ver, isto é o reflexo dos estímulos da industrialização nacional e os esforços das políticas econômicas implementadas pelo Estado.

TABELA 71

MINAS GERAIS: TOTAL DE OCUPADOS NO CONJUNTO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO, POR SETORES DE INDÚSTRIA – 1940/1985.

Setores	1940 *	1950	1960	1970	1975	1980	1985
Mecânica	442	893	1.364	14.070	28.046	43.056	43.748
Mat.Ele/comu	-	165	972	3.084	5.565	8.172	10.508
Mat.transporte	-	526	1.865	2.893	7.028	19.707	22.370
Minerais n-metálicos	5.598	7.696	13.358	21.602	32.346	51.976	42.713
Metalurgia	16.970	14.823	24.060	33.984	54.780	68.740	90.965
Madeira	4.017	4.190	4.890	5.390	7.437	8.950	8.305
Papel/papelão	696	964	1.281	2.568	4.637	4.282	5.492
Borracha	-	4	131	904	1.746	2.566	2.573
Couro/peles	1.829	1.621	2.071	2.353	2.764	2.511	3.458
Química	1.181**	1.574**	1.183	3.625	5.737	8.999	18.457
Plásticos	-	-	15	410	1.362	3.155	4.350
Mobiliário	-	1.924	3.399	7.701	11.730	13.021	14.063
Farmácia	-	-	314	671	1.115	1.255	2.184
Perfumaria/sabões/ velas	-	-	237	390	509	791	1.180
Têxtil	17.667	28.188	30.063	32.440	32.546	34.916	37.603
Vestuário/calçado	3.050	4.961	4.371	7.006	15.602	30.002	47.363
Alimentos	15.661	15.185	19.342	32.759	45.039	55.725	64.566
Bebidas	1.018	1.599	1.759	4.574	5.633	5.888	7.099
Fumo	-	354	488	720	934	1.472	2.307
Editorial e gráfica	2.051	2.108	2.962	6.501	8.207	9.166	9.724
Diversos	-	886	1.132	2.710	4.190	5.402	9.957
Total	**89.606**	**87.661**	**115.257**	**186.355**	**281.350**	**388.422**	**448.985**

FONTE: Censos Industriais – Séries Regionais. 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985.

* Não está incluso as seguintes indústrias que consta no respectivo censo: produção e distribuição de eletricidade, gás e frio/abastecimento de água e esgoto; construção civil; mistas.

** Inclui o setor de farmácia.

Quanto ao Valor da Produção, temos os seguintes dados.

TABELA 72

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL RELATIVA DE MINAS GERAIS NO VALOR DA PRODUÇÃO DO CONJUNTO NACIONAL, POR RAMOS DE INDÚSTRIA – 1940/1985.

Anos	Ramos de indústria							
	Bens de consumo assalariado		Bens intermediários		Bens de capital		**Total**	
	BR	MG	BR	MG	BR	MG	**BR**	**MG**
1940	100	6,0	100	10,5	100	4,5	100	**6,7**
1950	100	8,2	100	5,9	100	1,5	100	**7,1**
1960	100	6,5	100	6,8	100	1,1	100	**5,8**
1970	100	6,6	100	10,6	100	2,7	100	**7,6**
1975	100	7,5	100	9,4	100	2,8	100	**7,6**
1980	100	7,7	100	10,3	100	5,3	100	**8,6**
1985	100	7,2	100	11,9	100	5,6	100	**9,0**

FONTE: Censos Industriais – Séries Regionais. 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985.

A participação percentual relativa do Valor da Produção Industrial mineira em relação ao conjunto nacional, como vem demonstrando a partir de dados anteriores, é bem modesta. Seu ponto mínimo foi em 1960, 5,8%; já o seu ponto máximo, em 1985, atingindo 9%. No entanto, tal variação oscilou entre 7,5% e 8,5% no decênio 1970/1980, auge da industrialização nacional.

Se discriminarmos a participação do VPI mineiro em ramos da indústria, temos em destaque a produção de *bens intermediários*, com participação variável entre 9,5% e 12%, com exceção dos anos de 1950 e 1960, cuja participação esteve na casa dos 6%. Todavia, o ramo de *bens intermediários* aparece como o principal ramo na participação do VPI mineiro em relação ao conjunto nacional. Neste sentido, mesmo com uma participação modesta, este resultado corrobora com a política de concentração setorial da indústria preconizada pelo setor público mineiro aliado aos interesses de seu empresariado industrial.

Quanto à participação do ramo de *bens de capital*, temos uma participação modesta, não obstante seu crescimento expressivo no decênio 1970/80, cujo salto foi de 2,7% para 5,3% em 1980 e 5,6% em 1985. Ou seja, um crescimento aproximadamente de 100%.

Já o ramo de *bens de consumo assalariado*, sua participação variou entre 6% e 7%, sendo que em 1950 atingiu seu ponto máximo de participação, 8,2%, momento este que é explicado pelo crescimento de setores vinculados àqueles bens ao longo da década de 1940.

No tocante à participação dos setores da indústria mineira no VPI nacional, temos o seguinte resultado, de acordo com a tabela abaixo.

TABELA 73

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL RELATIVA DO VALOR DA PRODUÇÃO POR SETORES INDUSTRIAIS DE MINAS GERAIS NO CONJUNTO NACIONAL E DENTRO DA PRÓPRIA ESTRUTURA INDUSTRIAL DO ESTADO – 1950/1985.

Setores	1950		1960		1970		1975		1980		1985	
	1 - % MG/BR *						2 - %MG/MG**					
	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2
Ind. Extrativa***	16,7	2,8	16,7	3,3	28,4	6,0	40,6	7,3	26,4	4,2	10,3	5,3
Mecânica	1,9	0,43	1,3	0,66	6,1	4,7	4,3	4,7	6,4	5,8	5,8	4,4
Mat.Elétrico/ comunicação	0,70	0,14	1,3	0,88	1,8	1,1	2,8	1,9	3,2	1,9	3,0	1,9
Mat.transporte	1,8	0,60	0,91	1,0	0,88	0,98	1,3	1,6	6,1	5,6	7,7	6,2
Minerais n-metálicos	7,1	4,5	9,5	7,4	12,0	6,8	13,8	7,7	16,2	8,1	13,7	4,5
Metalurgia	12,1	13,0	13,6	24,5	21,4	36,6	18,4	34,3	20,3	33,2	23,8	36,8
Madeira	5,4	2,6	6,2	2,8	2,9	0,92	2,0	0,61	2,6	0,64	3,8	0,52
Papel/papelão	2,8	0,80	2,6	1,3	2,8	0,94	2,9	0,95	4,7	1,5	4,9	1,5
Borracha	0,01	0,00	0,88	0,38	1,4	0,32	1,7	0,39	1,9	0,34	1,8	0,33
Couro/peles	7,6	1,6	8,1	1,5	6,9	0,62	6,1	0,41	5,9	0,34	6,3	0,43
Química	1,4	1,6	0,98	1,4	4,1	6,2	4,3	9,2	5,1	11,8	6,8	15,6
Plásticos	-	-	0,09	0,01	0,56	0,12	1,0	0,27	1,7	0,41	3,4	0,72
Mobiliário	3,7	0,89	4,2	1,3	5,8	1,4	9,4	2,0	5,6	0,98	5,8	0,77
Farmácia	-	-	0,96	0,32	0,67	0,19	1,3	0,23	1,5	0,19	1,6	0,21
Perfumaria/sabões/ velas	-	-	1,9	0,49	0,90	0,16	0,73	0,10	1,1	0,11	1,5	0,14
Têxtil	6,0	15,9	6,8	14,7	6,0	7,6	7,5	7,0	7,7	5,8	9,6	6,0
Vestuário/calçado	4,9	3,0	3,4	2,0	2,9	1,3	3,4	1,6	4,6	2,1	5,8	2,8
Alimentos	11,1	50,4	8,4	34,6	9,3	25,7	9,9	22,5	9,9	16,5	7,6	13,5
Bebidas	3,6	1,5	3,4	1,4	3,4	0,88	5,9	1,0	6,1	1,0	6,0	0,70
Fumo	4,2	0,83	5,4	1,0	7,1	0,93	5,8	0,64	15,4	0,82	13,7	0,89
Editorial e gráfica	3,5	1,4	3,8	1,5	3,9	1,3	3,3	1,0	4,3	0,82	4,3	0,64
Diversos	1,4	0,29	1,8	0,40	3,3	0,72	2,7	0,49	3,4	0,60	4,0	0,80
Total	**7,1**	**100**	**5,9**	**100**	**7,6**	**100**	**7,6**	**100**	**8,6**	**100**	**9,0**	**100**

FONTE: Censos Industriais – Séries Regionais. 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985.
* Participação do setor mineiro no conjunto do setor nacional e não do total do VP do país.
** Participação do setor no total da estrutura industrial do Estado.
*** Percentagem extraída a partir do total do VP dos tipos indústrias (indústria extrativa + indústria de transformação + serviços industriais de utilidade pública). Os demais setores o cálculo se circunscreve ao total da indústria de transformação.

Em primeiro lugar percebe-se que ao longo do período considerado o setor siderúrgico vai paulatinamente tomando a liderança da indústria mineira na participação do VPI em nível nacional; ou seja, de 12% em 1950, cresce para 13% em 1960; atingindo 21% em 1970, crescimento de 87% entre 1950/1970. Depois sua participação caiu para cerca de 18% em 1975; retornando a crescer em 1980, com 20%, até atingir seu ponto máximo de participação em 1985, com cerca de 23,%. Nesse período, o setor siderúrgico tornou-se o principal setor do VPI mineiro em relação ao conjunto nacional. A tabela também nos mostra que, da década de 1950 até o final da década de 1970, o setor líder de participação

do VPI mineiro em relação ao VPI nacional foi a indústria extrativa, que saltou de 16% em 1950 para 40,5% em 1975, um crescimento de 126%. No qüinqüênio 75/80 sua participação caiu de 40,5% para menos de 26,5%, queda de aproximadamente de 35%; atingido a casa dos 10% em 1985, quando é ultrapassada pela indústria siderúrgica e pela indústria de minerais não metálicos, cuja participação naquele ano atinge o patamar de 13%.

Quanto à participação dos setores e dos ramos no VPI da estrutura interna da indústria mineira, temos os seguintes resultados.

Para os setores, indicados na tabela acima, percebem-se dois períodos distintos. O primeiro, que engloba as décadas de 1950 e 1960, há a liderança da indústria alimentícia no VPI mineiro, com mais de 50%, no decênio 1940/1950, e 34% no decênio 1950/1960. A participação deste setor no VPI entre 1950 e 1985 é de queda. Por outro lado, vemos o crescimento da participação da indústria siderúrgica, que de 13% em 1950, salta para 24% em 1960; 36,6% em 1970; oscilando na casa dos 30% a partir daí. O segundo período é justamente o da liderança do setor siderúrgico no VPI mineiro, que vai de 1970 até 1985.

Em termos de ramos da indústria, de acordo com a tabela abaixo, a análise feita acima pode ser transportada para apreciação destes. Isto é, o ramo de *bens assalariados* lidera a participação no VPI mineiro nos decênios 1930/40, com cerca de 53%; 1940/50, 74%, seu ponto mais alto; e, 1950/60, com 57%. A partir do decênio 1960/70, a liderança passa para o ramo de *bens intermediários*, que salta de 52% em 1970 para 60% em 1985.

No que toca ao ramo de *bens de capital*, sua participação oscilou bastante ao longo do período considerado; ou seja, da casa dos 9% no decênio 1940/1950, cai drasticamente para menos de 1,5% no decênio 1940/1950 – dentro de um contexto em que tal ramo se circunscrevia à pequena indústria mecânica que se espalhava pelo país sem uma integração vertical – e que a partir da década de 1950 vê-se diante de uma nova estrutura que vai constituir este ramo. A partir da década de 1960 sua participação cresce de 3% para mais de 7,5% em 1970, atingindo a 9,5% em 1975, sendo que a partir daí pula para aproximadamente 15% em 1980, caindo para a casa dos 13% em 1985.

TABELA 74

MINAS GERAIS: TOTAL DO VALOR DA PRODUÇÃO, POR RAMOS DE INDÚSTRIA E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL RELATIVA DO VALOR DA PRODUÇÃO DESTES RAMOS NA ESTRUTURA INDUSTRIAL DO ESTADO – 1940/1985.

Ano	Bens de consumo assalariado		Bens intermediários		Bens de capital		**Total**	
	N	%	N	%	N	%	**N**	**%**
1940	6.269.95	53,2	493.338	41,8	111.212	9,4	**1.177.545**	**100**
1950	5.633.990	74,1	1.846.049	24,3	113.091	1,4	**7.593.160**	**100**
1960	39.686.092	57,5	27.252.177	39,4	2.078.259	3,0	**69.016.528**	**100**
1970	3.378.496	39,5	4.485.546	52,6	651.313	7,6	**8.515.355**	**100**
1975	20.363.615	36,3	30.254.540	54,0	5.334.036	9,5	**55.952.191**	**100**
1980	229.914.614	28,5	456.121.755	56,5	120.393.236	14,9	**806.429.605**	**100**
1985	25.210.582.344	25,8	59.205.875.566	60,6	13.143.701.793	13,4	**97.560.159.703**	**100**

FONTE: Censos Industriais – Séries Regionais. 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985.

Por fim, passamos à análise do Valor da Transformação Industrial, variável mais importante para medir o grau de concentração industrial.

TABELA 75

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL RELATIVA DE MINAS GERAIS NO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL (VTI) DO CONJUNTO NACIONAL, POR RAMOS DE INDÚSTRIA – 1950/1985.

Anos	Ramos de indústria							
	Bens de consumo assalariado		Bens intermediários		Bens de capital		**Total**	
	BR	MG	BR	MG	BR	MG	**BR**	**MG**
1940	100	6,4	100	13,7	100	5,2	100	**7,8**
1960	100	6,0	100	7,3	100	1,3	100	**6,0**
1970	100	5,8	100	7,6	100	3,1	100	**7,1**
1975	100	6,2	100	7,9	100	3,6	100	**7,1**
1980	100	6,8	100	9,6	100	5,7	100	**8,1**
1985	100	6,9	100	11,1	100	4,9	100	**8,2**

FONTE: Censos Industriais – Séries Regionais. 1940, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985.

De acordo com a tabela acima, a participação de Minas Gerais no VTI nacional esteve na casa dos 7% e 8%, com exceção do decênio 1950/60 em que dá-se queda para 6%. Tal queda nesse período é explicada relativamente a partir da acentuação da concentração industrial em São Paulo. Desta forma, como de resto, a participação mineira no VTI nacional é modesta.

No que toca à discriminação por ramos de indústria, percebe-se que o principal ramo mineiro é o de *bens intermediários*, mais uma vez corroborando a política econômica do estado e as aspirações de sua burguesia industrial. Sua participação no VTI nacional oscilou entre 7% e 9% entre 1960 e 1980, atingindo picos altos em 1940 – 13,7% – e em 1985 – 11%. Excluindo o decênio 1930/40, o crescimento da participação deste ramo da indústria mineira no VTI nacional aproximadamente de 76%.

Quanto ao ramo de *bens assalariados* sua participação ficou na casa dos 6%, com exceção do decênio 1960/1970, que caiu para 5,8%. Participação, portanto, modesta.

A respeito da produção de *bens de capital*, seguiu ao ramo anterior, com participação modesta que oscilou entre 1,3% de 1960 a 5,7% de 1980. Não obstante um crescimento de 219% no período; sua participação cai para menos de 5% em 1985, mantendo-se uma posição bem modesta.

TABELA 76

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL RELATIVA DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL POR SETORES INDUSTRIAIS DE MINAS GERAIS NO CONJUNTO NACIONAL E DENTRO DA PRÓPRIA ESTRUTURA INDUSTRIAL DO ESTADO – 1940/1985.

Setores	1940		1950		1960		1970		1975		1980		1985	
	1 - % MG/BR * 2 - %MG/MG**													
	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2
Ind. Extrativa***	19,7	8,1	18,2	5,7	16,8	6,6	27,4	10,9	41,0	13,7	28,9	7,7	8,5	9,1
Mecânica	0,77	0,45	2,0	0,66	1,5	0,89	6,3	6,8	5,1	8,4	7,0	9,2	5,8	6,5
Mat.Ele/comu	-	-	0,72	0,17	1,6	1,1	1,5	1,2	2,5	2,3	3,2	2,6	2,5	2,3
Mat.transporte	-	-	2,1	0,71	1,0	1,3	1,2	1,5	2,2	2,2	6,7	6,6	7,1	5,5
Minerais n-metálicos	6,2	3,5	9,9	7,7	8,7	9,9	11,8	10,6	13,6	13,5	15,5	11,7	13,0	6,8
Metalurgia	31,4	25,3	14,5	20,7	14,5	29,6	18,7	33,2	14,1	28,3	18,3	27,4	22,2	32,8
Madeira	7,3	4,1	5,1	3,3	6,4	3,5	3,2	1,2	2,2	1,0	2,3	0,80	2,6	0,50
Papel/papelão	5,1	0,79	3,0	1,0	2,7	1,3	2,5	1,0	2,8	1,1	6,1	2,4	5,4	1,9
Borracha	-	-	0,01	0,00	1,1	0,60	1,1	0,34	2,0	0,54	2,6	0,43	1,7	0,39
Couro/peles	9,1	1,6	8,7	1,7	9,4	1,7	6,6	0,65	5,9	0,49	5,9	0,36	5,8	0,42
Química	1,8#	1,9#	1,2#	1,8#	1,1	1,6	3,4	5,2	3,2	6,1	4,6	8,8	6,7	14,2
Plásticos	-	-	-	-	0,07	0,01	0,51	0,14	1,1	0,39	1,6	0,52	3,7	1,0
Mobiliário	-	-	3,7	1,2	4,2	1,5	5,5	1,7	5,9	1,8	5,0	1,1	5,7	0,99
Farmácia	-	-	-	-	1,0	0,44	0,65	0,33	1,3	0,54	1,5	0,31	1,7	0,34
Perfumaria/sabões/ velas	-	-	-	-	1,3	0,31	0,76	0,18	0,6	0,12	1,0	0,11	1,9	0,21
Têxtil	6,4	15,1	6,7	20,1	7,6	15,8	6,5	9,3	7,9	7,7	8,1	6,7	10,1	7,3
Vestuário/calçado	4,0	2,0	5,1	3,3	3,5	2,2	2,5	1,3	3,4	2,0	4,5	2,8	5,7	3,6
Alimentos	8,4	21,0	10,2	31,7	7,6	21,6	8,8	18,2	8,9	15,9	8,7	11,3	7,0	10,3
Bebidas	1,8	1,3	3,2	2,1	3,7	1,8	3,7	1,3	6,4	1,8	6,5	1,0	5,5	0,83
Fumo	-	-	4,2	0,91	6,2	1,4	8,5	1,7	6,8	1,1	17,7	1,5	16,0	1,4
Editorial e gráfica	4,3	1,6	3,3	2,0	4,0	2,1	3,9	2,2	3,3	1,9	4,3	1,4	4,3	1,0
Diversos	-	-	1,4	0,42	1,8	0,55	3,7	1,2	2,6	0,80	2,9	0,84	3,7	1,2
Total	**7,8**	**100**	**6,9**	**100**	**6,0**	**100**	**7,1**	**100**	**7,1**	**100**	**8,1**	**100**	**8,2**	**100**

FONTE: Censos Industriais – Séries Regionais. 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985.
* Participação do setor mineiro no conjunto do setor nacional e não do total do VTI do país.
** Participação do setor no total da estrutura industrial do Estado.
*** Percentagem extraída a partir do total do VTI dos tipos indústrias (indústria extrativa + indústria de transformação + serviços industriais de utilidade pública). Os demais setores o cálculo se circunscreve ao total da indústria de transformação.
#Inclui produtos farmacêuticos.

Quanto à participação dos setores da indústria mineira no VTI nacional, percebe-se, em primeiro lugar, com exceção do decênio 1930/1940, quando o setor siderúrgico aparece com aproximadamente 31% de participação no VTI nacional, por razões que já explicitamos; entre as décadas de 1950 e 1970, a indústria extrativa é que detém a liderança da indústria mineira no VTI nacional. Vemos que a participação daquele setor oscila na casa dos 18% para 16% no decênio 1940/1950 e 1950/1960, respectivamente; saltando no decênio seguinte 1960/1970 para aproximadamente 27,5%, atingindo 41% em 1975, seu

pico mais alto, caindo vertiginosamente para menos de 29% em 1980 e mais ainda para 8,5% em 1985.

Quanto ao setor siderúrgico percebe-se uma queda no decênio 1940/1950, de 31,4% para 14,5% no decênio 1950/1960, mantendo este patamar no decênio seguinte e, iniciando uma curva de crescimento a partir da década de 1970, com 18,7%; não obstante uma queda brusca para 14% no qüinqüênio 1970/1975; mas que, retoma seu ritmo, atingindo 18,3% em 1980 e 22,2% em 1985, seu pico mais alto de participação no VTI nacional. Neste momento o setor siderúrgico assume a liderança em tal participação.

No tocante à estrutura interna da indústria mineira, a participação dos setores em relação ao VTI, mostra-nos no decênio 1930/1940, liderança do setor siderúrgico, com 25%, seguido da indústria de alimentos, com 21% e a indústria têxtil, com 15%. Já no decênio 1940/1950, a liderança passa para o setor de alimentos, com cerca de 31%, seguindo pelo setores siderúrgico e têxtil, ambos na caso dos 20%. A partir da década de 1960, o setor siderúrgico passa a liderar o VTI mineiro, participando com 29,6% no decênio 1950/60; 33,2% no decênio 1960/1970, seu ponto mais alto de participação; 28,3% no qüinqüênio 1970/1975; 27,4% no qüinqüênio 1975/1980; e, 32,8% no qüinqüênio 1980/1985. Destaca-se também no VTI mineiro o setor químico, que em 1985, aparece em segundo lugar, com 14,2%.

Por fim, quanto à descriminação por ramos de indústria no VTI mineiro, de acordo com a tabela abaixo, percebe-se também o mesmo movimento anterior. Até o decênio 1950/1960, tem-se a liderança do ramo de *bens de consumo assalariados*, que atinge neste momento mais de 61,5% de participação no VTI estadual. A partir da década de 1960, a liderança passa para o ramo de *bens intermediários*, que no decênio 1950/1960 atinge o patamar de 48,5%; 52,6% em 1970; caindo 2% em 1975; retorna para a casa dos 52% no qüinqüênio seguinte, saltando para 58,2%, entre 1980/1985, seu pico de participação no VTI mineiro.

Sobre o ramo de *bens de capital*, sua participação é crescente entre 1950 e 1980, saltando de 1,9% para 20,8% respectivamente. Crescimento de 1000%. Entre 1980 e 1985, tal participação cai de 20,8% para 15,6%; queda de 25%. Todavia, a participação deste ramo no VTI mineiro foi sempre modesta.

TABELA 77

MINAS GERAIS: TOTAL DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL, POR RAMOS DE INDÚSTRIA E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL RELATIVA DO VTI DESTES RAMOS NA ESTRUTURA INDUSTRIAL DO ESTADO – 1950/1985.

Ano	Bens de consumo assalariado		Bens intermediários		Bens de capital		**Total**	
	N	%	N	%	N	%	**N**	**%**
1950	1.931.150	61,6	1.275.607	40,6	62.056	1,9	**3.134.947**	**100**
1960	14.872.609	47,4	15.215.707	48,5	1.228.559	3,9	**31.318.875**	**100**
1970	1.265.278	36,4	1.825.745	52,6	379.893	10,9	**3.470.916**	**100**
1975	6.439.520	33,3	9.976.420	51,6	2.904.338	15,0	**19.320.278**	**100**
1980	80.426.027	26,5	159.396.527	52,5	63.062.403	20,8	**302.884.957**	**100**
1985	10.309.243.898	26,1	22.961.781.179	58,2	6.170.771.631	15,6	**39.441.796.708**	**100**

FONTE: Censos Industriais – Séries Regionais. 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985.

4.3 – Estrutura da indústria de Juiz de Fora no contexto da industrialização Brasileira pós-1930.

Retomando o objetivo deste capítulo e do estudo em tela, passamos a analisar a estrutura industrial de Juiz de Fora no período considerado. Mas, antes, faz-se necessário algumas considerações sobre as fontes utilizadas.

Em primeiro lugar, utilizamos basicamente os dados contidos nos Censos Industriais do IBGE das Séries Regionais. Por outro lado, tínhamos como objetivo traçar um perfil do empresariado industrial local, sua articulação de interesses, ação concertada com a FIEMG, particularmente, pós-1954, quando os industriais juiz-foranos passam a integrar àquela Federação, etc.. Tal tarefa se tornou dificílima, pois, não obstante documentação vasta sobre o assunto, tudo, ou pelo menos a maioria das fontes que sabemos sobre os industriais de Juiz de Fora pós-1930, encontra-se no Arquivo da Associação Comercial de Juiz de Fora, sem uma organização própria, misturados aos documentos daquela entidade. Assim, para levar à cabo a incorporação desse assunto em nosso estudo teríamos que realizar um imenso trabalho naquele arquivo, comprometendo, deste modo, o próprio prosseguimento de nosso estudo. Ademais, não é ocioso afirmar que o assunto, por si só, já daria uma tese de doutoramento.

Desta forma, nos concentramos nos dados do IBGE, e que, para efeito, cumpre nosso objetivo principal, qual seja, o de desmistificar a tese da “desindustrialização” de Juiz de Fora no pós-1930.

Vimos na introdução deste capítulo como que Souza Paula, em seu estudo – único que discorre sobre a atividade industrial de Juiz de Fora no pós-1930 – apontou os fatores da estagnação, do declínio, da desindustrialização daquela cidade no período considerado. Vimos também, em nossas considerações iniciais, o porquê de não concordarmos com tal tese. Agora, faz-se necessário demonstrar empiricamente nossa argumentação. Para tanto, vamos dividir o tópico em dois itens, a saber: o primeiro, analisamos a estrutura interna da indústria juiz-forana no período que vai da década de 1940 à primeira metade da década de 1980; o segundo, traçamos uma comparação com as demais regiões mineiras, dentro do contexto da concentração industrial em Belo Horizonte e em seu entorno, ao longo do período considerado. Desde já, queremos afirmar que, não é o caráter *periférico* do parque

industrial de Juiz de Fora o principal do debate em tela, concordamos com tal denominação; e sim, se àquela cidade entrou numa fase de declínio industrial e de estagnação econômica.

4.3.1 – *Estrutura industrial de Juiz de Fora – 1940/1985.*

A primeira impressão que nos salta os olhos ao analisar os dados contidos nos Censos Industriais sobre a atividade industrial de Juiz de Fora no período considerado, é que não condiz com as afirmações de Souza Paula a respeito do quadro de estagnação, declínio ou "desindustrialização" daquela cidade. As tabelas abaixo confirmam nossa argumentação.

TABELA 78

ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS DE JUIZ DE FORA – 1947/1985.

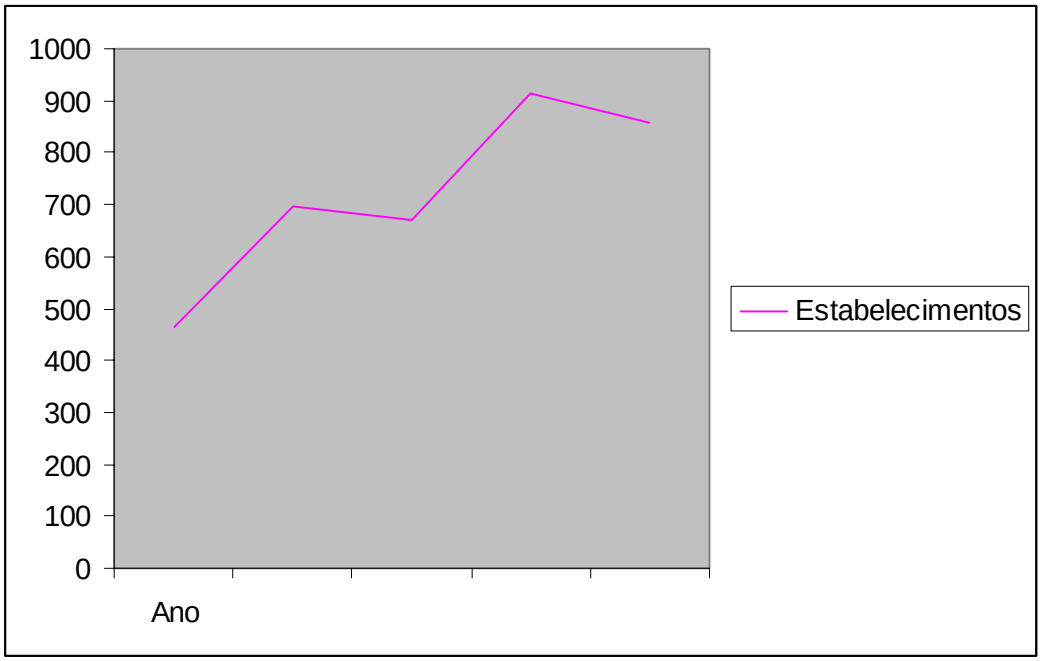
Ano	Estabelecimentos	%
1947	463	100
1970	696	150,3
1975	672	145,1
1980	913	197,1
1985	856	184,8

FONTE: Para o ano de 1947 consultar: Boletim DEE (Departamento Estadual de Estatística), 1949. Apud., MARIA CARLOTA SOUZA PAULA. *As vicissitudes da industrialização periférica: o caso de Juiz de Fora – 1930/1970.* (Mestrado). Belo Horizonte: FFCFH/UFMG, 1976. pg., 179. Para os demais anos: IBGE, Censo Industrial, Minas Gerais. Séries Regionais – 1970, 1975, 1980 e 1985.

Em primeiro lugar, **estagnação** pressupõe estancamento, perda relativa da atividade industrial, seja no número de empresas; ocupados, valor da produção etc.. Se olharmos para a tabela acima, percebemos que entre 1947 e 1970 houve crescimento significativo do número de empresas industriais em Juiz de Fora, em torno de 150%. Crescimento este que continuou no decênio 1970/1980, em torno de 131%; com relativa queda entre 1970/1975 e 1980/1985. Deste modo, pela análise do número de estabelecimentos industriais, já fica difícil sustentar a tese da estagnação. Principalmente para o período até 1970, o qual se balizou Souza Paula.

GRÁFICO 4

ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS DE JUIZ DE FORA – 1947/1985.



Mas, se direcionarmos nossa análise para o fator demográfico daquela cidade veremos o seguinte:

TABELA 79

TOTAL DA POPULAÇÃO DA CIDADE E O NÚMERO DE OCUPADOS NA ATIVIDADE INDUSTRIAL – 1920/1985.

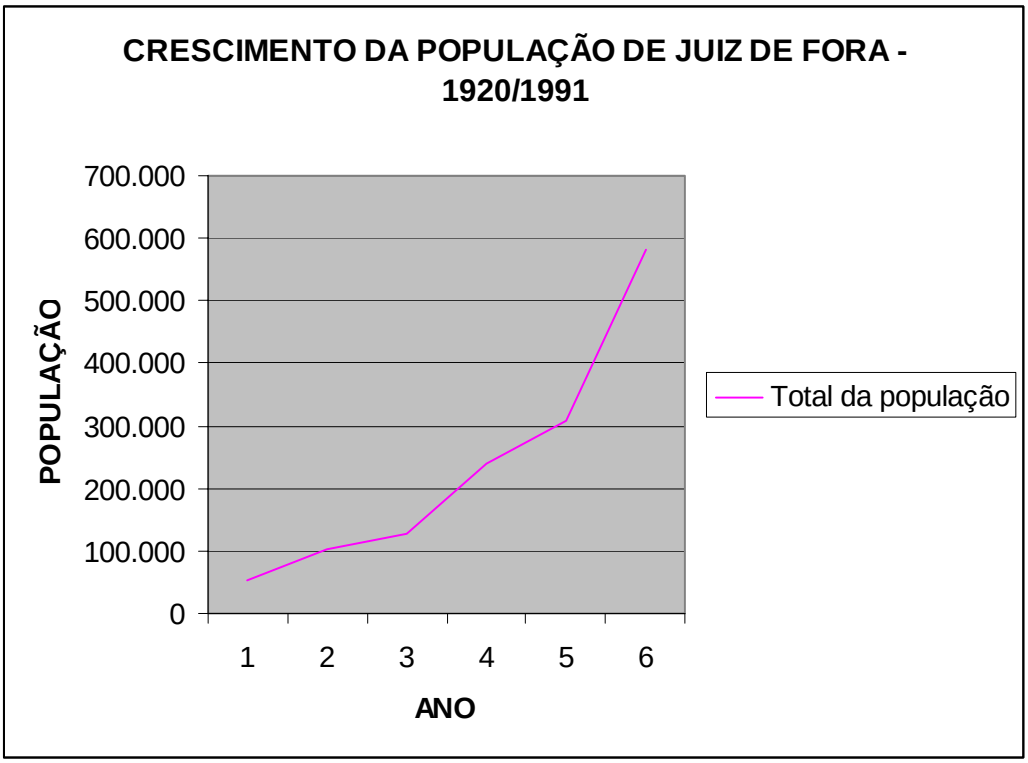
Ano	Total da população	Ocupados na indústria
1920	51.392*	8.353
1940	104.172	10.367
1950	126.989	13.824
1970	238.510	29.240
1980	307.534	38.933
1991	583.117	45.466

FONTE: Para o ano de 1920: ALBINO ESTEVES. *Álbum do Município de Juiz de Fora.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1915, pg., 85. Apud., SÍLVIA MARIA BELFORT VILELA DE ANDRADE. *A classe operária em Juiz de Fora: uma história de lutas – 1912/1924.* Juiz de Fora: EDUFJF, 1987. pg., 37. Para os demais anos: IBGE. Censos Demográficos – Séries Regionais – Minas Gerais – 1940, 1950, 1970, 1980 e 1991.

* Inclui a área rural do município, mas não os seus distritos.

A tabela acima nos mostra que a população da cidade de Juiz de Fora esteve sempre em ascensão. Somente entre 1920 e 1940, o crescimento foi de 202%. Para uma cidade que entrou em declínio econômico a partir da década de 1930, um crescimento deste não poderia ter acontecido. Pelo contrário, sem crescimento econômico, num período de transformação estrutural no país, o que deveria acontecer, em Juiz de Fora, no caso de uma estagnação, declínio e "desindustrialização", seria também queda do número de residentes. O crescimento demográfico entre 1920 e 1970 foi na ordem de 464%; ou seja, saltou de 51.392 para 238.510 pessoas. Entre 1940 e 1980, o crescimento foi cerca de 295%; saltou de 104.172 para 307.534 pessoas. Mais um argumento contra o mito do **baú de ossos**.

GRÁFICO 5



Mas, se olharmos para o número de ocupados na atividade industrial ao longo do período considerado, aí, que tal mito se desfaz. Ou seja, entre 1920 e 1980, o número de ocupados na indústria saltou de 8.353 para 38.933, crescimento de 466%.

GRÁFICO 6

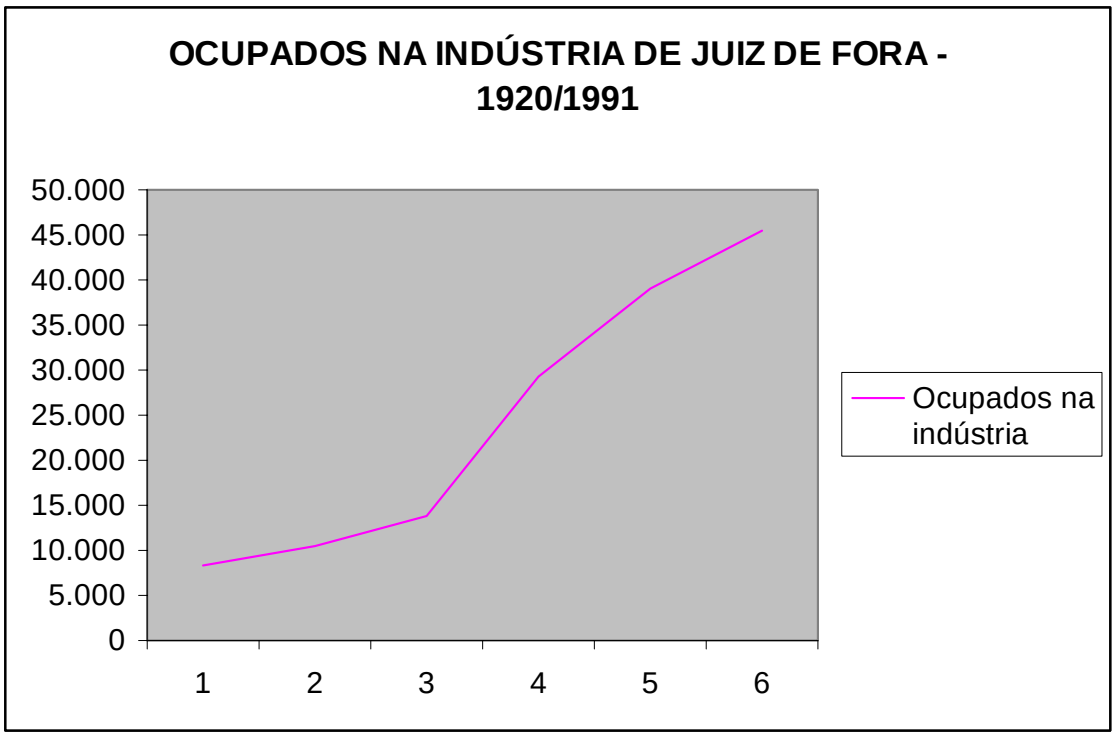


TABELA 80

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL POR SETOR DO VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL DE JUIZ DE FORA – 1935/1941.
(PORCENTAGEM ARRENDONDADA)

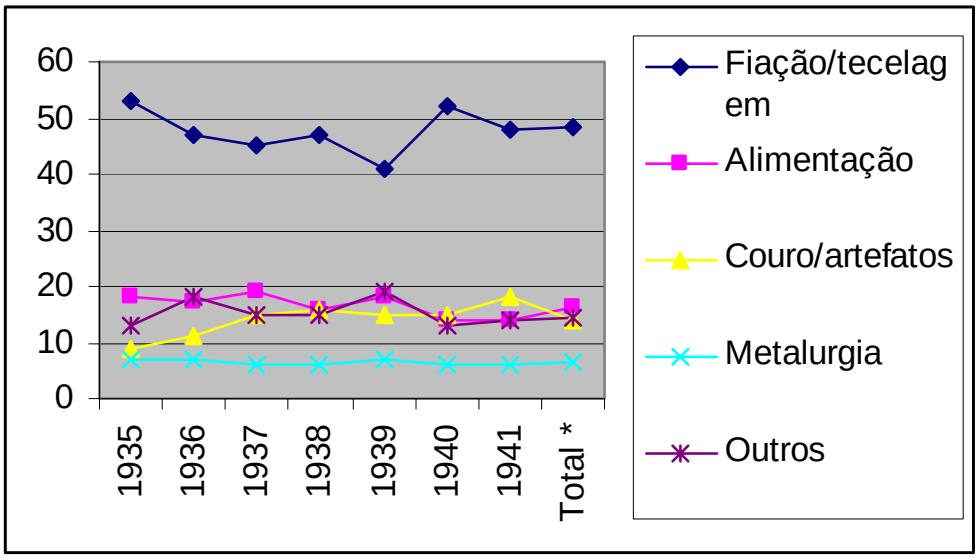
Ano	Fiação/tecelagem	Alimentação	Couro/artefatos	Metalurgia	Outros	Total
1935	53	18	9	7	13	100
1936	47	17	11	7	18	100
1937	45	19	15	6	15	100
1938	47	16	16	6	15	100
1939	41	18	15	7	19	100
1940	52	14	15	6	13	100
1941	48	14	18	6	14	100
Total *	**48,5**	**16,5**	**14,0**	**6,4**	**14,6**	**100**

FONTE: MARIA CARLOTA SOUZA PAULA. *As vicissitudes da industrialização periférica: o caso de Juiz de Fora – 1930/1970.* (Mestrado). Belo Horizonte: FFCFH/UFMG, 1976. pg., 172. pg., 177.
* Total da participação percentual do setor no período.

Ademais, utilizando os mesmos dados que Souza Paula em seu estudo (Ver **Tabela 80** e **Gráfico 7**), podemos afirmar que, ao contrário do que ela disse, houve diversificação na estrutura industrial de Juiz de Fora no pós-1930. Segundo ela, por concentrar-se a atividade industrial nos setores têxtil e alimentação, concluiu que tal estrutura estava estagnada. A nosso ver, não obstante a concentração nestes setores, percebe-se nitidamente crescimento de outros, tais como metalurgia, química e mecânica. Como a autora parou sua análise em 1970, bem como, seu estudo, seja de meados daquela década, não conseguiu perceber e, muito menos prever (que não é seu ofício) transformação qualitativa na atividade industrial local a partir daquele período.

GRÁFICO 7

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL POR SETOR DO VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL DE JUIZ DE FORA – 1935/1941.



O que queremos afirmar é que, particularmente, a partir do início dos anos de 1960, investimentos importantes virão para Juiz de Fora. Neste momento instalam-se a BD (Becton Dickson), do setor de materiais cirúrgicos e medicina e a FACIT, fabricante de máquinas de escrever, calcular e outras ligadas à materiais de escritório. Antes mesmo, no

início dos anos 1940, instalou-se uma fábrica de material bélico do exército – INBEL – importante investimento para geração de emprego e renda na cidade.

Na década de 1970 vão se instalar as siderúrgicas Mendes Jr. e Paraíbuna de Metais, consolidando, assim, a diversificação do parque industrial juiz-forano. Além desses, veremos instalações de empresas do setor químico, sejam de capitais locais ou forâneo, particularmente de pequeno e médio porte.

Com efeito, a estrutura industrial de Juiz de Fora entre as décadas de 1970 e 1980 estava distribuída da seguinte forma:

TABELA 81

RELAÇÃO PROPORCIONAL DA ESTRUTURA INDUSTRIAL DE JUIZ DE FORA POR RAMOS PRODUTORES DE BENS – 1970/1980.

	Ramos								
	Bens de capital			Bens intermediários			Bens de consumo assalariado		
	1970	1975	1980	1970	1975	1980	1970	1975	1980
Estabelecimentos	9,91	10,1	12,2	26,4	25,1	25,3	60,9	63,3	63,1
Ocupação	5,73	11,5	19,4	21,3	21,1	17,3	71,4	67,1	62,7
Salários	6,66	11,8	30,4	20,9	22,9	17,8	71,3	65,1	53,8
VP	7,98	9,65	17,8	18,1	17,3	26,6	73,4	72,6	52,6
VTI	11,8	9,32	21,7	20,3	21,8	19,5	67,0	82,4	54,6

FONTE: IBGE, Censo Industrial, Minas Gerais, 1970. Série Regional, vol. IV, Tomo XIV, pp., 82/83. IBGE, Censo Industrial, Minas Gerais, 1975. Série Regional, vol., 2, Tomo 14. Rio de Janeiro: 1980, pp., 92/93. IBGE, Censo Industrial, Minas Gerais, 1980. Série Regional, vol., 3, Tomo 2. Parte 1. Rio de Janeiro: 1984, pp., 160/61.

Não obstante a concentração no ramo de *bens de consumo assalariado*, vemos crescimento significativo, bem como participação percentual dos ramos *intermediários* e *bens de capital*, no quadro da estrutura industrial juiz-forana, como demonstra a tabela acima.

No que toca à distribuição da ocupação por ramos produtores de bens e por setores da indústria, à primeira vista, pode-se concluir que, como o ramo de *bens de consumo assalariado* apresenta variação de 60 a 70% da distribuição ocupacional da atividade industrial, como demonstra a tabela acima, esta realmente não modificou sua estrutura. Contudo, temos que relativizar este argumento.

Em primeiro lugar, como já ressaltamos anteriormente, as indústrias de *bens de capital* e *intermediários* são indústrias de *capital intensivo*, isto é, predominam grandes

somas de capitais para investimento e são escudadas em amplas aplicações de tecnologias e, por isso, o emprego é mormente mais qualificado do que os ramos leves. Isto posto, as primeiras tendem a empregar menos do que as de segundo tipo. Desta forma, indústrias mecânicas, metalúrgicas e químicas, demandam mão-de-obra especializada e altamente produtiva.

Assim, se olharmos somente para a referida tabela chegaremos a conclusão semelhante a de Souza Paula. Contudo, se agregarmos a estes dados, os números referentes aos setores industriais, perceberemos que ao longo do período, mesmo sob liderança dos setores vinculados ao ramo de *bens de consumo assalariado,* a estrutura industrial juiz-forana também pelo lado da ocupação mostrou transformação qualitativa. Ou seja, ocorreu crescimento significativo do emprego nos setores metalúrgico e mecânico e queda também significativa do principal setor do ramo de consumo leve – a indústria têxtil.

Portanto, o crescimento da participação ocupacional dos setores metalúrgico e mecânico, ao longo do período demarcado, demonstra que a indústria juiz-forana, não obstante se concentrar em *bens de consumo assalariado*, ficou longe de apresentar estagnação ou mesmo declínio de sua atividade industrial.

TABELA 82

DISTRBUIÇÃO PERCENTUAL DO NÚMERO DE OCUPADOS NA INDÚSTRIA JUIZ-FORANA POR SETORES – 1960/1985.

Setores	Ocupação* %				
	1960	1970	1975	1980	1985
Extração de minerais	-	1,47	-	0,42	
Produtos minerais não metálicos	5,93	4,27	2,45	2,59	-
Metalurgia	3,60	2,85	3,39	4,15	14,2
Mecânica	0,84	3,17	4,54	8,65	12,8
Material elétrico e de comunicações	-	0,38	1,75	1,02	-
Material de transporte	-	0,31	0,94	0,70	-
Madeira	-	1,65	1,28	1,57	-
Mobiliário	1,11	5,01	4,09	3,37	-
Papel e papelão	4,82	6,56	8,44	5,12	-
Borracha	-	0,62	0,76	0,77	-
Couro, peles e similares	3,73	3,47	2,57	-	-
Química	0,16	1,35	1,13	1,90	1,59
Produtos farmacêuticos e veterinários	-	0,63	0,65	0,54	-
Perfumaria, sabões e velas	-	-	0,06	-	-
Produtos de matérias plásticas	-	0,51	1,14	1,17	-
Têxtil	53,30	42,7	36,0	27,1	17,2
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	6,09	6,32	9,08	16,7	21,7
Produtos alimentares	9,38	10,4	11,8	10,9	-
Bebidas	1,54	2,54	1,97	0,81	-
Fumo		-	-	0,16	-
Editorial e gráfica	2,76	3,73	3,40	2,93	-
Diversas	-	1,85	4,14	6,34	32,3
Unidades auxiliares de apoio à indústria	-	-	0,14	0,77	-
Unidades administrativas	-	-	-	1,90	-

FONTE: Para o ano de 1960, consultar: MARIA CARLOTA SOUZA PAULA. *As vicissitudes da industrialização periférica: o caso de Juiz de Fora – 1930/1970.* (Mestrado). Belo Horizonte: FFCFH/UFMG, 1976. pg., 182. Para os demais anos, consultar: IBGE, Censo Industrial, Minas Gerais. Séries Regionais – 1970, 1975, 1980 e 1985.

(*) Comparação evolutiva de cada setor.

Tal raciocínio pode ser também feito para os outros quesitos. Para ficar somente em mais um exemplo, veja-se o Valor da Produção Industrial.

TABELA 83

EVOLUÇÃO DO VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL SETORIAL DE JUIZ DE FORA – 1941/1985.

Setores	% Valor da produção/Ano (Cr$ 1.000)					
	1941	1960	1970	1975	1980	1985
Extração de minerais	-	-	0,34	-	0,43	-
Produtos minerais não metálicos	-	3,69	2,22	0,91	1,67	-
Metalurgia	6	3,85	1,58	2,35	6,42	39,3
Mecânica	-	0,56	6,78	2,82	10,7	9,92
Material elétrico e de comunicações	-	-	0,19	3,81	0,50	-
Material de transporte	-	-	0,17	0,66	0,30	-
Madeira	-	-	0,59	0,56	0,41	-
Mobiliário	-	0,51	2,95	2,97	1,95	-
Papel e papelão	-	6,62	6,17	7,75	6,68	-
Borracha	-	-	0,61	0,88	0,53	-
Couro, peles e similares	18	8,27	4,32	2,69	-	-
Química	-	0,43	2,08	1,80	10,3	11,7
Produtos farmacêuticos e veterinários	-	-	0,66	0,69	0,50	-
Perfumaria, sabões e velas	-	-	-	0,05	-	-
Produtos de matérias plásticas	-	-	0,54	0,66	0,52	-
Têxtil	48	39,58	32,0	30,0	22,0	10,3
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	-	4,17	3,56	4,18	8,67	7,78
Produtos alimentares	14	23,19	29,0	30,0	16,6	-
Bebidas	-	1,61	2,74	2,35	1,68	-
Fumo	-	-	-	-	0,16	-
Editorial e gráfica	-	1,63	2,42	2,33	0,97	-
Diversas	14	-	0,83	2,25	6,10	20,8
Unidades auxiliares de apoio à indústria	-	-	-	0,95	0,18	-

FONTE: Para os anos de 1941 e 1960 consultar: MARIA CARLOTA SOUZA PAULA. *As vicissitudes da industrialização periférica: o caso de Juiz de Fora – 1930/1970.* (Mestrado). Belo Horizonte: FFCFH/UFMG, 1976. pg., 179. Para os demais anos: IBGE, Censo Industrial, Minas Gerais. Séries Regionais – 1970, 1975, 1980 e 1985.

A respeito do valor da produção, podemos verificar em primeiro lugar, a diversificação da estrutura industrial de Juiz de Fora. Em 1941, a estrutura industrial de Juiz de Fora resumia-se na preponderância da indústria têxtil, de alimentos e na produção de couros. Todavia, o setor metalúrgico já aprece como um segmento importante em tal estrutura.

No entanto, embora também possamos verificar certa inconstância no valor da produção industrial do setor metalúrgico ao longo do período, que de 6% do total do VP daquela estrutura em 1941, cai para menos que 4% em 1960, atingindo menos 2% em 1970 e voltando para a casa dos 6% na segunda metade da década de 1970, este tornar-se, na primeira metade da década de 1980, no principal setor no conjunto do valor da produção industrial de Juiz de Fora. Devemos deixar claro que tal primazia da indústria metalúrgica é no contexto setorial do conjunto da estrutura industrial.

Isto também pode ser confirmado com relação aos dados de variação de crescimento do valor da produção industrial do setor mecânico e químico, os quais vão participar com aproximadamente 10 e 12% do VP da estrutura industrial juiz-forana entre a segunda metade da década de 1970 e a primeira metade da década de 1980.

Em contrapartida, em que pese a predominância do ramo de *bens de consumo assalariado* na estrutura industrial daquela cidade, no contexto setorial, as indústrias ligadas a este ramo, particularmente, têxteis e alimentos, diminuíram sua participação no conjunto do valor da produção industrial. Ou seja, no caso do setor têxtil, de 48% em 1941 caiu para 10% na primeira metade da década de 1980. Isto posto, também, mostra-nos, que além da diversificação desta estrutura, minimizada por Souza Paula, como não contribuindo para o desenvolvimento industrial local, a queda dos setores tradicionais e o crescimento dos setores vinculados aos ramos *intermediário* e de *bens de capital* só confirmam que Juiz de Fora acompanhou os estímulos proporcionado pelo **processo de industrialização brasileiro pós-1930**. Ademais, a tabela acima também nos mostra que os ramos leves ficaram longe da estagnação e mesmo declínio, como quer Souza Paula, principalmente no que toca à primeira etapa da integração do mercado nacional, quando a autora afirma que a indústria local perdeu espaço para o pólo nacional.

Todavia, para confirmar nossa argumentação, vejamos como se portou a estrutura industrial de Juiz de Fora entre a década de 1960 e a primeira metade da década de 1980, a partir de números brutos, levando-se em consideração o número de estabelecimentos, ocupação, VPI e VTI.

TABELA 84

JUIZ DE FORA: NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E SEU PERCENTUAL DISTRIBUÍDOS POR SETORES DA INDÚSTRIA – 1970/1980.

Setores	Estabelecimentos/Ano		
	1970	1975	1980
	N	N	N
Extração de minerais	19	3	19
Produtos minerais não metálicos	67	54	72
Metalurgia	50	57	91
Mecânica	32	29	36
Material elétrico e de comunicações	13	10	6
Material de transporte	6	6	4
Madeira	25	23	21
Mobiliário	65	50	58
Papel e papelão	14	12	18
Borracha	7	6	7
Couro, peles e similares	4	3	2
Química	14	8	11
Produtos farmacêuticos e veterinários	12	9	9
Perfumaria, sabões e velas	3	3	4
Produtos de matérias plásticas	3	6	11
Têxtil	128	125	123
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	48	75	185
Produtos alimentares	123	118	135
Bebidas	7	6	6
Fumo	2	2	3
Editorial e gráfica	36	42	54
Diversas	18	22	29
Unidades auxiliares de apoio e de serviços de natureza industrial	-	3	9
Unidades auxiliares administrativas	-	-	28
Total	**696**	**672**	**913**

FONTE: IBGE. Censos Industriais. Série Regional. 1970, 1975, 1980.

No tocante à tabela acima, percebemos nítido crescimento do número de empreendimentos industriais em Juiz de Fora. No conjunto, as indústrias saltam de 696 em 1970 para 913 em 1980, crescimento de 131%; em que pese uma ligeira queda entre 1970/75. Também, percebemos crescimento substantivo das empresas vinculadas aos setores metalúrgico, mecânico e materiais plásticos; o primeiro salta de 50, em 1970 para 91 em 1980, crescimento de 182%. O segundo apresenta 32 estabelecimentos em 1970, decrescendo para 29 em 1975, voltando a crescer em 1980, saltando para 36, crescimento de 124% entre 1975/1980. Já o de materiais plásticos cresce continuamente no período considerado, saltando de 3 estabelecimentos em 1970, para 6 em 75, atingindo 11 em 1980; crescimento de 366% no decênio 1970/1980.

Acerca dos setores ligados ao ramo de *bens assalariados*, três se destacam: têxtil, vestuário e alimentos. Não obstante tal ramo se constituir principal nos empreendimentos industriais daquela cidade, vê sua participação relativa cair. A indústria têxtil, que em 1970 detinha 128 estabelecimentos cai para 125 em 1975 e 123 em 1980. Portanto, queda de 2,4% entre 1970/75; 1,6% em 1975/1980; e, no decênio 1970/1980, queda de 3,9% . O setor de vestuário é o que ganha mais impulso no período considerado: de 48 empreendimentos em 1970, salta para 75 em 1975, atingindo 185 em 1980. Ou seja, crescimento de 156% entre 1970/75; 246% 1975/80 e 385% no decênio 1970/80. A indústria de alimentos variou sua participação. Detinha 123 estabelecimentos em 1970; caiu para 118, voltando a crescer em 1980, atingindo 135 empresas.

Quanto aos demais setores destacam-se o crescimento contínuo dos setores de embalagens de papel & papelão e editorial & gráficas. O primeiro, crescimento de 128,5% no decênio 1970/1980. Quanto ao segundo, o crescimento foi de 150%. Também verifica-se queda, particularmente, no setor químico, que detinha 14 estabelecimentos em 1970, caindo para 8 em 1975, voltando a crescer em 1980, quando atinge 11 empresas. Além disso, dá-se variações de crescimento e queda em outros setores outrora importantes da estrutura industrial juiz-forana, tais como madeira e mobiliário.

TABELA 85

JUIZ DE FORA: NÚMERO DE OCUPADOS E SEU PERCENTUAL DISTRIBUÍDOS POR SETORES DA INDÚSTRIA – 1970/1980.

Setores	Ocupados*/Ano		
	1970	1975	1980
Extração de minerais	182	-	83
Produtos minerais não metálicos	527	399	507
Metalurgia	352	550	813
Mecânica	391	737	1.693
Material elétrico e de comunicações	48	285	200
Material de transporte	39	154	138
Madeira	204	208	309
Mobiliário	619	664	661
Papel e papelão	809	1.369	1.003
Borracha	77	124	152
Couro, peles e similares	428	417	-
Química	167	184	372
Produtos farmacêuticos e veterinários	78	107	107
Perfumaria, sabões e velas	-	11	-
Produtos de matérias plásticas	64	185	230
Têxtil	5.266	5.851	5.309
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	780	1.474	3.278
Produtos alimentares	1.292	1.914	2.147
Bebidas	314	320	159
Fumo	-	-	33
Editorial e gráfica	460	552	574
Diversas	229	672	1.242
Unidades auxiliares de apoio e de serviços de natureza industrial	-	24	152
Unidades auxiliares administrativas	-	-	373
Total	**12.332**	**16.220**	**19.560**

FONTE: IBGE. Censos Industriais. Série Regional. 1970, 1975, 1980.
(*) A Ocupação corresponde ao total de pessoas empregadas na empresa, inclusive àqueles ligados diretamente à produção.

Quanto ao número de ocupados na indústria no período considerado, no conjunto, há crescimento substantivo; isto é, de 12.332 empregados em 1970, salta para 16.220 em 1975, atingindo 19.560 em 1980. Portanto, crescimento de 158,6% no decênio 1970/80. Deste número, percebe-se concentração ocupacional nos setores têxtil, alimentos e vestuário. Todavia, há também crescimento, principalmente nos setores metalúrgico, mecânico, química, editorial & gráfica, matérias plásticas e borracha.

Em 1980, os principais setores empregadores eram: têxtil, com 27%; vestuário, com 16,7%; alimentos, com 10,9%; mecânica, com 8,2%; e metalurgia, com 4,1%.

TABELA 86

JUIZ DE FORA: VALOR DA PRODUÇÃO E SEU PERCENTUAL DISTRIBUÍDO POR SETORES DA INDÚSTRIA – 1970/1980.

Setores	Valor da Produção/Ano (Cr$ 1.000)		
	1970	1975	1980
Extração de minerais	1.208	-	90.807
Produtos minerais não metálicos	7.784	15.014	349.789
Metalurgia	5.541	38.645	1.341.061
Mecânica	23.700	46.388	2.239.412
Material elétrico e de comunicações	668	62.797	106.371
Material de transporte	618	10.922	62.855
Madeira	2.071	9.366	87.022
Mobiliário	10.321	48.995	407.945
Papel e papelão	21.572	127.529	1.394.473
Borracha	2.162	14.539	112.435
Couro, peles e similares	15.125	44.302	-
Química	7.285	29.617	2.156.400
Produtos farmacêuticos e veterinários	2.330	11.374	104.978
Perfumaria, sabões e velas	-	903	-
Produtos de matérias plásticas	1.920	10.989	108.599
Têxtil	111.997	493.720	4.611.070
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	12.459	68.741	1.811.570
Produtos alimentares	101.475	494.420	3.473.611
Bebidas	9.604	38.641	352.497
Fumo	-	-	34.763
Editorial e gráfica	8.470	38.348	203.513
Diversas	2.912	37.069	1.273.398
Unidades auxiliares de apoio e de serviços de natureza industrial	-	1.570	39.060
Unidades auxiliares administrativas	-	-	-
Total	**349.418**	**1.644.278**	**20.874.414**

FONTE: IBGE. Censos Industriais. Série Regional. 1970, 1975, 1980.

TABELA 87

JUIZ DE FORA: VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL E SEU PERCENTUAL DISTRIBUÍDO POR SETORES DA INDÚSTRIA – 1970/1980.

Setores	Valor da Transformação Industrial/Ano (Cr$ 1.000)		
	1970	1975	1980
Extração de minerais	1.045	-	87.379
Produtos minerais não metálicos	6.059	10.453	208.475
Metalurgia	2.604	19.083	210.726
Mecânica	16.328	22.756	1.074.521
Material elétrico e de comunicações	400	6.771	64.818
Material de transporte	328	7.911	30.012
Madeira	1.415	5.688	54.732
Mobiliário	4.918	27.052	206.935
Papel e papelão	11.104	67.511	739.297
Borracha	861	8.073	64.417
Couro, peles e similares	5.693	16.337	-
Química	4.096	12.401	488.310
Produtos farmacêuticos e veterinários	1.658	7.242	75.566
Perfumaria, sabões e velas	-	385	-
Produtos de matérias plásticas	844	5.007	47.165
Têxtil	58.715	231.183	2.226.810
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	5.412	31.172	912.999
Produtos alimentares	25.910	113.747	1.324.836
Bebidas	6.227	24.609	160.548
Fumo	-	-	21.367
Editorial e gráfica	4.845	20.682	137.723
Diversas	2.050	23.640	812.564
Unidades auxiliares de apoio e de serviços de natureza industrial	-	694	35.677
Unidades auxiliares administrativas	-	-	-
Total	**160.566**	**662.691**	**9.263.390**

FONTE: IBGE. Censos Industriais. Série Regional. 1970, 1975, 1980.

No que toca ao Valor da Produção Industrial e ao Valor da Transformação Industrial, não vamos aqui nos aprofundar, devido às influências conjunturais da época, tais como período inflacionário, choques externos e internos que acabaram por impor números díspares. Assim, teríamos que deflacionar todos os valores contidos nas tabelas para chegarmos a um valor próximo ao real. Neste sentido, não vamos nos preocupar com os números brutos, e sim, com a participação relativa percentual dos setores no VPI e VTI da estrutura industrial de Juiz de Fora.

Tanto no VPI quanto ao VTI percebe-se uma curva ascendente, em seu conjunto, destacando a participação dos seguintes setores nos decênios 1960/70 e 1970/80: têxtil, alimentos e mecânica. Contudo, neste último decênio cresce a participação dos setores: químico, vestuário e metalúrgico. No tocante ao VTI, percebe-se na distribuição por ramos, além da concentração na produção de *bens assalariados*, importante crescimento da participação percentual do ramo de *bens de capital*, que atinge a casa dos 20% em 1980.

GRÁFICO 8

VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL DE JUIZ DE FORA – 1970/1980.

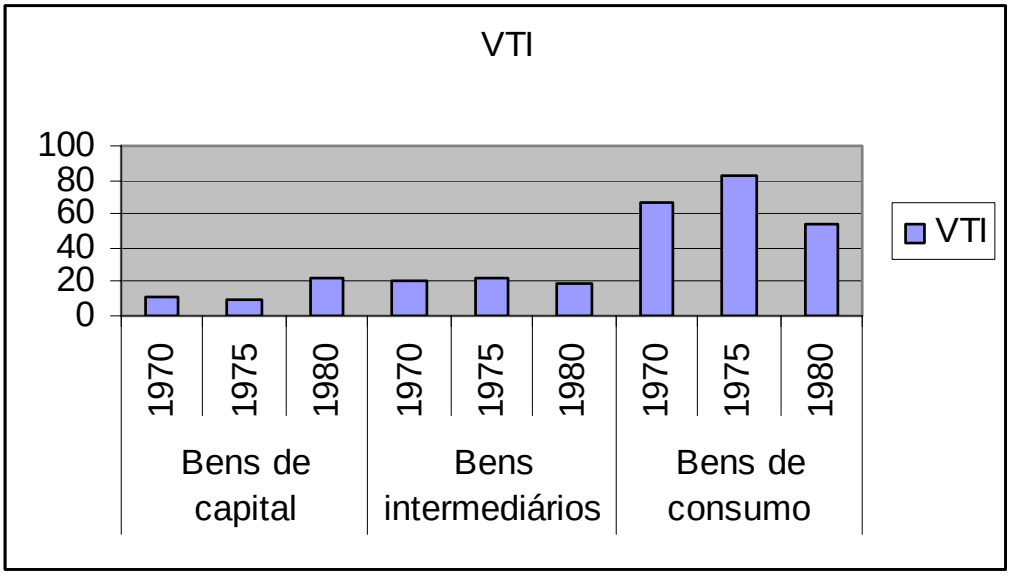


TABELA 88

CONCENTRAÇÃO SETORIAL DA INDÚSTRIA DE JUIZ DE FORA – 1985.

Setores industriais	Estabelecimentos		Ocupação		Salários Cr$ 1.000		VPI Cr$ 1.000		VTI Cr$ 1.000	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
metalurgia	78	9,11	3.282	14,2	77.435.323	27,8	1.591.613.979	39,3	289.713.030	21,0
mecânica	43	5,02	2.959	12,8	49.475.038	17,8	401.915.510	9,92	191.343.901	13,9
química	14	1,63	368	1,59	6.425.909	2,31	476.803.784	11,7	94.057.072	6,84
têxtil	83	9,69	3.976	17,2	36.069.067	12,9	420.991.511	10,3	222.281.272	16,1
vestuário	241	28,1	5.007	21,7	29.659.953	10,6	315.257.572	7,78	171.049.119	12,4
demais gêneros	397	46,3	7.456	32,3	78.804.157	28,3	842.869.416	20,8	406.444.045	29,5
Total	**856**	**100**	**23.048**	**100**	**277.869.447**	**100**	**4.049.451.772**	**100**	**1.374.888.439**	**100**

FONTE: IBGE, Censos Econômicos, Brasil-Municípios, 1985. Vol., 3, Região Sudeste. Rio de Janeiro: 1991, pp., 08/09.

Em 1985, a estrutura industrial de Juiz de Fora concentrava-se nos setores de metalurgia, que detinha 39% do VPI da cidade; 21% do VTI; 14% de ocupados e 27% da massa salarial. Seguido pelo setor têxtil, que detinha 16% do VTI; 10% do VPI; 17% de ocupados na indústria; e, 12% da massa salarial. Em terceiro lugar, vinha o setor mecânico com quase 14% do VTI, aproximadamente 10% do VPI, 13% de pessoal ocupado; e, 18% da massa salarial.

Em resumo, olhando para a estrutura industrial de Juiz de Fora ao longo do período, como caracterizá-la de estagnada, desindustrializada etc.? Ademais, é perceptível os estímulos que a economia nacional engendrou na indústria local. Mesmo com situações adversas, principalmente, devido à concentração industrial em Belo Horizonte e em seu em torno e as políticas econômicas estaduais que priorizavam a industrialização daquela região, Juiz de Fora, ao longo do processo de industrialização brasileiro pós-1930 obteve estímulos necessários para desenvolver seu parque industrial, não obstante seu lugar *periférico* nos quadros da industrialização mineira e brasileira.

Para reafirmar o caráter periférico desta atividade industrial, mas não estagnada ou "desindustrializada" como quer Souza Paula e outros, vejamos a estrutura industrial de Juiz de Fora no contexto da estrutura industrial mineira no período considerado.

4.3.2 – A indústria de Juiz de Fora no contexto da estrutura industrial mineira – 1940/1985.

Um dos principais fatores que a literatura aponta para o declínio da indústria de Juiz de Fora é a sua perda na condição de liderança da atividade industrial no estado, a partir da década de 1930. De fato, isto ocorreu, e já vimos as razões, cujas principais foram: crise da economia cafeeira; estímulo à industrialização da região central do estado, rica em minérios para suprir a demanda da indústria nacional; e, as políticas econômicas estaduais, as quais estimularam a concentração industrial naquela região, onde situava a nova capital.

Todavia, se estes fatores foram de extrema relevância para o deslocamento da atividade industrial da Zona da Mata para a região Metropolitana de Belo Horizonte, não podemos deduzir com isso, que Juiz de Fora se "desindustrializou" a partir de então.

Já vimos no item anterior a estrutura industrial daquela cidade e como ela sobreviveu à nova dinâmica da economia nacional e estadual. Agora, façamos um breve quadro comparativo da posição daquele parque no conjunto da estrutura industrial de Minas Gerais.

Começamos pela comparação entre a atividade industrial de Juiz de Fora e a de Belo Horizonte no decênio 1930/1940, como forma de entendermos tal deslocamento.

TABELA 89

RELAÇÃO PROPORCIONAL DAS INDÚSTRIAS DE JUIZ DE FORA E BELO HORIZONTE – 1935/1941.

Ano	Estab.		Capital (1.000 contos de Réis)		Ocupação		Força motriz (Kw)		Valor da produção	
	JF	BH	JF	BH	JF	BH	JF	BH	JF	BH
1935	255	-	49.015:909	-	7.065	-	8.269	-	81.526:493	-
1936	491	466	69.262:681	50.338:071	8.581	7.669	9.849	6.442	94.490:652	88.098.008
1937	499	627	70.757:769	61.379:517	8.896	8.651	10.269	7.352	107.255:774	112.869.300
1938	462	739	82.112:963	63.578:555	8.933	9.148	10.724	7.818	115.676:675	140.795.075
1939	531	712	81.297:640	69.565:892	9.549	9.563	12.287	12.431	104.650:278	137.545.896
1940	399	716	77.233:850	70.391:749	7.695	9.389	11.040	8.956	105.674:450	140.899.837
1941	403	721	93.087:254	109.843:660	8.217	10.007	10.952	10.048	119.135:064	151.871.558

FONTE: Boletim DEE (Departamento Estadual de Estatística), n. 20, jan/fev 1943. Apud., MARIA CARLOTA SOUZA PAULA. *As vicissitudes da industrialização periférica: o caso de Juiz de Fora – 1930/1970.* (Mestrado). Belo Horizonte: FFCFH/UFMG, 1976. pp., 171 e 174.

A partir da tabela acima percebemos que o deslocamento do centro industrial de Juiz de Fora para Belo Horizonte se inicia na segunda metade da década de 1930 e, já em 1941, a capital assume a condição de principal cidade industrial do estado, em termos de número de estabelecimentos, capital investido, ocupação e valor da produção.

TABELA 90

RELAÇÃO PROPORCIONAL DA MÉDIA DE CAPITAL POR EMPRESA E VALOR DA PRODUÇÃO POR OPERÁRIO NA INDÚSTRIA DE JUIZ DE FORA E BELO HORIZONTE – 1936/1941.

Ano	Capital/empresa		Valor da produção/operário	
	JF	BH	JF	BH
1936	141.065	108.043	11.011	11.618
1938	156.088	86.033	12.952	15.390
1940	193.564	98.312	12.733	15.007
1941	230.988	152.350	14.498	14.318

FONTE: Boletim DEE (Departamento Estadual de Estatística), n. 20, jan/fev 1943. Apud., MARIA CARLOTA SOUZA PAULA. *As vicissitudes da industrialização periférica: o caso de Juiz de Fora – 1930/1970.* (Mestrado). Belo Horizonte: FFCFH/UFMG, 1976. pg., 175.

Todavia, como demonstra a tabela acima, no que se refere à relação capital/empresa e o Valor da Produção/operário, mostram que as duas cidades apresentavam dinâmicas semelhantes, em que Juiz de Fora liderava a relação capital/empresa, isto é, o volume de capital investido por empresa era maior naquela cidade do que na capital; e, Belo Horizonte liderava na relação Valor da Produção/operário, não obstante em 1941, Juiz de Fora tê-la ultrapassado por pouco.

TABELA 91

RELAÇÃO PROPORCIONAL DA ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL DE JUIZ DE FORA E BELO HORIZONTE NO CONJUNTO DE MINAS GERAIS – 1947.

	Juiz de Fora		Belo Horizonte		Minas Gerais	
	n.	%	n	%	n	%
Estabelecimentos	463	3,78	1.290	10,5	12.218	100
Capital (Cr$ 1.000.000)	227	10,3	315	14,3	2.200	100
Operários	12.451	11,7	16.134	15,1	106.189	100
Motores	1.993	11,7	3.027	17,8	16.983	100
Potência	11.950	7,88	11.732	7,73	151.637	100

FONTE: Boletim DEE (Departamento Estadual de Estatística), 1949. Apud., MARIA CARLOTA SOUZA PAULA. *As vicissitudes da industrialização periférica: o caso de Juiz de Fora – 1930/1970.* (Mestrado). Belo Horizonte: FFCFH/UFMG, 1976. pg., 179.

Quanto à relação proporcional da organização industrial de Juiz de Fora e de Belo Horizonte no conjunto de Minas Gerais no década de 1940, a atividade industrial da capital liderava nos principais fatores de produção; embora, Juiz de Fora manter uma representação importante no que toca ao capital aplicado e o número de operários.

GRÁFICO 9

RELAÇÃO PROPORCIONAL DA ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL DE JUIZ DE FORA E BELO HORIZONTE NO CONJUNTO DE MINAS GERAIS – 1947.

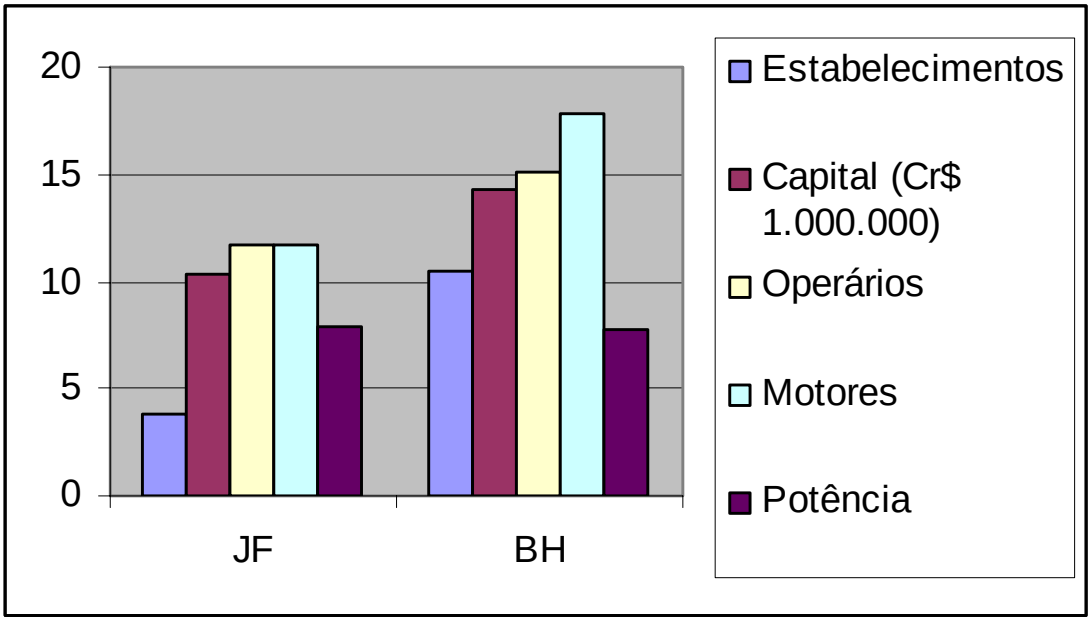


TABELA 92

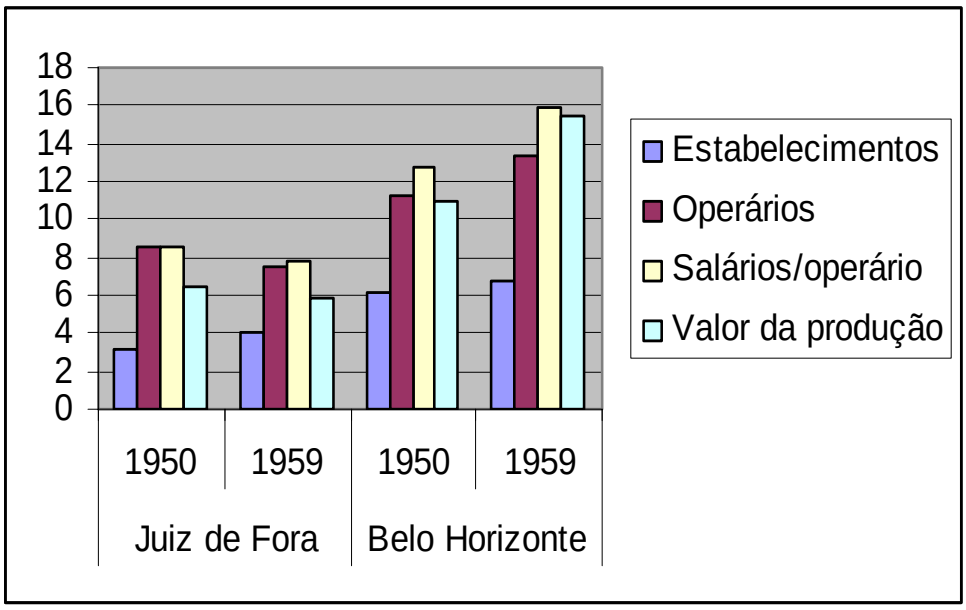
RELAÇÃO PERCENTUAL DA PARTICIPAÇÃO DA ZONA DA MATA, DE JUIZ DE FORA E DE BELO HORIOZNTE NA INDÚSTRIA MINEIRA – 1950/1959.

	Zona da Mata		Juiz de Fora		Belo Horizonte		Minas Gerais	
	1950	1959	1950	1959	1950	1959	1950	1959
Estabelecimentos	22,4	21,5	3,1	4,0	6,1	6,7	100	100
Operários	19,9	18,4	8,5	7,5	11,3	13,4	100	100
Salários/operário	19,3	16,4	8,6	7,8	12,7	15,9	100	100
Valor da produção	23,6	15,9	6,4	5,9	11,0	15,5	100	100

FONTE: FIBGE, Censo Industrial – 1950. Produção industrial brasileira – IBGE, 1959. Apud, MARIA CARLOTA SOUZA PAULA. *As vicissitudes da industrialização periférica: o caso de Juiz de Fora – 1930/1970.* (Mestrado). Belo Horizonte: FFCFH/UFMG, 1976. pg., 180.

GRÁFICO 10

RELAÇÃO PERCENTUAL DA PARTICIPAÇÃO DE JUIZ DE FORA E DE BELO HORIOZNTE NA INDÚSTRIA MINEIRA – 1950/1959.



Na década de 1950, Belo Horizonte se consolida como principal cidade industrial de Minas Gerais e sede de uma região metropolitana em expansão ao longo das décadas de 1960, 1970 e 1980.

TABELA 93

CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE – 1960/1980.

	1960		1970		1975		1980	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Estabelecimentos	1.761	14,2	2.443	14,1	2.922	15,5	3.658	15,6
Ocupação	60.910	43,4	61.551	30,2	100.331	33,5	134.063	32,6
Salários	4.875.779	55,2	283.742	37,6	1.697.406	42,7	23.883.377	43,7
Valor da Produção (Cr$ 1.000)	30.258.687	42,3	2.740979	30,2	20.195.998	33,4	290.501.598	34,4
Valor da Transformação Industrial (Cr$ 1.000)	16.055.269	47,8	1.225.142	31,4	8.022.731	35,8	127.321.863	38,8

FONTE: IBGE. Censos Industriais. Série Regional. Minas Gerais. 1960, 1970, 1975, 1980.

De acordo com a tabela acima, a região Metropolitana de Belo Horizonte concentrou, ao longo do período em questão, considerável atividade industrial em seu espaço, não obstante apresentar queda de sua participação relativa em todos os quesitos no decênio 1960/1970. Contudo, tal região sempre esteve à frente da dinâmica industrial mineira.

Quanto à Juiz de Fora, podemos afirmar, em se tratando de um município, e não um conjunto de cidades interligadas, como é uma região metropolitana, que sua participação, embora modesta, foi significativa, se tomarmos em comparação com outros municípios importantes do estado.

TABELA 94

ANÁLISE COMPARATIVA DO PERCENTUAL DE ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS DE JUIZ DE FORA NO CONJUNTO MINEIRO, POR SETORES – 1970/1980.

Setores	1970		1975		1980	
	MG	JF	MG	JF	MG	JF
Extração de minerais	100	3,3	100	0,56	100	2,0
Produtos minerais não metálicos	100	2,3	100	1,4	100	1,1
Metalurgia	100	5,1	100	4,0	100	6,0
Mecânica	100	6,1	100	5,4	100	5,4
Material elétrico e de comunicações	100	5,4	100	6,3	100	3,0
Material de transporte	100	3,8	100	2,1	100	1,4
Madeira	100	2,2	100	1,6	100	1,4
Mobiliário	100	4,6	100	3,5	100	4,3
Papel e papelão	100	20,2	100	14,8	100	20,2
Borracha	100	7,5	100	4,8	100	4,7
Couro, peles e similares	100	1,4	100	1,3	100	1,0
Química	100	8,3	100	4,1	100	5,0
Produtos farmacêuticos e veterinários	100	25,5	100	21,9	100	19,5
Perfumaria, sabões e velas	100	4,4	100	5,3	100	6,0
Produtos de matérias plásticas	100	10,7	100	10,5	100	11,1
Têxtil	100	43,5	100	33,6	100	26,2
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	100	6,6	100	8,1	100	12,4
Produtos alimentares	100	2,0	100	2,1	100	2,3
Bebidas	100	0,77	100	0,97	100	0,77
Fumo	100	18,1	100	15,3	100	15,7
Editorial e gráfica	100	6,5	100	6,1	100	6,3
Diversas	100	-	100	6,2	100	6,9
Total	**100**	**4,0**	**100**	**3,5**	**100**	**3,9**

FONTE: IBGE. Censos Industriais. Série Regional. 1970, 1975, 1980.

Embora a queda na participação relativa em todos os quesitos e não somente no que toca ao número de estabelecimentos, como se verá, houve sempre crescimento dos números brutos. Ademais, comparando a estrutura industrial de Juiz de Fora com outros importantes municípios de Minas Gerais, fora da região Metropolitana de Belo Horizonte ou Ipatinga, onde se situa o complexo da USIMINAS, aquele município sempre ficou numa posição à frente. Isto é, em relação à Uberlândia, Uberaba, os municípios do Sul e Sudeste mineiro, que receberam sempre os estímulos da economia paulista, além de outros.

No que toca aos estabelecimentos industriais instalados em Juiz de Fora, percebemos participação relativa importante de setores como têxtil, que em 1970 representava 43,5% dos estabelecimentos têxteis de Minas Gerais. Não obstante a queda para 26% em 1980, ainda assim continuou com uma participação expressiva. Também, há que se ressaltar a participação do setor farmacêutico cuja participação esteve entre 25,5% e

19,5%; do setor de embalagens de papel & papelão, importante segmento da indústria e que havia muito poucas empresas instaladas em Minas na década de 1970, participando Juiz de Fora com cerca de 20% nos decênios 1760/1970 e 1970/1980, não obstante uma queda brusca no qüinqüênio 1970/75. O setor de materiais plásticos constitui outro em que Juiz de Fora participou com expressividade, na casa dos 10%, no conjunto do estado. Já A indústria do fumo tem participação importante em termos de estabelecimentos industriais, em que pese à região a qual Juiz de Fora esteja inserida não constituir em grande produtora da matéria-prima. Contudo, como se verá em outros quesitos não contribuiu com grandes efeitos.

TABELA 95

ANÁLISE COMPARATIVA DO PERCENTUAL DOS OCUPADOS NA INDÚSTRIA DE JUIZ DE FORA NO CONJUNTO MINEIRO, POR SETORES – 1970/1980.

Setores	1970		1975		1980	
	MG	JF	MG	JF	MG	JF
Extração de minerais	100	1,9	100	-	100	0,37
Produtos minerais não metálicos	100	2,4	100	1,2	100	0,97
Metalurgia	100	1,0	100	1,0	100	1,1
Mecânica	100	2,7	100	2,6	100	3,9
Material elétrico e de comunicações	100	1,5	100	5,1	100	2,4
Material de transporte	100	1,3	100	2,1	100	0,70
Madeira	100	3,7	100	2,7	100	3,4
Mobiliário	100	8,0	100	5,6	100	5,0
Papel e papelão	100	31,5	100	29,5	100	23,4
Borracha	100	8,5	100	7,1	100	5,9
Couro, peles e similares	100	18,1	100	15,0	100	-
Química	100	4,6	100	3,2	100	4,1
Produtos farmacêuticos e veterinários	100	11,6	100	9,5	100	8,5
Perfumaria, sabões e velas	100	-	100	2,1	100	-
Produtos de matérias plásticas	100	15,6	100	13,5	100	7,2
Têxtil	100	16,2	100	17,9	100	15,2
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	100	11,1	100	9,4	100	10,9
Produtos alimentares	100	3,9	100	4,2	100	3,8
Bebidas	100	6,8	100	5,6	100	2,7
Fumo	100	-	100	-	100	2,2
Editorial e gráfica	100	7,0	100	6,7	100	6,2
Diversas	100	8,4	100	16,0	100	22,9
Total	**100**	**6,0**	**100**	**5,4**	**100**	**4,7**

FONTE: IBGE. Censos Industriais. Série Regional. 1970, 1975, 1980.
(*) A Ocupação compreende todos os funcionários da empresa, inclusive os ligados diretamente à produção.

A respeito do número de ocupados, como já se assinalou, não obstante a queda da participação relativa no conjunto da ocupação industrial do estado, há importante envolvimento no que se refere aos setores da indústria. Destaca-se neste a indústria de embalagens de papel & papelão cuja participação no conjunto do estado foi de 31,5% no decênio 1960/1970 e 23,4% no decênio 1970/1980. O setor de couro também se destaca, com participação entre 18% e 15% entre 1960 e 1975. Além destes, destacam também, as indústrias têxtil, de materiais plásticos e vestuário, com participação entre 16% e 15%, a primeira; 15% e 7,5% a segunda; e, 11% a terceira, entre 1960 e 1980.

TABELA 96

ANÁLISE COMPARATIVA DO PERCENTUAL DA MASSA SALARIAL PAGA NA INDÚSTRIA DE JUIZ DE FORA NO CONJUNTO MINEIRO, POR SETORES – 1970/1980.

Setores	1970		1975		1980	
	Salários (Cr$ 1.000)					
	MG	JF	MG	JF	MG	JF
Extração de minerais	100	0,41	100	-	100	0,15
Produtos minerais não metálicos	100	2,3	100	0,81	100	0,69
Metalurgia	100	0,54	100	0,65	100	0,54
Mecânica	100	1,8	100	1,2	100	2,2
Material elétrico e de comunicações	100	0,94	100	3,6	100	1,4
Material de transporte	100	0,87	100	1,7	100	0,31
Madeira	100	3,7	100	3,0	100	3,6
Mobiliário	100	9,5	100	5,6	100	4,2
Papel e papelão	100	33,6	100	29,4	100	18,0
Borracha	100	8,0	100	5,9	100	3,2
Couro, peles e similares	100	20,0	100	14,7	100	-
Química	100	2,0	100	2,2	100	2,0
Produtos farmacêuticos e veterinários	100	9,3	100	7,0	100	5,1
Perfumaria, sabões e velas	100	-	100	1,8	100	-
Produtos de matérias plásticas	100	13,0	100	9,0	100	4,6
Têxtil	100	17,2	100	17,1	100	13,7
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	100	11,4	100	8,8	100	8,2
Produtos alimentares	100	5,1	100	5,0	100	3,4
Bebidas	100	9,0	100	7,2	100	2,7
Fumo	100	-	100	-	100	0,55
Editorial e gráfica	100	5,4	100	4,9	100	3,5
Diversas	100	6,4	100	10,7	100	24,8
Total	**100**	**4,9**	**100**	**3,8**	**100**	**2,8**

FONTE: IBGE. Censos Industriais. Série Regional. 1970, 1975, 1980.
(*) Os Salários compreendem os vencimentos pagos a todos os funcionários, inclusive os ligados diretamente à produção.

Quanto à massa salarial, a participação de Juiz de Fora sempre foi modesta, devido principalmente, o tipo de indústria instalada naquele município. Contudo, novamente, alguns setores fazem a diferença em termos de participação no conjunto do estado. Destaca-se, o setor de embalagens de papel & papelão, com participação entre 33,6% em 1970; mas que cai bruscamente para 18% em 1980. Também, a indústria do couro, com participação relativa entre 20% e 14,7% entre 1960 e 1975; seguido pelas indústrias têxtil, materiais plásticos e vestuário.

TABELA 97

ANÁLISE COMPARATIVA DO PERCENTUAL DO VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL DE JUIZ DE FORA NO CONJUNTO MINEIRO, POR SETORES – 1970/1980.

Setores	1970		1975		1980	
	VPI (Cr$ 1.000)					
	MG	JF	MG	JF	MG	JF
Extração de minerais	100	0,22	100	-	100	0,25
Produtos minerais não metálicos	100	1,3	100	0,34	100	0,53
Metalurgia	100	0,17	100	0,20	100	0,49
Mecânica	100	5,8	100	1,7	100	4,7
Material elétrico e de comunicações	100	0,67	100	5,7	100	0,66
Material de transporte	100	0,73	100	11,6	100	0,13
Madeira	100	2,6	100	2,7	100	1,6
Mobiliário	100	8,4	100	4,3	100	5,1
Papel e papelão	100	26,8	100	23,9	100	11,4
Borracha	100	7,7	100	6,5	100	4,0
Couro, peles e similares	100	28,2	100	19,0	100	-
Química	100	1,3	100	0,57	100	2,2
Produtos farmacêuticos e veterinários	100	14,0	100	7,0	100	6,5
Perfumaria, sabões e velas	100	-	100	1,5	100	-
Produtos de matérias plásticas	100	17,8	100	7,1	100	3,2
Têxtil	100	17,2	100	12,5	100	9,7
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	100	10,8	100	7,3	100	10,6
Produtos alimentares	100	4,6	100	3,9	100	2,6
Bebidas	100	12,6	100	6,5	100	5,0
Fumo	100	-	100	-	100	0,43
Editorial e gráfica	100	7,3	100	6,7	100	3,0
Diversas	100	4,7	100	13,3	100	26,2
Total	**100**	**3,8**	**100**	**2,7**	**100**	**2,4**

FONTE: IBGE. Censos Industriais. Série Regional. 1970, 1975, 1980.

Já o Valor da Produção Industrial, vê-se queda, além da participação do total da indústria local, também de todos os setores, não obstante o crescimento em termos de números brutos. Todavia, as indústrias com maior participação no conjunto do estado, continuam a serem: couro, que de 28,2% cai para 19% em 1975; embalagens de papel & papelão, que de 26,8% cai para 11,4%, em 1980; têxtil queda de 17,2% para 9,7% entre o decênio 1960/1970 e 1970/1980; materiais plásticos queda impressionante de 17,8% para 3,2% no mesmo período e assim sucessivamente.

TABELA 98

ANÁLISE COMPARATIVA DO PERCENTUAL DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL DE JUIZ DE FORA NO CONJUNTO MINEIRO, POR SETORES – 1970/1980.

Setores	1970		1975		1980	
	VTI (Cr$ 1.000)					
	MG	JF	MG	JF	MG	JF
Extração de minerais	100	0,24	100	-	100	0,34
Produtos minerais não metálicos	100	1,6	100	0,40	100	0,58
Metalurgia	100	0,22	100	0,34	100	0,25
Mecânica	100	6,8	100	1,3	100	3,8
Material elétrico e de comunicações	100	0,89	100	1,5	100	0,79
Material de transporte	100	0,60	100	1,8	100	0,14
Madeira	100	3,2	100	13,5	100	2,2
Mobiliário	100	8,0	100	7,5	100	5,8
Papel e papelão	100	31,4	100	30,6	100	10,1
Borracha	100	7,2	100	7,7	100	4,9
Couro, peles e similares	100	25,0	100	17,1	100	-
Química	100	2,2	100	1,0	100	1,8
Produtos farmacêuticos e veterinários	100	14,0	100	6,8	100	7,8
Perfumaria, sabões e velas	100	-	100	1,5	100	-
Produtos de matérias plásticas	100	16,4	100	6,6	100	2,9
Têxtil	100	18,0	100	15,3	100	10,9
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	100	11,8	100	7,7	100	10,6
Produtos alimentares	100	4,0	100	3,6	100	3,8
Bebidas	100	13,4	100	6,9	100	5,1
Fumo	100	-	100	-	100	0,44
Editorial e gráfica	100	3,7	100	5,4	100	3,1
Diversas	100	4,8	100	15,1	100	31,7
Total	**100**	**4,1**	**100**	**2,9**	**100**	**2,8**

FONTE: IBGE. Censos Industriais. Série Regional. 1970, 1975, 1980.

Por fim, no que toca ao VTI, segue a mesma linha do VPI, tendo os mesmo setores na liderança de participação no conjunto do estado.

TABELA 99

PRINCIPAIS MUNICÍPIOS INDUSTRIAIS DE MINAS GERAIS – 1985.

Municípios	Estabelecimentos		Ocupação		Salários (Cr$ 1.000)		VPI (Cr$ 1.000)		VTI (Cr$ 1.000)	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Belo Horizonte	3.557	15,0	75.495	15,8	1.452.176.933	21,0	7.570.136.860	7,34	3.635.479.924	8,37
Caratinga	127	0,53	1.189	0,24	7.156.440	0,10	97.516.238	0,09	34.765.639	0,08
Contagem	627	2,65	37.966	7,97	638.171.710	9,25	7.412.006.563	7,19	4.048.400.609	9,32
Divinópolis	432	1,82	9.657	2,02	89.560.291	1,29	1.636.786.364	1,58	526.722.130	1,21
Governador Valadares	413	1,74	6.405	1,34	50.734.870	0,73	687.373.296	0,66	260.549.931	0,60
Ipatinga	170	0,71	17.276	3,62	433.287.068	6,28	13.837.204.423	13,4	4.022.403.182	9,26
Juiz de Fora	**856**	**3,62**	**23.048**	**4,84**	**277.869.447**	**4,02**	**4.049.451.772**	**3,92**	**1.374.888.439**	**3,16**
Montes Claros	283	1,19	7.058	1,48	82.277.729	1,19	1.198.943.079	1,16	651.265.920	1,50
Poços de Caldas	234	0,98	7.092	1,48	125.976.669	1,82	2.773.755.223	2,69	1.150.181.446	2,65
Sete Lagoas	218	0,92	10.505	2,20	100.102.535	1,45	1.803.587.935	1,74	735.126.422	1,69
Teófilo Otoni	258	1,09	1.737	0,36	12.131.152	0,17	105.022.973	0,10	33.962.733	0,07
Uberaba	392	1,65	7.923	1,66	96.455.172	1,39	2.448.645.137	2,37	978.663.901	2,25
Uberlândia	655	2,77	11.184	2,34	129.854.195	1,88	2.706.780.059	2,62	1.191.194.202	2,74
Total	**23.643**	**100**	**475.977**	**100**	**6.897.193.211**	**100**	**103.064.403.719**	**100**	**43.393.095.896**	**100**

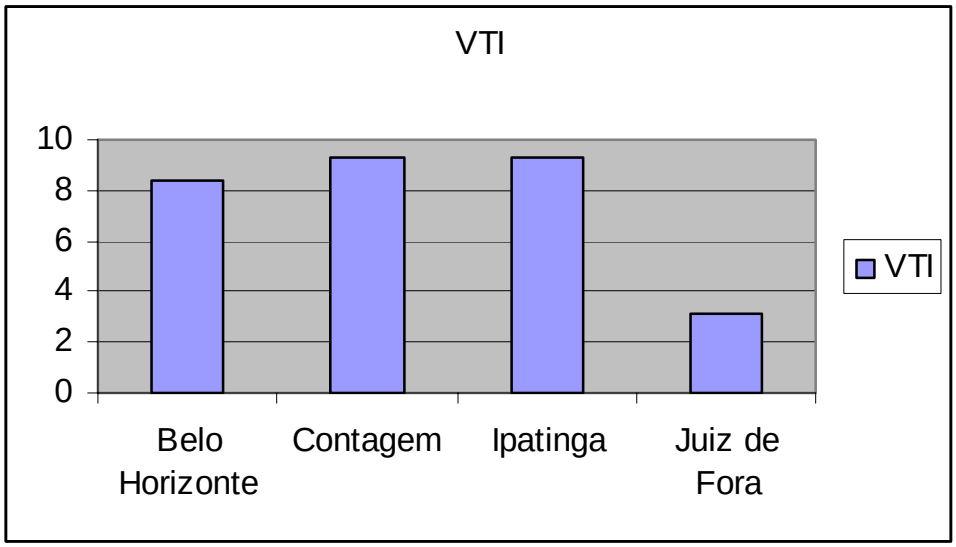
FONTE: IBGE, Censos Econômicos, Brasil-Municípios, 1985. Vol., 3, Região Sudeste. Rio de Janeiro: 1991, pp., 06-11.

Todavia, se ao percebermos através dos dados coletados a modesta participação de Juiz de Fora no contexto da estrutura industrial mineira, bem como, sempre a queda dessa participação relativa, há que se relevar também, como já assinalamos que àquela cidade sempre esteve entre os quatro principais municípios industriais de Minas Gerais.

De acordo com os dados da tabela acima, para o ano de 1985, Juiz de Fora aparece sempre entre as quatro principais cidades industriais de Minas Gerais, no que toca ao Valor da Transformação Industrial, ao Valor da Produção, à Massa de Salários. Acerca da participação da cidade no total da ocupação na atividade industrial, Juiz de Fora, fica em terceiro lugar; e, por fim, no que se refere aos estabelecimentos industriais, a cidade fica na segunda posição, perdendo somente para a capital Belo Horizonte.

GRÁFICO 11

RELAÇÃO DOS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS INDUSTRIAIS DE MINAS GERAIS SEGUNDO O VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL – 1985.



Em suma, esperamos ter demonstrado a partir deste estudo, que a indústria juiz-forana ficou longe de uma suposta estagnação de sua atividade, ou mesmo ter entrado num processo de declínio ou "desindustrialização", como afirmou Souza Paula. Mais uma vez reiteramos que, a dinâmica da indústria de Juiz de Fora pós-1930 tem que ser estudada no contexto das transformações estruturais na economia e sociedade brasileira e mineira do período, não podendo ser dissociada da mesma. Assim, não questionamos o caráter *periférico* do parque industrial daquela cidade, e sim, que não podemos corroborar com as características imputadas por estudos anteriores. Dentro desse contexto, afirmamos que a dinâmica da atividade industrial de Juiz de Fora se deu via um crescimento diferenciado daqueles ligados diretamente ao principal pólo industrial nacional, recebendo deste, inclusive, os efeitos de estímulos. Ou seja, se Juiz de Fora deixou de ser um importante centro industrial de Minas Gerais e do país no período pós-1930, isso não quer dizer que a cidade se transformou num imenso **baú de ossos**, e sim, que mesmo distante dos objetivos da economia política tanto do pólo industrial nacional, quanto do governo mineiro,

apresentou crescimento de sua atividade industrial ao longo do período considerado, fruto da própria dinâmica da industrialização nacional.

Considerações finais.

Nosso objetivo, neste estudo, foi uma análise histórica do desenvolvimento industrial de Juiz de Fora e a desmistificação de que àquela cidade a partir da década de 1930, entrou numa fase de estagnação econômica e desindustrialização. Para tanto, foi necessário a seguinte abordagem.

Em primeiro lugar, contextualizar Juiz de Fora no processo de industrialização nacional. Isto posto, partimos da revisão bibliográfica da industrialização brasileira, com o fito de identificar os pressupostos teóricos e a periodização do processo. Foi desta forma que questionamos uma das principais vertentes dessa literatura, a *ótica do capitalismo tardio*, cujo ponto de vista propunha o início da industrialização na década de 1930, ignorando as transformações qualitativas no período anterior, bem como dividindo esta em duas fases – *industrialização restringida e industrialização pesada*, em que a primeira foi rechaçada por nós. A nosso ver, a periodização da industrialização brasileira tem que se encarada da seguinte forma: 1880/1930 – primeira fase da industrialização, na qual subdivide em – 1880/1914 – fase de disseminação da Grande Indústria Fabril; 1914/1930 – diversificação setorial da estrutura industrial. 1930/1956 – consolidação do regime jurídico-político capitalista e transformação no padrão de acumulação do capital na economia brasileira em favor da indústria e do mercado interno, com isso, dá-se o início do movimento de integração do mercado nacional em bases capitalistas. 1956/1980 – auge do modelo de industrialização conduzido pelo Estado e assentado no capital internacional. Neste momento consolida-se uma nova etapa do processo de industrialização nacional sob égide do capital financeiro. Com efeito, é dentro dessa macro-divisão do processo de industrialização nacional que inserimos a dinâmica industrial mineira e de Juiz de Fora.

Em segundo lugar, para compreendermos o papel do desenvolvimento industrial de Juiz de Fora e a constituição da economia cafeeira na região em que a cidade está inserida, foi necessário uma discussão prévia da formação econômica e social de Minas Gerais, bem como a origem da indústria de transformação naquele estado e a diferença do tipo de indústria que surgiu no *hinterland* mineiro para àquela que vai surgir dentro da dinâmica agroexportadora e sua transição para uma economia capitalista. Partimos do pressuposto de que a formação social e econômica de Minas Gerais escudada na economia mineratória no

século XVIII, engendrou uma economia diversificada e, com a crise daquela houve um movimento centrífugo da região mineradora, formando espaços regionais diferenciados dentro do território mineiro. Esta formação regional será a grande marca da economia e sociedade mineira do século XIX; ou seja, regiões que se formarão dispersas economicamente, ligadas apenas pelo aparato jurídico-administrativo do província/estado. Tal economia influenciará também no desenvolvimento da indústria de transformação, a qual se originou no século XVIII, na esteira da mineração áureo-diamantífera, inclusive sendo a extração tanto de ouro como diamantes uma indústria. Se tal indústria foi reflexo da dinâmica da economia mineratória e do crescimento urbano que se verificou a partir dela; no século XIX, a indústria estará vinculada à própria dispersão regional e ao isolamento geográfico do *hinterland* mineiro sem contato com o mercado exterior. É dentro desse contexto, que caracterizamos esta indústria de *pré-indústria* nos termos *braudelianos*. É neste sentido também, que ao definirmos como tal esta indústria do interior mineiro, estamos nos diferenciando da indústria que vai surgir na Zona da Mata mineira na esteira da economia agroexportadora cafeeira.

Assim, que entramos definitivamente na análise do desenvolvimento industrial de Juiz de Fora e seus pressupostos. Em resumo, partimos do princípio de que a economia cafeeira ao penetrar em Minas Gerais configurou um espaço regional diferenciado e delimitado – a Zona da Mata – tendo sua dinâmica a partir da década de 1860, com o início da modernização dos transportes através da construção da Rodovia União & Indústria e, principalmente, a partir da segunda metade da década de 1870, com a chegada das ferrovias, criado as condições econômicas e sociais para a implantação da **Grande Indústria Fabril** em Juiz de Fora, cidade que ao longo daquelas décadas havia se transformado num importante entreposto comercial de Minas Gerais e centro armazenador da produção de café da Mata mineira. À medida que tal cidade vai retendo parte do capital acumulado da economia regional em configuração e esta vai sofrendo transformações qualitativas seja do ponto de vista dos efeitos da modernização dos transportes, seja a partir das transformações no âmbito da economia primário-exportadora em direção a um padrão de acumulação capitalista, vai se gestando naquele espaço regional um complexo econômico autônomo em que o capital cafeeiro se desdobra em outras atividades produtivas, conformando desta forma, um processo de industrialização que se visualiza nas

outras principais regiões cafeeiras. É dentro desse contexto que, afirmamos que Juiz de Fora seguiu os passos dos outros grandes centros industriais do país – Rio de Janeiro e São Paulo – dando início ao processo de industrialização nacional entre as duas últimas décadas do século XIX e as três primeiras décadas do século XX. Com efeito, neste período, Juiz de Fora se transformou na **Manchester Mineira**, a cidade mais industrializada de Minas Gerais e capital da região mais dinâmica do estado. Todavia, tanto a economia cafeeira da Zona da Mata quanto o parque industrial de Juiz de Fora no período foram caracterizados como periféricos.

A partir da década de 1930, quando o país passa por transformações radicais na economia política, a industrialização toma outro rumo; agora sob a determinação do próprio capital industrial, que a partir de São Paulo vai organizando e integrando o mercado nacional em bases capitalistas. Neste sentido, ocorre um deslocamento do eixo principal da economia mineira da Zona da Mata para Belo Horizonte, perdendo assim, Juiz de Fora, a condição primaz da atividade industrial de Minas Gerais. Como vimos, tal perda ensejou na memória popular e no discurso dos formadores de opinião locais, bem como nos estudos sobre a indústria juiz-forana, o sentimento de estagnação e desindustrialização. Para rechaçar o que estamos denominando aqui de o **mito do baú de ossos**, bem como, desmistificá-lo, propomos uma análise de como se deu o processo de industrialização brasileiro pós-1930, nos marcos daquela periodização que discutimos no capítulo primeiro, a inserção de Minas Gerais em tal processo e o lugar de Juiz de Fora. Neste, percebemos que, ao longo do caminho percorrido, a industrialização nacional proporcionou efeitos de estímulos no desenvolvimento industrial da cidade, inclusive, alterando qualitativamente seu parque industrial. Portanto, se Juiz de Fora deixou de ser um importante centro industrial de Minas Gerais e do país no período pós-1930, e que mesmo distante dos objetivos da economia política tanto do pólo industrial nacional, quanto do governo mineiro; apresentou crescimento de sua atividade industrial, diferenciado em relação à indústria pólo do estado – a região Metropolitana de Belo Horizonte – ao longo do período considerado, fruto da própria dinâmica da industrialização nacional. Com efeito, isto permitiu que Juiz de Fora ficasse sempre entre as quatro principais cidades industriais de Minas Gerais.

Esperamos, assim, ter contribuído, mesmo que de forma singela, para a compreensão de um dos capítulos da história econômica de Juiz de Fora e de Minas Gerais.

Fontes:

CENSOS DEMOGRÁFICOS. IBGE – 1940, 1950, 1970, 1980, 1991.

CENSOS INDUSTRIAIS. IBGE – 1940, 1950, 1970, 1975, 1980, 1985.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA – CEPAL. *Economics survey of Latin America – 1949.* New York: United Nations Publications, 1951.

EMATER-MG

Secretaria Geral do Governador. Estado de Minas Gerais.

Secretaria Estadual de Agricultura/MG.

Fontes Impressas:

ANTONIL (ANDRÉ JOÃO ANDREONI). *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas.* (1711). 2 ed., São Paulo: Melhoramentos, 1976.

BECKMANN, Johann.. O refino dos minérios do ouro e da prata pelo mercúrio. In: GAMA, Ruy. *História da técnica e da tecnologia.* São Paulo: T. A. Queiroz, 1985. pp., 184-190

BRANNER , John C.. *Cotton in the Empire of Brazil; the antiquity, methods and extension of its cultivation, together with statistics of exportation and home consumption.* Washington: Department of Agriculture, Miscellaneous Report n, 8, Government Printing Office, 1885.

BURTON, Richard. *Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico.* (1869). Tradução de David Jardim Jr.. São Paulo/Belo Horizonte: USP/Itatiaia, 1977.

CALÓGERAS, João Pandiá. *As minas do Brasil e sua legislação.* 3 vol., Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904/1905.

COUTO, José Vieira *Memórias sobre a Capitania de Minas Gerais: seu território, minas e produções metálicas.* (1801). Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994.

ESCHWEGE, Wilhelme Ludwig Von. *Pluto Brasiliensis.* (1833). 2 vol., Tradução de Domício Figueredo Murta. São Paulo/Belo Horizonte: USP/Itatiaia, 1979.

FERRAND, Paul. *O ouro em Minas Gerais.* (1894). Tradução de Júlio Castanõn Guimarães. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

JACOB, Rodolpho. *Minas Geraes no XX Século.* 2 vol., Rio de Janeiro: Gomes & Irmão, 1911.

MATOS, Raimundo da Cunha. *Coreografia Histórica da Província de Minas Gerais.* (1837). 2 vol., São Paulo/Belo Horizonte: USP/Itatiaia, 1981.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais.* (1817). Tradução Vivaldi Moreira. São Paulo/Belo Horizonte: USP/Itatiaia, 1975.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo.* (1822). Tradução de Vivaldi Moreira. São Paulo/Belo Horizonte: USP/Itatiaia, 1974.

SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio.* (1868). 4 ed., São Paulo/Belo Horizonte: USP/Itatiaia, 1976.

SEQUEIRA, João Manuel de. Memória sobre a decadência das três capitanias de Minas e os meios de reparar. In: *Anais do Museu Histórico Nacional.* Vol., XX. Rio de Janeiro: MEC, 1968.

SPIX, Johann Baptist Von & MARTIUS, Carl Friedrich Philip Von. *Viagem pelo Brasil.* (1823). Tradução de Lúcia Furquim Lahameyer. 3 vol., São Paulo/Belo Horizonte: USP/Itatiaia, 1981.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. (Visconde de Porto Seguro). *História geral do Brasil. Antes de sua separação e independência de Portugal.* (1854). 5 ed., 5 vol., São Paulo: Melhoramentos, 1959.

Sites:

Governo do Estado de Minas Gerais. www.geominas.gov.mg.br

Núcleo de Estudos Demográficos – USP. www.brnued.com

Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEPLAR/UFMG. www.cedeplar.ufmg.br

Bibliografia Geral:

Dicionários:

BOTTOMORE, Tom (org). *Dicionário do pensamento marxista*. Tradução de Waltensir Dutra; Organizador da edição brasileira, Antônio Moreira Guimarães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

DUARTE JÚNIOR, Leovigildo. *Pequeno glossário histórico para conviver no São Paulo do Brasil Colonial*. Sumaré: SCP, 2002.

EATWELL, John, MILGATE, Murray & NEWMAN, Peter. *The new palgrave – a Dictionary of Economics.* New York: Macmillan, vol., 3, 1998.

SANDRONI, Paulo. *Novíssimo Dicionário de Economia*. 5 ed.,. São Paulo: Best-Seller, 2000.

Artigos e Periódicos:

ALMEIDA, José Raimundo Correia de. Traços gerais do sistema de comércio português no Atlântico – esboço de caracterização – 1475/1750). In: *Primeiras Jornadas de História Moderna.* Lisboa: Associação de Estudantes da Faculdade de Letras de Lisboa/Universidade de Lisboa, 1989.

ALONSO, Maria Therezinha Alves. Vegetação. In. FIBGE. *Geografia do Brasil – Região Sudeste.* Rio de Janeiro: IBGE, 1977.

ANDRADE, Rômulo Garcia. Escravidão e cafeicultura em Minas Gerais: o caso da Zona da Mata. In: *Revista Brasileira de História.* São Paulo: vol. 11, n. 22, mar/ago., 1991.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. A experiência de planejamento regional no Brasil. In: LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana Maria Frota & NABUCO, Maria Regina. (Org). *Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil.* São Paulo: ANPUR/Hucitec, 1993.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. A prática econômica setecentista no seu dimensionamento regional. In: *Revista Brasileira de História.* São Paulo: ANPUH, 1985.

BALDWIN, Robert. Padrões de desenvolvimento nas regiões de colonização recente. In: SHWARTZMAN, Jacques (org). *Economia Regional – textos escolhidos.* Belo Horizonte: CEDEPLAR/REDE-MINTER, 1977.

BARROS, José Roberto Mendonça de. A experiência regional de planejamento. In: LAFER, Betty Mindlin (Org). *Planejamento no Brasil.* São Paulo: Perspectiva, 1973. pp., 111-137.

BLOCH, Marc. Advento e conquistas do moinho d'água. In: RUY GAMA. *História da técnica e da tecnologia.* São Paulo: T. A. Queiroz, 1985. pp., 59-87.

BRANDÃO, Carlos Antônio. Uma História da longa construção da unidade nacional: notas sobre a natureza da formação e integração do mercado nacional. In: Anais do IV Congresso Brasileiro de História Econômica e 5 Conferência Internacional de História de Empresas. São Paulo: FEA/USP, 2001.

CANABRAVA, Alice. A grande lavoura. In: SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA. *História Geral da Civilização Brasileira.* Tomo II, vol., 4, 2 ed., São Paulo: DIFEL, 1974.

CANO,Wilson. A economia do ouro em Minas Gerais. In: CANO, Wilson. *Ensaios sobre a formação econômica regional do Brasil.* Campinas: UNICAMP, 2002. pp., 11-34.

CANO, Wilson. Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras – 1850/1930. In: WILSON CANO. *Ensaios sobre a formação econômica regional do Brasil.* Campinas: UNICAMP, 2002. pp., 49-76.

CANO, Wilson. "Crise de 1929"; soberania na política econômica e industrialização.In: CANO, Wilson. *Ensaios sobre a formação econômica regional do Brasil.* Campinas: UNICAMP, 2002. pp., 77-116.

CUNHA, Alexandre Mendes; SIMÕES, Rodrigo Ferreira & PAULA, João Antônio de. Regionalização e História: uma contribuição introdutória ao debate teórico-metodológico. In: *Textos para discussão n. 260.* Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2005.

CHALHOUB, Sidney. Medo branco de almas negras – escravos, libertos e republicanos na cidade do Rio. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 8 (16), 1988.

DEVEZA, Guilherme. Política tributária no período imperial. In: SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA (Org). *História geral da civilização brasileira*. 2 ed., Tomo II, vol., 4. São Paulo: DIFEL, 1974.

GILLE, Bertrand. O moinho d'água: uma revolução técnica medieval. In: RUY GAMA. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985. pp., 116-141.

HIRSCHMAN, Albert. The political economy of import-substituting industrialization in Latin America. In: *The Quarterly Journal of Economics*. LXXXII (1): 1-32, 1968.

HIRSCHMAN, Albert. Desenvolvimento por efeitos em cadeia: uma abordagem generalizada. In: SORJ, Bernardo, CARDOSO, Fernando Henrique & FONT, Maurício. *Economia e movimentos sociais na América Latina.* São Paulo: Brasiliense, 1985.

HIRSCHMAN, Albert. "Linkages". In: EATWELL, Jonh, MILGATE, Murray & NEWMAN, Peter. *The new palgrave – a Dictionary of Economics.* New York: Macmillan, vol., 3, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Metais e pedras preciosas. In: *História Geral da Civilização Brasileira.* Tomo II, vol., 2, 1985.

IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira.* 5 ed., São Paulo: DIFEL, tomo II, vol., 2, 1985.

LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci Del Nero. Profissões, atividades produtivas e posse de escravos em Vila Rica ao alvorecer do século XIX. In: LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci Del Nero. *Minas colonial: economia e sociedade*. São Paulo: FIPE-USP/Pioneira, 1982.

LUNA, Francisco Vidal. Estrutura e posse de escravos. In: LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci Del Nero. *Minas colonial: economia e sociedade*. São Paula: FIPE-USP/Pioneira, 1982.

MARTINS FILHO, Amilcar & MARTINS, Roberto Borges. Slavery in a noneexport economy: nineteeth century Minas Gerais revisited. In: *Hispanic American Historical Review.* 63(3): 537-568. 1983.

MARTINS FILHO, Amilcar & MARTINS, Roberto Borges. Slavery in a noneexport economy: a reply. In: *Hispanic American Historical Review.* 64(1): 135-145. 1984.

MARTINS, Roberto Borges. A interpretação do crescimento com liderança das exportações: modelos teóricos e a experiência brasileira. In: CARLOS MANUEL PELAEZ & MIRCEA BUESCU. *A moderna História Econômica*. Rio de Janeiro: APEC, 1976.

MARTINS, Roberto Borges. A economia escravista de Minas Gerais no século XIX. In: Texto para Discussão, n. 10. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1982.

MARTINS, Roberto Borges. A indústria têxtil doméstica de Minas Gerais no século XIX. In: II Seminário sobre Economia Mineira. Diamantina: CEDEPLAR/UFMG, 1983.

MARTINS, Roberto Borges. Tráfico e apego à escravidão numa economia não exportadora. In: *Revista Estudos Econômicos*. 13(1). São Paulo: FIPE/USP, 1983.

MAURO, Frédéric. Pode-se falar de uma indústria brasileira na Época Colonial? In: *Revista Estudos Econômicos.* 13. São Paulo: FEA/USP, 1983.

NIMER, Edmon. Clima. In: FIBGE. *Geografia do Brasil – Região Sudeste.* Rio de Janeiro: IBGE, 1977.

NORTH, Douglass. Teoria da localização e crescimento econômico regional. In: SHWARTZMAN, Jacques (org). *Economia Regional – textos escolhidos.* Belo Horizonte: CEDEPLAR/REDE-MINTER, 1977.

NOVAIS, Fernando Antônio. A proibição de manufaturas no Brasil e a política econômica portuguesa do fim do século XVIII. In: *Revista de História*. N., 67, São Paulo: 1966.

OLIVEIRA, Maria Tereza Ribeiro de. Indústria têxtil mineira no século XIX. In: Anais do XXI Encontro Nacional de Economia, vol. 01. Belo Horizonte: ANPEC, 1993.

OLIVEIRA, Maria Tereza Ribeiro de. Formas de organização da propriedade na indústria têxtil mineira do século XIX. In: *Anais do II Congresso Brasileiro de História Econômica e 3. Conferência Internacional de História de Empresas.* ABPHE, vol., 2. Niterói: 1996.

OLIVEIRA, Pablo Mendes. A Formação de Vilas no Final do Século XVIII em Minas Gerais. In:. *Anais do XIV Encontro Regional de História*. Juiz de Fora: ANPUH/MG, 2004.

PAIVA, Clotilde Andrade & MARTINS, Maria do Carmo Salazar. Notas sobre o Censo Brasileiro de 1872. In: *II Seminário sobre Economia Mineira.* Diamantina: 1983.

PAULA, João Antônio de. Dois ensaios sobre a gênese da industrialização de Minas Gerais. In: II Seminário sobre Economia Mineira. Diamantina: CEDEPLAR/UFMG, 1983.

PAULA, João Antônio de. História e teoria: sobre a proto-industrialização. In: *Revista História Econômica & História de Empresas.* Vol., 2, pp., 97-124. São Paulo: Hucitec/ABPHE, 2003.

PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. Ocupação do espaço, formas de produção e território: uma nota sobre a formação territorial de Minas Gerais. In: *Revista Científica da FAMINAS*. Muriaé: N. 2,Vol., 1, maio-agosto/2005.

PEDROSA, Manuel X. de Vasconcelos. Zona silenciosa da historiografia mineira – a Zona da Mata. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais – IHGMG*. Belo Horizonte: vol., IX, 1962.

PREBISCH, Raul. El desarrollo econômico de América Latina y algunos de sus principales problemas. In: *Boletin Econômico para América Latina* : 1961.

POSSAS, Mário Luiz. Empresas Multinacionais e Industrialização no Brasil: notas introdutórias. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello & COUTINHO, Renata. *Desenvolvimento do Capitalismo no Brasil.* vol., 2, 4 ed., Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1998.

QUEIROZ, M. V. & EVANS, Peter. Um Delicado Equilíbrio: o Capital Internacional e o Local na Industrialização Brasileira. In: *Cadernos CEBRAP*. São Paulo: n., 28, 1977.

SLENES, Robert W. Múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. In: *Cadernos do IFCH*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1985.

SERRA, José. Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Pós-Guerra. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello & COUTINHO, Renata. *Desenvolvimento do Capitalismo no Brasil.* Vol. 1., 4 ed., Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1998.

VALVERDE, Orlando. Estudo regional da Zona da Mata de Minas Gerais. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: 20(1), 3-32, jan/mar., 1958.

VERSIANI, Flávio Rabelo & VERSIANI, Maria Teresa Ribeiro Oliveira. A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição. In: VERSIANI, Flávio Rabelo & BARROS, José Roberto Mendonça de (org). *Formação econômica do Brasil: a experiência da industrialização.* São Paulo: Saraiva, 1977.

WATKINS, Melville. Teoria primária do crescimento econômico. In: SHWARTZMAN, Jacques (org). *Economia Regional – textos escolhidos.* Belo Horizonte: CEDEPLAR/REDE-MINTER, 1977.

Livros, Teses e Dissertações:

ALMADA, Vilma. *Escravismo e transição.* Rio de Janeiro: Graal, 1984.

ALMICO, Rita de Cássia da Silva. *Fortunas em movimento: um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora – 1870/1914.* (Mestrado). Campinas: IE/UNICAMP, 2001.

ANDRADE, Rômulo Garcia. *Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco: Zona da Mata e Minas Gerais no século XIX.* (Doutorado). São Paulo: FFLCH/USP, 1995.

ANDRADE, Sílvia Maria Belfort Vilela. *A classe operária em Juiz de Fora: uma história de lutas – 1912/1924.* Juiz de Fora: EDUFJF, 1987.

ARANTES, Luiz Antônio do Vale. *As origens da burguesia industrial em Juiz de Fora – 1858/1912.* (Mestrado). Niterói: ICHF/UFF, 1991.

ARAUJO, Luís Antônio Silva. *Contratos e Tributos nas Minas Setecentistas: um estudo do caso de João de Souza Lisboa.* (Mestrado). Niterói:UFF 2001.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no comércio colonial.* São Paulo: Ática, 1980.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Mitologia da mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1990.

AURELIANO, Liana. *No limiar da industrialização.* Campinas: Série Teses, IE/UNICAMP, 1999.

AZEVEDO, Célia M. M. de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX.* Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.

BAETA, Nilton. *História da siderurgia em Minas Gerais.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1973.

BANDEIRA, Manuel. *Guia de Ouro Preto.* 4 ed., Rio de Janeiro: Letras e Artes, 1963.

BARBOSA, Francisco Assis. *D. João VI e a siderurgia no Brasil.* Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.

BARBOSA, Waldemar Almeida. *A Decadência das Minas e a Fuga da Mineração.* Belo Horizonte, 1971.

BARREIROS, Eduardo Canabrava. *Episódios da Guerra dos Emboabas e sua Geografia.* São Paulo/Belo Horizonte: USP/Itatiaia, 1984.

BASTOS, Wilson de Lima. *Mariano Procópio Ferreira Lage, sua vida, sua obra, sua descendência.* Juiz de Fora: Ed., Caminho Novo, 1961.

BEIGUELMAN, Paula. *A crise do escravismo e a grande imigração.* 2 ed., São Paulo: Brasiliense, 1981.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello & COUTINHO, Renata. *Desenvolvimento do Capitalismo no Brasil.* 4 ed., Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1998. 2 vol.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *O Governo Kubitschek.* 2 ed., Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1976.

BOSCHI, Renato Raul. *Elites Industriais e Democracia.* Rio de Janeiro: Graal, 1979.

BOXER, Charles Ralph. *A idade do ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial.* 3 ed., tradução de Nair de Lacerda, São Paulo: Nova Fronteira, 2000.

BOXER, Charles Ralph. *O Império marítimo português: 1415-1825*. Tradução: Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras. 2002.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo – séculos XV/XVIII.* Tradução de Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 3 vol..

BREITBACH, Áurea Corrêa de Miranda. *Estudo dobre o conceito de região.* Porto Alegre: FEE, 1988.

BUESCU, Mircea. *Evolução econômica do Brasil.* 2 ed., Rio de Janeiro: APEC, 1974.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo.* 4 ed., Campinas: IE/UNICAMP, 1998.

CANO, Wilson. *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil – 1930/1995*. 2 ed., Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1998.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Agricultura, escravidão e capitalismo.* Petrópolis: Vozes, 1979.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. et alli. *Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas.* Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Mudanças sociais na América Latina.* São Paulo: DIFEL, 1969.

CARDOSO, Fernando Henrique & FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina – ensaio de interpretação sociológica.* Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional.* 2 ed., Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1977.

CASTRO, Antônio Barros de. *7 ensaios sobre a economia brasileira.* 2 ed., Rio de Janeiro: Forense, 1972. 2 vol.

CASTRO, Antônio Barros de. *As Empresas Estrangeiras no Brasil – 1860/1913.* Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia.* 2 ed., São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1982.

COSTA, Fernando Nogueira da. *Bancos em Minas Gerais – 1889/1964.* (Mestrado). Campinas: IFCH/UNICAMP, 1978.

COSTA FILHO, Miguel. *A cana-de-açúcar em Minas Gerais.* Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Álcool, 1963.

CUNHA, Alexandre Mendes. *Vila Rica – São João Del Rey: as voltas da cultura e os caminhos do urbano entre os séculos XVIII e XIX*. (Doutorado). Niterói: ICHF/UFF, 2002.

DE DECCA, Edgar Salvadori. *O nascimento das fábricas.* São Paulo: Brasiliense, 1982.

DEAN, Warren. *Industrialização de São Paulo – 1880/1945.* 4 ed., Tradução de Octávio Mendes Cajado, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

DELGADO, Ignácio Godinho. *A estratégia de um revés: Estado e associações empresariais em Minas.* Juiz de Fora: EDUFJF, 1997.

DIAS, Fernando Correia. *A imagem de Minas: ensaios de sociologia regional.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1971.

DINIZ, Clélio Campolina. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira.* (Mestrado). Campinas: IFCH/UNICAMP, 1978.

DINIZ, Eli. *Empresariado, Estado e Capitalismo no Brasil – 1930/1945.* Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1978.

DINIZ, Eli & BOSCHI, Renato Raul. *Empresariado Nacional e Estado no Brasil.* Rio de Janeiro: Forense/Universitária, 1978.

DORNAS FILHO, João. *Aspectos da economia colonial.* Biblioteca do Exército, 1958.

DRAIBE, Sônia. *Rumos e Metamorfoses.* Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1985.

DULCI, Otávio Soares. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais.* Belo Horizonte: UFMG, 1999.

ELLIS, Myriam. *O monopólio do sal no Estado do Brasil – 1631/1801: contribuição ao estudo do monopólio comercial português no Brasil durante o período colonial.* (Doutorado) São Paulo: FFLCH/USP, 1955.

ELLIS, Myriam. *A baleia no Brasil colonial.* São Paulo: Melhoramentos, 1969.

FAUSTO, Boris. *Revolução de 1930: História e Historiografia.* 13 reimpressão, São Paulo: Brasiliense, 1995.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *A civilização do açúcar: séculos XVI a XVIII.* 3 ed., São Paulo: Brasiliense, 1986.

FERRI, Mário Guimarães. *A vegetação brasileira.* São Paulo/Belo Horizonte: USP/Itatiaia, 1980.

FRAGOSO, João Luís. *Sistemas agrários em Paraíba do Sul – 1850/1920: um estudo de relações não capitalistas de produção.* (Mestrado). Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura. Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro – 1790/1830.* 2 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRANK, Andrew Gunder. *Capitalism and underdevelopmente in Latin América.* New York/London: Monthly Review Press, 1969.

FRANK, Andrew Gunder. *Desenvolvimento do subdesenvolvimento latino-americano.* Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

FERNANDES, Florestan. *Circuito fechado.* São Paulo: Hucitec, 1976.

FERREIRA, Waldemar Martins. *História do Direito brasileiro.* Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1952.

FURTADO, Celso. *Formação econômica da América Latina*. 2 ed., Rio de Janeiro: Lia Editor, 1970.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil.* 16 ed., São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1979.

FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico.* 10 ed., São Paulo: Paz & Terra, 2000.

FRANCO, Maria Sílvia Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata.* 3 ed., São Paulo: Kairós, 1983.

GIROLETTI, Domingos. *Industrialização de Juiz de Fora – 1850/1930.* Juiz de Fora: EDUFJF, 1988.

GIROLETTI, Domingos. *Fábrica, convento, disciplina*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

GODOY, Marcelo Magalhães. *No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócios. Um estudo das atividades agroaçucareiras tradicionais mineiras, entre o setecentos e o novecentos, e do complexo mercantil provincial de Minas Gerais.* (Doutorado). 2 vol., São Paulo: FFLCH/USP, 2004.

GOMES, Ângela de Castro. *Burguesia e Trabalho.* Rio de Janeiro: Campus, 1979.

GOMES, Francisco Magalhães. *História da siderurgia no Brasil.* São Paulo/Belo Horizonte: USP/Itatiaia, 1983.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial.* 5 ed., São Paulo: Ática, 1988.

GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada.* São Paulo: Ática, 1990.

HADDAD, Cláudio. *Crescimento do produto real no Brasil – 1900/1947.* Rio de Janeiro: FGV, 1978.

HALL, Michael. *The origins of mass immigration in Brazil – 1871/1914.* New York: Columbia, 1969.

HILFERDING, Rudolph. *O capital financeiro.*Tradução de Reinaldo Mestrinel. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HIRSCHMAN, Albert. *Estratégia do desenvolvimento econômico.* Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

HIRSCHMAN, Albert. *Essays in trepassing: economics to politics and beyond.* Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras.* 3 ed., São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

IANNI, Octávio. *Escravismo e racismo.* São Paulo: Hucitec, 1978.

IANNI, Octávio. *Estado e Planejamento no Brasil – 1930/1970.* 3 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

IGLÉSIAS, Francisco. *A industrialização brasileira.* São Paulo: Brasiliense, 1985.

KRIEDTE, Peter. *Camponeses, senhores e mercadores. A Europa e a economia mundial – 1500/1800.* Tradução de Maria Assunção Pinto Correia. Lisboa: Teorema, 1980.

KRIEDTE, Peter; MEDICK, Hans & SCHLUMBOHM, Jurgen. *Industrialization before industrialization.* Cambridge: Cambridge University Press. 1981.

LAMAS, Fernando Gaudereto. *Os contratadores e o Império colonial português: um estudo dos casos de Jorge Pinto de Azevedo e Francisco Ferreira da Silva.* (Mestrado). Niterói: UFF. 2004.

LANA, Ana Lúcia Duarte. *A transformação do trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira – 1870/1920.* Campinas: UNICAMP, 1988.

LANDES, David. *Prometeu desacorrentado. Transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental de 1750 até nossa época.* Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro – 1750/1808.* Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1988.

LEFF, Nathaniel. *Underdevelopment and development in Brazil*. 2 vol., London: George Allen & Unwin, 1982.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação.* São Paulo: Símbolo, 1979.

LENIN, Vladmir Ilitch Ulyanov. *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia. O processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. Tradução José Paulo Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LEVINE, David. *Family formation in a age of nascent capitalism.* New York: Academic, 1977.

LEVY, Maria Bárbara. *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: IBMEC, 1977.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX.* São Paulo: Brasiliense, 1988.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. *A Capitania de Minas Gerais.* São Paulo/Belo Horizonte; USP/Itatiaia, 1978.

LIMA, João Heraldo. *Café e indústria em Minas Gerais – 1870/1920.* Petrópolis: Vozes, 1981.

LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil.* São Paulo: DIFEL, 1960.

MACHADO FILHO, Aires da Mata. *Arraial do Tejuco – Cidade de Diamantina.* 2 ed., São Paulo: Martins, 1957.

MARTINS, José de Souza. *Imigração e crise do Brasil agrário.* São Paulo: Pioneira, 1973.

MARTINS, José de Souza. *O cativeiro da terra.* São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1979.

MARX, Karl. *O capital. Crítica da economia política.* Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3 ed., São Paulo: Nova Cultural, 1988. 5 vol.

MARTINS, Roberto Borges. *Growing in silence: the slave economy of nineteenth century Minas Gerais, Brazil.* (Doutorado). Vanderbilt University, 1980.

MATHIAS, Peter & DAVIS, John A. (Org.). *As primeiras revoluções industriais.* Tradução de Hélio Osvaldo Alves. Lisboa: Dom Quixote, 1993.

MAXWELL, Kenneth *A devassa da devassa. A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal – 1750/1808.* 5 ed., São Paulo: Paz & Terra, 2001.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira.* 10 ed., Campinas: IE/UNICAMP, 1998.

MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento.* Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MIRANDA, Sônia Regina. *Cidade, capital e poder: políticas públicas e questão urbana na velha Manchester Mineira.* (Mestrado). Niterói: ICHF/UFF, 1990.

MURTA, Domício Figueredo. *Aspectos da economia da alimentação em Minas Gerais.* Belo Horizonte: BDMG, 1965.

NAVA, Pedro. *Baú de ossos.* Memórias/1. 5 ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

NICOL, Robert. *A agricultura e a industrialização no Brasil – 1850/1930.* (Doutorado). São Paulo: FFCH/USP, 1974.

NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial – 1777/1808.* 5 ed., São Paulo: Hucitec, 1989.

OLGIVIE, Sheilagh, C. & CERMAN, Markus. *European proto-industrialization.* Cambridge: Cambridge University Press, 1996

OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. *Processo de industrialização: do capitalismo originário ao atrasado.* São Paulo/Campinas: UNESP/UNICAMP, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à Razão Dualista/O ornitorrinco.* São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair Mendes de. *Pré-indústria fluminense – 1808/1860.* (Doutorado). São Paulo: FFLCH/USP, 1987.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780/1870.* (Doutorado). Niterói: IFCH/UFF, 1999.

OLIVEIRA, Paulino de. *História de Juiz de Fora.* Juiz de Fora: Gráfica Comércio & Indústria, 1966.

PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. (Doutorado). São Paulo: FFLCH/USP, 1996.

PAULA, JOÃO ANTÔNIO DE. *O Prometeu no sertão: economia e sociedade da Capitania das Minas dos Matos Gerais.* (Doutorado). São Paulo: FFLCH/USP, 1988.

PAULA, João Antônio de. *Raízes da modernidade em Minas Gerais.* Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PAULA, Maria Carlota Souza. *As vicissitudes da industrialização periférica: o caso de Juiz de Fora – 1930/1970.* (Mestrado). Belo Horizonte: FFCH/UFMG, 1976.

PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. *Percalços da industrialização: o caso de Minas Gerais.* (Mestrado). Campinas: IE/UNICAMP, 2001.

PELÁEZ, Carlos Manuel. *História da industrialização brasileira.* Rio de Janeiro: APEC, 1972.

PELÁEZ, Carlos Manuel & BUESCU, Mircea. *A moderna História Econômica.* Rio de Janeiro: APEC, 1976.

PIMENTA, Demerval José. *Os caminhos de Minas Gerais.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1971.

PINTO, Virgílio Noya. *O ouro e o comércio anglo-português.* São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1979.

PIRES, Anderson. *Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora – 1870/1930.* (Mestrado). Niterói: ICHF/UFF, 1993.

PIRES, Anderson. *Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais – 1889/1930.* (Doutorado). São Paulo: FFLCH/USP, 2004.

PRADA, Valentin Vasquez de. *História Econômica Mundial.* 2 vol., Porto: Livraria Civilização Editora, 1972.

PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo.* 22 ed., São Paulo: Brasiliense, 1992.

PREBISCH, Raul. *Capitalismo perferico: crisis y trasnformación.* 1 reimpressão, México D.F.: Fondo de Cultura Econômica, 1984.

RACHE, Athos de Lemos. *Contribuição ao estudo da economia mineira.* Rio de Janeiro: José Olímpio, 1957.

RICARDO, David. (1815). *Princípios de economia política e tributação.* Tradução de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

ROCHA, Geraldo. *O Rio São Francisco.* São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1940.

RODRIGUEZ, Octavio. *A teoria do subdesenvolvimento da CEPAL.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

SAES, Décio Azevedo Marques. *A formação do Estado burguês no Brasil – 1888/1891.* Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1985.

SARAIVA, Luiz Fernando. *Um correr de casas, antigas senzalas: a transição do trabalho escravo para o livre em Juiz de Fora – 1870/1900.* (Mestrado). Niterói: IFCH/UFF, 2001.

SHWARTZMAN, Jacques (org). *Economia Regional – textos escolhidos.* Belo Horizonte: CEDEPLAR/REDE-MINTER, 1977.

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil.* 8 ed., São Paulo: Alfa-Ômega, 1995.

SILVEIRA, Álvaro Astolpho. *Memórias corográficas.* 2 vol., Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1921.

SILVEIRA, Victor. *Minas Gerais em 1925.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926.

SIMONSEN, Roberto C.. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos.* São Paulo: Cia. Editora Nacional/USP, 1973.

SINGER, Paul. *A crise do "milagre": interpretação crítica da economia brasileira.* 2 ed., Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1976.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana.* 2 ed., São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1977.

SORJ, Bernardo, CARDOSO, Fernando Henrique & FONT, Maurício. *Economia e movimentos sociais na América Latina.* São Paulo: Brasiliense, 1985.

SOUZA, Laura de Mello e. *Os desclassificados do ouro.* Rio de Janeiro: Graal, 1982.

SOUZA, Sônia. *Além dos cafezais: produção de alimentos e mercado interno em uma região de economia agroexportadora – Juiz de Fora na segunda metade do século XIX.* (Mestrado). Niterói: IFCH/UFF, 1998.

STEIN, Stanley J.. *Grandeza e decadência do café.* São Paulo: Brasiliense, 1961.

STEIN, Stanley J.. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil – 1850/1950.* Rio de Janeiro: Campus, 1979.

STOLKE, Verena. *Cafeicultura: homens, mulheres e capital – 1830/ 1980.* São Paulo: Brasiliense, 1986.

STRAUCH, Ney. *Zona Metalúrgica de Minas Gerais e o Vale do Rio Doce.* Rio de Janeiro: CNG, 1958.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento.* São Paulo/Campinas: Hucitec/UNICAMP, 2000.

TAVARES, Maria da Conceição *et alli. Estrutura Industrial e Empresas Líderes.* 2 vol., Rio de Janeiro: FINEP, 1978.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira.* 10 ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

TAVARES, Maria da Conceição. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil.* 3 ed., Campinas: IE/UNICAMP, 1998.

TOPIK, Steven. *A presença do Estado na economia politica do Brasil: de 1889 a 1930*. Tradução de Gunter Altmann. Rio de Janeiro: Record, 1987.

TOYOSHIMA, Sílvia Harumi. *Evolução de uma economia periférica: o caso de Minas Gerais.* (Mestrado). São Paulo: FEA/USP, 1986.

VERSIANI, Flávio Rabelo & BARROS, José Roberto Mendonça de (org). *Formação econômica do Brasil: a experiência da industrialização.* São Paulo: Saraiva, 1977.

VERSIANI, Flávio Rabelo. *A década de 20 na industrialização brasileira.* Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1987.

VILLELA, Annibal Vilanova & SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brasileira – 1889/1945.* Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973.

VILLELA, Anníbal Vilanova. *Escritos Selecionados.* Brasília: IPEA, 2000.

WEBER, Max. A é*tica protestante e o espírito do capitalismo.* São Paulo: Martin Claret, 2002.

VIEIRA, Evantina Pereira. *Minas Gerais: a dominação burguesa – conflitos políticos e formas de organização (1927/1940).* (Doutorado). São Paulo: FFLCH/USP, 1984.

WIRTH, John. *O fiel da balança: Minas Gerais na confederação brasileira – 1889/1937.* Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1982.

ZEMELLA, Mafalda P.. *O abastecimento da capitania de Minas Gerais no século XVIII.* 2 ed., São Paulo: Hucitec, 1990.